



F  
2501  
I59



# REVISTA

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

(TRIMESTRAL)

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 178

JANEIRO — MARÇO

1943

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

**CLAUDIO GANNS**

Diretor da Revista



**IMPRENSA NACIONAL**

RIO DE JANEIRO — 1943







# REVISTA

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

(TRIMESTRAL)

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

---

VOLUME 178

---

JANEIRO — MARÇO

1943

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

**CLAUDIO GANNES**

Diretor da Revista



IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — 1943





## APRESENTAÇÃO





---

## APRESENTAÇÃO

*Aquí estamos, porque fomos distinguido com a indicação estatutária do novo 1.º Secretário do Instituto Histórico, que o Presidente Perpétuo houve por bem homologar — para assumir a direção efetiva desta “Revista” tradicional — no lugar que a benevolência de Max Fleiuss nos designara, como seu substituto eventual em 1941. Começamos assim aquí, desde logo, no início dessa nossa tarefa, rendendo o preito da nossa homenagem comovida à memória daquele saudoso Secretário Perpétuo, batalhador incansável, a quem nos cabe agora, pelo ditame inexorável da morte, neste setor das suas múltiplas atividades, apenas por algum tempo suceder, mas não substituir. Vimos ainda também agradecer de público ao Sr. Virgílio Correia Filho aquela prova de confiança e ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares a renovada demonstração do seu apreço sempre excessivo, pela nomeação para esse posto que, por mais desvanecedora a honra da investidura, consideramos apenas em função do trabalho que nos vai exigir.*

*Sendo, pelos estatutos (art. 18) taxativamente dever do sócio “não se negar ao desempenho dos cargos e comissões ou dos trabalhos de que o Instituto o incumbir sem motivo plausível — aceitamos sobremente áspera missão, sentindo-lhe por antecipação os espinhos, pois a recusa importaria apenas na confissão, sem remédio, de que as responsabilidades inerentes estavam muito acima das forças do escolhido, embora até ali alçado à sua inteira revelia.*

*É hoje a “Revista” um órgão centenário, de vez que fundada, como o Instituto, em 1838 — rico e precioso repositório da história, geografia e etnografia brasileiras, espelho límpido e padrão cultural de*

uma das mais prestigiosas associações de estudos da América: — só essas circunstâncias bastariam para atemorizar-nos, se o esforço e diligência em atendê-la não sobrelevassem as inaptidões notórias. O exemplo, porem, de outros devotados servidores, que por aqui passaram diuturnamente, valerá como estímulo a fraquezas irremediáveis e desconcertantes.

Toda gestão que se inaugura, mesmo quando não vise o propósito malsão de ferir as que a antecederam, e até quando declare, traz necessariamente novas sementes: um programa novo a cumprir. As dissemelhanças de temperamentos bastariam por si sós, para explicar essas diferenças de rumo. Mas não é tudo. O exame da situação atual — feito cordialmente, sem nenhum partípris ou prevenção, impõe também à nossa “Revista” uma subordinação às leis de evolução da própria natureza, onde quase tudo se transforma — de maneira que, sem perder a linha da sua tradição histórica, antes algumas vezes até restaurando-a possa o órgão, como tem feito a Instituição, melhor coadunar-se para sobreviver com as imperiosas circunstâncias do seu tempo.

A primeira reforma. — ou melhor diríamos, mais modestamente, modificação — já se tornara evidente a muito: — será contra o seu aparecimento que era nos últimos tempos, apenas “anual”; e, pela demora no adiamento prolongado, surgindo só de 12 em 12 meses, tornava a “Revista”, para os desejosos da sua leitura instrutiva, senão desinteressante, quase sempre atrasada... Essa contingência obrigava-a ainda, muitas vezes, a transcrever trabalhos saídos alhures — pela justa recusa de colaboradores que, embora sempre desinteressados, não desejavam aguardar no mínimo, o longo prazo de um ano, para ver editado os seus escritos.

Por essas razões, que nos pareceram valiosas, inclinou-se a atual diretoria do Instituto à decisão tomada, para que a “Revista” volte novamente à sua saída antiga: “trimestral” — como se lhe afeiçoara o nome histórico, assim botizada desde a data da sua fundação, até o tomo 66 (vol. 108 de 1903). Daí, até o tomo 79 (vol. 133 de 1916) passaria a aparecer 2 vezes por ano. Mas, do volume 134 em diante, desse mesmo ano (tomo 80), acabou por sair apenas “anualmente” em 1 só tomo.

Para evitar, porem confusões anteriores, entre a indicação dos “tomos”, relativos aos anos, diversa da dos “volumes”, correspon-



dentes aos trimestres — continuar-se-á agora com a mesma numeração que já é, uma só e seguida, correspondendo porem cada número novo ao exemplar realmente publicado em cada trimestre, sem mais nenhuma outra distinção complicada entre “tomo” e “volume”.

É um contato mais vivo, direto e repetido, que assim se proporciona, entre a atividade intelectual e a vida social do Instituto — com os seus sócios do país e do estrangeiro, extensiva por essa forma ao vasto público dos pesquisadores que dia a dia, cresce, numa brilhante ressurreição dos estudos históricos geográficos e etnográficos.

Nessa transformação, sem dúvida mais trabalhosa para os que a vão empreender, contamos com a boa vontade, que já se tornou proverbial da nossa dedicada editora — a infatigável Imprensa Nacional, tão superiormente administrada e aqui merescidamente destacada, na solicitude do seu diretor atual, Sr. Rubens Porto — pela feliz cooperação que ali está tendo a nossa tarefa gratuita de cultura.

As outras novidades serão em referência: — quer ao material publicavel, a ser utilizado; quer à forma da sua apresentação na “Revista” — uma vez que vai ser agora metodizadamente distribuido, no mínimo por quatro secções distintas.

Na primeira delas — sairão apenas trabalhos tanto quanto possível originais e preferentemente inéditos, relativos aos temas históricos, geográficos e etnográficos, que fazem parte do programa declarado do Instituto. Os seus autores, como de praxe, por um critério seletivo a que a direção da “Revista” não fugirá: serão escolhidos seja entre os sócios do próprio Instituto, seja entre os sócios de instituições congêneres, seja ainda entre especialistas desses assuntos, de reputação notoriamente firmada.

Na segunda parte — serão divulgados os “documentos inéditos” exumados do valioso “arquivo” do Instituto, assim arejado e vivificado — rico de mais de 300.000 peças! — ou oriundos de outras fontes igualmente preciosas, cujos originais serão previamente controlados, — quando se repete, de interesse para a história a geografia e etnografia pátrias, a sua publicação imediata, de modo a não se perderem de todo ou ficarem inteiramente desconhecidos, esses uteis elementos de trabalho, tornando-os assim accessíveis à consulta dos que não residam na capital do país. Tais documentos serão, quando necessário, acompanhados de comentários, feitos pelos sócios do Insti-

tuto ou por outras autoridades marcantes, nesses ramos do conhecimento.

A terceira parte será destinada, obrigatoriamente, ao "registo dos livros" de história de geografia e de etnografia — quer nacionais, quer estrangeiros, que forem enviados em duplicata: um para a "Revista" e outro para a Biblioteca do Instituto Histórico. Às vantagens dessa remessa, como é curial, por certo não se esquivarão os próprios interessados. — É essa uma das clássicas lacunas, que necessitava realmente preencher-se; não se compreende de fato que a vida cultural do país, em matéria de suas cogitações precípua, não merecesse comentário isento e autorizado, na "Revista" especializada da sua instituição mais antiga.

Quando a excepcional importância desses livros o reclamar, aí será feita a devida apreciação: quer em artigos assinados, quer em notas críticas — todos porem sempre sujeitos ao critério sistemático da direção da "Revista", não por presunção individual, que não caberia, de nenhum modo, mas para harmonização desses reparos, que hão de ser sempre impessoais e anti-polêmicos, com os superiores objetivos, apenas de retificação, e de esclarecimento, através do estudo ou da cultura, que devem nortear tais publicações. Quando não seja esse o caso — haverá ainda um "noticiário de livros" ou uma "bibliografia", em que se desdobrará a secção, onde se enquadrarão outras referências, sobretudo indispensáveis, aos carecentes dessas informações norteadoras.

Se as outras partes acima indicadas referiam-se às atividades propriamente externas — registrar-se-á, por fim — na quarta parte — a vida intelectual intra-muros do Instituto, refletida nas "conferências" por ele promovidas, em sua tribuna, proferidas pelos seus sócios, as quais sairão no volume correspondente ao trimestre em que forem realizadas. Ao fim de cada ano, seguindo a praxe, essa última parte será destinada, inclusivamente: à publicação das "atas" das assembleias e das sessões desse período: a das bio-bibliografias dos sócios, felizmente já iniciadas; e, como é de recomendação estatutária, a do cadastro social anualmente revisto. Essa esquematização, como é natural, não excluirá outras secções — como a de "transcrições" de contribuições excepcionalmente relevantes ou ainda a do "noticiário" de expediente, que aparecerão sempre que forem uteis e oportunas.



*A esse modesto programa de renovação, melhor diríamos: de adaptação ao clima do nosso tempo, de modo a atualizar a "Revista", modernizando-a, pelo confronto com o que já se faz aqui e fora, em face das exigências e dos imperativos da hora que atravessamos — dedicaremos para corresponder à confiança antecipada dos companheiros do Instituto Histórico, o melhor das nossas energias. Contamos, para essa árdua lida, com o apoio generoso e confortador da sua atual Diretoria. Esperamos que tais medidas possam merecer o aplauso dos demais sócios — pois foram tomadas visando o crescente prestígio da substituição. Para a douda colaboração deles, também apelamos, no sentido de levar adiante esse empreendimento secular — como o facho simbólico que se transmite, ciosamente, de mão em mão, de geração a geração, — chama sagrada e ardente das tradições mais caras — senão com o refulgente brilho de outrora, ao menos com dedicação igual à dos gloriosos antepassados.*

*Rio, 30-3-43.*

CLAUDIO GANNES  
Diretor da Revista.





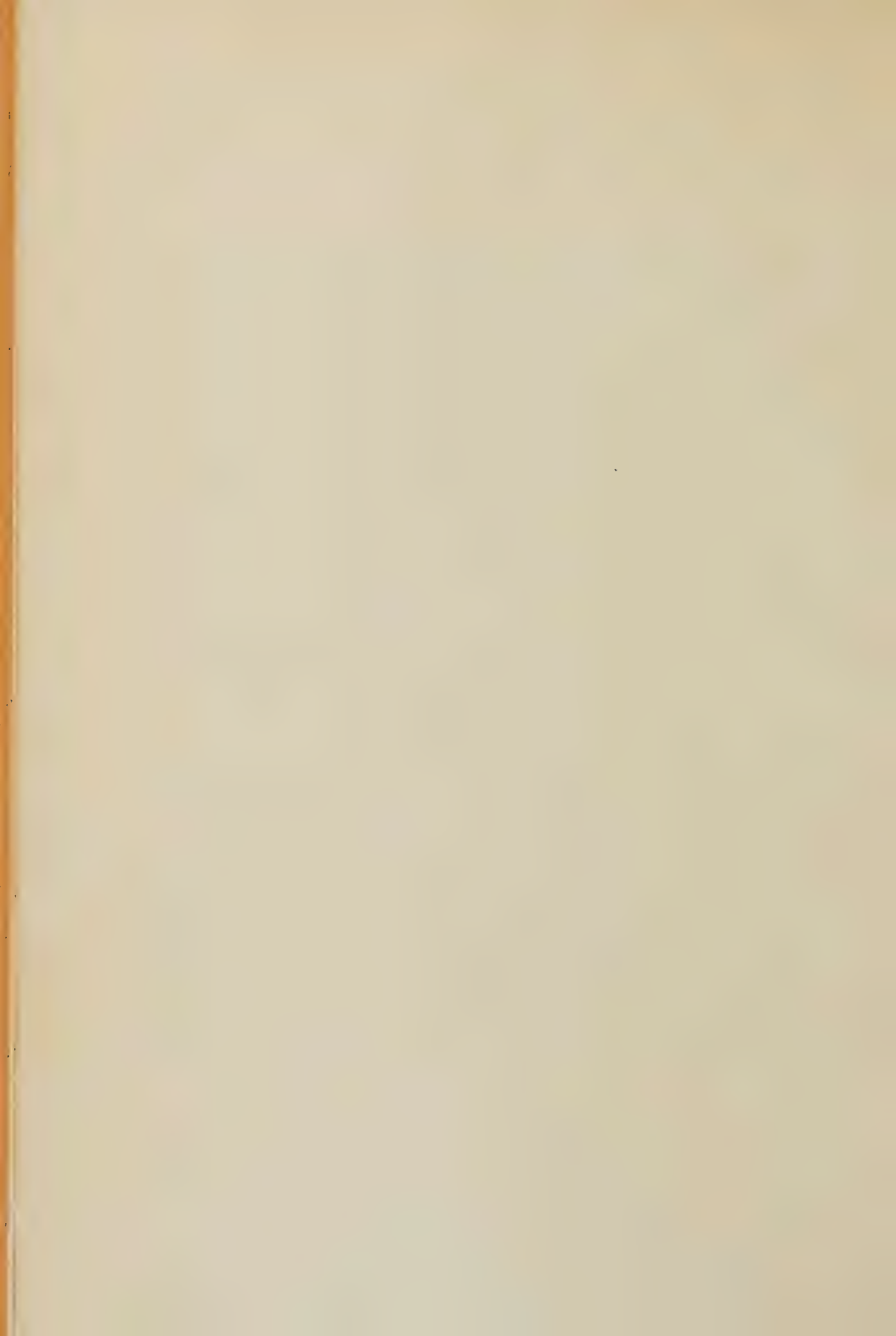
Casa onde viveu Robert Southey.  
Domina um dos lagos de Cumberland, famosos pela sua beleza.  
Está sendo adaptada para o futuro Museu Southey.







Nos primeiros tempos — Robert Southey (fins do século XVIII)





EM TORNO DE ROBERT SOUTHEY

(NO CENTENÁRIO DA SUA MORTE)



---

## DUAS PALAVRAS

*O Sr. Dr. Joaquim de Sousa Leão, filho, ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres, é diplomata à maneira de Joaquim Caetano da Silva, Varnhagen, Oliveira Lima e poucos outros, que souberam consagrar os lazes do árduo ofício, nos postos por onde jornadaaram, ao estudo do passado brasileiro e à pesquisa de sua história. Ao epígono sobram talentos e boa vontade para a tarefa que se impôs e que vem tendo desempenho brilhante. Jovem e estudioso, em seu afã louvável de bem servir à pátria, impressiona-o tudo quanto nas bibliotecas, arquivos e catálogos dos grandes antiquários europeus possa interessar aos fastos e às tradições brasileiras. O Instituto Histórico, que em boa hora o elegeu seu sócio correspondente em 1934, tem sido em grande parte beneficiado por suas pesquisas e informações sobre assuntos de sua alçada: livros raros que tratam do Brasil, peças iconográficas e documentos preciosos teem opulentado as coleções da associação, mercê da diligência de seu prestimoso correspondente.*

*Mas sua atividade intelectual não se limita apenas às buscas e pesquisas, porque, em verdade, delas tem sabido tirar o melhor proveito na elaboração de algumas monografias históricas, que já lhe asseguram lugar distinto na classe dos eruditos brasileiros.*

*O período holandês, dos mais acidentados de nossa historiografia, merece suas preferências. Descendente de ilustre família pernambu-*



*cana, e sendo a terra de seus antepassados a arena das lutas heróicas, que verdadeiramente geraram a nacionalidade, seus pendoros teem plena justificação.*

*Entre seus trabalhos nesse sentido aparece a documentada memória intitulada — A Expulsão dos holandeses do Brasil, escrita para o Terceiro Congresso de História Nacional, realizado pelo Instituto Histórico, e que foi publicada nos Anais do mesmo Congresso, volume VII, págs. 223/253. Ao pintor holandês Frans Post e seus quadros brasileiros, dedicou uma bela monografia, que foi mandada imprimir pelo Estado de Pernambuco no ano comemorativo da chegada de Maurício de Nassau e do pintor ao Brasil, na qual estão primorosamente reproduzidos 44 quadros de Post, que a diligência do autor conseguiu descobrir em vários museus e coleções particulares, incluindo alguns de sua posse. Ainda a esse celebrado artista consagrou interessante artigo, que teve as honras de divulgação em inglês, em The Burlington Magazine, de Londres (março de 1942), onde se encontram reproduzidos mais seis quadros do pintor de Nassau. Antes, sobre Post, escreveu longo artigo biográfico, publicado no “Jornal do Comércio”, do Rio, de 30 de julho de 1931. Nessa grande folha e em outras desta Capital e de Pernambuco, manteve por alguns anos assídua colaboração sobre assuntos relacionados com a história e a arte no Brasil, frutos de suas averiguações originais das mais preciosas. Para citar alguns desses estudos, basta mencionar os que se seguem:*

— A propósito de 7 de setembro, festa nacional (no “Diário da Tarde”, Recife, 1932);

— O primeiro poeta que cantou o Brasil (*ibidem*);

— A bandeira nacional (1933);

— O paisagista Eduardo Hildebrandt, — escrito em Berlim, 1933, e que é circunstanciada notícia da viagem desse artista ao Brasil, e do resultado de seus trabalhos no Rio de Janeiro, constante de 170 aquarelas e desenhos, que hoje se guardam no gabinete de estampas da “National Galerie”, da capital da Alemanha.

*Em 1939, em Londres, escreveu o Dr. Sousa Leão um tão interessante quanto curioso artigo sobre uma famosa baixela de origem histórica brasileira, da qual se lhe depararam algumas peças no Museu Real de Estocolmo. Trata-se da baixela de serviço de D. Pedro I, que passou à sua segunda esposa D. Amélia e por morte desta, em 1873, à sua irmã Josefina, rainha da Suécia. Com texto explicativo do autor, as principais peças em prata, lavradas por Charles Odier e S. I. Würrth, são reproduzidas na Ilustração Brasileira, ns. 63-64, de julho-agosto de 1940.*

*Ultimamente, em Londres, o Dr. Sousa Leão travou relações com descendentes de Robert Southey, — nome que todos os brasileiros cultos respeitam e admiram; daquelas relações veio a lograr de quem é um deles informações valiosas sobre a vida e a obra do historiador do Brasil, as quais lhe deram ensejo para elaborar a lúcida memória (a que estas pálidas palavras visam a servir de introdução), destinada a comemorar o primeiro centenário da morte de Southey. Não se podia ser mais objetivo nem mais informativo em uma biografia sumária do que foi o autor neste escrito; tudo quanto se podia trazer à colação, na medida precisa de uma síntese, aqui se encontra expandido com propriedade e elegância.*

*O Brasil tem em aberto uma grande dívida para com seu historiador, um desses débitos que, em verdade, mais exalçam do que envergonham o devedor, que o honram, que o enobrecem.*

*É certo que o Instituto Histórico, logo no segundo ano de sua existência social, tratou de galardoar, como podia, o serviço que prestara à história nacional o estrangeiro ilustre, elegendo-o em sessão de 7 de março de 1840 seu sócio honorário; mas foi isso apenas. Porque não corresponde evidentemente à homenagem a que fez jus uma tradução da História do Brasil, publicada no Rio de Janeiro, em 1862 (6 volumes in-8), prejudicada principalmente pelas inócuas e impertinentes anotações que lhe foram adicionadas, tradução que Southey,*

*se vivo fosse, teria vetado com veemência, ele que não julgou tradutor desejavel para sua História seu amigo e informante Henry Koster.*

*Uma edição crítica de sua obra, com o aparelho de notas elucidativas e atualizantes, de acordo com os modernos progressos da historiografia brasileira, seria o monumento com que o Brasil honraria a memória de Robert Southey.*

*Para erigí-lo existe o arquiteto: o Dr. Joaquim de Sousa Leão, filho.*

*Assim seja.*

RODOLFO GARCIA.



ROBERT SOUTHEY





Robert Southey (desenho datado de 1804)





---

## ROBERT SOUTHEY

Um artigo de Gilberto Freyre, *Ainda sobre Southey*, (\*) no *Correio da Manhã* de 21 de dezembro de 1939, lido aqui em Londres, foi o incentivo para levar avante a almejada busca, nos arquivos ingleses, de inéditos de Southey sobre o Brasil, busca a que o escritor pernambucano e Paulo Prado tiveram de renunciar, forçados pelos acontecimentos supervenientes. A guerra, transtornando a vida do país, contra-indicava a tentativa. Os museus fechados, o serviço militar, o êxodo de tanta gente de Londres, foram obstáculos quase insuperáveis, inclusive para descobrir algum descendente de Southey. Afinal, logrei comunicar-me com um bisneto do Reverendo Warter (genro do poeta-historiador) que teve a bondade de aproximar-me de sua tia, *née* Warter, hoje Mrs. F. F. Boulton. É a sobrinha e herdeira da Miss Warter, a que se refere Felix Walter no seu estudo sobre *Os lusófilos ingleses da era romântica*, citado por Gilberto Freyre.

Cultora da memória do bisavô, bibliófila hereditária, sua casa é um pequeno museu de relíquias Southey. Tive ocasião de visitar o seu genuíno "black and white cottage" em Kent, onde me foram mostrados alguns manuscritos dos poemas, centenas de cartas e remanescentes da grande biblioteca de Southey. Desde que começaram os bombardeios aéreos sobre a Inglaterra, toda a gente, aqui, tratou de resguardar seus bens como pôde. São esses, todavia, os papéis a que Walter alude, como tendo passado das mãos do Reverendo às de sua

---

(\*) Este, e mais dois artigos: *Southey e o índio brasileiro* e *ainda sobre Southey*, encontram-se agora reunidos no livro daquele autor: *Ingleses* (Rio-1942). N. da R.

filha. Não havia entre eles inéditos, salvo umas quantas fichas para a *História do Brasil* e a correspondência, aliás do maior interesse para nós, com John Theodore e Henry Koster.

A biblioteca de Southey, como se sabe, teve começo na do tio, Herbert Hill, capelão da colônia inglesa em Lisboa e alí domiciliado durante trinta anos. O Pastor anglicano colecionara, por diletantismo, uma rica biblioteca de história portuguesa. Para preencher a lacuna de impressos relativos ao século XVIII, dado o sigilo mantido pelo governo português, reuniu manuscritos copiados das livrarias conventuais, de arquivos públicos e privados, bem como muita informação de origem confidencial.

O catálogo da livraria Southey não indicia a existência de documentos de importância desconhecidos. Trata-se na maior parte, de cópias, portanto, muitas delas, como era natural, referentes à América portuguesa.

Tão difíceis de obter eram as informações dessa natureza, mesmo para os agentes de Sua Majestade, em Lisboa, que o Reverendo Hill recomendou a Southey oferecê-las ao Foreign Office, o que este fez por intermédio de um amigo de Lord Grenville. O Secretário de Estado respondeu que as mesmas eram referentes ao “wrong side of South America” (carta a John May, de 29 de dezembro de 1806)! Fica-se sabendo assim que, até a partida de Dom João VI, só os países da América espanhola interessavam ao Gabinete Britânico.

Em outubro de 1800, escrevia Southey a John Rickman, achar-se em Lisboa, a estudar a história do Brasil, um francês, que não podia ser Beauchamp, mero plagiário da obra do próprio Southey. Noutra carta, de 29 de dezembro de 1806, a John May, um inglês de Portugal, Southey confessa que havia uma outra pessoa na Europa, detentora de tanta documentação quanto ele: um certo Abbé du Boys. Mais presumível, pois, fosse esse o francês a que ele aludira em 1800.

Aquilo que o genro e o filho de Southey herdaram ou os lotes que ambos adquiriram no leilão da referida biblioteca, diziam somente respeito à sua produção literária. Ambos se ocuparam da biografia e, em seguida, da publicação da vastíssima correspondência do poeta, por eles editada em seis e quatro volumes, respectivamente.

Os manuscritos foram posteriormente dispersados; em 1871, por ocasião da morte do Reverendo Warter, e, em 1889, da de Cuthbert Southey. Fica assim elucidada a hipótese aventada por Gilberto Freyre

sobre a probabilidade de que Southey tivesse deixado algum autógrafo inédito, de interesse brasileiro, a par do já conhecido, da *História de Portugal* resultando, pois, tal hipótese bem fundada, do exame a que procedi no catálogo do leilão, como adiante veremos.

Do aludido catálogo consta que, juntamente com o autógrafo da *História do Brasil*, havia dois volumes *in quarto*, de *Coleções* para esta obra, contendo, nos termos do próprio Southey — (carta a Grosvenor Bedford, de 31 de julho de 1819), “copioso material que não foi nela incorporado e que, portanto, será aproveitável para o futuro. Haverá quem se interesse por esse manuscrito como herança? Só Deus o sabe! Mas de certo alguém há de apreciá-lo como legado. Por isso o faço encadernar para melhor preservação. Tu sabes o valor que lhe dou (referindo-se à *História do Brasil*): o maior dos meus labores”.

Quanto à correspondência acima referida, consiste ela em quinze cartas escritas, entre 1804 e 1811, a John Theodore Koster, e, entre 1815 e 1819, ao filho Henry. O primeiro era comerciante estabelecido em Liverpool e no Porto e o segundo, o autor de um dos mais apreciados livros descritivos do Nordeste brasileiro, igualmente valioso pela documentação iconográfica: “*Travels in Brazil*”.

Compreendendo o interesse que essas cartas teem para nós, quis Mrs. Boulton, em gesto de retribuição ao apreço com que é tido o seu ilustre bisavô no Brasil, doá-las a uma instituição brasileira, consagrada à história ou à literatura. Não podiam, portanto, ser confiadas a corporação mais qualificada, nem poderiam ser por outra mais gratamente acolhidas do que pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual lhe rende homenagem na data comemorativa do centenário da sua morte (21 de março de 1843).

Tais cartas são eloquentes revelações do talento epistolar de Southey, da sua elocução, por vezes impetuosa, qual uma torrente, quando aprecia os acontecimentos contemporâneos do drama napoleônico. Elas não foram incorporadas às coleções editadas por Cuthbert Southey (1849), nem às do Reverendo Warter (1856), ou por versarem matéria já tratada noutras, ou por não lhes terem chegado às mãos em tempo.

A biblioteca e os manuscritos portugueses foram vendidos por Sotheby, o famoso leiloeiro londrino, em 1844. Do catálogo publicado (existe um no “British Museum”, com os preços marcados),



verifica-se quais foram os compradores dos numerosos lotes. O mais importante aquiridor foi dito Museu. Da parte manuscrita, a que nos atrai em primeiro lugar, a secção em língua inglesa, compreende 28 (entre eles alguns dos originais da obra lírica de Southey) e a secção em português e espanhol, 48 lotes. Dos que interessam a Portugal e Brasil, o Museu comprou três da primeira e quinze da segunda.

Oliveira Lima, na sua *Relação dos Manuscritos portugueses e estrangeiros, de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britânico* (Rio de Janeiro 1903), publicada na *Revista do Instituto Histórico*, enumera apenas oito lotes, dois dos quais — *Memórias antigas de Portugal* e *Papéis vários políticos* — abrangem respectivamente 60 diversas, num total de 1.430 páginas *in-folio*, e 200 documentos dos séculos XVII e XVIII, em nove volumes. Ditos lotes foram minuciosamente mencionados por F. F. de la Figanière, no *Catálogo dos Manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico* (Lisboa, 1853). Ambos contem matéria de interesse brasileiro, que Oliveira Lima destacou, seguindo o plano do autor português. Admite o meticoloso historiador que lhe hajam escapado, entre os papéis relativos a Portugal, Espanha e América, referências ao Brasil, embora tivesse examinado todos os volumes de que achou indicação nos catálogos daquele Museu; outrossim, julga que nos mesmos manuscritos estudados por Southey se encontrem dados e informações que não foram por ora desvendados e que conviria tornar conhecidos. Conclue Oliveira Lima, no prefácio do seu trabalho, que o Museu é mina riquíssima, ainda longe de total exploração.

Dentre os *Papéis políticos* (reunidos por Mathias Pinheiro), cujos índices estão em Figanière, figuram alguns sobre o Maranhão e a expulsão dos jesuitas, outros concernem a Alexandre e Bartholomeu de Gusmão, entre estes, o desenho da *Máquina de andar pelo ar*, com a respectiva explicação.

Não foi adquirido pelo Museu o manuscrito da *Guerra Civil ou Sedições de Pernambuco, exemplo memoravel aos vindouros* (1710), cópia de uma das crônicas contemporâneas da Guerra dos Mascates, mandada de Pernambuco a Southey por Henry Koster. Pelo catálogo não é possível descobrir quem lhe tenha sido o comprador. Tão pouco foi a *Coleção Sumária das Leis, Cartas Régias, Avisos e Ordens da Secretaria do Governo da Capitania das Minas Gerais* (Villa Rica 1774), o *Methodo que parece ao Ouvidor Superintendente das Terras*

*e Aguas da Camara de Villa Rica para se formar o Regimento Geral para as repartições dos descobrimentos novos e antigos e... do uso de minerar*, por Augusto Leitão, nem diversas *Memórias* referentes à Capitania das Minas Gerais, aos contratos de diamantes (Gomes Freire de Andrada, 1740), à arrecadação dos quintos e ao contrato do tabaco. Comprou os dois primeiros, o livreiro Thorpe, um dos agentes do grande colecionador Sir Thomas Phillips, e as memórias, um senhor Wheatley.

Thorpe também adquiriu o manuscrito original da *História do Brasil* e ditas *Coleções* uniformemente encadernadas.

Que destino terão tido essas coleções? Não se encontram no Museu Britânico, nem na Bodleian, as duas grandes bibliotecas ricas de livros e manuscritos portugueses, tão pouco em Bristol, cidade natal de Southey, e onde está o Diário inédito da sua segunda estada em Portugal, ou em Keswick, no pequeno museu local. Não constam igualmente de nenhuma das coleções privadas mais conhecidas na Inglaterra. O cônego Fitz-Gerald, editor da obra poética de Southey, Mrs. Boulton e o Professor J. Simmons, de Oxford, que está escrevendo uma nova biografia de Southey, infelizmente, nada puderam adiantar. O mais provável é que se achem nos Estados Unidos, para onde teem emigrado muitos dos tesouros da literatura inglesa.

Formariam elas a *Relação Crítica dos documentos impressos ou manuscritos* que Southey pretendia incluir, em apêndice, no último volume da sua *História do Brasil*, como declara no respectivo prefácio, o que deixou de fazer para não alongá-lo tanto? Deixou-as então de parte para que constituíssem, com a série da história portuguesa, uma *Biblioteca Histórico-Lusitana*? O fato desse grupo estar incluído entre os de língua inglesa, no leilão, parece excluir a hipótese de que se trate de uma coletânea de documentos propriamente originais, que haviam de ser escritos, na maior parte, em português. Como figuram os dois lotes consecutivamente no catálogo, pode presumir-se um, complemento do outro. Diz Southey, numa das cartas a H. Koster, que o manuscrito da obra inteira estava encadernado em cinco volumes, o que corrobora tal suposição. Assim sendo, a ausência dessa relação, ou apreciação crítica das fontes compulsadas, não implica perda de documento desconhecido. É de lastimar-se, contudo, tivesse deixado de aparecer essa, que teria sido a primeira bibliografia histórico-brasileira, contendo informações preciosíssimas, bem mais com-

pleta e valiosa que o ensaio compilado por Beauchamp, o plagiário sem cerimônia, das notas marginais da *História do Brasil*, pois, como escreveu Southey a John May (27 de janeiro de 1807), conteria dados biográficos e críticos sobre os autores consultados.

Quase tão misterioso é o paradeiro do Manuscrito inédito da *História de Portugal*. Nele Southey trabalhou com entusiasmo e em diversos períodos, por mais de vinte anos. No dizer do autor, seria, pela variedade e beleza dos materiais, mais atraente que qualquer outra obra existente sobre o assunto — objeto, aliás, de sua profunda melancolia, quando se deu conta de que lhe faltaria vida para concluí-la. Os admiradores de Southey frequentemente preocuparam-se com o destino desse manuscrito, que parecia andar sumido. Não foi vendido no leilão. Coubera a Edith May Warter, a filha mais velha, no espólio do Poeta Laureado. A quem passou, depois da morte do casal Warter, não se sabe. O cônego Maurice H. Fitz-Gerald, em vão deu busca às bibliotecas inglesas públicas e privadas. Oliveira Lima, um dos raros brasileiros que escreveram sobre a personalidade de Southey, na sua memória sobre o poeta (Tóquio 1902), refere que teve em mãos dezenas de cadernos; mas eram apenas as notas em que Southey “coligia o material para a história dos portugueses na Europa, África e Ásia, a qual ficou em projeto, mau grado todo o caminho percorrido para sua realização” (*Revista do Instituto Histórico*, pág. 236, 1905). Em 1901, o Manuscrito, porem, surgiu num catálogo do livreiro Sotheran, de Londres. Comprou-o o Sr. Archer Huntington, o fundador da *Hispanic Society of America*, que, em abril de 1902, respondia ao pedido do Dr. Richard Garnett (autor do artigo sobre Southey no *Dictionary of National Biography*) estar pronto a publicá-lo, caso estivesse em condições de o ser. Pela descrição do catálogo, o manuscrito vendido por Sotheran, dir-se-ia não conter toda a obra, pois, em cartas de 1804, Southey informava ter prontos três volumes *in quarto*, de 500 páginas, cada um, e, em 1805, escrevia estar a obra praticamente concluída, só aguardando a volta do tio Hill para obter dados indispensáveis, a cuja busca continuava o reverendo em Portugal. O manuscrito vendido por Sotheran continha somente 550 páginas de letra miuda, é certo que abrangendo o período de 1.063 a 1.583, até onde Southey teria chegado. Eis talvez a causa de sua não publicação pela *Hispanic Society*. É possível que esteja hoje na biblioteca dessa sociedade em Nova Iorque, con-

forme admitiu o respectivo bibliotecário, quando lhe pedi a informação, como também pode ainda achar-se na posse do Sr. Huntington, que guarda zelosamente seus mais preciosos manuscritos.

Não há igualmente notícia, na *Wondrous Collection* de materiais para a História de Portugal, de que fala Warter (prefácio do *Common-Place Book*, de Southey, 4.<sup>a</sup> série) e que Oliveira Lima teve em mãos.

Dizia Southey, em carta a Miss Seton (13-6-1804) que a obra se dividiria em três volumes sobre a Europa, Ásia e África, dois ou três volumes sobre as conquistas na Ásia e um volume sobre o Brasil.

Pensava ainda dedicar dois volumes à história literária da península e outro à introdução e progresso do cristianismo no Japão, bem como, uma descrição de Portugal, para completar o ciclo, deixando assim, no mundo, a mais vasta descrição jamais intentada de país algum. Esta última parte, ele contava ilustrar com desenhos de Miss Seton, cujo talento apreciava, desde Lisboa.

A correspondência com os dois Kisters começa em 1804, quando Southey acaba de se estabelecer em Keswick. As sete primeiras são escritas ao pai e as oito restantes, ao autor das *Travels in Brazil*, a princípio em Liverpool e depois em Pernambuco.

As cartas a John Theodore versam principalmente sobre política: interna e externa. Nelas extravasa, com a sua usual expansão, juízos pouco tolerantes sobre seus contemporâneos e opiniões, quase sempre pessimistas, sobre questões nacionais. Os problemas que a Inglaterra enfrentava naquela fase aguda da guerra continental, depois da trégua de Amiens, assemelham-se sob tantos aspectos, aos da presente, como de resto, numerosos são os paralelos entre aquela guerra e a atual.

Os comentários e as invectivas veementes de Southey poderiam ser repetidos hoje. Ressaltam dessas cartas, como de tantas mais, a outros correspondentes, tópicos que parecem escritos hoje. Impopularidade dos franceses na Itália, perigo de invasão, falso alarma na costa, a presença de voluntários na vizinhança, o mesmo corpo de que saiu agora, a atual *Home Guard*, provocam a sua ironia. Cuidados especiais na expedição de livros por navios em comboio e perdas de dois carregamentos, desde que a guerra começara... Também tem a confiança do cidadão de hoje, no fracasso de qualquer desembarque nesta



ilha e o mesmo desejo de que a tentativa se verifique para que se logre assim mais depressa a paz. Especula sobre o valor do ouro e sua relação com os preços, enfim todos temas da atualidade. Depoimentos de um contemporâneo, que vibrava com os grandes problemas do dia, compartilhando as esperanças e os temores daqueles tempos críticos, não podem senão conservar o mais palpitante interesse.

As cartas a Henry nos prendem mais de perto por versarem pontos da nossa história e livros de autores ingleses sobre o Brasil.

Henry Koster, como se sabe, embarcou para o Recife em fins de 1809. Nascera em Lisboa e falava o português tão bem quanto o inglês. A saúde delicada não lhe permitia viver na Inglaterra. A ocupação de Portugal por Junot impossibilitara a sua ida para Lisboa. Buscou então o clima mais adequado de Pernambuco. Do Recife foi a Fortaleza. Voltou a Pernambuco para embarcar rumo à Inglaterra no ano seguinte, com escala pelo Maranhão. Outra vez, a aproximação do inverno e a nostalgia do sol, levaram-no a Pernambuco em 1811. Fez-se então Senhor de Engenho em Jaguaribe e depois em Itamaracá. A morte do pai obrigou-o a vir à Inglaterra em 1815, onde se demorou até fins de 1816. As datas das cartas de Southey permitem situar a época dessa estância. Regressou ao Recife. Em 1820, estava residindo em Goiana, onde, tuberculoso, morreria naquele ano. Passou ao todo uns nove anos no Brasil. De tal modo se identificou conosco que até seu nome foi naturalizado para Henrique Costa.

Nos volumes das cartas escolhidas de Southey, são frequentes as referências a Koster que ele tinha conhecido em Lisboa. Foi seu companheiro em 1815 numa excursão às Flandres. Enfim, era um desses amigos de encher as medidas, escrevia o poeta na sua "Peregrinação a Waterloo":

"Who from the Land of Lakes with me  
Went out upon this pleasant pilgrimage,  
Had sojourn'd long beyond the Atlantic sea;  
Adventurous was his spirit as his age,  
For he in far Brazil, through wood and waste,  
Had travell'd many a day, and there his heart was placed,

Wild region... happy if at night he found  
The shelter of some rude Tapuyas shed;  
Else would he take his lodgement on the ground  
Or from the tree suspend his hardy bed;  
And sometimes, starting at the jaguar's cries,  
See through the murky night the prowler's fiery eyes,

\* \* \*

And sometimes over thirsty deserts drear,  
And sometimes over flooded plains he went,  
A joy it was his firs-side tales to hear,  
And he a comrade to my heart's content".

Referindo-se a Koster, disse o Sr. Camara Cascudo, em recente conferência, "que a sua obra é um depoimento sincero e amoroso do ambiente e da época. Tudo viu e tomou parte no que poudo. Frequentou os aristocratas e conviveu com a gente do povo. Teve escravos e tratou-os com humanidade. Amou o Brasil com enternecimento, mas sem prejuizo das observações. Por isso seu livro é uma documentação preciosa sobre a vida social e econômica do país, e suas descrições do sertão, veem a cada passo citadas pelos nossos autores".

Southey fez a crítica do livro do amigo na *Quarterly Review*, de que era colaborador. A edição *in quarto*, de 1816, foi cedo esgotada, pois, em agosto de 1817 só restavam dez exemplares e preparava-se a publicação de uma segunda, *in octavo*, que appareceria ainda esse ano, quase ao mesmo tempo que a tradução de París (1818). Segundo se lê na carta sem data, Koster tinha em preparação uma segunda parte. Que fim terá levado esse manuscrito que chegou a ser mandado a Southey?

Não há constância de que tenha sido confiado à firma editora da primeira parte, pois em 1890 foram revistados os autógrafos e correspondência existentes nos seus arquivos, parcialmente consumidos por incêndio em 1860.

Tê-lo-á Southey devolvido a Koster em Pernambuco?

Koster quis fazer a tradução da *History of Brazil* e chegou a iniciá-la. Southey aceitou a proposta, embora se considerasse incompetente para apreciar o que aquele lhe submetera. Observava não

bastar a correção verbal. Dir-se-ia que Southey não julgava Koster o tradutor desejado e, logo a seguir, deu-lhe um conselho óbvio, para o caso dele perseverar, que era fazer as citações no original, de modo que o texto ganhasse o sabor vernáculo que a versão não pudesse conservar. Há talvez nessa observação um travo de desconfiança. Quem sabe tenha sido esta a razão por que Koster não prosseguiu?...

Nas últimas cartas, Southey rende a Koster o tributo devido à sua contribuição para a História do Brasil, sobretudo no terceiro volume, “onde poderia verificar o uso frequente que fez das informações dele recebidas”. Lamenta, numa delas, que algumas chegassem tarde de mais para serem incluídas na obra, por cujo término se congratula com o correspondente: “a mais laboriosa história na nossa língua”. Noutra repete: “a mais importante de minhas produções”.

*Leit-Motif* de uma correspondência de quatro anos, do qual a custo Southey se distraia — o “old subject”, caro ao seu espírito, — eram os tópicos da História do Brasil. O legado de tal correspondência a uma instituição brasileira é, pois, um gesto que nos penhora e Southey teria aprovado.

A acuidade crítica e a intuição histórica de que Southey deu provas nas suas biografias e ensaios histórico-literários, ressaltam evidentes. Haja vista as considerações sobre o galardão com que foi Fernandes Vieira despachado para Angola. Parece já ter nutrido dúvidas sobre qual tenha sido o verdadeiro herói da restauração pernambucana, antecedendo a Varnhagen no julgamento que desfez, em favor de Vidal, a legenda do *Castrioto Lusitano* e do *Valeroso Lucideno*.

Também Southey foi o primeiro a farejar a importância da História de Frei Vicente Salvador, de que só pelo “Santuário Mariana” (obra por longo tempo esperada de Portugal e recebida tarde demais para ser aproveitada no terceiro volume), veio a ter conhecimento. Surpreendido com a referência que aí leu pela primeira vez, não o confunde com Frei Manoel do Salvador (Calado). Pergunta a Koster se lhe pode adiantar algo a respeito. Como é sabido, foi Varnhagen quem descobriu o manuscrito dessa obra na livraria do Palácio das Necessidades e só o examinou perfunctoriamente. A história do mesmo é curiosa: João Francisco Lisboa, comissionado pelo Governo Imperial, copiou-o e remeteu-o em 1857, ao Marquês de Olinda, Ministro do Império. Só depois da morte deste, adquirido em leilão,

foi doado à Biblioteca Nacional. Parcialmente publicado em 1858 na *Revista do Instituto* e pela Biblioteca Nacional em 1889, também incompleto, só apareceu em forma definitiva em 1918.

Afirmando o que depois escreveriam todos os viajantes ingleses e americanos sobre Belem, cidade destinada a ser, pela sua situação geográfica, um entreposto comercial mais importante que o Recife, previu o que os fatos vão confirmando, senão do ponto de vista comercial, do estratégico, na atual emergência, visto como os dois portos ocupam posições chaves, ambos fadados a se desenvolverem sem se fazerem sombra.

Southey adquiriu na Inglaterra, como era natural, o renome de autoridade em assuntos luso-brasileiros. Se alguém se aventurava a publicar algo sobre qualquer dos dois países, recorria primeiramente às suas luzes. Devemos à sua influência, verossimilmente, o aparecimento de *Notes on Rio de Janeiro*, de John Luccock (1820), livro que no juízo de um contemporâneo, Sir Charles, depois Lord Stuart, em carta do Rio à mulher (arquivo do Highcliff Castle), dizia ser a melhor descrição do país, elogio que não tornava extensivo ao de Maria Graham, apesar de a admirar como desenhista. Luccock é a pessoa que escreveu a Southey, de Leeds, sobre a publicação de uma gramática tupí (carta de 27 de novembro, 1818). Koster não foi, pois, o único a lhe pedir conselhos, que também Henderson lhos solicitou, quando escrevia a sua obra.

A predileção de Southey pela história era bem marcada. Foi na prosa, mais que no verso, que ele sobressaiu, embora aquilo que seria a sua obra prima — a *História de Portugal* — não fosse concluída. Como biógrafo, seu estilo prende e encanta: metuculoso e crítico, lúcido e ameno na narração. Obras como a *Vida de Nelson* e a de *Wesley*, serão sempre lidas com admiração. Mas, onde Southey excele como carater e como escritor, é na correspondência epistolar, em que se revela mestre, na composição facil e familiar. Suas cartas encerram, de mais a mais, messe de informações preciosas, literárias e biográficas. Thackeray, nos *Quatro Jorges*, diz que elas “valem por pilhas de epopéias e permanecerão vivas enquanto corações generosos prezarem a bondade e a pureza, o amor e a integridade”. A têmpera heróica do homem, o seu inflexível sentimento do dever, a sua independência e liberalidade, de que é exemplo a adoção da família de



Coleridge, transparecem mais das suas cartas que de qualquer dos outros gêneros literários que cultivou.

Walter Scott fez de sua obra histórica livro de cabeceira, que lhe era “diversão e consolo”; sôfrego, urgia pelo 3.º volume, ao que respondia Southey em carta de 11-3-1819, “estar apressando a conclusão da longa tarefa, elaborada sobre material a custo expurgado de precariedades, privado que se via de piloto ou roteiro, contudo... alegre de contemplar o que já pudera realizar”.

Tambem transparecem, como observa Fitzgerald, no prefácio às Cartas Escolhidas de Southey, a sua veemência e a sua intolerância em controvérsias políticas e religiosas. Porisso mesmo que elas revelam sua personalidade, revelam-na nas suas fraquezas como nas suas forças. Acrescenta o mesmo editor: “Se, de admirador da Revolução Francesa na juventude, transformou-se num revoltado contra os seus excessos e, se toda a vida foi um reacionário na questão da Reforma Parlamentar ou um opositor intransigente na da Emancipação Católica — as duas polêmicas que empolgaram a sua época — é preciso ter em conta os sentimentos então predominantes, bem como o fato de que Southey assistira aos abusos da Igreja na Península ibérica”.

Surpreendem-se os estudiosos de Southey de que ele tivesse levado por diante, somente a parte brasileira da *História de Portugal*, quando o assunto merecia menor interesse ao público inglês. Southey parece ter adivinhado o reproche. Na carta de 27 de novembro de 1818, a Henry Koster, afirma que não se arrepende do tempo e trabalho dedicados a essa obra, alegando que ninguém estaria mais apto para o tentame: um inglês não teria a simpatia pela língua e sentimentos portugueses que ele havia adquirido no longo trato com a literatura e a história de Portugal; tão pouco, português ou brasileiro, de sua época, disporia da necessária imparcialidade e isenção política para escrevê-la, ainda que com melhor conhecimento da sua gente. Era sua convicção que, “quando se tornar o Brasil a grande e próspera Nação que um dia há de ser, eu serei tido na conta do primeiro a ter tentado dar forma consistente à sua história crua, desconexa e desprezada”. Tão certo estava de que sua obra seria duradouramente honrada no Brasil, que se considerava “o Herodoto de uma nação fadada a grandes destinos” (carta a Chauncey Townsend, de julho de 1819).

Efetivamente, se tantos pontos sobre as origens da nossa história ainda são obscuros, devido à perda das crônicas de Barros e de Faria y Souza, referentes à América portuguesa, como quer Casal; e à penuria de informações sobre a ação dos jesuitas, como acrescenta Capistrano; cresce de vulto a obra concienzosa de compilação e crítica que fez Southey, de fontes tão inseguras e contraditórias, sem ter acesso aos arquivos, como ele próprio lamentava. Só a Varnhagen, quarenta anos mais tarde, foi dado ultrapassá-lo, mas, só depois que a organização e a abertura dos arquivos europeus, no século XIX, permitiram aos historiadores o estudo metódico das fontes.

Prova da consciência, com que desempenhava o seu papel de historiador, é a carta ao genro de Wordsworth, em que diz ter pedido a Sir Egerton que lhe averiguasse se era certo haver na biblioteca de Zurich uma história manuscrita do Brasil, pois, nesse caso, teria que lá ir.

Que um estrangeiro, sem ter estado no Brasil, tivesse conseguido tecer o fio da nossa história, sem um modelo que o guiasse, já era título bastante para que os brasileiros de todos os tempos respeitassem seu trabalho hercúleo, de pioneiro; se a simpatia, a quase parcialidade, com que relatou as lutas do nosso povo contra os franceses, holandeses e mesmo portugueses, por si só, lhe não assegurasse a nossa gratidão.

Mas, enfim, qual terá sido a razão por que Southey deu somente execução a essa parte do grandioso projeto, de preferência à fase heróica da formação da nacionalidade portuguesa, ou à epopéia dos descobrimentos, qualquer delas oferecendo mais estofa a um dos grandes prosadores da língua inglesa?

Sabe-se que Southey nunca andou folgado de recursos; tinha que prover à família numerosa, do fruto da sua pena. À parte uma módica pensão do Estado, arredondada em trezentas libras, quando da nomeação de Poeta Laureado (1813), o homem de letras vivia da profissão. Só em 1835, no fim da vida, um suplemento de £300 trouxe-lhe a independência e a tranquilidade de espírito.

Ele não tinha ilusões quanto ao número de exemplares que, afora as livrarias públicas, colocaria, nem quanto ao de leitores que então teria: uns cinquenta na Inglaterra, uma meia dúzia em Portugal ou no Brasil...

Depois de oito anos de publicado o primeiro volume da obra, recebera menos do que por um só artigo na *Quartely Review*, confessa em carta a John Taylor Coleridge.

Pelo segundo volume, contava Southey receber, quando muito, umas cem libras, a metade do que ia ser pago por um prefácio, o que parece, aliás, não se ter confirmado — “exemplo escandaloso dos caprichos a que está submetido um homem de letras... é ridículo que eu receba mais por aquilo que outras pessoas podem fazer tão bem, ou não mereça mesmo ser feito, quando por obras de peso, para as quais conhecimentos e preparação especiais são indispensáveis, a remuneração não cubra sequer os gastos para a documentação (carta a John May, de 18 de outubro de 1816)”.

Foi seu desejo escrever também a História das *Ordens Monásticas*. Teria sido por esse aspecto, da ação dos jesuitas na América, que foi tentado? Entretanto, nem mesmo a sua admiração pela obra missioneira dos jesuitas, no Paraguai, ou pelos apostolados admiráveis de Nóbrega e Anchieta, ponde desarmar de todo o seu rancor contra o fanatismo beato da época.

A Waterton (*Wanderings in South America — second journey*, cap. 1.º), não escapou a acrimônia de Southey para com o zelo fanático e a política fria da Companhia de Jesus, pondo na boca de Nóbrega imprecações contra o *inglês ingrato*, que a acusa de idolatria e credices, sem compreensão pelo sistema de que foi fundadora e ao qual o Brasil é devedor de grandes benefícios. Essa observação do viajante inglês é, porem, injusta. Numa das cartas a Koster, Southey pergunta qual é a opinião dos brasileiros sobre a expulsão dos jesuitas, que para si tinha sido “um ato impolítico e abominavelmente injusto”.

A esse respeito Maria Graham (*Journal of a voyage to Brazil*, page 13) atribue a falta de popularidade, que a *História do Brasil* teve entre nós, à linguagem intolerante do autor, em assuntos de consciência, ante os quais a humanidade é sempre tão intransigente. A ilustre escritora lamenta que Southey se esquecesse da própria citação: “nem sempre a veemência contra o erro é o melhor caminho para se descobrir a verdade”. Anglicano de convicção, Southey não se emancipou dos preconceitos contra a superstição e o clericalismo beato da época.

Não se poderá, contudo, atribuir unicamente a esta razão a pouca difusão da sua obra no Brasil. O inglês estava longe de ser então língua familiar aos portugueses “d’aquem e d’além mar”. O luxo da edição, o monopólio do livro português, seriam outros obstáculos. E se ainda considerarmos o pouco que se lia no Brasil daquela época, a escassez de livrarias de que falam todos os nossos visitantes, não é de causar surpresa que isso se desse. Quando afinal apareceu a tradução de Fernandes Pinheiro, em 1862, já tinha sido publicado o trabalho de Porto Seguro (1.<sup>a</sup> edição, 1854), que, trazendo à luz novos documentos da Torre do Tombo, veio ofuscar o mérito precursor de Southey.

Tivesse aparecido a tradução contemporânea de Koster, escoimada do que parecesse herético e do que houvesse de excessivo liberalismo político, como aconselhava o próprio Southey na carta de 3 de junho de 1815, o livro teria por certo encontrado aceitação, pois que o tom geral da obra é bem favorável aos portugueses: — “meus longos estudos sobre a história e a literatura portuguesas me haviam dado uma espécie de naturalização intelectual; e, feitos os necessários cortes, nem o Governo nem o público poderiam se queixar da disposição do autor”, reivindica ele justificadamente na mesma carta.

Outra explicação, e provavelmente a mais verossímil, para a preferência de Southey, deve ser buscada no momento histórico. Não há a menor dúvida de que a trasladação da Corte portuguesa para o Novo Mundo, com a consequente abertura dos portos, franqueando o Brasil ao comércio internacional, despertou a maior curiosidade na Inglaterra e na Europa. A aparição de tantos livros de viagem, o êxito de livraria de Koster, a luxuosa publicação dos *Views and Customs of Rio* de Chamberlain, provam-no à saciedade.

Por outro lado — já o frisou Gilberto Freyre — fascinariam a sua imaginação de romântico pantisocrata (\*), sob a influência de Rousseau, o sortilégio dos nomes estranhos indígenas, a novidade do cenário. Southey é o poeta das mitologias exóticas: Thalaba, Kehama, Madoc... Apaixonado da cavalaria andante, dos Cid, Amadis e Palmerins, foi-lhe fácil passar do ambiente peninsular, dos combates pela fé, entre mouros e cristãos, ao desbravamento das selvas sul-

---

(\*) Pantisocrata é a escola literária fundada na Inglaterra por Coleridge, Lovell e Southey. Segundo Webster, “a utopian community in which all should rule equally”, uma Arcádia à Rousseau.



americanas pelos bandeirantes, às lutas semi-religiosas entre brasileiros, franceses e holandeses.

Foi-lhe também alívio, para as preocupações da guerra napoleônica, como confessa a 5 de dezembro de 1808 (carta a J. T. Koster). Andava mais enfronhado nas guerras dos holandeses, no Brasil e no atinente a tapuias e tupinambás, do que em relação a suecos e russos, e isso, quando Bonaparte estava para entrar em Madrid e ameaçava Lisboa. Noutra carta (28 de dezembro de 1815), recreava-se das fadigas com a *Peregrinação do Poeta à Bela Aliança* (uma das *corvées* que lhe impunha o cargo de Laureado), ocupando-se dos guaranís ou dos jesuitas.

O primeiro volume da História do Brasil aparece enquanto ferve a guerra peninsular. Ao anunciar a Koster, pai, a remessa desse volume, Southey se exalta com a reação ibérica contra o invasor, juntando sua velha admiração por Portugal, ao ódio por Bonaparte, e escreve “nossos pobres amigos portugueses, desprezados por toda a gente, foram os primeiros a dar o exemplo, batendo os franceses”.

\* \* \*

Segundo se lê da sua correspondência publicada, Southey começou a trabalhar na História do Brasil, pelos anos de 1805 a 1806. Escrevendo a Rickmann, a 23 de dezembro de 1806, ele explicou “the times being South America mad, my account of Brazil, instead of being the last work in the series, must be the first”.

Até reeditar o 1.º volume de sua obra em 1822, Southey dedicou-lhe contínua e intensa atividade. Dado o intervalo entre o 1.º volume e o 3.º, encontrou-se o editor na necessidade de reimprimir o 1.º para completar as séries desfalcadas. Southey alegrou-se com a possibilidade de incluir material novo, tirado da correspondência de D. Luiz de Souza e dos livros de Jaboaão e Calado. Também poderia inserir, escreveu ele ao Tio Hill (18 de fevereiro de 1820), a carta de Pero Vaz Caminha, de cuja autenticidade a princípio duvidou, quando a leu na *Corografia Brasileira*, devido às palavras *sertões* e *inhame*, que ele pensava fossem brasileirismo, uma, e a outra, tupí, mas depois verificou que eram usadas na África Portuguesa.

Na sua Tebaida dos lagos de Cumberland, onde, em 1803, tinha ido juntar-se à cunhada Coleridge (irmã de Mrs. Southey), afim de

esquecer, o casal Southey, a perda do primeiro rebento, poudo ele reunir os livros que vinha acumulando desde suas viagens a Portugal. Em Keswick, quando afinal, em 1807, depois de muito vacilar, compreendeu que ali ficaria o resto dos seus dias, abandonados os projetos de um Consulado em Lisboa e da residência em Cintra, paraíso dos seus sonhos, fez obras na casa para instalar os já numerosos *folios* e a boa biblioteca do tio.

Porcelanas, marfins, moveis ou gravuras, não lhe inspiravam a paixão de colecionador, que teve pelos livros, amor esse sem moderação nem limites.

Continuava a recebê-los pela diligência de Londres. Nunca fez excursão ao continente que não fosse precedida ou seguida de pacotes volumosos. Milão, Paris, Bruxelas, Amsterdão contribuíram para povoar as suas estantes. Sacrificava muita coisa para satisfazer essa paixão: roupas, prazeres, conforto. De Quincey dizia que a biblioteca, para Southey, era mãe, mulher e amante. Quando já não podia ler, acariciava os livros e beijava-os como verdadeiro bibliomano, observa o seu biógrafo Dowden. Os livreiros de Londres conheciam-lhe o porte esbelto, os passos rápidos e olhar aguçado.

Os quatro mil volumes, que trouxe ao se instalar, subiram de ano para ano: oito, dez e quatorze mil volumes, que constituíram os cinco mil lotes do seu leilão.

“Extasio-me ante um tal aparato de riqueza literária, orgulho para os olhos, alegria para o coração e alimento para o espírito; meus livros são, em verdade e não simples metáfora, alimento, bebida e roupagem para mim e os meus. Nunca foi alguém mais rico, nem gozou mais da riqueza”, escrevia Southey ao velho amigo Bedford. Até encadernador se fez. “Amigos velhos e velhos livros são as melhores coisas que a vida oferece, e nisso, sou mais rico que a maioria dos homens”, repetia alhures! Não os tinha só para recreio da vista, senão para frequente manuseio. Southey era um devorador de livros. Consultava-os com notavel rapidez, marcando as páginas, anotando as passagens que lhe pudessem interessar, ou copiando-as em pequenas tiras de papel, que numerava e amarrava por ordem de assunto. Tal era o seu processo de esmiuçar os autores. Fazia-o sistematicamente. Era uma maneira de repousar o espírito entre períodos de criação. “Ando sempre a fazer coleções, que talvez só sirvam para as calendas gregas”, disse uma vez. Quando o jovem Tick-

nor (autor de uma história da literatura espanhola) visitou-o em 1819, Southey mostrou-lhe os numerosos maços de anotações para a História de Portugal, deixando-o, a um tempo, cativo da amenidade do seu trato e admirado de sua erudição enciclopédica. A essas qualidades aliava brilho e viveza intelectuais de pesquisador, dotado de paciência beneditina e de raros dons de imaginação poética, que dele faziam uma figura de singular fulgor.

Sua coleção de livros espanhóis e portugueses, exceptuadas a famosa biblioteca Heber e a de Lord Stuart de Rothesay, de cujas posses Southey não dispunha, foi a mais rica em mãos de particular na Inglaterra. Tal como Stuart, Ministro em Portugal durante a Guerra Peninsular e Embaixador em Paris, depois de Waterloo, o tio e ele conseguiram muitos dos seus tesouros, do naufrágio de livrarias privadas e conventuais, em época de guerras e revoluções. Outros provieram-lhe da munificência de admiradores, a exemplo do Conde dos Arcos, que retirou e lhe mandou, da Biblioteca da Baía, uma duplicata da *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*, de Anchieta, cujo empréstimo Southey solicitara aos leitores, no *introito* do seu primeiro volume. Em carta a John Theodore, anuncia o nascimento do seu filho Herbert: “herdeiro aparente de mais livros portugueses que qualquer outro, fora de Portugal”.

O mesmo Ticknor, dos Estados Unidos, escrevendo a Pascual de Gayangos, diz que procurou enriquecer a sua biblioteca espanhola, com livros do leilão Southey e, para isso, deu instruções a seu amigo e patricio Rich, outro bibliófilo erudito e algum tempo Consul americano na Espanha, no sentido de aplicar toda a soma que para o fim lhe enviara, em livros de Southey. Posto que obtivesse aqueles que mais lhe interessavam, lamentou não comprar tudo o que pretendia, porque Rich agira com demasiada parcimônia.

Já referi que boa parte dos manuscritos foi adquirida pelo British Museum. Muitos livros portugueses e espanhóis desse leilão foram também ter às estantes do referido museu, como se vê do catálogo da venda, onde o nome do intermediário Rodd aparece com frequência à margem das espécies mais raras, disputando-as ao livreiro Thorpe e a Rich. Os de interesse brasileiro, em grande número, ali se encontram hoje.

Dou em seguida a lista, em títulos resumidos, das raridades “brasílianae” dessa biblioteca, acompanhadas dos preços alcançados e com

a indicação dos compradores, na certeza de que despertará a curiosidade dos amadores e lhes permitirá seguir a evolução dos preços dos livros raros, pelo cotejo com os marcados na *Biblioteca Americana* de Leclerc (1878), nas *Bibliotecas Brasilienses* de Chadenat (1906), de J. C. Rodrigues (1907) e com os de 1920 para cá, segundo os catálogos dos hodiernos livreiros da Europa.

Londres, 1942.

JOAQUIM DE SOUSA LEÃO, FILHO.





**CARTAS DE ROBERT SOUTHEY**

**A**

**THEODORE KOSTER E A HENRY KOSTER**

**(ANOS DE 1804 A 1819)**





*R. Southey* — No fim de sua vida — (busto em mármore)





---

## CARTAS DE ROBERT SOUTHEY

### A

#### THEODORE KOSTER E A HENRY KOSTER

Anos de 1804 a 1819.

Keswick, March 4. 1804.

Dear Sir,

I have this evening received intelligence that Mr. Hill has consigned a box of books for me to your care, by the Henry, which sailed in the last convoy. Have the goodness when they arrive to let me know the amount of the duties, etc. and I will immediately remit the sum. I have lost two cargoes each of more value than this, since this miserable war broke out, and am therefore entitled to hope by the doctrine of chances that this may reach me in safety.

Mrs. S. joins with me in remembrances to Mrs. Koster and your daughters. Since I saw you we have had, and lost, a little girl, who at the age of twelve months was the little wonder and darling of the neighbourhood, — indeed her disease proceeded from a premature activity of the brain — for it was hydrocephalos. We removed hither after that loss, and here shall probably remain till I go once more to Portugal to compleat the history of that country on which I have long been patiently employed. If you have not seen this Land of Lakes I hope you may visit it while we are here. It wants a better climate, and the mountains appeared diminutive to

me after the Serras of Algarve, but time and experience have made me sensible of their magnitude, and perhaps if they were greater they would be less beautiful. The house which we inhabit commands one of the finest panoramas in the whole island, we have two lakes in view, and Skiddaw behind us. Still I wish myself at Cintra, and should prefer a July Sirocco to a March North-Easter.

Believe me

Yrs respectfully

*Robert Southey.*

The people here are all in alarm, a loud firing having been heard of the coast last night, a needless panic as we have not only our situation to trust to but also eighteen volunteers with a very skilful apothecary for their Captain.

\* \* \*

Keswick, March 29. 1804.

Dear Sir,

The books have just arrived safe. I am much obliged to you for the trouble you have taken, and have to regret that it has not more frequently been in my power to practise the defensive virtue of smuggling. The duty upon bound books is sixpence per pound weight: and his Majesty has received above seventy pounds for what I and my Uncle have brought into his Dominions, so expensive a luxury have our wise rulers resolved to make literature!

Should any alarm take place in your neighbourhood consign as many of your family as you please to my care, and we will house as many as we can and find house room for the rest. I do not myself apprehend any danger. London is indeed threatened by its own rabble, and in all overgrown cities the same evil exists, and the same consequences may possibly result. But an invading army must perish. I hope they will attempt invasion and lose enough by sea to fatten the channel crabs, and enough on shore to furnish bones for a monument on Dover Cliffs to be seen from Calais. We also

deserve to suffer something, and when both nations have smarted, Europe will be at peace, and not till then.

The Coalition is indeed monstrous, they justify it upon the plea of uniting against a common enemy, but if Addington be ousted by such means, there will come a worse in his place. The old ministry were wicked as well as foolish; we have now simple folly, and have reason to be thankful. A few weeks ago I had some hopes of a happy change. The Windhamites expect much, and say they trust that no King and no administration can keep them out. First were for a pure despotism — and now they are for an oligarchy. The struggle will end in neither. We must become more agricultural and more military, and we shall then be secure from within and from without.

Coleridge is gone for Malta, when he left home he had no intention of taking Liverpool in his way for London. I should else have commissioned him to look for you, that you might have seen the most extraordinary man in England. I know two men who on the average of thier intellectual power may be considered as his equals, but for conversational powers, for depth of thought and brilliancy of imagination Coleridge stands alone.

Mrs. S. will be in bed next month. As soon as all, by God's blessing, is safe, I go for London, and may perhaps thank you in person on my way.

Yrs very truly

\* \* \*

Keswick. Nov. 11. 1806.

My dear Sir,

We are all truly rejoiced at the good tidings communicated in your letter. The newspapers had led me to expect a different conclusion to the contest, it would have given me great pleasure to have seen General Tarleton ousted by any body, but the election of Mr. Roscoe is something more than a victory over this fellow. It is a triumph of literature, of intellect, of humanity, of liberty: — of the good principle over the evil one. Your city has in part redeemed



itself from the infamy of its accursed slave trade, by sending such a representative to Parliament.

Since you saw my brothers, a great family event has happened here — I have had a son born, who is heir apparent to more Portuguese books perhaps than any one not a subject of Portugal. We call him Herbert. An infant's life is so precarious that I do not venture to form any hopes about him, but if it please God that he should and take but half as much delight in these said books as his father does, I think he will not be dissatisfied with his inheritance.

Henry (I beg his pardon — the Doctor I should have said) will have told you that I go on as usual in this delightful place. Nothing is so regular as I am, except the Church clock, and if there is at any time a difference between us, I believe in my conscience it is the clock that is wrong. I have several things in hand of more or less importance. One is a new edition of *Palmerin of England*, corrected from the Portuguese, which I think I can prove to be the original. You have no taste for such things, but you would enjoy *Don Quixote* more entirely after reading them. Another is the *Chronicle of the Cid* — which is of higher character and claims. To this there will be some valuable preliminary and explanatory matter, and the book itself, filled up from all the existing documents which Spanish literature supplies, is I believe, the most curious picture of manners that has ever appeared. I shall here dispose of some of the materials which I had collected as preliminaries for my Portuguese history, relating to the state of society in that country after the Moorish conquest and before its establishment as a separate Christian state, because I shall have no room there for anything which can with equal propriety be placed elsewhere.

Coleridge has been returned about a fortnight, still hypochondriacal but certainly in better health of body. He talks of delivering Lectures at the Royal Institution upon the Principles common to the Fine Arts. His adventures in Italy have been very interesting. The second Inquisitor at Rome, Piccolomini, brother to the Prince, gave him timely notice that an order to serve the English had arrived, and obtained passports for him a few hours before it was carried into execution. Lucien Bonaparte, advised him if he had ever written anything against his brother to take care of himself, indeed, I have no doubt that had he been taken he would have been murdered like Palm

or Captain Wright. Lucien leads a wise and happy life; he is entirely a domestic man, passionately fond of his wife and children, and it is believed a true lover of liberty. He is greatly beloved at Rome. The general feeling throughout Italy is an utter dread and abhorrence of the French, but an utter contempt for every body else, which it must be confessed on our part, we heartily deserve. In Naples and Sicily however all the intellect, talents and property of both countries are on the side of the French, as they would be on the side of the Devil, to get rid of a more rascally King and more rascally government than the Devil himself could have the heart to establish among them. But conduct with respect to those countries has been, like the whole conduct of the English government, stupid and senseless to the last degree. But this is a heart-sickening subject, for things are so bad that they must be worse before they can be better.

All our family desire their remembrances. I shall perhaps see you in the spring when I mean to go to Lisbon, if it be not shut against the English, at any rate to London.

Yours very truly,

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick. Aug. 20. 1807.

My dear Sir,

I have to thank you for the little box of books which I found here a few days ago on my return from a short visit to Ambleside. That it came thro you I learn by my Lisbon advices and also from Samuel Reed. The cargo is deficient in three volumes which I hope have been forgotten in the first packing, and not lost on the way.

It will not be very long before I shall have it in my power to send you the first fruits of many years hard labour. I am going to press with the Chronicle of the Cid, a book of which the history is briefly this. In describing the state of society in the Spanish peninsula at time when Portugal first became an independent state I had many years ago written an abstract of the Cid's life, as exhibiting in a connected and highly curious narrative the manners of the age; for this, however, short as it was the after growth of my papers

convinced me that there would be no room. I then thought of enlarging it and printing it separately; but in setting about this the original documents appeared to be every way so interesting that I finally resolved upon setting seriously to work, and giving a Chronicle of the Cid at length and more fully than it has ever yet been done even in his own country. Here are three documents which I have had before me, the *Poema del Cid*, the oldest poem in the language and perhaps the oldest work having been written almost immediately after his death. The *Chronica del Cid*, and the *Chronica Geral* compiled by order of Alonso el Sabio about the year 1250. These two works are generally the same, that is the one has either been extracted from, or engrafted into the other, each however, contains some circumstances which are not in the other. With these before me, I have combined all that is contained in the three into one narration, which is every where translation, tho of course it differs from every one of the separate originals. I have added whatever matter is to be found in other equally authentic authorities, given minute references to these at the end of every section, and entered into every kind of critical investigation and elucidation which was necessary in the notes.

The whole will be preceded by an introduction concerning the state of Spain under the Goths and Moors, which will sketch its history till the period when the Chronicle begins. I believe that this will be as curious a book as has ever yet appeared in our language.

It has pleased his most gracious Majesty, or rather it pleased Lord Grenville for him just when he went out of office, to give me a pension of 200£. I thank the royal bounty. It will please his Majesty to deduct from this in the shape of taxes 56£. I admire the royal conscience. Having thus premised that I am a pensioner I may now say a word or two upon the state of affairs. Things, appear to me to be hurrying towards a revolution and that not from the efforts of any party to bring about one, but from the total lack of all talents among our governors, and the excess of political profligacy. While Pitt and Fox were living they who did not credit the one believed in the other, this political faith is at an end. Ld. Grenville is the only man left who has the character of a statesman. In that character he is greatly over-rated, and he has let the time slip when he might have acquired the highest popularity by resigning

those sinecures of which sooner or later he must be stripped. The people begin to despise their rules; every day they become more and more convinced of the extent of their prodigality and speculation. External circumstances become daily worse and worse, and what is to save the state waggon, driven so unskilfully and at such an unmerciful rate, down so steep a road, what is to save it from an overturn! Sir Francis Burdett wants talents equal to his integrity and his popularity, but were there an able man in his place, he might be the political Martin Luther of England. I was very very sorry, or rather very indignant at your last election. Nothing could be more dishonourable to a city which I was wont to think one of the most liberal in the kingdom, than thus to displace one of the best members to make room for one of the very worst.

I shall take the liberty of directing a small box for my Uncle to your care, consisting of jellies, etc., things very eatable at a custom house, but I believe not otherwise serviceable. My brother Harry is with him. I have at length fixed my family here, and have just received the main part of my own and Uncle's library from Bristol. Remember us all to Mrs. Koster — your son and your daughters. I shall see you in the course of the winter.

Yrs very truly

*R. Southey.*

\* \* \*

My dear Sir,

My objection to this Prospectus of Coleridge's is that it looks as if it really was extracted from a letter, and that there are some things in it which would be fitly enough said to a friend, but are not so fitly said to the Public. Some few corrections of little importance he has made in it, two of more importance I believe are yet to be made. It is not possible that he can get together the list of his subscribers in time to publish so soon as this paper proposes, and if there should be any number of copies engaged by persons residing either in the country or in small towns, his only way of circulating it will be



by post. In that case it must be stamped, and the stamp will only carry a single sheet. Larger paper, however, and smaller type will bring it to the same quantity of contents and the same market-value.

You have never seen Coleridge. He is in so many points so far superior to all other men whom it has ever been my lot to fall in with, that I wish you had seen him, tho I know how much you would differ from him, and can guess what you would dislike. If this scheme of his be carried into effect, a greater body of sound criticism and sound philosophy will be given to the world, than modern times have ever yet produced. I have doubts and fears about it, and now that it is too late, believe that monthly or quarterly parts, or even of irregular publications would have been a preferable mode of proceeding for his habits. However, his common-place books are numerous and well-filled, and little more is necessary than to put his loose materials in order.

Wordsworth is busy upon a pamphlet on this cursed Cintra convention. I shall never think of Cintra without a sickening at heart in consequence of it. We among the mountains here, are as earnest for flinging away the scabbard, as you at Liverpool are for sheathing the sword.

I know not whether I told you that those translations from the *Poema del Cid* are by Frere. I hope he will make the best use of his time, and get some transcripts made at the Escorial, of which he was formerly disappointed. As usual we have arranged every thing in the very worst way possible, and yet in spite of our blunders, all that we have made and all that we shall make, — tho Bonaparte will soon be, probably is, at Madrid, and ere long will reach Lisbon, notwithstanding all this I have the most full and unabated confidence in the eventual success of the Spaniards. Meantime I am carrying on old wars with the Dutch in Brazil, and can tell you a great deal more about the Tapuyas and the Tupinamba's than about the Swedes and Russians. My history will set out for the press this week, having waited six months for a reduction in the price of paper.

Mrs. Coleridge desires me to say that she was disappointed in not seeing your daughters at Ambleside, she having looked for them a few days after their departure. This message is to be accompanied



with a number of etceteras, which according to the authority of the Latin Grammar may better be understood than expressed, because it would be tedious to write them down.

Yours very truly

*Robert Southey.*

Keswick. Dec. 5. 1808.

\* \* \*

Keswick. March 7. 1811.

My dear Sir,

When Longman remedies his vexatious neglect by sending you the Brazil book, he will tie up with it a copy of Kehama. I believe you care as little about poetry as I do about metaphysics, tho perhaps you may not think it quite so mischievous; nevertheless as you have thought it worth while to read a criticism upon this poem, written by a man who is equally incapable of understanding either its merits or defects, you may possibly think it worth while to read the work itself. The criticism in question I have not yet seen, but in speaking thus of Jeffray (who is the writer) I speak from a full knowledge of his incapacity, acquired in conversation with him, and proved to be well founded by every criticism which he has ever ventured to write upon a volume of verses.

With regard to the metre of the poem, to which your remark applies, it may as well be tried by algebra as by music. There is no connection between an ear for music and an ear for metre. I have heard musicians of established character for eminence in their own science, mis-read and mis-repeat verses, so as to show that they are not only utterly ignorant of metre, but utterly insensible of it, — a thing which I should not have believed, had it not fallen under my own observation. Do not fancy I am dealing in paradoxes if I add that the power of versification is distinct from a genius for poetry. The best versifier of our age was poor Mrs. Robinson, who wrote nonsense. I have known many men whose fluency in versifying was marvellous, and who were yet vile writers, and on the other hand I could show you works full of thought and feeling and poetical

power, which have all been wasted because the authors were incapable of writing verse.

Now whatever may be the merits or demerits of the matter of my poems, the subject of metre is one which I most assuredly understand. No Druid had ever from his earliest youth a greater aptitude for versifying, few have ever practised it more, and still fewer have ever studied it so much. Men who are not poets will criticise the metre of a single line, which in most cases is just as absurd as it would be to pass sentence upon its meaning, apart from the context.

The whole paragraph in which it is placed ought to be taken into view, before the relation of (perhaps) a single syllable can be understood.

Kehama is written in a measure which unites the freedom of blank verse with rhyme. You will probably hear it talked of as an innovation, for which (were that true) it would neither be better nor worse. But the fact is that (with one trifling exception) there is no novelty, and the practises at which I doubt not Jeffray's jog-trot criticism has stumbled, are established usages in the poetry of other countries, not differing from our own in the character of their verses, that is to say whose verses are formed by accent and not by quantity. The exception to which I have alluded is that of making the first and last syllables of the same line rhyme to each other.

For the poem itself you will no doubt be ready to ask me the same question as the Cardinal asked Ariosto, and your opinion will not be so soon confuted by the public. I wrote it in full expectation that there were not above a dozen persons who would thoroughly enjoy it at present. I was mistaken, for there are at least a score. The reviewal of it in the *Quarterly* is by Walter Scott. If it be a Poet's privilege as well as an Englishman's to be tried by his peers, I reckon all mine among the score above-mentioned, and have a right to challenge any other jury.

Your pamphlet is in Mr. De Quincey's hands, or I would not have written to you without having again examined the point on which you had failed to convince me. I see you have met with a disputant, who cannot be a very clear-headed one since he sets out on his advertisement by denying what you have so plainly proved about Depreciation. But respecting gold I can have no doubt that you have made a discovery, perfectly original, and of prime importance.

La Pena is most unreasonably abused. He was only sulking and had some cause for it. The evil lay in putting two men to act together who did not agree.

I thank you for your friendly invitation and shall gladly profit by it whenever we come to Liverpool. But our motions are as yet uncertain.

Believe me, my dear Sir,

Yrs very truly

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick. March 31. 1811.

My dear Sir,

Upon receiving advice from my bookseller of the contents of a parcel sent per waggon, I was at a loss to guess who could have presented me with a treatise upon Bullion. Having gone to sleep over Huskisson's pamphlet, and experienced the same lulling effects from the Quarterly Review of the question, I had made up my mind to the satisfactory conclusion that it was one of those things for which I had no capacity, a conclusion to me perfectly satisfactory, for I have long perceived the necessity of being ignorant on many points, and am neither more sorry nor more ashamed of an inaptitude for finance, than for the want of a musical ear, or a hand for painting. It is true I had a sort of saving opinion that when any thing was clearly understood, it could not be very difficult to make a man of fair intellect understand, and therefore when there any wide difference upon principles, and both parties appeared perplexed, I thought it exceedingly probable that both were still in the dark.

You have proved this to the case upon the Bullion question, and of all the discoveries which have been talked of in our days (setting the chemists aside) unless I am grievously mistaken, yours is the only one which will stand the test of time and sound criticism. Horne Tooke has credit for a discovery in language, which no men could be ignorant of who had ever translated the word *notwithstanding* or *nevertheless*, or thought of their meaning. Malthus has credit

for a discovery, of which all that is true is to be found in every writer who ever took the future condition of mankind into consideration from the earliest times to our own, and all that is original is nonsense or worse than nonsense. But the principle that gold is no more capable of being kept at a maximum than any other commodity of which the supply and the consumption are liable to variations, has never (to my knowledge) been advanced before, and when once advanced, like the discovery of gravitation, it makes that the subject of science which before was only hypothesis and guess-work. I am exceedingly obliged to you for giving me clear light when I was totally in the dark.

But when you say that the value of money does not alter, but that some things become dearer and others cheaper, I either do not understand your argument, or it fails to convince me.

I hope you received my first vol. of Brazil which the publisher was instructed to send you on its appearance. The second is considerably advanced, but occupations of temporary interest from time to time call me from it. I am become a warmer politician than I ever again expected to have found myself, having had the Revolutionary small pox. But Spain and Portugal have roused me again, and I am carrying on the war with all our heart and with all our soul and with all our strength. It does my heart good to think that our poor friends the Portuguese whom every body had thought himself privileged to look upon with contempt, should be the first people to set an example of beating the French upon their own ground. What an unlucky statesman Lord Greenville is! and how a perilous a thing is it even for a brave and honest man to attach himself to a party when even such a man as General Ferguson could speak as he did of the Portuguese when it was first proposed to take them into our pay!

Possibly I may see you in the course of two or three months. I am bound for London as soon as my hands are clear of something which does not admit of procrastination, and most likely I shall make Liverpool on my way either going or returning. We have had a sickly season here with our children (now four in number) and I almost fear Mrs. S. will not be able to accompany me to town, as is our wish and intention if possible. There is a weaning in the case and that seems to be a formidable objection and the more so

the nearer it comes. From Durhan I hear that Mr. Sealy is likely soon to have number of his grandchildren increased.

Remember us to Mrs. Koster and your family. Mrs. Coleridge would desire to be particularly remembered if she knew to whom I was writing.

Believe me, my dear Sir,

Yrs very truly

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick, 27th May, 1815.

My dear Sir,

I am truly obliged to you for thinking of me in Pernambuco. The manuscript has arrived, and will be very useful to me, the more so, as Rocha Pitta takes the other side in his account, and omits, as he usually does, the most important points. The better I become acquainted with colonial history, the more clearly I perceive the natural tendency of all colonies toward Republicanism.

My second volume is advancing in the press, and I hope to publish it in the course of the winter.

Can you tell me if the Bernardo Vieira of your manuscript be of the family of João Fernandes Vieira, the Restorer of Pernambuco? I have not been able to discover how J. Fernandes was rewarded for his services, farther than that he was made Governor of Angola, which seems very much like putting him out of the way. I have another question to ask which you can probably answer. Are the negroes of the Palmares extirpated, or have you still in the interior of Pernambuco, as of Surinam, communities of maroons existing, in a state of something between savages and banditti? The map shows that the interior of that Captaincy is less peopled than any other part of Brazil.

Remember us kindly to all your family, and believe me, my dear Sir,

With many thanks,  
very truly yours

*Robert Southey.*

\* \* \*



Keswick, 3 June, 1815.

My dear Sir,

You need not doubt that I should be much gratified by seeing my Hist. of Brazil in a Portuguese translation, and much more so by its being your work than if it were that of a stranger: — but I am altogether incompetent to judge of what you have done, never having written in Portuguese. You are of course aware that it would require something more than verbal correction from a native; a great deal would be to be expunged as heretical, and not a little on the score of its political freedom. Still the general tone of the work is much in favour of the Portuguese, for the long attention which I have given to their history and the whole of their literature has given me a sort of intellectual naturalization among them; — and when the needful castrations were made, neither the Government nor the people would have cause to be offended with the disposition of the writer.

Should you persevere in this undertaking the only advice I can give you is to refer to the cited authorities wherever any speech or letter or saying is introduced in the text, as you will then find the original expression, and the translation will thus have that native raciness which the English wants. The readiest way of doing this would be to make me a visit when the work was in forwardness, for here the books are, and I could probably turn to any passage in a few minutes. Should you go on with it, the sheets of the second volume shall be sent you as far as they are printed, which in the course of a week or two will be to the end of the Pernambucan War.

Joam Fernandes Vieira was married, and when the insurrection began his wife was on the point of lying in. But whether he left children or not I do not know. Angola did not kill him, for he was living in 1678, and dedicated the Castrioto Lusitano to the Regent Dom Pedro. It is remarkable that Raphael de Jesus promised a second part of his history, which was to relate what he did after the war on Pernambuco: but that second part never appeared, and from the documents of Portuguese history may almost be said to end about that time.

You will probably be able to correct some errors in my work, which no diligence can avoid, when local knowledge is wanting.

The Conde of Arcos seeing that I wanted Anchieta's Grammar sent me a copy from the public library at Bahia, when they had a duplicate, and lent me the Valeroso Lucideno. It is perhaps the only instance in which a book was ever lent across the Atlantic, from Bahia to Keswick! I returned it thro the same channel by which it reached me and shall not fail to show my sense of the civility by sending them my History of the Peninsula War as soon as it is printed.

Remember me to as many of your family as may be at home, and believe me, my dear Sir,

Yrs very truly,

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick, 28 Dec. 1815.

My dear Koster,

Your letter gives me the greatest pleasure, far greater than if it had told me of the accomplishment of your military schemes. In that case a secret upbraiding would have accompanied you thro life, for no man ever yet sacrificed his duty to his inclinations without paying the penalty of repentance, unless his nature were compleatly brutalized and perverted. I am sure you will be a happier man than if you wore a red coat, I think you will be both a wiser and a better one. You will have enough leisure, and you know how to employ it.

If your journal had arrived at any other time six hours would not have elapsed before I should have read it with avidity. It came on Christmas Day when we had a house full of company, for the Wordsworths and Mrs. Lloyd and Miss Alms made their appearance among us most unexpectedly. The next day came my three tea chests from London, and I have not yet stowed away their contents, nor had my room recovered from the litter into which it has been thrown. I have read about half your journal with very great pleasure, more than is to be ascribed to the deep interest which I naturally take in the subject. I think it very probable, more than probable that you might make it into a book which could be generally

interesting, but upon this subject I will write to you fully when I have finished that portion which you have sent me. The only objection to publication arises from the necessity of suppressing anything which reflects upon the personal character of individuals, or could give them pain.

We reached home just in time before the snow began. Edith May appeared to recover strength and spirits as she drew nearer the mountains, and her native air and usual habits of life have produced all the amendment we could expect or wish. We found all well, and Herbert had gone on as diligently with his German testament as if I had been present.

Two packages of my books have reached London. The one Mrs. Vardon tells me is from Ghent, and the other has the *Acta Sanctorum*. Mr. V. having inspected them. I wish I were quite certain that he had not been mistaken in this, but I can hardly think that the *Acta Sanctorum* (52 folios of large Size) could be contained in the same package with my other purchases from Ver Beyst, which amounts to above 100 volumes, many of them of large size. Another circumstance which makes me doubt is that Verbeyst was to have drawn on me for payment for this work (500 francs) and I have received no notice of the bill. Be this as it may. I suppose the books are at this time on board one of Mr. Vardon's ships, and as soon as they arrive I shall forward your maps, and whatever else of yours may be in the package. Concerning the third package, I have requested Mr. V. would write to Mr. Werth.

There is an impudent interpolation in the last Quarterly, offering a shallow vindication of the Convention of Cintra, which I have resented as it deserves. It occurs in those sheets which I did not see before the number was published, and for this I take some blame to myself, especially as the circumstances which interested me so warmly in the latter part of the article, might have given me cause for jealousy respecting the beginning. My comfort is that the passage must appear like an interpolation from its inconsistency to every thinking reader; and that at no very distant time. I shall have the satisfaction of exposing its fallacy when I write the history of that Convention and stigmatize it as it deserves.

I have been busily employed upon my poem which is to be called *The Poets Pilgrimage to La Belle Alliance*. You will recollect

another reason, besides the desire of our friends, for giving the battle this name. The subject flows under my hands, just now I have run myself out of breath, and therefore lay it aside awhile while I recreate myself with the Quaranis and the Jesuits.

Remember me to your father an mother and sister. All here join in remembrances. It is one good consequence of your present plan that we may hope to see you here again.

God bless you

Yrs sincerely

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick, 28 Oct. 1816.

My dear Koster,

You may be sure that if I could with any sense of propriety apply to Lord Lonsdale, I should most readily do it, but my acquaintance with him is not of that kind. I imagine that there can be no better person to set to work on this occasion than Wm. Burn, — he has access to the right persons, and with neither be wanting in wile nor in zeal.

In Dr. Ackers Annals of George 3 — under the year 1772 is the following sentence — and nothing more upon the subject. “In Brazil the negro and Indian slaves united assembling in great numbers, advanced against the Portuguese, and various actions ensued attended with much bloodshed”. Here is one gross error — Indian slavery having no existence at that time: — but pray make enquiry concerning the insurrection. I am putting together the last chapter of the volume, a miscellaneous one describing the state of the country, collected from very scattered materials.

God bless you,

Yrs affectionately,

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick, 26 Aug. 1817.

My dear Koster

You will have learnt, no doubt, from Liverpool, that while you were expecting to hear from me and supposed me to be quietly pursuing my usual employments at home, I was far away upon the continent. I went abroad to see whether a total change of scene and circumstance would wean me from recollections which time seemed rather to strengthen than to abate. Nash and Senhouse (of whom you may have heard us speak) were my companions. Our route was from Calais to Paris, Dijon, Besançon, Pontarlier, Neufchatel, Lausanne, Geneva, and M. Cenis to Turin and Milan. The Lakes Como, Lugano and Maggiori back into Switzerland by the Simplon — Friburg, Bern, the Bernese Alps, Lucerne, the wood cantons, Zurich, Schaffhausen, Donausingen through the Black Forest to Friburg in the Brisgau, Kehl, Strasbourg back over the Rhine to Bedch, Rastadt, Heidelberg, Manheim, Frankfort, Maintz, Coblentz — Cologne, Aix-la-Chapelle and so home by Brussels, Lisle and St. Omer: A tour of about 3.000 miles, which we accomplished in thirteen weeks without any delay, accident, or unpleasant circumstances of any kind.

During this whole time I saw no English newspapers after the first week; and it was from the Lugano gazette (the oracle of the North of Italy) that I first learnt of the insurrection of Pernambuco. — Your letter of 24. Febr. reached me just as I was leaving town for the journey. That of the 21st of June I received on Thursday last, three days after my return. I enclosed the papers by the next nights post to the Bishop of London, who would receive them yesterday, if he were at Fulham. The *fourth* copy of my second volume was designed for your father.

It is not my fault that the reviewal of your boock did not appear three months earlier. It was written as soon as the book appeared and printed immediately. Anything further did not depend upon me. I was glad to hear that about ten copies only of the quarto were left, and that an octavo edition was ready for publication. Here is good encouragement for you, if you needed any.

I have sent my third volume to the press and am hard at work upon it. During my absence the Santuario Mariano arrived for me



from Lisbon. — a book which I had been soliciting in vain for several years. The two last volumes contain a good deal of Brazilian history, most of which (indeed almost all) has arrived too late for my present edition, — and whether I shall ever live to see a second is doubtful — or more than doubtful. However I shall leave the work as complete as I can make it. In the *Santuário* (a book the title of which shows of what rubbish it is composed, — being an account of all the Images of N. Senhora in Portugal and the Conquests in ten volumes!) — I find mention of a history of Brazil by P. F. Vicent de Salvador. It is referred to apparently as if it were printed; but I have nowhere else heard of such an author. Can you learn anything of him? It cannot be a mistake for F. *Manoel* de Salvador and the Valeroso Lucedeno, — that is certain.

Perhaps you may still be able to inform me what in the opinion of the Brazilians themselves are the advantages which Brazil has derived from the expulsion of the Jesuits. My former volumes must vent unequivocal testimony to the impartiality with which I regard the Jesuits. I am not aware of any possible motives which could influence my judgement either for or against them and I cannot but consider the expulsion to have been founded upon false accusations and in every way impolitic as well as abominably unjust. — But you will wish to hear a little English news and English gossip, rather than to have me talking across the Atlantic upon the old subject.

Mrs. Vardon is — lying in at Tournay. This I am sure is news which will surprize you, and I think an attestation of the fact ought to be sent to Spa — as an enducement to others to step in St. Remacles footstep. We crost with her to Calais and had no suspicion of her pregnancy. At Calais we parted with her, and when we reached Brussels on our return found her apparently very near the time of her confinement. She was going to England with George who was to be placed at the military Academy at Sandhurst, and could not be admitted unless he appeared there the second Tuesday in August. Mr. V. could not go with him being detained at Brussels with Martin in consequence of an unluckly affair which I will presently explain. So she was right glad to join company with us, and set off half a day before us, that we who travelled faster might come up with her the next night at Lisle. We found her at Tournay, afraid to proceed and thence left her, the Doctor having pronounced rest

necessary and given hopes that after a few days she might continue her journey. Her house in Hanover Square was ready and she did not expect the young Remacle to appear before the middle of October. We took George on with us and left her with Tom, Miss V. and Mary. Tidings however have arrived that she has been brought to bed there.

Martins affair is briefly thus. Bows and arrows had been forbidden at the school, very properly, as the arrows were pointed with needles. Martin borrowed one from one boy to make a shot with it, and desired another of his schoolfellows to hold his book before his face that he might shoot at him (their common mode of play.) The boy lowered the book at the moment that the arrow was on the way, and it entered the corner of his eye. A cataract was coming on in this eye, — this produced inflammation and ended in the loss of the eye. And for this the parents have been wicked enough to prosecute Martin criminally! The cause had been discussed in two courts, and by the last accounts it to be carried to a third!

Thus much for the Vardons who have made a miserable business of educating their boys abroad. Tom is very much worsened, Dutch education having in great measure undone what Westminster had affected. — Nash is in high feather, and is coming to take lodgings at Keswick. So is Bedford — and the Rickmans are on their way to visit us. September therefore if the weather shall permit will be a month of compleat dissipation. Westall is lodging at the bottom of the garden. The house and property have been sold by auction. I was a bidder (by proxy) during my absence, and have not been well used about it. However my new landlord a silversmith in Cockspur Street, and a Morrowdale man by birth, talks civilly and promises largely. All here is well, and I have about 250 volumes on the way from Milan and Brussels, — including the *Acta Sanctorum*, which I have at last seen paid for. Ver Beyst was delighted to see me, and even paid me a visit at the Hotel. I saw Grumpy, Henri, and the other coachman, all of whom were rejoiced to see me again. We called on M. Ouwarx at Huy, — and we slept at Sombref, renewing our acquaintances everywhere.

As for English politics you are probably as well informed of the event of the last four months as I am, who have picked up my only knowledge from French, Italian and German papers. You will have

seen my papers in the Quarterly, — they have not been without effect, — and as for the uproar which a set of cut-throats raised against me in consequence, you know me well enough to understand how perfectly invulnerable I am to all such attacks, and how indifferent to abuse. There is no copy here of my letter to Wm. Smith, or I would inclose it, — however I will send one with my next publication, whatever that may be, — most likely it will be the Tale of Paraguay. I am at present more hated than any man living by the Buonapartists and the anarchists, — they are biting at my heel, and I set my foot upon their necks.

I saw Mr. Wilberforce and talked with him about you. When I write to him I shall tell him about the Chaplainship but not as requesting him to interfere in the choice, — then would be an impropriety in this which you will easily perceive. I made him perfectly understand why the history of the Abolition was more wanted in Brazil than any argument upon the question; and I have little doubt but that the society will print you chose to supply. The work of abridgement you will find very easy. All here desire their love.

God bless you.

Yrs affectionately.

\* \* \*

My dear Koster,

I thank you for your narrative, you can very well understand how deep an interest it would excite in me. When you come home, it will form a valuable part of your second volume, you may look forward to this with good encouragement, Longman writes me word that your second edition is doing well.

You will think it strange that there should be any difficulty in procuring a Chaplain, nor could I have believed it, without so stocking a proof. The Bp. of London informs me that he cannot provide one for Bahia (where the salary is 500£) and that he has a great many appointments in the West Indies which he cannot fill. He asked me to recommend a person if I knew one. I thought of James White (the brother of Kirke and Neville) and proposed it to him, but if his own inclination had been stronger, his Mother's life and

state of health would have been objection enough. And here the matter rests. The difficulty arises from a vice in the very nature of our establishment, which I once touched upon in the *Q. Review*, — that men go into the Church only at one age, and then because they are bred to it, as others to the Law or the Army: the door is shut (by custom tho not by laws) against those persons among whom the Roman Catholics and the Methodists recruit their most efficient troops, men in middle life, who from deliberate choice, and a conviction of the vanity of worldly pursuits (which oftentimes nothing but affliction and experience will produce) devote themselves to the service of God and their brethren, and are ready to go wherever they may be useful. I am still making enquiry.

My third volume is coming on steadily and well. Your *M. S.* concerning the insurrection of 1711 has been very useful, and the next proof will begin with it. Perhaps you may be able to inform me, in time for the supplementary notes, whether the Bernardo Vieira of these troubles, were related to Joam Fernandes, and who were the two persons who were degraded to India, the manuscript was written before the sentence was known, and Rocha Pitta who writes thro thick and thin in favour of the Pernambucans, conceals their names.

I see my way distinctly to the end, and shall soon be meeting the Moxo and Chiquito Missions from Cuyaba, Matto Grosso and Para — by the Madeira. Every day I am wishing you were here to see my progress, and observe how my scattered materials fit together. I have collected much curious matter about the Mines, indeed I believe there will be more original matter in this volume than ever appeared in any similar work: yet I am fully sensible how imperfect it must needs be. All information in printed documents ends with the Jesuits, and except as regards them, fifty years sooner. After their expulsion the only historical paper I possess relates to a projected revolution in the Minas Geraes in 1792. To fill up this gap there is nothing but the names of the Governors, so here of course I must bring in the picture of manners etc., and the main difficulty will be to keep within the limits of the volume, for loving the fullest information myself, prolixity of matter (not of manner) is the sin which most easily besets me. What a relief it will to be when this arduous work is completed, which, God willing, it will be in the course of the summer.



Probably I may have something to send you before this quarto is thro the press, for you know it is my way to have many irons in the fire, the one keeps the other hot, and the same fire serves. By way of episode I am getting on with a life of Wesley, which in itself will be a very considerable work, containing much of our intellectual and religious history for the last hundred years, and following Methodism wherever it has travelled.

If this application about Maranham should prove successful, you will very likely be able to obtain information, there, concerning the back settlement, and what has been the effects (perhaps) of the Spanish Missions in the heart of S. America. I suppose, like those of the Portuguese up the Orillana, they have gone to wreck since the expulsion.

We have had a wet and windy winter which is less disagreeable than a cold one, but it has peeled the rough cast from half the house in Keswick, and this among the rest. We are left to ourselves as usual in these months, and see nobody whatever but Westall, who lodges at the bottom of the garden, and is as much devoted to his pursuits and as unremitting in them, as I am in mine. He has very nearly completed some masterly prints of the Caves in Yorkshire, which will be followed by a series of views of this country; our scenery will for the first time be treated by a man who can do it full justice.

Calvert is gone to place his eldest son at Harrow, and wishes to let his house. An having left school is gone to act as tutor in a family who live near Ulverstone, a very fortunate situation for the next two years, if anything should enable him get to Cambridge at the end of that time. As for public news, the best is that there is none of any interest: — the usual sort of factious opposition in Parliament, and preparations for a General Election. I am sorry for Mina, very sorry, but by no means sorry that the revolutionary party in Mexico should be suppressed. That South American war is of such a nature, that we might wish it terminated in any way, but were I to choose the way, it would be by reestablishing the authority of the Mother country: we are sure that old evils would be mitigate, if not removed entirely, and God knows the world wants no more



examples of successful Revolution. Let us but keep things quiet, and more good will be done in the next half century than has ever been accomplished in an equal number of years.

All here desire to be kindly remembered,

God bless you,

*Robert Southey.*

\* \* \*

My dear Koster,

Thank you for your list of Governors and Bishops, for all you have done for me, and all you are doing. I am hard at work as usual, and have at this time the 48th sheet of the third volume lying before me: when the volume reaches you, you will see in more parts than one of what use you have been. The end of my long labours is at last fairly in view, there is a great pleasure in completing anything, more especially a work of such extent and difficulty as this, which I verily believe to be the most laborious history in our language. As soon as it is finished I go to press with the History of the Peninsula War, which will excite much more immediate attention. But I am far from regretting that so much time and labour has been bestowed upon a subject for which few English readers (such as readers now are) can be expected to feel much interest. No other person could have brought the same industry and the same advantages to the task: — an Englishman would have wanted the wide scope of Portuguese knowledge and the Portuguese feeling to which so many years conversance with Portuguese literature had given me; and on the other hand a native of Portugal or Brazil would have been shackled by many prejudices or political considerations, and his ignorance on some points would have counter-balanced his superior knowledge which he would have possessed on others. What I have done is in many parts very imperfect; it is nevertheless even now a great achievement, as long as I live I shall carefully correct and enlarge it from whatever documents written or printed, may come to my hands, and centuries hence, when Brazil shall have become the great and prosperous country which one day it must be,

I shall be regarded there as the first person who ever attempted to give a consistent form to its crude, unconnected and neglected history.

Whether anything may come of Mr. Wilberforce's good wishes and good endeavours remains yet to be seen: that he is not wanting in either is certain. I wish you may be stationed at Para: the climate has been so much improved by the progress of cultivation that it is said to be better than that of any of the southern capitals. As a place of trade, it must become of more importance than even Recife, for Para must be the chief port for Mato Grosso, and the facilities of water communication in all directions seem to offer an interminable field for enterprise and commerce. And you would find materials for more than one volume in the new scenes which would be laid open, and the new sources of information.

I have lately obtained, and just in time, the *Corografia Brazilica*, which may possibly have reached Keswick sooner than Recife. Had this book appeared sooner it would have been better for my purpose: however I have contrived to wean in its information as well as I could; and perhaps no person but myself will perceive that the matter might have been better arranged.

It is remarkable that there are no Dominicans in Brazil, there were enough of them in Portugal, where they were quite as much in fashion as any other order, and yet I have not found any mention of them in your country.

Nash has not been with us this year, nor have I ever been farther from home than Rydale. I have had only one guest, but my time as usual has been much interrupted by chance visitors. My brother the Captain is about to take up his abode in Newlands at Lady Day next, perhaps you may remember the house, an unfurnished one belonging to Mrs. Barcroft, and known by the name of Emerald Bank. His residing there will be useful in drawing me out of my den which I am too much in the habit of keeping.

Among the books which I bought of Ver Beyst during my last journey is a history of the Dutch West Indian Company, by Johannes de Laet, written in Dutch and printed in 1644. I had suspected that such a book must have existed, but could never obtain any intelligence of it, till to my great delight I found it upon our friends shelves. My last years purchases on the continent make a formidable appea-

rance now that they are fairly arranged; the “organ-room” is pretty well filled, and I show the *Acta Sanitorum* to all book-lovers with great pride, as the jewel of my library.

A person whose name I forget, but who had been some years at the Rio, wrote to me from Leeds some little time ago, to consult me about publishing here in England — a Tupi grammar and vocabulary! Things in which I was perhaps the only other person in England who felt the slightest interest. My advice was if he had any journal, or any information concerning Brazil to publish *that*, and bring in his grammar and vocabulary under cover of more promising matter, by way of appendix: and this he seems disposed to do.

With the third volume of Brazil I shall have to send you in the early spring my “Life of Wesleí and Rise and Progress of Methodism” — two large volumes and of matter much more various and amusing than the subject may perhaps seem to you to promise. The conclusion of the first volume is in the printer’s hands, and parts of the additional notes go off to him by this night’s post. I know not whether you recognize my hand in the Q.R. In the last number I had Evelyn’s Memoirs, and the means of improving the people. In the next something about New Churches, and the Copyright question.

All here desire their kindest remembrances, believe me my dear Koster,

Your affectionate friend,

*Robert Southey.*

Keswick. 27 Nov. 1818.

\* \* \*

Keswick. 16 Nov. 1819.

My dear Koster,

Having very foolishly neglected to bear in mind the connection between Mrs. Coleridge’s journey to Liverpool, and a letter to you, — the morning of her departure finds me unprepared with the despatches, and I must hurry thro them faster than I would otherwise have done.

First I have to thank you for the paper concerning Para. It did not arrive till my third volume was thro the press, I am sorry for this, because it contains some information which I was not possessed of, and the more sorry, as I have thus missed an opportunity of saying something in praise of the Conde dos Arcos, he having deserved it, and especially at my hands. Better late than never: — and there will be a second edition, one day or other, if not in my time, certainly after it.

Secondly — there is a Chaplain found. The Bishop of London called on me in the summer just before I left home, and talked to me about this very person. His name is Sandby, and he was a Winchester man, by education therefore all that could be wished. I believe he is an elder man than myself, and takes this situation because he has been ruined by becoming surety for some near friend or relation, so that a broken fortune is in this case no drawback from his character. The Bishop said he should make full enquiry concerning him, but he himself remembered him at school, and if I remember rightly, at college. The Bishop of Hereford, formerly Warden of Winchester, recommended him to the Bp of London and last week I received a letter from the latter, enclosing one from Mr. Sandby, who desired to hear from me. I advised him to notify his appointment to the Consul and to you, if he did not mean to embark immediately, and told him that he might count upon your friendly offices at Pernambuco, and that if he sailed from Liverpool, your father would be of use to him. Whether he is married or not I am not sure, but I rather think he is. He is certainly a gentleman by his connections.

Mrs. C. goes to Liverpool for the purpose of having some stays made for her daughter under the direction of Mr. Parks. She is to be at Dr. Cromptons.

My third volume is, I trust, on the way to you ere this. The manuscript of the whole work in its first rude draught is now on the shelf before me, bound in five volumes, at which, you may well suppose, I look with no small satisfaction at having thus completed what will probably be the greatest labour of my life. You will see your own name very often in the margin. Early in the year my Life of Wesley will be published, of course it shall be sent to you as

soon as it comes out. I am busy upon it at this time, and have about half a volume to write.

My household is but an ailing one. Bel is by no means in good health, and Edith also is looking thin and pale. Kate and Bertha are well, and infant, however, tho he has lately had two or three bilious attacks which make one feel sensibly the frailty of an infant's life. A seven weeks journey in Scotland was of great service to me for the time, and I am still the better for it. As soon as Wesley is finished, which I expect will be at the end of January, I go to London.

Mrs. Vardon is just brought to bed of another daughter. Nash would have been with me this last summer if I had not been summoned upon my Scotch tour, an engagement of some years standing. He comes down to us next year, and will perhaps be my companion on my journey home. There is some chance that the death of Lord Somerville may involve me in the troubles of law. The property bequeathed to him by his Mother's Uncle was intended to revert to the Southes, in case of his dying without issue. I know very little about the business at present, farther than that if any they can be recovered (for he sold the whole) it can only be by means of long law suits.

I have heard nothing from Mr. Wilberforce for a long time. But I shall see him in London, and everybody else whom I wish to see.

God bless you, my dear Koster,  
Yrs affectionately,

*Robert Southey.*



The Investigador Português (T. 17. p. 219.) gives Anchieta credit for a political prophecy that Brazil would never be truly rich till her mines of gold were exhausted & the people should betake themselves to the cultivation of those articles which in his time were so ignorantly & blindly despised. — Anchieta might have said this, — if there had been any mines in his time, — but not a grain of gold was discovered in Brazil till long after his death.

Um original de R. Southey

(Tem uma nota a lapis no alto, do próprio punho de Southey, declarando ser uma suposta profecia de Anchieta, relativa às minas do sul do Brasil).



---

## TRADUÇÃO (\*)

### CARTAS A JOÃO THEODORE KOSTER

---

Keswick, 4 de março de 1804.

Prezado Sr.,

Recebi hoje à tarde aviso de que o Sr. Hill mandou, consignado aos seus cuidados, um caixote de livros para mim pelo vapor *Henry*, que partiu no último combóio. Tenha a bondade de, assim que cheguem, informar-me em quanto montaram as despesas de transporte, etc., para que eu remeta logo a importância. Perdi já dois carregamentos, desde que arrebentou esta terrível guerra, ambos mais valiosos do que este, que espero, guiando-me pela doutrina das probabilidades, me chegue às mãos em salvamento.

A Sra. Southey une-se a mim nas minhas lembranças à Sra. Koster e suas filhas. Desde a última vez que nos vimos, tivemos e perdemos uma filhinha, que, com 12 meses de idade, era o assombro e o encanto destas redondezas; de fato, o mal que a vitimou — hidrocefalia — proveio de sua prematura atividade cerebral.

Depois desse golpe, mudamo-nos para aquí, e aquí permanecemos até que eu volte mais uma vez a Portugal afim de completar a história desse país, em que há muito tempo estou seriamente empenhado. Se ainda não conhece esta Terra dos Lagos, espero que a visite enquanto aquí estamos. O clima podia ser melhor e as mon-

---

(\*) O presente trabalho de tradução das cartas de Southey foi feito pelo Sr. Américo Jacobina Lacombe.

tanhas me pareceram diminutas em comparação às Serras de Algarve ; mas o tempo e a experiência me teem ensinado a admirar a sua magnificência, e, talvez, fossem elas mais vultosas, não seriam tão belas. A casa em que moramos descortina um dos panoramas mais maravilhosos da ilha, incluindo dois lagos ; pelos fundos se avista Skiddaw. Contudo, quiserá antes estar em Sintra, e preferiria um Siroco do mês de julho a um Nordeste do mês de março.

Com os meus respeitos,

Creia-me sempre,

*Robert Southey.*

A população aquí está toda alarmada pelo fato de ter ouvido a noite passada um forte canhoneio ao largo da costa ; não vejo, entretanto, razão para alarme, visto que temos a nosso favor não só a nossa posição como também 18 voluntários, que teem como capitão um habil farmacêutico.

*A John Theodore Koster*

\* \* \*

Keswick, 29 de março de 1804.

Caro Sr.,

Os livros acabam de aquí chegar a salvamento. Agradeço-lhe muito pelo trabalho que teve, lastimando não me aparecerem mais vezes oportunidades de praticar a virtude defensiva do contrabando. Os direitos sobre livros encadernados são de seis *pence* por libra de peso ! e Sua Majestade recebeu mais de setenta libras pelo que eu e meu tio trouxemos aos seus Domínios, mostrando isto como os nossos habeis governadores teem feito da literatura um luxo tão dispendioso !

Se acaso houver algum alarme de guerra pela sua vizinhança, envie para cá tantas pessoas da sua família quantas quiser, que hospedarei em casa quantas puder, arranjando acomodações para as demais. Mas não creio que haja motivos para receios. Na verdade

Londres está ameaçada pela sua própria plebe, e em todas as grandes cidades o mesmo mal existe e as mesmas consequências podem possivelmente advir. Mas um exército invasor deve perecer. Espero que o inimigo tente a invasão e que perca no mar o bastante para engordar os caranguejos do Canal e, em terra, o bastante para fornecer ossos para se construir um monumento nos Rochedos de Dover que seja visto de Calais. Nós também merecemos sofrer um pouco, e só quando ambas as nações tiverem padecido suficientemente, ficará a Europa em paz, — e não antes.

A coligação é verdadeiramente monstruosa; justificam-na com a necessidade de agir contra um inimigo comum, mas se Addington cair por tais meios, virá um pior em seu lugar. O ministério anterior foi iníquo e tolo; este é apenas tolo, com o que devemos ficar agradecidos. Há algumas semanas passadas eu tinha esperança de uma feliz mudança. Os Windhamitas teem grandes esperanças, e estão certos de que nenhum Rei e nenhuma administração poderá conservá-los de fora. A princípio eram favoráveis ao puro despotismo — agora a uma oligarquia. No final, nenhum deles será vitorioso. Precisamos ser um povo mais agrícola e mais militarizado, e só assim estaremos seguros contra as investidas de dentro do país e de fora dele.

Coleridge foi para Malta, mas quando partiu não tinha nenhuma intensão de passar por Liverpool, a caminho para Londres. De outra forma, lhe teria incumbido de procurá-lo, para que você pudesse ver o homem mais extraordinário da Inglaterra. Conheço dois homens que na média de sua capacidade intelectual o podem igualar, mas em sociabilidade, em profundidade de espírito, no brilho de imaginação, Coleridge está sozinho!

A Sra. Southey espera uma criança no mês que vem. Logo que as coisas se normalizem, com a ajuda de Deus, irei para Londres, e talvez de passagem lhe possa ir agradecer em pessoa.

Com toda a sinceridade,



Keswick, 11 de novembro de 1806.

Meu caro Sr.,

Ficamos todos muito contentes com as boas notícias que nos deu em sua carta. Pela leitura dos jornais esperava um outro remate ao pleito; teria muito prazer que o General Tarleton fosse derrotado por qualquer pessoa, mas a eleição do Sr. Roscoe é mais do que uma vitória sobre esse indivíduo. Significa um triunfo para a literatura, para a inteligência, para a humanidade, para a liberdade — um triunfo dos bons princípios sobre os maus princípios. Em parte, a sua cidade se resgatou da ignomínia desse tráfico maldito de escravos, mandando tal representante ao Parlamento.

Desde a última vez que você viu meus irmãos, um grande acontecimento ocorreu na família— sou pai de um varão, herdeiro presumitivo de talvez mais livros portugueses do que qualquer outra pessoa que não seja um súdito português. Chamamo-lo Herbert. A vida de uma criança é tão precária, que não ousa fazer nenhum projeto para o seu futuro; mas se Deus for servido que ele viva e encontre nos ditos livros a metade que seja do prazer que seu pai neles encontra, espero que não ficará mal satisfeito com a herança.

Henry (peço-lhe perdão — o *Doutor*, devia eu dizer) com certeza lhe disse que vou indo na forma do costume neste aprazível lugar. Nada aqui é tão exato como eu, com exceção do relógio da igreja; e, quando acontece haver alguma diferença entre nós, tenho consciência de que é o relógio que está errado. Tenho em mão diversas coisas de mais ou menos importância. Uma delas é a nova edição do Palmerim de Inglaterra, corrigida do português, que penso poder provar ser a obra original. Você dá pouca importância a essas coisas, mas a leitura do Don Quixote lhe pareceria muito mais interessante depois de as ter lido. Outra é a Crônica do Cid, que é de natureza e pretensões mais elevadas. Para esta haverá valiosos assuntos preliminares e explicativos, e o próprio livro, completado com todos os documentos que a literatura espanhola fornece, constitue a mais curiosa descrição de costumes que jamais tem aparecido, creio eu. Poderei aqui dispor de alguns dados que havia colhido para servirem de introdução à minha história de Portugal, relativos ao estado da sociedade daquele país depois da conquista dos Mouros e antes de se tornar um

estado cristão independente, porque não terei lugar ali para coisas que possam ser bem aproveitadas noutro lugar.

Coleridge regressou há cerca de quinze dias, ainda hipocondríaco, mas de melhor saúde física. Fala em fazer conferências na “Royal Institution” sobre os Princípios Comuns às Belas Artes. Suas aventuras na Itália foram muito interessantes. O segundo Inquisidor em Roma, Piccolomini, irmão do Príncipe, avisou-lhe em tempo que havia chegado ordem para que se prendessem os ingleses, obtendo-lhe passaportes algumas horas antes da dita ordem ser posta em execução. Luciano Bonaparte prevenia-lhe de que, se tivesse algum dia escrito alguma coisa contra seu irmão, tomasse cuidado consigo; na verdade, não tenho a menor dúvida de que tivesse sido apanhado, teria sido assassinado como o foram Palm e o Capitão Wright. Luciano leva uma vida ajuizada e feliz; é um homem puramente doméstico, apaixonadamente devotado à mulher e aos filhos, e é considerado como um verdadeiro amante da liberdade. É muito estimado em Roma. O sentimento geral na Itália é de grande temor e horror em relação aos franceses e um grande desprezo por todos os outros povos, o que, devemos confessar, amplamente merecemos por nossa parte. Em Nápoles e na Sicília, entretanto, todos os intelectuais, pessoas de talento e proprietários de ambos os países, estão do lado dos franceses, da mesma forma que estariam do lado do Diabo, para se livrarem de um Rei tão perverso e de um governo tão vil como nem o próprio Diabo seria capaz de lhes dar. Nossa atitude em relação a esses países tem sido, como toda a política do governo inglês, insensata e estúpida ao mais baixo grau. Isto é, porem, um assunto doloroso, porque as coisas estão tão ruins que ainda tendem a piorar, antes que possam melhorar.

Todos de casa mandam lembranças. Espero vê-lo pela primavera, quando tenciono ir a Lisboa, se não for proibida a entrada dos ingleses a qualquer preço nesta cidade.

Seu sincero

*Robert Southey.*

Keswick, 20 de agosto de 1807.

Meu caro Sr.,

Venho agradecer-lhe pelo pequeno caixote de livros que aqui encontrei há dias, ao regressar de uma breve viagem a Ambleside. Soube que havia vindo por seu intermédio por informações que tive de Lisboa e também por Samuel Reid. Faltam, entretanto, três volumes, que espero não tenham sido incluídos na remessa, e que, portanto, não se tenham extraviado.

Não demorará muito tempo antes que lhe possa enviar os primeiros frutos de muitos anos de árduo labor. Vou apressar a Crônica do Cid, um livro cuja história em resumo é a seguinte: Para mostrar as condições da sociedade na Península Ibérica logo que Portugal se tornou um estado independente, escrevi há muitos anos atrás um resumo da vida do Cid, que mostrava, em narrativa coordenada e muito curiosa, os costumes da época; este escrito, entretanto, embora resumido, não pude juntar aos meus outros documentos, cujo desenvolvimento já era avultado. Pensei então em desenvolvê-lo, mandando-o imprimir separadamente; mas ao chegar a esta conclusão, os documentos originais me pareceram em tudo tão interessantes, que acabei deliberando entregar-me seriamente ao trabalho, para poder apresentar uma Crônica do Cid tão completa como jamais se vira, mesmo em seu próprio país. Eis aqui documentos que tive em minha frente: o Poema del Cid, que é o mais antigo poema escrito na língua, e talvez o trabalho mais antigo, composto pouco depois de sua morte; a Crônica del Cid e a Crônica Geral, que foram compiladas por ordem de Afonso, o Sábio, mais ou menos no ano de 1.250. Estas duas obras são, em geral, a mesma, isto é, uma foi ou extraída ou enxertada na outra. Cada uma, entretanto, contém certas particularidades que não se encontram na outra. De posse dessas três obras, combinei tudo que elas continham numa única narração, que é a tradução delas, embora, certamente, diferindo de cada um dos originais em separado. Acrescentei-lhe também tudo o que se encontra em outras autoridades igualmente autênticas, fazendo circunstanciada referência a elas no fim de cada capítulo, e embrenhei-me em

toda espécie de investigações críticas e explicações necessárias, nas notas.

Tudo isso terá uma introdução concernente ao estado da Espanha sob o domínio dos Godos e dos Mouros, dando traços gerais de sua história até a época do começo da Crônica. Acredito que este livro será dos mais curiosos que já tenham aparecido na nossa língua.

Aprouve a sua Graciosa Majestade, ou melhor a Lord Grenville por ela, conferir-me exatamente quando deixou o seu cargo, uma pensão de 200 libras. Agradeço a dádiva real. S. M. haverá por bem deduzir, a título de taxas, 56 libras da soma total. Admiro a consciência Real. Agora que já disse que sou um pensionista do governo, vou lhe dizer algo sobre o estado das coisas. Parece que tudo se encaminha para uma revolução, para isso não tendo contribuído porem nenhum partido, mas sim a completa falta de capacidade de nosso governo e os excessos da politicagem corrupta. Quando Pitt e Fox eram vivos, aqueles que não confiavam num, confiavam no outro, mas essa fé política já não existe mais. Lord Grenville é o único homem que ainda resta com dotes de estadista; confiando no seu prestígio demasiado, vai deixando passar o tempo, quando poderia adquirir enorme popularidade renunciando às sinecuras de que mais cedo ou mais tarde será despojado. O povo começa a desprezar os seus chefes, cada vez mais se convencendo de sua prodigalidade e peculato. A situação externa dia a dia se torna pior; o que poderá salvar o carro do Estado, guiado com tanta imperícia e tão deshumanamente por caminho tão íngreme? o que o poderá impedir de tomar?! A Sir Francis Burdett falta capacidade em relação a sua integridade e popularidade; se houvesse um homem inteligente para o substituir, talvez se tornasse o Martinho Lutero de Inglaterra. Fiquei muitíssimo aborrecido ou antes muito indignado com a última eleição que aí se verificou. Nada poderia desabonar tanto uma cidade, que eu tinha na conta de ser uma das mais liberais do Reino, como o fato de destituir um dos melhores membros para colocar justamente um dos piores.

Tomarei a liberdade de mandar a meu tio, por seu intermédio, um pequeno caixote contendo geléias, etc., coisas muito comestíveis numa alfândega, mas de nenhuma utilidade, suponho eu, de outro



modo. O meu irmão Harry está com ele. Afinal de contas fixei aqui a família, tendo acabado de receber de Bristol a parte principal de minha biblioteca e a de meu tio. Lembranças de todos nós à sua Sra., a seu filho e filhas. Vê-lo-ei durante o inverno.

Sinceros cumprimentos do

*R. Southey.*

\* \* \*

Keswick, 5 de dezembro de 1808.

Meu caro Sr.,

Não concordo com este plano de Coleridge, porque dá a impressão de ter sido extraído de uma carta, e porque há algumas coisas nele que ficariam muito bem sendo ditas a um amigo, mas não tão bem sendo ditas ao público. Fez nele o autor algumas correções de pouca importância, mas, parece-me que duas mais, e de maior importância, devem ser feitas. Não é possível que ele possa reunir a lista de seus assinantes a tempo de ser publicada tão depressa quanto propõe este impresso, e se alguns exemplares fossem pedidos por assinantes residentes no campo ou nas pequenas cidades, o seu único meio de pô-lo em circulação seria pelo correio. Neste caso teria que selá-lo, e como cada folha requer um selo, o emprego de um papel maior, porem com tipos menores, permitiria imprimir a mesma extensão da matéria com o mesmo preço de venda.

Você não conhece Coleridge. Ele é, em tantos pontos, tão superior a todos os outros homens com quem me tem cabido lidar, que, embora saiba o quanto você difere dele, desejaria que o tivesse conhecido, para ver o que nele lhe desagradaria. Se esse seu plano for realizado, doará ele ao mundo uma obra de crítica salutar e de sã filosofia como jamais se produziu nos tempos modernos. Tenho cá as minhas dúvidas e receios acerca deste projeto, e agora que já é muito tarde, acho que uma publicação mensal, trimestral, ou mesmo uma publicação irregular, seria um modo de proceder mais de acordo com o seu temperamento. Contudo, os seus livros de apontamentos são numerosos e bem desenvolvidos, só faltando por em ordem os seus escritos avulsos.



Wordsworth está occupado com um panfleto referente à maldita convenção de Sintra. Nunca poderei pensar em Sintra sem dor no coração por causa dessa convenção. Nós aquí, entre as montanhas, estamos tão ansiosos por sacar a espada como vocês, aí em Liverpool, estão em embainhá-la.

Não sei se já lhe disse que as traduções do Poema do Cid foram feitas por Frere. Espero que ele aproveite bem o seu tempo e detenha algumas transcrições feitas no Escorial, com que ele, a princípio, ficara decepcionado. Como de costume, arranjam as coisas do pior modo possível, mas a despeito de nossos enganãos, de tudo o que fizemos e de tudo o que faremos — embora Bonaparte breve estará, ou talvez até já esteja em Madrid e chegue em breve a Lisboa, não obstante, — apesar de tudo isso, tenho a mais plena e inabalável confiança numa possibilidade de bom êxito dos espanhóis. Neste meio tempo estou me enfronhando sobre as antigas guerras holandesas no Brasil, e posso-lhe contar muito mais coisas acerca dos Tapuias e dos Tupinambás do que sobre os Suecos e Russos. Minha história vai para o prelo esta semana, depois de haver esperado seis meses por uma redução no preço do papel.

A Sra. Coleridge pede-me que lhe diga que ficou muito contrariada por não ter podido estar com suas filhas em Ambleside; quando as procurou já elas haviam partido há dias. Este recado devia ser acompanhado de muitos *etceteras*, que, segundo a autoridade da Gramática Latina, devem ser melhor compreendidos do que expressos. visto que seria muito enfadonho mencioná-los.

Com toda a minha sinceridade,

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick, 7 de março de 1811.

Meu estimado Sr.,

Quando Longman reparar a sua deplorável negligência, mandando-lhe o livro sobre o Brasil, juntará a ele um exemplar do Kehama. Penso que você se interessa tão pouco por poesia como eu por metafísica, ainda que, talvez, você não a julgue tão nociva; não obstante, como você achou que valia a pena ler a crítica sobre o poema, feita

por um homem que não está na altura de compreender nem seus méritos nem seus defeitos, talvez achará que valha a pena ler a própria obra. Não vi ainda a citada crítica, mas em me referindo assim a Jeffray (que é o autor) falo com pleno conhecimento de sua incapacidade, adquirido em conversa com ele e que se tem confirmado em todas as críticas que ele tem se metido a fazer sobre um volume de poesia.

Quanto à metrificação do poema, a que se aplica a sua observação, tanto poderia ser julgada por meio da álgebra como por meio da música. Não há nenhuma ligação entre um ouvido para a música e um ouvido para a métrica. Tenho ouvido músicos, com talento incontestável para culminarem em sua ciência, lerem e recitarem mal versos, mostrando assim que não só desconhecem por completo métrica mas também que são totalmente insensíveis a ela, — coisa que não teria acreditado se não tivesse por mim mesmo observado. Não pense que estou fazendo paradoxos, se lhe disser que o dom da versificação é também distinto do gênio poético. O melhor versificador de nossos tempos foi a pobre Mrs. Robinson, que só escreveu banalidades. Tenho conhecido muitos homens cuja facilidade em versejar era espantosa, e que entretanto foram maus escritores; por outro lado, posso lhe mostrar obras cheias de pensamento, sentimento e poder poético, que foram todas desperdiçadas, porque seus autores eram incapazes de versejar.

Sejam quais forem os méritos ou deméritos da matéria dos meus poemas, da arte da metrificação certamente que entendo. Nenhum Druida possuiu, desde a mais tenra juventude, maior capacidade de versejar, poucos teem tido mais prática e ainda menos já a estudaram tão a fundo. Aquele que não é poeta poderá criticar a métrica de uma só linha, o que, na maioria dos casos, é tão absurdo como interpretar o seu sentido separadamente do contexto. É necessário considerar em conjunto todo o parágrafo em que ela se encontra, para se poder compreender as relações de (talvez) uma única sílaba.

Kehama está escrito em um metro que harmoniza a liberdade do verso livre com a rima. Você provavelmente ouvirá falar dele como uma inovação, com o que, (ainda que fosse verdade) não seria pior nem melhor. Mas o fato é que (com uma insignificante exceção), não há novidade alguma, e as praxes contra as quais não duvido que se tenha arrastado a crítica rotineira de Jeffray, constituem usos

estabelecidos na poética de outros países que não diferem da nossa natureza de seus versos, isto é, cujos versos são formados pelo acento e não pela quantidade. A exceção a que aludí é que a primeira e a última sílabas da mesma linha rimam entre si.

Com referência ao poema em si mesmo, você sem dúvida estará pronto para fazer-me a mesma pergunta que o Cardial fez a Ariosto, sendo que a sua opinião não será tão cedo refutada pelo público. Eu o escrevi já com plena convicção de que não haveria hoje mais de doze pessoas capazes de o apreciar devidamente. Enganei-me: há pelo menos vinte. A notícia que apareceu no *Quarterly* é de Walter Scott. Se um escocês tiver o privilégio, tal como um inglês, de ser julgado por seus pares, considero como tais todos os vinte acima mencionados, tendo o direito de desafiar qualquer outro juri.

O seu panfleto está nas mãos de Mr. De Quincey; aliás não lhe teria escrito sem de novo examinar o ponto em que você não me poudes convencer. Vejo que encontrou um debatedor, que não pode ter grande visão, visto que começa a chamar a atenção sobre si negando o que você tão claramente provou sobre Depreciação. Mas quanto ao ouro, não duvido de que você tenha feito uma descoberta muitíssimo original e de máxima importância.

La Pena está sendo muitíssimo injustiçado. Ele estava apenas de mau humor, para o que devia ter algum motivo. Todo o mal está em terem posto para trabalharem juntos dois homens que não combinavam. Agradeço-lhe pelo cordial convite, que aproveitarei em qualquer ocasião que formos a Liverpool. Mas por enquanto não sabemos ainda para onde vamos.

Creia-me, meu caro amigo,

Seu sincero

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick, 31 de março de 1811.

Meu caro Sr.,

Ao receber aviso de meu livreiro de que havia para mim uma encomenda vinda por vagão, fiquei cogitando de saber quem me pode-

ria ter apresentado com um tratado sobre Bullion. Tendo adormecido lendo o folheto de Huskisson e sentido os mesmos efeitos soporíficos ao ler a *Quarterly Review* que trata da questão, cheguei à conclusão satisfatória de que era este um assunto para o qual não tinha capacidade, conclusão esta que me satisfaz plenamente, pois que desde há muito tempo estou convencido de que temos necessidade de ignorarmos muitas coisas, não estando eu nem mais triste nem mais envergonhado de não ter aptidão para as finanças do que estou em não ter ouvido para a música ou inclinação para a pintura. É certo que eu tinha uma espécie de opinião salvadora de que quando uma coisa era claramente compreendida, não seria muito difícil fazer um homem de inteligência regular compreendê-la, e, portanto, quando havia alguma grande divergência de princípios, e ambas as partes se mostrassem embaraçadas, achava muitíssimo provável que ambas estivessem ainda às escuras.

Você provou ser este o caso da questão Bullion, e de todas as descobertas de que se tem ouvido falar nestes últimos tempos (pondo de parte a química), a sua, se não estou redondamente enganado, é a única que aguentará as provas do tempo e da crítica legítima. Acredita-se que Horne Took fez uma descoberta na linguagem, que ninguém, que tenha traduzido as palavras *notwithstanding* (não obstante), e *nevertheless* (apesar disso) ou pensado na sua significação, pode ignorar. Acredita-se que foi Malthus que observou que tudo o que é verdade se encontra nos autores que desde os tempos mais remotos até os nossos dias, veem se interessando pela futura condição da humanidade, e ainda que tudo o que é original é tolice, ou pior do que tolice. Mas o princípio de que o ouro não é mais capaz de ter um valor máximo inalterável, do que qualquer outro artigo, cuja oferta e procura estão sujeitas a variações, nunca (que eu saiba) foi enunciado até hoje, mas uma vez enunciado, como a descoberta da gravitação, — torna-se tema de ciência, quando antes não passava de hipótese e conjectura. Agradeço-lhe muitíssimo por me ter esclarecido, quando estava completamente às escuras. Porem quando você diz que o valor do dinheiro não se altera, mas que algumas coisas se tornam mais caras e outras mais baratas, ou não compreendo o seu argumento ou ele não me convince.

Espero que você tenha recebido o primeiro volume sobre o Brasil, que o impressor tinha ordem de lhe enviar logo que aparecesse.



O segundo já vai bem adiantado, mas assuntos de interesse temporário me obrigam, de tempos a tempos, a afastar-me da tarefa. Estou me tornando um político mais fervoroso como jamais pensei que tornasse outra vez, tendo tido a varíola revolucionária. Mas, a Espanha e Portugal despertaram-me de novo, e eu vou levando avante a guerra com todo o nosso coração, com toda a nossa alma e com toda a nossa força.

Faz-me bem ao coração pensar que os nossos pobres amigos portugueses, que todos pensavam ter direito de olhar com desprezo, pudessem ser os primeiros a dar o exemplo de bater os franceses no seu próprio território. Que estadista infeliz é Lord Grenville! e como é arriscado, mesmo para um homem bravo e honesto, ligar-se a um partido, quando até um homem como o General Ferguson se exprimiu como o fez acerca dos portugueses, quando se propôs pela primeira vez tomá-los por nossa conta!

É possível que o veja dentro de dois ou três meses. Vou para Londres logo que decida um negócio que não pode ser adiado, e muito provavelmente passarei em Liverpool, na ida ou na volta. Tivemos um período doentio com os nossos filhos (temos agora quatro) tanto que temo muito que a Sra. Southey não me possa acompanhar à cidade, como é nosso desejo e intenção, se possível for. Há um deles que está sendo desmamado, sendo este o pior empecilho, e mais ainda porque vai se aproximando a época da viagem. Tive notícias de Durham de que Mr. Sealy talvez muito breve terá aumentado o número de seus netos.

Nossas recomendações à sua senhora e a toda a família. Mrs. Coleridge se faria particularmente recomendar, se soubesse para quem eu estou escrevendo.

Creia-me, meu caro senhor,

Seu muito sincero

*Robert Southey.*

\* \* \*



Keswick, 27 de maio de 1815.

Prezado Sr.,

Muito lhe agradeço por se ter lembrado de mim em Pernambuco. O manuscrito chegou e me será muito util, tanto mais quanto Rocha Pitta coloca-se em outro ponto de vista em sua narrativa e omite, como geralmente faz, os pontos mais importantes. Quanto melhor vou conhecendo a história colonial, mais claramente vou percebendo a natural tendência de todas as colônias para o Republicanismo.

A impressão do meu segundo volume está progredindo no prelo, esperando eu poder publicá-lo durante o inverno.

Poderá você me informar se o Bernardo Vieira de seu manuscrito é da família de João Fernandes Vieira, o Restaurador de Pernambuco? Ainda não pude descobrir como J. Fernandes foi recompensado pelos seus serviços, além de ter sido nomeado Governador de Angola, o que parece ter sido feito para afastá-lo do caminho. Tenho uma outra pergunta, que provavelmente me poderá responder. Foram os negros dos Palmares exterminados, ou ainda existem no interior de Pernambuco, como no Surinam, comunidades de quilômbolas, que são meio selvagens e meio bandidos? O mapa mostra que o interior dessa Capitania é menos populoso do que o de qualquer outra parte do Brasil.

Peço-lhe recomendar-nos à sua família, e creia-me, meu caro Sr.,

Com muitos agradecimentos,

Seu muito sincero

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick, 3 de junho de 1815.

Meu caro Senhor,

Não é preciso que lhe diga o quanto me alegrará ver minha História do Brasil traduzida para o português, e muito mais ainda sendo o trabalho executado por você e não por um estranho. Mas eu não

tenho absolutamente competência para julgar do seu trabalho, não tendo nunca escrito em português. Você compreenderá que seria preciso alguma coisa mais do que simples correções verbais feitas por um nativo: muita coisa teria que ser expurgada como herética, e não pouco por causa de sua liberdade política. Contudo a tendência geral do trabalho é muito pelos portugueses, pois que o interesse que venho tomando, durante tanto tempo, pela sua história e por toda a sua literatura, me deu uma espécie de naturalização intelectual entre eles: — e depois de feitos os expurgos necessários, nem o Governo nem o povo teria nenhum motivo para se ofender com as tendências do escritor.

Caso você persista nesta empresa, o único conselho que lhe posso dar é de reportar-se às autoridades citadas, sempre que um discurso, carta, ou dito seja introduzido no texto, pois que V. encontrará a própria expressão original. A tradução terá assim o toque nativo que falta ao inglês. O meio mais prático para conseguir isto seria fazer-me uma visita quando o trabalho estivesse adiantado, pois que aqui tenho os livros, e poderia, com certeza, encontrar qualquer trecho em poucos minutos. Se V. persistir no intento, as folhas do segundo volume lhe serão mandadas, à medida que forem sendo impressas, sendo que numa semana ou duas terá chegado ao fim da Guerra Pernambucana.

João Fernandes Vieira era casado, e quando a insurreição começou sua mulher estava prestes a dar à luz. Mas se ele deixou ou não filhos, não posso informar. A Angola não o matou, pois estava vivo em 1678, quando dedicou o Castrioto Lusitano ao Regente D. Pedro. É curioso que Rafael de Jesús promettesse escrever uma segunda parte de sua história, em que relataria o que fez depois da guerra em Pernambuco; mas essa segunda parte nunca apareceu, e segundo os documentos da história portuguesa, quase se pode afirmar que terminou por essa época.

Você provavelmente poderá corrigir alguns enganos no meu trabalho, inevitáveis a-pesar-da maior diligência, quando faltam conhecimentos do local.

O Conde dos Arcos sabendo que eu desejava possuir a Gramática de Anchieta, mandou-me um exemplar dela, da Biblioteca Pública da Baía, onde tinham duplicata, e emprestou-me o Valeroso Lucideno. É esta talvez a única vez em que um livro foi emprestado

através do Atlântico, — da Baía a Keswick! Devolvi-o pelo mesmo canal pelo qual me veio às mãos, e não deixarei de mostrar o meu senso de civilidade enviando-lhes a minha História da Guerra da Península, logo que esteja impressa.

Minhas lembranças a todos da família que aí estão, e creia-me, meu caro Senhor,

Seu muito sincero

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick, 28 de dezembro de 1815.

Meu caro Koster,

Sua carta me dá uma grande alegria, muito maior do que se me narrasse a realização de seus planos militares. Nesse caso um remorso secreto o acompanharia por toda a vida, pois que nenhum homem jamais sacrificou o seu dever às suas inclinações sem sofrer o castigo do arrependimento, a menos que sua natureza esteja completamente embrutecida e pervertida. Tenho certeza de que você será um homem mais feliz do que se usasse a túnica vermelha. Penso que você será mais sensato e melhor. Você terá bastante tempo disponível, e sabe como o empregar.

Se seu diário tivesse chegado em qualquer outra ocasião, eu não teria deixado passar seis horas sem o ter lido com avidez. Ele chegou no dia de Natal, quando estávamos com a casa cheia, pois que os Wordsworth, Mrs. Lloyd e Miss Alms vieram ver-nos inesperadamente. No dia seguinte chegaram de Londres os meus três caixões de chá, cujo conteúdo ainda não guardei, por não ter ainda o quarto sido refeito da desordem em que se encontra, devido às festas. Li mais ou menos a metade do seu diário com verdadeiro prazer, maior do que pode correr por conta do interesse que naturalmente voto ao assunto. Acho provável, e mesmo mais do que provável que você o possa transformar num livro que poderia ser interessante para todos, mas sobre este assunto lhe escreverei detalhadamente quando tiver terminado a parte que você me mandou. A única dificuldade que há

para publicá-lo está na necessidade de suprimir tudo o que reflita o carater pessoal dos indivíduos ou lhes cause aborrecimentos.

Aquí chegamos exatadamente antes de começar a cair neve. Edith May appareceu para recobrar vigor e alegria com a estada nas montanhas; e o ar nativo e os seus hábitos de vida usuais produziram-lhe todas as melhoras que poderíamos esperar ou desejar. Encontramos todos bem, tendo Herbert se dedicado tanto ao estudo do testamento alemão como o teria feito se eu estivera presente.

Dois pacotes dos meus livros chegaram a Londres. Um deles, me diz Mrs. Vardon, veio de Ghent, e no outro está os *Acta Sanctorum*, tendo Mr. V. os examinado. Quero crer que ele não se tenha enganado, mas custa-me a crer que os *Acta Sanctorum* (com 52 fólhos em tamanho grande) pudesse caber no mesmo invólucro das outras encomendas que fiz a Verbeyst, que montam a mais de 100 volumes, sendo muitos deles de tamanho grande. Uma outra circunstância que me traz dúvidas quanto a isso é que Verbeyst teria de sacar contra mim 500 francos para pagamento desse trabalho, e eu não recebi notícia alguma dessa conta. Seja lá o quê for. Suponho que os livros já estejam embarcados num dos navios de Mr. Vardon, e logo que chegarem lhe mandarei os mapas e alguma coisa mais que lhe pertença, e que esteja no pacote. Com respeito ao terceiro pacote, solicitei a Mr. V. que fizesse o favor de escrever a Mr. Werth.

Há uma impudente interpelação na última *Quarterly*, apresentando superficial defesa da Convenção de Sintra, com a qual me resenti, como merece. Encontra-se nas folhas que não vi antes de ser o número publicado, com o que me sinto um tanto culpado, especialmente porque as passagens que tão vivamente me interessaram na última parte do artigo, me deviam ter suscitado ciume quanto ao início. O que me conforta é que a passagem, pela sua inconsistência, deve parecer um enxerto na opinião de todo o leitor de senso; em tempo não remoto terei a satisfação de expor a sua futilidade e estigmatizar, como merece, a história que vou escrever dessa Convenção.

Tenho andado muito atarefado escrevendo o meu poema que se intitula *A Peregrinação dos Poetas à La Belle Alliance*. Você há de se lembrar do outro motivo, além do de satisfazer o desejo de nossos amigos, para se dar esse nome ao poema. O assunto me brota das mãos, justamente agora que estou tão atarefado, tendo, portanto,

que por o trabalho de lado por algum tempo, enquanto me ocupo com os Guaranís e os Jesuitas.

Recomendações minhas a seu pai, sua mãe e irmãs. Todos de casa mandam lembranças. Um bom resultado que nos traz o seu presente plano é o de nos dar esperanças de vê-lo aquí de novo.

Deus o abençõe.

Seu sincero

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick, 28 de outubro de 1816.

Meu caro Koster,

Esteja certo de que se me fosse possível fazer um pedido a Lord Lonsdale, com muito gosto o faria; mas o grau de conhecimento que tenho com ele não é tal que mo permita fazê-lo. Penso que no momento não há ninguém melhor para a incumbência do que Wm. Burn, — que tem facilidade de se comunicar com qualquer pessoa que seja de utilidade para o caso, não lhe faltando também tato nem boa vontade.

Nos Anais do Dr. Ackers sobre Jorge III, do ano de 1772, encontra-se somente o seguinte período sobre o assunto — e nada mais: “No Brasil o negro e o índio escravos se reuniam em grandes massas avançando contra os portugueses, e várias lutas se travavam, com muito sangue derramado.” É isto um erro crasso — visto não existir na época a escravidão indígena. Mas queira colher informações a respeito da insurreição! Estou terminando o último capítulo do volume, que é uma miscelânea, onde descrevo as condições do país, segundo dados colhidos de fontes muito esparsas.

Deus o abençõe.

Seu afetuoso

R. S.

\* \* \*



Keswick, 26 de agosto de 1817.

Meu caro Koster,

Você sem dúvida deve ter sabido de Liverpool que, enquanto aguardava notícias minhas e me supunha tranquilamente em casa ocupado nos meus habituais afazeres, eu estava longe, no continente. Deixei o país para ver se uma mudança total de cenário e de vida me podiam apagar as recordações que, à medida que ia passando o tempo, pareciam se avivar em vez de se abrandar. Nash e Senhouse (de quem você talvez já nos ouviu falar) foram os meus companheiros. O nosso itinerário foi de Calais a París, Dijon, Besançon, Pontarlier, Neuchatel, Lausanne, Genebra, e do Monte Cenis a Turim e Milão; daí aos lagos de Como, Lugano e Maior. Voltando à Suíça pelo Simplon, dirigimo-nos a Friburgo, Berne, Alpes Bernenses, Lucerna; passamos pelos Cantões florestais, por Zurick, Schaffouse, Donauschingen; atravessamos a Floresta Negra, indo até Friburgo, em Brisgau, Kehl, Strassburgo, voltando pelo Reno a Bedch, Rastadt, Heidelberg, Mannheim, Frankfort, Maiença, Coblantz, Colônia e Aix-la-Chapelle. Por fim regressamos por Bruxellas, Lile e Saint-Omer — perfazendo em treze semanas um percurso de cerca de 3.000 milhas, sem nenhum atraso, incidente ou circunstância desagradavel de espécie alguma.

Nesse tempo todo não pus mais os olhos num jornal inglês, a partir da primeira semana de viagem; e foi pela *Gazeta de Lugano* (o oráculo do norte da Itália) que eu soube da insurreição de Pernambuco. Sua carta de 24 de fevereiro me chegou às mãos justamente quando deixava a cidade para empreender a viagem. A de 21 de julho, recebi na quinta-feira passada, três dias após o meu regresso. Mandeí os papéis ao Bispo de Londres pelo correio da noite seguinte; ele os deve ter recebido ontem, caso esteja em Fulham. O *quarto* exemplar do meu segundo volume destinava-se a seu pai.

Não foi por culpa minha, que a crítica de seu livro não apareceu há três meses atrás. Ela foi escrita logo que o livro apareceu e impressa imediatamente. O resto não dependia de mim. Fiquei satisfeito de saber que só restam uns dez exemplares da edição *in quarto* e que uma outra *in octavo* estava pronta para ser publicada. Eis um bom estímulo para você, se é que você necessita dele.

Mandei imprimir o meu terceiro volume, e estou muito ocupado com essa tarefa. Durante a minha ausência mandaram-me de Lisboa o *Santuário Mariano*, — livro este que solicitava em vão há muitos anos. Os dois últimos volumes contem muita coisa sobre a história do Brasil, sendo que a maior parte (realmente quase tudo) me chegou às mãos muito tarde para a presente edição; — e que eu esteja vivo para ver uma segunda edição, é coisa duvidosa, — ou mais que duvidosa. Entretanto, deixarei a obra tão completa quanto for possível. No *Santuário* (um livro cujo título já mostra as banalidades de que se compõe — sendo o relato de todas as imagens de Nossa Senhora em Portugal, e das Conquistas, em 10 volumes! —) encontro menção a uma história do Brasil por P. F. Vicente de Salvador. É citado como se tivesse sido impresso; entretanto em mais parte alguma ouvi falar desse autor. Poderá você colher algum informe sobre ele? Não pode haver confusão com F. *Manuel* de Salvador e o Valeroso Lucideno — isto é certo.

Talvez você me possa ainda informar quais foram, na opinião dos próprios brasileiros, as vantagens que para o Brasil resultaram da expulsão dos Jesuitas. Nos meus volumes anteriores dou testemunho inequívoco da imparcialidade com que encaro os Jesuitas. Não conheço motivo algum plausível que influa no meu juízo pró ou contra eles, e só posso crer que a expulsão tenha tido por base falsas acusações, de qualquer modo tão impolíticas quanto abominavelmente injustas. Mas você com certeza preferirá ler algumas noticiinhas e bisbilhotices inglesas a ler as minhas digressões enviadas através do Atlântico, sobre o velho tema.

Mrs. Vardon está de resguardo em Tournay. Esta notícia com certeza o vai surpreender muito; acho que se devia mandar para Spa um certificado desse fato — como incentivo a outros para seguirem o exemplo de St. Remacle. Fizemos a travessia com ela para Calais, sem entretanto suspeitarmos da sua gravidez. Aí nos separamos, e quando na volta passamos por Bruxelas, vimos encontrá-la, ao que parecia, prestes a dar à luz. Ela estava de partida para a Inglaterra com George para interná-lo na Academia Militar de Sandhurst, onde só poderia ser recebido se se apresentasse até a segunda terça-feira de agosto. Mr. V. não o pôde acompanhar, por ter que ficar em Bruxelas com Martin, por causa de um desastroso caso, que depois explicarei. Assim ficou ela, com razão, muito satisfeita de se reunir

a nós, e partiu com doze horas de antecedência, para que nós, que viajavamos mais depressa, a apanhássemos em Lile na noite seguinte. Encontramo-la em Tournay, receosa de prosseguir viagem, porisso, aí a deixamos, pois que o médico achou que ela necessitava de repouso, dando entretanto alguma esperança de que dentro de poucos dias pudesse continuar a viagem. A sua casa de Hanover Square estava preparada, não esperando ela a chegada do jovem Remacle antes do meado de outubro. Levamos George conosco, deixando-a entregue aos cuidados de Tom, Miss V. e Mary. Entretanto recebemos notícia de que ela aí recolheu-se ao leito.

O caso de Martin, em poucas palavras é o seguinte: Com muita razão haviam proibido na escola aos rapazes manejarem arcos e flechas, visto trazerem estas agulhas nas pontas. Martin tomou uma emprestada a um dos colegas, pedindo a um outro que segurasse em frente do rosto um livro que lhe servisse de alvo (era como em geral brincavam). O rapaz baixou o livro, quando a flexa já havia sido disparada, indo ela se lhe alojar no canto do olho. Formou-se logo uma catarata nesse olho — produzindo uma inflamação que degenerou na perda da vista. Por este incidente os pais do ofendido foram tão cruéis que processaram Martin criminalmente! O processo já teve dois julgamentos, e, pelas últimas notícias, irá a um terceiro!

Quanto aos Varden é só isto. Cometeram eles um grande erro em mandar educar os filhos no estrangeiro: Tom piorou muito, tendo a educação holandesa em grande parte desfeito o que ele havia aprendido em Westminster; Nash, que está nas alturas, vem residir em Keswick, o mesmo fazendo Bedford, — e os Rickman já estão em caminho para nos fazer uma visita. Portanto, se o tempo o permitir, setembro será aqui um mês de completa folga. Westall está alojado nos fundos do jardim. A casa e a propriedade foram vendidas em leilão. Eu também fui um dos licitantes (por procuração, por me achar ausente) mas não tive sorte. Contudo o meu novo senhorio, um ourives da rua Cockspur, natural de Morrowdale, fala cortezmente e promete abundantemente. Tudo aqui vai indo bem, estando eu esperando de Milão e Bruxelas 250 livros que já estão em caminho, — incluindo a *Acta Sanctorum*, que finalmente conseguí ver e já paguei. Verbeyst ficou satisfeitíssimo de me ver, e foi até visitar-me no hotel. Vi Grumpy, Henry e o outro cocheiro; todos se regozijaram por me tornar a ver.

Fomos visitar Mr. M. Ouwarx, em Huy, — pernoitando em Sombref, onde procuramos todos os nossos velhos conhecidos.

Quanto à política inglesa, você com certeza está tão bem informado sobre os acontecimentos destes quatro últimos meses quanto eu, que só tenho podido colher notícias de jornais franceses, italianos e alemães. Você deve ter visto os meus artigos na *Quarterly*, — que não deixaram de produzir algum efeito — ; quanto à campanha que um grupo de bandidos fez contra mim por causa disso, você me conhece muito bem para compreender que sou de todo invulnerável contra esses ataques e indiferente a injúrias. Não incluo cópia da carta que dirigí a Wm. Smith, porque não tenho aqui ; mas a mandarei quando lhe enviar qualquer outra publicação, que provavelmente será o Conto do Paraguai. Sou presentemente o homem mais odiado pelos Bonapartistas e pelos anarquistas ; — eles me mordem o calcanhar, e eu lhes assento o pé sobre o pescoço.

Estive com Mr. Wilberforce a quem falei a seu respeito. Quando lhe escrever, falar-lhe-ei sobre a capelania, mas não para pedir a sua interferência na escolha, — o que você bem pode ver que não ficaria bem. Fi-lo compreender perfeitamente o motivo por que a história da Abolição era mais necessária no Brasil do que qualquer outro argumento sobre a questão ; e estou quase certo de que a sociedade publicará tudo o que você houver por bem mandar-me. O trabalho de resumir será muito fácil.

Todos aqui mandam lembranças. Deus o abençõe.

Seu afetuoso

\* \* \*

Meu caro Koster,

Agradeço-lhe pela narrativa ; você poderá muito bem fazer uma idéia do profundo interesse que ela despertou em mim. Quando você voltar, constituirá parte importante de seu segundo volume, podendo desde já contar com um bom estímulo : Longman me escreveu que a sua segunda edição vai saindo bem.

Você achará estranho que houvesse dificuldade em poder encontrar um capelão ; eu mesmo não teria acreditado se disto não tivesse



tido provas visíveis. O Bispo de Londres me informou que não poudé encontrar um para mandar à Baía (onde o salário é de 500 libras), e que há muitos lugares nas Índias Ocidentais que não poudé ainda preencher. Ele me pediu que lhe indicasse quem eu conhecesse. Pensei em James White (irmão de Kirke e Neville), a quem fiz a proposta, mas mesmo se ele tivesse muito mais vontade do que realmente tem de seguir a vida e o estado de saúde de sua mãe seriam motivos bastante para demovê-lo da idéia. As coisas estão neste pé. A dificuldade provem de uma falha na própria natureza de nossa igreja, de que tratei na *Quarterly Review*, — que os homens só se ordenem com uma idade, e assim mesmo porque são educados para isso, assim como outros o são para a advocacia ou o exército: a porta está fechada (pela praxe, não por lei) para aqueles dentre os quais os católicos romanos e os metodistas recrutam as suas tropas mais eficientes; — homens de meia idade, que por própria escolha e plena convicção da vaidade das coisas deste mundo (que muitas vezes só a experiência e sofrimentos podem produzir) se dedicam ao serviço de Deus e de seus semelhantes, prontificando-se a seguir para onde quer que sejam úteis. Continuo investigando.

Meu terceiro volume vem se desenvolvendo firme e satisfatoriamente. Seu manuscrito concernente à insurreição de 1711 foi de muita utilidade, e a próxima prova começará por ele. Talvez você me possa informar a tempo de ser inserido nas notas suplementares se o Bernardo Vieira dessas agitações era parente de João Fernandes, e também quem eram as duas pessoas que foram degregadas para a Índia; o manuscrito foi escrito antes de ser conhecida a sentença, e Rocha Pitta que só escreve favoravelmente aos pernambucanos, oculta os seus nomes.

Vejo distintamente a tarefa à minha frente até ao fim, e brevemente alcançarei as Missões Moxo e Chiquito que vieram de Cuiabá, Mato Grosso, e do Pará, pelo rio Madeira. Como gostaria que estivesse aquí para poder apreciar os meus progressos e ver como os meus documentos esparsos se adaptam uns aos outros. Consegui obter muita coisa curiosa sobre as Minas, e, realmente, acredito haver conseguido mais matéria original para este volume do que já se conseguiu para qualquer outra publicação desta natureza. Mas reconheço que ainda deve estar muito imperfeito. Todos os dados constantes de documentos impressos finalizam nos Jesuitas, e a não ser concernentes



a eles, cinquenta anos antes. Depois de sua expulsão o único documento histórico que possuo é sobre uma projetada revolução nas Minas Gerais, em 1792. Para preencher esta lacuna de nada disponho senão dos nomes dos Governadores; portanto tenho que entrar aí com a descrição de costumes, etc., e a dificuldade principal está em poder me manter dentro dos limites do volume, porque, apreciando como aprecio a descrição de minúcias, a prolixidade de matéria (não de estilo) é o meu fraco. Sentirei um alívio no dia em que terminar esta árdua tarefa, o que, se Deus quiser, se dará pelo verão.

Provavelmente terei alguma coisa que lhe mandar antes que o meu volume *in quarto* esteja impresso, pois que você sabe que é do meu feitio ter ao fogo muitos ferros ao mesmo tempo; um mantém o outro quente, sendo para isso necessário conservar aceso apenas um fogo. De passagem seja dito que estou escrevendo a vida de Wesley, que só em si será uma obra considerável, contendo ainda muita coisa sobre nossa história intelectual e religiosa nos últimos cem anos e acompanhando o Metodismo onde quer que ele tenha passado.

Se esse pedido acerca do Maranhão for bem sucedido, provavelmente você poderá obter ali informações sobre as antigas colônias e (talvez) sobre as Missões Espanholas no coração da América do Sul. Suponho que, como as dos portugueses ao longo do Orilana, decaíram depois da expulsão.

Temos tido um inverno úmido e ventoso, que em todo o caso é menos desagradável do que o frio muito rigoroso, mas que tem descascado o reboco da metade das casas de Keswick, dentre elas estando incluída a minha. Estamos, como geralmente acontece nestes meses, aqui sozinhos, e não vemos ninguém a não ser Westall, que mora nos fundos do jardim, onde está tão absorto e trabalhando nas suas pesquisas com tal persistência, como eu nas minhas. Já quase acabou algumas magistrais gravuras das cavernas de Yorkshire, às quais se seguirá uma série de vistas desta região; nossas paisagens serão por fim tratadas por alguém que lhes fará plena justiça.

Calvert viajou; foi matricular o filho mais velho em Harrow, desejando alugar a casa. Um outro, que saiu da escola, foi ser preceptor em casa de uma família que mora perto de Ulverstone, um posto que muito lhe convem durante os próximos dois anos, mas se depois desse prazo conseguir se matricular em Cambridge. Quanto

a notícias políticas, a melhor é que não há nenhuma que interesse: — a mesma usual e facciosa opposição no Parlamento e preparações para a Eleição Geral. Tenho muita pena de Mina, mesmo muita pena, mas não tenho pena de que o partido revolucionário no México fosse eliminado. Aquela guerra Sul Americana está de tal jeito que chegamos a desejar que termine de qualquer modo; mas se pudéssemos escolher como, penderíamos pelo restabelecimento da autoridade da Mãe Pátria; estamos certos de que velhos males seriam mitigados, se não suprimidos por completo, e só Deus sabe que o mundo não quer mais exemplos de Revoluções vitoriosas. Tenhamos porem calma; mais boas obras hão de ser realizadas neste meio século do que jamais se efetuaram em igual número de anos.

Lembranças afetuosas de todos daqui.

Deus o abençõe.

R. S.

\* \* \*

Keswick, 27 de novembro de 1818.

Meu caro Koster,

Muito obrigado pela lista de governadores e bispos, por tudo o que tem feito para mim e por tudo o que continua a fazer. Estou como sempre muito cheio de trabalho, tendo neste momento diante de mim, a quadragésima oitava folha do terceiro volume. Quando ele aí chegar, terá ocasião de notar, em mais de um lugar, o quanto você me foi útil. O fim de minha longa tarefa está finalmente próximo; experimentamos sempre grande alegria quando terminamos qualquer coisa, e muito especialmente em se tratando de um trabalho de tal extensão e dificuldades, que sinceramente acredito ser a história mais laboriosamente escrita em nossa língua; logo que terminá-la, vou imprimir a História da Guerra Peninsular, que despertará, no momento, muito maior interesse. Mas estou longe de me arrepender de ter empregado tanto do meu tempo e trabalho num assunto pelo qual poucos leitores ingleses (como são agora os leitores) irão se interessar. Nenhuma outra pessoa se teria desincumbido da tarefa

com mais habilidade e as mesmas vantagens: — a um inglês teria faltado o vasto tirocínio da língua e do sentimento português, o que conseguí durante o contacto de tantos anos com a literatura portuguesa; de outro lado, um português ou um brasileiro teria sido prejudicado pelos muitos preconceitos ou conveniências políticas, e a sua ignorância de alguns tópicos teria contrabalançado o superior conhecimento que possuisse de outras particularidades. O que tenho feito está, em vários pontos, muito imperfeito; é, a-pesar-disso, já agora, uma grande obra que durante toda a minha vida hei de cuidadosamente corrigir e aumentar com o auxílio de quaisquer documentos escritos ou impressos que logre conseguir, e daqui a séculos, quando o Brasil se tenha tornado um grande e próspero país que fatalmente há de ser, serei ali considerado como tendo sido a primeira pessoa que procurou dar uma forma consistente à sua história, até então rudimentar, desconexa e desprezada.

Se a boa vontade e bons empreendimentos de Mr. Wilberforce vão resultar em alguma coisa, não se sabe ainda; o certo é que não lhe falta nem uma coisa nem outra. Desejava que você ficasse no Pará; o clima ali tem melhorado tanto com o desenvolvimento da lavoura, que dizem ser melhor que o de todas as capitais do sul. Quanto ao comércio, há de se tornar superior mesmo ao Recife, pois que o Pará deve ser o principal porto para Mato Grosso, e as facilidades de comunicação fluvial em todas as direções, parecem abrir campo vasto e perene às empresas e ao comércio. E ali, com os novos cenários descobertos e as novas fontes de informação, você encontraria material para mais de um volume.

Ultimamente conseguí obter, ainda a tempo, a Corografia Brasileira, que de certo chegou a Keswick antes do que a Recife. Tivesse esse livro aparecido antes, teria servido melhor aos meus interesses; entretanto, tenho procurado aproveitar as suas informações do melhor modo possível, e talvez ninguém senão eu próprio perceba que o assunto poderia ter sido mais bem tratado.

É curioso que não haja frades Dominicanos no Brasil; havia bastantes em Portugal, onde estavam tão em moda como os de qualquer outra ordem; contudo não encontrei nenhuma referência a eles na sua terra.

Nash não esteve conosco este ano; também eu não fui além de Rydale. Tive somente um hóspede, entretanto tenho sido como sempre muito interrompido por visitas inesperadas. Meu irmão, o Capitão, está para fixar residência em Newlands no próximo dia de Nossa Senhora da Anunciação. Talvez você se lembre da casa, é aquela desmobilada pertencente a Mrs. Bercroft, conhecida pelo nome de Emerald Bank. Sua moradia ali vai servir para me arrancar desta vida reclusa a que tanto já me habituei.

Entre os livros que comprei de Verbeyst durante a minha última viagem encontra-se uma história da Companhia das Índias Ocidentais Holandesas, por Johannes de Laet, escrita em holandês e impressa em 1644. Suspeitava da existência desse livro, mas nunca havia podido obter informação alguma a seu respeito até que para minha grande alegria, vim a encontrá-lo nas estantes de nosso amigo. Os livros que comprei durante os últimos anos no continente fazem grande vista agora que estão bem arrumados; a *sala do órgão* está bem cheia, e com grande orgulho mostro a *Acta Sanctorum* a todos os apreciadores de livros, como a jóia de minha biblioteca.

Uma pessoa da qual me esqueço o nome, mas que havia estado no Rio alguns anos, escreveu-me há pouco tempo de Leeds, para consultar-me acerca da publicação aqui na Inglaterra de uma gramática e vocabulário Tupi! coisas estas nas quais talvez seja eu a única outra pessoa na Inglaterra que tenha um fio de interesse. O meu conselho foi que, se tivesse qualquer diário ou dados acerca do Brasil, que publicasse isto, introduzindo sua gramática e seu vocabulário, sob uma capa mais atrativa, sob a forma de apêndice, coisa que ele parece estar disposto a fazer.

Com o terceiro volume de *Brasil* vou lhe mandar no começo da primavera o meu livro: *Vida de Wesley e Advento e Progresso do Metodismo* — dois grandes volumes de assunto muito mais variado e interessante do que à primeira vista possa lhe parecer. O final do primeiro volume está nas mãos dos editores, e parte das notas adicionais lhe serão despachadas pelo correio desta noite. Não sei se você reconheceu o meu estilo na *Quarterly Review*. No último número escrevi as *Memórias de Evelyn*, e os meios de melhorar o



povo. No próximo número escreverei sobre as *Novas Igrejas* e sobre a questão dos direitos autorais.

Todos daqui mandam muito afetuosas lembranças.

Creia-me, meu caro Koster,

Seu afetuoso amigo

*Robert Southey.*

\* \* \*

Keswick, 16 de novembro de 1819.

Meu caro Koster,

Tendo, sem saber como, me esquecido da ligação que havia entre a viagem de Mrs. Coleridge a Liverpool e uma carta que tinha que lhe mandar por seu intermédio, aconteceu que na manhã de sua partida não tenho ainda pronta a dita carta, que por isso tenho que escrever mais depressa do que em outras circunstâncias o teria feito.

Em primeiro lugar tenho que lhe agradecer pelas notas sobre o Pará. Elas só chegaram quando o meu terceiro volume já tinha sido mandado à imprensa; fiquei muito aborrecido, pois que traziam algumas informações que eu não possuía, e, mais ainda, por ter assim perdido uma boa oportunidade de fazer um elogio ao Conde dos Arcos, que tanto o merece, principalmente de minha parte. Antes tarde do que nunca: — algum dia há de sair uma segunda edição, se não nos meus dias, depois deles.

Em segundo lugar: encontrou-se um capelão. O Bispo de Londres me procurou pelo verão, pouco antes da minha partida, e me falou a respeito dessa pessoa. Chama-se Sandby, tendo estudado em Winchester; portanto, quanto a instrução, é tudo quanto se podia desejar. Suponho que seja mais velho do que eu, tendo se resolvido a aceitar esta colocação pelo fato de ter ficado arruinado servindo de fiador a um amigo íntimo ou parente; sendo assim, a sua ruína financeira não afeta em absoluto o seu carater. O Bispo ficou de fazer detalhadas indagações a seu respeito, mas ele próprio se lembrou de que estiveram juntos na escola, e, se não me engano, no colégio. O Bispo de Hereford, outrora diretor de Winchester, recomendando-o ao Bispo de Londres, e na semana passada recebi uma



carta deste último incluindo uma de Mr. Sandby pedindo notícias minhas. Aconselhei-o a participar ao consul e a você a sua nomeação, caso não tencionasse embarcar logo, dizendo-lhe que poderia contar com os seus préstimos em Pernambuco e que, caso partisse do porto de Liverpool, poderia ter a ajuda de seu pai. Se é ou não casado, não posso informar com segurança, mas parece-me que sim. É sem dúvida um cavalheiro, a julgar pelas suas relações.

Mrs. C. vai a Liverpool para encomendar uns coletes para a filha, que serão confeccionados sob a direção de Mr. Parks. Vai se hospedar em casa do Dr. Crompton.

Espero que o meu terceiro volume já esteja a caminho daí antes disso. Os manuscritos de toda a obra no seu esboço rudimentar, encadernados em cinco volumes, estão agora na estante em frente de mim. Contemplo-os, como V. pode imaginar, com a satisfação que sente aquele que acaba de concluir a obra que provavelmente será a maior de sua vida. Nas margens encontrará você com frequência o seu nome. A minha *Vida de Wesley* será publicada no princípio do ano, e logo que aparecer, naturalmente lhe será mandado um exemplar. Estou trabalhando nessa obra, restando-me ainda cerca de meio volume a escrever.

A minha casa está como um hospital. Bel não se sente nada bem; também Edith está magra e pálida; Kate e Bertha vão indo sem novidade, bem como o bebê, embora tenha tido ultimamente dois ou três ataques biliosos, o que nos faz sentir a fragilidade da vida de uma criança. Uma viagem de sete semanas à Escócia me foi de muito proveito, sendo que ainda me sinto bem, em consequência dela. Logo que terminar o *Wesley*, o que espero fazer pelos fins de janeiro, irei a Londres.

Mrs. Vardon acaba de dar à luz a outra menina. Nash teria estado comigo no último verão se eu não tivesse sido chamado para a minha viagem pela Escócia, mantendo um compromisso de vários anos. Ele virá nos ver no ano que vem, e talvez me faça companhia na minha viagem de volta. É possível que com a morte de Lord Somerville eu me envolva numa questão de justiça. A propriedade que lhe foi legada pelo tio de sua mãe, tinha que reverter aos Southey, caso morresse sem descendentes. Pouco mais entendo no momento do negócio, além de que se os Southey quiserem reaver

alguma coisa do legado (pois que Somerville vendeu tudo), terá que ser por meio de demorado processo.

Há muito tempo que não tenho notícias de Mr. Wilberford. Mas vê-lo-ei em Londres, bem como todas as demais pessoas que desejo ver.

Deus o abençõe, meu caro Koster.

Seu afetuoso

*Robert Southey.*

\* \* \*

NOTAS — O egrégio mestre Rodolfo Garcia, que, com tamanha benevolência se digna de apresentar este trabalho, opinou pela transcrição das 15 cartas inéditas de Southey, ora doadas ao Instituto Histórico, também em versão portuguesa. Ausente, longe do país, o autor do presente estudo, indigitou ao próprio Dr. Garcia o nome do tradutor: o do Dr. Americo Jacobina Lacombe. Do feliz alvitre, resultaria mais uma bem merecida homenagem à memória do “Poeta Laureado”, autor insigne da 1.<sup>a</sup> história do Brasil, tal a fidelidade com que foi trasladada para o nosso vernáculo a opulência rutilante do estilo, ante o qual Lord Byron — rival vencido —, exclamou: Southey’s prose is perfect !”

E’ desvanecedor o apoio prestado a esta publicação, pelo esforçado servidor do país, que é o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, S. Excia. o Sr. Embaixador J. C. de Macedo Soares

\* \* \*

As cartas autênticas de Southey, objeto da presente doação, apresentam algumas falhas produzidas por dilaceração; daí a impossibilidade de saná-las.

J. de S. L.

# CATALOGUE

OF THE

## SPANISH AND PORTUGUESE

PORTION OF THE LIBRARY

OF THE LATE

### ROBERT SOUTHEY, ESQ., LL.D.,

POET LAUREATE.

---

#### FOURTEENTH DAY'S SALE.

---

#### OCTAVO ET INFRA.

##### LOT

- 3163\* ACCURSIO DAS NEVES (Jose) Historia Geral da Invasao dos Francezes em Portugal, e da Restauração deste Reino, 5 vol. *half bound morocco, uncut* Lisboa, 1810
- 3164 Adagios, Proverbios, Rifaos, &c. da Lingua Portugueza A. de Alcala, varios Effetos de Amor en Cinco Novelas, 2 vol. *ib.* 1671-1780
- 3165 Alboquerque (do Grande Alfonso d') Commentarios, *portrait* 4 vol. *Spanish calf, gilt, marbled leaves* *ib.* 1774
- 3166 Almeida (T. d') O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente, *plates*, 3 vol. *ib.* 1786
- 3167 Aleman (Matt.) Vida y Hechos del Picaro Guzman de Alfarache, 2 vol. *Amberes*, 1736
- 3168 Alvarez (Fr.) Historia de las Cosas de Etiopia, traduz. par Tho. de Padilla *Anvers*, 1557
- 3169\* Alvares de Orient (Fer. de) Lusitania Transformada *Lisboa*, 1781
- 3170\* Amor (Question de) y Carcel de Amor *very scarce, in calf, good copy* *Anvers*, 1576
- \*.\* See MS. note in the autograph of the late Poet Laureate.
- 3171 Anzarena (Chr.) Vida y Empressas Literarias del Ingen. Caballero Don Quixote de la Manchuela, Parte primera (*all ever published*) *very scarce* *Sevilla, n. d.*

#### Y



Cajal depuis Serro to be a <sup>bare,</sup> sharp,  
circular summit. Chamam-se Serros  
as porções mais elevadas das serras,  
e cochilhas de forma circular, pon-  
-tuadas, e destituídas de vegetação,  
de cujas sumidades se descobre  
grande extensão de terreno. In  
the province of Rio Grande do Sul  
they have been used as beacons during  
war: from some of these points Cajal  
says often an insight at a distance of  
20 leagues. - fourscore miles.

Cochilhas are extensive chains  
of hills, with pasture, but without trees,  
- precisely our downs.

Vol I. p. 129 - 130





CATALOGUE  
OF THE  
SPANISH AND PORTUGUESE  
PORTION OF THE LIBRARY  
OF THE LATE  
ROBERT SOUTHEY, ESQ., LL.D.,  
POET LAUREATE.

---

FOURTEENTH DAY'S SALE.

---

OCTAVO ET INFRA.

LOT

- 3163 \* ACCURSIO DAS NEVES (Jose) Historia Geral da Invasao dos Francezes em Portugal, e da Restauração deste Reino, 5 vol. *half bound morocco, uncut* Lisboa, 1810
- 3164 Adagios, Proverbios, Rifaos, &c. da Lingua Portugueza A. de Alcala, varios Effetos de Amor en Cinco Novelas, 2 vol. *ib.* 1671-1780

- 3165 Alboquerque (do Grande Alfonso d') *Commentarios, portrait*  
4 vol. *Spanish calf, gilt, marbled leaves* *ib.* 1774
- 3166 Almeida (T. d') *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente, plates, 3 vol.* *ib.* 1786
- 3167 Aleman (Matt.) *Vida y Hechos del Picaro Guzman de Alfarache, 2 vol.* *Amberes, 1736*
- 3168 Alvarez (Fr.) *Historia de las Cosas de Etiopia, traduz, par Tho. de Padilla* *Anvers, 1557*
- 3169 \* Alvares de Orient (Fer. de) *Lusitania Transformada*  
*Lisboa, 1781*
- 3170 \* Amor (*Question de*) y *Carcel de Amor*  
*very scarce, in calf, good copy* *Anvers, 1576*
- \*\*\* See MS. note in the autograph of the late Poet Laureate.
- 3171 Anzarena (Chr.) *Vida y Empressas Literarias del Ingen. Caballero Don Quixote de la Manchuela, Parte primera (all ever published)*  
*very scarce* *Sevilla, n. d.*
- Y
- 3172 Argensola (L. L. de) *Informacion de los sucessos del Reino de Aragon en 1590 y 1591*  
*FIRST EDITION, Presentation Copy, uncut, from the editor Manuel de Abella, with his autograph* *Madrid, 1808*
- 3173 Arguelles (J. C.) *Observaciones sobre la Historia de la Guerra de Espana, 2 vol. uncut* 1829
- 3174 \* Arteaga (Felix de) *Obras Postumas Divinas y Humanas*  
*Alcala, 1650*
- 3175 Balcuena (Bern. de) *el Bernardo, Poema Heroico, 3 vol.*  
*Madrid, 1808*
- 3176 Balbuena (Dr. Bern.) *Siglo de Oro, en las Selvas de Erifile*  
*FIRST EDITION* *ib.* 1608

- 3177 \* Barbosa de Carvalho (T.) Peregrinacam Christam, *Lisboa*,  
1620 — M. Ben Israel, Esperance de Israel, *Amst.* 5410;  
&c. &c. *together 6 vol.*
- 3178 \* Bernardes (D.) Rimas Varias, Flores do Lima, Olyma, &c.  
3 vol. *Lisb.* 1761-70 — A. Da Cruz, Varias Poezias,  
*ib.* 1771, &c. &c. *together 6 vol.*
- 3179 Barrios (Mig. de) Coro de las Musas, *vellum Brusselas*, 1672
- 3180 Barros (João de) e Diogo de Couto, Decadas da Asia dos  
Feitos, que os Portuguezes Fizeram na conquista, e Desco-  
brimento das Terras, e Mares do Oriente, *portraits and maps.*  
24 vol. *complete, in Spanish calf, marbled leaves*  
*Lisboa*, 1778-88
- 3181 Berchtold (Conde L.) Ensaio do Varios Meios  
*red moroco, gilt leaves* *ib.* 1792
- 3182 Botello de Morães y Vasconcelos (Fr.) el Alphonso, Poema  
Epico, *Paris*, 1712 — F. Botelho, Historia de las Cuevas  
de Salamanca, *Salam.* 1737 *together 2 vol.*
- 3183 Caminha (P. de And.) Poezias  
*half bound red moroco, uncut* *Lisboa*, 1791
- 3184 Camos (Marco Ant. de) la Fuent Desseada, o Institucion de  
Vida Honesta y Christiana, *en Versos*  
FIRST EDITION, *fine copy* *Barcelona*, 1598
- 3185 \* Camoens (Luis de) Obras, *portrait*, 5 vol. *Lisboa*, 1782
- 3186 Capmany y de Montpalau (Ant. de) Teatro Historico-Critico  
de la Eloquencia Espanola, 5 vol. *uncut* *Madrid*, 1786
- 3187 Castanheda (F. L. de) Historia do Descobrimiento, e Conquista  
da India pelos Portugueses, 2 vol. *uncut* 1797
- 3188 Cervantes (Mig. de) Novelas Exemplares, *portrait and plates*,  
2 vol. *Amb.* 1743
- 3189 \* Castro y Anaya (Pedro de) Auroras de Diana, *Coimbra*,  
1654 — J. Corte, Real Naufragio, e lastimoso Sucesso da  
Perdicao de M. de Sousa de Sepulveda e Dona Lianor  
de Sa, *Lisboa*, 1783 *together, 2 vol.*

- 3190 Cervantes (Mig. de) el Ingenioso Hidalgo Don Quixote de la Mancha  
*RARE, fine copy* *Milan, 1610*
- \*\*\* The first Part only; the second not being printed till 1615. A Spanish writer, speaking of this and other prior editions, says, "*either of them are worth fifty of those printed in our time.*"
- 3191 Cervantes (Mig. de) Don Quixote de la Mancha, por J. A. Pellicer, con sua Vida, *portrait and plates*, 9 vol. *wanting vol. 6, red morocco, gilt leaves* *Madrid, 1798*
- 3192 \* Cervantes (Mig. de) Viage del Parnaso  
 FIRST EDITION, *RARE, fine copy in vellum* *Madrid, 1614*
- \*\*\* With the autograph written on the title-page, of Joseph Soarer da Silva, author of the *Memorias del Rei D. Joaom I.*
- 3193 Chronica de el Rey D. Sebastiano, por Bern. da Cruz  
*Presentation Copy, uncut* *Lisboa, 1837*  
*together 5 vol.*
- 3194 Chronica del Rey D. Pedro I, por J. Pereira Bayam, *Lisb.* 1735 — *Historia Verdadeira do Rodrigo Dias de Bivar, o Cid Campedor, pelo J. Pereira, ib.* 1734, &c. &c.  
*together 5 vol.*
- 3195 \* Chronica do Emperador Clarimundo, tirada por J. de Barros, 3 vol. *Lisboa, 1791*
- 3196 \* Cieça de Leon (Pedro de) la Chronica del Peru, *map and woodcuts, stained, and wants a leaf or two in the table*  
*RARE* *Anvers, 1554*
- 3197 Coimbra: — Estatutos da Universidade de Coimbra, 4 vol.  
*Lisboa, 1772-3*
- 3198 Coleccion de Poesias Castellanas Anteriores al Siglo XV, com Notas por D. T. A. Sanchez, 4 vol.  
*calf extra, marbled leaves* *Madrid, 1779*
- 3199 Coleccion de diversos Poetas Españoles, publicada por D. Ramon Fernandez, 19 vol.  
*elegantly bound in calf extra, marbled leaves* *ib.* 1786-97



- 3200 Coleccion de Papeles Interessantes, &c. 13 parts in 3, 1808 —  
 Compilação des Ordens do Dia 1809-15, in 3 vol.  
*together 6 vol.*
- 3201 Compilação das Ordens do Dia, Coleccion des 1809-15, in 3 vol.  
*Lisboa, 1811, &c.*
- 3202 \* Contreras (Geron. de) Selva de Aventuras en que se trata de  
 unos estremados Amores, que un Cavallero de Sevilla  
 llamado Luzan, &c. *en Prosas y Versos*  
*calf gilt* *Bruxellas, 1592*
- \*\*\* This work was prohibited by the Inquisiton of Spain.
- 3203 Correio Braziliense ou Armazem Literario, from commence-  
 ment in 1808 to 1822, 29 vol. *uniformly bound*  
*Londres, 1808, &c.*
- 3204 Da Costa (A. R.) Descripcaon da Cidade do Porto, 1789 — D.  
 do Couto sobre da Decadencia dos Portuguezes na Asia, y  
 Vida de D. Paulo de Lima Pereira, 2 vol. 1765-90 — His-  
 toria do Carlos Magno e do Doze Pares de France, 3 vol.  
*in 1, 1784* *together 4 vol.*
- 3205 \* Da Costa (H. J. da) Narrativa da Perseguicaon, *port.* 2 v. 1811
- 3206 \* Damiani a Goes Opuscula, *Conimb.* 1791 — Demetrio Mo-  
 derno, o Bibliografo Juridico Portuguez, *Lisb.* 1781 — N.  
 Donadeus de Bello Christi, *Panormi*, 1720 *together 3 vol.*
- 3207 \* Dessi (Jo.) La Divina Semana, o siete Dias de la Creacion  
 del Mundo en Otava Rima  
 FIRST EDITION, *good copy, in vellum* *Barcelo, 1610*
- 3208 Dias (Duarte) La Conquista que Hizieron los Poderosos y  
 Catholicos Reyes Don Fernando, y Donna Ysabel, en el  
 Reyno de Granada, en Octava Rima  
 FIRST EDITION, *the title and two leaves slightly damaged*  
*Madrid, 1590*
- 3209 Dias de Niza (P.) Portugal Sacro-Profano, 3 vol. *Lisboa, 1757*
- 3210 Diccionario Critico-Burlesco del que se titula Diccionario Ra-  
 zonado Manual; *uncut* *Cadiz, 1811*

- 3211 Drammi Varie, 2 vol. *Lisbona*, 1765, &c. — Ecco Polytico res-  
ponde en Portugal a la Voz de Castilla, *ib.* 1645, &c.  
*together 5 vol.*
- 3212 \* Ercilla (Alfon. de) la Araucana, *portrait*, 2 vol. *vellum*  
*Madrid*, 1776
- 3213 Escoiquiz (Juan de) Mexico Conquistada, Poema Heroyco,  
3 vol. *ib.* 1798
- 3214 \* El Espanol, por J. M. Blanco White, 8 vol. *half bd.* 1810
- 3215 \* Espinel (D. Vincente) Diversas Rimas, con el Arte Poetica, y  
Algunas Odas de Oracio traduzidas em Verso Castellano  
FIRST EDITION, *wants one leaf of the privilegio* *Mad.*, 1591
- 3216 Ferreira (Ant.) Poemas Lusitanos, 2 vol. *Lisboa*, 1771
- 3217 Fielding (Hen.) Tom Jones o el Expósito, trad. por J. de  
Ordejon, 4 vol. *Madrid*, 1796

#### QUARTO.

- 3218 Abentarique (Abulcacim Tarif) Historia Verdadera del Rey  
don Rodrigo, traducida por M. de Luna *ib.* 1676
- 3219 \* Acosta (Chr.) Tractado da las Drogas, y Medicinas de las  
Indias Orientales, *woodcuts, vellum* *Burgos*, 1578
- 3220 Acosta (Jos. de) Historia Natural y Moral de las Indias  
FIRST EDITION, *good copy* *Sevilla*, 1590
- 3221 Agostinho de Santa Maria (Fr.) Triumvirato Espiritual, e  
Historico, nas Vidas de Fr. D. Ortis, Fr. Agostinho de Co-  
runha, y J. Barthe Lorenço, *calf, gilt* *Lisboa*, 1722
- 3222 \* Agostinho de Santa Maria (Fr. Santuario Mariano e Historia  
das Images Milagrosas de Nossa Senhora, 10 vol.  
*old Spanish calf, gilt* *ib.* 1707-23
- 3223 \* Albuquerque Coelho (Duarte de) Memorias Diarias de la  
Guerra del Brasil desde el de año 1630  
VELLUM RARE *Madrid*, 1654
- 3224 \* Almeida (Fr. J. de) Tratado da Educaon Fysica, para uso da  
Naçaon Portuguesa, *Lisboa*, 1791 — Augustin Libro de los  
Secretos de Agricultura, *Barcelona*, 1722, &c. *together 4 v.*

- ✓ 3225 Almeida (Greg. de) Resturacaon de Portugal Prodigiosa, *portrait*  
*Lisboa, 1643*

\*\*\* P. Josi Agistinho de Macedo says that the name on the title-pages is fictitious, and that this book was written by the Jesuit Manoel de Escobar. — *Sebastianistas*, p. 1, 11.

*See Note in the autograph of the late Poet Laureate.*

- 3226 Almodovar (E. Malo de Luque, Duque de) Historia Politica de los Establecimientos Ultramarinos de las Naciones Europeas, *portrait and maps*, 5 vol. *Spanish calf*  
*Madrid, 1784-90*

- 3227 Antonio de Gouvea (F.) Relaçam em que se tratam as Guerras e Grandes Victorias que Alçancouo Grande Rey da Persia Xá Abbas do Grando Turco Mahometto  
*Spanish calf, gilt* *Lisboa, 1611*

- 3228 Antunes y Acevedo Memorias Historicas sobre la Legislacion y Gobierno del Comercio de los Espanoles con sus Colonias en las Indias Occidentales, *uncut* *Madrid, 1797*

- 3229 Ariosto (L.) Orlando Furioso, traduzido en Romance Castellano, por Don Jeron, de Urrea  
*port. and woodcuts* *Anvers, 1558*

- 3230 Ayala (J. Lopez) Historia de Gibraltar *Madrid, 1782*

- 3231 Bacallar y Sanna (Vicente) Commentarios de la Guerra de Espana e Historia de su Rey Phelipe V, 2 vol.  
*Presentation Copy, in red morocco, gilt leaves, from Lord Mahon, with his autograph* *Genova, n. d.*

- 3232 Barbosa Homem (Pad.) Discursos de la Juridica y Verdadera razon de Estado, formados sobre la Vida de Don Juan II, Rey de Portugal, *vellum* *Coimbra, 1629*

- 3233 Barbosa (J.) Catalogo Chronologico, Historico, Genealogico, &c. das Rainhas de Portugal, e seus Filhos

LARGER PAPER *Lisboa, 1727*

- 3234 \* Barrios (Mig. de) Flor de Apolo, *fine plates* *Brussels, 1665*

\*\*\* Among the Lansdowne MSS. is a volume of Poems by this author, who, being a New Christian, was happy enough to get into a country where he could profess himself a Jew.

*See MS. note in the autograph of the Poet Laureate*

- 3235 Bibliotheca Historica de Portugal e seus Dominios Ultramarinos, Catalogo dos Livros, que se hao de ler para a Continuacao do Diccionario da Lingua Portugueza, 2 vol. *uncut*  
*Lisboa, 1799-1800*
- 3236 \* Borja (Fr.) las Obras en Verso *Amberes, 1754*
- 3237 Botello de Moraes y Vasconcelos (Fr.), el Nuevo Mundo Poema Heroyco, con las Alegorias de Pedro de Castro,  
*calf extra* *Barcelona, 1701*
- 3238 \* Botello de Moraes y Vasconcelos (Fr.) el Alphonso o la Fundacion del Reyno de Portugal, Poema Epico, *calf extra, marbled leaves*  
*Salamanca, 1731*
- 3239 \* Bravo (Nic.) Benedictina, la Milagrosa Vida del glorioso S. Benito, en verso  
*fine copy, in calf* *Salamanca, 1604*
- 3240 Brigida. La dichosa Peregrina, segundo Apocalypse de Dios, Embaixatriz del Cielo Santa Brigida de Suecia, traduzida por G. de San Antonio, *vellum* *Lisboa, 1714*
- 3241 Cabarrus (Conde del) sobre los Obstaculos que la Naturaleza, la Opinion y las Leyes, &c. *Vitoria, 1808* — Colleccaon de Decretas, Editaes &c. &c. *Lisb. 1808* — Ensaio Enconomica sobre o Comercio de Portugal & suas Colonias, *ib. 1794, &c.*
- 3242 Calderon de la Barca (Pedro) Autos Sacramentales Allegoricos y Historiales, *portrait, 6 vol.* *Madrid, 1717*
- 3243 \* Camorano (Rod.) Compendio del Arte de Navegar, *with the autograph of Tho. Norreys, Sevilla, 1588* — Antiguedad Maritima de la Republica de Cartago, por P. R. Campomanes, *Madrid, 1756, &c. &c.* *together 4 vol.*
- 3244 Capmany y de Montaplau (Ant. de) Memorias Historicas sobre la Marina Comercio y Artes de la Antigua de Barcelona, 4 vol.  
*Fine copy, in Spanish calf gils* *Madrid, 1779-92*

- 3245 Capmany, y de Monpalau (Ant. de) *Codigo de las Costumbres Maritimas de Barcelona*, 2 vol.  
*Fine copy, calf, gilt leaves* *ib.* 1791
- 3246 Campomanes (P. Rodriguez) *Dissertaciones Historicas del orden, y Cavalleria de los Templarios* *ib.* 1747
- 3247 Carabajal y Saavedra (Mar.) *Novelas Entretenidas* *ib.* 1728
- 3248 Carrillo Lasso (Ant.) de las Antiguas Minas de Espana, *vellum*  
VERY SCARCE *Cordova*, 1624
- 3249 Carrillo y Soto Mayor (Luys) *Obras en Verso y en Prosa*,  
RARE *Madrid*, 1611
- 3250 Castro (J.) *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 3 vol.  
*Spanish calf gilt* *Lisboa*, 1672
- 3251 Castro (Nic. Fer. de) *Portugal Convencida con la Razon para ser-Venzida con las Catholicas Armas de Don Philippe IV*,  
*vellum* *Milan*. 1648
- ✓ 3252 \* Cazal (M. Ayres de) *Corografia Brazilica, ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil*, 2 vol. *calf*  
*Rio de Janeiro*, 1817
- 3253 Céspedes y Menezes (Gonz. de) *Discursos Tragicos del Español Gerardo, y Desengano del Amor Lascivo*, 2 vol. in 1  
(*wants title to vol. 1*) *Lisboa*, 1625
- 3254 Céspedes y Meneses (G. de) *la Varia Fortuna del Soldado Pindaro*, *wanting title*, 1625 — *Conceição (Apol. da) Primazia Sacrifica na Regiam da America novo Descobrimiento de Santos*, *Lisb.* 1733, 2 vol.
- 3255 Cervantes (Miguel de) *Novelas Exemplares*, *part of the title and small corners of some leaves wanting*  
RARE *Madrid*, 1614
- \*\*\* This is the second edition printed at Madrid.
- 3256 Cervantes (Mig. de) *Comedias y Entremeses*, 2 vol. *Mad.* 1749
- 3257 Chagas (Ant. das) *Obras, viz: Escola de Penitencia-Sermoens*, 3 vol. — *Obras Espirituaes — Viva Jesus*, 2 vol. — *con Vida e Morte do F. A. das Chagas; together 7 vol.*  
*Spanish calf gilt* *Lisboa*, 1763



- 3258 Chronica de D. Alfonso el oncenno de este nombre de los Reyes que Reynaron en Castilla y Leon, por Fr. Cerdá y Rico, vol. 1, *uncut*, Madrid, 1787 — Chronica de San Luis, Rey de Francia, nieto del Rey D. Alonso el VIII, por Senor de Jonville traducida por J. Ledel, *uncut*, *ib.* 1794 — Coronicas de los Reyes de Castila Don Pedro, Enrique II & III, Juau I, e de D. Alvaro de Luna, par D. Pedro Lapez de Ayala, &c. *portrait*, 5 vol. *half bound* together 7 vol.
- 3260 Chronica do Rey D. Joānno o III, por Fr. D'Andrada, 4 vol. *old calf gilt* Coimbra, 1796
- 3261 —Chronicas dos Reis de Portugal reformadas pelo Duarte Nunez do Lião, 4 vol. *half-bound morocco*, *uncut* Lisboa, 1774
- 3262 Chronica do Senhor Rei D. Emanuel, por Dam. de Goes, 4 vol. in 2, *old calf gilt* Coimbra, 1790
- 3263 Chronica do Seren. Principe D. João por Diam de Goes, *old calf gilt* *ib.* 1790
- 3264 Chronica dos Valeros, e Insignes Feitos del Rey D. João II, de Gloriosa Memoria, per Garcia de Resende *ib.* 1798
- 3265 Cuidados Literarios do Prelado de Beja em graca do Seu Bis-pado, *uncut* Lisboa, 1791
- 3266 Cladera (C.) Investigaciones Historicas sobre los principales Descubrimientos de los Espanoles en el Mar Oceano en el Siglo XV y principios del XVI, *fine portraits and map*, *calfs*, *neat* Madrid, 1794
- COLLECCAON DE LEGISLACON DO REINO DE PORTUGAL, viz.
- 3267 Colleccaon Chronologica dos Assentios das Casas da Suppli-caon e do Civil, *uncut* Coimbra, 1786
- 3268 Leis Extravagantes collegidas pelo Duarte Nunez do Lião LARGE PAPER, *uncut* *i.* 1796
- 3269 Ordenaçoens do Senhor Rey D. Alfonso V, 5 vol. *ib.* 1786
- 3270 Ordenaçoens do Senhor Rey D. Manoel, 3 vol. LARGE PAPER, *uncut* *ib.* 1797

- 3271 Ordenações e Leis do Reino de Portugal, 1603, 3 vol. *ib.* 1786
- 3272 Repertorio das Ordenações, do Reino de Portugal, 4 v.  
*ib.* 1795
- 
- 3273 Coleccion de Noticias para a Historia e Geografia das Nações  
Ultramarinas que vivem nos Domínios Portuguezes, 2 vol.  
*calf* *Lisboa*, 1812
- 3274 COMEDIAS ESPANOLAS VARIAS: a Collection of upwards of  
150 of the most Popular Spanish Comedies, by celebrated  
Authors, in 11 vol. and a parcel of single ones *v. y.*
- 3275 Comedias Españolas (a Collection of upwards of 160), by the  
most celebrated Authors, as Lope de Vega, Calderon,  
Fr. de Roias, Ant. de Coello, Villagas, &c. in 14 vol. *v. y.*
- 3276 \* Conde (J. Ant.) Historia de la Dominacion de los Arabes en  
Espana, 3 vol. in 2, *calf* *Madrid*, 1820
- 3278 Contador de Argote (Jer.) Memorias para a Historia Ecclesi-  
astica do Arcebispado de Braga Primaz das Hespanhas,  
5 vol. *fine copy*, in *Portuguese binding* *Lisboa*, 1747
- 3280 Corpus Illustrium Poetarum Lusitanorum qui Latine scripse-  
runt nunc primum in lucem editum ab. Ant. dos Reys, 8-vol.  
*LARGE PAPER, uncut* *Lisbonæ*, 1745
- 3281 \* Correa de la Ceerda (Fer.) Historia da Vida, Morte, Milagres,  
&c. de Santa Isabel VI, Rainha de Portugal *Lisboa*, 1735
- 3282 Cortese (Ferdinando) la Preclara Narratione della Nuova  
Hispani del Mare Oceano, tradotta dal Latino di P. Sa-  
vorgnano in Lingua Volgare, da N. Liburnio *Venetia*, 1523
- 3283 Covarrubias (Seb. de) Emblemas Morales, *woodcuts*  
*Madrid*, 1610
- \* \* \* This is the same Covarrubias who is better known by his Tesoro  
de la Lengua Castellana.  
*See MS. note in the autograph of the Poet Laureate.*
- 3284 Crisis (La) Ferrerica, 2 vol. in 1 *Zaragoza*, 1720
- 3285 Cunha (Rodr. da) Historia dos Bispos do Porto  
*No Porto*, 1623

- 3286 Dalla Bella (J. A.) Memoria sobre a Cultura das Oliveiras, & Observacones sobre a Manufatura do Azeite de Oliveira em Portugal, &c. 3 vol. *Coimbra & Lisboa, 1784-6*
- 3287 Desclot (Bern.) Historia de Cataluna *Barcelona, 1616*
- 3288 Diario de las Discusiones y Actas de las Cortes, 1810-1813, 18 vol. *Spanish binding, vol. 19 unbound Cadiz, 1811-13*
- 3290 Fernandez (J. Patricio) Relacion Historial da las Misiones de los Indios, que llaman Chiquitos, del Paraguay 1726
- 3291 Ferreira (A.) Supplemento Historico, ou Memoiras y Noticias da Celebre Ordem dos Templarios, 2 vol. *Lisboa, 1735*
- 3292 Ferreira (Bern.) Hespaña Libertada, Poema, 2 vol. *ib 1618*
- 3293 Ferreira da Silva (Silv.) Relacion do Sitio, da Nova Colonia do Sacramento, *plates ib. 1748*
- 3294 Ferreira y Sampayo (Chr.) Vida y Hechos del Principe Perfeto Don Juan II, Rey de Portugal *red morocco, gilt leaves Madrid, 1626*
- 3295 Ferreras (Juan de) Synopsis Historica Chronologica de Espana, 16 vol. *ib. 1700-27*
- 3296 \* Ferreras (Juan de) Reparos Historicos sobre el Tomo VII de la Historia de Espana, *Alcala, 1723* — Ferreras Convencido, con los Chronicones Corregidos, &c. *Madrid, 1729* — F. Fabro, Viage D. Carlos II de Aragon, *ib. 1680 3 vol.*
- 3297 FEYJOO Y MONTENEGRO (B. G.) OBRAS, viz. Theatro Critico Universal, 8 vol.; Cartas Eruditas, y Curiosas, 5 vol.; Demonstracion Critico Apologetica, 2 vol.; Theatro Anti-Critico Universal, 3 vol.; Reflexiones Critico-Apologeticas, 3 vol.; Duelos Medicos, &c. 1 vol.; Examen de la Crisis, 2 vol.; Anti-Theatro Critico, 5 vol.; &c. *together 37 vol. uniform in Spanish calf, gilt Madrid, 1769, &c.*
- 3298 Feyjoo y Montenegro (B. G. Theatro Critico Universal, con Supplemento, Ilustracion Apologetica, Justa Repulsa, y Cartas Eruditas y Curiosas, 16 vol. *vellum ib. 1749-1760*

- 3299 Figueiredo (J. Anast. de) Synopsis Chronologica, de Subsidios  
ainda o mais raros para a Historia, &c. Portugueza, desde  
1143 até 1603, 2 vol.  
*half bound red morocco, uncut* Lisboa, 1790
- 3300 Finistres y de Monsalvo, Historia de el Real Monasterio de  
Poblet, 2 vol. *Cervesa, 1753*
- 3301 Francesco de Ortega, Poema Heroico Historia del Origen,  
Antiguedad e Invencion de Nuestra Senoro de Monserrate.  
*no place or date*

FOLIO.

- 3302 Academia Real das Sciencias de Lisboa (Memorias da), 2 vol.  
*half bound, uncut* *ib.* 1800
- 3303 Almeida (Fr.) e Amaral Bottelho, Discursos Juridicos *ib.* 1790
- 3304 Almeyda (Man. de) Historia de Ethiopia a Alta ov Preste  
Joam, pelo B. Tellez, *map calf gilt* Coimbra, 1660
- 3305 Alvarez (Fr.) Verdadera Informaçom das Terras do Preste  
Joam, *the title and several leaves MS.* Lisboa, 1540
- 3306 Anastasio de Figueiredo (Joze) Nova Historia da Militar  
Ordem de Malta e dos senhores Grão-Priores della, em  
Portugal, 3 vol. *half bound calf* *ib.* 1800
- 3307 \* Andrade (Alonso de) Itinerario Historial, que debe Guardar  
el Hombre para Caminar al Cielo *ib.* 1687
- 3308 Antonii (Nic.) Censura de Historias Fabulosas *Valencia, 1742*
- 3309 Antonii (Nic.) Bibliotheca Hispana Vetus et Nova sive His-  
panorum Scriptorum qui anno 1500 ad 1684 floruerunt  
Noticia, cura F. P. Bayerii, 4 vol.  
*Madrid, 1783-8.*
- 3311 Baccalar y Sana (Vinc.) Commentarios de la Guerra de Es-  
pana desde el Principio del Reynado del Rey Philipe V.  
*wants title* 1711
- 3312 Barcia (And. Gonz.) Historiadores Primitivos de las Indias Oc-  
cidentales, illustrados con notas, &c. 3 vol. *Madrid, 1749*

- 3313 Barros (And. de) Vida do Apostolico Padre Ant. Vieyra  
*Lisboa, 1746*
- 3314 Bayao (J. P.) Portugal Cuidadoso, e Lastimado com a Vida,  
e perda do senhor Rey Dom Sebastiano, *port.* *ib.* 1737
- 3315 Berganza (Fr. de) Antiguedades de Espana, propugnadas en  
las Noticias de sus Reyes, y Condes de Castilla la Vieja,  
2 vol. *vellum* *Madrid, 1719-21*
- 3316 Beuther (P. Ant.) Coronica General de toda Espana, y espe-  
cialmente del Reyno de Valencia, *woodcuts*, 2 vol. *not*  
*uniform* *Valencia, 1563-51*
- 3318 \* Bonfant (Dion.) Triumpho de los Santos del Reyno de Cerdena  
*Callar, 1635*
- 3319 \* Borja. — La Heroyca Vida, Virtudes, y Milagros del Grande  
San Francisco de Borja *Madrid, 1726*
- 3320 BRITO (BERN. DE) MONARCHIA LUSYTANA, 8 vol.  
*VERY SCARCE, a fine and complete copy* *Lisboa, 1690*
- 3321 Britto (Bern. de) Chronica de Cister onde se contam as cousas  
Principals desta Ordem, & muytas Antiguedades do Reyno  
de Portugal, *portrait, calf gilt* *ib.* 1720
- 3322 Brito Freyre (Fr. de) Nova Lusitania, Historia da Guerra  
Brasilica *ib.* 1675
- 3322 \* Calancha (Ant. de la) Coronica Moralizada del Orden de San  
Augustin en el Peru, con Sucesos exemplares en esta Monar-  
quia, *vellum* *Barcelona, 1638*
- 3323 Cabral (A. V.) Practica Judicial, 4 parts in 1 vol.  
*Lisboa, 1712-21*
- 3324 Caluete de Estrella (Juan Chr.) el Felissimo Viaie d'el muy  
alto y muy Poderoso Principe Don Phelippe, Hijo d'el  
Emperador Don Carlos V *Anvers, 1552*
- 3325 CALVINO (JUAN) INSTITUCION DE LA RELIGION CHRISTIANO.  
TRADUZIDA EN ROMANCE CASTELLANO, POR CYPRIANO DE  
VALERA  
*fine copy in calf, gilt leaves* *en Casa del R. Campo, 1597*



\*\*\* That the learned Antonio, notwithstanding his careful inquiries and his travels, could never see this book, which was strictly prohibited by the Inquisition, is not so strong a proof of its rarity as the testimony afforded by the learned Librarian of Brussels, la Serena Santander, in two passages of the catalogue of his books printed in 1803: at page 18 of vol. 1, speaking of the Bible by Cypriano de Valera, he says, — *Il avait publié en 1597 sa traduction Espagnole des institutions de J. Calvin ouvrage qu'ont peut compter comme LE PLUS RARE QUI EXISTE EN FAIT DE TRADUCTIONS CASTELLANES:*” again, at. page 244 he thus expresses himself, — *“Peu des livres existent dans la republiques des lettres, d’une rareté égale à celui-ci.”*

3326 Çarate (Augustin de) Historia del Descubrimiento y Conquista del Peru, *fine copy*, RARE Sevilla, 1577

3327 \* Caro de Torres (Fr.) Historia de las Ordenes Militares de Santiago, Calatrava y Alcantara Madrid, 1629

3328 \* Carrillo (Mart.) Annales y Memoria Chronologicas Huesca, 1622

3329 Carvalho da Costa (Ant.) Corographia Portugueza, e Descrip-  
cam Topografica do Reyno de Portugal, 3 vol.  
*fine copy, in calf* Lisboa, 1706-12

3330 Castejon y Fonesca (Diego de) Primacia de la Santa Iglesia de Toledo su Origen, sus Medras, sus Progressos, 2 vol.  
*fine copy, in calf* Madrid, 1645

3331 Castillo (Hern. de) Primera Parte de la Historia General de Santo Domingo y de su Orden de Predicadores Valencia, 1587

3332 Cayrasco de Figueroa (Bart.) Templo Militante Flos Santorum, y Triumphos de sus Virtudes, 4 vol. in 2  
*half bound calf* Lisboa, 1613-14

3333 Censo de la Poblacion de Espana de el anno de 1797, *with some MS. additions, see MS. note* (Madrid) 1801

- 3334 Cespedes y Meneses (Gonçalo de) Primera Parte de la Historia de D. Felipe el V, Rey de las Espanas *Lisboa*, 1631
- 3335 Chronica Polonorum, *woodcuts, one leaf MS.*  
*vellum* *Craccovia*, 1521
- 336 Chronica del muy esclarecido Principe y Rey Don Alfonso el Onzeno deste nombre, por J. Nunez de Villasan  
*RARE, the corner of the 12 first leaves mended Valladolid*, 1551
- 3337 \* Chronica del Rey Don Alonso el Sabio, Don Sancho el Bravo, e Don Fernando Quarto, *wants the title, and has 3 leaves mended with MS. very neatly written* *ib.* 1554
- 338 CHRONICA DE ESPANA (las quatro partes enteras de la) que mandó componer el Rey D. Alonso el Sabio. Donde se contienen los Acontecimientos y hazānas mayores y mas señaladas que sucedieron en Espana; des de su primera poblacion hasta casi los tiempos del dicho Senor Rey. Vista y enmendada mucha parte de su impression por el Florian Docampo  
*FIRST EDITION, RARE, fine copy, in old calf Zamora*, 1541
- 3339 Chronica do Rei Dom Emanuel da Gloriosa Memoria, por Damiam de Goes, 4 vol. en 1  
*RARE* *Lisboa*, 1566-7
- 3340 Chronica del Gran Capitan Goncalo Hernandez de Cordova y Aguilar, con la Vida del Famoso Cavallero Diego Garcia de Paredes, *woodcut*  
*RARE, fine copy* *Alcala*, 1584
- 3341 Chronica del Rey Don Rodrigo con la Destruycion de Espana, y como los Moros la Ganaron, *wants part of the title and a small corner of the last leaf* *Alcala de Henares*, 1587
- 3242 \* Chronica del Rey D. Juan el II ecripta por Fern. Perez de Guzman corregida por el Dr. L. Galindez, *woodcut*  
*morocco, good copy* *Pamplona*, 1590
- 3343 Chronica del Rey Don Pedro hijo del Rey Don Alonso de Castilla, *woodcut, calf, good copy* *ib.* 1591

- 3344 CHRONICA DE LA FAMOSO CAVALLERO CID RUY DIEZ  
CAMPEADOR, *a little wormed* Burgos, 1593

\*\*\* The Marquis of Blandford's copy of the rare Chronicle,  
sold for £ 13 5s.

- 3345 Chronica do Codestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pe-  
reyra Principiador da Casa de Bragança Lisboa, 1623

- 3346 \* CHRONICA DE LOS MOROS DE ESPANA, por el Fray Jayme  
Bleda, *fine copy*, RARE Valencia, 1618

\*\*\* Col. Stanley's copy sold for £7 10s; and the White Knight's  
copy for £ 7 7s.  
*See note in the autograph of the Poet Laureate.*

- 3347 Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem  
dos Eremitas de S. Agostinho, por Antonio da Purificação  
Portuense, 2 vol. Lisboa 1642-56

- 3348 Chronicas del Rey D. Joamo I de Portugal, de Gloriosa  
Memoria, del Reys Dom Duarte, & Affonso V, e Autos do  
Levantamento, e Juramentos del Rey Joam IV Lisboa, 1643

- 3349 Chronica del Rey D. Joam. I, de boa Memoria e dos Reys de  
Portugal o Decimo composta, por Fer. Lopez e G.  
d'Azurara, 3 vol. in 1 Lisboa, 1644

- 3350 Chronica de el Rey Dom Alfonso o quarto do nome e settimo  
dos Reys de Portugal, por R. P. G. da Torre Tombo, &c.  
*ib.* 1653

- 3351 Chronica de los Senores Reyes de Castilla, Don Sancho el  
Deseado, Don Alonso el Octavo, y Don Enrique el primero,  
por G. de Avellaneda y Haro, *good clean copy vellum*  
Madrid, 1665

- 3352 \* Chronica del D. Affonso Henriques primero, D. Sancho, I & II,  
D. Affonso II & III, e Dom Diniz, Sexto Rey de Portu-  
gal, por D. Galvão e R. de Pina, 6 vol. in 1 Lisboa, 1727-9

- 3353 Chronica del Don Sebastiano decimo sexto Rey de Portugal  
composta por D. Manoel de Menezes *ib.* 1730

- 3354 Chronica del Senor Rey Don Juan II de este nombre en Castilla y en Leon, por Fer. Perez de Guzman, corregida, Emendada y Adicionada por el L. Galindez de Carvajal  
*Valencia, 1779*
- 3355 Chronica de los Señores Reyes Catolicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragon, por Hern. de Pulgar,  
*fine copy* *ib. 1780*
- 3356 Cochincina (Noticias Summarias das Perseguições da Missam de) Principiada, & continua da pe los Padres da Companhia de Jesu  
*Lisboa, 1700*
- 3357 Codigo Brasiliense, ou Collecção das Leis, Alvaras, Decretos, Cartas Regias, &c. promulgadas no Brasil desde 1808-11, 2 vol. *uncut*  
*Rio de Janeiro, 1811-12*
- 3358 \* COLLEÇAM DOS DOCUMENTOS, ESTATUTOS, E MEMORIAS da Academia Real da Historia Portuguesa, 1721-36, 16 vol. *uniform, 3 vols. stilted*  
*Lisboa, 1721-36*
- 3359 Colleccaon dos Breves Pontificios, e Leys Regias, que Foromo Expedidos, e Publicadas desde o anno de 1741, sobre a liberdade das Pessoas, Bens, e Commercio dos Indios do Brasil, *with a coloured plate, 2 vol.*  
*Impressa na Secretaria de Estado, n. d.*
- 3360 Colleccaon das Leys, Alvaras, e Decretos Militares, do Senhor Rey de José o I  
*Lisboa, 1791*
- 3361 Colleccaon de Livros Ineditos de Historia Portuguesa, vol. 4 and 5, *uncut*  
*ib. 1816-24*
- 3362 Comines (Felipe de) las Memorias de los Hechos y Empresas de Luis XI y Carlos VIII Reyes de Francia, traducidas, por J. Vitrian, 2 vol.  
*Ambers, 1713*
- 3363 Cordeyro (Ant.) Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental  
*fine copy, calf extra* *Lisboa, 1717*
- 3364 Chronica de los muy Valientes y Esforçados Cavalleros Don Florisel de Nique a y el Fuerte Anaxartes, *wants title and end*  
*n. d.*

- 3365 Cornejo (Dam.) *Chronica Seraphica*, Vida del Glorioso Patriarca San Francisco, y de sus primeros Discipulos, 8 vol.  
*calf* *Madrid*, 1721
- 3366 \* Davila (Gil. Gonz.) *Historia de la Vida y hechos des Rey Don Henrique tercero de Castilla*, *portrait*  
FIRST EDITION, *fine copy, in old calf, gilt* *ib.* 1638
- 3367 Davila (Gonz.) *Teatro Eclesiastico de la Primitiva Iglesia de las Indias Occidentales*, vol. 1 *ib.* 1649
- 3368 Diago (Fr.) *Historia de los Victoriosissimos Antiguos Condes de Barcelona*, *vellum* *Barcelona*, 1603
- 3369 \* Diago (Fr.) *Anales del Reyno de Valencia*, vol. 1 *Valen*, 1613
- 3370 \* Diaz del Castillo (Capt. Berna) *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva Espana*, sacada á luz por A. Remon  
FIRST EDITION, *very scarce, good copy* *Madrid*, 1632
- 3371 *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares, &c. dos Reynos de Portugal*, 2 vol.  
*Lisboa*, 1747
- 3372 *Diccionario da Lingoa Portuguesa*, publicado pe la Academia Real das Sciencias de Lisboa, tom. 1  
*red morocco, gilt leaves* *ib.* 1793
- 3373 \* ESCOBAR (LUIS DE) *LAS QUATRO CIENTAS RESPUESTAS*, a Otras tantas preguntas, con quinientos Proverbios de Consejos y avisos a manera de Jetania, 2 vol.  
*a fine perfect copy, in vellum* *Valladolid*, 1550-52
- \*\*\* A copy of this singularly rare and curious book sold at the sale of the King of Spain's Library, in London, July 1824, for seventeen guineas and a half. I have given an account of this work in the *Omniana*, vol. 2. — R. S.  
The second volume is of extreme rarity: the White Knights' copy sold for £ 75. .12s.  
*See MS. notes in the autograph of the Poet Laureate*
- 3374 ESCOLANO (GASPAR) *HISTORIA DE LA INSIGNE, y CORONADA CIUDAD Y REYNO DE VALENCIA*, 2 vol. *slightly water-stained, otherwise a fine copy*  
EXTREMELY RARE *Valencia*, 1610-11



- \*\*\*Among all the distinct Chronicles of the provinces of Spain, none surpasses Escolano's in celebrity as a history, nor equals it in rarity. It is not easy, therefore, to meet with a copy like the present in perfect preservation; almost all the copies which occur being imperfect and in very bad state.
- 3375 Esperance (Manoel da) Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal, 5 vol. *part of the title of vol. 1 and of the last leaf of the Declarações wanting, otherwise a good copy* Lisboa, 1666
- 3376 Estaco (Gasp.) Varias Antiguidades de Portugal  
FIRST EDITION, RARE *ib.* 1625
- 3377 Faria y Sousa (Man. de) Asia Portuguesa, *many plates*, 3 vol. *old calf, neat* *ib.* 1666-75
- 3378 \* Faria y Sousa (Man. de) Europa Portuguesa, *ports.* 3 vol. *old calf* *ib.* 1678-80
- 3379 Faria y Sousa (Man. de) Historia del Reyno de Portugal, *portraits and plates* *ib.* 1779
- 3380 Faria y Sousa (Manuel Retrato de) sua Vida y Catalogo de sus Escritos por Fr. M. Porcel *ib.* 1733
- 3381 Fernandez (Diego) Historia del Peru, 2 vol. *good copy* *Sevilla*, 1571
- 3382 \* Fernandez (Alonzo) Historia Ecclesiastica de Nuestros Tiempos *calf gilt* *Toledo*, 1611
- 3383 Fialho (Man.) Euora Gloriosa y Profana Epilogo, pello Fr. da Fonseca *Roma*, 1728
- 3384 Francisco de San Juan de el Puerto, Mission Historial de Marruecos *Sevilla*, 1708
- 3385 Freire de Andrada (Jac.) Vida de Dom Joam de Castro IV, Visorey da India, *portrait, the corners of some leaves mended* *s. l. et a.*
- 3386 Fueros (Nueva Recopilacion de los) de Guipuzcoa, *stained* *Tolosa*, 1695

- 3387 Fuero (El) Viejo de Castilla, con Notas Historicas, y Legales de los Doctores D. I. J. de Asso y del Rio y D. Mig. de Manuel y Rodriguez *Madrid, 1771*
- 3388 Galvão (Ant.) Tratado dos Descobrimentos Antigos, e Modernos Feitos ate a Era de 1550, *por. Lisboa, 1731*
- 3389 \* Garibay (Est. de) Illustraciones Genealogicas de los Catholicos Reyes de las Espanas, *port. and numerous genealogical tables Madrid, 1596*
- 3390 \* Garibay (Estevan de) Compendio Historial de las Chronicas y Universal Historia de todos los Reynos de Espana, 4 vol.
- \*\*\* This Copy has on the reserve of the title the autograph of the author, and has also a long and interesting note in the autograph of the Poet Laureate.
- 3391 Garcia (G.) Origen de los Indios de el Nuevo Mundo e Indias Occidentales, *2 leaves of the Preface torn Madrid, 1729*
- 3392 Gioseppe di S. Teresa (Gio.) Istoria delle Guerre del Regno del Brasile, accadute tra la Corona di Portogallo, e la Republica di Olanda, *plates, 2 vol. in 1 Roma, 1698*
- 3393 Gudiel (Geron.) Compendio de Algunas Historias de Espana, con Noticia de la Antigua Familia de los Girones, &c. *Alcala, 1577*
- 3394 Hermenegildo de San Pablo (Fr.) Origen y Continuacion de el Instituto y Religion Geronimiana, *wants sheet P. Madrid, 1669*

## FIFTEENTH DAY'S SALE.

### OCTAVO ET INFRA.

#### LOT

- 3396 FIGUEIRA (Luis) Arte Grammaticae da Lingua Brasilica, *russia extra, gilt leaves Lisboa, 1687*
- 3397 Floresta Española, de Apotegmas o Sentencias, &c. Espanol y Francois, *por M. de Santa Cruz Bruxellas, 1614*
- 3398 Floresta Española, ó Coleccion de Piezas Escogidas, *uncut 1827*

- 3399 Fonseca (G. L. de) la Isabel, a la Devocion en Poema Mystico, *Lisb.* 1731 — P. A. Garcao *Obras Poeticas*, *ib.* 1778 — Guarini O Pastor Fiel, por Gonzaga, *ib.* 1789 — J. B. Gama Uruguay, Poema, *Rio de Janeiro*, 1811 *together* 4 vol.
- 3400 Fonseca (Fr. da) Embayxada do Conde Fer. Telles da Sylva a Corte de Vienna, 1717 — Guarda Vida do celebre Sevagy, *Lisb.* 1730 — P. B. Homem Discursos de la Juridica y Verdadera Razon de Estado, *Coimb. n. d. &c.* 4 vol.
- 3401 \* Francisco de Santos, el Vivo, y el Difunto, *Pamplona*, 1692 — M. de Faria y Sousa, Noches Claras, *Madrid*, 1624 Francisco Ant. de Castro, Laureola Sacra, *ib.* 1723 *together* 3 vol.
- 3402 GilPolo (G.) la Diana Enamorada, 1739 — Guevara, Epistolas Familiares, *wanting last leaf of the Index, Anwers*, 1578 *together* 2 vol.
- 3403 Granada: — Historia de los Vandos de los Cegries, y Abencerages, Cavalleros Moros de Granada, i las Guerras Civiles que huvo en ella, hasta que el Rey D. Fernando V, la Gano, traducida en Castellano por Ginez Perez de Hita, 2 vol. *vellum* *Madrid*, 1731-3
- \*\*\* This work is not only admired for the singular and romantic character of the war it describes, but also for the purity of its language, and for the elegance of the numerous Moorish romances it contains. Southey, in his preface to the "Cronicle of the Cid", prefers them to all others in the language.
- 3401 Guerra (J.) Historia de la Revolucion de Nueva Espana, 2 vol. 1813
- 3405 Homero, la Ulyxea, traducida de Griego, por G. Perez, 2 vol. *Madrid*, 1767
- 3406 Iglesias de la Casa (D. Jos.) Poesias Posthumas, 2 vol, in 1, *Salamanca*, 1793 — Luis Leon, Proprias i Traducciones, *Valencia*, 1761 — Luis, Noites Jozephinas, *plates*, 1790 *together* 3 vol.
- 3407 Imperfect Books, mostly Poetical, Epigrams, &c. 8 vol.

- 3408 Inquisicion: — Noticias Reconditas y Posthumas del Procedimiento de las Inquisiciones de Espana y Portugal, 1722 — Sermam do Auto da Fe, 1705 — G. Malagrida sobre a Sentença que a Inquisição de Lisboa en 1761, &c.  
together, 3 vol.
- 3409 \* Investigador Portuguez em Inglaterra, o Journal Literario, Politico, &c. 23 vol. *uniformly half bound*
- 3410 \* Jeronymo de Ramos Chronica dos Feytos, &c. do Infante Santo D. Fernando que morreo em Fez, *Lisb.* 1730 — José de Santo Rita Durao Caramunu, Poema Epico, *ib.* 1789, &c.  
together 6 vol.
- 3411 Jesuitas: — Relacaon da Republica, que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal, e Hispana, &c. 2 vol. *n. d.* — Regulae, &c. Soc. Jesu, *Antv.* 1635, and others, on the Jesuits
- 3412 \* Joam de Lucena (Padre) Historia da Vida do S. Francisco de Xavier, 4 vol. *Lisboa*, 1788
- 3413 Ledesma (Alonso de) Conceptos Espirituales, *woodcuts*, *calf* VERY SCARCE, *good copy* *Barcelona*, 1612
- 3414 Lemos Faria e Castro (Ant.) Historia Geral de Portugal e suas Conquistas, 20 vol. *Lisboa*, 1786
- 3415 Ledesma (A. de) Juegos de Noche Buena Moralizados a la Vida de Christo, Martyrio de Santos, &c. con unas Enigmas hechas para honesta Recreacion  
VERY SCARCE, *calf*, *neat* *Barcelona*, 1611
- \*\*\* These works of Ledesma, belonging to the class of Spanish "Romanceros" and "Cancioneros", and early editions, are of very rare occurrence. The "Noches Buenas" is believed to be the *First Edition*.
- 3416 Liturgia Ynglesa, por F. de Alvarado, 1715 — Orden de los Cinco Ayunos anno 5487, *calf*, *neat* together 2 vol.
- 3417 \* Lobo (Fr. Rodrig.) Obras Politicas e Pastoriz, 5 vol. *not quite uniform* *Lisboa*, 1774
- 3418 Lobo (Fr. R.) Comedia Eufrosina, *Lisboa*, 1616 — Lobo Aldea na Corte, *ib.* 1701 — Maccarronea Latino Portugueza

- Porto*, 1791 — Lopes Vida de S. Antonio Gloria de Portugal, *Lisb.* 1680, &c. &c. *together* 5 vol.
- 3419 Macedo (J. A. de) O Segredo Revelado ou Manifestação do Systema des Pedreiros Livres, e illuminados, 6 vol. in 2  
*Lisboa*, 1810
- 3420 \* Macedo (José A. de) O Oriente, Poema, *portrait*, 2 vol. in 1,  
*Lisboa*, 1814 — Macedo, Gama Poema Narrativo, y os Sebastianistas, 2 vol. *ib.* 1810-11 *together* 3 vol.
- 3421 Mariana, Histoire Generale d'Espagne, *plates*, 9 vol. *Par.* 1723
- 3422 \* Henrique (D. Jorge) Coplas hechas a la Muerte de su Padre D. Rod. Manrique, con las Glosas en Verso  
*calf extra, marbled leaves* *Madrid*, 1779
- 3423 Marles (M. de) Histoire de la Domination des Arabes et des Maures en Espagne et en Portugal, 3 vol.  
*half bound morocco, uncut* *Paris*, 1825
- 3424 Mecolaeta (D.) Ferreras contra Ferreras y cuña del mismo Palo sobre la Parte XVI de su Historia de Espana,  
*Madrid*, 1728 — P. Matheo Historia de la Labandera de Napoles, *ib.* 1736 *together* 2 vol.
- 3425 Medrano (Jul. de) la Silva Curiosa en que se tratan diversas cosas sotillissimas, y Curiosas, muy convenientes para Damas y Cavalleros, en toda conversacion virtuosa y honesta  
*RARE, fine copy, in old French calf* *Paris*, 1608
- \*\*\* In this volume we find a great quantity of Spanish Proverbs, and many pieces of Poetry of the best times of Spanish Literature, not easily met with in any other collection.
- 3426 \* Mello (J. C. de) Joanneida, ou a Liberdade de Portugal Defendida, Poema Epico, *Coimbra*, 1782 — Pereira Paciecidos, Libri XII, *ib.* 1640, &c. &c. *together* 7 vol.
- 3427 \* Melo (Fr. de) Historia de los Movimientos, Separacion y Guerra de Cataluna en tempo de Felipe IV *Madrid*, 1808
- 3428 \* Memoria de D. Mig. José de Aranza y D. Gonz. O-Farril,  
*Paris*, 1805 — P. Montençon el Rodrigo, Romance-Epico,  
*Mad.* 1793, &c. &c. *together* 4 vol.



- 3429 \* Memorial Literario Instructivo y Curioso de la Corte de Madrid, 21 vol. *Spanish calf* *Madrid, 1784-90*
- 3430 Memorias de Agricultura, 2 vol. *uncut* *Lisboa, 1788*
- 3431 Mena (Juan de) Todas las Obras, con la Glosa del Comendador Fernan Nunez sobre las trezientas, *wormed in the margin and the end of the volume* *Anvers, 1552*
- 3432 Mendez de Vasconcelos (Juane) Liga Deshecha, por la expulsion de los Moriscos de los Reynos de Espana *fine copy in vellum* *Madrid, 1612*
- 3433 Mendeca (Inigo Lopes de) Proverbios, y las Coplas de Jorge Manrique, todo con suo Glosas, 18mo *very scarce* *Anvers, 1581*
- 3434 Mendoca (Jo. G.) Historia de das Cosas mas notables Ritos y Costumbres del gran Reyno de la China *ib. 1596*
- 3435 \* Mesa (Christ. de) el Patron de Espana, y Rimas *Madrid, 1611-12*
- \*\*\* This copy belonged to Jose Soares de Silva, author of the Memorias del R. D. Joan I, and has his autograph on the title-page.  
*See a note in the autograph of the late Poet Laureate.*
- 3436 \* Mesa (Chr.) la Restauracion de Espana, *stained, and some leaves at the end damaged* *ib. 1607*
- 3437 Mesa (Chr.) las Eclogas, y Georgicas de Virgilio, y Rimas, y el Pompey, o Tragedia, *calf* *ib. 1618*
- 3438 \* Mesa (Chr.) las Navas de Tolosa, Poema Heroico *calf extra, marbled leaves* *ib. 1594*
- \*\*\* The last four lots are believed to be all FIRST EDITIONS, and are VERY SCARCE. "Mesa is a very pleasing Poet, remarkable for the purity of his taste, the elegance of his language, and for the smoothness and majesty of his verse."  
*See Antonio and Sismondi.*
- 3439 Montemayor (Jorge de) los Siete libros de la Diana, con la Segunda Parte, por Alonso Perez, 2 vol. *old calf, gilt* *Anvers, 1580-82*

\*\*\* See manuscript note in the autograph of the late Poet Laureate.

- 3440 Morales (J. B. de) Jornada de Africa del Rey D. Sebastian de Portugal, *Sevilla*, 1622 — M. d'Abreu Mousinho, Conquista de Pegu en la India Oriente en 1603, *Lisb.* 1617 — F. Paeçonio Gentio de Angola, *ib.* 1645 *together* 3 vol.

N. B. For authors under letters O and P, see Nos. 3638 to 3650 accidentally misplaced.

- 3441 \* Quita (Dom. dos Reis) Obras Poeticas, 2 vol. *Lisboa*, 1781

- 3442 Ratton (Jacome) Recordações sobre Occurrencias do seu Tempo em Portugal, 1747 — de 1810, *portrait* 1813

\*\*\* This book was printed only for private distribution. *Robert Southey, from Mr. March, London, 15 Aug. 1817.*

*See note in the autograph of the late Poet Laureate.*

- 3443 Rebodello (Conde de) Selva Militar, y Politica, 2 vol. *calf extra Anvers, &c.* 18mo, 1650-52

- 3444 \* Recueil de Poetes Gascons, *plates*, 2 vol. *half bound in green morocco, uncut Amst.* 1700

\*\*\* The price of these rare volumes is doubled when the leaves happen to be uncut. — *Robert Southey, Brussels, 1817.*

- 3445 \* Relacion de un Sacerdote del Colegio Ingles de Valladolid, &c. *calf extra Madrid, 1592*

- 3446 Resendius (L. A.) de Antiquitatibus Lusitaniæ, 2 v. *Coimb.* 1790

- 3447 \* Ribadeneyra (Pedro de) Hystoria Ecclesiastica del Scisma del Reyno de Inglaterra, en la qual se trata las cosas mas notables que han sucedido en aquel Reyno tocantes a neustra sancta Religion, desde que començo hasta la Muerte de la Reyna de Escocia, 2 vol. *Lisboa*, 1588

- 3448 \* ROMANCES SACADOS de Historias Antiguas de la Chronica de Espana por Lor. de Supulveda, &c. *RARE, red morocco, gilt leaves Anvers, 1566*

\*\*\* Col. Stanley's copy of the edition printed at *Anvers*, 1551, sold for £ 10..10s.

- 3449 \* Romancero e Historia del Cid Ruy Diez de Bivar en Lenguage Antigo, recopilados por Juan de Escobar  
*VERY SCARCE, fine copy, in green morocco, g. l. Sevilla, 1632*
- 3450 Romances Varios de Diversos Autores  
*yellow morocco Madrid, 1655*
- ✓ 3451 Roteiro da Viagem que em Descobrimento da India pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vaco da Gama, *portrait, Porto, 1838* — J. de Silva Observações sobre da Nava Legislacon do Brazil, *cf. Rio de Janeiro, &c. together 3 vol.*
- 3452 Rufo Gutierrez (Juan) la Austriada, Poema Heroico  
*calf, neat, the two last leaves damaged Toledo, 1585*
- 3453 \* Sabuco (Olivia) Nueva Filosofia de la Naturaleza del hombre, no conocida ni Alcançada de los Grandes Filosofos Antiguos  
*FIRST EDITION Madrid, 1587*
- \*\*\* This book contains the first Theory of Nervous Diseases, for which all physicians are bound to bless the memory of Donna Olivia Sambuco.  
*See a long note in the autograph of the late Poet Laureate.*
- 3454 Sa de Miranda (Fr.) Obras, 2 vol. *Lisboa, 1784*
- 3455 Sagarra y de Baldrich (Jos. de) Compendio de la Historia de la Espana Transfretana, 2 vol. *Barcelona, n. d.*
- 3456 Salas Barbadillo (A. Ger. de) el Cavallero Puntual  
*RARE Madrid, 1616*
- 3457 Sannazaro (J.) el Parto de la Virgem, traduzido en Octava Rima, por G. Hernandez de Velasco, *Caragoca, 1583* — Luys Perez Glosa Famosa sobre las Coplas de Don Jorge Manrique, *Medina, 1574* — Sanazaro Espanol, por Fr. de Herrera, Maldonado, *Madrid, 1621*; 3 vol. in 2
- 3458 Segura (A. Fr.) Rosario Sacratissimo de la Virgem Maria, Poema *Zaragoca, 1613*

#### QUARTO

- 3459 Franchi (Geron. de) Historia de la Union del Reyno de Portugal a la Corona de Castilla, traduzida por Luys de Bauia  
*vellum Barcelona, 1610*

- 3460 Freirii (P. J. M.) Instituciones Juris Civilis Lusitani cum Publici, tum Privati, 5 vol. in 3  
*half red morocco, uncut* *Olisipone, 1789*
- 3461 Freitas (Seraph. de) de Justo Imperio Lusitanorum Asiatico  
*Vallasoleti, 1625*
- \*\*\* This work contains a long autograph note of the late Poet  
*Laureate.*
- 3462 Freyre (Ant.) Piratas de la America, y luz a la defensa de las Costas de Indias Occidentales, *plates* *Col. Agrip. 1681*
- 3463 \* Fuero-Juzgo (Leyes del) ó Recopilacion de las Leyes de los Wisi-Godos Españoles, por J. A. Llorente  
*uncut* *Madrid, 1792*
- 3464 \* Funes (Greg.) Ensayo de la Historia Civil del Paraguay, Buenos Ayres y Tucuman, *fine portrait, 3 vol.*  
*Presentation Copy, calf extra* *Buenos Ayres, 1816*
- \*\*\* The portrait inserted in this volume was not published with the book, but engraved in England at the expense of some British residents in Buenos-Ayres, as a memorial of their respect for the author. — *Robert Southey.*
- 3465 Florez (Enr.) Medallas de las Colonias, municipos y Pueblos Antiguos de Espana, *portrait, and many plates, 3 vol.*  
*Spanish calf, gilt* *Madrid, 1757*
- 3466 Florez (Hen.) Memorias de las Reynas Catholicas, Historia Genealogica de la Casa Real de Castilla y De Leon, *portrait, 2 vol.*  
*ib. 1790*
- 3467 Florez (Hen.) Clave Historial, a la Historia Ecclesiastica, y Politica, Chronologia, de los Papas y Emperadores, Reyes de Espana Italia y Francia  
*ib. 1760*
- 3468 FLOREZ (HEN.) ESPANA SAGRADA, THEATRO GEOGRAPHICO-HISTORICO DE LA IGLESIA DE ESPANA, 42 vol. in 43, con la Vindicado por M. Risco y la Vida por Fr. Mendez, 2 vol.  
*together 45 vol.*  
*fine copy, half bound green morocco, uncut* *ib. 1754-1801*
- 3469 Gandara (Fel. de la) Armas, I Triunfos, hechos Heroicos, de los hijos de Galicia, *vellum*  
*ib. 1662*

- 3470 Garcian (Lorenzo) Obras, 2 vol. *ib.* 1720
- 3471 Gaspar da Madre de Deos, Memorias para a Historia da Capt. de S. Vicente, hoje Chamada de S. Paulo, de estado do Brasil *Lisboa, 1797*
- 3742 Gazeta Ministerial de Sevilla, y de Valencia, 1808 — Gazeta del Gobierno, 1809 — Gazetas Varias, 1809 y 11 — Gazeta Espana, 1810 — Gazeta de Valencia, 1810 — Gazeta de la Regencia de Espana e Indias, 1810-11-12-13 — Gazeta de Madrid, 1812 *together 24 vol.*  
*in Spanish binding, uncut* *v. y.*
- 3473 Gil da Gama (Leon.) Reyno de Babylonia Ganhado pelas Armas do Empyreo, *plates* *Lisboa, 1749*
- 3474 Godinho (Man.) Relacion do Novo Caminho que Fez por Terra, e Mar, Vindo da India para Portugal, 1663, *Lisboa, 1665* — Godinho, Vida do Ven. Padre Fr. Antonio das Chagas, *ib.* 1762 — Retrato dos Jesuitas Feito ao Natural, *ib.* 1761 *together 3 vol.*
- 3475 Gomas (Fr. Dias) Obras Poeticas, *half bound, uncut* *Lisboa, 1799*
- 3476 Gomes de Brito (Bern.) Historia Tragico-Maritima, os Naufragios que tiverano as Naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a Navegação da India, *plates, 3 vol.*  
*Spanish calf gilt* *ib.* 1735
- 3477 Gomez (Ant. Hen.) la Culpa del primero Peregrino *Roan, 1644*
- 3478 Gomez de Gibda Real (B. Fer.) Centon Epistolario claros varones de Castilla y Letras de Fer. de Pulgar. *Mad. 1775*
- 3479 Gongorra (Luiz de) Obras, en Verso, con la Vida *BEST EDITION, fine clean copy* *Brusselas, 1659*
- 3480 Gonzales de Agueros (Pedro) Descripcion Historial de la Provincia y Archipiélago de Chile, y Obispado de la Concepcion, *vellum* *Año, 1791*
- 3481 Guadalarjara y Xavier (Marco de) Memorable Expulsion, y Justissimo destierro de los Moriscos de España, *wants title, calf, marbled leaves* *Pamplona, 1613*



- 3482 Guerreiro (Bert.) Jornada dos vassalos da Coroa de Portugal  
Perase recuperar a Cidade do Salvador, na Bahya de todos  
os Santos 1624, *plate* *Lisboa, 1625*
- 3483 Guerreiro (Fer.) Relaçam Annual das Cousas que Fizeram os  
Padres da Companhia de Jesu nas partes da India Oriental,  
&c. nos annos 1601-2-4 & 5, 2 vol. *wants title to vol. 1*  
*ib. 1607*
- 3484 \* Guerreiro (Fer.) Relaçam Annal das Cousas que Fizeramos  
Padres da Companhia de Jesus, nas partes da India Oriental  
em algumas outras da Conquista deste Reyno nos annos de  
1607 & 1608 *ib. 1611*
- 3485 GUERTA (HIERON. DE) FLORANDO DE CASTILLA LAURO DE  
CAVALLEROS, EN OCTAVA RIMA, *stained*  
*Alcala de Henares, 1588*
- \* \* \* This rare poetical romance was unknown to Brunet and other  
Bibliographers. Mr. Heber's copy cost him £ 15 15s.
- 3486 Guerra (Ant. de) Menosprecio de Corte, y Alabanza de Aldea  
— Aviso de Privados y Doctrina de Cortesanos, artes de  
Marear, 3 vol. in 1 *Madrid, 1673*
- 3487 Guevara (P. de la Escalera) Origen de los Montero de Espi-  
nosa, *Madrid, 1632* — Interian de Ayla, Examen Diligente  
de la Verdad Demonstracion, del Estado Religioso de San  
Pedro Pascual, *ib. 1721* *together 2 vol.*
- 3488 \* Gumilla (Jos.) Historia Natural, Civil & Geografica de las  
Naciones situadas en las Riveras del Rio Orinoco, *plates,*  
2 vol. *Barcelona, 1791*
- 3489 \* Herrera (Ant. de) Cinco Libros de la Historia de Portugal,  
y Conquista de las Islas de los Açores en los Años de  
1528 y 83  
*First Edition, vellum* *Madrid, 1591*
- 3490 Hervas (Loren.) Catalogo de las Lenguas de las Naciones  
Conocidas, 3 vol. *uncut* *ib. 1800*
- 3491 Historia particular de la Persecucion de Inglaterra, y de los  
Martirios mas insignes que en ella ha avida desde el año  
1570, recogida por Diego de Yepes.  
*Fine Copy, calf extra, marbled leaves* *ib. 1599*

- 3492 Homem (Fer.) Resorreicam de Portugal et Morte Fatal de Castella, 2 parts in 1 vol. RARE Nantes, n. d.
- 3493 Homem (M.) Memorias da Disposição das Armas Castlehanas, que injustamente invadirão o Reino de Portugal no 1580  
*Spanish calf, gilt* Lisboa, 1763
- 3494 Imperfect books, Spanish and Portuguese, 10 vol. v. y.
- 3495 Indice Ultimo de los Libros Prohibidos y Mandados Expurgar para todos los Reynos y Senorios del Catolico Rey de las Espanas Carlos IV Madrid. 1790
- 3496 Isla (P. Jos. Fr. de) Historia del Famoso Predicador Fray Gerundio de Campazas, alias Zotes, 2 vol. 1770
- 3497 Jordan de Asyo y del Rio, Manuel y Rodriguez, Instituciones del Derecho Civil de Castilla, *uncut* ib. 1805
- 3498 Jornal de Coimbra, 8 vol. *Spanish calf* Lisboa, 1812-15
- 3499 \* Jovellanos (Gaspar de) a suos compatriotas Memoria, en que se rebaten les calumnias divulgadas contra los individuos de la Junta Central &c. con Notas y Apendices, 2 vol.  
*uncut, scarce* Corunna, 1811
- 3500 Juana Ines de la Cruz (Soror) Poemas de la Unica Poetisa Americana, 2 vol. Valencia, 1709
- 3501 \* Larraga (Fr.) Promptuario de la Theologia Moral, *stained* Madrid, 1735
- 3502 Libertino (Clem.) Historia y Separasion de Cataluna  
Lisboa, 1696
- 3503 Lima (Ber. de) Diccionario da Lingua Portuguesa ib. 1783
- 3504 Llano (Tho. de) Noviliario de Casas, y Linages de Espana  
Año, 1653
- 3505 Lobera (Ath. de) Historia de las Grandezas de la muy Antigua, e Insigne Ciudad y Iglesia de Leon, y de su Obispo, y Patron Sant Froylan  
Valadolid, 1596
- 3506 Lobo (Fr. Rodriguez) O Condestabre de Portugal D. Nun Alveres Pereira, *vellum* Lisboa, 1627
- 3507 \* Lopez de Zarate (Fr.) Obras Varias, *stained* Alcada, 1651

- 3508 \* Losa (And. de la) Verdadero Christiano, en octava Rima,  
*wormed* *Sevilla*, 1584
- 3509 \* Lozano (Chr.) los Reyes Nuevos de Toledo, describense las  
cosas mas Augustas y Notables desta Ciudad *Mad.* 1674
- 3510 \* Lozano (Pedro) Description del Terreno, Rios, Arboles &c.  
de las Provincias del gran Chaco, Gualamba, *vellum*  
*Cordoba*, 1733
- 3511 \* Luitprandi sive Eutrandi Chronicon, ex-Bibliotheca D. Tho.  
Tamaio de Vargas con Notæ, *vellum* *Mant. Carpe* 1635
- 3512 Machada (D. Barbosa) Memorias para a Historia de Portugal,  
que comprehendem o Governo del Rey D. Sebastiao I do  
anno de 1554 até 1575, *portraits*, 4 vol.  
*Spanish calf, gilt* *Lisboa*, 1736-51
- 3513 Machado (Sim.) Comedias Portuguezas, *Lisboa*, 1706 — Fr.  
Manoel Cartas Familiares escritas a Varias pessoas sobre  
assumptos diversos, por A. Luiz de Azevedo, *ib.* 1752  
*together* 2 vol.
- 3514 Manuel (Fr.) las Tres Musas del Melodino *Lisboa*, 1649
- 3515 Manuel (Fr.) Epanaphoras, *wants title*  
*calf extra, marbled leaves* *ib.* 1675
- 3516 Manuel y Vasconcelos (Aug.) Vida y Acciones del Rey Don  
Juan II de Portugal *Madrid*, 1639
- 3517 Marcha (Oliver de la) el Cavallero determinado traduzido  
por Hern. de Acuna, *woodcuts, good copy Barcelona*, 1565
- 3518 Marcillo (Man.) Crisi de Cataluña, hecha por las Naciones  
Estrangeras *ib.* 1684
- 3519 Maria de Jesus (Relacion de la Vida de la Ven. Madre Sor)  
*Madrid*, 1720
- 3520 \* Marina (Fr. Martinez) Ensayo Historico-Critico sobre la  
Antigua Legislacion, especialmente sobre elCodigo de D.  
Alonso el Sabio  
*Presentation Copy from D. Manuel Abella* *Madrid*, 1808
- 3521 Mariz (Ped. de) Dialogos de Varia Historia, em que se Refe-  
rem as Vidas dos Reys de Portugal, 2 vol. *Lisboa*, 1749

3522 Marmol Caruajal (Luiz del) Historia del Rebellion y Castigo de los Moriscos del Reyno de Granada, 2 vol.

BEST EDITION, *uncut*

Madrid, 1797

3523 Martinez (Eug.) Genealogia de la Toledana Discreta, Primera Parte, *stained* Alcalá de Henares, 1604

\*\*\* According to Nic. Antonio, there is an earlier edition of this poem, *Toledo*, 1599. He, however, had never seen the book, and erroneously supposed it to have been a prose romance; "*profanum poema prosaicum*." The author, after he had written it, entered the Cistercian Order, and perhaps never completed the story. There is nothing in it which can be pointed out as excellent, yet when I came to the end, I wished for a second part. R. S., March 10., 1814.

See note in the autograph of the Poet Laureate.

3524 Marte Portugues contra emulaciones Castellanas; Justificaciones de las Armas del Rey de Portugal contra Castilla, traduzido por I. Salgado de Araujo, *vellum* 1642

3525 \* Martinez (Fr.) Vida de S. Francisco Xavier Apostol de la India, *wants, title, calf* 1620

3526 \* Mascarenas (Geron.) Campana de Portugal, por la Parte de Estremadura el ano de 1662, *vellum* Madrid, 1663

3527 \* Mascarenas (Geron.) Campana de Portugal por la Parte de Estremadura el año de 1662, *calf extra, gilt leaves* ib. 1663

3528 \* Mascarenhas (And. de Sylva) a Destruição, am de Espanha Restauração Summaria da Mesma Lisboa, 1671

\*\*\* This contains a longo manuscript note in the autograph of the Poet Laureate.

3529 \* Mascarenhas (Bras G.) Viriato Tragico em Poema Heroico, Obra Posthuma, par B. Madeyra de Castro *fine copy, calf extra* Coimbra, 1699

3530 Masdeu (J. Fr. de) Historia Critica de Espana, y de la Cultura Espanola, con los Supplementos, 20 vol. 18 vol. *uncut and 2 bound* Madrid, 1783-1805

3531 Mello de Castro (J. de) Historia da Vida de Dinis de Mello de Castro, *Lisb.* 1744 — Moreira de Mendonça Historia Universal dos Terremotos, *ib.* 1758, &c. together 3 vol.

- 3532 Memorias de Litteratura Portugueza, pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, 8 vol. 6 *half bound red morocco, uncut, and 2 sewed* *Lisboa, 1726-6*
- 3533 Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 4 vol. *half bound morocco, uncut* *ib. 1799-1812*
- 3534 Mendez (Manoel) Virginidos ou Vida da Virgem Senhora nossa, Poema Heroico, *calf extra, marbled leaves, ib. 1667*
- 3535 Mendoça (Ant. de) el Fenix Castellano *ib. 1690*
- 3536 Mendoca (Bern. de) Comentarios de lo Sucedido en las Guerras de los Payses Baxos desde el año 1567 hasta el de 1577  
FIRST EDITION, *fine copy, in vellum, RARE* *Madrid, 1592*
- 3537 Mendoza (Diego de) Guerra de Granada hecha por el Rey de Espana Don Felipe II. *ib. 1674*
- 3538 Menezes (Fr. X. de) Henriqueida, Poema Heroico, con Notas *Lisboa, 1741*
- 3539 Menezes (Fr. de Sa. de) Malaca Conquistada pelo grande Affonso de Albuquerque, Poema Heroico *ib. 1779*
- 3540 \* Menezes (Fer. de) Vida Accoens del Rey Dorn Joam o I *ib. 1677*
- 3541 Mesa (Seb.) Jornada de Africa por el Rey Don Sebastian y Union del Reyno de Portugal a la Corona de Castilla *Barcelona, 1630*
- 3542 Mexia (Pedro) Silva de Varia Leccion *Madrid, 1669*
- 3543 Mexia (Pedro) Silva de Varia Leccion *ib. 1673*
- 3544 Micheli y Marquez (Jos.) Deleite y Amargura de las dos Cortes, Celestial y Terrena  
*Fine Copy, uncut* *ib. 1641*
- 3545 Miranda y la Coteria (Jos. de) Certamen Angelico, en la Dedicacion del Nuevo Templo de Santo Tomas, *vell. Mad. 1657*
- 3546 Molina (Tirso de) i. e. G. Tellez, Deleytar Aprovechando, *Spanish calf gilt* *ib. 1677*
- 3547 Moncada (Fr. de) Expedicion de los Catalanes y Aragoneses contra Turcos y Griegos, *calf gilt* *Barcelona, 1623*



- 3548 Moncada (Sancho de) Restauracion Politica de Espana  
*Spanish red morocco, gilt leaves* Madrid, 1619
- 3549 Morejon (Ped.) Historia de la Mission de los Padres de la  
Comp. de Jesus en los Reinos de Japon & China, *MS. title*  
Lisboa, 1721
- 3550 Moreli (J. B.) Reduccion y Restitucion del Reyno de Por-  
tugal a la Casa de Bragança Turin, 1648
- 3551 Munoz (Luis) Vida y Virtudes de la Ven. Virgen Doña Luisa  
de Carvaial y Mendonça, su Jornada a Inglaterra, y Su-  
cessos en aquel Reyno, van al fin algunas Poesias Espi-  
rituales suyas, *calf, neat* Madrid, 1632
- \* \* \* Aloycea de Caravajal, a Spanish Lady, a singular friend to all  
the English exiles in Queen Elizabeth's reign, but most espe-  
cially to the Jesuits. She placed a sum of money in Father  
Robert Parson's hands, to Dec. 22, 1604, to be employed in  
establishing a noviceship, and procuring other conveniences  
for persons of his order.  
"And this is the whole account of this remarkable woman,  
in Dull man Dodds Church History of England! vol. ii, 179."  
*See MS. note in the autograph of the late learned Poet*  
*Laureate.*
- 3552 Navarrete (M. Fer. de) Coleccion de los Viages y Descubri-  
mientos, que hicieron por Mar los Espanoles desde fines  
del Siglo XV, 2 vol. *uncut* Madrid, 1825
- 3553 Norberto de Aucourt e Padilha (Ped.) Raridades da Natura e  
da Arte Lisboa, 1759
- 3554 \* Nunez de Castro (Alonso) Vida de San Fernando el Tercero,  
Rey de Castilla y Leon Madrid, 1673
- 3555 \* Nunez (el Cómendador Hernan) Refranes O Proverbios en  
Romance, que Coligio y Glosso, y la Filosofia vulgar de  
Juan de Mal Lara, en Mil refranes glossadas, &c.  
*VERY SCARCE, fine copy, vellum* ib. 1619
- 3556 \* Observador Portuguez, Historico e Politico de Lisboa, 1870;  
*with various Pamphlets in Spanish and Portuguese, a parcel*

- 3557 Ocampo (Florian de) Coronica General de Espana, con las Antigüedades de las Ciudades de Espana e Opusculas de Amb. de Morales, *portrait*, 15 vol.  
*half bound in green morocco, uncut* Madrid, 1791-3
- 3558 Odd volumes, Spanish and Portuguese, 1 vol. v. y.
- 3558 Oliveira (Nic. d') Livro das Grandezas de Lisboa  
*calf* Lisboa, 1804
- 3559 Ordoñez de Zevallos (Pedro) Historia, y Viage del Mundo del Clerigo Agradecido, *Spanish calf* Madrid, 1691
- 3560 Orfanel (Jac.) Historia Ecclesiastica de los Susessos de la Christiandad de Japon, desde el año 1602 hasta el de 1620  
Madrid, 1633
- 3561 Padilha (Pedro) Thesoro de Varias Poesias, *part of the last leaf wanting, very scarce* ib. 1580

FOLIO.

- 3562 Herrera (Ant. de) Historia General del Mundo, desde el anno de 1554 hasta el de 1585, 2 vol. in 1  
*a very good copy* Valladolid, 1606
- 3563 Herrera (Ant. de) Historia General de las Indias Occidentales o de los hechos de los Castellanos en las Islas y Tierra firme del Mar Oceano, *portraits*, 4 vol.  
*old calf gilt* Anvers, 1728
- 3564 Herrera (Gasp. de) Comentarios de los Hechos de los Españoles, Franceses, y Venecianos en Italia desde el anno de 1281 hasta el de 1559  
Madrid, 1624
- 3565 \* Huerta y Vega (F. X. M. de la) Anales de el Reyno de Galicia, 2 vol. *vellum* Santiago, n. d.
- 3566 Ignacio da Piedade e Vasconcellos, Historia de Santarem Edificada, 2 vol. in 1  
Lisboa, 1740
- 3567 Illescas (Gonc. de) Historia Pontifical y Catholica, vol. 1, 3, and 4, *vellum* Barcelona, 1606-13
- 3568 Imperfect books and odd volumes together, 5 vol.

- 3569 \* Juan Francisco de San Antonio, *Chronicas de la Apostolica Provincia de S. Gregorio de Religiosos descalzos de N. S. P. S. Francisco en las Islas Philipinas, China, Japon, &c.* vol. 1 and 3, *fine copy, in vellum* *Manila, 1738-44*

\*\*\* "Robert Southey, from Sir Robert Harry Inglis, 28th Sept. 1822:"

"These volumes were brought from Manila when that place was taken by Sir Wm. Draper: unluckily the second was left behind. This is a book of great value as well as rarity, and contains much important matter relating to the History of Christianity in Japan, which it would be exceedingly desirable to compare with the accounts of the Jesuits."

*See MS. note in the autograph of the Poet Laureate.*

- 3570 \* Juan (Jorge) y Ant. Ulloa *Noticias Secretas de America, sobre el Estado Naval, Militar, &c. de los Reynos del Peru y Provincias de Quito, &c.* por D. Barry, *portraits.*

*Presentation Copy, uncut*

1826

- 3571 Lavaña (Juan Baut.): — *Nobiliario de D. Pedro Conde de Bracelos Hijo del Rey D. Dionis de Portugal, much stained and the margins mended, red morocco* *Roma, 1640*

- 3572 Leão de S. Thomas (Fr.) *Benedictina Lusitana, 2 vol.*

*Spanish calf gilt*

*Coimbra, 1644*

- 3573 \* Lopez (Domingo) *Noticias Historicas de las tres Florentissimas Provincias del Celeste Ordem de la Santissima Trinidad, Redempcion de Cautivos en Inglaterra, Escocia, y Hibernia*  
*RARE, but water-stained* *Madrid, 1714*

\*\*\* "This is a very curious work as connected with British Roman Catholic History, containing as much falsehood as might be expected."

*See MS. note in the autograph of its late learned possessor.*

- 3574 Luis de Granada (Ven. Padre) *Obras, con su Vida por J. de Marieta, 6 vol. vellum* *Barcelona, 1701*

- 3575 *Lusitaniæ Redivivæ Decora ac Tropæ, Josepho Primo Rerum Potiente* *Olisipone, 1774*

- 3576 Luzan (Ign. de) *la Poetica, o Reglas de la Poesia en General, y de sus Principales especies* *Zaragoza, 1737*

- 3577 \* Madera (Greg. Lopez) Discursos de la Certidumbre de las Reliquias descubiertas en Granada desde el año de 1588 hasta el de 1598, *old red morocco, g. l.* Granada, 1603

\*\*\* "This book is an attempt to prove one of the most impudent fabrications which was brought forward by the dealers in relics and supposititious writings. *Michael Geddes* has given an account of it in his *Miscellaneous Tracts*, vol. i, p. 345."

ROBERT SOUTHEY.

- 3578 \* Madera (Gr. Lopez) Excellencias de la Monarquía y Reyno de España Madrid, 1625

- 3579 Maria de Jesus (Sor) Mystica Ciudad de Dios, Milagro de su Omnipotencia, y Abysmo de la Gracia, Historia Divina y Vida de la Virgen Madre de Dios, *portrait and plates*, 3 vol. *ib.* 1744

- 3580 MARIANA (JUAN DE) HISTORIA GENERAL DE ESPAÑA, 2 vol. *vol. 2 is stained*  
VERY SEARCE, BEST EDITION, *being the last from the hands of the author* *ib.* 1623

- 3581 Martinho Bracarense (S.) Vida e Opusculos, 2 vol. *Lisboa*, 1803  
LARGE PAPER

- 3582 Mattos (Fr. de) Vida Chronologica de S. Ignacio de Loyola, Fundador da Companhia de Jesus, *fine portrait and plates* *ib.* 1718

- 3583 Memorias Historicas do Ministerio do Pulpito, *uncut ib.* 1776

- 3584 Mena (Juan de) Copilacion de todas las Obras del famosissimo Poeta, *imperfect at the end, calf* 1540

- 3585 Menezes (Alex. de) Synodo Dioces. da Igreiã, con la Jornada da Serras do Malauer *Coimbra*, 1606

\*\*\* This copy has only four leaves of the Missa of St. Thomas, which is the case with almost every copy that occurs.

- 3586 Menezes (Fer. de) Historia de Tangere, desde sua Primeira Conquista até a sua Ruina *Lisboa*, 1732

- 3587 Menezes (Luis) Historia de Portugal Restaurado, 2 vol. *fine copy* *Lisboa*, 1679-98

- 3588 Menezes (Dom Frey Aleixo de Arcebispo de Goa) Jornada da Serras do Malauar, & lugares em que Morão os Antigos Christianos de S. Thome, etc. con la Synodo Diocêsano da Igreja e Bispado, etc. con la Missa

VERY SCARCE, a clean, sound, perfect copy Coimbra, 1606

\*\*\* In this copy the Missa of the Christians of St. Thomas is quite complete; in almost all copies it abruptly breaks off at the end of the fourth leaf: this has eight leaves, and is quite perfect. — See MS. note.

- 3589 Micheli Marquez, Tesoro Militar de Cavalleria, Antiguo y Moderno, modo de Armar Cavalleros, segun las Ceremonias de qualquier Orden Militar, many woodcuts

good copy vellum Madrid, 1642

- 3590 Micheli Marquez, another copy, woodcuts, stained in the back margin ib. 1642

- 3591 \* Miedes (B. G.) Historia de la Vida de Don Jayme de Aragon, primero deste Nombre llamado el conquistador, portrait fine copy, in calf Valencia, 1584

- 3592 Moraes (Fer. de) Diffiniçoens, & Estatutos dos Cavalleyros e Freyres da Ordem de Jesu Christo Lisboa, 1717

- 3593 \* Moret (Jos.) Annales del Reyno de Navarra, 2 vol. vellum Pamplona, 1684-95

\*\*\* This was a presentation copy to the Provincial of the Jesuit of Castile. See note in the autograph of the Poet Laureate.

- 3594 Moret (Jos.) Investigaciones Historicas de las Antigüedades del Reyno de Navarra, vellum Pamplona, 1665

- 5695 Mondejar (Marques de) Memorias Historicas del D. Alonso el Sabio, I Observaciones a su Chronica, Spanish calf Madrid, 1777

- 3596 \* Navarrete (Fern.) Conservacion de Monarquias y Discursos Politicos ib. 1626

- 3597 Navarrete (Ped. Fer.) Conservacion de Monarquias y Discursos Politicos, the title partly MS. ib. 1675



- 3598 Navarrete (Ped. Fer.) *Tratados Historicos Politicos, Ethicos y Religiosos de la Monarquia de China*  
*fine copy, old calf* *ib.* 1676
- 3599 Nieremberg (J. E.) *Vida Exemplares y Venerables Memorias de Algunos claros Varones de la Compania de Jesus*, tomo 4  
*ib.* 1647
- 3600 Oracion por Real Academia de la Historia al Rey Ferdinando VII, con el plausible motivo de su feliz Regreso al Trono  
*Presentation Copy from Manuel Abella, with his autograph*  
*ib.* 1814
- 3601 Ordenanzas de la Ilustre Universidad, y Casa de Contratacion de Bilbao  
*Bilbao*, 1737
- 3602 \* Ordenanzas de Marina para los Navios del Rey, de las Islas Philipinas, *charts*, 2 vol. in 1, *vellum* 1757
- 3603 \* Ordenanzas (Reals) para la Direccion, Regimen y Gobierno del Importante cuerpo de la Mineria de Nueva-Espana, y de su Real Tribunal General  
*Presentation Copy, in morocco, gilt leaves, to Robert Southey, from Sir Robert Harry Inglis, Lond. Nov. 1830. See note in the autograph of the Poet Laureate* *Madrid*, 1783
- 3604 Ortiz (H. L. Origen y Instituto de la Compania de Jesus, en la Vida de San Ignacio de Loyola *Sevilla*, 1679
- 3605 \* Oviedo y Banos (Jos. de) *Historia de la Conquista, y Poblacion de Venezuela* *Madrid*, 1723
- 3606 Padilla (Fr. de) *Historia Ecclesiastica de Espana*, 2 vol. *old calf* *Malaga*, 1605
- 3607 Padilla (A. D. *Historia de la Fundacion y Discurso de la Provincia, de Santiago de Mexico*, *calf* *Brusselas*, 1625
- 3608 Palmerin de Oliva y de sus grandes Hechos, *the title and several leaves MS. Toledo, n. d.* — Libro Segundo del Esforçado Cavallero de la Cruz Lepolemo Principe de Alemaña, *woodcut, wanting leaves 11, 12, 16, and 17*, 2 vol. in 1  
RARE *Toledo*, 1563
- 3609 Pamphlets, Spanish and Portuguese, *a bundle*

- 3610 Partida (las Siete) del Sabio Rey Don Alonso el Nono Glosadas, por Greg. Lopez, 4 vol. *uncut, very scarce* Mad. 1789
- 3611 Partidas (las Siete) del Rey D. Alfonso el Sabio cotejadas con varios codices Antiguos por la real Academia de la Historia, 3 vol.  
LARGE PAPER, BEST EDITION Mad. 1807
- 3612 \* Pena y Montenegro (Al. de la) Itinerario paraprochos de Indios, su Officio y Obligaciones *ib.* 1668
- 3613 Pereira (Bern.) Annaes Historicos do Estado do Maranhão do seu Descobrimento, ate 1718, *fine copy* Lisboa, 1749
- 3614 Pereyra (A. P.) Historia da India no tempo em que a Governou o Visorey dom Luis D'Ataide, por F. M. da Cruz  
Coimbra, 1617
- 3615 \* Piedrahita (Fernandeiz) Historia General de las Conquistas del Nuevo Reyno de Granada, *with the 3 engraved titles fine copy, in calf* Ambers, 1688
- 3616 Pimentel (Man.) Arte de Navegar Lisboa, 1762
- 3617 Pinto (Fer. Mendes) Peregrinação, em no Reyno da China, no da Tartaria, &c. e do morte do Santo Francisco Xavier *ib.* 1762
- 3618 Pizarro y Orellana (Fer.) Varones Ilustres descubridores y Conquistadores del Nuevo Mundo  
*old calf, gilt* Madrid, 1639
- 3619 POLICISNE: — HISTORIA FAMOSA DE DON POLICISNE DE BOECIA, hijo y unico heredero de los Reyes de Boecia Minandro, y Grumedela, y de sus ilustres hechos y memorables hazañas y altas Cavallerias, por Don Juan de Silva y de Toledo, *woodcut, the margin of the title mended, and a small corner of the last leaf wanting*  
EXTREMELY RARE Valladolid, 1602

\*\*\* A copy of this romance is priced £20, in Salva's Catalogue, 1826, and £21 in Thorpe's for 1827, where it is said to be of excessive rarity

See MS. note in the autograph of the Poet Laureate.

- 3620 Quintana (Geron. de) Historia de la Antigüedad, Nobleza, y Grandeza de la Villa de Madrid  
FIRST EDITION, *good copy* *Madrid*, 1629
- 3621 Raphael de Jesus, Castrioto Lusitano *Lisboa*, 1679
- 3622 Ribadeneyra (Pedro de) Obras, 2 vol. in 1, *vel. Madrid*, 1605
- 3623 Ribeyro (J.) Obras Varias, 2 vol. in 1 *Coimbra*, 1729
- 3624 Rocha Pitta (Seb. da) Historia da America Portuguesa, desde o anno 1500 ate o de 1724 *Lisboa*, 1730
- 3625 Rocha (Man. da) Portugal Renascido, Tratado Historico-Critico-Chronologico *ib.* 1730
- 3626 RECOPIACION DE LEYES DE LOS REYNOS DE LAS INDIAS Mandadas imprimir por el Rey Don Carlos II, 4 vol.  
VERY SCARCE *Madrid*, 1681
- 3627 Rodriguez (M.) el Marañon y Amazonas Historia de los Descubrimientos, Entradas y Reduccion de Naciones, &c.  
*ib.* 1684
- 3628 Rodriguez (M. de Man.) Memorias para la Vida del Santo Rey Don Fernando III, *portrait, half bound calf ib.* 1800
- 3629 Rodriguez de Castro (Jos.) Biblioteca Espanola, 2 vol.  
*half bound calf ib.* 1781
- 3630 \* Rojas (Pedro de, Conde de Mora) Historia de la Imperial Ciudad de Toledo, 2 vol. *vellum ib.* 1654
- \* \* \* N. Antonio speaks only of the first vol. of this work, and makes no mention of the second.
- 3631 Saavedra Faxardo (Diego) Corona Gothica Castellana q Austriaca Politicamente Ilustrada, 4 v. in 3 *vel. Ambers*, 1677
- 3632 Salazar y Castro (Luis de) Historia Genealogica de la Casa de Lara, Justificada con instrumentos, y Escritores de inviolable fe, *cuts of arms*, 4 vol. *Madrid*, 1696
- 3633 Salazar y Castro (Luis de) Indice de las Glorias de la Casa Farnese, o resumen de las Heroicas Acciones de sus Principes *ib.* 1716
- 3634 Salazar de Mendonça, Origen de las Dignidades Seglares de Castilla y Leon, *vellum Toledo*, 1618

- 3635 Salazar de Mendoza (P.) Monarquia de España, *portrait*, 3 vol.  
*half bound calf* *Madrid*, 1770
- 3636 Salazar y Castro (Luis de) Historia de la Casa de Silva,  
2 vol. *ib.* 1685
- 3637 Saldanha (Man. de) Estatutos da Universidade de Coimbra,  
*wormed* *Coimbra*, 1654

## SIXTENTH DAY'S SALE.

### OCTAVO ET INFRA.

#### LOT

- 3638 \* OBRAS Ineditas dos nossos Insignes Poetas, P. da Costa,  
Luis de Camoens, e Fr. Galvaon, por A. L. Caminha,  
2 vol. in 1 *Lisboa*, 1791
- 3639 Odd Volumes, Pamphlets, &c. *a bundle*
- 3640 Oña (Pedro de) Arauco Domado, *vellum* *Madrid*, 1605
- 3641 O Patriota Journal Literario, Politico, Mercantil, &c. do Rio  
de Janeiro, 1813-14, 3 vol. 8vo and 12mo  
*calf* *Rio de Janeiro*, 1813, &c.
- 3642 \* Palafox y Mendoza, Historia de la Conquista de la China por  
el Tartaro, *Par.* 1670 — Palafox Peregrinacion de Philotea  
al Santo Templo, &c. 1660, &c. *together 8 vol*
- 3643 \* Pantaleon (Athan.) Obras, por Jo. Pellicer, *Caragoça*, 1640  
— La Sagrada Passion de Jesu Christo y A. Gomez Satiras  
Morales, *n. d.* — *M. J. Quintana Poesia, uncut, Mad.* 1813  
*together 4 vol.*
- 3644 Parnaso Español Coleccion de Poesias escogidas de los mas  
celebres Poetas Castellanos, 9 vol.  
*calf extra, marbled leaves* *Madrid*, 1768
- 3645 PERU: — DESCRIPCION DE LAS PROVINCIAS PERTENECIENTES  
AL ARZOBISPADO DE LIMA, *a thick duodecimo volume*  
*Lima, n. d.*

\* \* \* This book, of which perhaps a duplicate is nowhere to be found,  
was given me by Mr. Murray: it contains the fullest account

which has yet been published of the old Vice-royalty of Peru, province by province. The information was obtained from the respective Corregidores, and printed for many successive years in the Lima Almanack, from whence some curious cut out the whole collection, and formed them into this *most valuable volume*: even the Catalogue of Viceroys contains some facts which I have not seen elsewhere.

“There are a few physical Essays at the end printed in the same Almanack: some curious notices are to be found in them.

R. SOUTHEY.

“I have frequently been beholden to this book in writing the History of Brazil.”

*The above interesting note is in the autograph of the Poet Laureate*

3646 \* Pereira de Castro (G.) Ulyssea ou Lisboa Edificada, Poema Heroico, *Lisboa*, 1745 — M. Ramalho Lisboa Re-edificada, Poema Epico, *ib.* 1780, &c. *together 6 vol*

3647 Pereira da Silva (Mat.) A Fenis Renascida, ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portuguezes, 5 vol. *Lisboa*, 1746

3648 Perez (Ant.) las Obras y Relaciones, *vellum* 1644

3649 Perez de Guzman (Fer.) Valerio de las Historias Escolasticas de la Sagrada Escripura, con las batallas campales *red morocco, gilt leaves Salamanca*, 1587

3650 \* Pons de Ycart (M. L.) Libro de las Grandezas y cosas memorables de la Metropolitana Insigne y famosa Ciudad de Tarragona, *the Colbert copy, in vellum Lerida*, 1572

\*\*\* Florez, in his *Espanola Sagrada*, often refers to this very rare book: he notices its rarity, and observes that the Bollandists had it not.

*See note in the autograph of the late Poet Laureate*

N. B. Nos. 3638 to 3650 ought to have followed in their alphabetical order after 3440.

3651 Sempere y Guarinos (J.) Ensayo de una Biblioteca Española de los Mejores Escritores del Reynado de Carlos III, 6 vol. in 3, *VERY SCARCE Madrid*, 1785



- 3652 Solis (Ant. de) Historia de la Conquista de Mexico, *port.* 5 vol.  
*calf gilt* *ib.* 1798
- 3653 \* Soye (L. R.) Noites Jozephinas de Mirtilo, *port. and plates*,  
*Lisboa*, 1790 — A. Talassi, l'Olmo Abbattuto Poema,  
*ib.* 1795, &c. *together* 4 vol.
- 3654 Suarez de Figueroa (Chr.) Espana Defendida, Poema Heroycó  
*Madrid*, 1612
- 3655 Suarez de Figueroa (D.) Camino de el Cielo, Emblemas Chris-  
tianas, *plates*, 3 vol. *ib.* 1738
- 3656 Tavares (Jo.) Jornada que Ant. de Albuquerque Coelho na  
China, 1718 *Lisboa*, 1732
- \*\*\* There is an account of this book in Murray's History of Dis-  
coveries and Travels in Asia, vol. i, p. 293-305.  
*See note in the autograph of the Poet Laureate*
- 3657 Tesoro Español, ô Biblioteca Portatil Espanola, por A. L. Josse,  
4 vol. *uncut* 1802
- 3658 Theatro (Antiguo) Hespanol, por D. V. Garcia de la Huerta,  
viz. Comedias de Figuron, de Carpa y Espada, Comedias  
Heroycas, & Entremeses Tragedias, 15 vol. in 8  
VERY SCARCE, *fine copy, elegantly bound in russia, gilt leaves*  
*Madrid*, 1785
- 3659 Theatro Comico Portuguez, 4 vol. *Lisboa*, 1787
- 3660 Theatro Español, ou Coleccion de Dramas Escogidos de Lope  
de Vega, Caldero de la Barca, &c. 3 vol., y Teatro Modern  
Espanol, vol. 1, *portraits*, *Lond.* 1817-20.  
*calf gilt* *together* 4 vol.
- 3661 Torres de Lima (Luiz de) Avizos do Ceo, Successos de Portu-  
gal, 2 vol. 1761
- 3662 \* Touar (Luys de) Poema Mystico del Glorioso Santo Antonio  
de Padua, su Vida, Milagros, y Muerte  
*calf extra, marbled leaves* *Lisboa*, 1616
- 3663 \* Trasmiera (Fr. de) la Vida y Excelencias de la Sanctissima  
Virgem Maria *woodcut, calf, neat* *Valladolid*, 1546

- 3664 \* Valdivielso (Jos. de) Vida, Exelencias, y Muerte del Gloriosiss. Patriarca y esposo de N. S. San Joseph  
*vellum* Lisboa, 1615
- 3665 \* Valera (Cypriano de) Tratados del Papa y de su Autoridad, Colegido de su Vida y Dotrina, y un Enxambre de los Falsos Milagros  
**RARE** *en Case de Ric. de l'Campo, 1599*
- \*\*\* There is a certificate among the Lansdowne MSS. in the British Museum, by the author of this book, that one Giles Corret, a Welchman, at that time confined in Bridewell, had been forced into the Spanish service. No. 60-66.  
*See note in the autograph of the Poet Laureate*
- 3666 \* Vasconcellos (J. F. de) Comedias Eufrosina, y Ulysippo, por B. J. de Souza Farinha, 2 vol. *Lisboa, 1786* — M. de Veiga Laura de Anfriso, Poesias, *ib.* 1788, &c. *together 4 vol.*
- 3667 Venero (Alonso) Enchiridon de los Tiempos, *with numerous MS. additions* *Anvers, 1551*
- 3668 \* Vega, las Obras de Boscan, y Algunas de Garcilasso de la Vega, *russsia* *ib.* 1569
- 3669 Vega (Garcilaso de la) Obras, *port. calf* *Madrid, 1788*
- 3670 \* Vega Carpio (Lope de) La Hermosura de Angelica, con otras diversas Rimas, 2 vol. in 1  
**FIRST EDITION** *Barcelona, 1604*
- 3671 Vega Carpio (Lope de) Arcadia, Prosas y Versos *Anvers, 1605*
- 3672 Vega Cargio (Lope de) el Peregrino en su Patra  
*fine copy* *Madrid, 1618*
- 3673 \* Vega Carpio (Lope de) Rimas Sacras *ib.* 1614
- 3674 Vega Carpio (Lope de) la Dorotea accion en Prosa, *ib.* 1736  
— L. de Vega Isidor de Madrid, *wants title, n. d.*
- 3675 \* YAGUE DE SALAS (JUAN) LOS AMANTES DE TERUEL, Epopeya Tragica: con la Restauracion de Espana por la parte Sobrabe, y Conquista del Reyno de Valencia, *portrait*  
**VERY RARE, fine copy in vellum** *Valencia, 1616*

\*\*\* N. Antonio appears not to have seen a copy of this extremely rare book. He states it was printed in 1617. This is a mistake: the real date is 1616. At the beginning are four sonnets of Lope de Vega, Cervantes, Salas Barbadillo, and Guillem de Castro:

3676 \* Vieira (Fr.) O Insigne Pintor, e Leal Espso Historia Verdadeira, em Cantos Lyricos, *Lisboa*, 1780 — Vieyra Impugnado por la Madre Sor Juana Ines da la Cruz, &c. *Mad.* 1731 — Tresor pera als Vius, &c. *woodcuts, Vich.* 1753, &c. *together 5 vol.*

3677 \* Vieyra (Ant.) Relaçao Exactissima de Procedimento das Inquiziconis de Portugal, *calf extra* *Venet*, 1750  
Cc

3678 Villagra (G. de) Historia de la Nueva Mexico, *en Verso, russia, marbled leaves, wants title*  
VERY SCARCE *Alcala*, 1610

3679 Villaneuva (Jo. Lord.) Vida Literaria escrita por el Mismo. 2 vol. *uncut* 1825

3680 Violante del Cielo (Madre Soror) Rimas Varias  
*fine copy, calf extra, marbled leaves* *Ruan*, 1646

3681 Vicente (Gil.) Obras, da J. V. Barreto, Feio, & J. C. Monterio, 2 vol.  
*Presentation Copy, uncut* *Hamb.* 1834

3682 \* Violante do Ceo (Madre Soror) Parnaso Lusitano, de Divinos e Humanos Versos, 2 vol.  
*calf extra, marbled leaves* *Lisboa*, 1733

3683 \* Virues (Crist. de) el Monserrate, *en Verso*  
*russia extra* *Madrid*, 1609

\*\*\* This copy has evidently been corrected for the press; and from an angry remark written opposite the first page, resenting the printer's mention of his orthography. I suppose it was corrected by the author himself.

*See note in the autograph of the Poet Laureate.*

QUARTO

- 3684 Palmeirim (Cronica de) de Inglaterra, por Fr. de Moraes, a que se ajuntao as mais Obras do Mesmo Autor, 3 vol.  
*Spanish calf gilt* *Lisboa, 1786*
- 3685 \* Parras (P. J.) Gobierno de los Regulares de la America, 2 vol.  
*Madrid, 1783*
- 3686 \* Pasquel (A. R.) Descubrimiento de la Aguja Nautica, de la Situacion de la America, &c. *Madrid, 1789* — Semmedo Imperio de la China, *ib. 1642* *together 2 vol.*
- 3687 Patricio (Am.) Historia das Antiguedades de Evora, primeria Parte repartida em dez Livros *Evora, 1739*
- 3688 Pellicer de Salas y Tovar (Jos.) Lecciones Solemnes a las Obras de Don Luis de Gongora y Argote, Pindar Andaluz, &c. *good copy* *Madrid, 1630*
- 3689 \* Pellicer y Saforcada (J. A.) Ensayo de una Bibliotheca de Traductores Espanoles, *uncut* *ib. 1778*
- 3690 \* Pereira (Ant.) Tentativa Theologica, con Appendix e Illustracaon, 2 vol. *Lisboa, 1766-8*
- 3691 \* Pereira Bayam (Joze) Chronica del Rey D. Pedro I *ib. 1760*
- 3692 Pereira e Sousa (J. J. C.) Classes dos Crimes, *Lisb. 1803* — Repertorio Chronologico das Leis, Pragmaticas, Alvaras, &c. *ib. 1783* — Tratado de Limites das Conquistas entre D. Joaom V. Rey de Portugal, e D. Fernando VI, Rey de Espanha, *ib. 1750, &c.* *together, 6 vol*
- 3693 Pereira de Figueiredo (Ant.) Demonstracao Theologica, Canonica, e Historica do Direito dos Metropolitanos de Portugal *Lisboa, 1769*
- 3694 Pereira de Figueiredo (Ant.) Elogias dos Reis de Portugal, em Latim e em Portuguez, & Portuguezes nos Concilios Geraes, 2 vol. *ib. 1787-9*
- 3695 \* Pereira (Jos.) Vida del Grande D. Luis de Attayde, Conde de Attoguia y Virrey de la India dos Vezes, *Madrid, 1633* — Cacheco Compendio de la Filosofia, 1612 *together 8 vol.*

- 3696 Pereira (Luiz de Ulloa) Obras *ib.* 1674
- 3697 Pereyra da Sylva (M.) Aula Politica curia Militar, & Tratado da Sciencia Cabala, 2 vol. *Lisboa*, 1720-24; Pereira e Sousa Primeiras Linhas sobre o Procésso Criminal, &c.; *together* 4 vol. *Lisboa*, 1720-1800
- 3698 \* Perez de Montaluan (Juan) Para Todos Exemplos Morales, Humanos y Divinos, *calif* *Madrid*, 1633
- \*\*\* The list of Spanish Writers (297) at the end of this volume is particularly curious.  
*See pencil note by the Poet Laureate.*
- 3699 Persia (D. Juan de) Relaciones, donde se tratan las Cosas notables de Persia, la Guerras de Persianos, Turcos y Tartaros, &c. *wants title*, RARE *Valladolid*, 1604
- 3700 Pina e de Mello (Fr. de) Triumpho da Religiaon, Poema Epico Polemico; & a Bucolica, ou Ethica Pastoril, & Conquista de Goa, Poema Epico, 4 vol. *Coimbra*, 1755-9
- 3701 Pinto (Ant. Cerq.) Historia da Prodigiosa Imagem de Christo Crucificado *Lisb.* 1737
- 3702 Polo de Medina (S. Jac.) Obras en Prosa y Verso *Madrid*, 1715
- 3703 \* Possadas (Fr. de) Vida Santo Domingo de Guzman fundador de el Orden de Predicadores *ib.* 1721
- 3704 Prontuario de las Leyes y Decretos del Rey Don Jose Napoleon I, desde el Año de 1808-11, 3 vol. *uncut* *ib.* 1810-12
- 3705 Pulgar (Hernando de) Claros Varones de Espana *calif, neat* *Valladolid*, 1545
- 3706 Quevedo (Fr.) Obras, 3 vol. *Brusselas*, 1660
- 3707 \* Rebolledo (el Conde) Selvas Danicas, *portrait* *Copenhagen*, 1655
- 3708 Regno Gesuitico del Paraguay *Lisboa*, 1770
- 3709 Rego (Seb. de) Vida do Vener. Padre Joseph Vaz *ib.* 1745
- 3710 Regra & Statutos, da Ordem de Santiago, *woodcuts* *fine copy, Spanish calif* *ib.* 1548



- 3711 Relacion del Viage hecho por les Goletas Sutil y Mexicana al reconocimiento del Estrecho de Juan de Fuca en 1792, *with the plates in folio*, 2 vol. *uncut* *Madrid*, 1802
- 3712 Rengifo (J. Diaz de) Arte Poetica Espanola, *vellum* *Barcel.* 1727
- 3713 Ribeiro (J. P.) Dissertacones sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal, 2 vol.; et Ribeiro Observacones de Diplomatica Portugueza; *together* 3 vol. *uncut* *Lisboa*, 1798-1810
- 3714 Ribeiro de Macedo (Duarte) Obras, 2 vol. in 1 *Lisboa*, 1767
- 3715 Risco (Fr. Man.) la Castilla, Historia de Rodrigo Diaz, llamado Vulgarmente el Cid Campeador, *portrait* *Madrid*, 1792
- 3716 Rodrigues de Brito (J. J.) Memorias Politicas sobre as Verdadeiras Bases de Grandeza das Nacoes e principalmente de Portugal, 3 vol. *calf* *Lisboa*, 1803
- 3717 \* Rodriguez de Monsorte (Pedro) Descripcion de las Honras del Rey Don Felipe IV, *many plates* *Madrid*, 1666
- 3718 Rojas (Pedro) Discursos Illustres Historicis i Genealogicos *Toledo*, 1636
- 3719 Romancero General, en que se contienen todos los Romances que andan impressos, en las nueve partes de Romanceros, *vellum* *Medina del Campo*, 1602
- 3720 ROMANCES SUELTOS VN VERSO ESPANOLA, *a most interesting Collection of upwards of 150 Spanish Metrical Romances, with woodcuts*  
 VERY SCARCE, *fine copies, bound in one volume, in russia*  
*Alicante, Sevilla, Valladolid, &c. v. y.*
- 3721 Ruiz (Ant.) Conquista Espiritual hecha por los Religiosos de la Compania de Jesus, *calf extra* *Madrid*, 1639
- 3722 \* Ruiz de Leon (Fr.) Hernandia, Triumphos de la Fe, y Gloria de las Armas Espanolas, Poema Heroyco *ib.* 1755
- 3723 Saa de Miranda (Fr. de) Obras, con sua Vida, *the last leaf MS.* *Lisboa*, 1614

- 3724 Saavedra Faxardo (Diego) Corona Gothica Castellana y Austriaca, 2 vol. *Madrid*, 1670
- 3725 Saa y Menezes (Juan Rodriguez de) Rebelion de Ceylan y los Progressos de su Conquista *Lisboa*, 1681
- 3726 Salazar y Hontiveros (J. J. de) Poesias Varias en todo Genero de Assumptos, y Metros, *fine copy, vellum* *Madrid*, 1732
- 3727 Saldueña (el Conde de) el Pelayo, Poema *ib.* 1754
- 3728 Sarmiento de Gamboa (Capt. Pedro) Viage al Estrecho de Magalhanes en 1579-80, *plates* *ib.* 1768
- 3729 \* Sarmiento (Martin) Memorias para la Historia de la Poesia y Poetas Espanoles, *wants title, uncut* *Madrid*, 1775
- 3730 Segura (Jac.) Norte Critico con las Reglas mas ciertas para la Discrecion en la Historia, 2 vol. *Valencia*, 1736
- 3731 Semanario Erudito, que comprehende Varias Obras Ineditas, Criticas, Morales, Historicas, Satiricas, Jocosas, &c. de nuestros mejores Autores Antiguos y Modernos, dalas a luz Don. Ant. Valladares, 34 vol. in 17 *half bound calf* *Madrid*, 1788-91
- 3732 \* Seyner (Ant.) Historia del Levantamiento de Portugal, *calf gilt* *Zaragoza*, 16
- 3733 Silva (Rod. Mendez de) Catalogo Real y Genealogico de Espana *Madrid*, 16
- 3734 \* Silveira (Mig.) el Macabeo, Poema Heroico, *portrait and plates* *Napoles*, 1638
- 3735 Solis (Ant. de) Comedias Diferentes, *vellum* *Madrid*, 1716
- 3736 Solis y Ribadeneyra, Varias Poesias Sagradas, y Profanas. *Madrid*, 1716 — Seb. Ventura Ideas de Apolo y Dignas Tareas del Octo Cortesano, *ib.* 1663 *together 2 vol.*
- 3737 Sosa (Geron de) Noticia de la Gran Casa de los Marqueses de Villafranca y su Parentesco con las Mayores de Europa, *portrait* *Napoles*, 1675
- 3738 \* SOUSA (A. CAET.) HISTORIA GENEALOGICA DE CASA REAL PORTUGUEZA, desde a sua Origem até o presente, Justifica-

- da com Instrumentos, e Escretores de inviolavel fe, 14 vol.  
e Provas de Historia Genealogica, 6 vol. *together 20 vol.*  
*Fine uniform copy, in Portuguese calf gilt Lisboa, 1735-48*
- 3739 Sousa (Ant. Caetano, de) Memorias Historicas, e Genealogicas  
dos Grandes de Portugal, *with 17 pages of MS. additions*  
*Lisboa, 1755*
- 3740 Souza (Fr. C. de) Preleccões de Direito Patria Publico e Par-  
ticular, 3 vol. in 2  
*half bound red morocco, uncut Coimbra, 1793*
- 3741 Sousa (J. da) Documentos Arabicos para a Historia Portugue-  
za, Arab. em Portuguesa, *Lisb. 1790* — Turacem Seram Po-  
litico, Abuso Emendado, *ib. 1723* — Thomas, O'Phoenix da  
Lusitania, *Ruan, 1649 together 3 vol.*
- 3742 Sousa (Joao de) Vestigios da Lingua Arabica em Portugal, ou  
Lexicon Etymologico das Palavras e Nomes Portuguezes, que  
tem Origem Arabica, *red morocco, g. l. Lisboa, 1789*
- 3743 Sousa (Man. de Faria i) Epitome de las Historias Portuguesas  
*Madrid, 1628*
- 3744 Suarez de Figueroa (Chr.) Hechos de Don Garcia Hurtado de  
Mendoza IV, Marques de Cañete  
*FIRST EDITION, fine copy, in vellum, RARE Madrid, 1613*
- \*\*\* This work contains the History of the Araucanian War, the  
subject of Ercilla's Poem.
- 3745 Sylva Moraes (Man. da) Vida Admiravel do Serafico S. Fran-  
cisco de Assis, *plate, Spanish calf Lisboa, 1737*
- 3746 Talavera (Gabriel de) Historia de Neustra Senora de Guada-  
lupe, *frontispiece Toledo, 1597*
- 3747 Tamaio de Vargas (Tho.) Restauracion de la Ciudad del Sal-  
vador, I Baia de Todos-Sanctos, en Brasil *1628*
- 3748 Tamaio de Vargas (Tho.) Restauracion de la Ciudad del Sal-  
vador i Baia de Todos-Sanctos en la Provincia del Brasil  
*vellum Madrid, 1628*
- \*\*\* This edition was unknown to N. Antonio.
- 3749 Thomas (Manoel de) Insulana, Poema *Ambers, 1635*

- 3750 \* Tojal (P. de Azevedo) Carlos Reduzido Inglaterra ilustrada,  
Poema Heroico, *stained* Lisboa, 1716
- 3751 Tracts. A Collection of Spanish) in 5 vol. v. y.
- 3752 Tracts (A large Collection of), in the Portuguese Language,  
Prose and Verse, in 10 vol. v. y.
- 3753 Ubeda (Fr. Lopez de) Libro de Entretenimiento de la Picara  
Justina, y Arte Poetica Madrid, 1605
- \*\*\* The real author of this scarce volume is said to be F. Andre  
Perez,  
*See note in the autograph of the Poet Laureate.*
- 3754 Ulloa (Ant. de) Noticias Americanas Entretenimientos Fisico-  
Historicos, *Spanish calf, gilt* Madrid, 1792
- 3755 Ulloa Pereira (Ant. de) Obras, Prosas y Versos ib. 1674
- 3756 Valverde (Ant. Sanchez) Idea del Valor de la Isla Española y  
Utilidades que de elle puede sacar su Monarquia ib. 1785
- 3757 \* Vargas (Ber. Mor. de) Discursos de la Nobleza de Espana,  
*cuts of arms, Spanish calf* ib. 1636
- 3758 \* Vargas de Machuca (Bern. de) Milicia y Descripcion de las  
Indias, *portrait, fine impression*  
RARE, *fine copy, in Spanish calf, gilt* ib. 1599
- \*\*\* This is one of the most interesting books respecting Spanish  
America. *See a long note in the autograph of the Poet  
Laureate.*
- 3759 Vasconcellos da Cunha, Espelho do Invisivel, Poema Sacro,  
*vellum* Lisboa, 1714
- 3760 Vega Carpio (Lope de) Jerusalem Conquista, *woodcut ports.*  
FIRST EDITION, *very scarce* Madrid, 1609
- 3761 Vega Carpio (Lope de) Justa Poetica, y Albanzas Justas que  
hizo la Insigne Villa de Madrid al bien aventurado San  
Isidro ib. 1620
- 3726 \* Vega Carpio (Lope de) el Peregrino en su Patria, *portrait,*  
*vellum* ib. 1733

- 3763 \* VEGA CARPIO (LOPE FELIX DE) COLLECCION DE LAS OBRAS  
SUELTAS DE ASSI EN PROSA COMO EN VERSO, *portrait*,  
21 vol. FINE PAPER, *half bound morocco, uncut* *ib.* 1775
- 3764 Vega (Lope de) Tome de Burguillos Rimas Humanas y Di-  
vinas, *portrait, fine copy, RARE* *ib.* 1634
- \*\*\* A Collection of jocose Poetry, written by Lope de Vega, under  
the assumed name of Burguillos: it contains his celebrated  
"Gatomachia" (Loves and Battles of the Cats), dedicated to  
himself; which Antonio says is superior to any thing of the  
kind since the days of Homer.
- 3765 \* Velazquez de Azeuedo (Juan) el Fenix de Minerva, y Arte de  
Memoria, *calf extra* *ib.* 1626
- 3766 Velozo de Lyra (Ant.) Espelho de Lusitanos em o Cristal do  
Psalmos quarenta e tres *Lisboa*, 1643
- 3767 Venegas (Mig.) Noticia de la California, y de su conquista  
Temporal, y e spiritual hasta el tiempo presente, *plate* 3 vol.  
*vellum* *Madrid*, 1757
- 3768 \* Vera (J. Ant. de) el Fernando o Sevilla Restaurada, Poema  
Heroico escrito con los Versos de la Gerusalemme Liberata  
del Torq. Tasso, *front. and plates*  
FIRST EDITION *Milan*, 1632
- 3769 \* Vida del Bienaventurado Padre Gonzalo de Sylveira, *Madrid*,  
1614 — La Vida, y Milagros del Beato P. D. Fr. Thomaso  
de Villanueva, por B. Nogues, *Valencia*, 1651 — Vita Ere-  
mitica del Beato Rumaldo, *Fiorenza*, 1575 — Tratado Breve  
contra la Secta Mahometana, *Sevilla*, 1693  
*together 4 vol.*
- 3770 Vida do Infante D. Henrique  
LARGE PAPER, *Spanish calf* *Lisboa*, 1798
- 3771 Vieira (A.) Sermoes varios, e Tratados, 15 vol. *ib.* 1679-1748
- 3772 Vieyra (Ant.) Historia do Futuro & Arte de Furtar, Espelho  
de Enganos, 2 vol. &c.; *together 4 vol.* *ib.* 1718-44
- 3773 Vieyra (Ant.) Cartas, *portrait*, 3 vol.  
*Spanish calf, gilt* *ib.* 1735



- 3774 \* Villamediana (Juan de Tarsis Conde de) Obras, recogidas por el D. Hipolito de los Valles, *velum* Madrid, 1634
- 3775 Villa Real (M. F. de) Anticaramuel o Defenca del Manifesto del Reyno de Portugal, *Spanish calf, gilt* Paris, 1643
- 3776 Villa Real, another Copy, *vellum* ib. 1643
- 3777 \* Vrreta (Luys de) Historia Ecclesiastica, Politica, Natural y Moral de la Etiopia, Monarchia do Preste Juan de las Indias, *fine copy, in calf* Valencia, 1610
- 3778 Yriarte (Tho. de) la Musica, Poema, *plates* Madrid, 1789
- 3779 Zavaleta (Juan de) Obras en Prosa ib. 1667
- 3780 Zayas y Sotomayor (Maria de) Novelas Amorasas, y exemplares, *vellum* ib. 1659

FOLIO..

- 3781 \* Sandoval (Prud. de) Historia de los Reyes de Castilla y de Leon (*a small corner of page 183 wanting, and wormed in the margin*) Pamplona, 1615
- 3782 San Roman (Ant. de) Historia General de la India Oriental los Descubrimientos y Conquistas que han hecho las Armas de Portugal, en el Brasil, &c. *old calf, good copy* Valladolid, 1603
- 3783 Santa Rosa (Joaq. de) Elucidario das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antiguamente se Usarão, 2 vol. *very neat* Lisboa, 1798
- 3784 \* Saurez de Alarcon (Ant.) Comentarios de los Hechos del Señor Alarcon, *portrait* Madrid, 1665
- 3785 Serra (J. Correa da) Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de Joao I, &c. & por J. Correa da Serra, 5 vol. *half bound red morocco, uncut* Lisboa, 1790-1844
- 3786 Severim de Faria (Ma.) Noticias de Portugal, da Joze Barbosa Lisboa 1740

- 3787 Simon (Pedro) Noticias Historiales de la Conquistas de Tierra Firme en las Indias Occidentales, Primera Parte  
*fine copy, in calf* Cuenca, 1626
- 3788 Soares da Sylva (Jos.) Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o Governo del Rey D. Joame o I, do anno 1383 — ate o ano 1443, 4 vol. Lisboa, 1730
- 3789 Solorzano Pereira (Don Juan de) Politica Indiana, Obra in que se trata del descubrimiento de las Indias, su descripcion, govieno, tributos, Magistrados, &c. &c. *portrait*  
Ambers, 1703
- 3790 Sousa (Fr. de) Oriente Conquistado a Jesu Christo pelos Padres da Companhia de Jesus da Provincia de Goa *fronts*, 2 vol. Lisboa, 1710
- 3791 Sousa (Luis de) Historia de S. Domingos particular do Reino e Conquistas de Portugal, 4 vol. *fine copy* ib. 1767
- 3792 Sousa de Macedo (Ant. de) Flores de Espana, Excellencias de Portugal Coimbra, 1737
- 3793 Sueyro (E.) Annales de Flandes, *portrait by De Jodé*, 2 vol. Anvers, 1624
- 3794 Sylva (R. Mendez) Poblacion General de Espana sus Trofeos, Blasones y Conquistas Heroycas Madrid, 1675
- 3795 Teixeyra (Dom.) Vida de D. Nuno Alv. Pereyra Lisboa, 1723
- 3796 Teliez (Balt.) Chronica da Companhia de Jesu na Provinca de Portugal, 2 vol. ib. 1645-7
- 3797 Torquemada (J. de) Monarquia Indiana, con el Origen y Guerras de los Indios Occidentales, de suas poblaciones descubrimiento, conquista, conversion, &c. 3 vol.  
BEST EDITION Madrid, 1723
- 3798 Vasconcellos (Simao de) Chronica de Companhia de Jesu do Estado do Brasil Lisboa, 1663
- 3799 Vasconcellos (Sim. de) Vida do Vener. Padre Joseph de Anchieta do Brasil ib. 1672

- 3800 Vega (Garcil. de la) Commentarios Reales que tratan del Origen de los Yncas, Reyes que fueron del Peru, y Historia Generale del Peru, 2 vol.  
FIRST EDITION, RARE *ib.* 1609
- 3801 Vega (G. de la) e G. de Cardenas y Cano La Florida del Inca, Historia del Adelantado, Hern. de Soto, y de Otros Heroicos Caballeros Espanoles, e Indios; y el Ensayo Chronologico, hasta el ano de 1722, 2 vol. *Madrid*, 1723
- 3802 Velasco de Gouvea (Fr.) Justa Acclamacao do Seren. Rey de Portugal Don Joame IV *Lisboa*, 1644
- 3803 Vida y Revelaciones de Santa Gertrudis la Magna, Monja de la Orden del Patriarca San Benito traducido por el Fr. Leandro de Granada y Mendoza *Madrid*, 1689
- 3804 \* Villagutierre (Juan de) Historia de la Conquista de la Provincia de el Itza, reduccion y progressos de la del Lacandon, y otras Naciones de Indios Barbaros, de la mediacion de el Reyno de Guatimala, a las Provincias de Yucatan, en la America Septentrional.  
RARE, *vellum* *Madrid*, 1701
- \*\*\* This work is enriched with additional matter, occupying six quarto pages, in the autograph of the Poet Laureate.
- 3805 \* Villegas (Alonso de) Flos Sanctorum, Historia General de la Vida, y Hechos de Jesu Christo y de todos los Santos,  
*vellum* *Barcelona*, 1775
- 3806 Villegas (A. de) Flos Sanctorum y Historia General en de la Vida de la Virgen Sacratissima Madre de Dios y las de los Santos Antiguos, *vellum* *ib.* 1775
- 3807 Ubilla y Medina (Ant. de) Succession de el Rey D. Phelipe V, en la Corona de Espana; Diario de sus Viages, Jornadas, &c. many plates *Madrid*, 1704
- 3808 Ximeno (Vicente) Escritores del Reyno de Valencia, Chronologicamente Ordenados desde el anno 1238, 2 vol.  
*vellum* *Valencia*, 1747

- 3809 Ximena (Mart. de) Catalogo de los Obispos de las Iglesias Catredales de la Diocesi de Jaen y Annales Ecclesiasticos deste Obispado, *map and many woodcuts*  
*calf, marbled leaves* Madrid, 1654
- 3810 YEPES (ANT. DE) CORONICA GENERAL DE LA ORDEN DE SAN BENTO, PATRIARCA DE RELIGIOSOS, 7 vol.  
*the original calf, gilt* Yraçhe, 1609-21
- \*\*\* Navarete, in the Introduction to his Collection of the Spanish Voyages of Discovery, calls Yepes "*uno de nuestros primeros y mas celebres diplomaticos;*" but he is mistaken in saying this book was printed at Madrid.  
This is a very important work, both as relating to Spanish and to Monastic history. It is also a work of great rarity.  
*See note in the autograph of the Poet Laureate.*
- 3811 Zurita (Geron.) Anales de la Corona de Aragon, con Apologia de Amb. Morales, e Indices, 7 vol.  
Çaragoça, 1585-1610
- 3812 Zurita: — Blasco de Lanuza (Vinc.) Historias Ecclesiasticas, y Seculares de Aragon en que se Continuan les Annales de Çurita, 2 vol. en 1, *fine copy, in old Spanish calf* *ib.* 1622
- 3813 Zurita: — Argensola (B. Leonardo) Primera parte de los Anales de Aragon que prosigue los del G. Zurita deste anno 1516  
Zaragoza, 1630

#### MANUSCRIPTS.

- 3814 Alorna (Marques de) Rellacaon individual dos Carceres que se formarao neste Forte da Junqueira situado na praia junto ao Tejo entre a Corte de Lisboa e o Sitio de Bellem  
*half bound morocco* folio
- 3815 Anti-Catastrophe Historia verdadeira da Vida e dos Sucessos de El Rei D. Affonso o 6.<sup>o</sup> de Portugal escripta, por hum Oficial das Tropas de Portugal que se accompanhon en su Fortuna e em sua desgraça, *calf, neat* 4 to, 1791

\*\*\* See note to Caceres e Fària in this alphabet.

- 3816 Cabanes (Fr. Xavier) Historia de las Operaciones del Exercito de Cataluna en la Guerra de la Usurpacion, ó sea de la Independencia de Espana, 3 parts, *the two first printed, and the third in manuscript*, 3 vol. in 1  
*calf, neat* 4 to, Tarragona, 1809

\*\*\* The third part of this able and soldier-like work had not been printed when the MS. was sent me by the author, through my poor friend and correspondent D. Manuel Abella.

*See note in the autograph of the late Poet Laureate.*

- 3817 Caceres e Faria (Lean. Dorea) Catastrophe de Portugal na desposicao d'el Rei D. Affonso o Sexto & Subrogacano do Principe D. Pedro o unico  
*red morocco, gilt leaves* 4to, Lisboa, 1669

\*\*\* D. Fernando Correa de Lacerda natural do Tojal na Provincia da Peira, filho de Fernando Correa de Lacerdo — foi Mestre do Senhor D. Pedro II, e Bispo do Porto alem de outros Grandes empregos Ecclesiasticos que teve escreveu “Çatastrophe de Portugal, &c. he cour o supposto nome de Leandro Dorea Cacerese e Faira. Contra esta Obra ha outra Anonyma em Castalhano intitulada. “Anti-Catastrophe MS”. que não hé muito rara e digna de se ler. — *Bibl. Hist.* 183.

- 3818 Cadaval (Duque do) Livro da Embayxada de Saboya anno 1682, &c. 2 vol. *folio*

- 3819 Cancioneiro Inedito em Portuguez Galliziano que Parece ser Obra do Seculo XIII  
*a volume of 118 pages, half bound russia* *large folio*

\*\*\* This volume is very neatly and legibly copied from the ancient MS. in the Livraria do Real Collegio dos Nobres de Lisboa.

- 3820 \* Capitol Fratesco, a Poem, in fourteen Cantos, on 742 pages, *very neatly written, on vellum* 4to

- 3821 CARLO V: — Reggionamento di Carlo Quinto Imperatore al Re Filippo suo figliolo nella Consignatione del Gouerno de suoi Stati e Regni doue si contiene como si debba Gouvernare en tempo della Pace e della Guerra *a stout folio volume*





- 3830 Cunha (Luiz da) Idea da Guerra de 1702, com Verdadeira Noticia das Politicas emi ao Convenções dos Principes da Europa, com a Paz de Utrech de 1706, 2 thick vol.  
*very legibly written, a copy, half bound calf, m. l. folio*
- 3831 Cunha (Luiz da) Memorias, que conthem os mais consideraveis Sucessos desde o anno de 1659 em que se fez a Paz dos Pirineos alt o de 1706  
*a very neat and legibly written old MS. in folio*
- 3832 Cunha. Cartas de Officios de D. Luis da Cunha Embaixador Extr. a Plenopo. dos SS. Sñres Reis de Portugal D. Pedro II e D. Joaom V na Corte de Londres e na Congresso de Utrecht, *copia fiel do Original que se conserva na Bibliotheca da Real Casa de Braganza, &c.*  
*half bound calf folio*
- 3833 Cunha (Luiz da) Carta ao Marco Antonio  
*a thick volume, half bound calf, marbled leaves 4to*
- 3834 Cunha Brochado (Joze da) Discurso è Fez. em que refere as Ceremonias Politicas, e o mais que Observon na Corte de Paris, &c. *half bound calf folio*
- 3835 Cunha Brochado (Cartas de Jose da) Ertando por Ministro de Portugal na Corte de Londres desde o anno de 1710 ate o de 1714 — Dirigidas ao Excellente Conde de Vianna, *copiadas das Originaes que alcancei e fielmente escriptas com a mesma Orthographia que vinas vitas cartas*  
*half bound calf folio*
- 3836 Diaz de Guzman (Ruiz) La Argentina, y Historia de las Descubrimiento de las Provincias de la Rio de la Plata, 1612  
*very neatly written, copied from the original MS. by Mr. Thos. Southey, 1812, calf, gilt leaves 4to, 1812*
- 3837 \* Fonseca Soares (Ant. da) la Filis Obra Heroica y Tragica — Jo. H. Henriques Siquis Divina, Poema, Tragico, & allegorico, en la Muerte de la August. Senora D. Franca Tereza Josepea Infante de Portugal; 2 vol. *4to*
- 3838 Gonzalez (Fr. Ant.) Poema, *russia*  
*Presented to Robert Southey by Manuel Abella*

- 3839 Gravames de Portugal, 1740, *calj* — Discurso Politico llamado Vulgarmente o Papal Sorte Feyto, por Mandado do Sr. Rey D. Joaom o IV, &c. *together 4 vol.*
- 3840 Guerra Civil ou Sedissoens de Pernambuco Exemplo Memoravel aos vindouros 1710, *half bound calj* *4to*
- 3841 Historias das Conjuraçoens a Contecidas no Reyno de Portugal MSS. que seachou entre os Papeis do Ex<sup>mo</sup>. Sr. Martinho de Mello e Castro, *neatly written, a copy* *folio*
- 3842 Memoria dos Bispos de S. Thome e Congo e Angola desde 1513 ate 1749, *the first part in a very neat old hand, the latter in a more modern legible hand* *folio*
- 3843 Memorias de Salvador Taborda Portugal Enviado de El Rey D. Pedro II de Portugal na Corte de Franca no tempo em que en esta Reynava Luis Catroze, 1677 a 1688 *a very legibly written MS. in 4 thick volumes, the 3 last vol. are transcripts, hale bound calj, marbled leaves folio*
- 3844 Memorias Antiguas (60 Varias) da Portugal, &c. *a very neatly written MS. of upwards of 1430 pages., in 2 vol. folio*
- 3845 Minas, Colleccaon Sumaria das proprias Leis, Cartas Reigas, Avizos e Ordens que se achaõ nos Livros da Secretaria do Governo d'esta Capitania de Minas Geraes, deduzidas por Ordem a titulo Separados Villa Ricca 1774, *neatly written folio*
- 3846 Minas. Aug. Leitao, Methodo que parece ao Ouvidor super Intendente das Terras, eaguas Mineraes, da Comarca da Villa Rica, para se formar o Regimento Geral para as Repartiçoenz dos descobrimentos novos e Antigos, e boa Ad-minicao douzo deminerar, *neatly written folio*
- 3847 Minas Geraes (various Papers relating to the), viz. Memoria Sobre a Capitania das Minas Geraes, 1799 — Proposals for a Diamond Contract in the Minas Geraes, by Gen. Gomez Freire de Andrada in 1740 — Memoria sobre a Arrecadacao do Quinto, &c. — On Diamonds — Memoria sobre a Caza de Moeda da Bahia, &c. — Project for a Tobacco Contract in the Minas Geraez, &c.; in 1 vol. *folio*

- 3848 Minas, Sentença que os da Alcada do Rio de Janeiro profferiraõ  
contra os Reos da Alta Traicao e Rebeliaõ, em 1792 —  
Praticada nas Minas Geraes, *half bound calf folio*
- 3489 Miscellaneous: — Voyage up the Madeira in 1749, *with a MS. map* — Relaciao da Guerre e Sucessos de Mato Grosso desde 1759 ate 1764 — Noticias do Lago Xarayes — Memoria de Observaçoes Physico Economicas acerca da Extraccao do Oiro das Minas do Brazil, por Man. Ferreira da Camara; in 1 vol. *half bound calf 4to*
- 3850 Monita Secreta de la Compania de Jezus, 2 vol. *4to.*
- 3851 Panhormita (Ant.) de Rebus Gestis atque dictis ab Alphonso Rege, *a fine old MS. partly on vellum, old russia large 8vo.*
- 3852 PAPEIS VARIAS POLITICOS, *neatly written*, in 9 vol. *folio, 1674, &c.*
- \*\*\* A curious and highly interesting collection of above 200 pieces.
- 3853 Paraguay (Noticias del) Rio de la Plata y Tucuman, a *MS. of 287 pages, calf 4to*
- 3854 Pombal, Memorial do Marquez de Pombal, 4 vol. *calf 4to*
- 3855 Pombal, Vita do Marquez de Pombal  
*a very neatly written MS. the first 26 pages in the autograph of the Poet Laureate, 2 vol. in 1, calf 4to*
- 3856 Portugal, Interesses de, ventilados Debatidos, ea Justados no Tratado do da Pax que, alignarao no congresso de Utrecht, no Anno de 1715 — O Conde de Taroyca Joam Gomes da Silva, Dom Luiz da Cunha, &c. com a mediaceon primeiro de Inglaterra e depoir de Franca  
*a thick volume of 541 pages folio*
- 3857 Relacaom da Embaixadaque Francisco de Mello Conde da Ponte Fes em Inglaterra p<sup>a</sup> o cazamto. da Sra. D. Catherina de Portugal com Carlos II, Rey de Grande Bertan, &c.  
*a very neatly written MS. on 176 pages, folio, vellum 1661*
- 3858 \* Relacaon de hum Caso sucedido na Cidade de Evora, 1792 — Ytinerario desde Buenos Ayres a San Augustin de Falca

— Memoire de la Campagne en Portugal, 1762 — Detail des  
Campagnes d'Hannover, &c. 8vo *together 6 vol.*

- 3859 Ribeiro de Sampayo (Fr. Xavier) Diario da Viagem, que em  
Vizita e Correicano das Povoacoes da Capitaina de S. Joze  
do Rio Negro fez o Ovidor e Intendente Geral da Mesma  
no anno de 1774 e 75, calf, neat *in 4to*
- 3860 Samuda (Dr. Isac de Segueyra) Viriadas, obra Posthuma,  
digesta, corrigida e conclusa, pelo Doutor Jacob de Castro  
Sarmiento, *en Verso, a thick volume, old calf, g.l. folio*
- 3861 Vieira: — Papel Pulitico que a titulo de Carta mandou o Pe.  
Antonio Vieira A. O. Conde de Castelo Milhor Valido do  
Senhor Rey D. Affonco. VI *folio*



- 3860 Samuda (Dr. Isac de Segueyra) Viriadas, obra Posthuma, digesta, corrigida e conclusa, pelo Doutor Jacob de Castro Sarmento, *en Verso, a thick volume, old calf, g. l.* folio  
 3861 Vieira:—Papel Pulitico que a titulo de Carta mandou o P.<sup>o</sup> Antonio Vieira A. O. Conde de Castelo Milhor Valido do Senhor Rey D. Affonso VI folio

178 3 6

- 14

Stn. Jc

5-6

Quorra

£ 179 3

28 SE 60

4 5 6

1<sup>st</sup> Days Sale 313 11 "

2<sup>nd</sup> D. D. 158 11 "

3<sup>rd</sup> D. D. 172 9 6

4<sup>th</sup> D. D. 175 9 "

5<sup>th</sup> D. D. 166 2 6

6<sup>th</sup> D. D. 124 4 "

7<sup>th</sup> D. D. 158 7 "

8<sup>th</sup> D. D. 171 14 6

9<sup>th</sup> D. D. 168 17 "

10<sup>th</sup> D. D. 188 7 6

11<sup>th</sup> D. D. 167 18 "

12<sup>th</sup> D. D. 178 3 6

13<sup>th</sup> D. D. 262 11 "

14<sup>th</sup> D. D. 178 13 "

15<sup>th</sup> D. D. 149 7 "

2754 5 6

16<sup>th</sup> Days Sale 179 3

Total £ 2933 8 6

Ultima folha do "Catálogo da livreria de Southey" — com os preços alcançados no leilão.



**SANTO ANTÔNIO, PADROEIRO DE  
PERNAMBUCO**



---

## SANTO ANTÔNIO, PADROEIRO DE PERNAMBUCO

No livro “Santo Antônio de Lisboa Militar do Brasil”, o Sr. Macedo Soares estuda aspectos interessantíssimos do culto, em nosso país, do taumaturgo português. A pesquisa abrange Baía, São Paulo, Goiaz, Espírito Santo, Paraíba, Rio de Janeiro, Vila Rica, Pernambuco mostrando os postos e cargos que o santo recebeu nesses lugares. No Brasil colonial Santo Antônio foi soldado raso, tenente, capitão, sargento-mór, tenente coronel, coronel. Foi também vereador. O objetivo para a concessão dos postos era sempre o auxílio aos religiosos de Santo-Antônio, muito embora se alegasse a intenção de recompensar serviços de natureza militar prestados pelo Santo às armas portuguesas .

No capítulo relativo a Pernambuco, o Sr. Macedo Soares lembra a portaria do Governador D. João da Cunha Souto Maior, mandado assentar praça de soldado ao Glorioso Santo Antônio de Lisboa, para servir na guerra dos Palmares. Lembra também a promoção do Santo ao posto de tenente, no governo de D. Lourenço de Almeida, assim como o despacho em que o governador Luiz do Rego indeferia, em 1819, o requerimento para a promoção do Santo a sargento-mor. Junto ao capítulo vem a Carta Régia de 23 de novembro de 1754, concordando em que Santo Antônio tivesse direito à propina de vereador da Câmara da vila de Igaraçu.

Há referência aos atos dos Governadores João da Cunha Souto Maior e Lourenço de Almeida nas “Memórias Históricas” de Fernandes Gama. (1) Encontro, porém, entre, as minhas notas de lei-

---

(1) — Memórias Históricas de Pernambuco, IV págs. 24 e 25.



tura, outras informações, a respeito do culto de Santo Antônio em Pernambuco.

Os serviços militares não começaram em 1685, com a nomeação para a guerra dos Palmares. Mesmo sem patente e sem soldo, o taumaturgo português teve parte ativa na insurreição pernambucana contra os holandeses. O “Castrioto Lusitano”, “O Valeroso Lucideno” e a história de Diogo Lopes Santiago recolheram as tradições do tempo, exaltando a cooperação do Santo português.

Os milagres relatados valeram por uma indicação de que o Santo desejava auxiliar os pernambucanos, na luta contra o invasor. De uma feita, num engenho de João Fernandes Vieira, na Várzea, as portas duma capela de Santo Antônio ficaram abertas, por várias vezes, embora fossem tomadas todas as cautelas no momento de fechá-las.

“Certos de que tantos olhos se não podiam enganar (conta frei Rafael de Jesus) creram que era obra do Santo. Deram conta a João Fernandes Vieira como senhor da Capela e resolveram que, em presença de todos se fechassem as portas e selasse o orifício da fechadura com o seu sinete e este se pusesse aonde nenhuma pessoa o pudesse tirar. Assim se fez e vindo juntos ao outro dia acharam as portas abertas e intacto o selo. Admirados, e compungidos confessaram ao Santo por autor da estranheza. Ajuizaram sobre o successo (que todos atribuíram a favor) disseram uns que o Santo os avisava que saíssem a campo e às abertas, e publicadas dessem princípio à empresa da liberdade. Outros, que a todos franqueava seu auxílio e que para seu socorro o achariam sempre, com a porta aberta. Alguns, que os ensinava a deixarem suas casas de par em par, e retirar, a parte segura, suas pessoas, moveis e famílias”.

Outra manifestação de Santo Antônio se verificou, ainda na Várzea, no próprio dia de sua festa, 13 de junho, quando os conspiradores deviam sair a campo para o começo da sublevação e da guerra. Preparada a Igreja de Santo Antônio para a festa, de súbito se despregou o sobre-céu a modo de dossel, que estava sobre o altar, e se pôs dobrado sobre o mesmo altar diante da imagem do Santo, “coisa

que causou grande admiração (comenta frei. Manoel Calado) em todos os que se achavam presentes; e não sabendo o que aquilo significaria, ou se queria dizer o Santo que cada um se vigiasse, e pusesse seu fato em cobro, se resolveram que a festa se fizesse na Matriz da Várzea". Por ocasião da festa, nessa Matriz, pregou o Padre Frei Manuel do Salvador, (1) lembrando, entre outras coisas:

"e que pois o glorioso Santo Antônio, depois que se tratou da liberdade, lhes abriu por duas vezes as portas da sua Igreja, havendo-as deixado fechadas, e com chave; e naquela noite havia despregado o céu do seu dossel do altar e o havia dobrado; era como se dissesse aos moradores de Pernambuco, que não temessem de acometer a empresa, pois ele lhes abria as portas de sua Igreja, para os amparar e ajudar, e que cada qual dobrasse o fato, e o pusesse em salvo, e tratasse de estar desembaraçado e preparado para a guerra". (2).

Contam-se outras manifestações do Santo. Diogo Lopes Santiago escreve:

"Tambem afirmaram muitas pessoas dignas de fé, que viram a imagem do bemaventurado Santo Antônio em sua Igreja, sita na Várzea, em um dos engenhos do governador João Fernandes Vieira, como que estava o Santo Cansado e suando infinito". (3)

Narra-se episódio semelhante, mas atribuído à imagem do Santo, na capela que João Paes Barreto lhe consagrara, no seu Engenho Velho do Cabo:

"Esta foi aquela Imagem do Santo, que em uma assaltada que por ali deram os Holandeses, dissemos, já em outra parte, seguindo o Autor da Feira Mística de Santo Antônio, lançar sangue aos golpes, que lhe deram estes herejes". (4)

---

(1) — E' o próprio Frei Manuel Calado, autor de "O Valeroso Lucideno".

(2) — O Valeroso Lucideno, págs. 376-377 (Edição da Cooperativa Editora de Cultura Intelectual de Pernambuco, Recife, 1942).

(3) — História da Guerra em Pernambuco, livro II, cap. XV.

(4) — Jaboatão, Novo Orbe Seráfico, Segunda Parte, vol. II, páginas 462-463.

O mesmo Jaboatão acrescenta que ocorrera fato idêntico na Igreja da Casa Forte (1). Não nos deve surpreender, pois, a conclusão a que chega o Novo Orbe Seráfico, quando fala de Santo Antônio e observa: "...em toda a parte temido dos herejes e já em outras reverenciado de semelhantes bruto". (2)

A guerra dos holandeses deve ter influido sensivelmente no culto de Santo Antônio. O prestígio de suas qualidades militares o colocava mais perto da confiança e das rezas dos colonos, nesses dias de pelepas árduas e de rudes sacrifícios.

Escrevem os historiadores que Santo Antônio é considerado um dos Padroeiros de Pernambuco, embora não se conheça o documento que o instituiu patrono da Capitania. O documento mais antigo a esse respeito é holandês e vem citado por Pereira da Costa. Esse documento é o "Diário ou Breve Discurso" acerca da rebelião pernambucana, publicado na Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco. Diz o Diário:

"A 28 (de setembro de 1645) soubemos que João Fernandes Vieira, Martim Soares e outros sujeitos vieram procurar-nos com todas as suas forças mas a coisa não passou de uma rodomontada. Aproximem-se e bem pode ser que os mais deles vão ao encontro de S. Antônio e de S. Francisco e lhes digam no purgatório qual é o gosto das salsichas que os Flamengos estão fazendo dos porcos de S. Antônio. Nota bene: Por porcos entendam-se os Portuguezes ou Speckjan; S. Antônio é seu patrono, bem como dos porcos". (3)

Mais adiante diz o Diário:

"Se forem outra vez repellidos da Paraiba, o padre vigário deles bem pode arrumar a mala e cantar a ladainha de Santo Antônio Ora pro nobis, Sancti Antonii — e dizer o último *adeus* (textual) a estes logares." (4)

---

(1) — Idem, ib. Primeira Parte, vol. II, págs. 372-373.

(2) — Jaboatão, idem. Parte Segunda, vol. II, pág. 483.

(3) — Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco, n. 32 páginas 144 e 145.

(4) — Revista citada, pág. 150. No mesmo sentido, pág. 157.

O Sr. Fernando Pio, no livro que escreveu a respeito do Convento de Santo Antônio (1), diz que a festa do Santo era “celebrada obrigatoriamente pela Câmara do Senado de Olinda, que a ela assistia incorporada e com o seu respectivo estandarte. Esta obrigação foi depois transferida para a Câmara de Recife, que a realizava, também, solenemente, na antiga Igreja paroquial do Corpo Santo”. (2)

Não conheço as fontes em que se abeberou o Sr. Fernando Pio. Creio, entretanto, que Santo Antônio só se tornou padroeiro de Pernambuco depois da guerra contra os holandeses, graças ao valor militar do taumaturgo e à expansão e importância da ilha de Santo Antônio, no conjunto do povoado de Recife.

Na primeira fase da donataria de Duarte Coelho, as freguesias conhecidas eram as do Salvador e S. Pedro Martir, em Olinda, a do Santo em Recife, a de Nossa Senhora do Rosário na Várzea, a de S. Amaro, a de S. Lourenço, a de S. Miguel em Ipojuca e a de Santo Antônio no Cabo. A população de Recife se concentrava na restinga defronte do ancoradouro. O bairro de Santo Antônio não existia. Começou, aliás, a ter importância com o nome da ilha de Antônio Vaz e desse modo se tornou conhecida até começos do século XVII. Ensina o Sr. Rodolfo Garcia que “a ilha de Santo Antônio só ficou assim conhecida a partir de 1606, depois que os religiosos Franciscanos ali edificaram seu convento sob a invocação de Santo Antônio. Antes chamou-se de Marcos André, de Antônio Vaz e de Belchior Alves, seus sucessivos proprietários” (3) A lição está de acordo com “O Valeroso Lucedeno”, que nos fala de ilha “que de antes se chamava a Ilha de Santo Antônio, a respeito de um Convento de Capuchinhos que ali estava”. (4)

Durante a ocupação holandesa, a ilha perdeu o nome de Santo Antônio para se denominar Mauricea, ou *Mauritsstad*. Os holandeses, quando a ela se reportam, preferem dizer — ilha de Antônio Vaz, ou por motivos heréticos, como explica ainda o Sr. Rodolfo Garcia (5), ou por que o batismo de Santo Antônio não estivesse

---

(1) — “O Convento de Santo Antônio do Recife e as Fundações Franciscanas em Pernambuco.

(2) — Obra citada, pág. 33.

(3) — Visconde de Porto Seguro, História Geral do Brasil, 3.<sup>a</sup> ed.

(4) — Obr. citada I 276.

(5) — Obr. citada pág. 348 nota 5.



ainda perfeitamente generalizado, sabido, como é, que as mudanças de nome, para os lugares públicos, demoram a radicar-se, por mais aceitos que sejam. Mauricio de Nassau data as suas cartas de “Antônio Vaz de Pernambuco”, quando não lhe repugnava dizer “Na cidadezinha de Penedo, sobre o rio S. Francisco”. Referem-se os holandeses à povoação do Cabo, como “Santo Antônio do Cabo”, embora não lhes fosse difícil omitir a referência ao Santo.

Desde a restauração, o nome que aparece, é o de Santo Antônio, substituindo aquela Cidade Mauricea, que tão vivamente recordava os feitos dos invasores. Se a “Capitulação” ainda se reporta à Cidade Mauricea o Inventário das Armas que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas, ou reparados, não fala senão em Santo Antônio. “Povoação deste Recife e na de outra banda de Santo Antônio”, diz o documento, que é de 1654.

A importância crescente do bairro concorreu para que prevalecesse, no conjunto da povoação, o patrocínio de Santo Antônio. Foi tão forte essa ascendência, que chegou a desafiar o entusiasmo da cortejanice, num episódio que se me afigura dos mais interessantes, na devoção de Santo Antônio. Não encontrando referência a esse fato no livro excelente do Sr. Macedo Soares, permito-me recordá-lo aqui, para que se veja até onde foi, na capitania pernambucana, o prestígio militar e político de Santo Antônio Lisboa.

A criação da Vila de Recife encontrou, como se sabe, animosa resistência entre os moradores de Olinda e constituiu “casus belli”, para a revolta que a história batizou com o nome de Guerra dos Mascates. Autorizada pela Carta Régia de 19 de novembro de 1709, foi aquela criação levada a efeito pelo Governador Sebastião de Castro e Caldas, a 15 de fevereiro de 1710, com o levantamento do respectivo pelourinho. Atribuiu-se à vila recém-fundada o patrocínio de S. Sebastião, em homenagem ao Governador, que se chamava Sebastião.

Não perdurou, aliás, a escolha, como nos ensina Jaboatão. (1) Vicente Ferrer, que era português e nunca perdoou aos nobres olindenses, apesar de passados quase dois séculos, a guerra feita aos Mascates, insurgiu-se também contra a mudança do padroeiro.

---

(1) — Novo Orbe Seráfico, Parte Segunda, vol. II pág. 788.



“Se a ingratidão (disse ele) não fosse humana, era de censurar a mudança do padroeiro da vila, de S. Sebastião, que na criação lhe fora dado, em homenagem a Sebastião de Castro e Caldas, para Santo Antônio”. (1)

Na época, o que pareceu ingratidão foi exatamente o abandono do protetor Santo Antônio, para que prevalecesse o nome próprio do Governador. Leia-se, a respeito, a Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de maio de 1711, ordenando a restauração do patrocínio de Santo Antônio, para a vila recém-fundada. Diz o seguinte: (2)

“Foi V. Majestade servido que se criasse em vila a povoação do Recife, ordenando ao Governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, desse execução a esta resolução de V. Maj. e porque os moradores dela, pelo lisonjear, ou também o mesmo Governador, por ficar perpétuo, na memória dos homens, de que ele fora executor desta determinação de V. Maj. fizera mudar o nome, que antigamente tinha, do glorioso Santo Antônio no de São Sebastião, sendo isto escandaloso para todos os daquela Capitania verem que depois de se conservar tantos anos com título, de um Santo tão veneravel na Nação Portuguesa se obrasse uma ação que não era lícita e de menos devoção em se apagar a sua lembrança, de quem deve este o Reino e todos os Domínios de V. Maj. tanto à sua proteção; e nesta consideração:

Pareceu ao Conselho que, restabelecendo-se as coisas de Pernambuco no estado antigo, como a V. Maj. se tem aconselhado se execute, que se extinga logo o nome da vocação de São Sebastião que se deu à dita Vila, e que fique com o que tinha dantes, do glorioso Santo Antônio. Lisboa, 21 de maio de 1711. O Conde de S. Vicente. Teles — Costa.

À Margem — Como parece. Lisboa, 2 de junho de 1711. Rei.”

---

(1) — Guerra dos Mascates, 2.<sup>a</sup> edição, pág. 134.

(2) — Biblioteca Nacional, Códice manuscrito I-8-4-8, págs. 920-921.

Graças a essa providência, Recife continuou como Vila de Santo Antônio do Recife. Figura a cidade com esse nome na assinatura da “Narração Histórica das Calamidades de Pernambuco, em 1747”. Há diversas referências a essa denominação na Informação Geral da Capitania de Pernambuco (págs. 369, 407, 424). Prevaleceu, porem, a fórmula mais simples: Recife.

Santo Antônio, aliás, é ainda o padroeiro de Recife, e consequentemente de Pernambuco, não obstante o culto de Nossa Senhora do Carmo, que tanta devoção encontra no coração pernambucano. Invoco, para explicação desse assunto, a palavra de Frei Venâncio Willeke, no livro do Sr. Fernando Pio:

“Ainda ultimamente, (escreveu ele) foram confirmadas pela bula da ereção da Basilica do Carmo do Recife, segundo a qual o nosso milagroso Santo continua como padroeiro principal da capital pernambucana, enquanto Nossa Senhora do Carmo figura como padroeira secundária. Nesta subordinação de padroeiros novos aos antigos, de modo algum há menosprezo à dignidade de Nossa Senhora do Carmo e sim a Igreja respeita tradições seculares da piedade popular.”

Não é de admirar que assim sucedesse, na região que tantas vezes precisou recorrer às armas, para a defesa de suas causas, ou de seus ideais. Pode-se mesmo dizer que a escolha de Santo Antônio, para padroeiro de Pernambuco, é outra manifestação do prestígio guerreiro e das virtudes militares do taumaturgo português. Deve-se à luta contra os holandeses a ascendência conquistada por Santo Antônio, na velha donataria de Duarte Coelho. A impressão predominadora era de que a Santo Antônio deviam os colonos as vitórias conquistadas. Dele vinham os conselhos de sublevação, os estímulos para a luta e, não raro, a própria ação militar, nos recontros difíceis. Quando a Baía se salvou da investida holandesa, a quem atribuía o Padre Vieira a glória do feito? Leia-se o Sermão de Santo Antônio:

“Bem suponho eu logo, e devemos supor todos, (dizia o pregador) que todos os Santos do Céu por si mesmos podiam defender a nossa ou a sua Baía de Todos os Santos.

Mas como Deus tinha demitido de si e dedicado a parte desta proteção e desta glória a um só Santo — *et propter David, servum meum* — nenhum outro podia ser, como foi, senão Santo Antônio, pela eminência com que este Santo contem em si as hierarquias e dignidades de todos”.

Assim também raciocinaram os pernambucanos e por que fosse muita a gratidão, deram a Santo Antônio de Lisboa uma primazia, que o elevou à posição de padroeiro, como que para assinalar, na variedade dos sucessos históricos da capitania, a glória imorredoura da luta contra os holandeses.

BARBOSA LIMA SOBRINHO.



**O BRASIL, OS ESTADOS UNIDOS E O  
MONROISMO**





---

## O BRASIL, OS ESTADOS UNIDOS E O MONROISMO

*Reproduzimos hoje um artigo que saiu publicado há muito tempo nas colunas do Jornal do Comércio. Assinava-o, então um pseudônimo J. Penn., que mal escondia o verdadeiro autor desse magnífico trabalho — o Barão do Rio Branco. A reprodução agora do artigo do grande Chanceler tem toda a oportunidade e fazendo-a no dia em que chega ao Rio a Missão Militar Norte-Americana queremos acentuar que a política de aproximação e entendimento do Brasil com os Estados Unidos apresenta um carater de continuidade, sábia e patrioticamente apreendido e estimulado até hoje por todos os estadistas e homens de responsabilidade a que tem cabido a orientação das nossas relações com os outros povos.*

*Desde os primórdios da nossa vida independente, quando, cortadas as amarras que nos prendiam à metrópole, traçamos os rumos a imprimir à soberania brasileira, foi com o pensamento voltado para os Estados Unidos da América do Norte que primeiro reivindicamos o reconhecimento dos nossos direitos no concerto das nações do continente. E datam daí as relações de cordialidade, o espírito de compreensão, os sentimentos de estima que nos ligam aos norte-americanos. Compenetrados como estão os dois povos das maiores Repúblicas do continente de que uma cada vez maior aproximação dos Estados Unidos e do Brasil só benefício poderão resultar para a paz da América, todos os esforços devem convergir para os entendimentos e aproximações que resultem*

*em favor da grande obra que os nossos antepassados realizaram e a nós cumpre preservar, defender e incentivar.*

*A vinda ao nosso país da Missão Militar chefiada pelo General Marshall constitue mais um marco na estrada real da amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos e a geração atual, observando o ensinamento de Rio Branco, cultiva "com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores".*

As manifestações de recíproco apreço e amizade entre os Governos do Rio de Janeiro e Washington tem sido nestes últimos anos censuradas às vezes com bastante injustiça e paixão, por alguns raros publicistas brasileiros que se supõem genuínos intérpretes e propagadores do pensamento político dos estadistas do Império.

Levaram esses censores a mal a maior aproximação que os Presidentes Rodrigues Alves e Theodoro Roosevelt promoveram entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Mostraram-se em várias ocasiões ingratamente desdenhosos da doutrina de Monroe e tiveram por inconveniente a resolução tomada simultaneamente pelos dois Governos de elevar cada um a categoria do seu representante diplomático junto ao outro.

Os documentos que vamos agora reproduzir ou extrair mostram que ao Presidente Rodrigues Alves sobrou razão para dizer na sua última Mensagem ao Congresso:

“Tenho grande satisfação em ver que cada vez mais se estreitam as relações de cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Concorrendo para isso, não tenho feito mais do que seguir a política traçada desde 1822 pelos fundadores da nossa Independência e invariavelmente observada por todos os Governos que o Brasil tem tido”.

I

Tem a data de 6 de agosto de 1822 o “Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos e Nações Amigas”. Esse documento como se sabe, foi redigido por José Bonifácio de Andrada e Silva, então Ministro do Reino do Brasil e dos Negócios Estrangeiros.

Da parte final destacamos este trecho:

“A minha firme resolução e a dos povos que governo estão legitimamente promulgadas. Espero pois que os homens sábios e imparciais de todo o mundo e que os Governos e Nações amigas do Brasil hajam de fazer justiça a tão justos e sábios sentimentos. Eu os convido a continuarem com o Reino do Brasil as mesmas relações de mútuo interesse e amizade. *Estarei pronto a receber os seus ministros e agentes diplomáticos e a enviar-lhes os meus*, enquanto durar o cativeiro d’El-rei meu augusto pai...”

Seis dias depois, em 12 de agosto, o Príncipe Regente D. Pedro assinava o decreto de nomeação de um Encarregado de Negócios do Reino do Brasil nos Estados da América, e no dia seguinte partia para S. Paulo, onde em 7 de setembro proclamava a independência do Brasil.

Esse decreto referendado por José Bonifácio é, portanto, anterior à independência e à proclamação do Império, só efetuada esta, no dia 12 de outubro do mesmo ano.

“Sendo indispensável nas atuais circunstâncias políticas nomear pessoa que em Meu Real Nome haja de tratar diretamente junto aos Estados Unidos da América os negócios que ocorrerem relativamente a ambos os países, e tendo em consideração o reconhecido préstimo, patriotismo e zelo de Luiz Moutinho Lima Alves e Silva, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Hei por bem nomeá-lo para exercer o lugar de Meu Encarregado de Negócios junto, dos mesmos Estados Unidos da América com o ordenado anual de dous contos e quatrocentos mil réis.

“José Bonifácio de Andrada e Silva, do Meu Conselho de Estado e do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça expedir em consequência os despachos necessários”.

Essa foi a primeira nomeação diplomática assinada pelo Príncipe Regente D. Pedro, a conselho de José Bonifácio, sendo logo depois,

no mesmo dia, assinados os decretos de nomeação de outros dois Encarregados de Negócios: para Londres, o Marechal de Campo Felisberto Caldeira Brant Pontes, ulteriormente Marquês de Barbacena, e para Paris, Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, depois Visconde de Itabaiana. Antes dessa, só havia sido feita outra nomeação, mas de Consul: a de Manoel Antônio Correia da Câmara, para Buenos Aires em 24 de maio.

Para Consul Geral dos Estados Unidos da América foi nomeado, em 15 de janeiro de 1823, Antônio Golçalves da Cruz, que havia figurado na revolução pernambucana de 1817. O fecho desse decreto já é diferente dos anteriores:

“José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império e Negócios Estrangeiros, o tenha assim entendido e expeça-se em consequência os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1823, 2.º da Independência e do Império”.

## II

Luiz Moutinho não pode partir em 1822 para os Estados Unidos, retido por serviços extraordinários na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, onde pouco depois foi promovido a Oficial Maior ou Diretor Geral.

Por decreto de 21 de janeiro de 1824, José Silvestre Rebello teve a nomeação de Encarregado de Negócios do Brasil nos Estados Unidos da America, vindo a ser o primeiro representante diplomático que efetivamente tivemos naquele país.

No dia 28 de março desembarcara ele em Baltimore e a 3 de abril chegava a Washington. Era Presidente James Monroe, que na sua última Mensagem, lida ao Congresso, em 3 de dezembro do ano anterior, havia afirmado o propósito em que estava o Governo Americano de se opor a conquistas européias, no nosso continente; e ocupava o posto de Secretário de Estado, — ou Ministro dos Negócios Estrangeiros, John Quincy Adams, seu sucessor na presidência, um ano depois, em 4 de março de 1825.



Em 5 de abril de 1824, Rebello escrevia a Adams pedindo-lhe audiência para a entrega da carta credencial de que era portador, assinada pelo ilustre baiano Luiz José de Carvalho e Mello, depois Visconde da Cachoeira, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Começaram as entrevistas e conferências entre ambos. Com a data de 20 de abril, Rebello remetia a Adams uma Memória com este título: "Succint and true exposition of the facts that lead the Prince, now Emperor, and the Brazilian People to declare Brazil a free and independant Nation".

Em 26 de maio do mesmo ano, Rebello foi apresentado ao Presidente Monroe por Adams e ficou acreditado no carater de Encarregado de Negócios do Brasil.

No dia seguinte, o "Dally National Intelligence" de Washington, n. 3.554, noticiava assim a ocorrência:

"O Sr. José Silvestre Rebello foi apresentado ontem por Mr. Adams, Secretário de Estado (a quem havia entregado a sua Carta credencial), ao Presidente dos Estados Unidos como Encarregado de Negócios do Imperador do Brasil e recebido e reconhecido nessa qualidade pelo Presidente".

Em officio de 26 de maio, Rebello dava conta desse ato a Carvalho e Mello, terminando com estas palavras a sua comunicação:

"Foi, pois, o Império do Brasil reconhecido por este Governo dia 59.<sup>o</sup> depois que desembarquei em Baltimore. Dou a V.Ex. os parabens"...

Em outro, de 31 de maio, dizia:

"Espero que esses officios terão chegado; contudo, para aproveitar mais esta ocasião, participo a V.Ex. que este Governo reconheceu a Independência e o Império do Brasil no dia 26 deste, sendo eu apresentado ao Presidente como Encarregado de Negócios de S. M. o Imperador do Brasil, com as mesmas formalidades com que são recebidos os repre-

sentantes dos outros soberanos. Dou, pois, a V. Ex. os parabens e peço a V.Ex. que beije as mãos a S.M. o Imperador por tão feliz acontecimento”.

Mal informado andava, portanto, o ilustre autor do conhecido livro *A Ilusão Americana* quando, em 1893, escreveu estas linhas :

“Por ocasião da Independência do Brasil não recebemos prova alguma de boa vontade dos Americanos, e só depois de outros países reconhecerem a emancipação do Brasil foi que os Estados Unidos reconheceram a nossa autonomia”.

O Governo dos Estados Unidos da América foi o primeiro Governo que reconheceu a Independência e o Império do Brasil, o único que assim procedeu antes que Portugal o fizesse pelo Tratado concluído no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1824.

Pereira Pinto já havia dito (*Apontamentos para o Direito Internacional ou Coleção completa dos Tratados celebrados pelo Brasil*, tomo II, pág. 386, Rio 1865) :

“Foi a União Americana a primeira Potência que reconheceu a Independência do Brasil. Enquanto a Grã-Bretanha impelida, de um lado a favor da nossa emancipação pelas suas exigências comerciais, pelo seu sistema liberal de governo e pelas suas tenazes aspirações de abolir o tráfico de escravos, oscilava, de outro lado, nesse empenho pelas deferências que era obrigada a guardar com a sua antiga e sempre, fiel aliada, a Nação Portuguesa; enquanto a Áustria, ligada por vínculos bem estreitos ao fundador do Império, era ainda mais ligada aos compromissos da Santa Aliança que encarava com olhos vesgos a independência dos países americanos; os Estados Unidos, consequentes com a esclarecida política que haviam adotado em referência a todos os povos que, na América, separando-se das metrópoles, se tinham constituido regularmente, estende-nos mão fraternal e convida-nos a tomar assento no grande congresso das nações do globo. Consagramos, pois, neste momento. um voto de gratidão ao povo dessa, a mais poderosa nação do Novo Mundo”.

### III

Qual o Governo, neste continente, que primeiro accitou a chamada doutrina de Monroe?

Pode responder-se sem hesitação: — o Governo Imperial do Brasil.

A última Mensagem do Presidente James Monroe, como já lembramos, tem a data de 3 de dezembro de 1823. Cinquenta e nove dias depois, em 31 de janeiro de 1824, o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carvalho e Mello, assinava as Instruções do Governo Imperial para o Encarregado de Negócios do Brasil.

No § 6.º desse interessante documento lê-se o seguinte:

“Ora se os Estados Unidos da América, por motivos de particular interesse, devem reconhecer a Independência do Império do Brasil, como fica provado, muito mais se deve esperar dessa Grande Nação quando acresce que os seus mesmos interesses se acham em concordância com os próprios princípios de seu Governo e da sua política.

.....

Tais são os princípios da política desses Estados, que por si eram sobejos para apressar o nosso reconhecimento, *princípios estes que tiveram agora na Mensagem do Presidente a ambas as Câmaras em dezembro passado, uma applicação mais genérica para todos os Estados deste Continente*, visto que na mesma Mensagem claramente se anuncia a necessidade de nos ligarmos e propugnarmos pela defesa dos nossos direitos e territórios”.

E no § 15:

“Sondará a disposição desse Governo para uma liga ofensiva e defensiva com este Império, como parte do Continente Americano, contanto que semelhante liga não tenha por base concessões algumas de parte a parte, mas que deduza tão somente do princípio geral da conveniência mútua proveniente da mesma liga”.

Assim o Brasil, desde os primeiros dias da revolução que o separou da mãe pátria, pôs particular enpenho em se aproximar politicamente dos Estados Unidos da América, aderiu logo à doutrina de Monroe e procurou até concluir, sobre a base dessa doutrina, uma Aliança ofensiva e defensiva com a “Grande Nação do Norte”, como lhe chamavam já então os próceres da Independência brasileira .

Eram Ministros de Estados, em janeiro de 1824, além de Carvalho e Mello, logo depois Visconde da Cachoeira; Villela Barbosa, Marquês de Paranaguá (Marinha); Maciel da Costa, Marquês de Queluz (Império); Pereira da Fonseca, Marquês de Maricá (Fazenda); Tinoco da Silva Junior (Justiça); e Silveira Mendonça, Marquês de Sabará (Guerra).

#### IV

O Governo Imperial continuou a trabalhar pela política de aproximação e pelo estabelecimento de uma aliança entre os dois países, começando também a desejar desde 1824 e a achar conveniente e importante que eles dessem caráter mais elevado à sua mútua representação diplomática.

Em despacho de 15 de setembro de 1824, dizia Carvalho e Mello ao nosso representante em Washington:

“Certamente, as nações daquele hemisfério (as da Europa) não deixarão de prever ou recear a união e aliança que poderemos fazer com o Governo dos Estados Unidos, formando assim uma política totalmente americana, que lhes dará cuidado pelos acontecimentos que daqui podem recrescer. À vista disso Sua Majestade Imperial deseja que V. Mercê promova junto desse Governo o dar-se um caráter de Ministro Plenipotenciário, com poderes eventuais, a Mr. Condry Raguet, que já aqui se acha, ou mesmo a qualquer outra pessoa, medida esta que contribuirá a firmar o reconhecimento; encarregando, outrossim, Sua Majestade Imperial a V. Mercê proponha uma aliança relativamente a conservar, a fomentar a liberdade das Potências Americanas; mas V. Mercê ficará na inteligência de que esta sua proposta será por ora para ouvir as condições com que esses Estados

quereriam tomar parte ativa em semelhante aliança, dando logo conta, o mais breve possível e pelas vias adotadas, do que a este respeito se lhe disser. Sobre isto refiro-me às instruções que se lhe deram, tendo em lembrança a *fala, do Presidente dos Estados Unidos* ali citada (a Mensagem Monroe de 1823), na qual claramente diz o mesmo Presidente que aqueles Estados não estranhariam que, por parte das metrópoles se fizessem tentativa para recobram as suas ex-colônias; mas não permitiriam intervenções de outras Potências, princípio este que também foi admitido pelo Governo Britânico”...

Em 12 de janeiro de 1825 escrevia o mesmo ministro:

“... Recebí ordem de Sua Majestade o Imperador para que recomende a V. Mercê que haja de fazer todos os esforços para persuadir a esse Governo da necessidade de fazer quanto antes com o Governo Brasileiro um Tratado de Aliança defensiva ou ofensiva, no caso de ataque, tendo V. Mercê sempre em vista o que se lhe ordenou a este respeito, tanto nas suas instruções como principalmente no meu despacho de 15 de setembro do ano passado, cumprindo, portanto, que V. Mercê nas negociações que entabular a este respeito nada ajuste decididamente, deixando tudo *ad referendum*, de maneira que o Governo Imperial nunca fique obrigado, nem ainda por civilidade ou condescendência, mas possa deliberar com liberdade o que julgar justo”.

E acrescentava em 14 de maio do mesmo ano de 1825:

“... Recebí e levei à presença de Sua Majestade o Imperador o ofício n. 14, que V. Mercê me dirigiu em data de 26 de janeiro do presente ano e o mesmo Senhor viu quanto V. Mercê tem feito para conseguir que se nomeasse um diplomático para esta corte; e tanto pelo que V. Mercê refere como pela leitura de uma gazeta americana que aqui appareceu em data posterior ao seu ofício, se vê que fora com efeito nomeado Condé Raguet com o carater de Encarregado



de Negócios, dando-se por causa o ter V. Mercê o mesmo; não obstante o que deve V. Mercê instar com razões polidas e sólidas para que se nomeie um Ministro Plenipotenciário, não só em consideração à dignidade do Império, como a de que já aquí houve Ministros Americanos dessa ordem, não deixando V. Mercê de insinuar que a esse Governo é a quem toca tomar a prioridade dessa nova nomeação, visto ter reconhecido o Império e ser ela uma consequência de semelhante reconhecimento e por essa ocasião V. Mercê assegurará que Sua Majestade o Imperador immediatamente nomeará pessoa de igual carater.

“Quanto aos projetos de Tratado de Aliança deve prosseguir na forma das suas instruções e posteriores despachos, e cumpre-me, à vista dos passos que V. Mercê deu, dizer-lhe que não foi agradável a Sua Majestade o Imperador que V. Mercê logo propusesse a idéia de se compreenderem os outros Estados que se formaram das colônias espanholas, sobre o que nada se lhe havia determinado nas sobreditas instruções nem era conveniente envolver-nos geralmente com os mesmos Estados sem com eles termos particulares relações”

## V

Nesse mesmo dia 28 de janeiro de 1825 Rebello propunha por escrito a Adams a desejada aliança, tendo-lhe dito este no dia 22:

“O que acaba de dizer-me eu o porei na presença do Presidente, mas, para que o faça conveniente, é preciso que me mande tudo isso dito em uma nota. À vista dela, o Presidente resolverá o que o Governo tiver por conveniente”. (Ofício de 26 de janeiro de 1825, n. 14, da Legação do Brasil em Washington).

Eis agora os trechos essenciaes da nota que em 28 de janeiro de 1825 Rebello dirigiu ao Secretário de Estado Adams, nota que começa por uma referência à Mensagem Monroe, de 1823:

“O Governo do Brasil convencido de que é efetiva a declaração feita pelo Governo dos Estados Unidos na Men-

sagem de S. Ex. o Sr. Presidente na 1.<sup>a</sup> sessão do 18.º Congresso, na qual foi dito que relativamente àqueles países da América que haviam declarado a sua independência e a mantinham e cuja independência este Governo tinha reconhecido, fundado em profundas razões e princípios de justiça, este Governo não veria imparcialmente interposição alguma com o fim de oprimir ou diminuir, de qualquer modo que fosse, o destino dos mesmos por qualquer Potência europeia, senão como uma declaração de sentimentos inimigos para com os Estados Unidos: e suposto seja de esperar que as sobreditas Potências europeias, esclarecidas pelas verdadeiras idéias que todos os Governos devem ter sobre a justiça e princípios em que o Brasil firmou a sua independência, não se entremetam na questão que ele tem com Portugal, contudo, como é dos homens o errar e aqueles Governos são de homens, e, portanto, como é possível que algum dos mesmos Governos queira auxiliar o exausto Portugal para recolonizar o Brasil, pelo que tão inconsideravelmente anela e devendo em tal caso o Governo dos Estados Unidos por em prática os princípios de política anunciados na sobredita Mensagem, dando provas de generosidade e consequência que o anime o que não pode fazer, sem sacrifício de homens e capitais; e não sendo conforme à razão, justiça e direito que o Governo do Brasil receba gratuitamente tais sacrifícios, está este pronto a entrar com o Governo dos Estados Unidos em uma Convenção que tenha por objeto a conservação da independência do Brasil no suposto caso de que alguma Potência auxilie Portugal nos seus vãos e quiméricos projetos de recolonização do Brasil.

“Lamentando que estas considerações de ordem política, — as quais os Estados Unidos se sentem obrigados a respeitar, — não permitam a este Governo entrar agora na negociação dos dois pactos agora sugeridos, tenho, entretanto, grande satisfação em concordar convosco na conveniência de unirmos permanentemente as nossas duas nações pelos laços da amizade, da paz e do comércio. Com este intuito, estou autorizado para dizer-vos que os Estados Unidos estão dispostos a concluir com o Brasil um Tratado de

Paz, Amizade, Navegação e Comércio, e desejam adotar como base dos mútuos regulamentos de comércio e navegação dos dois países, princípios de equidade e perfeita reciprocidade. Se estiverdes munidos dos poderes precisos para negociar um tal tratado, terei sumo prazer em entrar convosco no exame e discussão das suas cláusulas em qualquer data que a ambos nos possa convir . . .”

O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre os dois países foi assinado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 12 de dezembro de 1828, pelos dois Plenipotenciários do Brasil, Conselheiro Marquês de Aracatí, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e Miguel de Souza Melo e Alvim, Ministro da Marinha, e pelo Plenipotenciário dos Estados Unidos, Williem Tudor.

## VI

Aos documentos transcritos acrescentaremos o seguinte trecho, bem significativo, de um despacho do Marquês de Acarati, Ministro dos Negócios Estrangeiros, dirigido em 6 de abril de 1827 ao nosso representante em Washington :

“E neste artigo, estando V. Mercê em conferência com o Ministro respectivo, se enpenhará para faze-lo crer que *Sua Majestade o Imperador do Brasil*, em sua alta política, muito bem calculada, *conhece muito bem o que é e o que vale essa Nação e quanto interessa a ambos os países que seus respectivos Governos estreitem com muita especialidade suas relações políticas e se deem mutuamente as mãos*”.

## VII

Depois de tratar do reconhecimento da nossa independência pelo Governo de Washington, diz Pereira Pinto (obra citada, pag. 390) :

“Cimentadas assim as relações de boa aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, *teem elas continuado sempre no*

*pé de perfeita cordialidade, não a alterando de forma alguma diversos ligeiros incidentes ou conflitos ocorridos em diferentes épocas...*"

Refere-se o autor aos incidentes desagradáveis levantados por três representantes diplomáticos dos Estados Unidos no Brasil: Condé Raguet, em 1827, Wise, em 1846, e Webb, depois de 1863, — assim como à ofensa feita à nossa soberania pelo Comandante Collins do cruzador *Wachussetts* com a captura do corsário *Florida* em 1864, nas águas da Baía. O Governo Americano, nos três primeiros casos, desaprovou o procedimento dos seus agentes e os substituiu por outros que, desde logo pelo seu contraste com eles, souberam fazer esquecer a incorreção e insolência dos imediatos predecessores; no caso do *Wachussetts*, deu-nos pronta e honrosa satisfação.

Citemos ainda Pereira Pinto para mostrar qual era e foi sempre entre nós o pensamento dominante no tempo do Império (obra cit., tomo II, pág. 425):

*"Fazendo um voto ardente pela consolidação da nossa aliança com os Estados Unidos, por meio de uma política sincera e esclarecida, consinta o leitor que transcrevamos nestas páginas algumas impressões que a tal respeito escrevemos no Correio Mercantil, de 7 de abril deste ano (1865):*

.....

Não se poderá sustentar qualquer conveniência que nos faça afastar dos Estados Unidos. Os nossos interesses na América são homogêneos, eles consomem em primeira escala o nosso mais importante produto, eles por consequência devem ser o nosso aliado natural e efetivamente tem procurado com afincos essas relações.

Os fatos demonstram...

.....

... Quando se falou em mediação européia para por fim à luta daquele país, diziam os seus governantes que a tradicional política de Monroe excluía aquela intervenção e se chegassem ao caso de querer a mediação, prefeririam a do Brasil.

“A mesma razão que moveu o Governo do Brasil a esperar que o Governo dos Estados Unidos proponha as condições para a Convenção acima oferecida influe, igualmente, para que ele ouça do Governo dos Estados Unidos as condições com que quer entrar em uma liga ofensiva e defensiva com o Governo do Brasil”...

A resposta a essa nota foi dada depois que James Monroe passou a presidência ao seu sucessor John Quincy Adams.

O novo Secretário de Estado, Henry Clay, em nota de 16 de abril de 1825, exprimiu-se assim:

.....

O Presidente dos Estados Unidos adere aos princípios do seu Predecessor, exatamente como estão formulados na sua Mensagem de 2 de dezembro ao Congresso Americano. Porem, no tocante à vossa primeira proposta, como se não percebe presentemente nenhuma probabilidade de que Portugal consiga obter auxílio de outras Potências para recolonizar o Brasil, parece não haver oportunidade alguma para uma Convenção fundada nessa improvável contigência. Pelo contrato, o Presidente vê, com prazer, claros indícios de uma pronta paz entre Portugal e o Brasil, sobre a base da Independência brasileira, que o Governo dos Estados Unidos foi o primeiro a reconhecer. Declinando, por isso, entrar no ajuste da proposta Convenção, tenho, entretanto, a satisfação de dizer que podeis assegurar ao vosso Governo de que a determinação do Presidente não procede de quebra alguma no interesse que os Estados Unidos constantemente mostraram pelo estabelecimento da Independência do Brasil, mas resulta somente da ausência das circunstâncias que seriam necessárias para justificar a assinatura de uma semelhante Convenção. Se, pela marcha dos acontecimentos, se puder notar que os Aliados europeus renovam demonstrações de ataque à Independência dos Estados Americanos, o Presidente dará a essa nova situação de coisas, caso ocorra, toda a consideração que a sua importância reclamaria.



“Relativamente à vossa segunda proposta, de um Tratado de Aliança ofensiva e defensiva para repelir qualquer invasão do território brasileiro por forças de Portugal, direi que também isso é desnecessário desde que há motivo para esperar uma próxima paz. Por um semelhante Tratado viria contrariar a política que os Estados Unidos, até aqui, se prescreveram. Segundo essa política os Estados Unidos se conservam neutros, extendendo a sua amizade e fazendo igual justiça a ambas as partes enquanto a guerra se limita a uma luta entre a Mãe Pátria e as suas antigas colônias. Dessa linha de proceder, este Governo se não desviou durante todo o largo período em que a Espanha combateu contra os diferentes Estados independentes que se levantaram nos antigos territórios espanhóis da América. Se uma excepção fosse agora feita pela primeira vez, os sentimentos de justiça de Vosso Soberano lhe farão facilmente admitir que os outros Governos novos poderiam ter algum motivo de queixa dos Estados Unidos.

“Todos esses procedimentos revelam da parte dos Estados Unidos o melhor e bem pronunciado desejo de formar a mais íntima aliança com o Brasil, e uma tal aliança evitaria (quem sabe?) a inqualificavel interferência da Espanha e da França nos negócios do México e do Perú e as afrontas que as nações poderosas da Europa teem infligido aos povos fracos do Novo Mundo. Porventura a nossa forma de Governo se oporá a essa intimidade? Cremos que não. As instituições do Império são também democráticas e o elemento monárquico que nelas foi encarnado dá realce e fortifica o sistema que rege o Brasil, sendo certo que, apesar dessa diferença, os preceitos liberais entre nós são mais francos e tolerantes, não temos exclusões, e todos são aptos para intervir nos negócios públicos uma vez que possuam talentos e virtudes”.

## VIII

Tavares Bastos escrevia em 30 de março de 1862 (Cartas do Solitário, Carta XXX):

“Sou um entusiasta frenético da Inglaterra, mas só compreendo bem a grandeza desse povo quando contemplo a da República que ele fundou na América do Norte. Não basta que estudemos a Inglaterra: é preciso conhecer os Estados Unidos. É deste último país justamente que nos pode vir mais experiência prática a bem da nossa agricultura, das nossas circunstâncias econômicas, que tem com as da União a mais viva semelhança.

A meu ver, o Brasil caminha para a sua regeneração moral e econômica tanto quanto mais se aproxima da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. No meu cosmopolitismo, pois, entra uma grande parte de interesse real pelo país, o verdadeiro patriotismo que eu conheço.

Queremos chegar a Europa? Aproximemo-nos dos Estados Unidos. É o caminho mais perto essa linha curva...

Eu também sou monarquista e julgo esse Governo tão necessário ao Brasil como a República é perfeitamente adequada à constituição social, às idéias e às tradições da América do Norte...”

Na sessão de 8 de julho do mesmo ano de 1862 na Câmara dos Deputados exprimia-se assim Tavares Bastos:

“O Sr. ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros disse que as relações do Brasil com os Estados Unidos continuam a ser boas, e que o Governo forcejará, quanto estiver ao seu alcance, para fazer com que elas prosperem. *Estou convencido de que, mesmo sob o ponto de vista político, as relações com os Estados Unidos da América do Norte são aquelas que mais convem ao Brasil. Devemos cultivá-las e desenvolvê-las*, sobretudo, porque depois da presente luta — luta gloriosa, porquanto é a da liberdade contra a servidão, do progresso contra a barbaria, — está reservado à grande República de Washington um papel incalculável nos destinos do mundo. Não preciso apontar as razões que prendem o comércio dos dois países, as afinidades entre os processos da sua agricultura, entre os seus meios de transporte, entre a constituição moral e material de suas populações”.

IX

Respigando nos *Anais do Parlamento Brasileiro* e em livros, folhetos e jornais publicados durante os dois reinados da época Imperial poderíamos multiplicar citações como as que acabamos de fazer, comprobativas da perfeita compreensão que, naquele tempo os estadistas, escritores e, em geral, todos os homens das classes dirigentes, no Brasil, tinham das vantagens, para nós, de uma cordial intelligência, com o Estados Unidos da América.

Os que de perto trataram com o Imperador D. Pedro II sabem que a tal respeito ele tinha os mesmos sentimentos inspirados a seu pai por José Bonifácio, Carvalho e Mello, Villela Barbosa e outros Ministros que, como mais tarde os Viscondes de Sepetiba e do Uru-guai, assentaram ou consolidaram as bases da nossa política exterior. Desses sentimentos do segundo Imperador não foram provas somenos a viagem que ele empreendeu aos Estados Unidos da América em 1876, durante a qual, ainda a bordo, deu-se ao prazer de traduzir o popular hino *Stars and Stripes*, e a pressa e satisfação com que aceitou a convocação para a 1.<sup>a</sup> Conferência Pan-Americana de 1889, em Washington.

Para, por outro lado, passar em revista as provas de amizade ao Brasil, de interesse pelo seu progresso e prestígio, e de apreço ao seu Governo pelos Estados Unidos desde 1824 até hoje, seria preciso alargar demasiado a extensão deste artigo, que é principalmente uma compilação de textos. Basta lembrar que se a ocupação militar francesa, de 1836, em Amapá, cessou no ano de 1840 para isso, concorreram as representações dos Governos dos Estados Unidos apoiando em Paris as do Brasil e Inglaterra; que se em 1895 se não efectuou uma segunda ocupação militar, planejada pelo Sr. Lebon, Ministro das Colônias, foi porque o Sr. Hanotaux, Ministro dos Negócios Estrangeiros, mais avisado do que o seu colega, compreendeu que a isso se opunham o doutrina de Monroe e o interesse da Inglaterra, que, por indicação dos Estados Unidos, o Brasil deu um juiz-árbitro, o Visconde de Itajubá, ao Tribunal de Genebra que resolveu em 1872 sobre as reclamações americanas contra a Inglaterra no caso do Alabama; que, ainda por sugestão do Governo dos Estados Unidos, um Brasileiro, o Visconde de Arinos, presidiu ao Tribunal Arbitral Franco-Americano que funcionou em Washington de 1880 a 1884; e

que à oferta de bons officios insinuada por algumas das grandes Potências européias em momento crítico da guerra civil dos Estados Unidos, o Presidente Lincoln mandou responder que, sendo essa uma questão americana, o respeito à doutrina de Monroe lhe não permitia aceitar qualquer intervenção européia, acrescentando que se — o que não era provavel — chegasse a haver necessidade de mediação de um governo amigo ou interventor ou árbitro naturalmente indicado aos dois lados combatentes seria o Governo do Brasil.

X

Não nos privaremos do prazer de dar aquí, transcrita dos jornais do tempo, a seguinte tradução dos trechos essenciaes do discurso que um Enviado e Ministro Plenipotenciário dos Estados Unidos, Richard Kidder Meade, leu, em audiência de 5 de dezembro de 1857, no Palácio de S. Cristovão, ao entregar a sua credencial ao Imperador D. Pedro II.

.....

“Acreditando um Ministro junto a este Governo, não tem o dos Estados Unidos unicamente por fim cumprir um dever de cortesia para com a maior Potência do continente sul-americano (the greatest Power of the South American Continent), mas também fazer sentir o seu sincero desejo de concorrer com o Governo Imperial do Brasil para a manutenção de uma política que una para sempre os dois países pelos laços da paz e da amizade, que dê mais força e vigor a um comércio já crescente e próspero, e que, enfim, produza o bem estar permanente, a prosperidade e o desenvolvimento do poder de duas grandes nações de cujos destinos dependem os dois grandes continentes em que respectivamente se acham.

O meu Governo está perfeitamente impressionado pelos pontos de semelhança e identidade de interesses que devem tornar indissolúveis os laços entre os dois países e dirigir de conformidade a política e as aspirações de cada um deles. Uma igual extensão do território de gigantescas dimensões, afiança às duas nações um futuro de preponderância acima

de quaisquer apreensões e dá à sua posição uma importância devida principalmente à consciência da própria força.

“A semelhança que a diversos respeito existe entre a organização constitucional de ambos é própria para engendrar simpatias políticas e sociais promotoras de muitos benefícios e futuros progressos comerciais; ao passo que uma política comum aos dois países, estavel e profundamente enraizada no seu solo (política que terá de combater muitas prevenções hostís no exterior), estabelecerá uma aliança entre ambos, e assegurará, para defesa mútua, uma unidade de ação e de sentimentos que se tornará invencível no futuro (...and will ensure, for mutual defense, a unity of action and feeling, that will prove invincible in the future...)”

Esses sentimentos, manifestados então e em muitas outras ocasiões, são os de que ainda hoje estão animados os dois Governos de Washington e do Rio de Janeiro, como o demonstram fatos recentes, que estão no domínio público e seria ocioso recordar.

Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos adversários de ocasião. Quando ali chegou, em 1824, o primeiro agente diplomático do Brasil, já encontrou uma missão sul-americana que pedia contra nós o apoio dos Estados Unidos. Em 1903 e 1904, no período agudo das nossas dissidências com a Bolívia e o Perú, lá se andou também procurando promover intervenções e fazendo oferecimentos tentadores. O ex-Presidente Capriles da Bolívia, confessou, em um folheto conhecido, o que por sua ordem foi feito nesse sentido.

Todas as manobras empreendidas contra este país em Washington, desde 1823, até hoje, encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores.

J. PENN.





A ÚLTIMA CRISE MINISTERIAL DO SEGUNDO  
REINADO



---

## A ÚLTIMA CRISE MINISTERIAL DO SEGUNDO REINADO

A substituição, no poder, dos conservadores pelos liberais, em junho de 1889, tem sido objeto de apreciações de ordem pessoal, por parte dos figurantes nesse acontecimento político. A respeito são conhecidas, por exemplo, declarações do Visconde de Ouro Preto, Presidente do Conselho que então sucedeu ao Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, do Visconde de Taunay e de Rui Barbosa, que, solicitados para ministros, não aceitaram os convites que lhes foram feitos. Sabe-se, também, que a exoneração do gabinete que fizera a Abolição foi seguida da tentativa de organização de novo ministério conservador, de que foram encarregados os senadores Manuel Francisco Correia, Visconde de Vieira da Silva e Visconde do Cruzeiro. Fracassados os esforços nesse sentido empregados pelos referidos políticos, resolveu o Imperador chamar ao poder os liberais, que sob a chefia do Visconde de Ouro Preto conseguiram formar governo, exatamente o último da monarquia.

Esclarece diversos pontos da derradeira crise ministerial do Segundo Reinado, a carta ainda inédita que adiante se transcreve, pelo Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, senador por Pernambuco, então escrita a seu filho de igual nome, estudante de Direito em Recife, então um jovem de dezoito anos de idade, mais tarde ilustre advogado, diretor da Caixa de Estabilização e da Caixa Econômica, ainda hoje digno herdeiro de distintas tradições familiares. Pelo caráter íntimo da comunicação aí contida, destituída de

quaisquer reservas, pela autoridade do signatário, que com ela visava talvez, a preparação política do destinatário, facil será concluir pela importância do curioso documento, ora divulgado por extrema gentileza do Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão.

É o seguinte o respectivo texto:

“Meu filho

Está o partido liberal no poder e temos estado num alvoroço natural e que bem podes calcular, com uma tão grande novidade política. Supús, ao princípio, que os conservadores ainda pudessem conseguir uma organização ministerial que lhes desse vida por mais alguns meses; porem frustrou-se a de que fora encarregado o Correia, única possível nas circunstâncias.

É minha opinião que o Correia negou-se a organizar porque não encontrou sincero e completo acolhimento da parte da gente do João Alfredo.

O Correia votou contra a dissolução (1) no Conselho de Estado e logo depois da sessão em que disto se tratou o Imperador convidou-o para organizar antes de ouvir J. Alfredo e quando sem indicação deste. Antes da reunião do Conselho de Estado J. Alfredo falou por mais de uma vez ao Correia para substituí-lo, organizando um novo ministério, ao que Correia sempre recusou-se. Esses antecedentes unidos à intervenção que o João Alfredo via que o Correia ia em sua organização dar ao Paulino (2), que o apoiava com dedicação, tornou a organização Correia pouco simpática ou talvez até suspeita à gente do J. Alfredo. Este, quando no poder, dizia, por ameaça ou não, que depois dele viriam os liberais.

Não tenho dúvida de que J. Alfredo antes queria os liberais do que o Paulino.

---

(1) A dissolução da Câmara dos Deputados, proposta pelo ministério João Alfredo ao Imperador, e por este submetida à apreciação do Conselho de Estado.

(2) Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, presidente do Senado, que embora acatado *leader* do Partido Conservador, havia sido incansavel adversário da Abolição, em opposição ao ministério João Alfredo.



Veiu depois do Correia o Vieira da Silva, que agradava ao lado do J. Alfredo, porque tinha votado pela dissolução e porque fora membro do ministério 10 de março (1). O Paulino e os seus declararam apoiar o Vieira da Silva, como o J. Alfredo e os seus o fizeram com o Correia, mas queriam tanto o Vieira da Silva quanto aqueles queriam o Correia; Vieira da Silva afinal recusou organizar, o que deu lugar a vir o Afonso Celso (2), que era apontado pelo partido liberal. Eu já estava certo de que o Saraiva (3) não aceitaria o encargo de organizador.

O ministério organizado pelo Afonso Celso tem levantado contra si queixas e censuras (4) e o Rui Barbosa no *Diário de Notícias* começou logo a mover-lhe cruel guerra. Dizem que a entrada do Barão de Loreto e dos dois militares para as pastas da Guerra e Marinha foi uma imposição da Coroa. Sei que o Loreto foi lembrança espontânea de Afonso Celso e quanto às pastas militares (5) o Imperador achava bom que fossem dadas a gente da classe e que ficassem fora da política partidária, para acabar com os desgostos contra o governo dos bacharéis e restabelecer-se a disciplina abalada; assim também pensavam outros e até a imprensa já tinha se manifes-

---

(1) O Visconde de Vieira da Silva, senador pelo Maranhão, havia sido ministro da Marinha do próprio gabinete João Alfredo, porem somente durante o ano de 1888.

(2) E' interessante notar a omissão da tentativa de organização confiada ao Visconde do Cruzeiro, aliás rapidamente posta de lado, visto ter esse senador julgado oportuna, no momento, a repetição da política de conciliação dos partidos monárquicos, em 1853 realizada por seu sogro, o Marquês de Paraná. (Cf. a biografia escrita por seu neto, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — "Conselheiro de Estado e Senador do Império Jerônimo José Teixeira Júnior, Visconde do Cruzeiro", conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada na respectiva *Revista*, vol. 164, 2.<sup>a</sup> de 1931, págs. 383-384).

(3) Conselheiro José Antônio Saraiva, o mais prestigioso *leader* liberal, duas vezes Presidente do Conselho, em 1880 e 1885.

(4) Convem observar que esta carta é datada do dia 11 de junho de 1889, na qual o Visconde de Ouro Preto apresentou o seu ministério à Câmara dos Deputados, em tempestuosa sessão, uma vez que ela era composta de grande maioria conservadora, que, com a próxima e inevitável dissolução, perderia o mandato.

(5) Era ministro da Guerra do gabinete Ouro Preto o marechal de campo Rufino Enéias Gustavo Galvão, Visconde de Maracajú, e ministro da Marinha o chefe de esquadra José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, ambos com grandes serviços à Pátria. Ao Barão de Loreto competia a pasta do Império.

tado. É o que acredito que houve; mas o Imperador não fez imposição e concordaria com o Afonso Celso se este se opusesse. Ao princípio Celso até já tinha combinado um paisano para a Guerra e outro para a Marinha, sendo este o Luiz Felipe (1). Com relação ao Luiz Felipe, o Celso perguntou-lhe se podia contar com ele ou comigo para entrar no gabinete. A resposta foi que não recusaria nenhum de nós os nossos serviços, mas não se fazia questão e entrando qualquer de nós ou Beltrão (2), ou deixando de entrar, apoiariamos do mesmo modo o ministério. Com estas declarações o Celso procedeu livremente. Eu supus o Luiz Felipe no ministério até poucas horas antes; mas nas organizações de gabinete muitas combinações fazem-se e desfazem-se e o Celso sempre falou ao Luiz Felipe com franqueza e amizade.

Eu, como costume nestas ocasiões de organização, afasto-me um pouco (3), mas tive de tudo conhecimento logo.

O Rui censura o Celso por não ter apresentado a Federação como programa e sendo convidado para ministro recusou. Mas se a Federação não estava no programa do partido, votado poucos dias antes, pelo Congresso Liberal, como podia o primeiro ministério liberal desprezar logo o mesmo programa?

Diz o Rui Barbosa que desde que o Imperador aceitava a Federação não havia mais motivo para não fazê-la; mas o partido sustenta suas idéias e compromissos a respeito.

O Maciel (4) ficou muito zangado, porque queria entrar para o gabinete como *leader* da Câmara; o Gaspar (5) preferiu o Diana, que ainda não tinha sido ministro (6).

---

(1) Luiz Felipe de Sousa Leão, senador por Pernambuco, grande amigo e parente do Conselheiro Soares Brandão.

(2) Pedro da Cunha Beltrão, deputado geral pela província de Pernambuco.

(3) Sustentava o Conselheiro Soares Brandão a opinião, partilhada por muitos, de que ser ministro era, então, ruinoso às finanças de qualquer político não abastado. Mesmo estes costumavam deixar o ministério queixando-se dos gastos impostos pela posição.

(4) Conselheiro Francisco Antunes Maciel, deputado e ex-ministro do Império, no gabinete presidido pelo Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, em 1883, a que também pertencera, com a pasta dos Negócios Estrangeiros, o Conselheiro Soares Brandão.

(5) Gaspar da Silveira Martins, senador e chefe incontestável da política liberal na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

(6) Deputado José Francisco Diana, ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete Ouro Preto.

Não há dúvida que há desgostos na Câmara. O ministério está forte, porque tem o apoio decidido de todos os chefes liberais.

Esta já está muito longa. O mais, você verá nos jornais. Mostra esta ao Manjuca (1) e Amintas (2). Alguma coisa poderia acrescentar, mas não posso escrever mais.

Saudades nossas. Teu pai

F.

Rio, 11 de junho de 1889".

HELIO VIANNA.

Professor catedrático de História do  
Brasil na Faculdade Nacional de  
Filosofia.

---

(1) Cel. Tomás de Carvalho Soares Brandão, irmão do Conselheiro Soares Brandão, senhor de engenho em Pernambuco.

(2) Francisco Amintas de Carvalho Moura, primo do Conselheiro Soares Brandão, autor de um "livro de bom senso, mas raramente citado" — *Ensaíos Econômicos*, de 1885. (Cf. Vicente Licínio Cardoso — *A Margem da História do Brasil*, São Paulo, 1933, pág. 144).



## BIBLIOGRAFIA





---

## CRÍTICA

PEDRO I E METTERNICH

SÉRGIO CORRÊA DA COSTA

(Ed. "A Noite" Rio, 1942).

O Sr. Sérgio Corrêa da Costa pode-se dizer que ensaia a sua pena na carreira de historiador. A idade que ele tem, não permite que dele se diga outra coisa.

Entretanto é uma figura que mal aparece, chega ao seio das grandes questões históricas e como que revela a expressão política, por elas apresentada, ou estabelece o eixo em torno do qual elas giram efetivamente. Isto faz encontrar-se no escritor que assim começa, além do gosto pelas questões históricas, o tino de pensador.

*As quatro coroas* que estiveram inculcadas como próprias para D. Pedro, foi uma novidade de que quase ninguém sabia, se todos estavam habituados a ver esse príncipe com o cetro de Imperador do Brasil e com a ambição de receber a coroa de Portugal, depois de ter sido consagrado monarca pelos brasileiros.

Mas D. Pedro esteve também indigitado para receber a coroa de Espanha; e, coisa mais extraordinária, a da Grécia.

Tanta novidade, ou antes, assuntos esquecidos e pouco ventilados por tanto tempo, ressurgem para uma conclusão importante: os príncipes têm uma projeção incrível na vida internacional. Ora se quisermos mencionar o mesmo fato com uma linguagem mais arguta: a história internacional tem projeção incalculável na vida política interna dos povos; uma de fato modifica a outra.

Quando na leitura do livro “As Quatro Coroas de D. Pedro I” se vai chegando a uma conclusão sobremaneira interessante que afluê da linguagem inteligente, habil, insinuante, com que o Sr. Sérgio Corrêa da Costa, vai deixando claro os aspectos políticos da vida de um homem que parecera (e é como todos se habituaram a vê-lo) encerrado nos horizontes da vida brasileira, as surpresas que o historiador nos conta, são muitas, principalmente quando ele deixa claro a maior das verdades: D. Pedro jamais abriu mão da coroa de Portugal. Era um príncipe zeloso da tradição.

Costumo dizer que o imperador brasileiro é o homem do *fico*, o homem a quem agradava a situação do *fico*, porque com ela rompera ele somente com o órgão revolucionário das Cortes Gerais em Lisboa, mas sem alarde conservava, sem discrepância, o apego aos seus direitos em Portugal. Direitos em que logo falou assim que se abriu a sucessão da coroa portuguesa. Direitos a que estava apegado de coração. D. Pedro era da raça dos reis; e os reis ele os via somente no quadro político europeu.

O interesse de D. Pedro guardar em segredo o direito da sua ambição de príncipe, o Sr. Sérgio Correa da Costa foi encontrá-lo nos arquivos, aos quais já está habituado: logo é um historiador.

O seu segundo livro, que comento agora, é *D. Pedro I e Metternich*. O Sr. Sérgio Correa da Costa, passa daquele para este por uma necessidade, por uma condição todo pessoal de ser uma inteligência caminhando facil por si e encontrando o sentido das coisas históricas. Já podemos dizer que estofo de historiador ele revela. Essa maneira de projetar uma obra histórica que se desdobra por uma inteligência que segue a grandes golpes de audácia, partindo de um ponto em que se firmou mas para progredir e se ampliar, conservando sempre a sua unidade está na obra de um Lúcio de Azevedo, a quem o estudo da história econômica do Pará, levou aos jesuitas, ao padre Antônio Vieira, a Pombal, e até às *Épocas de Portugal Econômico*. O Sr. Sérgio Correa da Costa anda da mesma maneira. Tem o seu *port d'atache*. Seguiu dele para viajar o mundo. Vê-lo em alto mar e ler o nome da enseada donde desgarrou, e saber de onde saiu e porque viaja. Esse *port d'atache*, por certo, é a revelação de um pensamento. É um pensamento, uma idéia, que se esclareceu e que se firmou um dia. Se o escritor tão moço seguir carreira como vai, e se do moirejar das letras históricas não o desviar o destino

brilhante que o aguarda por certo, neste caso será ele um nome, na História do Brasil, quero dizer História com a sua significação profunda de ciência reveladora dos grandes segredos políticos que governam o mundo encobertamente como a figura do Destino.

*Pedro I e Metternich*, veem então discutir o direito desse príncipe português à coroa de Portugal.

D. Pedro foi sempre um pretendente a essa coroa: *As Quatro Coroas de D. Pedro I*, já desvendam o segredo dessa pretensão.

D. Pedro tinha direito a pleitear essa coroa: *Pedro I e Metternich* vem historiar esse direito.

Mas desta vez o Sr. Sérgio Correa da Costa vem se por em confronto com toda a plêiade de brilhantes historiadores portugueses atuais, que são legitimistas, que negam a D. Pedro esse direito e que o reconhecem a D. Miguel. Enfim, os historiadores miguelistas. Do partido político de D. Miguel.

O Sr. Sérgio Correia da Costa conclue que no caso há uma luta política e não uma disputa de direitos: sim, porque nessa altura a jurisprudência tem a sua política! “O caso dinástico da sucessão de D. João VI não passou de um aspecto da luta de morte que se travava em toda a Europa entre liberais e absolutistas,” — Disse ele.

Quadro histórico amplo, cheio de retratos bem traçados, mas bem concebido; quer dizer, concebido através o grande traço do desenvolvimento que teve a vida de D. Pedro I neste mundo: eis o que nos dá o Sr. Sérgio Correa da Costa, e D. Pedro para quem ler o notável escritor, não é apenas um estouvado que governou o Brasil como seu primeiro imperador. E’ ele um destino. Destino esse que com os méritos de grande inteligência, o Sr. Sérgio Correa da Costa acaba de indicar.

Fevereiro de 1943.

FEIJÓ BITTENCOURT.





---

## NOTICIÁRIO BIBLIOGRÁFICO

JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

*Um passeio pela Cidade do Rio de Janeiro.* — Livraria Editora Zélio Valverde. Rio de Janeiro. 1942.

A reedição de obras antigas, interessantes à história do Rio de Janeiro, é iniciativa que merece bom acolhimento da parte do público leitor, muitas vezes enganado com a apresentação de tiragens não anotadas, mal traduzidas, incompletas ou mesmo deturpadas.

Não é este, porém, o caso de *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo, agora lançado em nova edição pelo livreiro-editor Zélio Valverde. Revisto e anotado por Gastão Penalva, prefaciado por Astrogildo Pereira, o volume apresenta-se com feição gráfica muito agradável, quase de luxo. Um apreciador mais exigente gostaria, entretanto, de maior número de notas, como um leitor mais tolerante permitiria até certos cortes nas monótonas digressões do autor. Também o prefácio, dedicado mais ao romancista que ao cronista, e as ilustrações, muitas vezes oriundas de gravuras e fotografias posteriores à época em que originalmente saiu o livro, mereceriam reparos do primeiro e desculpas do segundo. Como é difícil contentar a todos, preferimos ficar com os amigos do passado, que somente com prazer recebem publicações do gênero dessa.

Realmente, *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* contém crônicas sobre a velha capital do vice-reino e corte real e imperial do maior interesse, referindo-se à vida administrativa e eclesiástica e ao ensino na terra carioca, com minúcias e erudição notáveis, como so-

mente o amor e a pachorra do simpático Dr. Macedinho poderiam produzir. A história de nossas principais igrejas, de modo predominante, bem como de edifícios da importância do palácio dos vice-reis, transformado em paço do Príncipe-Regente, depois Rei D. João VI, e dos imperadores seus descendentes, e ainda do Passeio Público e de estabelecimentos como o Imperial Colégio de Pedro II — constituem capítulos que agradarão, certamente, a todos os que amam esta boa cidade de São Sebastião, muitas vezes sem conhecerem seus monumentos arquitetônicos e as páginas mais curiosas de sua agitada vida pregressa.

HELIO VIANNA.

\* \* \*

LATINO COELHO

*Elogio histórico de José Bonifácio de  
Andrada e Silva.* — Edições Livros  
de Portugal. Rio de Janeiro. 1942.

Em sua Coleção Clássicos e Contemporâneos publicou a nova editora luso-brasileira Livros de Portugal o *Elogio Histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva*, a notável peça oratória e literária de José Maria Latino Coelho. Acompanham-no, além das notas principalmente biográficas, relativas ao Patriarca da Independência, uma Carta Autobiográfica, do próprio Latino Coelho, e um prefácio, referente às duas grandes figuras do Brasil e de Portugal, firmado pelo verdadeiro campeão do melhor entendimento entre as duas pátrias que é o Sr. Afrânio Peixoto.

Obra que reúne nomes tão marcantes da vida política e intelectual dos dois países, não necessita, evidentemente, maiores louvores. Quanto a José Bonifácio, basta assinalar que sua biografia ainda está por ser escrita como merece. Sobre o estilista Latino Coelho muito já se disse em Portugal. Sua atitude, pronunciando o *Elogio Histórico de José Bonifácio* na Real Academia de Ciências de Lisboa, também já foi exaltada como convinha, por conter a compreensão da legitimidade da independência, da parte da mãe-pátria. A inclusão, no volume, de sua autobiografia, é, assim, justa homenagem, fazendo com que se torne mais conhecido, entre nós, quem em Portugal

se esforçou por tornar admirado, como devia, o grande vulto cujo nome se increve ao lado de D. Pedro I, no episódio primacial da Independência.

HELIO VIANNA.

\* \* \*

*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.*

Publicados sob a administração do Diretor Rodolfo Garcia. — Volume LXII, de 1940. — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1942.

Raras são as publicações brasileiras que mantem o prestígio dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, desde 1933 sob a direção, sábia e esclarecida, do insigne sabedor de nossa história que é o Sr. Rodolfo Garcia.

O volume LXII, relativo ao ano de 1940, constitue mais uma prova da excelência dos *Anais*. Começa pela inédita “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)”, resultado da tradução de manuscrito recentemente adquirido pela Biblioteca Nacional, de autoria do botânico Sir Charles James Fox Bunbury. Segue-se utilíssima lista de “Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra”, abrangendo o largo período que vai 1772 a 1872. Numerosas são as indicações aí contidas, referentes a vultos proeminentes do Brasil-Colônia, Reino e Império, até agora desconhecidas dos respectivos biógrafos. Encerra o volume a transcrição dos “Capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os Padres da Companhia de Jesús que residem no Brasil”, devidamente respondidos pelos mesmos, além de prefaciados pelo Padre Serafim Leite, S. I., autor da monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Como de costume, todos os trabalhos incluídos nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* estão precedidos de eruditas “Explicações” da lavra do respectivo Diretor, Dr. Rodolfo Garcia, o que por si mesmo seria suficiente para abonar-lhes o mérito e o valor das contribuições trazidas à História do Brasil.

HELIO VIANNA.

\* \* \*

PADRE LUIZ VINCENCIO MAMIANI, S. J.

*Catecismo Kiriri*. — Edição facsimilar da Biblioteca Nacional. — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1942.

Deve-se ao devotamento que pelas tradições da Biblioteca Nacional mantem o respectivo diretor, o eminente historiador Sr. Rodolfo Garcia, a reedição em magnífica apresentação facsimilar, do *Catecismo Kiriri* do padre Luiz Vincencio Mamiani, S. J., pela primeira vez impresso em Lisboa, em 1698.

Na mesma cidade, no ano seguinte, publicou esse jesuita a *Arte da Gramática da Língua Brasileira da Nação Kiriri*, reeditada no Rio de Janeiro, em 1877, pela Biblioteca Nacional, então dirigida por B. F. Ramiz Galvão. Acompanhava-a douto estudo linguístico de Batista Caetano de Almeida Nogueira. Mencionou-a Alfredo do Vale Cabral na *Bibliografia da Língua Tupi ou Guarani*, de 1880. Ao publicar a *Gramática* desejou Ramiz Galvão fazer o mesmo quanto ao *Catecismo*, o que somente agora poude realizar Rodolfo Garcia.

Não possuindo a Biblioteca Nacional nenhum exemplar do *Catecismo Kiriri*, seria preciso descobrir algum, em uma das grandes bibliotecas européias. Conseguiram-no, a instâncias do referidó diretor, em Roma, na Biblioteca Nazionale Vittorio Emmanuelle, no respectivo *Fondo Gesuitico*, os Srs. Luiz Camilo de Oliveira Neto, diretor da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, e professor Josué de Castro, da Faculdade Nacional de Filosofia.

Obtida cópia fotográfica do precioso cimélio, poude a Biblioteca Nacional cumprir o desejo de seu antigo diretor, conseguindo na Imprensa Nacional caprichoso preparo da reedição facsimilar. Precedida por erudita "Explicação" da lavra do atual diretor da nossa Casa dos Livros, a nova tiragem do *Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasília da Nação Kiriri* constitue verdadeira jóia bibliográfica, que muito contentará aos estudiosos da linguística americana.

Convem notar, ainda, que alem de seu valor intrínseco, como peça indispensavel ao conhecimento da língua do enorme grupo dos indígenas cariris, que do Paraguaçu e rio São Francisco, na Baía,

se extendiam até o Itapicurú, ou mesmo até o rio Gurupí, no Maranhão, — também tem esse *Catecismo* profundo valor histórico, por revelar, em sua introdução do autor, como na parte final, curiosos dados relativos aos processos da catequese nos sertões nordestinos empreendida pelos inacianos.

Por sua publicação, que enriquece a obra editorial da Biblioteca Nacional, devem-se alviçar a seu insigne diretor Rodolfo Garcia.

HELIO VIANNA.

\* \* \*

BRIGADEIRO FIDIÉ

*Vária Fortuna d'um Soldado Português.* — Publicação da Biblioteca, Arquivo Público e Museu Histórico do Estado do Piauí. Rio de Janeiro. 1942.

Assinalando o 120.º aniversário do início da Guerra da Independência no Piauí, que se comemorou em outubro de 1942, resolveu o governo desse Estado, por intermédio da respectiva Biblioteca, Arquivo Público e Museu Histórico e do escritor Sr. Herminio de Brito Conde, reeditar, pela primeira vez entre nós, o folheto autobiográfico intitulado *Vária Fortuna d'um Soldado Português* de autoria do Brigadeiro Fidié.

Trata-se de uma simples justificação de serviço, escrita por motivo da exoneração do valente general do cargo de diretor do Real Colégio Militar de Lisboa, em 1848. Nela, entretanto, teve oportunidade de referir-se à campanha que no Piauí e Maranhão, em 1822 e 1823, empreendeu contra os patriotas que almejavam obter a adesão dessas províncias à Independência do Brasil. Durante a luta, depois dos pronunciamentos das vilas da Parnaíba e de Oeiras, venceu-os às margens do rio Jenipapo, em Campo-Maior, rendendo-se, afinal, na vila maranhense de Caxias. Embora fiel a Portugal, a figura do então major João José da Cunha Fidié saiu engrandecida dessa pugna como reconheceu o próprio D. Pedro I, que no Rio de Janeiro o mandou pôr em liberdade, quando aqui chegou preso. No mesmo sentido, fazem-lhe justiça os historiadores do Brasil e da Guerra da



Independência no Norte, como ainda agora teve ocasião de salientar o Sr. Herminio de Brito Conde, no excelente estudo intitulado “Fidié e a Unidade do Brasil”, que precede a reedição da *Vária Fortuna d’um Soldado Portuguezs*.

Acompanhada de um retrato do Brigadeiro Fidié, de um mapa da zona de operações no Piauí e no Maranhão, e ainda de minuciosa Bibliografia, — a publicação do raríssimo folheto de 1850 constitui verdadeiro serviço à História do Brasil prestado pelo governo piauiense, que assim inteligentemente soube comemorar aquela brilhante efeméride de sua gloriosa luta pela inclusão da província no Império nascido às margens do Ipiranga.

HELIO VIANNA.

\* \* \*

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.*

Ano XXII. I e II trimestres de 1942.  
Ns. 85 e 86. Porto Alegre.

A regularidade com que publica os tomos trimestrais de sua *Revista*, bem como a excelência dos ensaios, monografias, conferências e documentários nela contidos, fazem do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul uma das mais operosas associações culturais do Brasil, como ainda agora atestam os fascículos daquela publicação, relativos ao primeiro semestre de 1942.

O n. 85, de janeiro a março, depois de merecida homenagem ao historiador Alfredo Ferreira Rodrigues e à Companhia de Jesus, por ocasião do quarto centenário de sua fundação, transcreveu um documento argentino sobre a fracassada incursão espanhola ao interior do Rio Grande, em 1773-1774, e, com introdução do padre Luiz Gonzaga Jaeger, S.J., e uma nota de Capistrano de Abreu, a “Relação da guerra e vitória dos aborígenes” sobre os bandeirantes paulistas, em Mbororé, a 6 de abril de 1641, de acordo com o original existente na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Outros trabalhos originais, como “Notas para a história das ferrovias sul-riograndenses”, do eng. Átila do Amaral, e “Contribuição aos estudos dos problemas de alimentação no Rio Grande do

Sul”, de Raul Panatiéri, — mostram o empenho da referida instituição em não deixar sem exame quaisquer aspectos da vida gaucha.

Os centenários do nascimento do Conde d’Eu e da revolução de 1842 ocupam boa parte do n. 86 da referida *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, referente ao segundo trimestre de 1942. O primeiro em discurso e cartas apresentadas pelo Sr. Armando Dias de Azevedo, o segundo numa conferência do Sr. Oтелo Rosa. “O Menino Diabo” — história de um latifúndio colonial e “A Vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo”, respectivamente, do sócio Sr. Manuel Duarte e do Sr. Pedro Castelo Sacarello, — são outros ensaios de história do Estado sulino incluídos no mesmo tomo. “Etnologia sul-riograndense”, minucioso “esboço fundamental”, pelo prof. J.A.L. Tupi Caldas, completa a parte de colaboração do fascículo de abril a junho.

Ambos os números citados, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, conteem, ainda, amplas secções de transcrição de artigos históricos aparecidos em jornais, noticiário, bibliografia e atividades da mesma entidade.

HELIO VIANNA.



## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

EM JANEIRO DE 1943

*Cemo requerer pesquisa de Jazida Mineral*, avulso 48 — ano 1942.

*Ouro no bloco do Butiá* — Rio Grande do Sul, por Emílio Alves Teixeira — 1942.

*Ouro na serra de Jacobina* — (Estado da Baía) Henrique Caper Alves de Sousa — 1942.

*Manganês na Baía*, por Henrique Caper Alves de Sousa — Imprensa Nacional — 1942.

*Higiene das Minas de Ouro* — Minas Gerais, por Carlos Martins Teixeira — 1942.

*Cromo na Baía*, por Henrique Caper Alves de Sousa — Imprensa Nacional — 1942.

*Ata final da 3.<sup>a</sup> reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores* — Imprensa Nacional — Rio — 1942.

*Filologia comparada de las Lenguas e Dialectos Arawak*, por S. Perea y Alonso — Imprensa Moderna — Montevideu — 1942.

*Getúlio Vargas — estadista, orador, homem de coração* — por Zoláquio Diniz — Editora Século XX — Rio de Janeiro — 1942.

*Educação e Cultura*, por Francisco Campos — Livraria José Olímpio — Rio — 1941.

*As Diretrizes da Nova Cultura Política do Brasil*, por Getúlio Vargas — Livraria José Olímpio Editora — Rio, 1942.

*O Estado Nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico* (3.<sup>a</sup> Edição), por Francisco Campos — Livraria José Olímpio Editora — 1941.

*Historia de los partidos Políticos en el Uruguay*, por J. E. Pivel Devoto — Tipografia Atlântica — Montevideu — 1942.

*A Cidade de Entre-Rios — (Estado do Rio) — Sua origem e sua fundação,*  
por A. de Ribeiro de Sá — Tipografia Brasil (G. H. Eshardt) —  
Minas Gerais — 1942.

PUBLICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA:

- 1 — *O Ensino, as Pesquisas e o Instituto Nacional de Óleos*, por J. Bertino de M. Carvalho — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 2 — *A Sericicultura no Ceará do ponto de vista ecológico*, por J. Nogueira de Carvalho — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 3 — *Erosão e seu combate*, por Wanderbilt D. de Barros — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 4 — *Estudo pedo-ecológico dos solos massapés* — Frederico Miranda Schmidt — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 5 — *Estatuto da Lavoura Canavieira* — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 6 — *Para ter leite não basta ter vacas* — J. N. B. Zany — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 7 — *Espécies de sardinhas que ocorrem no Litoral Brasileiro* — Helena Pais de Oliveira — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 8 — *Algumas doenças do alho*, por J. Soares Brandão Filho — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 9 — *Estudo sobre a Fusariose do Algodoeiro* — J. Joffily e F. R. Milanes — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 10 — *Instruções para a Cultura do Eucalipto*, por Luiz Simões Lopes — Imprensa Nacional — 1942.
- 11 — *Carbonizador metálico, portátil e desmontável, para a fabricação de carvão* — C. A. Barton — Imprensa Nacional — 1942.
- 12 — *O caroá em Pernambuco e sua ocorrência nos demais Estados do Nordeste* — Richomer Barroso — Imprensa Nacional — 1942.
- 13 — *A indústria extrativa do sal e sua importância na Economia do Brasil*, por Dioclécio D. Duarte — Imprensa Nacional — 1942.
- 14 — *O Norte e a indústria de óleos vegetais sob o aspecto Técnico-Econômico* — J. Bertino de M. Carvalho — Imprensa Nacional — 1942.
- 15 — *Terra Abençoada* — Aristides Avila — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 16 — *Cultura do Trigo*, por J. Cândido Ferreira — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- 17 — *Substâncias Tanantes — determinação da acidez dos líquidos crutientes*, por José Sotero Ângelo — Imprensa Nacional — 1942.



- 18 — *A Ipecacuanha — sua extração, cultura e comércio* — Pedro Paulo de Barros — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
  - 19 — *Breves instruções sobre a cultura da Bracatinga*, por Eurico Fernandes Viana — Imprensa Nacional — Rio — 1942 .
  - 20 — *Contribuição para o Glossário Português referente à Micologia e à Fitologia* — Eugênio dos Santos Rangel — Imprensa Nacional — 1942.
  - 21 — *Os postos agrícolas da Inspetoria de Secas*, por José Augusto Trindade — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
  - 22 — *A “Hipocratia Orata” — uma fruta de Guta*, por Ladário de Carvalho — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
  - 23 — *O palmito e o coco nos usos culinários no Brasil*, por Gregório Bondar — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942.
  - 24 — *Breves considerações sobre a Hervea-Cultura racional*, por L. Teixeira — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
  - 25 — *A conservação das máquinas agrícolas*, por J. Avelar Marques — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
  - 26 — *O problema da energia elétrica no Brasil*, por Antônio J. Alves de Sousa — Imprensa Nacional — 1942.
  - 27 — *Doenças e pragas do amendoim*, por José Soares Brandão Filho — Imprensa Nacional — 1942.
  - 28 — *A essência de inhanjú, novo inseticida da flora brasileira*, por A. Alves de Sousa Machado — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
  - 29 — *Doenças da mandioca no Nordeste*, por Josué A. Deslandes — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
  - 30 — *Estudo comparativo de cinco talhões de “eucalipto”*, por Guilherme de Almeida — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
  - 31 — *Cultura e melhoramento do milho* — por Leopoldo Penna Teixeira — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- Caixas Raiffeisen* — Imprensa Nacional — Rio — 1941.
- Anais do 3.º Congresso Brasileiro e Americano de Cirurgia* — imprimiu Borsoi — Rio — 1942.
- A nova ordem na Europa — Resultados e Observações* — Osvaldo Dutch — Rio — 1942.
- Tamandaré — almirante Marques Lisboa*, por Dídio Costa — Oficinas Gráficas Alba — Rio — 1942.
- Pájaro de Barro (Poemas)*, por Genoveva de Castro — Editorial Elite — Caracas — 1942.

- Congresso do Mundo Português — Memórias e comunicações* — Vols. I a XIV e XVI a XIX com duplicata do volume XIV e falta do volume XV — Oficinas Bertrand (Irmãos) Lisboa — 1940.
- Petrópolis e o seu centenário — documentos que confirmam a sua fundação*, A. de Paula Buarque — Rio de Janeiro — 1943.
- Democracia, fascismo, Guerra — habla Emb. Gonzalez Videla* — Tipografia Alba — Rio — 1942.
- La Langue Française et son destin dans le monde* — Anne Marie Bon — Atlântica Editora — Rio — 1942.
- Charles Maurras e a "Action Française"*, por Paranhos Antunes — Editora Tradição — Recife — 1942.
- O Brasil na feira mundial de Nova York de 1940* — Relatório em 2 volumes — Armando Vidal — Imprensa Nacional — Rio — 1942.
- Publicações do Arquivo Público Nacional* — Vol. VII — Tipografia do Arquivo Nacional — Rio — 1907.
- Publicações do Arquivo Público Nacional* — vol. XIV — Oficinas Gráficas do Arquivo — Rio — 1914.
- Publicações do Arquivo Público Nacional* — vol. XVI — Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional — 1916.
- Publicações do Arquivo Nacional* — vols. XIX, XXVIII, XXIX, XXXV — Oficinas Gráficas do Arquivo, anos de 1932/33/37.
- O Ensaio no Brasil em 1935 e 1936* — Imprensa Nacional — Rio — 1941/42.
- Anais do 9.º Congresso Brasileiro de Geografia* — Volume II — Oficinas Gráficas do I. B. G. E. — Rio — 1942.
- Arquivo da Prefeitura Municipal de Recife* — 2.º n.º de 1942 — Imprensa Oficial — Recife — 1942.
- História Colonial (Da sociedade de Geografia da Associação dos Arqueólogos)*, Gaspar do Couto Ribeiro Villas — Atelier Grafs. Minerva — Lisboa — 1937.
- Um infante de Portugal (Salvador Gonçalves Zarco)*, por Artur Lobo d'Avila e Saul Santos Ferreira — Tipografia Silvas, Ltd. — Lisboa — 1942.
- Aula de abertura dos cursos da Escola Politécnica da Baía* — Álvaro Pereira Rocha — Imprensa Oficial — Baía — 1942.
- Colégio São José — Ecôs* — 42.º ano letivo — Rio — 1942.
- El Polo negativo (comédia)*, por Eduardo Calcaño — Editorial Elite — Caracas — 1942.
- Discurso de Posse na presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro*, João Daudt de Oliveira — Tipografia Mauá — Rio — 1942.

*A Caixa Econômica do Rio de Janeiro — Relatório*, por Carlos Coimbra da Luz — Gráfica Olímpica — Rio — 1942.

*Três poetas* — Discurso pronunciado na Faculdade de Direito de São Paulo — por Ernesto Leme — Imp. na E. G. "Revista dos Tribunais" — São Paulo — 1941.

*Conceito Atual do Panamericanismo* — Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Ernesto Leme — Imp. na E. G. "Revista dos Tribunais" — São Paulo — 1941.

*Memoria sobre el estado de la Enseñanza primaria y normal en el Uruguay*, por Oscar Julio Maggiolo — Imprensa Nacional — Montevideu — 1942.

*Casas Operárias e os Institutos de Pensões* — Rubens Porto — Imprensa Nacional — Rio — 1938.

*Três Estudos sobre a Argentina* — Sílvio Júlio — Imp. Editora "O Norte" — Rio — 1923.

*Los senderos del desierto de Atacama*, por Isaiah Bowman — Imprenta Universitaria — Santiago, Chile — 1942.

#### EM FEVEREIRO DE 1943

*O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação* — Vols. I-II — Publ. do Inst. B. G. e Est. — Rio, 1941.

*El Líder máximo de China* — Biografía del Gal. Kai-Shek — Por Juan Lins Martin — Imp. Chinese New Service — New York, 1942.

*La primera dama de China* — Madame Chang Kai-Shek — Pelo Dr. Ti-Tsum-h — Imp. Chinese New Service — New York, 1942.

*Meio século de trabalho e devoção pelo Brasil* — José Rainho Silva Carneiro — Rio, 1941.

*Exposição Franz Post* — Ministério da Educação — Rio, 1942.

*Gonçalves Dias — Ensaio bio-bibliográfico*, por Josué Montello — Publicação da Academia Brasileira de Letras, 1942, Rio.

*Raimundo Correia — sua vida e sua obra* — Por F. M. Bueno de Siqueira — Public. da Ac. Brasileira de Letras, Rio, 1942.

*A Academia Matogrossense de Letras* — (Notícia histórica) — José de Mesquita — Tipografia Escolas Prof. Salesianas — Cuiabá — 1941.

*Visconde de Mauá — Autobiografia* — Pref. e anotações de Cláudio Ganns. Livr. Ed. Zélio Valverde, Rio, 1943.

*As Marés — observações, estudo e previsão no Brasil* — J. D. Belfort Vieira — Oficinas Gráficas da Livraria Globo — Porto Alegre, 1942.

- Goiânia* — coletânea editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística — Rio, 1942.
- Caxias* — conferência do general Valentim Benício da Silva — Tipografia Jornal do Comércio — Rodrigues Cia. — Rio, 1939.
- O Problema da Habitação na Escandinávia* — (Tradução de Paiva Abreu) — John Graham — Impr. Est. Graf. Canton Reile — Rio, 1942.
- Os melhoramentos de São Paulo* — Prestes Maia — Gráfica da Prefeitura São Paulo, 1942.
- Consolidação das Leis e Atos Oficiais de Engenheiro Arquiteto e Agrim.* — Pelo Prof. Adolfo Morales de los Rios — Imp. Borsoi, Rio, 1942.
- Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes* — 3.<sup>a</sup> convenção — São Paulo, Rio, 1942.

#### EM MARÇO DE 1943

- A Organização Municipal no Governo Getúlio Vargas* — Cândido Duarte — Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio, 1942.
- Pareceres* — Vols. I-II — Pelo ministro Bento de Faria. — Imprensa Nacional, 1933.
- La liquidación de la guerra de la Triple Alianza con el Paraguay* — Eduardo A. Fretes — Imp. Militar — Montevideo, 1941.
- Grandes soldados do Brasil* — Lima Figueiredo — 2.<sup>a</sup> edição — Imprensa Nacional, 1942.
- Para a frente, Brasil* — Mário Villas Boas — Manufatura do Instituto do Livro — Rio, 1942.
- O Rio São Francisco e a sua colonização* — Apolônio Sales — Rio, 1942.
- Academia Carioca de Letras* (publicações — relato do 2.<sup>o</sup> semestre de 1942) — Gráfica Sauer — Rio, 1943.
- Notas arqueológicas sobre o castro de Lanhoso*, por Carlos Teixeira — Imprensa Portuguesa — Porto — 1940.
- Os torques do Castro de Lanhoso (Póvoa-de-Lanhoso)* — Carlos Teixeira — Imprensa Portuguesa — Porto, 1940.
- Gravuras de Lomar (Penafiel)* — J. R. dos Santos Júnior — Imprensa Moderna Limitada — Porto — 1942.
- Contribuição portuguesa para o estudo de prehistória geral* — A. A. Mendes Corrêa — Oficinas Bertrand Irmãos — Lisboa, 1940.
- Prehistória e gente do Ribatejo*, por A. A. Mendes Corrêa — Im. Ofcs. Bertrand Irmãos — Lisboa, 1941.

- O menhir de Luzim (Penafiel)* — J. Monteiro Aguiar e J. R. Santos Júnior — Imp. Ofs. Bertrand Irmãos — Lisboa, 1940.
- A necrópole e o esqueleto de S. Paio de Antas e o problema dos vasos.* — Alfredo Ataíde e Carlos Teixeira — Imp. Ofs. Bertrand Irmãos, 1940 — Lisboa.
- Pré-história de Moçambique*, por J. R. dos Santos Júnior — Imp. Ofs. Bertrand Irmãos, Lisboa — 1940.
- Novas estações líticas em Muge* — A. A. Mendes Corrêa — Imp. Ofs. Bertrand Irmãos, Lisboa, 1940.
- Nova estação asturiense da foz do Cávado (Gandia)* — J. R. dos Santos Júnior — Imp. Ofs. Bertrand Irmãos, Lisboa, 1940.
- Museu Colonial* — J. R. dos Santos Júnior — Imp. Ofs. Bertrand Irmãos, Lisboa, 1940.
- Os estudos de Antropologia na Academia Politécnica do Porto* — A. A. Mendes Corrêa — Imp. Ofs. Bertrand Irmãos, Lisboa, 1937.
- O elemento português na demografia do Brasil* — A. A. Mendes Corrêa — Imp. Ofs. Bertrand Irmãos, Lisboa, 1940.
- La diplomacia de la Patria vieja (1811-1820)* Tomo III — Imprenta "El Siglo Ilustrado" Montevideu, 1943.
- O farmacêutico civil e sua indústria a serviço da guerra* — Carlos da Silva Araujo — Gráfica Metrópole — Rio, 1942.
- Filologia comparada de las lenguas y dialectos*, por S. Peña y Alonso — Imprensa Moderna — Montevideu, 1942.
- Chdula — o Anahuac e a diretriz da América* — D. Rosala Garzuze — Empresa Gráfica Paranaense — Curitiba — 1942.
- Páginas Bolivarianas — Homenajes ecuatorianos* — Imprenta del Ministerio Gobierno — Quito, 1942.
- Salões e Damas do Segundo Reinado* — Wanderley Pinho — Livraria Martins — Imp. E. G. "Revista dos Tribunais" — São Paulo, 1942.
- La Zoogéographie des "Lusiades"* — A. A. Mendes Corrêa — Casa Portuguesa — Lisboa, 1937.
- Relatório do Tribunal de Contas — exercício de 1941* — Imprensa Nacional — 1942.
- Caminhos da vida e da morte — poemas*, por Martins Napoleão — Impresso Coeditora Brasília (Coop.) — Rio, 1941.
- 10 *Alemães veem o Brasil — Hoje e amanhã* — Alex Celso — Imp. Coeditora Brasília (Coop.) — Rio, 1942.



*Um decênio de Generalato* — Borja de Almeida — Imp. M. F. Paranhos, edt. — Rio, 1942.

*O choque em cirurgia de guerra* — Ugo Pinheiro Guimarães — Rio, 1942.

*IV Congresso Panamericano de Corretores* — Memória tomos 1/3 — Impreso en México — México, D. F. — 1942.

*Elementos de Estadística Metodológica* — Fascículos 2 e 3 — Por José Blasco — Imprenta Univ. Nac. Litoral — República Argentina, 1939/40. (2)

*Cadernos* — Biblioteca Academia Carioca de Letras — Quintino Bocaiuva — Por Afonso Costa — Gráfica Sauer — Rio, 1943.

## REVISTAS, JORNAIS, BOLETINS E CATALOGOS

### EM JANEIRO DE 1943

*A defesa nacional* — 10 de Dezembro de 1942, n. 343 — Rio de Janeiro.

*Brazilian-American* — 2 de Janeiro de 1943 — Rio de Janeiro.

*Nossa Terra* — Revistas de Janeiro-Fevereiro — Março, Abril a Dezembro 1942.

*Liga Marítima Brasileira* — Rio — Novembro de 1942 — n. 425.

*Revista Brasileira de Estatística* — Rio — Abril-Junho de 1942.

*Revista Duperial do Brasil* — Novembro-Dezembro de 1942, n. 10.

*Revista del Banco de la República* — Julio e Septiembre de 1942 — Colômbia.

*Diário Oficial* — 10 de Novembro de 1942 — Manaus.

*Universidad Catolica Bolivariana* — Abril-Mayo-Junio-Julio de 1942, n. 25, 26.

*Ocidente* — Setembro de 1942 — Vol. XVIII, n. 53 — Lisboa.

*A Lâmpada* — n. 37 — Dezembro de 1942 — Curitiba.

*Boletin de Historia y antiguidades* — Junio-Julio de 1942 — Bogotá.

*Boletin de la Sociedad Geográfica de Lima* — Tomo 59, 1942 — Lima.

*Engenharia* — Vol. I — Janeiro de 1943, n. 5 — São Paulo.

*Brasil-Ferro-Carril* — Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1942.

*Boletin del Instituto de Investigaciones Historicas* — Buenos-Aires, Junio de 1942.

*Informaciones Argentinas* — Buenos-Aires, 15 de Novembro de 1942 — Rio.

*Boletin de la Sociedad Geografica "Sucre"* — Agosto de 1942 — Bolívia.

*Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — Novembro de 1942.

- Revista Brasileira de Geografia* — Julho-Setembro de 1942, n. 3.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — Abril-Junio de 1942 — Caracas.
- I B M — Revista* — Dezembro de 1942, n. 12 — Rio de Janeiro.
- Educacion* — n. 20, Agosto y Septiembre de 1942 — Caracas — Venezuela.
- Brazilian-American* — 16 de Janeiro de 1943 — Rio de Janeiro.
- Jornal "Diário Oficial"* — São Luiz, 16 de Novembro a 21; 23/28 e 30 de Novembro de 1942.
- Boletim Universal de Estatística* — 2.º Trimestre de 1942, n. 2, 1942 — Lourenço Marques.
- Revista Franco Brasileira* — Dezembro de 1942.
- Nação Brasileira* — Janeiro de 1943 — n. 233 — Rio.
- Boletín Bibliografico Argentino* — (1942) — Enero-Diciembre n. 11/12 — Buenos-Aires.
- Ocidente* — Agosto de 1942 — Vol. XVII — n. 52. — Lisboa.
- Revista do Instituto Histórico de Alagoas* — Vol. XXI — 1940/41 — Maceió — Alagoas.
- Mensário do "Jornal do Comércio"* — Tomo XIX — Vol. II — 1942, Agosto.
- Revista Universidad de La Plata* — Vol. II, n. 3 — Diciembre de 1942 — La Plata.
- Liga Marítima Brasileira* — Dezembro de 1942 — Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Estatística* — Julho-Setembro de 1942, n. 11 — Rio.
- Brazilian American* — 23 de Janeiro de 1943 — Rio.
- Informaciones Argentinas* — 15 Diciembre de 1942. — Buenos Aires.
- Revista das Academias de Letras* — n. 42 — Setembro-Dezembro de 1942 — Rio.
- A Defesa Nacional* — 10 de Janeiro de 1943 — n. 344 — Rio de Janeiro.
- Revista Franco-Brasileira* — n. 108 — 9.º ano — Rio de Janeiro, Janeiro 1943.
- Brasil-Ferro-Carril* — Vol. LXIV — Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1943.

#### EM FEVEREIRO DE 1943

- Revista de Imigração e Colonização* — ano III, n. 2 — Agosto de 1942 — Rio.
- Revista de Imigração e Colonização* — ano III, ns. 3 e 4 — Dezembro de 1942, Rio.

*Boletim da superintendência dos serviços do Café* — Outubro de 1942, n. 188, Rio.

*Boletín de Historia y antigüidades* — n. 334 — Vol. 29 — Agosto de 1942 — Bogotá (Colômbia).

*Revista do Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay* — Tomo XVI, año 1941-42 — Montevideu.

*Anais da Academia Brasileira de Ciências* — Rio de Janeiro, de 1942.

*Revista Brasileira de Estatística* — ano III — Abril-Julho de 1942, n. 10 — Rio.

*Revista Brasileira de Estatística* — ano III — Julho-Setembro de 1942, n. 11, Rio.

*Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — Dezembro de 1942.

*Revue Internationale* — 1<sup>er</sup> Juillet 1923 — Paris.

*Brazilian-American* — 30 de Janeiro de 1943 — Rio.

*Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões* — Vol. 17, n. IV — Dezembro de 1942.

*Ciências e letras* — ano V — 1941 — Tomo VIII e IX.

*Boletim da Represa de Águas e Esgotos* — ano 6 — Dezembro de 1942, n. 15 — Rio.

*Rodovia* — Janeiro, 1943 — n. 36, ano VI — Rio.

*Lar — Revista da Família* — n. 2 — Janeiro-Fevereiro de 1943 — São Paulo.

*Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso* — 1941 — 42, — Tomo XLV-XLVIII — Cuiabá.

*Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* — XXVII — 1942 .

*Boletim da Sup. dos Serviços do Café* — ano XVII — Novembro de 1942, n. 189 — São Paulo.

*E engenharia* — Vol. I — Fevereiro de 1943, n. 6 — São Paulo, 1943.

*Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* — n. 2 — Agosto de 1942.

*Revista de Imigração e Colonização* — ano III, n. 1 — Abril de 1942 — Rio.

*Boletim trimestral do Corpo de Oficiais da Aeronáutica* — 1941 — Rio.

*Revista Brasileira de Estatística* — Abril, Junho de 1942 — n. 10 — Rio.

*Revista Brasileira de Estatística* — Julho-Setembro de 1942 — n. 11 — Rio.

*América Indígena* — México — D. F. — Julio, 1942, n. 3.

- Boletim Indigenista* — Vol. II, n. 3 — Septiembre, 1942 — México.  
*Boletim Filatélico Bandeirante* — Vol. I — Março de 1942, n. 3 — São Paulo.  
*Brazilian-American* — Rio, 13 de Fevereiro de 1943.  
*Boletim Municipal* — ano IV, n. 12 — Vol. 5 — Setembro a Dezembro de 1942 — Porto Alegre.  
*Revista Nacional* — año V — Setiembre 1942, n. 57 — Montevidéu.  
*Dhârana* — ano XVII, ns. 113 e 114 — Rio de Janeiro.  
*Liga Marítima Brasileira* — Janeiro de 1943 — Rio.

EM MARÇO DE 1943

- A Defesa Nacional* — 10 de Fevereiro de 1943, n. 345 — Rio.  
*Ocidente* — Novembro de 1942, n. 55 — Lisboa.  
*Brazilian-American* — Buenos Aires, 287 — Rio.  
*O Teosofista* — Novembro e Dezembro de 1942.  
*Revista Nacional* — año V — Noviembre 1942, n. 59 — Montevidéu-Uruguai.  
*Boletim de Filología* — Tomo III, n. 15 — Setiembre 1940 — Montevidéu.  
*Vozes de Petrópolis* — 1943, Janeiro a Fevereiro de 1943 — Petrópolis.  
*Dos Jornais* — ano III, n. 20 — Janeiro de 1943 — Rio.  
*O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã* — 30 de Setembro de 1942.  
*A Cruzada Brasileira C. Tuberculose*, Boletim n. 1, Dezembro de 1942.  
*Revista Brasileira* — n. 109 — Fevereiro de 1943 — Rio de Janeiro.  
*Anais do Ministério da Educação e Saude* — Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho de 1942.  
*Revista Histórica* — Diciembre 1942, ns. 38 y 39 — Montevidéu, 1942.  
*Duperial (Revista) do Brasil* — Janeiro-Fevereiro de 1943, n. II.  
*I B M* — Fevereiro de 1943, n. 2 — Rio de Janeiro (Serviço Hollerith).  
*Moçambique* — Outubro de 1942, n. 31 — Lourenço Marques.  
*Anuário do Museu Imperial* — Petrópolis, 1941.  
*Asociación Cultural de Bibliotecas* — Diciembre, 1942, año I, n. 4.  
*Brazilian-American* — 13 de Março de 1943 — Rio de Janeiro.  
*Revista do Clube de Engenharia* — Vol. IX — Janeiro e Fevereiro de 1943, n. 13.  
*Bulletin of The New York Public Library* — February 1943, vol. 47, n. 2.  
*América Indígena* — Vol. 3.º — México, D. F. — Enno, 1943, n. 1.  
*Boletim do S. Federal de Águas e Esgotos* — n. 6 — Imprensa Nacional, 1943, n. 6.

- Boletim da S. dos Serviços do Café* — Dezembro de 1942, n. 190 — São Paulo.
- Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, ano II, n. 2, Rio.
- Revista do Clube Militar* — Rio — Maio, Junho de 1942, n. 65.
- Catalogue — Voyages and Navels* — Vol. 2 — Part II — London.
- Indigenista* — Vol. II, n. 4 — Diciembre 1942 — México.
- América Indígena* — Enero 1943, n. 1 — México.
- América Indígena* — Octubre 1942, n. 4 — México.
- Boletín del Archivo Nacional* — Tomo 39 — Enero-Diciembre 1940 — La Habana.
- Revista Genealógica Brasileira* — ano IV — 1.º Semestre de 1943, n. 7 — São Paulo.
- Boletín Indigenista* — Diciembre, 1942, vol. II, n. 4 — México.
- Brazilian-American* — 20 de Março de 1943 — Rio de Janeiro.
- Universidad* — n. 12 — 12 Octubre 1942 — Santa Fé — República Argentina.
- Instituto Indigenista Interamericano* — Diciembre, 1942 — México.
- Boletín Histórico del Valle* — Diciembre 1942 — Cali.
- Boletín del Centro Histórico Larense* — n. 2 — Trimestre, Abril, Mayo y Junio 1942, Venezuela.
- Nação Brasileira* — ano XXI, n. 235 — Março de 1943 — Rio.
- Boletín Bibliográfico de Antropología Americana* — Enero, Diciembre 1941 — México.
- International Conciliation* — January, 1943, n. 386 — New York.
- Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões* — Vol. 18, n. 1 — Janeiro de 1943.
- Boletim da União Pan Americana* — Fevereiro 1943 — Washington, D. C.
- Revista Brasileira de Geografia* — Outubro, Dezembro de 1942, n. 4.
- Urbanismo e Viação* — Fevereiro de 1943 — Rio.
- A Defesa Nacional* — 10 de Março de 1943, n. 346 — Rio.
- Venezuela* — Septiembre y Octubre 1942, n. 8, año 1.
- Diário Oficial* — Estado do Amazonas, 30 de Novembro de 1942.
- Boletim da União Panamericana* — Fevereiro, 1943 — Washington, D.C.
-



ÍNDICE DO VOLUME 178 DA REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, RELA-  
TIVO AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1943



---

---

## ÍNDICE

	PÁGS.
<i>Apresentação de Claudio Ganns</i> .....	III
TRABALHOS ORIGINAIS:	
<i>Em torno de R. Southey</i> (no centenário de sua morte) .....	1
I. Duas palavras de Rodolfo Garcia .....	5
II. Robert Southey — Por Joaquim de Sousa Leão Filho .....	11
III. Cartas de Robert Southey (em inglês) .....	33
IV. Tradução das cartas — Por Americo Jacobina Lacombe .....	61
V. Catálogo da livreria de Southey — No Museu Britânico ....	91
<i>Santo Antonio, padroeiro de Pernambuco</i> — Por Barboza Lima So- brinho . . . . .	155
TRANSCRIÇÕES:	
<i>O Brasil, os Estados Unidos e o Monroismo</i> — Pelo Barão do Rio Branco . . . . .	167
DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA:	
<i>A última crise ministerial do Segundo Reinado</i> — Por Helio Vianna.	189
BIBLIOGRAFIA:	
<i>Crítica</i> — Por L. Feijó Bittencourt .....	199
<i>Noticiário bibliográfico</i> — Por Helio Vianna .....	203
<i>Publicações recebidas</i> .....	211

---

**IMPrensa NACIONAL**  
**RIO DE JANEIRO — 1948**











# REVISTA

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

(TRIMESTRAL)

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

---

VOLUME 179

---

ABRIL — JUNHO

1943

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

**CLAUDIO GANNS**

Diretor da Revista



IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — 1943





# REVISTA

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

(TRIMESTRAL)

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

---

VOLUME 179

---

ABRIL — JUNHO

1943

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

**CLAUDIO GANNS**

Diretor da Revista



IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — 1943



## TRABALHOS ORIGINAIS



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

(Extraído de um livro inédito —  
*Dias que passaram....*)

Embora estáveis pela sua natureza, os serviços subordinados ao Ministério da Justiça reclamavam e ainda hoje reclamam constantes remodelações para sua maior elasticidade e eficiência.

Daí a numerosa série de regulamentos a que liguei meu nome durante o tempo em que tive a honra de dirigí-lo.

Entre êles, os referentes a obras no Território do Acre, onde foi criada uma comissão encarregada dos trabalhos de defesa militar, abertura de estradas, desobstrução de rios, construção de edifícios, estabelecimento de escolas profissionais e núcleos coloniais; Corpo de Bombeiros, que teve seu efetivo aumentado, concluído o seu aquartelamento, transformadas suas oficinas, substituídas as caixas de aviso de incêndios, melhorados o seu material e estações; Polícia Civil e tôdas as repartições a ela anexas, convenientemente aparelhadas para melhor desempenho das atribuições a seu cargo; expulsão de estrangeiros, que era medida inadiável de segurança pública; Institutos de Música e Surdos Mudos, que tiveram organização mais compatível com sua finalidade; Instituto Osvaldo Cruz, cuja autonomia tornou-o um estabelecimento modelar; casas de penhores, que passaram a oferecer maior segurança em suas transações; naturalização de estrangeiros, que obedecia a leis ainda não regulamentadas; administração e justiça do Acre, enquadradas em novos moldes; Colônia dos Dois Rios, onde foram criadas secções de trabalhadores livres; administração dos patrimônios do Ginásio, Hospício, Instituto



Benjamin Constant e Surdos Mudos, com ativo superior a dez mil contos, de que se não tinha notícia; alguns mais.

Outros serviços havia, exigindo reformas mais ou menos radicais, que não pude realizar por falta de autorizações legislativas; mas de que tratei longamente nas introduções de meus relatórios, expondo e defendendo pontos de vista pessoais: — a justiça local do Distrito Federal; a codificação das leis de processo; o regime penitenciário; a extradição de criminosos; a guarda nacional, — terceira reserva do exército —; a higiene e saúde pública, — ainda com organização provisória —; a sistematização da campanha contra a tuberculose; a construção de habitações populares; a solução do problema da assistência, em suas várias modalidades...

A todos, porém, sobrelevava a reforma do ensino público.

Disse-o em muitos documentos oficiais e especialmente em circunstanciada exposição de motivos, que, encaminhada por mensagem presidencial, foi presente ao Congresso Nacional em junho de 1907.

Nessa exposição concretizei, justificando, as bases sobre as quais, a meu ver, devia repousar a referida reforma e que eram, em resumo, as seguintes:

Quanto ao ensino primário: fundação de escolas nas colônias civis e militares e nos territórios federais; subvenção a escolas fundadas por particulares e associações; auxílios às municipalidades e governos estaduais, mediante acordos, nos termos e pela forma que indicava; ensino gratuito; programas uniformes oficialmente aprovados; compromisso por parte dos Estados de manterem as escolas subvencionadas logo que cessasse o auxílio da União e de não reduzirem, em hipótese alguma, a dotação orçamentária destinada à instrução primária na data da celebração dos acordos.

Em relação ao ensino secundário: divisão do ensino em dois ciclos, um, *fundamental*, de quatro anos, e outro, *complementar*, de três; inclusão no primeiro ciclo do estudo de português, francês, inglês, cálculo aritmético e algébrico, geometria plana, geografia geral, geografia e história do Brasil, desenho; e no segundo, dividido em duas secções, — *bacharelato em ciências ou letras* —, matemática, história geral, elementos de física, química e história natural, latim, grego, italiano ou alemão (a escolha), literatura e lógica; faculdade de matricularem-se nos institutos técnicos aos que concluíssem o primeiro ciclo de estudos e de concorrerem ao exame de admissão nos cursos

superiores aos que tivessem diploma do segundo; idade mínima de dez anos para matrícula no primeiro ano do curso fundamental; desdobramento de turmas; exames de promoção pela média das notas e das provas parciais feitas durante o ano; revisão cuidadosa dos programas, evitando-se no primeiro ciclo as sobrecargas inúteis e imprimindo-se ao ensino feição prática, com conhecimentos gerais e de aplicação imediata; admissão do concurso de títulos e estágio no magistério como condições preferenciais para a investidura no professorado: o concurso de provas, em regra uma burla, seria meio subsidiário para aferir a capacidade dos candidatos; nomeação dos professores por um certo número de anos, só lhes sendo concedida a vitaliciedade depois da recondução; disponibilidade dos professores quando completassem 25 anos de magistério ou 65 de idade; equiparação de institutos de ensino limitada aos que fôsem fundados e custeados pelos Estados e pelo Distrito Federal...

No concernente ao ensino superior, reconhecia as vantagens e os defeitos do *Código de Ensino*, lamentando que as interpretações cavilosas o houvessem tornado imprestável antes de ser integralmente cumprido e pleiteando, sem prejuízo de seus dispositivos aproveitáveis, uma melhor divisão de cursos, a docência livre, o exame vestibular, a limitação de matrículas, o alargamento da autonomia das congregações, outras medidas a consubstanciar em regulamentos ou regimentos internos.

Propunha, como fêcho da reforma, duas criações novas: a da Junta ou Conselho Superior do Ensino e a do serviço de fiscalização permanente dêste por um órgão especializado. A primeira, sob a presidência do Ministro, centralizaria o estudo de todos os assuntos referentes ao ensino, com audiência obrigatória em alguns casos e atribuições consultivas ou deliberativas em outros; a segunda viria substituir o regime de favoritismo já condenado da nomeação de fiscais junto a determinados institutos.

O de que precisávamos era de um corpo de funcionários, — inspetores, delegados e auxiliares —, independentes e idôneos, com preparo técnico comprovado perante a Junta ou Conselho e direitos e deveres expressamente definidos.

A mensagem presidencial e minha exposição de motivos foram remetidas à *Comissão de Instrução Pública* da Câmara, de que era

presidente o deputado fluminense Teixeira Brandão, também escolhido para relator do projeto resultante do seu estudo.

Esse projeto, que consagrava, sem divergências essenciais, as idéias por mim esposadas, teve marcha muito demorada e, chegando, em fins de dezembro, ao Senado, aí ficou sem andamento, em consequência dos dissídios que precederam a crise política de 1909.

Malogrou-se assim a reforma que eu planejava; mas malogrou-se sem sacrifício de muitos de seus princípios basilares, pois alguns dêles triunfaram em reformas posteriores e ainda agora, — sete lustros decorridos —, é na divisão por que me batera do curso secundário em dois ciclos, — um fundamental e outro complementar —, que se busca solução acertada para o problema do ensino do segundo grau.

Reformados ou não, todos os serviços do Ministério mereceram sempre os mais desvelados cuidados da administração.

Verificá-lo-á quem compulsar meus relatórios, abundantes de dados e informações.

Se bem que muito atribulada e interrompida em meio, a presidência Penna demarca uma fase de intenso e patriótico trabalho em prol da grandeza da nação. Comprovam-no a reorganização do exército, a lei do sorteio militar, a renovação da esquadra, o desenvolvimento da viação férrea, a construção de portos, o povoamento do solo, a incorporação dos índios à sociedade civilizada, a estabilidade do câmbio, a expansão econômica em largos surtos de atividade criadora, outras conquistas de ordem moral e material que avultam no acervo de seus serviços.

No que se fez, é, às vezes, difícil determinar até onde foi a ação do Chefe do Estado e começou a dos ministros, que êle nunca considerou meros secretários e sim operosos colaboradores.

Não os tolhia em seus movimentos e iniciativas: dentro do programa que se traçara e sem abdicar de sua autoridade, concedia-lhes a maior liberdade na gestão de suas pastas.

Dividia os despachos ministeriais, que eram coletivos e se efetuavam semanalmente, em duas partes.

Na primeira, assinava os decretos lavrados em cumprimento de decisões, proferidas anteriormente e restituía aos ministros os processos submetidos ao seu exame e resolução.

Na segunda, trocava impressões com todos êles sôbre problemas de ordem geral ou assuntos que interessavam a mais de um ministério.

Para tratar das questões pertinentes a um só, recebia isoladamente seus respectivos titulares e nesses encontros sem testemunhas costumava ser muito expansivo, indagando das necessidades dos diferentes serviços, emitindo juízo sôbre cada um, sugerindo meios de corrigir suas falhas.

Quando solicitava qualquer informação ou recomendava qualquer providência, fazia-o em termos da mais aprimorada delicadeza.

O mesmo se manifestava desejos sôbre o aproveitamento de candidatos a lugares de nomeação dos ministros.

Durante as sessões legislativas, tinha por hábito examinar atentamente os projetos apresentados ou discutidos em plenário.

E da meticulosidade com que procedia pode-se aferir pela seguinte carta: (1)

... “Ao que parece, será aprovado pela Câmara o projeto substitutivo do Senado a respeito da lei de falências.

Tratando-se de lei de grande importância cumpre velar para que seja escoimada de erros e omissões...

Mande acompanhar com cuidado a marcha do projeto por pessoa competente...”

Vigilante e solícito, era bem um legítimo representante da velha escola dos estadistas do Império, exemplares pela educação e pela consciência de sua responsabilidade, no trato dos homens e dos negócios públicos.

Infelizmente para o país, seu govêrno, de horizontes abertos em tôdas as direções, não decorreu em paz remansosa.

Teve seu ritmo perturbado pelas paixões políticas, que, afinal, deflagrariam, em transbordamentos quase revolucionários, atingindo,

---

(1) É datada de 26 de setembro de 1907. O Conselheiro Pena, como Pedro II, gostava muito de escrever aos ministros sôbre assuntos de serviço ou de interesse público.

Sobem a algumas dezenas as cartas que dêle possuo em meu arquivo.



por causas mais profundas do que geralmente se pensa, a estrutura fundamental das instituições.

Mostram-nô os fatos.

A força compressora da centralização, a irradiar-se do alto do trono até às células primárias do organismo do Estado, fôra condição existencial da monarquia.

Não o era, porém, da República, que, ao contrário, via na federação um imperativo da realidade brasileira, o único sistema capaz de harmonizar, — equilibradas, em justa medida, a soberania da nação e a autonomia dos Estados —, os fatores diversos, de natureza geográfica, econômica e social, preponderantes em nossa formação política.

O grande êrro do legislador constituinte de 1891 foi exagerar a órbita de ação dos poderes locais, dando-lhes uma amplitude ainda inadequada ao nosso nível cultural.

Aí, nos acontecimentos do tempo e na falta de flexibilidade dos estadistas os germes do mal que, na prática, havia de deformar aquele sistema.

Deodoro, um deslocado no govêrno da sociedade civil, nascera para o comando militar.

Era, sobretudo, soldado. Bravo e leal, mas arrebatado e impulsivo, não se conformava com restrições à sua autoridade, desconhecendo as acomodações da política, por vêzes a arte de transigir.

E, para fortalecer a corrente partidária dos que tinham sufragado seu nome na *Constituinte*, interveio nos Estados, invertendo as situações neles dominantes.

Os decaídos reagiram, movendo-lhe tenaz oposição.

Irritou-se e dissolveu o Congresso Federal.

Efêmera sua ditadura. Durou vinte dias.

Sucedeu-lhe Floriano, como êle glorioso soldado e avêssô a transigências.

Resultado: repetidos desentendimentos entre o govêrno central e os regionais, aquele aspirando à onipotência de outrora, êstes resistindo em defesa de suas prerrogativas constitucionais.

Prudente de Moraes, combatido pelo situacionismo de dez unidades federativas, apelou para uma lei reguladora das intervenções nos Estados.



Recusaram-na por ser arma perigosa nas mãos dos detentores do poder.

E recusaram-na com a aprovação de Campos Sales, criador da *política dos governadores*, que, certo, lhe teria trazido surpresas desagradáveis na escolha de seu sucessor, se não fôra a aliança de São Paulo, Minas e Baía oficiais, com cujo apoio pôde fazer combinações para indicar e eleger Rodrigues Alves.

Mas essa aliança, — em verdade, uma forma de *imperialismo* político que estabelecia o predomínio de uns sobre outros Estados, com sacrifício da mística da nacionalidade —, feriu fundo as susceptibilidades de muitos *leaders* consagrados da opinião.

Pinheiro Machado, a quem iria oferecer-se sua grande oportunidade, foi um deles.

Maguado pela *capitis diminutio* infligida à sua terra, — privada, ao demais, da direção de qualquer das pastas civis do ministério em três presidências paulistas sucessivas —, tornou-se o centro em torno do qual se reuniram os descontentes, escolhendo para campo de combate o Senado, onde a igualdade de representação dos Estados e o contacto imediato com os chefes estaduais pertencentes àquela alta corporação legislativa lhe facilitariam a rapidez de movimentos, chegada a ocasião favorável.

E esta chegou ao ser sugerida a candidatura de Bernardino de Campos, em 1905.

Opôs-lhe seu voto, em nome do *bloco*, coligação de forças políticas, sem caráter partidário, organizada para contestar ao Presidente em exercício o direito de interferir em sua sucessão.

Rodrigues Alves não se insurgiu contra êsse veto e, com singular desprendimento, aconselhou a retirada daquela candidatura, a das preferências de seus conterrâneos e amigos.

Foi eleito Afonso Pena, sem competidor.

Apaziguadas as discórdias? Apenas aparentemente.

Nos *dessous* dos bastidores políticos continuavam a lavrar antagonismos irreductíveis.

O terreno que se pisava era escorregadio e impróprio para as construções duradouras do espírito, do sentimento e da fé.

Ninguém sabia o dia de amanhã. Inevitável o conflito dos interesses e das ambições dos homens, que explodiria, como explodiu, ao ser processada a sucessão presidencial, quando as oposições de

vários matizes foram bater às portas dos quartéis e seus contendores desfraldaram, como flâmula de guerra, a bandeira da revisão constitucional, que Rui Barbosa sustentaria galhardamente, ao lampejo de seu gênio, na campanha do *civilismo*.

Creio firmemente que, sem os antecedentes que aponte, — e outros poderiam ser recordados —, a crise não teria tido a extensão de que se revestiu, ameaçando a estabilidade da ordem pública e arrasando pela rua da amargura o govêrno, que sofreu as mais injustas e revoltantes agressões.

Dos que o compunham fui aquele a quem tocou o maior quinhão de provações, por ser o ministro da pasta política e por não ter querido, depois da morte do Presidente Pena, filiar-se a nenhum dos dois agrupamentos partidários já empenhados em luta franca.

Ambos foram indiferentes à minha sorte, o que levou as fôlhas mais ou menos *amarelas*, a que nunca subvencionei com dinheiros do Tesouro, a não me pouparem em suas rudes e desabridas objurgatórias.

Suportei-as de ânimo forte até que, tendo tomado assento no Senado, (2) pude destruir documentadamente, ainda vivos os acusadores, os libelos contra mim articulados de boa ou de má fé.

Não me julgo infalível e, no govêrno, devo ter errado muitas vêzes; mas não por negligência ou falsa compreensão de meus deveres.

Ao exercício da função ministerial dei sempre o melhor de minha inteligência, de minhas energias, de meu esforço.

Todo meu tempo era metòdicamente distribuído.

Reservava as manhãs para o estudo de papéis. Entre meio dia e uma hora da tarde, chegava à Secretaria, onde, — lida a correspondência oficial e expedidas providências urgentes, por ventura necessárias —, atendia às pessoas que me procuravam, fôsse qual fôsse sua categoria.

Junto a mim todos tinham acesso.

Terminada essa audiência diária, que ia até às quatro ou cinco horas, despachava o chamado *expediente de tarifa*.

---

(2) Vide o capítulo sôbre meu retôrno à atividade parlamentar, no próximo livro "*Dias que passaram...*"

À noite, recebia em casa os políticos e amigos que se dignavam de visitar-me.

Ordinariamente, este programma só se alterava nos dias de reunião ministerial ou por exigências de serviço.

Raro ia a festas e solenidades em que minha presença não fôsse indispensável, em virtude do cargo que occupava e cujas exterioridades brilhantes nunca me deslumbraram.

Os domingos e feriados aproveitava-os para descansar dos fatigantes trabalhos de que vivia sobrecarregado.

Jamais deleguei atribuições que por lei me competiam.

Todos os despachos em processos que subiam ao Gabinete eram meus, exclusivamente meus, e lavrados do próprio punho.

Havia então nas Secretarias de Estado a praxe de *experimental* os ministros e um despacho não lançado por mim, se fundamentado e da matéria controvertida, poderia ser attribuído a outrem, com desprestígio de minha autoridade, de vez que ainda não dispunha de títulos que me pusessem a salvo das insinuações e perfídias dos mal-dizentes.

Recebia com frequência os diretores gerais da Secretaria e os chefes de serviços, que me prestaram precioso concurso: eram quase todos antigos servidores da nação *com o saber de experiência feito*.

E, em administração, isto é meio caminho andado. Não bastam os ensinamentos dos livros.

Outro concurso igualmente precioso com que sempre contei foi o da imprensa bem intencionada e honesta, cuja crítica construtora é elemento imprecindível do governo nos regimes livres.

Um terceiro, que não deve ser esquecido o do corpo instrutivo do Ministério, composto, — honra lhe seja —, de funcionários, em geral, dignos, competentes e zelosos.

Conhecia-os, um a um, através de suas informações e, se me procuravam, sob qualquer pretêxto, acolhia-os com benevolência, encurtando distâncias e deixando-os à vontade.

Não se constrangiam em falar-me e de uma feita ocorreu um caso que me fez rir.

Parece anedota. Era costume nas secretarias ministeriais, onde o expediente se prolongava habitualmente, sem remuneração, além das horas regulamentares, abonar duas gratificações anuais aos funcionários: uma pela semana santa e outra pelo natal. Aliás, uma

ninharia, pois essas gratificações não excediam, no máximo, ao ordenado mensal dos funcionários, fixado em padrão muito baixo.

Estávamos na segunda quinzena de dezembro e eu não autorizara a gratificação do fim do ano por ignorar a existência daquele costume.

Três funcionários, comissionados por colegas, foram ao meu Gabinete fazer-se lembrados. Um deles justificou o pedido, alegando, entre outras razões, a de ser necessário se não perder o saldo da verba por onde podia correr legalmente a despesa.

Perguntei-lhe então:

— *E o saldo fica perdido, se não for gasto?*

Incontinente, respondeu:

— *Para nós fica, Sr. Ministro.*

Achei graça e mandei preparar a fôlha das gratificações e o *aviso* solicitando seu pagamento.

Os encargos e canseiras da administração nada teriam sido para mim sem a crise política que me colheu em seus primórdios à frente do Ministério.

Significativo o que narrei sobre a reforma do ensino e ainda o seguinte fato.

Por manejos partidários, a *Comissão de Finanças* do Senado resolvera, em 1907, reduzir, se não suprimir de todo, as autorizações das caudas orçamentárias para o exercício financeiro de 1908, visando hostilizar alguns ministros.

Disfarçaria, entretanto, seus intentos, ouvindo-os previamente em sessão.

Fui o primeiro convidado a comparecer perante ela, o que fiz no dia aprazado.

Sala cheia. Expectativa geral da curiosidade.

Senhor de meus nervos e sem azedumes, dei todos os esclarecimentos que me foram pedidos sobre as cifras da fixação das despesas.

Ao ser anunciado o estudo do art. 2.º da proposição da Câmara, que versava sobre autorizações ao Poder Executivo, levantei-me e pedi licença para retirar-me, declarando que as mesmas envolviam matéria de confiança política e eu, ministro de Estado e, portanto, solidário com o Presidente da República, entendia que tôdas deviam ser concedidas.

O Senado, em sua alta sabedoria, que decidisse o caso como lhe aprouvesse.

Silêncio entre os membros da Comissão, cujo presidente, após curta demora, agradeceu meu comparecimento e suspendeu a sessão.

Os demais ministros não foram incomodados com sabatinas; mas o da Viação, — Miguel Calmon —, muito identificado com Carlos Peixoto, teve seu orçamento sensivelmente mutilado, com vibrantes protestos da Câmara, pela voz de James Darcy, que, em seguida, renunciou o mandato de deputado pelo Rio Grande do Sul, encerrando sua promissora carreira-política.

A despeito do clima adverso sob que vivi, nunca contrariei meus pendores naturais pela conciliação e pela tolerância.

Fraqueza? Talvez; mas, se tivesse de recommençar, outra não seria minha maneira de agir.

Cada época tem suas idéias e aspirações.

Eu tive as de meu tempo. E, — mirone, comparsa ou autor no drama político que se representou em minha mocidade —, servi-as sinceramente, lealmente, devotadamente, no Ministério da Justiça, como em tôdas as posições de evidência por onde passei.

E basta-me êste consôlo.

A. TAVARES DE LYRA.

---





---

## A PEQUENA IMPRENSA DA REGÊNCIA TRINA PERMANENTE (1831-1835)

Tendo começado em 1821, com os pequenos periódicos redigidos por José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairú (1), nossa imprensa política muito havia evoluído, até o fim do Primeiro Reinado.

Em 1827, escreveu Moreira de Azevedo, “chegamos a uma época de exaltação, de agitação política; os partidos lutam na imprensa, e é veemente e imprópria a linguagem de que se servem; muitos periódicos transformam-se em pasquins; não há resguardo nos termos; os nomes aparecem estendidamente; as baldas públicas e secretas, os defeitos involuntários, os do corpo e os de geração — tudo fica patente.

“Na Fala com que o Senhor D. Pedro I abriu a 1.<sup>a</sup> sessão da 2.<sup>a</sup> legislatura do Império, em 3 de maio de 1830, lêem-se estas palavras :

“Vigilante e empenhado em manter a boa ordem, é do meu mais rigoroso dever lembrar-vos a necessidade de reprimir por meios legais o abuso que continua a fazer-se da liberdade da imprensa em todo o Império. Semelhante abuso ameaça grandes males; à Assembléia cumpre evitá-los”.

“Produziram estas palavras do Imperador discussão no Senado, tomando parte nela os senadores Alves Branco, Vergueiro e outros.

“Armitage, explicando o excesso da imprensa, diz: “Os jornais ministeriais eram pelo menos tão repreensíveis como os seus antago-

---

(1) V. o trabalho do autor — “O Visconde de Cairú — jornalista e panfletário”.

nistas; costumavam advogar não só doutrinas contrárias ao sentido da Constituição, como lançar grosseiros e repetidos insultos a quase todos os membros da oposição”.

“Diversas causas explicam o descomedimento da imprensa dessa época; era o governo considerado regressista, estava sem prestígio; irritado contra os insultos da oposição, mostrava-se violento na imprensa; em vez de aplicar com sabedoria e tino a imprensa para dirigir a opinião pública e promover o adiantamento cultural do povo, servia-se dela para ferir os seus contrários e perdê-los no conceito público. Julgando comprometidos os princípios democráticos, e corrompido o governo, se exaltava a oposição, e tudo isso explica a aparição desses periódicos veementes, insultuosos, lembrando represálias, excitando o patriotismo e tratando de aumentar o ardor, a luta dos partidos, luta que mui breve devia trazer grande mudança à política do país”. (2)

“Em 1830” — resumiu Calógeras — “cinquenta e três eram os jornais publicados em todo o Império; desse número, somente onze eram partidários do governo. A orientação geral era oposicionista, indo até o limite da federação e da república”. (3)

“Miríadas de jornais produziu a exaltação política que teve o 7 de abril por paradeiro, escritos pela maior parte em estilo desabrido e empregando a sátira burlesca, e muitas vezes deshonesta. Era própria da época essa virulenta linguagem” — escreveu em 1859 o cônego J. C. Fernandes Pinheiro, na *Revista Popular*.

“A exaltação da imprensa não arrefeceu, antes aumentou em 1831” — prossegue Moreira de Azevedo. “A notícia da revolução francesa de 1830 exacerbava os ânimos, que mais exaltados se mostraram depois dos acontecimentos de 7 de abril de 1831; tornou-se o estilo da imprensa periódica insultuoso e deshonesto; a crítica ferina e sátira mordente nada respeitavam, nem o nascimento, nem a posição, nem a jerarquia, nem a modéstia, nem a virtude; o jornalismo aberrou da sua instituição, esqueceu seus deveres e transfor-

---

(2) Moreira de Azevedo — “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”, na *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo 28, do 3.º trimestre de 1865, parte II, vol. 31, págs. 194/195.

(3) João Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil*, 1930, pág. 170.

mou-se em pelourinho, onde se expunha à zombaria da multidão a reputação e a vida particulares, o que havia de mais sério e grave; a honra, o pundonor, a dignidade, o mérito, tudo foi sacrificado ao furor, ao desespero dos partidos políticos”. (4)

Ninguém mais autorizado, porém, que Evaristo da Veiga, para falar da imprensa de 1832:

“A maior parte dos jornais que possuímos (*e nesta parte também nos confessamos culpado ou arrastado pela força da torrente*) mais invectivam que argumentam; os nomes próprios e não as doutrinas enchem quase tôdas as suas páginas. Conhecemos que êsse vício é ainda mais notável nas fôlhas que pertencem à comunhão exaltada, porém não são isentos de tal censura os periódicos da moderação. A razão é clara; a polêmica enceta-se, as personalidades aparecem, o amor próprio se interessa na luta, julga-se fraqueza o deixar de reagir, e muito é se acaso a vida privada e a decência são respeitadas”. (5)

“Foi o ano de 1832 a 1833” — continua Moreira de Azevedo — “um daqueles em que a imprensa assumiu entre nós maior grau de exaltação; saíram dos prelos em 1832 — 35 periódicos, dos quais 14 sustentavam o govêrno e 21 faziam-lhe guerra aberta, sem medidas, nem tréguas; foi em 1832 que feriram, em 5 de novembro, com um tiro de pistola, a Evaristo Ferreira da Veiga, o redator da *Aurora Fluminense*”. (6)

Realmente, foi durante 1833 que os pasquins políticos apareceram em maior número na capital brasileira. Embora Moreira de Azevedo, na “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”, tenha apresentado o total de 42 periódicos para êsse ano, e 45 para o de 1831, não menos de dez omissões apuramos em sua lista, limitando-nos, porém, aos que adiante resumimos. Aliás, na mais recente relação de jornais do Rio, publicada em 1941, na *Biografia do Jornalismo Carioca*, do Sr. Gondin da Fonseca, também não isenta

---

(4) Moreira de Azevedo — *Op. cit.*, pág. 197.

(5) *Apud* Moreira de Azevedo — “Motim político de 17 de abril de 1832”, memória lida no Instituto Histórico, publicada na respectiva *Revista*, tomo 38, parte II, de 1875, vol. 51, pág. 129.

(6) Moreira de Azevedo — *Op. cit.*, pág. 129. — O atentado contra Evaristo ocorreu a 8, não a 5/XI/1832.

de omissões, — dá-se para o ano da abdicação de D. Pedro I o total de 54 periódicos, alcançando 63 o ano da destituição de José Bonifácio da tutoria do novo Imperador e de suas augustas irmãs. (7)

Sobre o valor dessa imprensa do Rio de Janeiro de 1833, convém reproduzir o testemunho do naturalista inglês Charles James Fox Bunbury, que então a conheceu :

“A liberdade da imprensa é garantida pela Constituição e, praticamente, é apenas cerceada pela *liberdade da faca*, a qual (apesar de não ser reconhecida pela Constituição), existe, assim mesmo, de maneira muito considerável. Ao tempo em que os viajantes bávaros Spix e Martius visitaram o Brasil (1817-1820), existiam apenas dois jornais em todo o Império; agora, só no Rio, são publicados doze ou quatorze. Seu número, dizem-me, varia sempre; quase tôda a semana algum novo órgão de partido, cheio de ódio, aparece, para morrer de morte natural depois de uma existência de algumas semanas ou meses. A maior parte contém mais injúrias pessoais e impropérios do que informação ou discussões instrutivas sobre princípios políticos”. (8)

Pronunciando-se sobre a imprensa da mesma época, disse Vieira Fazenda, na conferência “Aspectos do Período Regencial”, pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 6 de fevereiro de 1914 : ...“ os jornais daquele tempo foram a válvula, de onde partiram ofensas e calúnias contra os governantes. A linguagem cáustica e desabrida de alguns artigos ainda hoje provoca verdadeiras náuseas”. (9) Noutro trabalho, salientou o mesmo historiador do Rio de Janeiro “a linguagem cáustica, ferina, desabrida e imoral das fôlhas da oposição. *Nunca a imprensa entre nós desceu*

---

(7) Gondin da Fonseca — *Op. cit.*, págs. 293/296 e 297/300.

(8) Charles James Fox Bunbury — “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)”, publicada pelo Sr. Rodolfo Garcia nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LXII, de 1940, pág. 38.

(9) José Vieira Fazenda — Conferência cit., publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 77, parte I, de 1914, vol. 129, pág. 56.



*tão baixo*, não poupando a vida íntima dos moderados, governantes ou não, e até invadindo o lar da família de uns e outros". (10)

Alcançando todo o tempo da duração da *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, assim se manifestou sobre a imprensa carioca José Veríssimo, no *Livro do Centenário*, publicado pela Associação do 4.<sup>o</sup> Centenário do Descobrimento do Brasil :

"Nesse período (1827-1835), de verdadeira excitação dos sentimentos nacionais e cívicos, de despeitos do elemento português ou ainda adeso a Portugal e ao primeiro Imperador, e de receios dos elementos nativistas e nacionalistas, as discussões da imprensa eram ardentes, excessivas, descompostas.

Os próprios jornais governistas se não mostravam mais comedidos e reportados, como nota Armitage, e o mesmo Evaristo da Veiga, que único talvez entre os jornalistas da época jamais se desmandou, censurava severamente na *Aurora* o modo por que os confrades abusavam da liberdade de imprensa.

Não cessou no Rio de Janeiro o aparecimento de jornais e periódicos nesses tempos de agitação e de intensa vida política de uma nacionalidade que se constitua. A maior parte deles durava pouco, e os seus títulos denunciavam a época e seus sentimentos (neste ponto o autor cita 25 periódicos das Regências) e muitíssimos outros que apareciam sem deixarem notável sinal. Abundavam também os críticos, satíricos, galhofeiros : todos porém inspirados nas lutas políticas do momento. Os seus títulos diziam também os sentimentos de seus escritores e da época (cita mais 16) e crescido número de outros. Esta febre de jornalismo político, que todo êle o era, durou até os anos de 1840, quando, normalizada a situação do país, organizados os dois grandes partidos constitucionais, não havia lugar para a copiosa, embora efêmera manifestação de opiniões, idéias, animosidades particulares, por não haver mais quem por elas tanto se interessasse". (11)

À vista de tôdas essas referências, não será difícil concluir-se que tão impressionante unanimidade de julgamentos importa em

---

(10) José Vieira Fazenda — "Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro", na *Revista* cit., tomo 88, de 1920, vol. 142, págs. 332/333.

(11) José Veríssimo de Matos — "A Imprensa", no *Livro do Centenário* (1500-1900), vol. 1.<sup>o</sup>, págs. 39/40.

ampla condenação do jornalismo brasileiro de 1827-1835. Mas, se sob o ponto de vista moral é indubitável o baixo nível a que então desceu a imprensa carioca — modeladora da de todo o Império — sob um aspecto rigorosamente histórico não pode ser desprezada a contribuição por ela oferecida ao esclarecimento de numerosos fatos relativos à vida política do país naquele período.

Atendendo a êsse objetivo, até hoje apenas aflorado, animamos ao levantamento bibliográfico e crítico de 32 jornais da Regência Trina Permanente, pertencentes à riquíssima coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos, ilustre membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, gentilmente postos à nossa disposição. A êles adicionamos 10 outros, de não menor raridade, existentes entre os reservados da Secção de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Através do exame de seu conteúdo, adiante feito, com acréscimos e pesquisas onde estas se tornaram convenientes, poder-se-á verificar, primeiramente, como influíu a pequena imprensa nos acontecimentos políticos de sua época.

As repercussões da revolução de 7 de abril de 1831 (12) — inclusive a defesa daquilo que exatamente um século depois seria chamado “o espírito revolucionário”, aparecem em diversos deles, a começar do primeiro da coletânea — *O Minhoca — Verdadeiro Filho da Terra*.

Nele, como no que se lhe segue — *O Ferrabraz da Ilha das Co-bras* — também se refletem os motins que no Rio de Janeiro caracterizaram os primeiros anos da Regência Trina Permanente.

O aparecimento de novos agrupamentos políticos, patenteia-se desde os títulos, como *A Trombeta dos Farroupilhas*, *O Restaurador* e *O Novo Caramuru*.

A participação de militares na política surge, nítida, no violento *Martelo*, de 1832, como, no ano seguinte, em pasquins intitulados *O Torto da Artilheria*, *O Cidadão Soldado* e *O Soldado Aflito*.

Esta última designação, como as do *Hospital Fluminense*, *O Grito dos Oprimidos* e *O Brasil Aflito* — sobretudo êste jornaleco,

---

(12) Estudadas no trabalho do autor — “A Revolução de 7 de abril em quatro pasquins de 1831”, publicado na *Revista do Brasil*, do Rio de Janeiro, n. 54, de junho de 1943.

de trágico encerramento, pelo assassinato de seu redator — revelam a vigência de angustioso e generalizado estado de espírito.

Alusões pessoais, relativas a alguns dos mais notáveis vultos da agitada fase da vida nacional, igualmente forneceram títulos a periódicos aqui estudados : *O Saturnino*, *O Mestre José* — logo transformado em *O Pai José* e *O Carpinteiro José*, *O Evaristo*, *A Lima Surda*, *D. Pedro 2.º*, *O Andradista*, quiçá *O Caolho*.

A inclusão do teatro nas lutas políticas verifica-se com o curioso *Teatrinho do Senhor Severo*.

Até mesmo o aparecimento do preconceito de côr então se registou, através de pasquins como *O Homem de Côr* — mais positivamente transformado em *O Mulato* — além do *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Meia Cara*, este também lembrando a questão do tráfico de africanos.

Nem mesmo deixaram de recorrer ao aborígene, com *O Tamoio Constitucional*, *O Indígena do Brasil*, *O Tupinambá Peregrino*, *O Carijó* e *O Novo Caramuru*.

Um importante acontecimento político — a tentativa de golpe de Estado de 1832 — repercutiu no *Trinta de Julho*; *O Restaurador*, *O Eleitor*, *O Café Reformado* e *A Lusitânia Triunfante* — também encerram alusões facilmente perceptíveis.

Se na escolha feita nos abstivemos de estudar periódicos mais conhecidos, como a *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, que tantas vêzes se igualou aos citados, ou *O Sete d'Abril*, de Bernardo de Vasconcelos, tão baixo e caluniador quanto os piores conhecidos, também deixamos de lado figuras de panfletários que por sua atuação mais prolongada e mesmo fora do Rio de Janeiro, merecem ensaios especiais. Referimo-nos a Cipriano José Barata de Almeida — das várias *Sentinelas da Liberdade*, a Antônio Borges da Fonseca — o famigerado *Repúblico*, a Luiz Augusto May — das *Malaguetas*, e a Francisco das Chagas de Oliveira França — do *Tribuno do Povo*.

A família humorística dos *Simplicios*, que então iniciava longa carreira, também receberá exame à parte.

Realizando essa viagem através de 42 efêmeros pasquins da Regência Trina Permanente, acreditamos ter efetuado uma sondagem, dolorosa mas necessária, em um dos mais interessantes e menos conhecidos períodos da história brasileira.

## O MINHOCA — VERDADEIRO FILHO DA TERRA\*

Tendo aparecido no Rio, em 1831, o pasquim intitulado *O Filho da Terra*, redigido pelo exaltado major Rangel de Vasconcelos, pouco depois surgiu, para combatê-lo, *O Minhoca — Verdadeiro Filho da Terra*. Explicando-o, logo em suas primeiras linhas, não poupa feroz alusão:

“Se nos é lícito dizer, não havendo por aí alguns embargos de terceira, que *O Minhoca* é o verdadeiro *Filho da Terra* por nela se haver gerado, criado e domiciliado, que veio fazer a êste mundo de rusgas um sujeito que anda rua abaixo, rua acima, apelidado — *O Filho da Terra*, se êle nem ao menos se benze de filho bastardo?”

Apesar da amostra, não se declara exagerado o autor, nas linhas do cabeçalho em que geralmente se contém o Expediente das fôlhas do gênero :

“O Redator dêste papelucho não o exagera, porque não é homem de baldas, nem está ao fato da concordância entre o gôsto e a capacidade do bicho, para cuja medição lhe era necessário dois dedos de quimérica, o que não ostenta; tenha cada um por verdadeiro o que lhe ditar a reta razão e autoridade de gente boa. Vende-se nas lojas do costume por 40 réis durante o câmbio”.

Sua tendência revolucionária aparece, porém, na quadrinha que lhe serve de epígrafe :

Observar sempre devemos,  
Do Dia Sete d’Abril,  
União e ôlho bem vivo  
É salvação do Brasil.

Impresso na tipografia de R. Ogier, à rua da Cadeia n. 142, não parece ter *O Minhoca* passado do primeiro número, datado de 2 de novembro de 1831. Apesar de citado por Melo Moraes em 1863 (13), embora omitido por Moreira de Azevedo em 1865 (14), não

---

(13) Na “Relação dos Jornais que tem havido no Brasil desde o dia 10-IX-1808 até 20-X-1862”, incluída em sua *Corografia Histórica, Cronográfica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*, tomo I, 2.<sup>a</sup> parte.

(14) Na “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”, trabalho publicado na *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo 28, parte II, vol. 31.



# O MINHOCA

## VERDADEIRO FILHO DA TERRA.

O Redactor deste papeluzo não o exagera, porque não he homem de baldas, nem está ao facto da congruancia entre o gosto do leitor, e a capacidade do bicho, para cuja medição lhe era necessario dois dedos de chimerica, o que não ostenta; tenha cada hum por verdadeiro o que lhe diclar a recta razão, o authoridade de gente boa. Vende-se nas lojas do costume por 40 réis durante o cambio.

*Observar sempre devemos,  
Do Dia Sete d'Abril,  
União, e olho bem vivo  
He salvação do Brazil.*

(Rio de Janeiro, na Typ. de R. Ogier, rua da Cadeia n. 142.)

SE nos he licito dizer, não havendo por ali alguns embargos de 3.ª, que o Minhoca he o verdadeiro *Filho da Terra* por n'ella se haver gerado, crendo, e domiciliado, que veio fazer a este mundo de rugas hum sujeito que anda rua a baixo, rua assima appellidado — o *Filho da Terra* —, se elle nem ao menos se benze de filho Bastardo? E para maior zanguienha do Minhoca, e suspeita de todos os seus patricios amigos da boa ordem ainda de mais a mais mascarado de ridiculas invectivas, dissimulando assim a raiva, e maldade do seu orgulhoso coração: vejam vossas mercês que lembrança de vida eterna, ou que esperteza sem péz nem cabeça: surge que não ajuntas mais lenha, quem o não fez desde 7 de Abril até 14, e 15 de Julho, e se não queimou em 6 — 7 — 8 de Outubro pellado não morre mais, mas se acontecer não será porque os Minhocas se metão na entroza do Filho da Terra; porque o excesso dessa vergonha fica-lhes á rectaguarda da petulancia, isto he, são virtuosamente moderados, e os da sucia do Filho da Terra (a quem só he applicavel o epytheto) conhecidos geralmente por Jurujubas tinham de mais em outro tempo a vergonha que presentemente tem de menos, e isto não se acha no mundo da moderação.

Esta verdade, e os factos que os mesmos Califas da sucia desorganizada tem espectado dentro dos muros do Rio de Janeiro são documentos relevantissimos para d'huma vez abandonarem a porfia, em que estão, á cerca dos Fados de sua invenção, Governisticos, e Surripiisticos, não tirando d'ahi outra utilidade que hunja serie continuada de absurdos, olhando-se á natureza dessa boa ordem (maldita seja ella) que aquelles Fatalistas querem introduzir na cabeça de gente circumspecta, que aereadita constantemente na providencia de Deos; e olhando-se ao numero dos Oppositores que repugnaõ o systema Jurujubal, e o tem chegado a impugnar com estrondozos rú.

*O Minhoca* — *Verdadeiro Filho da Terra*, pasquim de 1831, que surgiu para combater *O Filho da Terra*, redigido pelo ardoroso leader dos exaltados major Rangel de Vasconcelos.

(Reprodução fotográfica da primeira página do exemplar pertencente ao Sr. Francisco Marques dos Santos, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).





constando do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, e não o possuindo a Biblioteca Nacional, também não figura em diversas listas de periódicos antigos do Rio de Janeiro, posteriores àquela primeira. Conhecemo-lo através do exemplar pertencente à coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos.

Atacando moderados e jurujubas, refere-se aos acontecimentos de 7 de abril até 14 e 15 de julho, 6, 7 e 8 de outubro de 1831. Critica o “sistema jurujubal”. Afirmar que são ricos os que compõem o “partido rusguento”. E, como sinal da efervescência dos costumes políticos, lamenta que muitos pais permitam a participação de seus filhos, ainda jovens, nas atividades partidárias da época: “... muito mais merecia certo jurujuba que se ocupava em ir esperar os estudantes à porta do Seminário de São José para lhes pregar a infernal doutrina do sistema jurujubal; e muito mais o Sr. padre Marcelino (Pinto Ribeiro Duarte), de gloriosa memória, pela boa retórica que ensinava aos estudantes, já tão adiantados no desavergonhadismo que se punham à janela com chapéu branco, fumo e fita verde”...

Uma conversa entre certo tartufo e planista-mor, com um companheiro de armas, a propósito da ausência de um deles na Fortaleza da Ilha das Cobras, no levante de outubro — termina o artigo inicial do *Minhoca*.

Segue-se a “Novelinha do burro pecador”, historieta cuja conclusão fornece pretextos para mais alguma bordoadas nos jurujubas.

Entre os “anúncios”, há o de que os jornais inimigos — *A Sentinela da Guarita*, *Jurujuba dos Farroupilhas* e *O Filho da Terra* — “precisam de uma porção de bichas boas pegadeiras”.

E mostrando a indústria política que já ia se tornando a fabricação de pasquins, participa ao “respeitável público que na Cadeia se abriu próximamente uma loja para vender periódicos, onde também se receberá algum que fazer. A carapuça é para quem servir”.

Sobre *O Filho da Terra*, que deu origem ao *Minhoca*, convém notar que embora geralmente atribuído ao major Rangel de Vasconcelos, a 14 de novembro de 1831 publicou Émile Seignot-Plancher, no *Jornal do Comércio*, uma declaração de que Júlio Cesar Muzzi

não era redator do *Pai do Filho da Terra* e que só o primeiro número desse periódico fôra impresso em sua casa (15). Seria, portanto, como o de que tratámos, mais um pasquim de publicação provocada pelo de Rangel.

## O FERRABRAZ DA ILHA DAS COBRAS

Deve ter aparecido em fins de 1831 o primeiro número do pasquim *O Ferrabraz da Ilha das Cobras*, pois o segundo, datado de 10 de janeiro do ano seguinte, começa por explicar com a doença do redator o atraso de sua saída.

Com o título incompleto — *Ferrabraz* — mencionou-o Melo Moraes, na “Relação dos Jornais que tem havido no Brasil desde 1808 até 1862”. Acompanhou-o, dando-o como de 1832, Moreira de Azevedo, na “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”. A mesma indicação se manteve na “Relação dos Jornais Brasileiros publicados de 1808 até 1889”, de Rafael Arcanjo Galvão, que se guarda inédita, na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Não tendo figurado na Exposição de História do Brasil, pela mesma Biblioteca realizada em 1881, e dele não possuindo nenhum exemplar essa instituição — graças ao existente na coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos podemos conhecer êsse interessante jornalzinho, começando por citar o seu título completo.

Quatro versos de Filinto Insulano (B.L. Viana) abrem, como epígrafe, o n. 2 do *Ferrabraz*, impresso na tipografia de R. Ogier, à rua da Cadeia n. 142:

Que errado pus nos homens a confiança  
Que tormentos me dá o meu engano !  
Foi-se com meu prazer minha esperança,  
Com minhas penas vêm o desengano !

Todo o primeiro artigo do periódico é contra o oficial a que chama o Sr. Ferrabraz, isto é, o coronel Joaquim Francisco das Chagas Catete, comandante do Corpo de Artilharia de Marinha, e

---

(15) Cf. *Jornal do Comércio*, edição comemorativa do 1.º Centenário, 1827-1927, pág. 92.

que responsabiliza pelo levante ocorrido na ilha das Cobras, em outubro de 1831. Ataca-o porque “alguns, como os Titanes de Moral Egoística, que por desgraça da nossa terra andam aos bandos publicando guerra, estupro, roubo e assassinato, disfarçados com a negra liberdade (a que chamam doce enquanto não alcançam governar) do Republicanismo Federal (16) e por isso inacreditáveis, têm o despejo, dizemos, de desculparem o Sr. Ferrabraz, em consequência de S. Ex. o Sr. ex-ministro da Marinha (refere-se a José Manuel de Almeida) não responder às participações do sobredito”.

“Finalmente” — termina — “tudo foi cegueira, tudo ignorância, tudo inocência a respeito de semelhante revolta, e até o mesmo Barata (Cipriano Barata) e planista-mor vendeu juízo aos expugnadores da ilha; houveram crimes; mas não aparecem os criminosos, de quem o castigo é Senhor; alguém pagará êsse excesso de moderação. Deus queira que nos enganemos”.

Os Guardas Nacionais, de tanta importância na sufocação das rusgas, levantes e motins do Rio de Janeiro, em dias da Regência Trina Permanente — são objeto do segundo artigo do pasquim e de uma “Carta Anônima”.

É criticada, no primeiro, a benevolência com que certo Manuel José, capitão da 6.<sup>a</sup> companhia do Batalhão da Freguesia do Sacramento, dispensava os seus cabos. Cita, a propósito, o rigor do Sr. Souto, que, quando comandante geral perguntava aos que apresentavam desculpas para evitar o serviço: Para que veio cá?

Quanto à “Carta Anônima”, datada de 28 de dezembro de 1831, dá-a como de um cirurgião e dirigida ao Sr. Morais, certamente o brigadeiro José Manuel de Morais, comandante em chefe da Guarda Nacional, escusando-se da obrigação de dar ronda, “por se achar encomodado, ser bastante oneroso êsse serviço e não haver urgente necessidade”. Contra isso protesta o zeloso jornalista, absurdamente

---

(16) Refere-se o periodista à Sociedade Federal, fundada no Rio de Janeiro a 31 de dezembro de 1831, sob a direção de Ezequiel Corrêa dos Santos, tendo por objeto derrubar a Regência e proclamar o sistema federativo ou republicano, a qual elegeu seu presidente o general Labatut. (Cf. Moreira de Azevedo — “Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado”, na *Revista Trimensal* cit., tomo 48, parte I, de 1885, vol. 71, pág. 299).

afirmando que o próprio art. 179 da Constituição, em seus §§ 1.º e 2.º, ficara revogado pela lei que criou as Guardas Nacionais.

Outra questão muito discutida então, encontrou eco em pequena nota incluída no *Ferrabraz da Ilha das Cobras*. Refere-se aos portugueses que pêla Constituição de 1824 haviam passado à categoria de “brasileiros adotivos”, e que, à vista da desconfiança de que eram objeto depois da revolução de 7 de abril, mostravam desejos de voltar à antiga nacionalidade, como fêz, por exemplo, o senador e ex-ministro Marquês de Aracatí :

“Pergunta-se ao Sr. Cônsul Português” (João Batista Moreira, comerciante, grande amigo e servidor do Duque de Bragança e da Família Imperial) “se tem alguma ingerência nos Brasileiros Adotivos para vender Cartas de Estrangeiro a alguns, que lhas têm comprado; bom era que a essas almas pequenas caísse o raio de saírem do Império pelo desfôro cometido à sociedade brasileira; e que o governo, supomos, pedisse ao Sr. Cônsul satisfação de tão impolítico procedimento, se é verídico ‘este fato’”.

## A TROMBETA DOS FARROUPILHAS

Datado de 3 de março de 1832, merece bastante atenção o n. 1, provávelmente único, do pasquim carioca *A Trombeta dos Farroupilhas*, impresso na tipografia de Thomas B. Hunt & Cia., à rua do Sabão junto ao n. 142. Não deve ser confundida com a posterior e menos efêmera *A Trombeta*, simplesmente, cuja coleção de 1832-1833, em formato maior que o usual in-4.º, possui a Biblioteca Nacional, o que não acontece àquele exemplar. *A Trombeta dos Farroupilhas*, embora citada por Melo Moraes e Moreira de Azevedo, não apareceu no *Catálogo da Exposição de História do Brasil* e em mais recentes listas de jornais antigos, inclusive a que fêz o Cons.º Rafael Arcanjo Galvão, existente na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. O exemplar aquí resumido pertence à coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos.

Começa com adequada epígrafe, fornecida por dois versos de Camões :

Os que são bons, guiando favorecem,  
Os maus em quanto podem nos empecem.



# A TROMBETA

## DOS FARROUPILHAS.

*Os que são bons, guiando favorecem,  
Os mãos em quanto pôdem nos empõem,  
CAMOENS.*

RIO DE JANEIRO—NA TYPOGRAPHIA DE THOMAS B. HUNT & CA.

Este amor da Patria, Fluminenses, é o desejo de uma Liberdade legal, e verdadeira quem me constitue hoje no difficil encargo de vos deregir a palavra em tempos tão calamitozos. Conheço sobjamente a nullidade da minha penna, e sei que parecerá loucura lançar-me em a arena Politica, no momento em que abalizados Patriotas tem tomado a peito a sustentação dos Direitos da Patria; e da cauza da Liberdade. Porem eu como disforço contra os inimigos della, me arrostro a este novo mister tão superior ás forças que em mim exigem: mas ao grito da Patria atrahido quem pode reter no peito a indignação de Patriotismo bem pronunciado? Quem pode a sangue frio ver as ciladas que a peito descoberto se nos preparão? Não eu, que de Patriota Brasileiro tenho já sido victima da mais injusta perseguição; trata-se de reprimir a Liberdade da Imprensa; homens que tem nos labios o Nome da Patria e a traição nos peitos, forcejão hoje por supplanter entre nós o brado da Razão; é destruindo o mais bello Direito do Cidadão que elles pretendem erguer sobre as ruinas do Brasil o grande edificio dos seus entereesses privados, unicos que os derigem em todos os actos de sua vida Publica! Fomenta-se a intriga, lança-se o odio sobre Cidadãos respeitaveis, ameaça-se a Liberdade e protege-se o inimigo, e é no meio de tantas trahições que se deve conservar o silencio? Mal haja quem com criminoza indifferença olha os negocios da Patria, e preza mais a vida do que a Liberdade della!

Eu como sou Farroupilha vou sair a Campo com a minha Trombeta em defesa da Liberdade: concorrerei para a sustentação della

*A Trombeta dos Farroupilhas*, periódico de 1832, em que claramente se fazia propaganda do regime republicano.

(Primeira página do único exemplar conhecido, pertencente à coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos).



“É o amor da Pátria, Fluminenses, é o desejo de uma Liberdade legal e verdadeira quem me constitue hoje no difícil encargo de vos dirigir a palavra em tempos tão calamitosos” — são as primeiras afirmações do artigo de apresentação. Declara-se farroupilha, isto é, exaltada, contra os moderados no poder. “Ódio ao vício, louvores à virtude, tais são os princípios em que me fundo para bem exercer”.

“O que é Liberdade” — é o título do artigo doutrinário que se segue, no qual há explicações dêste porte :

“A Liberdade, na sua essência, é uma emanção divina, o primeiro presente que Deus fez ao homem, a qual lhe outorgou sem restrição alguma, e tanto assim que quando viu que não convinha ao homem que elle comesse o fruto que lhe pôderia causar prejuízo, não lhe proibiu ou ordenou que não comesse, porém, sim o aconselhou a que tal não fizesse, pelo mal que disso lhe procederia, deixando-lhe contudo livre a vontade e tôda a Liberdade de obrar como quisesse”.

Termina, depois de expor à sua moda o que seja liberdade filosófica e liberdade política, apresentando a sua fórmula de liberdade : “A Nação verdadeiramente livre é aquela onde as Leis são doces e enérgicas, protegem ou castigam a todos com igualdade. — Eis, Leitores, a verdadeira liberdade e não a que muitos intolerantes proclamam, servindo-lhes de tese o livrinho do Sr. Girão”.

“Da República” — é o terceiro artigo da *Trombeta dos Farroupilhas*, suficiente, por si mesmo, para lhe attribuir relativa importância. Será, provavelmente, um de nossos primeiros escritos jornalísticos visando esclarecer o público brasileiro sobre as vantagens dêsse regime político, motivo pelo qual, apesar de seu tom ingênuo, de simples divulgação, aqui o transcrevemos na íntegra :

“De três classes de República temos notícia.

A República Aristocrática é aquela onde os Nobres e Fidalgos têm as rédeas do govêrno e o povo vive escravizado. Esta sorte de govêrno é pior que a mais bárbara tirania.

A República Oligárquica é onde os Nobres e Fidalgos governam juntamente com alguns Representantes do povo, porém, onde os primeiros conservam tôda a influência por ser número maior. Esta sorte de govêrno não é tão perversa como a primeira, princi-

palmente quando há algum Representante que com energia defenda os direitos do povo, porém contudo faz-se a votação, êle raramente fica vencedor, porque o número dos defensores dos Direitos do povo é menor aos do partido despótico.

Na República democrática os Representantes são escolhidos pelo povo e êste exerce todo o poder e o deposita nas mãos de seus Representantes; aí as Leis protegem igualmente a todos, não há Fidalguia nem Nobreza, porém, sim, homens que só desejam o bem de sua Pátria, que a amam e que perderiam antes mil vidas do que deixar violar as Leis, porque numa República Democrática o amor da República é o amor da Democracia e o da igualdade.

O Governo Republicano é o melhor, é o que por sua essência mais convém a uma Nação Livre, principalmente existente no solo AMERICANO. Neste governo todos os Cidadãos são iguais (perante as Leis) e não se olha para seus nascimentos ou empregos; o homem virtuoso, sábio, literato, seja qual fôr sua classe, é hábil para qualquer emprego, até para ser o Presidente da República.

Feliz o Estado que pode gozar semelhante governo !"

(Nota — Para melhor compreensão fizemos algumas alterações de pontuação e distribuição dos períodos nesse artigo, necessidade sempre presente na transcrição de trabalhos jornalísticos da época).

Encerra *A Trombeta dos Farroupilhas* uma "Anedota" sobre cardinal e duque francês que, colocado à frente de um exército, tornou-se, por isto, objeto das zombarias de sensato aldeão. Fácil será ver, aí, uma alusão ao padre Feijó, ministro da Justiça e organizador da então ativa e militante Guarda Nacional.

## O MARTELO

Para o período de 1 de setembro a 30 de novembro de 1832, será bastante expressivo o exame do conteúdo dos quinze números do pequeno jornal caramurú *O Martelo*, n. 4.275 do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, cujas coleções possuem a Biblioteca Nacional e o Sr. Francisco Marques dos Santos. Foi citado por

Melo Moraes, mas não por Moreira de Azevedo, motivo pelo qual também o omitem os que simplesmente copiaram êsse divulgador.

Protesto martelar sem piedade  
A quantos contra a Pátria aparecerem

— é a epigrafe do pasquim, impresso na tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*, a preferida dos periodistas restauradores.

Promete *O Martelo* cumprir aquele programa à risca, no “Prospecto” incluído no número inicial, aberto com as terríficas palavras, equivalentes ao clássico abismo :

“O Gênio do mal parece ter feito o seu domicílio no Brasil”.

Redigido *O Martelo* por um militar, como confessa no n. 10, de 20 de outubro, preocupa-o a sorte de seus companheiros de armas, depois da revolução de 7 de abril. Queixa-se da substituição do ministério então repostos, defendendo os soldados que foram ao Campo da Honra (o novo nome do Campo da Aclamação) e que então estavam sendo presos em navios de guerra ou desterrados para ilhas deshabitadas, tendo “aniquiladas” suas carreiras. Lamenta que oficiais tenham passado a dar guarda nos depósitos e aos galés ocupados nos mais abjetos serviços públicos. Membros dos corpos de 2.<sup>a</sup> linha estavam sendo alistados na Guarda Nacional, “com um serviço incomparavelmente mais assíduo e pesado do que tinham”.

Descobrimos as baterias de seu saudosismo, assegura o redator do *Martelo* que a liberdade da imprensa só não encontra limites quando serve de veículo a insultos e mentirosas diatribes contra o Imperador e seu Augusto Pai, sendo perseguida quando critica a administração.

Elogia o Senado, que diz composto na maior parte de homens probos, que, com o auxílio da minoria da Câmara, tem impedido abusos do poder. Este, mostra-se desejoso de agravar as penas que marca o Código Criminal; quer abolir o Conselho de Estado “que ainda lhe faz alguma barreira”; deseja implantar o ostracismo político no Brasil; quer aniquilar o Poder Moderador e o direito de veto, além de tornar temporário o Senado. Neste, os agentes do governo não temem ameaçar o país de secessão, caso não passem aquelas reformas. Aludindo ao fracasso da tentativa de golpe de



Estado de 30 de julho de 1832, diz ter sido êste um dia “verdadeiramente nacional, porque livrou o Brasil do abismo a que a façção liberticida ia precipitar a nação”.

No segundo número, de 10 de setembro, aos jurisconsultos recomenda *O Martelo* que leiam a *Aurora Fluminense* de 27 do mês anterior, onde o seu redator pede “morte natural para sempre” aos caramurús. Comentando-o, opina que tão culpados são os que desejaram a volta do ex-Imperador nos levantes de abril de 1832, como os que então quiseram implantar a República ou a Federação.

Ainda a tentativa do golpe de Estado, com a adoção da chamada Constituição de Pouso Alegre, é aí lembrada. A propósito de uma carta da Sociedade Federal, assinada por Ezequiel (Corrêa dos Santos), Juvêncio (Pereira) e Antônio José Pinto — recorda a intenção de Feijó, ministro da Justiça, visando destituir José Bonifácio — “o fundador da nossa Independência” — do cargo de tutor de D. Pedro II e de suas augustas irmãs. Vencido no Senado o padre de Itú, era “necessário realizar as ameaças e pôr as rusgas em movimento”. (Assim se denominavam então as arruaças promovidas por desordeiros a sôlido dos partidos). Faz, a respeito, interessantes revelações: Postilhões foram mandados às províncias, dizendo que o ministério se demitia e que as Câmaras Municipais pedissem a sua conservação e a abolição do Senado. Mandaram-se os Permanentes e os Guardas Nacionais para o Campo da Honra, na esperança de que se lhes reunisse o povo e se fizesse uma representação enérgica. Mas gorou o plano oficialmente delineado. “Chegou a sair à rua o chapéu de palha do Sr. Evaristo!”

Sempre às turras com a *Aurora*, estranha *O Martelo* que ela se ofenda com os ataques do *Carijó* e do *Diário do Rio de Janeiro*. Êstes apenas seguem o seu exemplo... Também *A Verdade*, outro jornal governista, dirigido pelo futuro Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, e pelo futuro Inspetor da Alfândega, Saturnino de Sousa e Oliveira — recebe os insultos do pasquim, que o chama *A Mentira*...

Já no terceiro número, de 14 de setembro, concorda com *A Trombeta*, atacada pela mesma *Aurora*, por ter criticado a idéia revolucionária de se transformar a Câmara em Convenção Nacional. Não coube aos caramurús a queda do anterior ministério, como insinuavam os boatos, assegura. O jornal de Evaristo e sua façção,

isto é, os moderados, é que promoveram a crise existente, com a tentativa oficial de demissão do tutor. A propósito, alude ao cônego Januário da Cunha Barbosa, “homem de um talento extraordinário, até (segundo dizem) para virar casacas, e prontíssimo para qualquer empreza de rabiscar papel”.

Verdadeiras intrigas de pasquim aparecem nas secções de “Notícias Interessantes” e “Foguetinhos da China”, dêsse exemplar do *Martelo*. Atingem a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, os frequentadores da célebre Chácara da Floresta, residência do deputado mineiro padre José Custódio Dias, Paulo Barbosa, o padre José Martiniano de Alencar, Bernardo de Vasconcelos e outros. Basta um exemplo dos “Foguetinhos”, para que se tenha a medida de suas acusações:

“Um sujeito, querendo campar de discreto e versado na História, disse num círculo em que se achava: — A revolução do Brasil tem produzido homens raros em maior número que a do Norte América. Possuímos um Franklin, a quem só falta o título de Doctor” (Evaristo); “um Washington, que no curso de sua longa e brilhante carreira militar só perdeu a batalha do Passo do Rosário” (Barbacena); “e quem tem os americanos que possam comparar ao Sr. Padre Feijó? — Decerto ninguém (respondeu outro); porque a sua missa é mui diferente da nossa”.

Agora uma anedota típica, relativa a Evaristo da Veiga:

“Certo Aurorista, vendo um rústico desconfiar dos talentos e erudição do redator daquele periódico, perguntou-lhe com desembaraço: — Que! Pois V. Mercê pode duvidar da sabedoria de um homem no meio de tantos livros? — Duvido, duvido, replicou o rústico; se êle os trouxesse na cabeça, escusava ocupar estantes”.

Mais interessante, sem dúvida, porque demonstra a vigência de preconceitos de côr, é a “correspondência”, gênero então muito em moda, assinada por “um mulatinho muito amigo da Constituição que o põe ao nível do Sr. Alencar sem nenhuma outra diferença mais que talentos e virtudes”. Nela é criticado o referido senador por ter “na discussão da Lei da naturalização de Estrangeiros, no Senado”, combatido “para que ela não fôsse avante, servindo-se para isso de grandes argumentos, entre os quais foi que qualquer estrangeiro casando com uma mulatinha era imediatamente Cidadão Brasileiro!”

O quarto número do *Martelo*, de 22 de setembro, começa por transcrever e criticar a proclamação assinada por Manuel Teodoro de Araújo Azambuja, na qual este juiz de paz da freguesia de São José defende a idéia de que à Regência compete escolher livremente os ministros de Estado. Salienta o jornal que isto, exatamente, é que se negou ao ex-Imperador em 6 de abril de 1831...

Comenta, a seguir, a transcrição feita pela *Aurora Fluminense*, da representação em 1823 dirigida pelo padre Feijó a D. Pedro I, alegando serviços nas Côrtes de Lisboa e queixando-se de José Bonifácio.

Ainda a propósito de preconceitos de côr, cita o caso de um mulato, João, que, embora liberto pelo pai ao batisar-se, tendo estudado em Portugal, apesar da mulher ter tido dúvidas sobre a sua ascendência, resolveu depois abandoná-las, acreditando na pureza de sua raça e passando a referir-se com desprezo aos farroupilhas, à gente ordinária, etc....

No n. 5, de 27 de setembro, volta *O Martelo* a tratar da situação dos militares: o governo tem diminuído o exército e a marinha e aumentado o funcionalismo da Fazenda e da Justiça. A insubordinação dos soldados não é justificativa para aquilo, pois foi tramada nos clubes. Termina fazendo zumbaias aos jovens oficiais, que diz iludidos, escarnecidos e votados à "nulidade".

Para as próximas eleições, em "artigo comunicado", assinado por "um exorcista", recomenda os nomes dos deputados oposicionistas que se destacaram na legislatura findante: Andrada, França, Cavalcantis, Montezuma e Rebouças, nos quais só encontra méritos e virtudes. Dos governistas, porém, diz apenas isto:

"Desprezemos, meus irmãos, desprezemos com horror heresiarcas religiosos e políticos, incestuosos desavergonhados, desmoralizados escandalosos, embusteiros, celerados, mentirosos de profissão, egoístas patifes, procuradores pérfidos, cidadãos traidores e monstros infernais entre os quais o diabo mesmo será comparativamente personagem muito de bem".

Quasi todo o sexto número do *Martelo*, de 3 de outubro de 1832, está dedicado à análise da questão provocada pela indiscreta proclamação já referida, de Manuel Teodoro de Araújo Azambuja — de que possui raríssimo exemplar avulso o Sr. Francisco Marques dos Santos. Suspenso do exercício do cargo de juiz de paz,

pela Regência, conforme cópia de decreto que lhe enviou o novo ministro da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão, reclama o pasquim que seu primeiro substituto seria Diogo Soares da Silva de Bivar (17), e não João da Silveira Pilar, a quem fôra ordenada a entrega do expediente do juízo.

Ainda ao mesmo caso alude o n. 7, de 9 de outubro, depois de grande discussão com a *Aurora*, sôbre a revolução francesa e suas conseqüências e longínquos reflexos, inclusive as sociedades políticas que aquí medraram sob a Regência. A propósito diz *O Martelo* que até *O Caramurú*, pasquim do célebre periodiqueiro David da Fonseca Pinto (ao qual também nos referiremos mais longamente) — havia criticado a suspensão do juiz de paz de São José e sua errada ou tendenciosa substituição.

Começa o n. 8, de 12 de outubro, pela seguinte notícia :

“Um fato acaba de aparecer nesta Capital que sem dúvida muito deve influir para aumentar ainda mais, se é possível, contra as autoridades superiores, o rancor que uma seqüência de não interrompidos atos arbitrários lhes tem grangeado do povo, que já saudável mais ou menos lastima a queda do govêrno do ex-Imperador, à vista dos inumeráveis despotismos que atualmente quasi todos os dias formigam entre nós, se porventura a espada da justiça não vibrar seus golpes contra os pérfidos perpetradores do mais escandaloso assassinio! Falamos do fato recentemente acontecido com um dos filhos do Sr. Regente Lima, que com uma patrulha de Permanentes, depois de se ter dado à prisão um oficial, que havia cometido o excesso de se vingar por suas próprias mãos do insulto que de uma outra patrulha dos mesmos havia recebido, foi cobardemente acutilado pelo Sr. Lima e seus soldados, a quem recomendava — *mata, que é caramurú!* Aonde estão os defensores das liberdades públicas antes de 7 de abril de 1831?”

---

(17) A bio-bibliografia de Diogo Soares da Silva de Bivar, redator da revista *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, da Baía, de 1812, e do segundo jornal brasileiro — *Idade d'Ouro do Brasil* — encontra-se no ensaio do autor — “A primeira revista literária brasileira”, publicado na *Revista Brasileira*, da Academia Brasileira de Letras, n. 5, de março de 1943, páginas 11 a 31.



Termina êste número do *Martelo* com a seguinte marretada na *Aurora*, sua eterna *bête-noire*, como de tantos outros jornalecos do tempo:

“Parece que a *Aurora* segue o rifão: — *Quem quer bem, dá pancadas*. — A não ser assim, não podemos atingir como caracteriza ao ex-Imperador — *Príncipe desafeiçoado aos Brasileiros*; e ao Sr. Feijó — *Ministro da Confiança pública*. D. Pedro desceu para se não derramar uma gota de sangue; Feijó subiu para derramar al-mudes!!! Quem te não conhecer, que te compre. (Dizia o vilão para o burro)”.

Volta ao caso do filho do Regente Francisco de Lima e Silva o n. 9, de 16 de outubro. Era êle comandante de uma patrulha de Municipais Permanentes. E o oficial acutilado, depois de desarmado e prêso, conforme a versão do *Martelo*, era o tenente Lopes. Acrescenta novas violências atribuídas aos governistas: Castriota, capitão dos Permanentes, prendeu João da Costa Menezes e o esbofeteou. João Pedro da Veiga (irmão de Evaristo), juiz de paz suplente da Candelária, no dia 8, acompanhado de Permanentes, foi ao Paço da Cidade tentando substituir, mediante ameaças, os Guardas Nacionais que lá estavam de serviço, pelos que consigo levava.

Por tudo isto, depois dos habituais ataques aos redatores da *Verdade* (que é o contrário, diz o pasquim) e a Bernardo de Vasconcelos, a propósito de 400 contos em notas falsas que desapareceram do Tesouro quando êle era ministro da Fazenda — termina êste número pela transcrição de uma carta, assinada “O Compadecido”, em que se pede a extinção do Corpo de Cains, isto é, dos Municipais Permanentes — que aliás tanto contribuiu para a extinção do ambiente de desordens então dominante.

Polêmicas com a *Aurora* e *A Verdade* (cujo título publica de cabeça para baixo), em defesa do Sr. Japiassú a primeira, com ataques a Paulo Barbosa a segunda — aparecem no décimo número do *Martelo*, de 20 de outubro.

“Um inimigo dos patifes”, em “correspondência”, critica o senador que numa botica da rua Direita censurou os seus colegas que haviam votado contra a destituição de José Bonifácio.

Um “aviso” do redator do pasquim, por seu estilo característico e especial significação, merece transcrição integral:



“O Sevandija espião, que iludiu a boa fé de um nosso amigo, para verificar a sua suspeita de sermos Militar, fique persuadido de que muito nos lisongeia o pleno conhecimento que pelo seu intermédio pode ser ministrado à *Súcia moderada*; na certeza porém de que, se nos constar que continua a falar da nossa vida privada com a insolência com que nessa ocasião o fêz, havemos, em qualquer lugar, e a qualquer hora que o encontrarmos, cortar-lhe a cara com um bom vergalho, que de propósito conservamos para ensinarmos aos más-línguas da sua laia; pois jamais enxovalharemos a nossa espada, que aliás mais de uma vez tem sido desembainhada em defesa da Pátria, com entes desprezíveis, que só devem ser levados a chicote. — O Redator”.

Comenta as leis contra os ajuntamentos o n. 11 do *Martelo*:

“Enfim já é crime reünirem-se sessenta ou setenta pessoas, para requererem o que, bem ou mal, julgam convir à sociedade; mas é crime porque essa reunião se faz em uma praça pública, em pleno dia, sem armas nem patentes nem ocultas, e para um fim da desaprovação dos moderados; se ela se praticasse numa casa trancada, com tôdas as mais circunstâncias às avessas, e com o fim de exigir a *federação já e já*, a república, o ostracismo, a abolição do Senado, a instalação de uma Assembléia Constituinte, ou para atassalhar reputações bem merecidas, fôra *virtude*; ou, quando a *Aurora* de nenhuma parte a pudesse desculpar, *um demasiado amor da Pátria e da Liberdade!*”

Intitula-se êsse artigo “O *Aurora*”; segue-se-lhe uma nota — “Mais *Aurora*”; e uma terceira — “Ainda mais *Aurora*”.

Mais uma defesa de José Bonifácio contra diatribes propaladas pela *Verdade*, figura em “correspondência” assinada por “Niterói”, onde se focaliza o choque já então existente entre o tutor e os regentes, destes apenas o brigadeiro Lima e Silva continuando a frequentar o Paço.

A volubilidade de Evaristo da Veiga no julgamento do ex-Imperador é analisada no n. 12 do *Martelo*, de 8 de novembro, que assim conclue:

“São cólicas para o famigerado Redator da *Aurora* quaisquer escritos que apareçam em oposição ao atual governo, mormente se porventura, para mais visivelmente demonstrar-se o quanto piora-

mos depois da memorável revolução de 7 de abril de 1831, se traz à arena os atos da anterior administração. É então que êle lança os bofes pela boca, esforçando-se por demonstrar que antes todos os males imagináveis do que a volta do Sr. D. Pedro I; nós somos porém de opinião que a Nação deve lançar mão, por meios legais, de quanto se lembrar que a pode salvar dos males por que está passando, e que a cada cidadão cumpre sacrificar até a própria vida para reaver a liberdade usurpada; pois, sem esta, aquela é um flagelo”.

O trabalho da “súcia evaristeira” no preparo das próximas eleições é o tema do artigo inicial do 13.<sup>o</sup> número, de 13 de novembro. A respeito, faz as mais negras previsões: se fôr vitoriosa a chapa dos moderados, desaparecerá o Império...

Aprecia, a seguir, os comentários com que a *Aurora* noticiou a agressão de que foi vítima Luiz Sebastião Fábregas Surigué, editor de um dos mais antigos almanaques da cidade do Rio de Janeiro, em 1836. Foi isto obra dos exaltados, não dos caramurús, diz *O Martelo*. Mas já estava no prelo êsse número, quando ocorreu o atentado contra Evaristo, que inicialmente diz não aprovar, “fôssem quais fôssem os motivos dados por qualquer dos quatro indivíduos feridos”.

No mesmo exemplar, fortes acusações são feitas aos regentes: Costa Carvalho deve mais de 300 contos e o brigadeiro Lima e Silva foi nomeado membro do Conselho Supremo Militar quando se cogita de sua extinção.

O n. 14, de 26 de novembro, contém maiores apreciações sobre o tiro dado em Evaristo a 8 do mesmo mês. Embora desaprove o fato, já acha que nem o jornalista foi o alvo visado, nem são os caramurús responsáveis pelo atentado. E, como de praxe, tendo o agressor *apanhado* para confessar, requereu auto de corpo de delito o seu advogado...

O mesmo caso continua repercutindo no último número do *Martelo*, o 15.<sup>o</sup>, de 30 de novembro de 1832. Como os caramurús estão sendo os bodes expiatórios, na agressão a Surigué como na tentativa contra Evaristo, faz o pasquim ao *Diário do Govêrno*, em sua saborosa linguagem, as seguintes perguntas:

“Foram os caramurús quem assassinou o general Felisberto (Gomes Caldeira) e o Gordilho (Visconde de Camamu) na Baía,

e o Albuquerque em Pernambuco, em lugar do Desembargador Gustavo ? (Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, ministro de Feijó em 1836). Os caramurús foram quem na Baía deu o tiro em um desembargador por ocasião de um juri ? Foram êles quem assassinou um cirurgião no Maranhão e o Badaró em São Paulo, cuja encomenda, segundo então ouvimos, foi do *filho de um Carpinteiro* (alusão ao Regente Costa Carvalho); e entretanto o Ouvidor Japiassú foi quem pagou o pato, sofrendo por isso uns poucos meses de prisão, sendo aliás depois julgado inocente ? Foram os caramurús quem envenenou os oficiais em Minas ? Foram êles os que mandaram fazer fogo no Teatro, os que no dia 3 de abril assassinaram no Campo a ferro frio os infelizes que iludidos ou alucinados entraram naquela facção e se rendiam desarmados ou fugiam ? Foram êles quem assassinou Bernardo Avelino no Rio Grande do Sul, e aqui o conselheiro Vareiro e outros muitos, depois da nossa decantada Revolução ? Pelo contrário, todos êsses crimes partiram da inocente e santa moderação que hoje nos governa, que nos oprime e que ouve os nossos clamores com o riso aviltante do desprezo. . .”

Tendo os jornais governistas tecido loas a Evaristo, em prosa e verso, por ter saído ileso do referido atentado, à “ode pindárica” que a respeito publicou *O Independente* (jornal redigido por Joaquim José Rodrigues Tôrres, futuro Visconde de Itaboraí, ministro senador e presidente do Conselho) — acrescentou *O Martelo* a seguinte quadra, que expressivamente encerra êste número e a própria coleção do pasquim:

Deu-se um tiro no Evaristo,  
No Livreiro Deputado.  
Muito mal feito foi isto !  
Foi tiro muito mal dado !

### O TRINTA DE JULHO

Dando início ao exame dos pasquins aparecidos no Rio de Janeiro em 1833 — o ano em que sem dúvida maior foi o seu número, em tôda a história da imprensa brasileira — é bem característico o primeiro deles que em ordem cronológica aparece na coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos.

Embora inocentemente diga o sub-título que *O Trinta de Julho* seria um “jornal político e literário”, o próprio título, que recorda a fracassada tentativa de golpe de Estado dos moderados, no ano anterior, já mostra o extremado caráter oposicionista, sobretudo pela epígrafe, atribuída ao “Livreiro E. F. da Veiga”: — “O sangue derramado pede sangue !”

Impresso na laboriosa tipografia de Brito & Cia., de Francisco de Paula Brito (18), à praça da Constituição n. 51, apesar de citado por Melo Moraes (19), não o mencionam Moreira de Azevedo, o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* e o conselheiro Rafael Arcanjo Galvão, além de quaisquer outros autores de listas de jornais cariocas. Também não o possui a Biblioteca Nacional. Os exemplares da coleção gentilmente posta à nossa disposição são os de números 2 e 3, de 26 de janeiro e 5 de fevereiro de 1833.

Jornal caramurú, como tantos outros igualmente efêmeros, visava atacar principalmente *O Sete d'Abril*, dirigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos, que diz ser uma versão disfarçada do *Grito da Pátria*, às vészes defendendo a *Madame*, a *Conselheira*, isto é, a *Aurora Fluminense*, irônicamente dizendo seu redator cheio de bonhomia e falto de rancor, apesar da epígrafe citada.

Segue-se, no n. 2, que vimos analisando, caloroso necrológio da Princesa D. Paula Mariana de Bragança, falecida a 16 de janeiro aos dez anos de idade, incompletos. Uma “correspondência”, firmada por “O Inimigo dos Ingratos”, critica o pobre entérro que teve a princezinha filha de D. Pedro I, indigno de pessoa de tão alta jerarquia. Embora a Casa Imperial tenha feito quanto estava em

---

(18) Vide, a respeito, o estudo “O tipógrafo Paula Brito”, do autor.

(19) O motivo pelo qual não tem sido aproveitada a lista dos “Jornais que se tem publicado no Brasil, desde o dia 10-9-1808 até 20-10-1862”, levantada por A. J. de Melo Moraes e incluída em sua *Corografia Histórica*, *loc. cit.*, é explicado pelo seguinte trecho que a antecede: “Não mencionamos os anos em que esses jornais apareceram, porque de muitos apenas vimos um número e, por conseguinte, ignorando o tempo de sua duração, contentamo-nos em memorar-lhe o nome e a localidade. O mesmo fazemos com os redatores, por que alguns tendo sido demagogos furiosos, mudaram a casaca, e tomaram o burel do arrependido”. (*Op. cit.*, pág. 123 do tomo I, 2.<sup>a</sup> parte, de 1863).



seu alcance, teve culpa “quem tem coartado despesas necessárias à grandeza, ao decôro e mesmo decência de um Monarca e sua Augusta Família”.

Ainda um assunto fúnebre, politicamente explorado, aparece no terceiro número do *Trinta de Julho*. Tendo falecido, a 27 de janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro e Capelão-Mor, dá como candidatos à sua vaga os padres Alencar e Feijó — “que nos daria uma bela bispa”, visto as suas idéias contra o celibato dos padres, e ainda o “sublime Príncipe Rosa Cruz Apóstata, imitador do padre José Agostinho de Macedo, o escrevinhador dos folhetos maçônicos do editor Plancher” — isto é, o cônego Januário da Cunha Barbosa.

Um “diálogo entre um roceiro, que da rua falou para uma janela, a um homem habitante desta cidade”, sôbre a mudança do nome do Campo da Aclamação para Campo da Honra, em lembrança à revolução de 7 de abril — será, talvez, a primeira crítica a essa velha mania, hoje felizmente extinta, da administração carioca, de alterar as designações dos logradouros públicos. A propósito da utilização revolucionária da atual praça da República, vale a pena citar os versinhos humorísticos então aparecidos, recolhidos e divulgados por Vieira Fazenda em conferência sôbre “Aspectos do Período Regencial”:

Da Honra fui Campo outrora.

Muito que ver ainda temos;

Tudo serei, mas agora

Sou Campo do “nós queremos”

E Campo do Fora ! Fora ! (20).

Entre as habituais “correspondências” que encerram *O Trinta de Julho*, a primeira, assinada “Seja quem fôr”, é contra o “pequira” *O Sete d’Abril*. A segunda, do “Vergalho dos Patetas”, denuncia a criação de um novo “zingú” ou clube político, no Catete, a cujas reuniões comparecem Ripanso (Evaristo), Cólera-Morbus, Quixote-Oleré (Saturnino de Sousa e Oliveira) e Sancho, seu criado,

---

(20) José Vieira Fazenda — Conferência cit., na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 77, de 1914, vol. 129, pág. 46.



o citado escritor eclesiástico dos folhetos maçons, Paulo Barbosa, o “Independente-baço-ratazana” — “que não casou com a recolhida”, o Venerabilíssimo Cantor de Modinhas e outros “patuscos da mesma laia”.

## O LIMÃO DE CHEIRO

Será êste, certamente, o primeiro jornal alusivo ao Carnaval, aparecido no Rio de Janeiro.

Embora citado por Melo Moraes e Moreira de Azevedo, não tendo figurado na Exposição de História do Brasil, de 1881, também não o possui a Biblioteca Nacional.

No único exemplar conhecido, pertencente à coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos, não numerado, aparece a data de 13 de fevereiro de 1883. Trata-se, porém, de erro tipográfico, pois o segundo daqueles autores, em sua “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”, bem como o conselheiro Rafael Archanjo Galvão, em sua anônima “Relação dos Jornais Brasileiros publicados de 1808 até 1889”, inédita, dão-no como de 1833, no que foram seguidos pelos que mais recentemente trataram do assunto, Max Fleiuss (21) e o Sr. Gondin da Fonseca.

Impresso na Tipografia Imparcial, de Brito, à praça da Constituição n. 44, foram assim explicados pelo redator do *Limão de Cheiro* os motivos da criação do periódico e escolha do respectivo título:

“Como a arte de escrever, transmitindo qualquer Cidadão ao Público, por meio da Imprensa, a sua opinião, ou a opinião que não é sua, é hoje um *meio de vida*, com as invenções de batizarem todos os números dos jornais com novos títulos, afim de que o público, já cansado de gastar dinheiro *com papéis impressos*, seja assim forçado pelo espírito de novidade a concorrer para a manutenção de escritores, alguns dos quais se não sabe do que vivem (exceto do que comem): eu também publico hoje êste novo impresso, com o título de — *Limão de Cheiro* — por ser véspera do Entrudo”.

---

(21) Max Fleiuss — “A Imprensa no Brasil”, no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, em 1922 editado pelo Instituto Histórico, pág. 1.558, do 1.º vol.,

Segue-se longa digressão sôbre o carnaval e o uso dos limões de cheiro, seus inconvenientes e vantagens, inclusive os casamentos que proporcionam. Insiste, porém, principalmente naqueles, entre os quais os resfriados não são dos menores, até chegar ao ponto desejado: a proposta da substituição do entrudo por feiras, “onde o pobre e o rico tiram proveito de suas especulações, onde o moço e o velho acham entretenimento no que vêm; onde os sérios e os gaiatos descobrem assunto para suas críticas e para meditações”.

Afinal, depois de oito páginas de lenga-lenga, fecha-se o artigo da seguinte forma:

“É portanto necessário, visto que os resultados de um brinquedo infrutífero são sempre funestos, lançar mão de um divertimento com o qual se vá lentamente habitualizando (sic) o Público, até que êle mesmo, conhecendo a diferença entre uma e outra coisa, a doçura dos bens e o sentimento dos males, abandone, ajudado então de autoridades capazes de o convencer por suas” (aquí a traça comeu uma palavra) “sociais, a sempre funesta extravagância do entrudo”.

Vê-se, por aí, que o primeiro periódico brasileiro dedicado ao carnaval já era contra a tradicional festa popular carioca, propondo a sua extinção. E como isto ocorreu, há cento e dez anos, fácil será concluir-se que inúteis serão todos os esforços empregados nesse sentido...

## MARMOTA

Um dos mais violentos pasquins no Rio de Janeiro em 1833 publicados contra a Regência Trina Permanente, foi, sem dúvida, a *Marmota*, redigida por um asqueroso Pascoal Bailão, impressa na “corcundática”, isto é, restauradora, oficina do *Diário do Rio de Janeiro*. Seus sete números, aparecidos entre 22 de fevereiro e 17 de agosto dêsse ano, dão bem a impressão de como desceu o jornalismo brasileiro, no ambiente de verdadeira licença, e não de simples liberdade, que então lhe foi concedido, apesar de sucessivos e malogrados processos-crimes por insultos veiculados na imprensa.

Na Exposição de História do Brasil, pela Biblioteca Nacional promovida em 1881, figurou apenas um *specimen* dêsse periódico pertencente a D. Antônia R. de Carvalho, que tomou o n. 4.273

no respectivo *Catálogo*. Não o possui em sua Secção de Jornais e Revistas aquela instituição, o que assegura grande raridade à coleção completa, pertencente ao Sr. Francisco Marques dos Santos.

Não querendo repetir aqui as infames calúnias que enchem suas páginas, apenas por interesse histórico exemplificaremos o conteúdo dessa *Marmota*, que nada tem a ver com as posteriores *A Marmota na Côte* e *A Marmota Fluminense*, de 1849-1852, de Francisco de Paula Brito, em que colaboraram tantos literatos da época.

“Dois vintens a quem quer ver” — era a epígrafe-preço assinada pelo nojento Pascoal Bailão.

Usando o sistema de apresentar “vistas” a seus leitores, a primeira delas “é a capital de um Império” (Zilbrá, isto é, Brasil) “que foi antigamente feliz e opulento, porém que se acha hoje pobre, miserável e quase a aniquilar-se, por ter caído em poder dos turcos que o dominam e governam, sem lhes importar sua prosperidade”.

A segunda é uma rica sala, “habitada por miserável turco, traidor, covarde — Mali”. Invertendo-se as sílabas, como se deverá fazer a tôdas as outras alusões contidas no pasquim, fácil será a identificação: Lima, o Regente brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

A terceira vista é a do Campo onde se substituiu um homem de sangue real por três de baixa linhagem (D. Pedro I e os regentes de 1831 a 1835).

A quarta é uma loja de “virar casacas”, de que é freguês um marquês, certamente o de Barbacena.

Um anúncio para a composição de um presépio encerra o primeiro número da *Marmota*: já dispõem dos três reis, do burro e do boi; faltam os cavalos, etc.

Cresce a audácia do pasquineiro no segundo número, de 4 de março, certamente por ter sido bem acolhido o primeiro, de acôrdo com o ambiente então dominante.

A primeira vista então apresentada é a da Floresta, a célebre chácara da rua da Ajuda, do “desdentado derviche velho Zejó Tocusodi”, isto é, do padre José Custódio Dias, ardoroso deputado mineiro, que aí freqüentemente reunia seus amigos e correligionários da moderação.

Três vizires, descritos na vista seguinte, embora não indicados nominalmente, serão, talvez, o ministro do Império — Vergueiro

Nº 1. SEXTA FEIRA DE 22 FEVEREIRO. 1833.

# MARMOTA.

Dois vintens a quem quer vêr.

*Pasquot Bailão.*

RIO DE JANEIRO. TYP. DO DIARIO. 1833.

**O**RA cheguem-se, cheguem-se meus Senhores; venhão vêr cousas admiraveis por pouco dinheiro.

Vamos a isto.

*1.ª Vista.*

Esta vista, que agora se offerece, he a da Capital de hum imperio, que foi antigamente feliz e opulento; porem que se acha hoje pobre, miseravel, e quasi aniquillar-se por ter cahido em poder dos *Turcos* que o dominão, e governão, sem lhes importar sua prosperidade.

Olhem que linda perspectiva appresenta esta cidade! Seu Patrono, de quem toma o nome, foi em outro tempo martyrisado pelos inimigos da Fé, e agora querem tambem os *infieis* destruir a cidade que está debaixo da sua protecção: tanto he o rancor destes *barbaros* aos que seguem a religião de Christo, que extendem até o odio aos objectos do seu amor.

Esta cidade, foi em outro tempo o império do commercio, e aonde concorrião de todas as partes numerosos *Estrangeiros*, ou para commerciarem, ou para exercerem sua industria, e artes: hoje já se não vê n'eilla essa concorrência: seu commercio está de todo arruinado; e as artes, e officios não allianção vantagens aos que os exercem, dando apenas o suor de seus trabalhos para hums mesquinha subsistencia; em quanto outros se veem na precisão de mendigarem o sustento por não terem em que se occuparem!

Notai a quantidade de grandes Palacios, e de pequenas moradas que estão fechadas por nao terem habitadores!... era dispendioso,

*Marmota*, de 1833 — um dos mais abjetos pasquins do período das Regências, em cujas páginas as mais infames calúnias se aliavam às mais baixas alusões pessoais.

(Cópia fotográfica da primeira página do n. 1, pertencente à coleção completa que possui o Sr. Francisco Marques dos Santos).





— “gordo, baixote, que parece contratador de bestas”; o ministro da Marinha, Rodrigues Torres — “rapazote d’óculos” que quer acabar com a navegação; e o ministro da Fazenda, Araujo Viana, futuro Visconde e Marquês de Sapucaí — que naturalmente não escapa à acusação comum a quase todos os seus colegas de pasta, de estar “embolsando dinheiro”.

A terceira vista atinge a ninguém menos que o futuro Duque de Caxias, aí infamemente apresentado como o turco Zuli Zevla Mali (Luiz Alves de Lima), filho do sultão Mali. Tão torpes são as acusações que acompanham a fantasiosa descrição do “magnífico quarto de dormir” do recém-casado, que aqui as não repetiremos.

Nada mais característico da abjeção a que havia chegado o jornalismo carioca, que o agradecimento por D. Pascoal Bailão feito ao público, ao encerrar êste número da *Marmota*, por motivo da grande aceitação que a mesma obtivera!

A primeira vista apresentada no terceiro número, de 9 de março, refere-se ao chá do Jardim Botânico, de que livremente se utilizavam os três sultões do Império de Zilbrá: Mali, Ascló Lhorvacá (Costa Carvalho) e Ralbuió Zonim (Bráulio Muniz). O segundo aparece na vista seguinte, pronto a vender a Cristo, e o terceiro numa cena que a decência manda calar. O mesmo faremos quanto a Ocodori Desmen (Odorico Mendes), atrozmente insultado na quarta vista.

A família do sultão Mali, inclusive Zejo (José Joaquim de Lima e Silva, Visconde de Magé), é atingida no n. 4, de 20 de março, aí se retificando, porém, algumas das acusações antes feitas ao mais notável dos filhos do Regente Lima.

Uma festa de “turcos”, a que compareceram Manuel da Fonseca Lima (futuro Barão de Suruí) e Luiz (Caxias), além do Ripanso (Evaristo) — é descrita no quinto número da *Marmota*, de 20 de abril.

No n. 6, de 18 de junho, aparece em fralda de camisa e ceroulas o derviche Jeifó (Feijó), querendo casar-se; na cadeia o vizir Liaureano (Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba), corruptor da justiça, solta presos; por fim, noticia-se que o cristão José Dias da Cruz Lima tornou-se turco, isto é, “matnou”, na linguagem da época.

O último número do infame pasquim, o sétimo, de 17 de agosto de 1833, apresenta Polleodó, isto é, Leopoldo, “o maior petimetre que há na Côrte do Império de Zilbrá” — pretendente à mão de uma das filhas do sultão Mali.

A casa de leilão de Mr. Ped sang (Evaristo) é a seguir descrita, bem como a Casa dos Doidos, onde muitos apanham de vergalho.

Afinal, não havendo mais a quem insultar no Rio, despede-se D. Pascoal Bailão por ter de partir para Pernambuco, “onde tem de apresentar a sua *Marmota*” — promessa que felizmente não cumpriu.

Note-se, ainda, que o derradeiro exemplar dêsse abjeto pasquim, ao contrário dos anteriores, foi composto na Tipografia de Torres, e não na do *Diário*, de N. L. Viana. Também modificou ligeiramente a sua epígrafe para “oitenta réis adiantados” — uma vez que as quatro páginas habituais, tamanho in-4.<sup>o</sup>, haviam sido aumentadas para oito.

## O HOSPITAL FLUMINENSE

Datado de 1 de abril de 1833, apresenta sôbre o título uma gravura da fachada da Santa Casa de Misericórdia o único exemplar, sem número, do jornalzinho *O Hospital Fluminense*, impresso na Tipografia da *Astréia*, à rua do Sacramento n. 23.

Comprova-se sua raridade pelo fato de não ter figurado na Exposição de História do Brasil, de 1881, nem existir nas coleções de periódicos da Biblioteca Nacional, embora tenha sido citado por Melo Moraes, Moreira de Azevedo e Rafael Arcanjo Galvão.

Como *O Médico dos Malucos*, pasquim humorístico-político datado de 9 de julho de 1831 (22), também *O Hospital Fluminense* dizia-se destinado a tratar os doentes atingidos pelas conseqüências das agitações partidárias da época. Essa preocupação pela cura das enfermidades decorrentes da situação do país, constitue, aliás, verdadeira característica da imprensa de então, da qual já haviam feito

---

(22) Examinado no estudo do autor — “A Revolução de 7 de abril em quatro pasquins de 1831”, publicado na *Revista do Brasil* cit. na nota 12.

1833.  
1 de Abril.



Vende-se nas L.  
do cost. a 40 rs.

## O HOSPITAL FLUMINENSE.

A epidemia politica que vai grassando em nossa Patria convidou-nos a formar este novo estabelecimento, que o-recomendamos á attenção dos compradores de papeis, e lhes-asseguramos que não perderão o dinheiro, nem o tempo em lerem o que lhes-offerecemos; porque os exemplos dos males que os outros experimentam, servem muitas vezes para nos-acautelarmos fugindo ao contagio.

Seremos imparciaes; e cuidadosos temos escolhido bons Medicos e optimos remedios. N'este Hospital não haverá meias caridades; e o enfermo mais indigente, ainda que seja surdo, nunca terá motivo para queixar-se da surdez de seus hospitaleiros.

Para todas as classes da Sociedade temos enfermarias reservadas, assim como para as differentes e variadas enfermidades; e os Snrs. Redactores dos Periodicos desta Republica logo ao entrar da porta, para lhes-ser facil continuarem á dirigir os negocios de sua Magestade Opinião Pública; tarefa em que se acham empenhados. As causas das enfermidades, o receituario e as dietas de todos os enfermos, serão publicadas para conhecimento dos criticos. Os doidos e maniacos não experimentarão aqui a deshumanidade de falsos philanthropicos; mas sim um tratamento proprio para melhorar sua sorte; e as gai-fices e lembranças celebres que preferirem, serão noticiadas igualmente, para que os homens de juizo se-condônam do seu proximo, e tenham cuidado e cautela nas suas cabeças. Vale.

*Hospital.*

*Enfermo N.º 1.*

— O' lá, Snr. Enfermeiro! he chegado a esta casa u. Porta! O' e spi e! caridade de camisa lavada! á que partido politico será dovido este terraqueo *salus infernorum*? accazo?.....

O Hospital Fluminense, de 1833, pertence ao grupo de jornalécas cariocas de títulos politicamente pessimistas: O Médico dos Malucos, O Doutor Tiracimas, O Enfermeiro dos Doidos, além do Brasil Aflito, do Grito dos Oprimidos e do Soldado Aflito. Singulariza-o, porém, o cliché representando a fachada da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

(Exemplar pertencente ao Sr. Francisco Marques dos Santos).



parte, naquele mesmo ano, dois outros pequenos jornais, denominados *O Doutor Tirateimas* e *O Enfermeiro dos Doidos* (23).

Explica essa necessidade o artigo de apresentação do *Hospital Fluminense*:

“A epidemia política que vai grassando em nossa Pátria convidou-nos a formar êste novo estabelecimento, que recomendamos à atenção dos compradores de papéis e lhes asseguramos que não perderão o dinheiro nem o tempo em lerem o que lhes oferecemos; porque os exemplos dos males que os outros experimentam, servem muitas vezes para nos acautelarmos, fugindo ao contágio.

“Seremos imparciais; e cuidadosos temos escolhido bons médicos e ótimos remédios. Neste Hospital não haverá meias caridades e o enfêrmo mais indigente, ainda que seja surdo, nunca terá motivo para queixar-se da surdez de seus hospitaleiros.

“Para tôdas as classes da Sociedade temos enfermarias reservadas, assim como para as diferentes e variadas enfermidades; e os Srs. Redatores dos Periódicos desta Côrte ficarão logo ao entrar da porta, para lhes ser fácil continuarem a dirigir os negócios de Sua Majestade Opinião Pública, tarefa em que se acham empenhados. As causas das enfermidades, o receituário e as dietas de todos os enfermos, serão publicadas para conhecimento dos críticos. Os doidos e maníacos não experimentarão aqui a deshumanidade de falsos filantrópicos, mas sim um tratamento próprio para melhorar sua sorte; e as gaiatices e lembranças célebres que proferirem, serão noticiadas igualmente, para que os homens de juízo se condoam do seu próximo, e tenham cuidado e cautela nas suas cabeças. Vale”.

Cinco são os enfermos que recorrem ao *Hospital*: um poeta apaixonado, moderado em política; o genro brasileiro de um restaurador, afilhado de casamento de um caramurú e bloqueado por um vendeiro conservador; um fidalgo europeu, que se supõe alguma coisa mais que um homem; um cidadão que teme as ameaças da *Aurora Fluminense*; e, afinal, um amigo dos protestos e requerimentos.

---

(23) Estudados no trabalho do autor — “A pequena imprensa dos últimos meses do Primeiro Reinado”, publicado na revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro, n. 30, de agosto de 1943.



Como mais típico do momento, escolhemos o segundo consultante para exemplificar os imaginários enfermos que acorreram ao hipotético *Hospital*:

— “Entre, Sr.. Quem é, e a que Nação pertence ?

— Sou brasileiro, fiel à Pátria, honrado, pobre, e de mais a mais casado e com filhos.

— Meu amigo, tem doenças muito graves! Tenha paciência; há-de ir para a enfermaria dos héticos. Vamos! Deite-se e fale ao Médico que aí vem.

— Sr. Dr., tenho estado com o estômago enjoado; não posso arrotar; e aqui pela altura das algibeiras do colete sinto tão grande debilidade que não posso dar uma passada. Esta moléstia é antiga; casei-me para ver se melhorava; porém o meu sogro era restaurador, sem eu o saber, declarou-me guerra e não recebi d’ele senão a filha; o padrinho de casamento é caramurú; e o dono da venda vizinha e das casas onde moro é conservador e não quer fiar senão aos de seu partido! Estas aflições unidas à paixão que tenho de ver um grande número de patrícios meus beijando os ferros em que os querem algemar, arruinaram de todo minha saúde!

— Tem razão, meu amigo. A atmosfera política tem estado muito inconstante para quem não come de tudo; e os miasmas pútridos que exalam dos charcos da intriga têm feito estragos consideráveis. Sossegue que há-de ficar melhor; e como o médico de semana adoeceu, tratarei de sua enfermidade, apesar da minha mediocridade! Ele é virtuoso; toma muito interêsse pelos doentes do seu partido. Eu escuto os gemidos da natureza: o que serei? Hipócrita vil? Moderado infame? É pouco. Sou amigo do sossêgo público.

— Basta, basta, Sr. Dr.. Remédios, remédios! A doença vai caminhando.

— Tem razão. Deixe ver a língua. Mau! Receitarei um choquezinho de *mistura salina composta*, por ora; e enquanto à dieta, use de prudência salpresa, constância da miúda e firmeza bem preparada; porque devagar se vai ao longe”.

Como nota pitoresca dos qualificativos políticos então usados, registre-se esta pergunta do poeta moderado ao enfermeiro que o atendeu:

— “Já tem por cá algum fidalgo pobre, rusguento padre, exaltado doido, moderado fingido, mamado sonso, caramurú pinga, restaurador camelo ou embaixador da República dos Estados da Vila de Magé ?

— Não, Sr..

— Belo ! E os médicos são imparciais, ou argumentam com os doentes em negócios políticos ?

— Há de tudo, como na botica.

— Diabo, diabo ! Médicos, cirurgiões, boticários, padres, desembargadores e escrivães que declaram guerra a quem não é da sua opinião, precisam hospital, vesicatórios e tratamento de caridade”.

Note-se, ainda, que ao representante da nobreza ponderou o médico do *Hospital*:

— “V. Ex. precisa mudar de país. Quem tem a natureza afidalgada, não se dá bem com guisados americanos !”

Aconselhou-o, também, a rezar esta pequena oração:

“A verdadeira nobreza consiste em servir de esteio à virtude e à moral, e não de encôsto ao orgulho dos déspotas”.

Também curiosas foram as primeiras palavras do amigo dos protestos, alterada, como sempre se faz necessário, a respectiva pontuação:

— “Sr. Enfermeiro ! Protesto, acuso, crimino e recrimino, pela minha parte e de tôda a minha ascendência e descendência, havida e por haver ; contra tudo o que se fêz, faz e há-de fazer, que prejudique ou prejudicar possa ao protestante. E. R. M.” (Espera receber mercê).

Prudentemente, depois de tantas alusões, “os Redatores declaram que não desejam ofender a Deus nem ao próximo ; que têm medo dos jurados ; que se desobrigaram da presente quaresma ; que não pedem nem querem graças com o Exmo. Formento das Massas, valente Piloto ao serviço de Noé”.

Aí, porém, nova alusão se contém, referente ao “General das Massas”, então redator de um periódico denominado *Arca de Noé*, isto é, ao caramurú José Inácio de Abreu e Lima, que, apesar de

filho do padre Roma, fuzilado em 1817, e ex-auxiliar de Bolívar nas campanhas libertadoras de Nova Granada e Perú, defendia, então, a conveniência da volta do ex-Imperador D. Pedro I ao governo do Brasil.

## O BRASIL AFLITO

Um dos mais discutidos pasquins de 1833 será, certamente, *O Brasil Aflito*, cujo redator, o desabusado Clemente José de Oliveira, por seus excessos de linguagem acabou assassinado, a 9 de setembro do mesmo ano, pelo alferes Carlos Miguel de Lima, filho do Regente Francisco de Lima e Silva.

Como verdadeiro prenúncio de seu trágico fim, que depois analisaremos, era a seguinte, com ligeiras alterações quanto ao original, a epígrafe do referido periódico, n. 3.925 do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*:

Quem passa a vida qu'eu passo,  
Não pode a morte temer;  
Pois a morte não assusta  
A quem está *sempre* a morrer.

“Por Frei Caneca, Mártir em 1824”.

Impresso na tipografia de R. Ogier, à rua do Ouvidor n. 188, do primeiro ao terceiro números, foi composto, depois, até o n. 9, pelo menos, na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia., e o n. 12 na de Miranda & Carneiro. Faltam à coleção da Biblioteca Nacional, que consultamos, exemplares dos números 10 e 11, e, talvez, o próprio jornal que motivou o assassinato do redator, visto que este ocorreu a 9 de setembro e o último número ali existente é de 9 de agosto.

Uma vista pelo conteúdo dos dez exemplares do *Brasil Aflito* hoje conhecidos, é suficiente para dar idéia do baixo nível a que então atingiu o nosso jornalismo político, justificando excessos como o que encerrou a carreira do infeliz Clemente José de Oliveira.

“Sôbre o Título”, contra os “tiranos, ingratos filhos (que) aberraram do verdadeiro trilho e da honra, depois de insectado (sic)

o não esperado dia 7 de abril de 1831” — é o artigo inicial do primeiro número, datado de 20 de abril de 1833.

“Sôbre a Epígrafe” — é o que se lhe segue, elogiando seu autor, frei Caneca, “a quem o Regente Lima, na qualidade de general em Pernambuco, por meio de uma Comissão Militar, mandou cortar-lhe os dias da preciosa vida, sem atender nem ao pranto e viuvez da província, que pela sua falta sentiria, e nem a uma solene e religiosa procissão, composta de tôdas as comunidades e irmandades da cidade, que com cruz alçada lhe suplicaram suspendesse ao menos a religiosa execução, enquanto ao ex-Imperador suplicava-se o perdão daquele que não tinha crime, e antes era virtuoso”.

Sem querer comentar a passagem, e a atitude, muito diferente da aí insinuada, que na referida ocasião assumiu o comandante das forças restauradoras da ordem em Pernambuco, como prova, entre outros historiadores, o Sr. Tobias Monteiro, em sua *História do Império*, — basta-nos registrar a tendenciosa conclusão do articulista :

“E o que se poderia esperar de um tal homem feito Regente ?”

Francisco Antônio Soares — o célebre “Brasileiro Resoluto” do incidente jornalístico que foi causa imediata da dissolução da Constituinte de 1823 (24) e que mais tarde, em 1840, seria ardoroso partidário da Maioridade de D. Pedro II (25) — assina uma carta publicada no *Brasil Aflito*, contra o “intrigante” Evaristo.

Acompanha-a um documento, firmado pelos ex-deputados brasileiros às Côrtes de Lisboa — Feijó, Antônio Manuel da Silva Bueno, Francisco Muniz Tavares, Francisco de Assis Barbosa, José Martiniano de Alencar e Félix José Tavares de Lima, atestando, em 1823, que na capital portuguesa se mostrara o referido agitador amigo de todos êles. Idênticas declarações subscreveram, em 1826 — José Lino Coutinho, em 1827 — Nicolau Pereira de Campos Vergueiro,

---

(24) Cf. Visconde de Pôrto-Seguro — *História da Independência do Brasil*, 2.<sup>a</sup> ed., 1940, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 173, de 1938, pág. 319.

(25) Cf. Cláudio Ganns — “A Proclamação da Maioridade”, conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 23-7-1941, publicada na respectiva *Revista*, vol. 175, de 1940, pág. 476.



e, em 1828 — Manuel do Nascimento Castro e Silva — tôdas também anexas.

Com aplausos ao Senado, por não ter reconhecido senador pelo Rio de Janeiro o padre Feijó (26) — termina a parte política do primeiro número do famoso jornaleco de Clemente José de Oliveira.

Encerrando-o, diz o redator não poder marcar os dias das respectivas saídas, por ignorar o acolhimento que teria do público. Esforçar-se-ia, porém, para que fôsse semanal o periódico.

Não foi má a aceitação que mereceu *O Brasil Aflito*, o que se deverá, certamente, à violência de sua linguagem, tão ao gosto da época. Pois começa agradecendo-a, ao abrir o segundo número, datado de 25 de abril.

Trata, a seguir, da recente revolta de Ouro Preto, atacando o “monstro” Bernardo Pereira de Vasconcelos, o minhoto presidente deposto, Manuel Inácio de Melo (e Sousa) e o “general da ilha das Cobras” — José Maria Pinto Peixoto, que fôra incumbido de reprimi-la. Não perde ocasião, entretanto, para renovar alusões à atuação do brigadeiro Lima e Silva na repressão à Confederação do Equador, em 1824, em Pernambuco.

Violentamente dirige-se *O Brasil Aflito* à Câmara chimanga, isto é, moderada, do Rio de Janeiro :

“Tremei, traidores; tremei, tiranos ! Vós não tendes nem prestígio de Rei e nem virtudes; pensai bem nestas frases e olhai para a sorte que vos espera, que não será decerto a de Pedro I”.

O terceiro número, de 9 de maio, alude à “traição” de 3 de abril de 1832, velho motivo de tôdas as revoltas goradas, e opina pela ilegalidade da manutenção da Regência Trina Permanente desde a tentativa de golpe de Estado de 30 de julho do ano anterior, quando ela ofereceu a sua renúncia, não aceita pela Câmara.

Repetindo acusações a Francisco de Lima e Silva, inclusive quanto à sua participação na revolução de 7 de abril, outras acres-

---

(26) Realmente, tendo sido escolhido pela Regência a 5 de fevereiro, o Senado anulou a eleição a 13 de abril, obrigando o ex-ministro e futuro Regente único a sujeitar-se a segundo pleito, em junho de 1833. (Cf. Affonso de E. Taunay — *O Senado do Império*, 1942, pág. 236).



centa, dirigidas a Costa Carvalho, futuro Marquês de Monte-Alegre, seu companheiro de triunvirato. Acusa-o de “assassino de Badaró” e de ter escrito carta a D. Pedro I, depois da dissolução da Constituinte de 1823, oferecendo-lhe o apoio das forças de São Paulo — documento êste que se encontrava em poder do Marquês de Paranaguá.

Relativamente à denúncia de periódicos exaltados pelo promotor do juri, mostra a sua parcialidade “deixando em silêncio e impune a impudente e intrigante *Aurora*, o atrevido e estúpido *Sete d’Abril*, a mentirosa e abjeta *Verdade*, o inepto e sujo *Independente*”, etc., não se lembrando, portanto, dêsses jornais governistas, quasi sempre do mesmo valor dos oposicionistas.

Do senador Vergueiro, assegura ter fugido da cadeia de Lisboa, onde estava preso por ladroenas; de Bernardo de Vasconcelos, repete o que disse *A Trombeta* de 27 de abril : entrou pobre para o Tesouro e saiu rico.

Pelo pitoresco e pelo sabor realmente andradino, vale a pena repetir o comentário que a José Bonifácio, então em Paquetá, diz *O Brasil Aflito* ter provocado a eleição da Regência Trina Permanente :

— “Infeliz Brasil... Dois são camelos e o outro um velhaco, de índole a mais perversa, conhecido em tôda a província de São Paulo”...

Fechando o número, glosa o redator uns versos improvisados na iluminação comemorativa de 7 de abril, na Praia Grande (Niterói), cujo refrão era o significativo :

Ao Campo da Honra voemos !

“Estamos pior que no tempo do Duque de Bragança. Rompeu o povo em Minas e Pernambuco” — é o assunto do primeiro artigo do quarto número, de 17 de maio.

“Fomos acusados pelo Sr. Promotor Sérgio de Macedo !” — “Também o foi o nosso colega do *Par de Tetas*, êste aliás, “condenado a quatro meses de prisão” — êle, porém, absolvido pelo juiz de paz do Sacramento. — Tais são os títulos de glória jornalística nele

jubilosamente apresentados. Como de costume então, coloca de cabeça para baixo as referências aos “talentos” do Promotor, ou o nome da Sociedade Defensora, o clube dos moderados.

Assegura, todavia, que “a Pátria e a Liberdade seja o nosso Norte ! Constituição e o Senhor D. Pedro II é a nossa divisa”.

Documentando sua asserção de que os comprometidos no levante de 3 de abril de 1832 ainda “gemem nas masmorras”, transcreve carta de um dêles, Jorge Teodoro Cabral.

Muito importante pelos esclarecimentos que contém quanto à reorganização da maçonaria no Rio de Janeiro, depois do longo período de inatividade que lhe fôra imposto pelo grão-mestre D. Pedro I — é o artigo inicial do n. 5 do *Brasil Aflito*, de 30 de maio de 1833.

A maçonaria, diz êle, muito tem favorecido a desunião política. Há quatro Orientes na cidade. Um na rua do Lavradio, presidido por J. B. (José Bonifácio). Outro na Lapa, pelo Sr. M. B. (Marquês de Baependi ?) Um na rua Larga de São Joaquim, presidido pelo Sr. das Botas de meia-cara (segundo se leu na *Marmota* — J. P., isto é, o coronel João Paulo dos Santos Barreto). O quarto no largo da Ajuda, presidido por um soberano G. A. M. (?).

O da rua do Lavradio, acrescenta o jornal, que tanto trabalhou em 1822, dividiu-se, indo uns de seus membros para o Apostolado, outros combatendo a nova sociedade secreta. Fizeram pazes depois do 7 de abril, constituindo-se em Grande Oriente, em que entraram Evaristo, Saturnino do Teatro (isto é, de Sousa e Oliveira), Feijó, Lima e Odorico (Mendes). Os da Lapa admitiram maganos e Dom... Lop... Os da rua Larga desertaram do Lavradio por motivos eleitorais, com “o ministro que recebe semanalmente o resultado das cloacas” (Vergueiro), Limas, etc.

Com todo êsse movimento da maçonaria, “outroora respeitável sociedade”, os “franceses” (alude ao livreiro-editor Seignot-Plancher) “têm pendentes em suas portas os catecismos até o 7.º grau de Rosa-Cruz que vendem a qualquer profano”. Ajunta o redator quê êle próprio já é quasi maçõn, por ter comprado um folheto de 1\$000...

Contra o ministro da Justiça Honório Hermeto Carneiro Leão, sucessor de Feijó nessa pasta, é quasi todo o n. 6, de 7 de junho do *Brasil Aflito*. Acusa-o de ter removido da Paraíba para o Rio Negro o magistrado Joaquim Peixoto d'Albuquerque, unicamente por ter êste dado sentença contrária ao célebre panfletário Antônio Borges da Fonseca (27). A êste respeito transcreve o que foi publicado na *Bússola*, de Pernambuco, n. 12.

Termina o jornal por mais uns versos glosados :

Não pertence a moderados  
O dia sete de abril.

Comentando a chegada do “tirano” Feijó, o n. 7, de 12 de junho, transmite a seus leitores uma quadra a êle relativa, para a qual pede glosas aos leitores :

Sou monstro de crueldade  
Instrumento da traição;  
Assassinei, pus por terra  
Pátria e Constituição.

Ataques à *Verdade* e ao *Sete d'Abril*, ao promotor Sérgio de Macedo e ao Regente Costa Carvalho, que diz comprometido em roubo de negros e na questão do cobre falso — completam o número.

São as mesmas, com variantes e acréscimos, as figuras afixadas no pelourinho do 8.º número, de 21 de junho : o “sanguinário Feijó”, o “indigno e desmoralizado” Vasconcelos, Antero (de Brito) — “quadrúpede”; Torres (Itaboraí) — dos “quatro olhos”, etc. Os Limas, Evaristo e o padre Moura, fracassado comparsa de Feijó na questão da abolição do celibato clerical — são mais algumas vítimas do terrível pasquineiro.

No n. 9, de 4 de julho, desvenda *O Brasil Aflito* os fáceis anagramas das increpações insultuosas da *Marmota* n. 6, seu perfeito colega.

---

(27) Estudado, pelo autor, no trabalho intitulado “*O Republico Antônio Borges da Fonseca*”.

No n. 12, de 9 de agosto de 1833, noticia o redator outra denúncia do novo promotor, “moço inexperiente, criatura do padre Alencar”, referente a seu n. 10, que infelizmente falta à coleção da Biblioteca Nacional.

Queixa-se, então, de que seja o Corpo de Permanentes comandado por Luiz Alves de Lima, filho do Regente, “em remuneração dos serviços que prestou à nossa regeneração, ficando os verdadeiros servidores do 7 de abril de 1831 taxados com os memoráveis baldões de farroupilhas, ladrões, assassinos do cacete e punhais, com que a *Aurora* nos brindou”...

Sustenta mais uma vez a ilegalidade da Regência, que se demitira a 30 de julho de 1832. E ataca, como sempre, Costa Carvalho e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, novo ministro da Justiça, que, entretanto, consta “será substituído por José Clemente (Pereira) das 10.000 armas”, pois “o tempo está para tudo”.

Apesar da promessa de em seu próximo número responder ao *Sete d'Abril* e tratar da mudança que fez, da tipografia — o n. 12 é o último que possui a Biblioteca Nacional, em coleção provavelmente única. Por êsse motivo não nos foi possível ler e anotar o número que encerrou, a um tempo, a obra panfletária e a própria vida de Clemente José de Oliveira, assassinado a 9 de setembro seguinte, em consequência de ter se excedido, mais uma vez, em seus ataques à família do Regente Lima.

Preferindo dar ao caso a versão recolhida por um naturalista inglês então no Rio de Janeiro, sir Charles James Fox Bunbury, veremos, depois, através do exame de outros periódicos da época, a profunda repercussão por êle alcançada (28).

Eis o que a respeito escreveu o autor da “Narrativa de Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-

---

(28) No *Jornal do Comércio* de 13 de setembro de 1833 anunciou-se que o n. 200 da *Verdade* publicaria “reflexões sobre a cutilada que deu o Sr. alferes Carlos Miguel de Lima no Sr. Clemente José de Oliveira. Com êste número distribue-se gratis a exposição do Sr. Lima, a respeito do mesmo acontecimento”. No dia 14 publicou “Detalhes ou últimos momentos do Redator do *Brasil Aflito*. Resposta do Sr. Lima e Refutação da mesma”. (Cf. *Jornal do Comércio*, edição comemorativa do 1.º Centenário, cit., páginas 107 e 108).

1835)”, sòmente há pouco tempo, graças aos esforços do Sr. Rodolfo Garcia, traduzida e publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*:

“Um incidente ocorrido quando estava no Rio e que teve ruidosa repercussão, ilustrará as restrições práticas à liberdade ou libertinagem da imprensa. O redator de um dos jornais inferiores, homem de caráter notòriamente mau, tinha publicado uma série de calúnias atrozes contra o Regente Lima e sua família, acusando-os de incesto e vários outros crimes. O filho do Regente, oficial da Guarda, indo um dia pela rua, avistou o tal redator, imediatamente apressou-se em ir para casa buscar a sua espada; voltou, então, e encontrando o redator na loja onde anteriormente o tinha avistado, puxou da espada e o derrubou.

“Isto se deu em plena luz do dia e na presença de grande número de pessoas. Dois ou três dias depois o homem morreu. Lima entregou-se à justiça, mas quando chegou a ocasião de seu julgamento, nenhuma testemunha apareceu para depor contra êle, e o Tribunal do Juri, conseqüentemente, julgou improcedente a acusação.

“O redator, mui provàvelmente, merecia o que recebeu, mas o procedimento foi violento e selvagem e o resultado não contribue para nos dar uma idéia elevada da eficácia das leis de proteção aos cidadãos. É fácil adivinhar o que causou a ausência de testemunhas” (29).

Que o próprio Regente Lima e Silva tivesse ficado profundamente abalado com o incidente, comprova a carta que a 13 de setembro dirigiu a seu colega José da Costa Carvalho, então em Piracicaba :

“O Exmo. Sr. Conde (de) Valença, portador desta, dirá a V. Ex. o desgosto por que ora passo com o *acontecimento* de meu filho Carlos. Eis o resultado da liberdade ou licença da imprensa !?

Tenho estado a abdicar a Regência, meus amigos e parentes têm-se oposto, porém não sei ainda o que farei”. (30)

---

(29) Charles James Fox Bunbury — *Op. cit.*, pág. 39.

(30) Cf. João Moraes — “Reminiscências históricas — Período regencial”, trabalho publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XI, de 1906, pág. 90.



Expondo os fatos, com a segurança de sempre, assim se manifestou a respeito o douto Vieira Fazenda :

“Excedia a todos (os pasquins da época), porém, no desbragamento de linguagem *O Brasil Aflito*, redigido por certo Clemente de Oliveira, o qual, não contente de insultar as pessoas dos Regentes, em mau dia lembrou-se de atacar a honestidade das senhoras pertencentes à família Lima e Silva.

“Carlos Miguel de Lima e Silva, filho do Regente brigadeiro Francisco de Lima e Silva, guapo mancebo de 18 anos, entendeu fazer justiça por suas mãos, inutilizando o miserável insultador dos entes que lhe eram mais caros. Havia sido alferes do extinto Batalhão do Imperador. Caminhava fardado pelo largo da Carioca, entre Gonçalves Dias e Uruguaiana (Latoeiros e Vala), quando viu entrar numa botica o desabusado Clemente. Perguntou-lhe se era o autor da verrina. Obtida resposta afirmativa, acompanhada de riso sarcástico, desembainhou a espada e de um só golpe o matou. Dentro do chapéu de copa alta encontraram-se vários exemplares do jornaleco, que iria distribuir.

“Entregou-se Carlos à prisão, foi processado e submetido a juri, que reconheceu não haver matéria para acusação”. (31)

Desgostoso com o caso, embarcou Carlos Miguel para os Estados Unidos, onde esteve alguns anos, como na Bélgica, adido à legação brasileira. Mais tarde regressou e serviu sob as ordens de Caxias, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, vindo a falecer no Rio em 1846, ao 31 anos de idade. (32)

---

(31) José Vieira Fazenda — “Largo da Carioca — III”, artigo incluído nas “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, cit., tomo 88, de 1921, vol. 142, pág. 333.

(32) Sobre Carlos Miguel de Lima pode ser acrescentado que em Minas Gerais, em 1842, quando serviu sob o comando de seu glorioso irmão, na repressão à revolta liberal dêsse ano, destacou-se, depois do combate de Santa Luzia, ao impedir, de chibata em punho, que se entregassem ao saque os soldados legalistas. (Cf. cônego José Antônio Marinho — *História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais*, 2.<sup>a</sup> ed., 1939, pág. 260). — O único retrato conhecido de Carlos Miguel — belo quadro a óleo — guarda-o o Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, na Sala Caxias.

## O GRITO DOS OPRIMIDOS

Como *O Brasil Aflito*, também *O Grito dos Oprimidos* teve o primeiro número saído a 20 de abril de 1833 — coincidência que significaria alguma cousa, caso não fôsse antigo vêzo da imprensa oposicionista simular aflições e gritar contra opressões, reais ou simuladas.

Trata-se do n. 4.199 do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, em que figurou um espécime, exposto por D. Antônio R. de Carvalho. Possui a Biblioteca Nacional exemplares dos números 1 a 5 e, em separado, também os números 6 e 8 a 10. A coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos contém os números 2-3-5-6-7-9-10 e, assim, de ambas nos servimos, supondo ter terminado no 10.<sup>o</sup> a publicação do periódico.

Em formato in-4.<sup>o</sup>, como acontece a todos os pasquins de que aqui nos ocupamos (salvo indicação em contrário), com o sub-título “Jornal político e crítico”, impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia., à praça da Constituição n. 51, trazem todos os exemplares a seguinte significativa epígrafe, dada como de “anônimo”.

Não somos Restauradores :  
Somos firmes Brasileiros,  
Não queremos Ditadores,  
Nem tampouco Evaristeiros.

No “Prospecto” inicial declara-se contra os redatores “avençais” do governo e contra êsse “bandalho imoral que dirige o papelucho 7 de Abril, contra a chimangada, os *surrabadores* do govêrno”.

Sob o título “Recordações dolorosas” — refere-se ao “inesperado resultado de uma inconsiderada revolta (por não dizermos injusta) contra o Chefe do Poder Executivo. Para aumentar as mágoas que êste dia (7 de abril) tem produzido pela má direção que lhe deram velhacos ambiciosos e traidores, até um imundo periódico o tomou por título”...

Atacando êsse jornal de Bernardo de Vasconcelos — que realmente não é nada superior aos pasquins de seu tempo (33), de muito menos notáveis redatores — prossegue *O Grito* em defesa de D. Pedro I, apesar da declaração de não ser restaurador:

Dando um balanço nos jornais antigos, para mostrar que os ministeriais, de antes da abdicação, revelavam menos servilismo, baixeza e indignidade que os de 1833, apresenta esta lista dos que intrigaram o Imperador com o povo :

*Aurora* — de Evaristo & Cia.

*Astréia* — de Vieira Souto & Cia.

*Tribuno* — do Sr. Amaral Filho, ora transformado em *Nacional*.

*Independente* — dos Srs. Torres.

*Universal* — do Sr. Vasconcelos, de Ouro Preto.

*Astro* — do Sr. Batista Caetano, aliás *Astro de Minas*, de São João d'El-Rei.

*Farol* — do Sr. Costa Carvalho, aliás *Farol Paulistano*, de São Paulo.

Sob o incrível título de “Brincadeiras”, publica *O Grito dos Oprimidos* nada menos que o seguinte anúncio, que não diremos a quem se refere :

“Dá-se metade do ordenado de um ano de Senador, pago no Ceará em moeda forte, a quem ensinar o tratamento que os filhos de uma mulher devem dar a um irmão da dita, que é pai dos ditos”.

E mais o seguinte “Epigrama”, alusivo a um discutido desfalque verificado no cofre dos órfãos, quando era ministro da Fazenda Bernardo de Vasconcelos :

Dizendo o Lucas que os órfãos

Estão c'os cofres mamados;

Respondeu o *Praia Grande*

— São obras dos moderados...

---

(33) Dessa opinião é o próprio biógrafo de Bernardo — o Sr. Octavio Tarquínio de Sousa. (*Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*, volume da Coleção “Documentos Brasileiros”, 1937, pág. 211).

Aborda a ação de Francisco de Lima e Silva contra os revoltosos de Pernambuco em 1824; ataca o “demagogo E...” (Evaristo), as recentes devassas contra “patriotas puros” e os célebres “tiros no Teatro” — o artigo inicial do segundo número do *Grito dos Oprimidos*, datado de 29 de abril de 1833.

Em “comunicado”, comentando a morte, em São Paulo, do “malvado tenente F.M. de C.M., assassino execrado, emissário do Demônio F... (Feijó)” — enche-o de insultos o correspondente que se assina “Grito de uma alma perdida no 3 de abril na Chácara do Nabuco”.

Não são animadoras as notícias de desordens em várias províncias que regista o pasquim :

“Fala-se que no Ceará se ateia novamente a guerra, porque o presidente (José Mariano de Albuquerque Cavalcanti) mandou processar e prender os sectários de Pinto Madeira que o Honrado Labatut, em nome da Exma. Regência anistiou para poupar o sangue brasileiro; que em Pernambuco está iminente a guerra civil; que nas Alagoas correm rios de sangue; que na Baía, Espírito Santo, Rio Grande e São Paulo tem sido perturbado o sossego público, e que em Goiás até se chegou a metralhar o povo dentro da igreja e de tudo se faz um mistério para o povo ! Não terá o governo sabido disto ? Em Minas (ó dor !) fomenta-se a guerra civil, a anarquia, quando um só ato de justiça e prudência podia remediar males nascidos dos repetidos gritos dos que são oprimidos, a que o nosso governo foi sempre surdo !”

No n. 3, de 9 de maio, repetem-se os ataques e censuras a Evaristo, aos filhos do Regente Lima, Teobaldo (Ten.-cel. Francisco Teobaldo Sanches Brandão, que a 3 de abril de 1832 venceu o levante de Miguel de Frias), Cains, Jacobinos da Floresta, Saturnino Oleré, etc. Enquanto isto, José Bonifácio, “honrado e ilustre tutor”, não recebe os 12.000 cruzados por ano (34), a que tem direito, relativos ao cargo, que teimosamente julga particular, recebido por delegação pessoal

---

(34) Fez a mesma afirmativa o bisneto do Patriarca — Martim Francisco III, no vol. *Contribuindo*, de 1921, págs. 119-120.

de D. Pedro I, que entretanto assim não entendia (35), e não público, conferido exclusivamente pela Assembléia Legislativa.

Faz intrigas com o ministro da Justiça, Honório Hermeto, o quarto número do *Grito dos Oprimidos*, de 25 de maio, a propósito tanto de sua atitude na crise de 30 de julho, prejudicando o plano do golpe de Estado dos moderados, como a de então, provocada pela rebelião de Ouro Preto, em que se envolveu seu cunhado Manuel Soares do Couto, forçando-o a demitir-se do cargo, sobretudo pela pressão exercida por Bernardo de Vasconcelos, através das calunias das colunas do *Sete d'Abril*. Alude, mesmo, a incidentes pessoais em que o futuro Marquês de Paraná teria chegado às vias de fato com um desembargador (Veloso, conforme *O Brasil Aflito*) e com o senador Vergueiro, na Chácara da Floresta, do padre José Custódio Dias.

Defende José Bonifácio das acusações que lhe faz Evaristo na *Aurora*, o n. 5, de 31 de maio.

Depois de referências à política de Minas, em que é apresentado como republicano Batista Caetano (de Almeida) e são insultados Estevão e Caetano Alves de Magalhães, volta, com imensa baixeza, a atacar Evaristo, explorando divergências que manteve com o velho pai, em assuntos profundamente íntimos, e que, portanto, somente a miséria de um jornalismo sem peias poderia explorar. É o que faz no "Diálogo entre um livreiro velho e seus filhos Ripanso e Ambrósio Lamela".

Contra o pernóstico *Nacional*, inimigo do altar e do trono, aparece um artigo assinado por "O Relho dos Chimangos", no 6.º n. do *Grito dos Oprimidos*, de 10 de junho.

Tendo o ministro dos Negócios Estrangeiros (Bento da Silva Lisboa), comunicado o perigo de uma próxima restauração, contesta-o o jornal :

"Quando aquí se quis dar com o Bravo Exército Brasileiro em terra para sobrecarregar todos os cidadãos com o peso do serviço militar, sem custar dinheiro (ponto principal), insubordinou-se de propósito a tropa e a encaminharam para os acontecimentos da noite

---

(35) Cf. Helio Vianna — "Cartas de D. Pedro I na semana da abdicação", na *Revista do Brasil* n. 53, de março de 1943, págs. 67-69.



de 14 de julho e o resultado correspondeu completamente à expectativa. Quando se quiseram leis de exceção e o direito de serem interpretadas pelos ministros de Estado, seduziram e trouxeram a efeito a insubordinação dos soldados do Batalhão de Marinha na noite de 7 de outubro : nessa ocasião ameaçou-se a Assembléia com seis mil capitalistas em desesperação e apareceu essa lei excepcional de 26 de outubro, chamada Lei Feijóina” (As datas referem-se a 1831).

À vista de todos êsses precedentes, sustenta o redator que aquela mensagem ministerial envolvia uma manobra do govêrno e dos moderados, visando a tomada de medidas especiais — como aliás ocorreria em dezembro.

No 7.º n., de 28 de junho, é focalizada a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, responsabilizada pela intriga entre brasileiros adotivos e natos. Até em São João d’El-Rei, logo que se instalou sua filial, não faltaram excessos partidários.

Intrigas dos moderados contra os militares em Pernambuco, a idade do padre Alencar, escolhido senador antes dos quarenta anos exigidos e o emprêgo do verbo *vasconcelar* — precedem uma revelação mais importante à data : planeja-se uma ditadura para Feijó. Como indício, diz-se, certo Figueiredo manda repicar os sinos, quando êle chega ou sai de sua chácara do Andaraí...

O 8.º n. do *Grito dos Oprimidos*, que só a Bibliotecá Nacional possui, combate Evaristo da Veiga, a propósito do levante de Ouro Preto, pelo qual queriam os mineiros obstar os planos da “infernall trempe” composta por Manuel Inácio (de Melo e Sousa), Vasconcelos e José Bento (Ferreira de Melo).

Estranha, também, a partida do Regente Costa Carvalho para São Paulo, com caráter de definitiva.

Comentando os versos que costumava publicar *O Sete d’Abril*, diz um correspondente do *Grito* que, em resposta, outros escrevem os próprios leitores do combativo pasquim de Bernardo de Vasconcelos, conforme exemplares que viu, inclusive um com esta amostra :

Dizem que *O Sete de Abril*  
Em Fulano ferra o dente :  
Ora, é forte admiração  
Ver um cão morder na gente !

Ainda as conseqüências do levante de Ouro Preto, além de assuntos financeiros misturados aos políticos — encham o n. 9 do *Grito dos Oprimidos*, de 14 de agosto.

O último exemplar do pasquim, de 9 de novembro, comenta o assassinato de Clemente José de Oliveira, redator do *Brasil Afrito*.

“... estamos convencidos, e conosco a maioria dos habitantes desta cidade, que foi um apelidado *moderado* que (contando com a impunidade) se quis vingar de um apelidado *caramurú*, e que agora se pretende, com tôda a *moderação*, desculpar êsse horroso procedimento, acobertando-o com o nobre sentimento de vingar a honra ofendida, valendo-se para isso os moderados advogados de graciosos documentos, passados por homens, se bem que honrados, contudo dependentes, por suas posições sociais, de uma Alta Personagem, que pode muito influir na distribuição dos empregos ou na conservação dêles, pois, graças a Deus, estamos em um tempo em que só os adúladores e escravos, etc., etc., são aptos para os empregos”.

Aos jornalistas que apóiam a situação, chama-os *O Grito dos Oprimidos* “o Dr. da *Verdade*, Sr. Ripanso da *Aurora*, Sr. Cônego Inês e Sr. *Nacional Carne Sêca*”.

Não é preciso mais para que se possa concluir sôbre a significação desse pasquim *caramurú* de 1833.

## O TEATRINHO DO SR. SEVERO

Embora quase todos não tenham data, devem ter aparecido em meados de 1833 os seis números do *Teatrinho do Senhor Severo*. Reside o interêsse do periódico, principalmente, na comprovação que traz à afirmativa de que o teatro político, representado ou não, aqui foi também utilizado, em fins do Primeiro Reinado e durante as Regências, muito antes do aparecimento das revistas teatrais, ocorrido já em fins do Segundo Reinado.

Nas relações de jornais brasileiros, elaboradas por Melo Moraes e Rafael Arcanjo Galvão, figura essa publicação apenas com o título incompleto de *Teatrinho*. Omite-a, mesmo assim, a lista levantada por Moreira de Azevedo.

Reflete o seu título um tipo popular já incluído na imprensa da época, mencionado pelo pasquim *O Buscapé* (36), bem como o título de despretenso periódico publicado em Itaboraí, *O Severo*, cujo 2.<sup>o</sup> n., existente na coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos, é tranqüilamente dedicado ao fornecimento de versos destinados às sortes da noite de São João de 1832. (37)

De acôrdo com a coleção do *Teatrinho do Sr. Severo* que se guarda na Biblioteca Nacional, os números 1 e 4 foram compostos na Tipografia de Torres; os números 2 e 3 na de Miranda & Carneiro; e os números 5 e 6, sintomaticamente, na Tipografia Paraguaçu, do conhecido periodiqueiro caramurú David da Fonseca Pinto.

Também não consta *O Teatrinho do Catálogo da Exposição de História do Brasil*, em 1881 promovida pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Começa o primeiro número do interessante jornalzinho a publicação de uma peça com as seguintes personagens que identificamos:

Xico Bandurra — Militar e alto personagem (Francisco de Lima e Silva).

Severo — seu criado.

João Burro — alta personagem (João Braulio Muniz).

Ripanso — conselheiro privado (Evaristo Ferreira da Veiga).

---

(36) Estudado no trabalho do autor — “A pequena imprensa dos últimos meses do Primeiro Reinado”, mencionado na nota 23.

(37) Esclarece alguma cousa quanto a *O Severo* a seguinte quadrinha, que lhe serve de epígrafe:

*O Severo é liberal,*

(Não dêstes sem tom nem som).

Louva o bem, ao vício esfrega...

Em suma, *O Severo* é bom.

Fecha o número 2 do periódico impresso na Tipografia Patriótica, de Itaboraí, de 17 de junho de 1832, a seguinte “Declaração”:

“O abaixo assinado faz saber que Dionisio Fernandes lhe furtou um boi de carro e uma vaca com as crias de 4 anos; êle se acha vendendo o gado, em parte do que se acha feito corpo de delito, protesta o anunciante havê-lo de quem o possuir. — Alexandre Fortes de Bustamante Sá”.

Aurélio — ministro confidente (Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho).

Marinho — ministro confidente (Joaquim José Rodrigues Torres).

Vergoto — ministro discordante (Nicolau Pereira de Campos Vergueiro).

No segundo número do *Teatrinho* prossegue a peça, entrando mais uma personagem, Bernardo del Carpio, lembrança do herói dêste nome, cujas façanhas às vezes acompanham o volume da *História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*, tão popular em todo o Brasil, por longo espaço de tempo. Refere-se, certamente, a Bernardo Pereira de Vasconcelos. Novos figurantes aparecem nos números seguintes, 3 e 4, como Monte Averno, preceptor, que será talvez o grande pregador Monte Alverne.

No intervalo do primeiro para o segundo ato Lagartixa e Severo cantam versos contra os chimangos, sendo êste o final do “Londum (sic) dos Tiriricas” :

Mamados, chorai o bamba !

Chimangos ? babosa (38) é mau ? ! !

Gorou a Republicuinha (39),

Babau, chimangos, babau.

Gentes me peguem !

Bravo ! . . Oleré ! (40)

E a república ? ?

Não tem café.

---

(38) Libório Babosa era o apelido pela imprensa oposicionista dado a Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná, contra o qual existiu um pasquim denominado *A Babosa*. Fôra ministro da Justiça entre 3 de setembro de 1832 e 14 de maio de 1833.

(39) Alusão ao fracasso do golpe de Estado a 30 de julho de 1832 tentado pelos moderados ou chimangos, que pretendiam impor a adoção imediata da chamada Constituição de Pouso Alegre, que suprimia o Poder Moderador, donde o seu caráter quasi republicano. (Cf. Octavio Tarquínio de Sousa — *História de dois golpes de Estado*, 1939, pág. 47).

(40) Oleré era o apelido de Saturnino de Sousa e Oliveira, Inspetor da Alfândega e irmão do ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba.

Ainda no n. 5, excepcionalmente datado de 29 de outubro de 1833, continua a peça, com a apresentação de uma “Cantata Gostosa”.

Termina-a, afinal, o n., 6, em que a parte poética e musical é constituída pelo “Lundum do Grumete”.

Como identificação para a autoria ou responsabilidade pelo *Teatrinho do Senhor Severo* apenas encontramos, em imaginária lista de vapores a sair, publicada no pasquim *O Burro Magro*, de 23 de novembro de 1833, a de que seria patrão do saveiro *Teatrinho* “o cavalheiro Queiroz”, identificável como João Batista de Queiroz — um dos mais terríveis foliculários do Primeiro Reinado e das Regências, antigo republicano então transformado em ativíssimo caramuru.

Sôbre êle, e sôbre seu colega David da Fonseca Pinto, aquí também mencionado como impressor de dois números do *Teatrinho*, vale a pena transcrever, desde já, esclarecedor período de Evaristo da Veiga, citado por Vieira Fazenda :

“De dois dos iracundos panfletários fêz a psicologia Evaristo Ferreira da Veiga, e suas palavras deram a impressão mais nítida do caso : “Tiradas poucas exceções, o jornalismo caramuruano do Rio de Janeiro, cuja variedade de títulos pode de longe fazer algum ruído, divide-se em jornais “Queiroz” e em jornais “David”; são os Srs. João Batista de Queiroz, ex-redator da *Matraca* e do *Jurujuba dos Farroupilhas*, e David da Fonseca Pinto, ex-redator do *Poraquê* e do *Verdadeiro Patriota* (41), os quais inundam a cidade com periódicos, que de ordinário não passam do quarto número. Estes dois paladinos da retrogradação, ambos empregados por D. Pedro I

---

(41) Contra o aparecimento do *Verdadeiro Patriota*, ocorrido em 1831, surgiu uma folha avulsa, intitulada *Ao Público*, impressa na Tipografia da *Astréia* e assinada por “Um Homem”. “Conciadãos!” — diz êle. “Detestai os escritos dêsses ingratos e venais escritores que atassalharam tantas vêzes a honra daqueles em quem nós pusemos a nossa confiança e que no meio de nós ajudaram a dertibar a primeira coluna do despotismo e da traição; deixai êsses escritos em abandono: o *Verdadeiro Patriota*, *Novo Censor*, *Diário Fluminense*, *Moderador* e tôda a casta de *Buscapês* ridículos, sujos e servís que saia da concundática Oficina do *Diário do Rio de Janeiro*, devem ser detestados; e nem achar abrigo nas casas dos Livreiros Constitucionais e bons Brasileiros”. (Cf. o raríssimo exemplar da coleção de “Avulsos Políticos” pertencente ao Sr. Francisco Marques dos Santos).



e demitidos depois da revolução (42), ambos igualmente notáveis pela imoralidade de sua conduta, pelas ações vergonhosas com que se têm feito conhecidos na sociedade, são, contudo, distintos um do outro como escritores, por qualidades que denunciam à primeira vista as suas produções e que os diferenciam : *A Lima Surda*, o *Pai José*, *A Babosa*, o *Restaurador*, o *Tamoio Constitucional* e parte do *O Çaolho* e do *O Permanente* são o lote do Sr. Queiroz ; pesam sôbre os ombros do Sr. David : o *Adotivo*, o *Papeleta* (43), o *Brasileiro Pardo* (44), o *Andradista*, o *Lafuente* e parte do *Benteví*, da *Loja do Belchior* e do *Esbarra*. O primeiro afeta finura, profundidade e estilo misterioso, procura com desvêlo analogias recônditas e falsas e quer parecer filósofo e pensador à maneira dos cínicos mais depravados. O segundo tem fumos de literato, pilha Filinto Elisio e mais alguns quinhentistas para ter o ar de purista em linguagem e é sempre declamador e pedante. O primeiro, não contente da imundície que encontra na superfície da terra, vai cavá-la no fundo e com esforço. O segundo contenta-se com o que acha à superfície, para enfeitar os seus imundos escritos. O primeiro, prêgando a restauração e facilitando-lhe os caminhos, a cada passo manifesta que zomba com papelões aristocratas a quem a está fazendo e cujos interêsses defende por um cálculo de perversidade. O segundo aspira a ser popular e adular a multidão e não pode disfarçar a aversão, o antigo ódio que vota aos brasileiros e a sua simpatia exclusiva por tudo que é do outro mundo. O primeiro encara a restauração como um meio

---

(42) Veremos, mais adiante, que, de acôrdo com “documentos biográficos”, até agora inéditos, existentes na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, D. Pedro I, ao contrário do que pretendeu afirmar Evaristo da Veiga, impediu que João Batista de Queiroz fôsse à Europa desempenhar uma comissão dada por D. João VI. E, quanto a David da Fonseca Pinto, não o considerou demitido do cargo que no Maranhão exercera, a própria Regência Trina Permanente.

(43) Apesar de também *O Cabrito* atribuir a David da Fonseca Pinto a responsabilidade pelo *Papeleta*, apontou o ex-arquiteto dos Paços Imperiais Pedro Alexandre Cavroé como seu redator o pasquim *O Índigena do Brasil*.

(44) No texto de Vieira Fazenda como em *Diogo Antônio Feijó*, do Sr. Octavio Tarquínio de Sousa (pág. 112), lê-se “*O Brasileiro, O Pardo*”, como se se tratasse de dois jornais diferentes. Será, entretanto, *O Brasileiro Pardo*, adiante estudado.

de chegar à anarquia ensanguentada, ao regime do terror, à dominação dos demagogos ferozes. O segundo olha a anarquia como o caminho que vai ter à restauração e à tirania imperial. O primeiro alheia o prazer bárbaro de decapitar vítimas no tribunal revolucionário e de sacrificar à sua inveja e raiva negra tôdas as notabilidades sociais, adulando para êsse fim as paixões da populaça. O segundo conta enviar à força e às galés os amigos da liberdade brasileira, gozando o favor do príncipe, em cujo serviço se tem arrastado tanto". (45)

## O SATURNINO

Cabal exemplo do confusionismo político e ideológico a que podiam chegar os improvisados pequenos jornalistas da Regência Trina Permanente, é apresentado pelo periódico *O Saturnino*, cujo número 1.º e único data de 2 de julho de 1833.

Impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia., sita à praça da Constituição n. 51, é êle o n. 4.485 do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, onde foi exposto por D. Antônia R. de Carvalho. Não o possui, porém, a Biblioteca Nacional e valemos, para conhecê-lo, do exemplar pertencente à coleção de jornais antigos do Sr. Francisco Marques dos Santos. Embora citado o seu título por Melo Moraes, em 1863, em sua *Corografia Histórica*, não o fêz, dois anos depois, Moreira de Azevedo, na *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*.

À vista dos exemplos fornecidos por *O Evaristo*, *O Andradista* e outros pasquins da época, aquí analisados — seria lícito supor que *O Saturnino* fôsse contra ou a favor de Saturnino de Sousa e Oliveira, o tão citado General Oleré, irmão do ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, futuro Visconde de Sepetiba (46), êle

---

(45) José Vieira Fazenda — "Aspectos do Período Regencial", conferência cit., na *Revista do Instituto Histórico*, cit., tomo 77, parte I, de 1914, vol. 129, págs. 56-57.

(46) A biografia de Saturnino, tão ligada à do irmão, é entrevista em "Visconde de Sepetiba", do autor, no volume *Os Fundadores* — "Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis", vol. VII, 1943, págs. 105-210. — Na criação dos juizes de paz e dos corpos da Guarda Nacional prestou

nesmo co-redator da *Verdade* e Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro, a partir dêsse ano de 1833. Ou então contra ou a favor de José Saturnino da Costa Pereira, senador por Mato Grosso entre 1827 e 1852 (47), irmão e correspondente, no Rio de Janeiro, do célebre primeiro jornalista brasileiro, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, redator do londrino *Correio Brasiliense*.

Não autoriza nem uma nem outra hipótese a atenta leitura das oito páginas, in-4.º, do *Saturnino*.

Pêssimamente redigido, sem se definir claramente, sem dizer a que vinha, no ambiente tão dividido de fações que era o de 1833, é êste um jornaleco politicamente inqualificável, no máximo podendo ser tido como oposicionista.

Começa por despistar o leitor com a epígrafe, atribuída a “D. João VI, em audiência”: “É dever do homem probo e patriota censurar os abusos e defender a razão”.

Continuam as dúvidas com a oração que, sincera ou sacrílega, antecede o artigo inicial: “Deus nos cubra a todos com a sua Divina Providência e nos salve dos males antigos e modernos e futuros, por todos os séculos sem fim. Amen”.

Declarando-se, logo, mais um tarrafeiro que visa pilhar o cobre do leitor (80 réis, custo habitual dos pasquins de 8 páginas) — todo o editorial é um perfeito modelo de completa obscuridade estilística.

Na “Miscelânea” seguinte, em que são abordados os costumes do tempo, permanece a confusão. No outro artiguete — “Luxos e Modas” — é criticado o uso de cachos de mal-cheirosos cabelos postigos, que destinados às damas elegantes então chegavam de França. Também não se percebe se é séria a notícia da transferência de um espetáculo de benefício do ator Mr. Lamb, no qual cantaria e dançaria a Sra. Raton, uma vez que ficou a mesma para o dia do aniversário da Sra. D. Carapeba Flores da Virgem Pura.

Com mais algumas alusões, dificilmente decifráveis, inclusive numa secção de “avisos metafóricos”, termina o incrível periódico O

---

Saturnino relevantíssimos serviços, à ordem pública, criando, por isso mesmo, numerosos inimigos. (Cf. Joaquim Manuel de Macedo — *Ano Biográfico Brasileiro*, de 1876, tomo 3.º).

(47) Cf. Affonso de E. Taunay — *Op. cit.*, pág. 96.

*Saturnino*, que apesar de ter emprasado para o segundo número os leitores que tivessem gostado do “fraseado” de seu primeiro artigo, certamente não passou da tiragem inicial.

## A MINEIRA NO RIO DE JANEIRO

Embora se apresente *A Mineira no Rio de Janeiro* como jornal dirigido por uma senhora, nada nos assegura a veracidade da afirmação. Seria, aliás, o primeiro órgão da imprensa feminina do país, pois *A Mulher do Simplicio*, que o antecedeu (48), era sabidamente redigido pelo tipógrafo Francisco de Paula Brito. E o *Jornal das Senhoras*, dirigido por Joana Paula Manso de Noronha e por Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco, sòmente appareceria em 1852. (49)

Apesar de citado o seu título como *A Mineira no Rio de Janeiro* por Melo Moraes, na “Relação dos Jornais que tem havido no Brasil desde o dia 10-IX-1808 até 20-X-1862” — appareceu como *O Mineiro no Rio de Janeiro* na “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”, de Moreira de Azevedo, e nos autores que o seguiram, Max Fleiuss (no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, I-1558), Licurgo Costa & Barros Vidal (na *História e Evolução da Imprensa Brasileira*, obra editada pela Comissão Organizadora da Representação Brasileira à Exposição dos Centenários de Portugal, 1940, pág. 30).

Dos quatro números de sua coleção, guardada na Biblioteca Nacional, possui dois o Sr. Francisco Marques dos Santos, o segundo e o terceiro. Servimo-nos de uns e outros. Não consta o periódico do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, e foi impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia.

No “Prospecto”, que muitas vezes abria os jornais da época, explica-se a respectiva orientação, sempre prenhe de boas intenções : a defesa da Constituição, do Trono e da Dinastia Bragantina, disfarces de sua côr nitidamente caramurú.

---

(48) Vide, a respeito, o trabalho do autor — “Os primeiros jornais humorísticos — A família dos *Simplicios*”.

(49) Cf. Helio Vianna — “A primeira revista literária brasileira”, na *Revista Brasileira*, n. 5, de março de 1943, págs. 23-24, nota 39.



Um apêlo às mulheres, intitulado “Brasileiras” — pouco femininamente chamando-as às preocupações políticas, também aparece no primeiro número da *Mineira no Rio de Janeiro*, datado de 26 de julho de 1833.

No segundo, de 6 de agosto, refere-se aos “desgraçados acontecimentos”, posteriores ao “lutuoso” 7 de abril, comparando-os aos tempos do Primeiro Reinado.

“Se lançarmos uma vista rápida sôbre o Paternal Govêrno de S. M. o Sr. D. Pedro I, devemos confessar que no entanto que os habitantes das Repúblicas Espanholas se massacravam, o Brasil gozava das doçuras da Paz; naquele tempo foi o asilo daqueles desgraçados que podiam escapar-se do furor de ambiciosos e enfurecidos ditadores”.

Os efeitos da participação de maus padres na política também não escapam à filha das alterosas residente na Côrte :

“Que males nos não tem causado o ministério do padre Feijó e dos seus colegas ? Quanto sangue se não tem derramado em todo o Império, por causa dêsse e outros sacerdotes ? Os cearenses foram vítimas das intrigas de um padre Alencar, como se tem visto em diversos impressos. Os mineiros de um padre Bento (José Bento Leite Ferreira de Melo). Além dêstes reverendíssimos heróis, vê-se a um J. C. D. (José Custodio Dias), V. H. de R. (Venâncio Henriques de Rezende), A. J. de L. (Antônio João de Lessa) e cônego Januário da Cunha Barbosa, tudo gente capaz de introduzirem a moderação no Reino de Plutão e de obrigarem-no a abdicar”.

Diante disto, apela para Feijó — “Arrependei-vos !” E para suas companheiras de sexo :

“Não deixeis de animar aos vossos maridos, irmãos e amantes em defesa de Deus, da Constituição jurada e D. Pedro 2.<sup>o</sup>”.

No 3.<sup>o</sup> n., de 10 de agosto, diz ter deixado a sua “pátria natal”; não está mais nos braços de suas “patricias e comprovincianas”. Por isso, depois de referir-se ao “imortal D. Pedro I” e à desconhecida divisa “Independência e Liberdade Legal” (50), de 1822 — pede

---

(50) *A Liberdade Legal* seria o título de outro pasquim carioca do mesmo ano de 1833, citado em diversas listas de periódicos, porém raríssimo.



que cessem as perseguições dos jacobinos aos brasileiros em Minas Gerais.

Na infalível parte de “correspondência”, uma “caramurú” conta como ao passar pelo portão da Quinta da Boa Vista, acompanhada de crianças, foi assaltada aos gritos de “mata! esta é caramurú”, três tiros tendo ferido um de seus companheiros.

No último número, afinal, de 26 de agosto, lamenta *A Mineira no Rio de Janeiro* que o governo queira perseguir os amigos da Constituição e do “Augusto Pai do nosso monarca”. Ataca, também, a “boreal *Aurora*” e “o nobre chimango mercador d’alfarrábios, Sr. Evaristo”.

Como única justificativa do habitual sub-título “Jornal político e literário”, traz *A Mineira* a epigrafe que corrobora o gôsto pelo latim sempre mantido entre os montanhesez — *Inest sua gratia parvis* (As pequenas coisas têm seu mérito).

## O MACACO — OU — O PALHAÇO DA OPOSIÇÃO

Merece o sub-título escolhido o pasquim *O Macaco ou O Palhaço da Oposição*, de que existe na Biblioteca Nacional apenas o 2.º n., de 14 de agosto de 1833, impresso na Tipografia do *Diário*, de N. L. Viana — embora não tivesse figurado nas listas de Moreira de Azevedo e de Rafael Arcanjo Galvão, bem como na Exposição de História do Brasil, de 1881, aparecendo embora na de Melo Moraes, anterior.

A própria epigrafe dá bem idéia do tom pretensamente jocoso do pasquim :

Eis o Macaco  
Belos Chimangos  
Nossos fandangos  
Vamos dansar

Enquanto o Brasil  
Coberto de tinha  
Pobre caminha  
De pernas p’ra o ar.

Irônicamente elogia o dia 7 de abril, combatendo, porém, o jornal *O Sete d'Abril*, de Bernardo de Vasconcelos, que recebera mal o seu aparecimento (51). Ataca também a *Aurora Fluminense*, como faziam, aliás, quasi todos os periódicos da época.

Termina *O Macaco* transcrevendo a Proclamação de D. Pedro I aos mineiros, de 22 de fevereiro de 1831, o que acentua o seu caráter caramurú.

## A LOJA DO BELCHIOR

“Belchior é, no Brasil, têrmo de gíria que designa o bric-a-braquista, o que compra e vende tudo, novo ou velho, etc..” — Tal é a explicação que a propósito do título de mais êste pasquim de 1833 ofereceu o escritor português Alberto Bessa, ao mencioná-lo em sua lista de periódicos brasileiros, datada de 1904 (52).

“Quem pilhou, pilhou; quem não pilhou, pilhasse” — tal é a epígrafe do referido jornal, que a diz oriunda de alfarrábio afonsino.

Impresso, a princípio, na Tipografia do *Diário*, não consta do *Catálogo da Exposição de História do Brasil* mas possui a sua coleção de sete números (embora o último esteja separado dos anteriores) a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Citada, em 1863, por A. J. de Melo Moraes, fê-lo, em 1865, Moreira de Azevedo, alterando o título para *Loja de Belchior* no que foi acompanhado pelos que o copiaram, inclusive Alberto Bessa.

De acôrdo com um trecho de Evaristo da Veiga, transcrito por Vieira Fazenda, aquí já reproduzido, pertencia *A Loja do Belchior* ao grupo de pasquins caramurús de responsabilidade, mesmo parcial.

---

(51) Sôbre Bernardo de Vasconcelos citou Vieira Fazenda a seguinte quadra, na conferência citada, *Op. cit.*, pág. 59:

De bronca loquacidade  
É Bernardo sem questão  
Dizedor de Bernardices  
Impondo-se de sabichão!

(52) Alberto Bessa — *O Jornalismo* — “Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias”; Lisboa, 1904; pág. 302.

do famoso agitador David da Fonseca Pinto, o David Cachéu tão odiado pelos moderados, depois proprietário da Tipografia Paraguaçu.

É oportuno, portanto, que mais alguns esclarecimentos sejam dados, sobre este interessante personagem da imprensa carioca de 1833.

Conforme “documentos biográficos” que se guardam na preciosa Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, era David estudante de medicina em Coimbra, indicado pelo govêrno do Maranhão para uma das pensões que concedia D. João VI, quando sobreveio a independência do Brasil. Era filho do brigadeiro José Antônio Pinto, que, de acôrdo com as suas informações, servira a coroa portuguesa por 50 anos, sendo 22 na Costa d’África, onde governou Bissau e Cachéu. Perseguido naquela ocasião em Portugal, como aconteceu a outros acadêmicos do Brasil, interrompeu os estudos e regressou à pátria adotiva. No Maranhão foi nomeado escrivão das classes do Almoxarifado da Junta da Fazenda Pública e depois Administrador dos Correios da Província. Vindo ao Rio, em 1830, licenciado para tratamento da saúde, aproveitou a oportunidade para solicitar de D. Pedro I a concessão da comenda de Cristo, para isto alegando recentes perseguições por ter repellido, “corajoso, as doutrinas demagógicas e incendiárias dos inimigos de Sua Magestade”. Um “Não”, traçado pela própria mão do Imperador, foi o despacho obtido, a 14 de outubro daquêle ano. Insistiu, porém, o arrojado pretendente, passando a solicitar a comenda da Imperial Ordem da Rosa. Obteve, afinal, apenas o grau de cavaleiro, a 2 de dezembro seguinte. Dos serviços alegados não se encontram, porém, os respectivos atestados, por terem sido retirados pelo interessado.

Em 1833, requereu ser reconduzido ao cargo de Administrador dos Correios do Maranhão, do qual ainda se achava afastado e sem receber vencimentos, por doente, desejoso de “tomar caldas em Santa Catarina ou na Baía”. Despachou o pedido o ministro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, determinando que se dirigisse ao presidente da província. Não se conformou David, reclamando-o do novo ministro do Império, Aureliano Coutinho. Manteve este o ato do antecessor, declarando, porém, que o requerente não havia perdido o

seu direito ao cargo (53). Apesar disto, foi o futuro Visconde de Sepetiba uma das mais constantes vítimas dos diversos jornalzinhos do homem de Cachéu, transformado em leader jornalístico dos restauradores.

Voltando à *Loja do Belchior*, no “Prospecto” que abre o primeiro número, datado de 22 de agosto de 1833, alude-se à multidão de periódicos então publicados no Rio de Janeiro, realmente nunca maior que a registada nos últimos meses desse ano.

Da linguagem do pasquim e do largo uso que também fazia dos insultos pessoais e da deturpação dos nomes próprios e aposição de apelidos, basta dizer que são seus alvos, nesse exemplar inicial, Codório (Odorico) Manuel Mendes, a que chama “o empinador de papagaios” — o que mostra a antiga vigência, entre nós, desse brinquedo infantil de origem chinesa; o eterno Ripanso (Evaristo), Sancho Pança e o Poeta Chumbo aí também *comendo fogo*, na expressão popular, como aliás tôda a “canalha bordulenga moderada” e *O Sete d’Abril*, pasquim de Bernardo de Vasconcelos.

Depois de afirmar que *A Loja do Belchior* dispõe de ferros velhos às vezes de serventia “sublime”, passa a descrever uma festa dos chimangos, na qual foi cantado um hino com o refrão :

Da Probidade  
Comem os tolos.  
De habilidade  
Comamos todos.

Uma “anedota com sua aplicação” encerra o número, atingindo em cheio o severo padre Feijó, que apenas como medida moralizadora

---

(53) Tôdas essas informações sôbre David da Fonseca Pinto, de acôrdo com os “documentos biográficos”, originaes, guardados na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. — No Maranhão, de 29 de dezembro de 1827 até 5 de março de 1829, redigira David o periódico denominado *Minerva*, “fôlha retrógrada”, na opinião de Joaquim M. Serra, cit. por Sacramento Blake, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, II-162. Voltando a Portugal, logo após a vitória da causa de D. Maria II, dirigiu em Lisboa a *Crônica Constitucional*, em 1834, e o *Diário da Câmara dos Deputados*, em 1839-1840. Faleceu em Cachéu, onde nascera, em 1850, ou pouco antes.

chegara a pleitear a abolição do celibato dos sacerdotes, conforme alegou:

“D. Pedro I de Portugal deu com um chicote em um eclesiástico (diz a sua *Crônica*), por lhe constar dormira com uma mulher casada. Se houvesse quem fizesse o mesmo a um eclesiástico que quer que todos os seus durmam com mulheres por consenso da Igreja, que tal teria-o cortado os fundilhos dêste o Clérigo do Tu?” (De Itú, quer dizer).

No segundo número, de 30 de agosto, continua *A Loja do Belchior* a descrever o baile dos moderados em Mataporcos (hoje rua Estácio de Sá), acrescentando-lhe uma sessão em verso no célebre clube da Chácara da Floresta, residência do deputado padre José Custódio Dias, à rua da Ajuda.

No terceiro, de 5 de setembro, imagina o redator um Projeto de Resolução da Convenção Nacional da República, glorificando os criminosos.

No quarto número, de 10 de setembro, além da habitual acusação de ladrões, que os oposicionistas mais baixos sempre apreciavam dirigir aos governistas de tôdas as épocas — alude às aulas que o Marquês de Caravelas daria a seus colegas do Senado, visando instruí-los.

O número 5 da *Loja do Belchior*, de 16 de setembro, logo após o assassinato do redator do *Brasil Aflito*, contém a afirmação de que a mesma continuará a ser publicada, apesar de tôdas as dificuldades, pois que é “um grito de desespero” — outra aspiração comum dos órgãos da oposição.

Comentários a uma notícia que obteve a maior repercussão na época, aparecem no sexto número, de 18 de outubro. O ministério queria promover a reunião de uma convenção, afim de evitar a volta de D. Pedro I ao Brasil, então tida como iminente, à vista do que publicara o jornal inglês *Albion*, de 12 de agosto. Talleyrand e Lord Palmerston já haviam conferenciado a respeito e a França e a Inglaterra não seriam estranhas a êsse projeto restaurador — propalava-se. A viagem de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado à Europa, visando um entendimento dos caramurús com o ex-imperador, confirmava as suspeitas, uma vez que aquí não se podia conhecer a repulsa que de D. Pedro mereceu qualquer negociação no sentido de seu retôrno ao Brasil. Pedia o redator da *Loja do Belchior* que os seus leitores refletissem sôbre tudo isto. Defendendo o Fun-



dador do Império, de quem se declarava amigo, ponderava que a Europa não era liberal, não o queria no governo português, nem perto da Espanha. Aquí, porém, existia um partido republicano — o federalista chimango, insinuava o disfarçado caramurú.

Com ataques ao Regente Lima e Silva e um soneto ao Pateta-Mor — talvez ninguém menos que o Marquês de Barbacena — encerrou-se o exemplar.

O último número da *Loja do Belchior*, datado de 9 de novembro de 1833, foi significativamente impresso na Tipografia Paraguaçu, do restaurador David da Fonseca Pinto.

Combatendo a *Aurora Fluminense* e a Sociedade Defensora da Independência Nacional, critica a criação da Casa de Correção, ataca Ripanso, o Cheira, o general Cunha por dentro dos Matos, etc..

Rebatendo publicações inimigas, que lembravam os nomes dos brasileiros adotivos que haviam festejado a volta de D. Pedro I de Minas, em março de 1831, publica, por sua vez, um rol dos chimangos que haviam feito o mesmo e que agora eram propositalmente esquecidos por seus correligionários.

## O MESTRE JOSÉ, O PAI JOSÉ E O CARPINTEIRO JOSÉ

De acôrdo com a coleção existente na Biblioteca Nacional, data de 5 de setembro de 1833 o primeiro número do *Mestre José*, impresso na Tipografia de Brito.

Nada menos de três epígrafes traz este pasquim, que no segundo número passou a ser *O Pai José*, no terceiro *O Carpinteiro José*, títulos êsses alusivos ao Regente Costa Carvalho, filho de um armador de navios.

Áquí as transcrevemos, pois são suficientes para dar impressão da respectiva orientação:

“Se não faço mal a meus inimigos, ou aos que me desobedecem, é por falta de poder ou de boa lembrança para os perseguir sem perigo pessoal. (Carpinteiro do § 4.º, Fúria 2.ª)”.

“Nesta Côrte não se pode ser mulher pública. (Judith de Badaró, Parvoice 8.ª)”.

“Sangue nem sempre pede sangue: às vezes requer sangria e água do Ceará, ou coisa que o valha. (Matricida Fluminense, Moderação e Moralidade 1.ª)”.

Dispondo de três epígrafes, as duas primeiras referentes a Costa Carvalho, a terceira a Evaristo — critica *O Mestre José a Aurora Fluminense* por já ter tido a sua assinada, que depois tornou anônima:

Pelo Brasil dar a vida  
Manter a Constituição  
Sustentar a Independência  
É a nossa obrigação.

Realmente, antes de 1831, depois da quadra lia-se em maiúsculas, no cabeçalho do jornal de Evaristo: “Por Sua Majestade o Imperador D. Pedro I (*Diário Fluminense*, 14 de julho de 1824)”. Depois, do 7 de abril, porém, até o último número da *Aurora*, saído a 30 de dezembro de 1835, mantiveram-se os versos, desacompanhados, porém, da indicação do autor...

Outros chimangos, como Saturnino-Oleré, foram também combatidos pelo *Mestre José*. Feijó — “casamenteiro de padres” e “Napoleão dos Republicanos de Mama”, isto é, moderados, foi visado em seus três números, o segundo de 21 de setembro, e o terceiro, com novo título, *O Carpinteiro José* a 7 de outubro.

O Reverendo Quer Casar (padre Antônio Maria de Moura), Figueiredo Diogo de Madragôa (testa de ferro de Feijó e redator do *Sete d'Abril*), Januário B. Hunt de Aureliano (cônego Januário), a Mlle. Ministro do Império (Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho), o tio do assassino Lima — são alguns dos epítetos que aparecem nos dois últimos números do *Mestre* e do *Carpinteiro José* — e bastam para o seu julgamento.

Quanto ao responsável pela sua redação, relembre-se a acusação de Evaristo da Veiga, de que *O Pai José* pertencia ao lote de João Batista de Queiroz, famoso pasquineiro da época, paulista cujas atividades jornalísticas datavam de 1822, quando aqui redigiu o *Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense*, cuja preciosa coleção possui a Biblioteca Nacional.

*O Mestre*, *O Pai* e *O Carpinteiro* não figuraram na Exposição de História do Brasil, de 1881.

## O HOMEM DE CÔR OU O MULATO

A julgar pelo título, epígrafe e artigo de apresentação, terá sido *O Homem de Côr*, a partir do terceiro número, modificado para *O Mulato ou o O Homem de Côr* — o primeiro jornal brasileiro dedicado à luta contra os preconceitos de raça.

Comprovando-o, transcreve no cabeçalho o § 14 do art. 179 da Constituição de 1824, que determinava:

“Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”.

Ao lado desse trecho coloca, porém, o seguinte, extraído de um ofício de Manuel Zeferino dos Santos, presidente de Pernambuco, datado de 12 de junho de 1833:

“O povo do Brasil é composto de classes heterogêneas e debalde as leis entendem misturá-las ou confundí-las; sempre alguma há de procurar e tender a separar-se das outras, e eis um motivo mais para a eleição recair nas classes mais numerosas”.

Classifica-o como “parto monstruoso e revoltante” no editorial dizendo-o ditado pela “brutalidade ou crassa ignorância”, uma vez que a “idéia dá divisão de classes fere de morte a Constituição do Império”.

Ainda a propósito das idéias do referido presidente, quanto ao fracasso da Guarda Nacional, combate sua sugestão no sentido de serem criados batalhões separados, de brancos, pretos e mulatos — como aliás havia sido observado durante o período colonial. Termina, portanto, sugerindo a sua demissão.

Poderia, realmente, ser tido *O Homem de Côr* como órgão dos mestiços brasileiros, e certamente o primeiro em data, caso obedecesse à orientação de seu impressor, o tipógrafo Paula Brito, principal proprietário da então Tipografia Fluminense, benemérito mulato que tanto se distinguiu na proteção dispensada a outro mulato, este de gênio, o nosso maior ficcionista, Machado de Assis. Contra essa hipótese depõe, entretanto, a informação contida no 10.<sup>o</sup> número do *Indígena do Brasil*, onde se diz que *O Homem de Côr* era redigido por certo Conrado, talvez o cel. Conrado Jacob de Niemeyer, compro-

# O HOMEM DE CÔR.

N.º 1.

## CONST. POLITICA DO IMPERIO, Tit. 20.

Dos Cidadãos Brasileiros art. 6.º  
São Cidadãos Brasileiros &c. &c. § 6º  
1.º 2.º 3.º 4.º e 5.º

Tit. 8.º Das disposições geraes, e garantias dos direitos civis, e politicos dos Cidadãos Brasileiros Art. 179 § 14  
Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos publicos civis, Politicos, e Militares, sem outra differença que não seja a de seus talentos, e virtudes.

O Povo do Brasil he composto de Classes heterogeneas, e debalde as Leis intentem mistural-as, ou confundil-as sempre alguma hade procurar, e tender a separar-se das outras, e eis hum motivo mais para a eleição recair nas classes mais numerosas.

Por Manoel Zeferino dos Santos, —  
Presidente de Pernambuco.

Officio de 12 de Junho de 1833.

49 AN. SABBADO 14 DE SETEMBRO DE 1833

TYPOGRAPHIA FLUMINENSE DE BRITO E C.

Com licença do Sr. Manoel Zeferino dos Santos, e de seu sequito.

Parto monstruozo e revoltante he sem duvida o Officio de 12 de Junho de 1833, se a brutalidade ou crassa ignorancia o não dictára, a ideia de divizão das Classes fere de morte a Constituição do Imperio, e no pélago de intrigas interminaveis a preza he partilhada com o mais forte; e para que se frustrem intenções damnozas ergue o filozofa a vós sempre superior aos prejuizos do seculo, e mostra com a analize do precitado Officio o que o dever e a honra proscreeve em semelhante lide.

Trouxerão accintemente as folhas ministeriaes, da Capital o Officio do Presidente de Pernambuco, para de huma ves romper-se o nó que liga a Familia Brasileira, em obrigação ficamos por tão assigna-

lado serviço. Diz o Prezidente do Pernambuco tratando das G. Nacionaes = Que esta instituição que parecia ser a mais proficua para a defeza do Brasil e segurança da tranquillidade interna pela grandeza que deverião ter os individuos que a devião compor, não tem, ao menos na quella Provincia correspondido aos seus fins etc. etc. Dizemos nos: se as G. Nacionaes não tem prestado o auxilio esperado, temos culpa de andarmos ora a Franceza, ora a Ingleza? Quem o culpado da dissolução da Tropa? A prestação de serviços torna-se a aquelles que alimentão-se com seus braços, onerôza, injusta, e impolitica; e o Prezidente de Pernambuco e seu bando que vivem como zangões a expenças da Nação a muito deverião ter previsto que os G. Nacionaes se recusarão a trabalhos violentos;

*O Homem de Cór* — a partir do terceiro número intitulado *O Mulato*, terá sido, provavelmente, o primeiro periódico brasileiro a combater abertamente o preconceito de cór, de que também se occuparam, no mesmo ano de 1833, o

*Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulo* e *O Crioulinho*.

(Reprodução da primeira página do n. 1, pertencente à coleção de jornais antigos do Sr. Francisco Marques dos Santos).





metido na intentona restauradora de 17 de abril de 1832. E' lícito supor, porém, que o tipógrafo tenha tido influência na orientação do periódico que imprimia, sendo, como era, ativo membro do Partido Exaltado (54).

Começa doutrinar, citando até o Conde de Maistre, o segundo artigo do primeiro número do *Homem de Côr*, datado de 14 de setembro de 1833. Abordando, depois, a situação política brasileira, diz o seguinte:

“Bem que conheçamos que nenhum ministério se há achado talvez em crise de mais alta responsabilidade para com as gerações presentes e futuras, todavia, a Nação Brasileira marchará rapidamente à grandeza que a vastidão de seus recursos lhe tem marcado, se o poder deixar de guiar-se por clubes tenebrosos, abraçando-se com a Constituição, dando ao mesmo passo de mão ao pequeno diabo da rua dos Pescadores (Evaristo). O poder quer nos persuadir que teme uma restauração; dizemos sem reboço que os primeiros restauradores são os governantes, seus fatos assim nos convencem; a liga feita com João Paulo (dos Santos Barreto), cônego Januário, Paulo Barbosa, etc., etc., a ocultação das atas do Conselho de Estado, o sangue brasileiro espargido (sic), as cadeias e fortalezas amontoadas de patriotas, a confusão em que nos achamos, envolvendo-se os exaltados com êste ou aquele que ambiciona regime de D. Pedro — tudo induz-nos a crer que os governantes são os primeiros restauradores”.

Com estas palavras comenta *O Homem de Côr* o assassinato do redator do *Brasil Aflito*:

“Sabei, ó Brasileiros, que no dia 9 do corrente, às 4 horas da tarde, fôra barbaramente assassinado o Redator do *Brasil Aflito*, o Sr. Clemente, pelo Sr. Carlos Miguel de Lima, filho do Exmo. Sr. Regente Lima, tornando-se uma tal ação mais odiosa pela violação do direito da propriedade do Sr. Capitão Mendonça; não entraremos em mais detalhes, o fato é público. Os filhos do Exmo. Regente, um espancou o Sr. Alferes Faustino, outro acutilou o Sr. Tenente Lopes, o Sr. Carlos assassinou ao Sr. Clemente. Brasileiros, é no Brasil que tal família ousa erguer o colo e assim paga aos que lhe serviram de degraus no dia 6 de abril. Meditai e resolvei”.

---

(54) Vide, a respeito, o trabalho do autor: “O tipógrafo Paula Brito”.

Como fêcho, a seguinte declaração:

*O Homem de Côr*, como é livre, sairá quando quiser, sem licença do Branco presidente de Pernambuco; salvo se algum Raldão acutillar o Redator!...”

O segundo número, de 28 de setembro, começa apreciando o pedido a 15 de agosto feito pela Sociedade Federal, de Pernambuco, no sentido de ser decretado o banimento de D. Pedro I. Combate-o porque “o Sr. D. Pedro abdicou voluntariamente e uma tal formalidade, quando existe a força, de nenhum proveito poderá servir”.

Diversos casos pessoais, em que são insultados alguns dos mais notáveis chefes moderados, seguem-se no mesmo artigo, no qual se afirma que “aduladores ontem do Duque de Bragança são os que hoje se dizem liberais”.

“Os tiros no Teatro”, acontecimento de que então transcorria o segundo aniversário, forneceu matéria para novos ataques aos que por êle foram responsabilizados — Saturnino de Sousa e Oliveira e Feijó — aí chamados Neros, Calíguas e canibais.

Mais comentários ao processo do assassinato de Clemente José de Oliveira, procurando inocentar o redator do *Brasil Aflito*, encerram o exemplar.

O terceiro número do *Homem de Côr*, primeiro em que êsse título é antecedido por *O Mulato* — é o último da coleção do Sr. F. Marques dos Santos e traz a data de 16 de outubro.

Ainda explora o caso da morte do referido panfletário: quando lhe foram prestadas as últimas homenagens, uma patrulha armada do Corpo de Permanentes procurou intimidar os seus muitos amigos...

As habituais referências a oficiais perseguidos, às demissões e nomeações de caráter partidário, no jornal se confundem com as acusações à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, aos conluíus na Chácara da Floresta, etc... “Demita-se o governo, deixe ao Rangel, Pedro Mainard, brigadeiro Paula, Manuel de Carvalho (Pais de Andrade, o chefe da Confederação do Equador de 1824) e outros a direção dos negócios e tudo será salvo”, diz o pasquim, referindo-se a conhecidos chefes do partido exaltado.

Continuando a examinar o jornal conforme os exemplares guardados na Biblioteca Nacional (embora não tenham figurado na Expo-

sição de História do Brasil, de 1881) — vejamos o n. 4, de 23 de outubro.

A prisão de mais um pasqureiro, o “verdadeiro americano” Sr. Lafuente, “patriota desde 1817”, inimigo de Evaristo da Veiga, parece-lhe arbitrária e deshumana. No novo periódico moderado *A Restauração* (hoje inencontrável) fôra ele chamado de bode, negro, etc. e depois preso sob pretexto de se achar armado, para o que aliás havia obtido licença do juiz de paz da freguesia do Sacramento. Sendo “homem de côr”, teve logo portaria do ministro Aureliano para que fôsse enviado a bordo da presinganga, afim de assentar praça de marinheiro, como simples grumete, embora já houvesse sido cadete, tendo visto o patíbulo diante dos olhos, em 1824. Entre os seus títulos, incluía-se o de ter dado, no Espírito Santo, o primeiro baile comemorativo da revolução de 7 de abril. Mas entre as suas culpas avultariam, certamente, a de ter custeado o sepultamento do redator do *Brasil Aflito* e a de ter se apresentado depois, de luto, no Arsenal de Guerra, “onde era o único homem de côr” — o que lhe valeu a demissão do cargo que aí ocupava, pois os “nossos governantes só tratam de fazer guerra aos mulatos”.

O último número do *Mulato* é de 4 de novembro de 1833.

Fala nas propaladas listas de proscrições. Repisa os casos de Lafuente e Clemente José de Oliveira. E proclama:

“Homens de côr que vergonhosamente servis aos moderados — deixai de serdes instrumentos de uma facção perjura e anti-nacional”.

Ainda sôbre o mesmo assunto, protesta contra referência à côr nas listas dos cidadãos e aponta mais uma demissão de mulato no Arsenal de Guerra, por ter o demitido acompanhado o entêrro de Clemente.

Apesar da habitual declaração — “continuaremos” — é possível a suposição de que foi êste o derradeiro número do curioso primeiro órgão jornalístico dos mulatos brasileiros.

## O EVARISTO

Possue a Biblioteca Nacional os números 1-3-4 e 5 desse periódico que, ao contrário do que se poderia supor, combate o jornalista que lhe dá o título.

Datado de 26 de setembro de 1833, traz o primeiro exemplar do *Evaristo* a epígrafe: “Estou como um livro de direito na biblioteca de um financeiro” — atribuída ao “Diabo Coxo”.

No editorial de apresentação é dito que “apesar de tantos roldões”, êle se apresenta na cena jornalística “como um Leão ou como um Carneiro” — alusão das mais transparentes, acrescentando que estará “em campo até que a espada do filho do Exmo. Sr. Regente o permeta” (sic.) É ainda o caso do assassinato do redator do *Brasil Afrito* que lhe fornece elementos para outros ataques ao govêrno.

Critica, também, a nomeação de Grenfell para o comando da fragata *Baiana*, maldosamente lembrando o já esclarecido caso do brigadeiro *Palhaço*, de que fôra injustamente responsabilizado, há muito, êsse marinheiro inglês a serviço do Império.

Prossegue o terceiro número do *Evaristo*, de 12 de outubro, em sua opposição aos moderados no poder, ao seu arbitrário patrono e a outros.

Um decreto de “D. Promotoribus Pancrácio Furibundo Lourinhan”, uma carta em inglês *macarrônico*, dirigida à Floresta pelo almirante Genebra, a eleição da diretoria do mesmo clube — de que faziam parte, como presidente, o “brigadeiro não há de casar”, 1.º secretário — Bonaparte e 2.º o Sr. Praia Grande — dão boa idéia do caráter do pasquim.

Não menos cheia de apelidos e alusões é a explicação das “causas principais a que diversos estadistas atribuem a falha do 30 de julho”.

Entre a “correspondência” contida no quarto número do *Evaristo*, de 29 de outubro, aparece uma carta, escrita de bordo da escuna *Fluminense* por Maurício José de Lafuente, na qual este agitador agradece o tratamento que lhe dispensou Grenfell, diz que foi obrigado a embarcar e despede-se de seus amigos. Comenta o caso, conclamando os brasileiros às armas, o jornal do “nobre partido exaltado” que é *O Evaristo*.

O quinto e último exemplar da coleção combate, como sempre, a Sociedade *Opressora* da Liberdade e “o goiaba da rua dos Pescadores”, “Ripanso de coletinho de três polegadas”, o teatrinho particular da Floresta, o coronel João Paulo dos Santos Barreto e outros.

Era impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia., à praça da Constituição n. 51 e teve o n. 4.130 no *Catálogo da Exposição*



de *História do Brasil*. Mencionado por Melo Moraes, em 1863, não o citou, entretanto, Moreira de Azevedo, em seu trabalho sobre “a origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”, de 1865.

## O CAOLHO

Não tendo figurado na Exposição de História do Brasil, de 1881, existe, entretanto, na Biblioteca Nacional, uma coleção de três exemplares de *O Caolho*, de 1833, pasquim muito citado pelos colegas da época, de cuja redação teria participado o famoso panfletário João Baptista de Queiroz. Assinalando ainda mais o seu caráter caramurú, foi ele impresso na Tipografia Paraguaçu, de David da Fonseca Pinto.

O número inicial, datado de outubro, traz a seguinte epígrafe, atribuída a um “Escrofuloso protegido”: “Ainda que os cães ladrem à lua, sempre ela resplandece”.

A má linguagem comum aos pasquins do tempo, encontra perfeito exemplo nas páginas do *Caolho*. Os apelidos, as alusões até mesmo obscenas—são aí frequentes. Evaristo, por exemplo, é “o coió testa de ferro do Sr. Maricá”, talvez o indigitado autor da máxima supracitada.

As mesmas características se mantêm no segundo e terceiro números, de 19 de outubro e 15 de novembro. Em todos três aparecem o General Fêmea, Oleré (Saturnino), outro ministro a que chama Madama, Aurelino Galeotas Monteiro d’Oleré e Guaribú (Aureliano), o Bobo Paulo Cecé (isto é, Saisset, Paulo Barbosa), Cipriano (coronel Cipriano José de Almeida), comandante da artilharia e seu verbo ciprianar. Ataca o pasquim *A Babosa*, alusivo a Libório Babosa, isto é, Honório Hermeto Carneiro Leão, refere-se à prisão do redator da *Cegarrêga* e transcreve versos do *Teatrinho do Senhor Severo*.

## O INDÍGENA DO BRASIL

Periódico dos exaltados, fortemente contrário aos caramurús e a D. Pedro I, denunciando-os ao governo e mantendo polêmica com os seus jornais, é *O Indígena do Brasil*, n. 4.222, do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, citado por Melo Moraes, omitido por Moreira de Azevedo e apresentado como de 1834 por Rafael Arcanjo Galvão. É, porém, de 1833, possuindo a Biblioteca Nacional apenas o seu n. 10, enquanto a coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos dispõe dos números 3, 4 e 15.



O primeiro destes, datado de 16 de outubro, começa por examinar a missão secreta de Antônio Carlos à Europa, onde, na Inglaterra, apressou-se a fazer declarações sobre a restauração de D. Pedro I no Brasil, o que contentaria aos portugueses aqui residentes, tanto os de meia-cara ou chumbos (brasileiros adotivos), como os de cara inteira ou papeletas (isto é, possuidores de atestados de cidadania lusitana, passados pelo cônsul). Estes, de acôrdo com o pasquim, já tinham batalhões prontos para apoiar o comércio e ladroeira de seus patrícios, quando chegasse rodeado de baionetas estrangeiras o “Augusto e imortal Pedro I, Fundador da imoralidade, da devassidão e das ladroeiras, delapidador eterno da Fazenda Pública, abdicador de corôas e herói, qual outro Focas, do nosso século”. (Vê-se, por aí, que mesmo entre os insultos infiltravam-se elogios ao ex-Imperador). Já se apresta a vinda do sultão bragantino, diz *O Indígena*. Dois guardas da deshonra (membros da Imperial Guarda de Honra) — já mandaram fazer fardas. O tutor, irmão do diplomata Totônio, tem o Paço inundado de portugueses e não mandou mudar o nome de Pedro I nas alabardas dos archeiros. Ele, “segundo é voz geral, é um dos mais interessados na queda da corôa do jovem Pedro II; ele tem à sua disposição mais de 200 contos de réis e pode fazer-nos como o tem feito, um grande mal, correspondendo-se com seu mano na Europa, e urdindo à sua vontade tramas contra o govêrno”. Lembra a suspensão de José Joaquim da Rocha, ministro em París, que ajuda a restauração, o mesmo devendo acontecer a Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond, outro andradista, como Rocha, ambos deportados com os Andradas em 1823, entretanto caramurús dez anos depois. Denuncia ainda como chumbeiros e restauradores muitos membros da Guarda Nacional da Côrte e certos juizes de paz.

Respondendo a um artigo do *Diário da Manteiga*, isto é, do *Diário do Rio de Janeiro*, acusa-o de não ser propriedade de um brasileiro nato, (era de Nicoláu Lobo Viana, adotivo), acrescentando que “escravos são esses periódicos caramurús que como pirilampos não têm dia marcado em que apareçam, e que só obedecem às ordens do Consistório que os paga, desta cáfila de chumbeiros da cidadela” — e não ele, *O Indígena*.

No primeiro artigo do n. 4, de 19 de outubro, lamenta que a Assembléia Legislativa não tenha dado andamento à repetida proposta do banimento do ex-Imperador. Leva o seu ódio à Família Imperial

a ponto de criticar “os carrancas do Senado que aplaudiram os talvez comprados pareceres dos juriconsultos franceses em favor do pretendido direito que tem a Duquesa de Bragança à dotação de cem contos anuais e se apressavam a estabelecer essa lei que será mais uma vergonha para o Brasil se ela passar na Câmara temporária”.

O décimo número do *Indígena do Brasil*, de 9 de novembro, transcreve a circular que às sociedades patrióticas do Império dirigiu a Sociedade Federal Fluminense, avisando-as de próximos perigos. Assinaram-na Epifânio José Pedroso, presidente; Cristiano Benedito Ottoni, 1.º secretário, e Bernardo José de Paula Aroeira, 2.º secretário.

Atacando seus inimigos da imprensa restauradora, diz que *O Caramurú*, *O Papeleta* e *O Homem de Côr*, são jornais redigidos por David (da Fonseca Pinto), Cavroé (Pedro Alexandre Cavroé, ex-arquiteto dos Paços Imperiais, preso mais tarde como restaurador) e Conrado (Niemeyer ?) Apontando-os à execração pública, continúa a publicar listas dos “garrafistas” de março de 1831 — o que bem mostra a odiosidade com que procurava renovar dissentimentos de mais de dois anos e meio antes.

Termina o exemplar pertencente à Biblioteca Nacional pedindo que na Casa de Correção, que então se construía, fossem reservados aposentos para certos senadores...

O n. 15, afinal, de 27 de novembro, transcreve, para consideração da *Aurora*, uma carta publicada no *Verdadeiro Patriota*, de 11 de novembro de 1830, assinada por David da Fonseca Pinto, “também autor do *Homem de Côr*, *Papeleta* e *Esbarra*”.

Na “correspondência” surge interessante carta do “Diligente” contra um papeleta, na qual se diz que a brancura dos portugueses bem pode ser judaica ou moura.

“É curioso ver como os absolutistas partidários da facção caramurú fazem a apoteose do execrável tirano, ex-Imperador Pedro de Bragança” — diz mais adiante, em artigo transcrito do *Democrata*, n. 13. *O Catão* (pasquim atribuído a Montezuma, futuro Visconde de Jequitinhonha) dá-lhe o título de Augusto Fundador do Império; *A Trombeta* (de Luiz Antônio da Silva Girão) chama-o Imperador legítimo; *O Cometa* denomina-o Anjo Regenerador; a *Arca de Noé* (do general Abreu e Lima) tem-no como Símbolo de Vir-

tudes; êste diz que êle abdicou voluntariamente, aquele que foi coacto; um quer anular a abdicação, por ser obra de uma sedição militar, outro sustenta que D. Pedro é Cidadão Brasileiro; e finalmente todos, iguais na perfídia, concluem que o ex-Imperador pode, quando quizer, voltar ao Brasil, para ser tutor do seu filho ou Regente do Império, etc. Felizmente, as contradições em que caem a cada passo são tantas como as palavras que proferem; porque esta é sempre a sorte daqueles a quem a ambição ou a perversidade leva a defender uma causa injusta e má; nem nós tomaríamos o trabalho de lhes responder, se essas gazetas imorais, recheiadas de máximas e princípios perigosos de negra servilidade, fôsem lidas sòmente por gente sensata; porém, o *Catão*, eunuco do serralho da Boa Vista, a *Trombeta* da escravidão, o *Diário do Rio* e todos quantos papéis imundos se publicam na Capital, são espalhados pelas províncias e circulam por tôdas as classes”.

Seguem-se os mais baixos insultos a D. Pedro I.

Responde, também, a duas proposições do *Esbarra* sôbre o ex-Imperador. A de que “os desvarios da vida privada do Sr. D. Pedro, no fogo da sua mocidade, em coisa alguma prejudicaram os interesses nacionais” e a de que “D. Pedro ausentou-se do Brasil com lágrimas nos olhos e saudosas expressões nos lábios”.

Mostrando a reação contra os caramurús que então já caracterizava a ação do govêrno, noticia e comenta o seguinte *O Indígena do Brasil*:

“Foram presos no dia 25 do corrente os Srs. papeletas Cavroé e Monteiro e tiveram ordem de sair do Império no prazo de 15 dias; os Srs. papeleta João Bonifácio e Pedrosa não sabemos a razão porque não foram igualmente presos e c não são; assim como os Srs. papeleta João Batista Moreira, Custodio Poeta Marmelada, caixeiro do João Bonifácio; o cirurgião Teixeira, maçon da Loja do Segredo; o Sr. Tiago, o João Néri Ferreira, o Guimarães Marambáia, morador na rua da Quitanda, entre a rua do Rosário e Ouvidor, etc.; e apesar de que o ministro da Justiça, ministro mais enérgico da atual administração, tenha dado algum sinal de vida, *O Indígena* não o elogiará senão quando S. Excia. elevar o número dos papeletas presos à décima potência e não se esqueça o Sr. Aureliano de que o José dos cacos está no caso de ser grumete, para que se não diga que para grumetes só se mandam brasileiros natos”.

## TRIUMVIR RESTAURADOR — OU — A LIMA SURDA

No título desse pasquim caramurú haverá, certamente, alusão ao Regente brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Foi o n. 4.552 da Exposição de História do Brasil de 1881, mas omitiu-o Moreira de Azevedo e não possui seu único exemplar, datado de 21 de outubro de 1833, a Biblioteca Nacional. Valemo-nos, para conhecê-lo, do que faz parte da coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos.

Merece desde logo a atenção o fato de ter este periódico a mesma epígrafe da *Aurora Fluminense*: os quatro versos de D. Pedro I já citados a propósito do reparo feito pelo *Mestre José*, quanto à supressão do nome do autor, depois de 1831 praticada pelo jornal de Evaristo — o que não faz *O Triumvir Restaurador*.

Impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia., começa o n. 1 pela tentativa de desfazer uma intriga que dizia armarem os moderados:

“Os denunciantes de 3 de abril consta-nos que andam convidando exaltados para uma rusga promovida pela facção chimangueira do periódico 7 d’Abril. E merecerão a confiança do Partido Exaltado êsses pérfidos denunciantes? Dizem êles que é tempo de fazer-se as vésperas sicilianas do *Tribuno* velho sôbre adotivos (55) e outros das castas heterogêneas, como os cabras do Carirí que Alencar detesta. Se não fizermos isto agora, acrescentam os denunciantes, estamos perdidos sem remédio, porque está muito forte o Partido Restaurador. Êste raciocínio é digno dos pérfidos denunciantes! Um exaltado que não se vende já respondeu ao convite com um dilema sem réplica. A ser forte o Partido Restaurador é loucura ou traição de alguém tentar batê-lo: sempre o fraco que irrita e provoca ao mais forte, arrepende-se irremissivelmente. Se, pelo contrário, é fraco o Partido Restaurador, é crueldade e impolítica, deshumana além de irreligiosa, assassiná-lo de surpresa”.

---

(55) Alusão a um projetado massacre de portugueses, a ser realizado por mulatos, que se propalou em 1831, mas que foi logo desmentido por seus indigitados responsáveis, entre os quais o médico Soares de Meireles. O *Tribuno* velho será, certamente, *O Tribuno do Povo*, do terrível panfletário Francisco das Chagas de Oliveira França, envolvido nas desordens das garrafadas.



E mais adiante:

“Outra razão com que os denunciantes pretendem iludir ao Partido Exaltado para o acabrunharem de uma vez é tão especiosa que desmascara os traidores. Dizem êles muito em segredo que por um barco vindo de Gibraltar chegaram periódicos ingleses asseverando que volta Pedro I, e que portanto cumpre dar cabo do seu partido já. Singularíssimo é êsse pretexto. Participações oficiais da Inglaterra já tivemos nós a tal respeito em uma Mensagem Restauradora às Augustas Câmaras; e se os Mamados e Chimangos então ficaram dormindo é porque não acreditaram na Mensagem Oficial. Como então fingem acreditar agora no que diz um periodista desconhecido?”

Termina com estas exortações, inclusive explorando o vigente preconceito de côr, o longo aranzel que é o artigo de apresentação do *Triumvir Restaurador* ou *A Lima Surda*:

“Eia pois, ó Exaltados! Ouvi-me Homens de côr sinceros e perseguidos pela Moderação! Vós, Adotivos que amais o Brasil, e já não quereis ser o instrumento da ruína à Pátria Brasileira! Vós, ó Brasileiros honrados que detestais anarquistas e intrigantes! Vós, ó Estrangeiros livres, que vêdes com profunda mágoa a guerra civil promovida pelos jornais do ministério! Vós, Cosmopolitos (sic) do Universo que habitais neste Paraíso terreal ainda virgem, mas grande obra da Mão Suprema do Onipotente Senhor dos Mundos! Vós, ó Filântropos, que trabalhais para levar a efeito os humanos projetos de Bernardino de Saint Pierre contra a devastadora guerra tanto externa como interna! Vós, Cristãos do Orbe todo, que ajudais o Povo Brasileiro a desenvolver sua indústria, comércio e liberdade! Lede com atenção êste artigo de *Lima Surda* e dizei se ela tem razão”.

Mais interessante, porém, que essa sedução dos exaltados pelos caramurús, tendo em vista se contrapor ao que no mesmo sentido vinham fazendo os moderados, será, certamente, o artigo seguinte, precioso pelas informações biográficas que contém, relativas ao célebre João Batista de Queiroz, por Evaristo da Veiga apontado como responsável pelo próprio *Triumvir Restaurador*. Transcrevendo-o na íntegra, não endossamos, certamente, tôdas as suas afirmações, porém delas recolhemos, apenas, as que podem ser úteis à reconstituição da figura singular desse pasquineiro do Primeiro Reinado e da Regência:



“O rancor d’*Aurora* contra o Cidadão Brasileiro João Batista de Queiroz é na verdade excessivo; e admira que êste Paulista guarde profundo silêncio depois de ver que sôbre êle os Moderados açulam os seus assassinos de cacete e punhal. Mas donde provirá tamanho ódio do govêrno contra um cidadão pobre, retirado, sem influência ou mérito? O Sr. Queiroz não é Doutor; não é clubista; não pertence a nenhuma sociedade secreta; não tem grossos cabedais com que faça guerra ao govêrno; não é empregado público que ponha tropeços invencíveis às notabilidades do dia; e ainda assim tamanho rancor contra êle!!! Se é porque no govêrno há inimigos particulares do Sr. Queiroz, diremos que o govêrno deve não vingar as ofensas que possa haver recebido em tempo que não era govêrno: fazer o contrário é mostrar-se impolítico, imoderado, indigno de governar. Se é por que o Sr. Queiroz sòzinho, com meia fôlha de papel impressa por semana batia quinze periódicos do govêrno em 1831, quando Feijó estava protegendo a Conservadora e com ela unido, então dá o govêrno triste idéia de sí, mandando a *Aurora* açular assassinos contra o Sr. Queiroz em 1833, como já fez em 1831. Se o Sr. Queiroz escreve com efeito dez periódicos (o que é impossível) vale um exército; quem atormentou o govêrno unido com a opposição, tendo só meia fôlha de periódico por semana, deve ser temível escrevendo dez periódicos. Diz porém o escravo da tirania que o Sr. Queiroz é restaurador; é sedento de sangue humano; é ainda o mesmo republicano e anarquista de 1822!!! Nestas proposições a falsidade, a contradição, o rancor são mais do que palpáveis. O Sr. Queiroz nunca exerceu autoridade, senão como juiz de fato, que passava por tenaz absolvedor dos réus pobres e ricos, que supunha inocentes; o Sr. Queiroz nunca derramou sangue humano: antes bateu o Dr. Saturnino e João Clemente Vieira Souto como sanguissedentos assassinos no Teatro de São Pedro de Alcântara; o Sr. Queiroz nunca assassinou, como fez outro dia Carlos Miguel de Lima; o Sr. Queiroz responde a seus inimigos e caluniadores com desprezador silêncio. Logo é caluniador o deputado Evaristo que tece elogios ao Dr. Saturnino e ao Alferes Carlos Miguel de Lima, sendo que açula assassinos ao mesmo tempo contra o ex-redator da *Matraca*. Será ele porém restaurador e republicano? Tais entidades só se combinam no cérebro de quem se diz moderado e leva às nuvens assassinos poderosos. Se o Sr. Queiroz ainda é o que foi em 1822; se nesse tempo era republicano

e anarquista; se em 1833 ainda é o mesmo que foi em 1822, tisnado fica também o Sr. Regente Costa Carvalho. Esta nulidade como deputado, esta mediocridade como periodista e homem de letras, partilhou as opiniões do Sr. Queiroz em 1822; adulou aos Srs. Tenente-Coronel Pedro Taques e Capitão Jaime da Silva Teles, segundo nos consta; e foi humilde servo do finado Coronel Francisco Inácio de Sousa Queiroz, que fez gente a vários sevandijas ingratos e traidores, mais demônios do que o mesmo Judas. Também se diz que o Sr. Queiroz lembrou para Regente ao Sr. Bráulio Muniz, e para Tutor ao Sr. Feijó. Consta-nos que êsses Srs. tinham alguma relação com o Sr. Queiroz; êles são portanto republicanos anarquistas como é o ex-redator da *Matraca*. Ao que negar esta conclusão responderemos que êsses Srs. eram pérfidos que abusaram da boa fé do Sr. Queiroz. Sendo pois perseguido êste Paulista em 1833 como republicano, do mesmo modo, ou ainda com mais perversidade do que foi perseguido em 1822 por Pedro I e pelos Srs. Andradas, deve o Sr. Queiroz não conservar ódio aos Srs. Andradas. Êstes brasileiros são os esteios secundários da Monarquia, não obstante o degredo político em 1823: logo tinham jus de se não unirem ao Sr. Queiroz. E se êle foi pelos Andradas em 1822 convidado para não ser republicano, e contudo rejeitou o convite, não se deve queixar do que lhe pudesse ter acontecido. A crise era melindrosa; e aos antagonistas em tempos revolucionários é permitido um certo desafôgo dentro dos limites da justa moderação. O que foi, é e será reputado sempre vil em todos os tempos é a traição do amigo, a perseguição cruel dos homens do mesmo partido contra aquele que ainda é o mesmo que era em 1822. Se foi republicano em 1822 o Sr. Queiroz, não é isso um crime que faça subir o rubor às faces do Paulista Redator: quando uma Nação trata de se constituir independente e livre, lícito é a um brasileiro fazer votos pela República. O mesmo se pode afirmar quando um povo arranca o cetro ao Fundador do Império. Que nos dirá o Sr. Evaristo a tais argumentos? Talvez sustente que o Sr. Queiroz devera mudar de opinião quando mudou sem o consultar o Exmo. Regente Bráulio Muniz; dirá mesmo que é restaurador e sutil defensor de D. Pedro I o Paulista perseguido, que já não devera curar senão de salvar a existência depois do 7 de abril!!! Nós, todavia, como ainda não somos confessores do Sr. Queiroz, nem queremos saber de suas opiniões para o defendermos quando perse-

guido, diremos com o redator da *Aurora*, o êrro é partilha da humanidade; o prudente deve mudar de opinião, quando a conhecer errada ou danosa ao público; assim como o piloto não temerário bordeja ou corre em árvore sêca quando acha mares verdes com ventos duros e ponteiros. Que tem visto no Brasil o sr. Queiroz? Viu que os governos pioram à proporção que se sucedem; viu que o futuro cada vez mais se complica e nos assusta; viu que a Grã-Bretanha conveio em atraíçoar ao seu fidelíssimo aliado João 6 desde o Tratado de Fonteneblô (sic); e isto para ter o monopólio do Brasil e para evitar que o Brasil se constituísse republicaneamente quando tivesse de se fazer independente; viu que a Nova Albion com esta política forçou João 6 a partir para Lisboa; viu que foi induzido Pedro I a se pôr à testa da Independência; viu que os novos Pictos forçaram Pedro I a ir à Europa (abdicando no Brasil) afim de combater na Península a política continental do Norte; viu que a Grã-Bretanha crestou os miolos das nossas duas Regências com seus pobres Feijó, José Custódio, Vasconcelos e Evaristo; viu que vimos uma ridícula farsa de Mensagem Restauradora; viu o Relatório do padre Feijó; viu, finalmente, que a Nação Brasileira não quer República; viu, para dizer tudo de uma vez, que os ingleses nos insultaram com uma lancha aqui na Côrte; que pior fizeram os franceses no Cavalão (cf. nota 113, adiante), que ambos recebem presas e nos vilipendiam, como nunca se viu neste Niterois (sic)!!! Depois do 7 de abril ainda viram todos que o Partido Republicano de Bráulio Muniz se uniu ao Partido assassino de Canéca e à escoria do Partido de Pedro I; que êsse partido outrora republicano apunhalou seus velhos consócios e fomentando anarquias e rusgas supôs que podia suplantar o Povo Brasileiro. Viram todos que depois do 7 de abril o Partido Brasileiro e Monarquista dos Andradas repeliu ladrões e traïdores dentre os que se lhe quiseram unir; formou a Oposição; com ela salvou os restos do Partido Republicano e dos sinceros amigos honrados de Pedro I escorraçados por Bráulio Muniz; e lamentou a cegueira dos republicanos que não viam o futuro! Mas não os perseguiu; chorou como Brasileiro a cegueira do Republicano honrado; e contudo deu louvores à Constância e firmeza de caráter do republicano que soube resistir à vil traição de seus velhos consócios. Êste Partido Republicano abandonou a cena política; ou sem tino anda na própria terra, perseguido como fera pelos homens da moderação, hoje amigos dum Barbacena!

O resto do Partido de Pedro I que não era de ladrões se uniu aos Andradas, à Oposição, e se fizeram bons Brasileiros de Pedro 2.<sup>o</sup>. O grande partido que tem êste Augusto Penhor de nossas Liberdades donde é que procede? Como resiste êle às artimanhas dêsses Anarquistas e Ditadores, ladrões, traïdores e assassinos de cacete e punhal? O prestígio do sr. D. Pedro 2.<sup>o</sup> não lhe vem de seu Pai, o Fundador do Império, visto ser êle pôsto pelas ruas d'amargura pelos chimangos do redator d'*Aurora*: o sr. D. Pedro 2.<sup>o</sup> é uma criança que nunca prestou serviços ao Brasil como cidadão, é uma criança que só vale como Entidade Moral, como Rei; uma criança que tem por si os Brasileiros, o seu Tutor e o Braço do Supremo Arquitecto do Universo: o Sr. D. Pedro 2.<sup>o</sup> tem todavia um Partido Nacional que aterra os chimangos!!! Donde procede um efeito tal que mais parece milagre do que produto de combinações humanas, como foi a estupenda vitória da Napier Ponza? Procede claramente da Protecção da nossa Divina Padroeira, a Virgem Santíssima da Conceição, Mãe do Salvador do Mundo, Mãe dos homens pobres e de côr; procede visivelmente dos hábitos monárquicos do Povo Brasileiro, que disse em alto som — Não quero República, nem Ditadura; quero a Monarquia, com a Constituição; e quero decididamente. Estará cego o sr. Queiroz para não ver nem ouvir o que todos estamos vendo e ouvindo? Deverá porventura o sr. Queiroz seguir o voto Nacional, ou sem ter fôrças forçar a Nação a seguir suas opiniões? Parece-nos que seria tenaz inimigo de seu País o sr. Queiroz se não mudasse suas opiniões; se as não amoldasse à da Nação de que faz parte, vendo depois de doze anos de firme combate que o Povo Brasileiro rejeita suas opiniões republicanas, se é certo que o sr. Queiroz foi republicano com o sr. Bráulio Muniz. Nós não diremos se é restaurador êsse Paulista perseguido: êle o dirá se quiser, que nós não somos inquisidores, e reconhecemos que Deus só é que pode ser juiz da consciência dos homens. Quando se calunia um Cidadão como nos parece o sr. Queiroz, respeitamos o seu silêncio. É-nos porém lícito desconfiar de monarquistas que louvam assassinos; que atraíçoam amigos; que divinizam um Rei para o derrubarem do Trono e que se dizem devotos do Sr. D. Pedro 2.<sup>o</sup>!! Deus se lembre dêle e livre ao sr. Queiroz dos assassinos que contra êle açula o redator da *Aurora*!!!! Que monstro!!!"



Apesar de serem numerosos os esclarecimentos históricos contidos nesse artigo de defesa, nem todos poderão ser aceitos sem maior exame. A própria biografia de João Batista de Queiroz, aí aparece envolta de imprecisões, que conviria devassar. A página que lhe dedicou o sr. Octavio Tarquinio de Sousa, em seu livro sobre Feijó (56), apresenta-o como *leader* jornalístico dos exaltados. Se o foi, como é certo, em 1831, evoluiu depois para os restauradores, como indicam os pasquins que redigiu em 1833 e de acôrdo com o texto de Evaristo, citado por Vieira Fazenda, reproduzido quando tratamos do *Teatrinho do Senhor Severo*. Acrescente-se, quanto aos antecedentes, que seu primeiro jornal foi o *Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense*, que entre 5 de janeiro e 26 de abril de 1822 deu quinze números, sòmente depois do sexto com a participação de Queiroz na redação, também a cargo de José Joaquim Gaspar do Nascimento (57). Antes disto, porém, sendo professor de primeiras letras, requereu em 1819 e obteve em 1820 um decreto permitindo que fôsse estudar na Inglaterra ou França o sistema lancasteriano do ensino mútuo, como pensionista de D. João VI. Em 1821 quis partir para a Europa, no desempenho dessa comissão, pleiteando antes o pagamento de atrasados a que se julgava com direito, no que era obstado — “porque ainda há muito inimigo da propagação das luzes”, argumentou. Tornando-se inoportuna essa viagem, suspendeu-a o Príncipe-Regente D. Pedro, pedindo então Queiroz outro emprêgo, indicando logo dois, provàvelmente rendosos. “Requeira ofício que esteja vago” — foi o despacho obtido (58). “Preso ao tempo do ministério dos Andradas” — informa Octavio Tarquinio de Sousa — escapou-se para a Europa, andou pela França, Inglaterra e Portugal, voltando ao Brasil em 1824, depois da outorga da Constituição”. Ainda de acôrdo com o mesmo informante, foi nomeado, em 1827, redator dos debates da Câmara dos Deputados e, em 25 de março de 1831, cônsul-geral e encarregado dos negócios do

---

(56) Octavio Tarquinio de Sousa — *Diogo Antônio Feijó* (1784-1843), cit., 1942, págs. 111/112.

(57) Cf. a coleção existente na Biblioteca Nacional. E Alfredo do Vale Cabral — *Anais da Imprensa Nacional*, 1881, n. 943, pág. 249.

(58) Tôdas essas informações cf. “documentos biográficos”, inéditos, guardados na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Brasil no México, cargo que não assumiu, passando a redigir a *Nova Luz Brasileira*, o *Jurujuba dos Farroupilhas* e a *Matraca dos Farroupilhas* (59). Justificando, em parte, as acusações de que se beneficiava no regime anterior, existe, na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, um requerimento seu, em que como *agente* (procurador) requereu ao ministro do Império, queixando-se da demora que vinham sofrendo os deferimentos das petições de quatro candidatos ao hábito de Cristo e um ao do Cruzeiro (60).

Voltando ao *Triunvir Restaurador ou A Lima Surda*, assina-le-se que com duas contradições da *Aurora Fluminense*, em seus juízos sôbre D. Pedro I e contra o Senado — termina o pasquim o seu primeiro e provavelmente único exemplar, errôneamente dado como de 1835 pelo catálogo manuscrito de jornais de 1808 a 1829, levantado pelo conselheiro Rafael Arcanjo Galvão.

### BRASILEIRO PARDO

Da opulenta coleção de periódicos antigos que se guarda na Secção de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional consta um exemplar do primeiro número do pasquim carioca intitulado *Brasileiro Pardo* — mais uma efêmera publicação destinada a explorar a questão do preconceito de côr, sob a Regência Trina Permanente aventada com caráter de nítida exploração política.

Datado de 21 de outubro de 1833, não tendo figurado na Exposição de História do Brasil, de 1881, significativamente provinha o *Brasileiro Pardo* da Tipografia Paraguaçu, do restaurador David da Fonseca Pinto, vulgo David Cachéu — oficina que no próprio nome revelava seu caráter caramurú.

“O Gato Escaldado d’água fria tem medo” é o “antigo provérbio português” apresentado como epígrafe.

---

(59) Octavio Tarquínio de Sousa — *Op. cit.*, pág. 111. — Quanto à nomeação de Queiroz para diplomata no México, note-se que a data apresentada em *Relações Diplomáticas do Brasil*, de Raul Adalberto de Campos, é a de 12 de abril de 1831, depois, portanto, da abdicação de D. Pedro I. (*Op. cit.*, pág. 78).

(60) Secção de Manuscritos da Biblioteca, Nacional, documento biográfico C-764-28.

Falando em nome dos pardos, isto é, dos mulatos, provavelmente sem títulos para tanto, assegura que D. Pedro I deles era amigo, repete as habituais acusações a Evaristo da Veiga e à Sociedade Defensora, a que chama Amotinadora.

Não é preciso mais, para que se conclua pela classificação do *Brasileiro Pardo* como simples órgão de propaganda eventual dos caramurús.

## O TORTO DA ARTILHERIA

Refere-se ao major Cipriano José de Almeida, comandante do 1.º batalhão de artilharia a pé, o título desse pasquim caramurú, saído da Tipografia Paraguaçu, de David da Fonseca Pinto, à rua Senhor dos Passos, em 6 de novembro de 1833, data de seu único exemplar, que embora não tenha figurado na Exposição de História do Brasil, existe nas coleções da Biblioteca Nacional e do sr. Francisco Marques dos Santos. Talvez por erro de impressão figura esse periódico como *Torre da Artilharia* na “Relação dos Jornais que tem havido no Brasil desde o dia 10-IX-1808 até 20-X-1862”, de A. J. de Melo Moraes.

Constitue *O Torto da Artilharia* — que se diz “jornal ofensivo e defensivo” — impressionante prova de como se atreviam os restauradores a insultar os oficiais do exército que se mostrassem partidários mais do poder estabelecido e da manutenção da ordem que do sempre desejado golpe da reposição do ex-Imperador no Trono a que voluntariamente abdicara e ao qual nunca aspirou voltar.

A epígrafe do pasquim provinha do *Caolho* n. 1, ao qual dizia suceder, embora fôsse seu inimigo:

Ora taques, ta-taques,  
E vamos tafular  
Viva quem *pode* e sabe  
Bem ciprianizar.

Contra o futuro Duque de Caxias, aí apontado como o “comandante-major”; contra o brigadeiro Paula, comandante das armas; contra o major Frias, contra o coronel João Crisóstomo Calado, contra um tal Zanaga, porém principalmente contra o vesgo major Cipriano — pode-se dizer que toda a guarnição do Rio de Janeiro que não fôsse

caramurú era atingida pelas setas envenenadas e insultuosas do *Torto da Artilheria*, que visava intrigar com a tropa.

Dando idéia de seu estilo poético, vejamos estes versos, que se seguem a um período em que são mencionados Saturnino de Sousa e Oliveira (Oleré) e o nunca esquecido Evaristo-Ripanso:

Gentes me pegue  
Senão eu caio  
Dê-me da branca  
Senão desmaio.

### O CABRITO

A exploração que tem tempos da Regência Trina Permanente se fez em torno da questão do preconceito de cor, mormente entre os mulatos, também chamados “cabras” ou “cabritos”, encontra reflexos em vários jornais da época, aqui examinados, um deles justamente intitulado *O Cabrito*.

Dele possui dois exemplares, números 1 e 2, a Biblioteca Nacional, e apenas o segundo a coleção de periódicos antigos do sr. Francisco Marques dos Santos. Recebeu, no *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, o n. 3.942, um espécime exposto por D. Antônia R. de Carvalho.

Datado o primeiro de 7 de novembro de 1833, dirige-se o redator do *Cabrito* aos brasileiros mulatos, contra os chumbos e “garrafistas”, dizendo-se cabrito que não é moderado.

Depois de comentar o assassinato de um brasileiro de 18 anos por um papeleta, enche as suas colunas com listas de nomes que equivalem a verdadeiro pelourinho de denúncias, velha arma de espíritos mesquinhos, que amam a sombra para seu torpes manejos.

Assim, na relação dos restauradores conhecidos, figuram os Andradas, Montezuma e Paulo Fernandes (Carneiro Viana, Conde de São Simão). Entre os que, a seu ver, deveriam ser deportados para fora do Império, incluem-se o Bispo de Anemúria (frei Antônio da Arrábida, antigo preceptor de D. Pedro), os condes de Lages e do Rio Pardo, José Clemente Pereira, os marqueses de Baependi, Paranaguá e Santo Amaro, o padre Boiret, Rocha Pinto e outros.

Uma lista, afinal, compendiando 169 nomes, dos que em 14 de julho de 1831 assinaram um pedido de deportação dos “figadais inimigos do Brasil”, encerra o odioso número inicial do *Cabrito*.

Impresso na Tipografia de Miranda & Carneiro, à rua do Espírito Santo n. 40, o segundo número, datado de 20 de novembro, desse pasquim dos exaltados, começou por extrair da *Aurora Fluminense* a representação que a 17 de março de 1831 dirigiram ao Imperador vinte e três deputados e um senador, a propósito dos incidentes de rua ocorridos por ocasião de seu regresso de Minas. Comentando-a, dois anos e meio depois, a propósito do perigo de próxima restauração de D. Pedro I, diz *O Cabrito*:

“Ah! Morreram sem dúvida todos êsses dignos representantes patriotas, e a Pátria já não tem outros filhos que os imitem e que a socorram! Que esforços restam empregar-se para salvar esta Pátria querida das hárpias que a ameaçam e lhe fulminam o raio destruidor do fementido Pedro Português?... Parece-nos ouvir em um só grito altissonante — Acompanhemos aos nossos irmãos do Pará! Morram os *Jalles*! (Alusão ao português Joaquim Afonso de Jalles, responsabilizado por um motim paraense de 1833). Pereçam todos os vis que nos querem escravizar! Acabe-se de uma vez a raça infame dos retrógrados! Não fique um só entre nós, por mais desprezível que seja”.

Depois de uma suja “Correspondência” contra o redator do *Papeleta* e do *Esbarra*, ou pelo menos o seu editor, David da Fonseca Pinto, com infames alusões, assinadas por “O discípulo de São Tomé”, vem, em verso, o

*Voto d'um exaltado  
Brasileiro não Mamado.*

Má cólica-morbus  
Sofra o Brasileiro,  
Q'aspira o regresso  
D'ex-Pedro Primeiro.

Desse que mil danos  
Causou ao Brasil,  
De quem nos livrou  
O Sete d'Abril.

E por quem suspiram  
Devassos Criados,  
Torpes Brasileiros  
Sem honra exaltados!!!

Viscondes, Barões,  
Condes, Marqueses,  
Mil vezes mais vís,  
Que os vís portugueses!!!

Tôda a Brasileira  
Caramuruana,  
Padeça d'um raio  
A morte tirana.

Roa-lhe as entranhas  
Abutre esfaimado,  
E seja seu corpo  
Em cinzas tornado.

O chumbeiro ingrato,  
Víl restaurador,  
Renegado Mouro  
Tenha por Senhor.

Trazei, Moderados,  
Na testa uma cruz,  
P'ra que de nós fujam  
Os caramurús.

Com amor e jeito  
Ide-os deportando,  
Para que não vão  
De vós declamando!!!

Nossa Liberdade,  
Nobre Independência,  
Promovei constante,  
O' sábia Regência.



Em honra da Pátria,  
E Pedro Segundo,  
Fazei venturoso  
Êste novo mundo.

Outra poesia alusiva à desejada expulsão dos portugueses do Brasil é a que glosa os versos:

Lisvoa 'stá restorada  
Deus bõs lebe a salbamento.

Continua, a seguir, *O Cabrito*, a publicação de suas listas de restauradores conhecidos e dos “patriotas” que assinaram a representação de 14 de julho de 1831, esta com mais 227 nomes (números 171 a 398). Na primeira, além de numerosos apelidos e muitas alusões (o cidadão de todo o mundo — o inimigo dos carniceiros — os juizes de paz Mimoso e Miudinho — Perdigão Caveira — o Bêbado — o Vinho do Porto — o Patacão — Candinho das marrecas — o Marambaia — o Petisca — o Palafoz — o sujo comendador) incluem-se até taverneiros, o “torrador de café do hotel do Largo do Paço” e muitos papeletas, isto é, portugueses que mantinham a sua nacionalidade de origem. Citam-se, ainda, titulares, como o Marquês Jacaré (Jacarepaguá), o Visconde Jurista Jararaca (Cairú), os viscondes de Alcântara e Caeté; senadores Godemi e Costa Barros; doutores Pantoja e Japí (Japiassú); o francês Ratton, numerosos funcionários, militares, etc..

Apesar de se propor *O Cabrito* à venda de assinaturas, a 2\$000 por 24 números, na loja do sr. Laemmert — parece que não passou do segundo número tão asqueroso pasquim.

HELIO VIANNA.

(Continúa)

---



## CONFERÊNCIAS



## TRADIÇÃO PANAMERICANISTA DO BRASIL

(Conferência proferida pelo General SOUSA DOCCA no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 14 de abril de 1943)

Podemos, no Brasil, festejar o Dia Panamericano, no seu sentido mais alto, com a autoridade de que se revestem os precursores de um nobre sonho transformado em realidade.

Podemos assim proceder porque temos o Direito de Opinião que é, do ponto de vista moral, a mais alta das prerrogativas das nações e dos homens, para serem ouvidos com acatamento.

Esse direito nos assiste porque o panamericanismo brasileiro não é uma idéia nascida do perigo, na hora em que êste se apresenta, ameaçador e brutal; não é, por tanto, o simples egoísmo da defesa, quando esta, mais do que nunca, se faz necessária pela união dos ameaçados; nem é o imperativo do momento cruciante, nesta hora trágica da humanidade; é um anseio que vem de longe, é uma aspiração bisecular, nascida da compreensão do sentido elevado da vida, bem avaliando a importância da liberdade, como um direito natural do homem, para que êle possa contribuir com a força de seu braço e com poder de sua inteligência, para o progresso e riqueza da Pátria e para o esplendor da civilização, num ambiente de paz, e de amor e de trabalho.

Sendo o panamericanismo, segundo definição conhecida “aspiração ou tendência dos povos do Novo Mundo para o estabelecimento entre si de laços de união, promoverem bons entendimentos e fraternal harmonia” — não resta a menor dúvida de que a primeira manifestação desse ideal está consubstanciada no art. 21 do Tratado de 13 de janeiro de 1750, entre Portugal e Espanha.



Aí, indicando, com alto sentido e penetrante visão do destino dos povos americanos e como norma de conduta, em face dos desvários do Velho Mundo, se estabeleceu, deveria haver “paz na América, mesmo que as duas coroas estivessem em guerra na Europa”.

É um brasileiro o autor dêsse preceito de tão alta significação na vida de nosso Continente: Alexandre de Gusmão, o Pai da diplomacia brasileira, na feliz e justa consagração de Araujo Jorge.

O grande Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, cujo nome as almas livres e cristãs de todo o mundo, pronunciam com reverência, entusiasmo e confiança — Franklin Delane Roosevelt, referindo-se, em 1933, à política de boa vizinhança disse, com a clareza e precisão que sempre põe em seus conceitos: “As qualidades essenciais para o verdadeiro panamericanismo deverão ser as mesmas que constituem o bom vizinho, isto é, entendimento mútuo, e, mediante tal entendimento, uma valiação simpática do ponto de vista do outro.

“Só assim é que poderemos esperar construir um edifício, tendo por pedra angular a confiança, a amizade e a boa vontade”.

Pois bem, meus senhores — até essa política de boa vizinhança, para atestar a visão extraordinária de Alexandre de Gusmão, como cidadão da harmonia continental, está prevista naquele tratado, condenando e proscrevendo a luta nas terras, nos mares e nos rios americanos para, segundo o texto do lapidar e bem avisado dispositivo, “continuação da perfeita paz e boa vizinhança”.

Essas duas grandes e generosas idéias, de paz e boa vizinhança, ficaram, como um facho de luz, a iluminar a alma e a orientar o espírito dos brasileiros, grandes sonhadores do sonho americanista — a independência e a liberdade do Brasil integrado na confraternização continental.

Inspirados por êsse desejo os inconfidentes mineiros, para a realização de seus sonhos de liberdade, fixaram suas esperanças na potente nação Norte Americana e, daí, os entendimentos de José Joaquim da Maia, em 1786 e 1787 com Tomas Jefferson, então representante de sua pátria em París.

Tal interêsse mostrou o estadista norte-americano pelas idéias mencionadas na carta de nosso jovem compatriota, de 2 de outubro de 1786 que, seguindo para uma estação de águas em Aix, desviou-se do caminho e foi a Nimes, sob o pretexto de “ver as antiguidades

dessa cidade” e aí teve longa entrevista com aquele representante dos inconfidentes.

Esse notável estadista e consumado diplomata, que foi um dos mais altos espírito da democracia mundial, não obstante as esquivaças para uma ação positiva de sua pátria em prol dos inconfidentes, ponderou, entretanto, ao enviado, destes “que uma revolução feliz no Brasil não podia deixar de incitar interêsse nos Estados Unidos”.

Da correspondência de Maio com Jefferson existem cópias fotográficas neste Instituto.

Em uma delas, na de 21 de novembro de 1786, está expressa a idéia do panamericanismo nestes termos: “Cela posé, Monsieur, c’est votre nation, que nous croyons plus propre pour nous donner du secours non seulement parce que c’est elle qui nous a donné l’exemple, mais aussi parce que la nature nous a fait habitants du même Continent, et par consequense em quelque façon compatriotes”.

Não era José Joaquim da Maia representante de um govêrno legal, mas era o intérprete do sentimento dos brasileiros, daquele sentimento com que o sangue de Tiradentes regou a nossa terra para que nela crescesse, florisse e frutificasse a árvore da liberdade.

As idéias expostas pelo jovem brasileiro não tinham, pois, o cunho oficial, apresentavam, entretanto forma mais significativa — eram a expressão do sentir de uma coletividade e, assim, se revestiam de cunho nacional, e por isso, representavam expressivas manifestações do panamericanismo brasileiro, logo depois, quando já senhores de nosso destino, oficializadas, numa seqüência de atos e de desejos até à realidade dos dias em que vivemos.

Outra procura de apoio nos Estados Unidos para a independência do Brasil, temo-la na missão confiada pelos pernambucanos, em 1817, a Cruz Cabugá.

Era também extra-legal, mas traduzia o sentimento de patriotas brasileiros impregnados de americanismo e alçados contra o domínio lusitano, que impunha normas e conceitos europeus.

Ainda desta vez havia de aparecer no cenário a figura simpática e prestigiosa de Thomas Jefferson, pugnando pela idéia panamericanista, da qual é um dos pioneiros e dos mais constantes de seus defensores.

Referindo-se à revolução pernambucana disse, em carta de 14 de Maio de 1817, a La Fayette: “Portugal empolgando uma parte dos domínios espanhóis no sul perdeu a sua grande Província de Pernambuco, e não será para admirar que o Brasil todo se levante e mande a família real para Portugal”.

E, como fundamento seguro de seu modo de pensar, acrescentou: “O Brasil é mais populoso, mais rico, mais forte e tão instruído como a mãe pátria”.

Nessa época, Jefferson, dando expansão aos seus sentimentos pan-americanistas, dissera: “Nossa primeira máxima fundamental deve ser a de jamais nos envolvermos nas disputas européias; a segunda, de jamais consentir que a Europa se intrometa nos negócios cisatlânticos”. (Citação do Dr. Ernesto Leme em *O Conceito Atual do Panamericanismo*).

Condizem e se ajustam perfeitamente ao pensamento do estadista norte-americano e grande cidadão das Américas, estas idéias de Heliodoro Jacinto de Araujo Carneiro, plenipotenciário do Brasil na Europa, em carta de Março de 1818, a Vila Nova Portugal, então ministro de D. João VI: “O maior paradoxo político que hoje se possa imaginar é haver quem queira supor que o vasto Continente da América do Sul, se tornará ainda colônia da Europa”.

E, com notável clarevidência e admirável senso do panamericanismo, acrescentou êsse nosso ilustre compatriota, depois de outras considerações: “Os aliados natos do Brasil hão de ser sempre os Americanos do Sul e mesmo do Norte”.

“É em Buenos Aires e nos Estados Unidos da América aonde S. M. deve ter não Ministros ordinários, mas sim Embaixadores ou Ministros de primeira ordem, tanto em capacidade como em honra”.

No ano seguinte, isto é, em 1819, Rodrigo Pinto Guedes, mais tarde Almirante e Barão do Rio da Prata, em interessante parecer apresentado ao nosso Ministro do Exterior, sugeriu a criação de uma *Liga Americana*, visto que, no seu entender, absolutamente certo, o Brasil para se cobrir contra “as forças da Europa, bastava-lhe a aliança de seus vizinhos do Sul e do Norte”.

E dando forma concreta ao seu pensamento, assim o explicou: “Em caso de se concluir esta Liga Americana, composta dos Estados Unidos, do Reino ou Estado Independente do México, do Brasil, do Reino Americano Meridional e de outros Estados soberanos porém,

menores, como poderá qualquer nação da Europa conservar Colônia da América, sem que a Liga Americana lhe permita?"

Estas mesmas idéias, manifestadas por outro brasileiro, se encontram na carta que Thomas Jefferson escreveu a 4 de Agosto de 1820 a William Short, noticiando a visita de despedida que lhe fizera "Monsieur Correa", que era, sem dúvida, José Francisco Correa Serra, que acabava de ser dispensado das funções de nosso representante diplomático nos Estados Unidos.

Narrando o ocorrido disse Jefferson: "As conversações que tive com êle me fazem acreditar que percebe e deseja promover, na sua nova situação, as vantagens de uma sincera confraternidade entre tôdas as nações da América e que sabe apreciar quanto lhes importa unirem-se em um sistema de política americana totalmente independente, desligada da política européia".

Referindo-se à necessidade de limpar os mares das Américas "da praga dos piratas e do canibalismo", disse nessa mesma carta o notável estadista: "Para êste fim quanto fôlgaria de ver as esquadras do Brasil e dos Estados Unidos navegando juntas, como irmãs e seguindo o mesmo destino".

O que tão nobremente aspiraste e não pudeste ver, grande Homem das Américas, estão vendo, quando neste Hemisfério se celebra o segundo centenário de teu natalício, num verdadeiro culto de admiração por ti, estão vendo, 123 anos depois da manifestação de teu grande anelo, os teus patrícios americanos e os nossos patrícios brasileiros, numa fraternização de sentimentos, ao serviço de um mesmo ideal, na defesa, da mesma causa, unidos e armados pelo espírito e pela fôrça, para a peleja árdua e sem tréguas" à praga dos piratas e do canibalismo," nos mares das Américas e, dêsse modo, como querias, seguimos, como irmãos, os mesmos destinos, em defesa da civilização e da liberdade, nos mares, na terra, e nos ares americanos — e, iremos mais longe: a tôda a parte em que os sátrapas do mal, ao serviço do desejo de escravizar, ameaçam ou oprimam a humanidade.

O Govêrno do Brasil expedindo, em 16 de abril de 1821, as Instruções que acreditavam José Manoel de Figueiredo junto aos governos argentino e chileno, praticou ato de profunda significação americanista porque, dêsse modo, como observou o Ministro Rodrigo Otávio, desta tribuna, por êle tantas vezes abrilhantada com a auto-



ridade de seu saber, partia do “Brasil o primeiro reconhecimento da Independência da Argentina e do Chile”.

A Coligação Americana referida por Francisco Correa a Jefferson, em 1820, foi objeto de cogitação do eminente estadista Silvestre Pinheiro que, em 1822, sugeriu a idéia de uma Liga das Nações Americanas:

“Para a realização dêsse intento”, informa o Ministro Rodrigo Otávio, “apresentou em notas aos govrenos sul-americanos, o desenvolvimento de suas idéias, entre as quais a de que aos Estados Unidos da América devia caber a presidência dessa Confederação”.

Nas Instruções de 31 de Maio de 1822, dadas por José Bonifácio a Manoel Antônio Correa da Câmara, como Agente Comercial e Político junto aos governos das Províncias Unidas do Rio da Prata e do Paraguai, se recomendou que deviam ser expostas “as utilidades incalculáveis que podem resultar de fazerem, aqueles governos, uma Confederação ou Tratado ofensivo e defensivo com o Brasil para se operem com outros Governos da América, aos cerebrinos manejos da política européia”.

Dando mais vigor a essa idéia acrescentou o grande estadista brasileiro no magnífico estilo em que êle costuma vasar seus pensamentos: “Posto que o Senso comum, a Política e a Razão em que ela se funda, e a crítica situação da América está dizendo e mostrando, a quantos têm ouvidos para ouvir e olhos para ver, que uma Liga Ofensiva e Defensiva de quantos Estados ocupam êste vastíssimo Continente, é necessária para que todos, e cada um dêles, possa conservar ilezas a sua liberdade e independência altamente ameaçadas pelas revoltantes pretensões da Europa”.

O Barão de Roussin, representante da França no Rio de Janeiro, teve conhecimento das Instruções dadas a Correa da Câmara e na mesma data delas, escrevendo ao seu govêrno, depois de traçar curioso perfil de José Bonifácio e de o considerar como “o principal promotor do sistema brasileiro puro”, disse: “L’objet de ces espérations politiques est, la formation d’une confederation de tous les Etats libre d’Amérique, afin, dit — il, de balancer la Confederation Européenne”.

Em ofício de Junho, ainda de 1822, mencionado por Heitor Lira em seu interessante estudo *Ensaos Diplomáticos*, declarou José Bonifácio a Bernardino Rivadávia então Ministro das Relações Exte-



riores das Províncias Unidas do Rio da Prata, que “o Príncipe Regente não desejava nem podia adotar outro sistema que não fôsse o Americanismo, por estar convencido de que os interesses de todos os governos da América, quaisquer que êles fôsem, deveriam ser considerados homogêneos, derivados todos de um mesmo princípio, que era a justa e firme repulsão contra as imperiosas pretensões da Europa”.

Essas manifestações apareciam antes da independência, mas depois do *Fico* e, portanto, já no predomínio do espírito e das aspirações brasileiras, por já senhores de nossos destinos e podíamos, assim, fazer causa comum com os países americanos.

Em 13 de outubro de 1822, e, portanto, em seguida à nossa independência, disse seu patriarca ao representante do Brasil em Buenos Aires, depois de mencionar o perigo europeu: “Aproveite esta notícia para fazer resolver prontamente os governos do Rio da Prata do quanto urge o apressarem-se a tratar de uma Federação com o Brasil, pois uma vez que a Espanha ofereça com efeito tropas a Portugal para virem a América, não precisa ser grande político para perceber que o seu verdadeiro fim não é cooperar com Portugal contra o Império do Brasil, mas sim tentarem com êste motivo um desembarque em qualquer das suas ex-Colônias Argentinas”.

Idéias tão claras e tão positivas sobre a política americana e definidora do verdadeiro sentido do panamericanismo, a não serem em Jefferson, não se encontraram em outro estadista, com o ardor, com a clareza, com a compreensão e com a freqüência manifestadas por José Bonifácio.

Em ofício de 10 de agosto de 1822 o Barão de Mareschal, representante da Áustria no Brasil, narrando os acontecimentos políticos aqui ocorridos, disse que o Manifesto aos Brasileiros foi redigido por José Bonifácio e depois de várias considerações observou: “Ce que l'on peut reprocher a Mr. d'Andrada c'est son enthousiasme américain”.

## A DOCTRINA DE MONROE E O INSTRUMENTO PARA A SUA REALIZAÇÃO

Em 2 de dezembro de 1823 James Monroe dirigiu, na qualidade de presidente de sua pátria, uma Mensagem ao parlamento, infor-

mando que conferira poderes ao representante diplomático dos Estados Unidos em São Petersburgo, para tratar amistosamente com o imperador da Rússia, sobre as pretensões dêste, referentes à costa noroeste do Continente norte-americano.

Foi, em seguida a essa informação, que Monroe julgou “propícia a ocasião para afirmar como um princípio em que estão envolvidos os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os Continentes Americanos, pela livre e independente condição que assumiram, não se podiam considerar, dessa data em diante, como sujeitos a futura colonização por qualquer potência européia”.

E assim nasceu a chamada Doutrina de Monroe, sob a influência do grande Tomas Jefferson, pela atuação que exerceu sobre o espírito de seu notável compatriota signatário da Mensagem, relativamente às idéias panamericanistas contidas nesse célebre documento.

Cinquenta e dois dias depois o Brasil aderiu aos princípios mencionados naquela mensagem, declarando nas Instruções dadas, a 23 de janeiro de 1824, a José Silvestre Rebello, na qualidade de nosso representante diplomático na metrópole norte-americana: “Os interesses do Brasil se acham em inteira concordância com os princípios do governo dos Estados Unidos e de sua política”.

Nessas mesmas instruções se recomendou que Silvestre Rebello sondasse o governo norte-americano “a respeito de uma Liga Ofensiva e Defensiva com o Império, como parte do Continente Americano”.

Foi o Brasil o primeiro país que aderiu francamente à Doutrina de Monroe, procurando, ao mesmo tempo, criar o instrumento capaz de sua aplicação prática, no sentido do verdadeiro panamericanismo, por meio de uma Liga Ofensiva e Defensiva.

Somente assim poderiam ter força jurídica os princípios ali proclamados contra a intervenção da Europa na vida política das Nações americanas.

A simples manifestação daqueles princípios, na Mensagem referida, não passava de mera declaração ou melhor, como acentuou ilustre estadista, representava apenas “uma *política* e não uma *lei* nacional ou internacional”.

Em 1841 Duarte da Ponte Ribeiro em suas *Reflexões sobre as vantagens do preconizado Congresso Americano*, evidenciando a necessidade de meios positivos para a realização e defesa das idéias panamericanistas, insistiu no estabelecimento de fatos jurídicos, nestes

têrmos: “Os excessos cometidos pelas nações fortes contra os novos Estados Americanos, são devidos à falta de um sistema de uniforme política e de Direito Público Externo adaptado às circunstâncias peculiares dêste Novo Mundo, sem contudo afastar-se das regras de eterna justiça e equidade universal”.

Respondendo ao convite para participação na Conferência de Lima, em 1864, afim de se tratar da atitude do Continente na questão do Perú com a Espanha, resultante da apoderação das ilhas Chinchas, declarou, o Brasil, que reconhecia e apreciava as vantagens que, para prosperidade e engrandecimento dos Estados da América, em suas relações entre si e com as potências européias, podiam resultar de um acôrdo entre os primeiros, em que se fixassem os princípios reguladores de suas relações internacionais em ordem a conservar a paz e a boa inteligência, a prestar-se mútuo auxílio quando por ventura perigassem sua integridade e independência”.

Coerente com essas idéias, que estavam no consenso nacional e a convicção de nossos dirigentes de que só por meio delas se poderia pôr em prática a Doutrina de Monroe, de modo eficiente e útil, para o verdadeiro panamericanismo, foi que em 1910, na quarta Conferência Internacional Americana, reunida em Buenos Aires, o inolvidável e eminente diplomata brasileiro Domício da Gama, apresentou uma proposição para que se reconhecesse naquela doutrina “um fator permanente de independência externa do Continente”.

Esse reconhecimento importaria, evidentemente, no preenchimento da falta mencionada por Ponte Ribeiro.

A orientação brasileira não decorria de nenhum perigo iminente, para que cessasse com êste — era uma convicção, nascida de seu anseio panamericanista e, porque assim era, na Conferência Internacional Americana, reunida no México em 1901 partiu do delegado brasileiro, o notável e saúdoso jurisconsulto José Higino Duarte Pereira, proposta para a codificação do Direito Internacional Americano.

Essa proposta teve origem na sugestão de nosso Ministro do Exterior, que era então o eminente Dr. Olinto de Magalhães.

Disse êsse ilustre estadista em nota reservada a José Higino: “Não temos felizmente, interêsses políticos em jôgo e a nossa situação será mais elevada sempre que o Brasil puder intervir para dissipar atritos e fazer triunfar as regras do Direito.

“Neste terreno muito pode fazer o Congresso e êle será digno de aplauso se encerrar os trabalhos votando um Código de Direito Internacional Americano.

“Dele pode ter a iniciativa o Delegado Brasileiro”. E teve-a: a 4 de novembro de 1901 o nosso eminente Delegado apresentou e foi aprovado um projeto para a nomeação de uma Comissão de juristas para organizar um Código de Direito Internacional Privado para reger as relações entre os diversos países da América, sob o fundamento de que era “um fim primordial da Conferência Pan Americana organizar a união das Repúblicas sobre bases jurídicas”.

Em 1908 o nosso grande Rio Branco observava que poderíamos trabalhar e prosperar em paz protegidos pelas forças americanas, mas para que estas fossem eficazes, lembrou ser necessário as vincular a um propósito coerente e acrescentou: “O dia em que não exista senão um pensamento e uma ação em toda questão internacional que afetar o Continente, então sim, não haverá ousadia capaz de nos impor um vexame. Quando já não fôr só questão de ocupar um porto, senão de bloquear meio Continente sobre dois oceanos, as coisas mudarão substancialmente, não só para a segurança, mas também para o prestígio e o conceito da nossa América”.

Contribuindo para a aplicação da Doutrina de Monroe e dando-lhe significação panamericana, o governo brasileiro, sob a chefia do preclaro estadista Dr. Wenceslau Braz, em nota de 5 de junho de 1917, comunicando às Potências amigas que fôra revogada a neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos da América do Norte e o Império Alemão, assim fundamentou a razão dessa atitude: “Se até agora a relativa falta de reciprocidade por parte das Repúblicas Americanas, tirava à doutrina de Monroe seu verdadeiro caráter, permitindo uma interpretação menos fundada das prerrogativas de sua soberania, os acontecimentos atuais, colocando o Brasil, ainda agora, ao lado dos Estados Unidos, em momento crítico da história do mundo, continuam imprimindo à nossa política externa uma forma prática de solidariedade continental, política que por outra parte foi também a do antigo regime, sempre que haja estado em causa qualquer das nações irmãs e amigas do continente americano”.



Procurávamos, como se vê, com persistência e acêrto, criar o instrumento capaz de transformar em realidade, para que tivesse aplicação útil o romantismo do ideal panamericanista.

A necessidade das normas jurídicas desejadas pelo Brasil em 1824, indicadas em 1841, reavivadas em 1864 e sugeridas em 1910, finalmente reconhecida por Wilson, à frente dos destinos de sua grande pátria, ao interpretar, em 1916, a Doutrina de Monroe.

Disse então êsse preclaro estadista que a referida doutrina “apenas exigia que os governos europeus não pretendessem estender seu sistema político a êste lado do Atlântico, mas não expôs o uso que os Estados Unidos fariam de seu poder neste lado do Oceano”; que “essa doutrina era, uma advertência”; que “os Estados da América não tiveram certeza do uso que os Estados Unidos fariam de seu poder”, mas que “essa incerteza devia desaparecer”, com a união dos Estados da América para garantia mútua da absoluta independência política e da absoluta integridade territorial”.

Era o que o Brasil, numa previdência genial dos males do futuro, se esforçava em realizar.

É o que existe neste momento, em repulsa aos desejos escravizadores dos sufetas totalitários.

## O CONGRESSO DO PANAMÁ

Aos 30 de outubro de 1825 o Visconde de Itabaiana, nosso representante diplomático em Londres, declarou, devidamente autorizado, a Manuel José Hurtado, representante da Colômbia na capital britânica, que “o Imperador aceitara o convite que lhe fôra dirigido pelo governo colombiano para que o Brasil se associasse aos demais Estados da América que se iam reunir em Panamá” e acrescentou: “A política do Imperador é tão generosa e bem intencionada, que estará sempre pronta a contribuir para o repouso, a felicidade e a glória da América”.

O Congresso realizou-se em 1826, com ausência de quase todos os países americanos, inclusive o nosso.

Acreditava-se, como ponderou Lord Ponsonby, em nota de 4 de junho de 1826, ao Visconde de Inhambupe, que no Congresso “seria discutida, sem consentimento do Brasil e a despeito de sua representação, a questão da Cisplatina.



Foi êsse, sem dúvida, um dos motivos de nossa ausência.

Argeu Guimarães menciona também, para aquela ausência, a questão da legitimidade, anunciada em Washington.

Além dessas causas podem ser mencionadas outras e entre elas a de se “adotar um plano de hostilidade” à Espanha e mais estas que não condiziam com a orientação da política brasileira e que, entretanto, faziam parte do pensamento de Bolívar, sobre o referido Congresso:

a) que a Grã-Bretanha fizesse parte do Congresso, “como Membro Constituinte e que para a “reforma social”, sob os auspícios da liberdade e da paz, devia tomar necessariamente em suas mãos, o fiel desta balança;

b) que “os ingleses fossem considerados iguais aos cidadãos da América”.

A aceitação da interferência britânica tiraria o caráter e o sentimento panamericanista do Congresso, porque importaria no predomínio certo de um país europeu poderoso e de política tradicional.

A idéia predominante no Brasil era, como acentuara José Bonifácio, de uma Coligação Americana, contra “os cerebrinos manejos da política européia”.

O nosso país, adotando as idéias de Pinto Guedes, expressas em o notável e sensato parecer de 1819, já referido, tinha opinião formada sobre o papel da Inglaterra em nossos assuntos: não se devia contar com a sua aliança, “mas tão somente com a sua neutralidade”.

A Inglaterra designou para seu representante no Congresso de Panamá Edward James Dawkins, a quem, nas Instruções de 26 de março de 1826, entre outras recomendações, fez esta: “Impedir a formação de uma Liga Americana, sob a égide dos Estados Unidos”.

Aquele pensamento de Bolívar sobre a participação da Inglaterra no Congresso de Panamá, só surpreende os que desconhecem suas tendências britânicas.

Em carta de 6 de outubro de 1815, publicada em Kingston, disse o libertador que, com a ajuda da Inglaterra, “se poderia libertar a metade do mundo e colocar o universo em estado de equilíbrio” e acrescentou: “Os britânicos poderão adquirir em pagamento de sua ajuda as províncias do Panamá e Nicarágua, formando com estes

países o centro do comércio do mundo, por meio de canais que, conjugando os dois grandes oceanos, encurtariam as grandes distâncias e fariam permanentes a vigilância e o control da Inglaterra sôbre o comércio do mundo”.

Comentando essa idéia, observa Tomas Rourke: “Se a Inglaterra tivesse naquele tempo um Disraeli por Primeiro Ministro, talvez se houvesse entendido com o Libertador e a história do mundo teria sido diferente”.

Crales Petrie, em *Cannin e a Independência da América Latina*, transcreve uma longa carta de Bolívar ao Capitão inglês Maling, onde o missivista manifesta ardentemente sua admiração pelas instituições britânicas.

São dessa epístola os trechos seguintes:

“Entre todos os países, os da América do Sul são, talvez, os menos preparados para o governo republicano.

“Sua povoação é formada de índios e negros, que são mais ignorantes que a raça vil dos espanhóis, da qual acabamos de emancipar-nos.

“Um país representado e governado por tal gente cairá fatalmente na ruína.

“Devemos procurar auxílio na Inglaterra; não temos outro recurso.

“E vós, não só podeis contar com o meu consentimento, como vos rogo comunicar nossa conversação ao governo de S. M. em qualquer forma que vos pareça mais adequada, seja ou não oficial.

Podeis dizer que, em princípios gerais, jamais fui inimigo das monarquias, que acredito que a monarquia é essencial para a respeitabilidade e bem estar das nações novas e, por isso, se partir uma proposição do Gabinete Britânico para o restabelecimento de um governo regular, isto é, de uma monarquia ou de várias monarquias em o Novo Mundo, encontrará em mim um rígido defensor de seus propósitos, perfeitamente disposto a sustentar o Soberano que a Inglaterra se propuser a colocar, e apoiar sôbre o trono”.

Uma das manifestações impressionantes do espírito de Bolívar com relação aos ingleses, temo-la quando, já às portas da morte, em junho de 1830, embarcava na Cartagena colombiana, rumo à Europa.

Considerando seu estado de saúde e a sua pobreza, disse-lhe o General Montilla: “Adónde vais, señor, com unos seis mil o ocho mil pesos que os quedan?”

“Vais a presentaros casi indigente em un país extrangero?”

Bolívar respondeu, convicto e com serenidade: “Si no me muero en el viaje, los ingleses no me dejaram morir de hambre”.

Foi o nosso país o primeiro que reconheceu a independência do Paraguai, acreditando em Assunção em 1824, como Agente Político e Cônsul, Manuel Antônio Correia da Câmara.

A 14 de setembro de 1844 renovávamos êsse reconhecimento, por intermédio do insigne diplomata que foi Pimenta Bueno.

Os nossos anseios americanistas foram sempre revelados em procura da harmonia continental.

Ainda em 1824, a 30 de julho, Luiz José de Carvalho e Melo, Visconde de Cachoeira, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores, recomendava ao nosso representante diplomático no Prata, fizesse constar ali “que não só a política do Gabinete brasileiro era propriamente americana, como tinha por essencial objeto a sua independência de qualquer tutela européia”.

E querendo dar uma demonstração cabal do desejo de fraternização e harmonia com os demais países do Continente recomendou fôsse evidenciado que o governo brasileiro “não desaprovava nem maquinava contra as instituições políticas que os demais Estados sul-americanos adotassem por melhores ou por inevitáveis, por bem estar bem persuadido de que tôdas as instituições são realmente boas, segundo o caráter e as circunstâncias dos povos respectivos”, e visando a defesa de todos acrescentou que podiam unir-se os diferentes governos e marcharem a um ponto único com segurança, sem embargo das discordâncias da forma de governo”.

A Argentina em fins de 1827, tentou, por intermédio do Ministro da Colômbia no Rio de Janeiro, entrar em negociações de paz com o Brasil.

Respondendo a uma nota naquele sentido, do Ministro do Exterior das Províncias Unidas do Rio da Prata, de 16 de outubro, disse o Coronel Leandro Palacios, a 13 de novembro, que o imperador “tinha desejo de terminar uma guerra tão custosa para os dois países, com a intervenção da Colômbia, porque Sua Majestade crê,

e com razão, que um negócio americano deve ajustar-se entre nações da América”.

Há prova cabal dêsse desejo, que é uma das mais positivas e interessantes das inúmeras manifestações americanistas do Brasil, pelo seu govêrno.

O General Tomas Guido, que foi um dos delegados argentinos que assinaram a Convenção Preliminar da Paz de 27 de agosto de 1828, disse a Clemente Pereira, em carta de 21 de outubro de 1842, cujo original está em poder do ilustre historiador brasileiro Dr. Vilhena de Moraes: “V. Ex. não pode ter olvidado que presidindo nossas decisões um espírito puramente americano, nos apressuramos em desmontar todo embaraço que nos impedisse de chegar à paz e quando entrou neste pôrto o ministro britânico Lord Ponsonby, sòmente faltava acordar-se, para concluir o tratado de paz, o artigo sòbre as Missões; que as minutas que o precederam foram redatadas pelos ministros negociadores e apostiladas recìprocamente, sem outro conselho que o dos nossos sinceros votos para o fim da guerra.

“Recordo com aprêço e profundo respeito o interêsse manifestado pelo Marquês de Aracatí e seus ilustres colegas, para que eu acedesse às proposições do ministério imperial, no mesmo dia em que o telégrafo anunciava a fragata de guerra que transportava o Lord Ponsonby.

“O marquês disse-me naquele dia: Sua majestade deseja ardentemente que o assunto termine entre nós outros sòmente, sem outra intromissão que a nossa”.

O mesmo general e ilustre diplomata argentino em carta de 11 de janeiro de 1846, ao Dr. Felipe Aranda, então Ministro das Relações Exteriores da Confederação Argentina, assim narra aquella ocorrência: “Nem os negociadores argentinos nem os de S. M. I. naquella época, desejavam a maior participação do ministro britânico em suas transações diplomáticas; não porque fossem equívocas, então, a política ou a tendência do Govêrno da Grã-Bretanha, no ajuste de paz entre os dois Estados beligerantes, mas por que encontrando estes em si mesmos uma garantia sólida para seus ajustes, fugiam de associar a êles a influência de uma nação poderosa e transatlântica”.

Lord Ponsonby denunciou o americanismo brasileiro em nota de 11 de janeiro de 1828, ao Conde Dudley, Ministro do Exterior da Inglaterra, nestes têrmos: “Chamo a atenção de V. Ex. para a po-



lítica de D. Pedro, manifestada em sua conversação com o Sr. Palácios, e sua consonância com a cantilena do dia, que as questões americanas devem ser consideradas e decididas sòmente por americanos”.

José Clemente Pereira em carta de 30 de novembro de 1828, retribuindo aos generais e representantes da Argentina Ramon Balcarce e Tomas Guido, os cumprimentos pela Convenção Preliminar de Paz, que haviam assinado e fôra ratificada, disse que êsse tratado representava o “primeiro anel de onde deveria partir algum dia a formidável cadeia de um sistema continental americano”.

Estamos mencionando com minúcia, acreditamos que cansativa para êste auditório, mas que nos parece que tem cabimento neste relato, para o conhecimento do grande público e de presumidos letrados, o movimento panamericanista do Brasil, visto que existe em nossa Pátria quem escreva sôbre americanismo e que, entretanto, desconhece nossa atuação nesse sentido.

Em livro recentemente aparecido, autor que diz ser discípulo “do maior americanista brasileiro”, escreveu isto “Parece mentira, mas a verdade é que nunca os governos do Brasil se tinham preocupado com a América, nem na política, nem na cultura. A monarquia de Pedro I e de Pedro II nos isolou no Continente e nos afastou das repúblicas vizinhas, porque, ao que parece, temia a propagação das idéias democráticas entre nós”.

Perdeu o autor precioso tempo com seu mestre, visto que ficou ignorando nossas manifestações panamericanistas, por intermédio de nossos governos, durante o primeiro e o segundo Império e não sabe que o General Mitre, grande cidadão da América, estadista eminente e historiador dos mais respeitáveis, disse em carta ao ilustre chileno e americanista Dr. Benjamin Cicuña Mackena, em 22 de fevereiro de 1865, que as instituições brasileiras “posto que adaptadas a um Império, deixam muito atrás a muitas das nossas Repúblicas, sendo uma verdade incontestável que no Brasil se goza de uma liberdade de que não é maior na República Argentina”.

Seja-nos permitido ponderar aquí que o General Mitre era, nessa ocasião, Presidente de sua Pátria.

Até o vulcânico e talentoso Juan Bautista Alberdi, em momento de serenidade e de justiça, em *Bases y Comentários de la Constitución Argentina*, que é o maior de seus livros, como ensaista, porque é obra



construtora, assim se referiu ao Brasil monárquico: “A la buena causa argentina convendrá siempre una política amigable para con el Brasil.

“Nada mais atrasado y falso que el pretendido antagonismo de sistema político entre el Brasil y las repúblicas sudamericanas. El sólo existe para una política superficial y frívola que se detiene en la corteza de los hechos. A esta clase pertenece la diferença de forma de gobierno. En el fondo, ese país esta mas internado que nosotros en el sendero de la libertad”.

O espírito reinante no Império Brasileiro era proverbial na América e, daí, porque, quando foi da queda da monarquia em 15 de novembro de 1889, o Dr. Roias Paul, então Presidente da pátria de Bolívar, disse: “Acabou-se a única República que existia na América: o Império do Brasil”.

É de lembrar aqui que o anseio panamericanista no Brasil não é privilégio nem obra dêste ou daquele regime político e sim do sentimento e da compreensão de nossos estadistas e de nossa gente, da Colônia ao Império e dêste a República e, portanto, tradição nacional.

Os próprios estadistas republicanos reconhecem e proclamam essa verdade.

Foi precisamente isso o que asseverou o eminente Dr. Wenceslau Braz quando em Mensagem de 23 de maio de 1917 se dirigiu ao Congresso aconselhando a revogação de nossa neutralidade entre os Estados Unidos e o Império alemão, dizendo que devia ser continuada “a política de solidariedade continental, que não é a dêste período de govêrno nem dêste regime, mas a política tradicional da nação brasileira”.

Depois de outras considerações evocativas de nosso passado no sentido de sincero, positivo americanismo, acrescentou: “Esta foi sempre a conduta do Brasil; a República mantem-se fiel à tradição ininterrupta de sua política exterior; não poderá repudiar hoje as idéias que inspiram a nota protesto do Império do Brasil, em 15 de maio de 1866, quando uma esquadra européia bombardeou uma cidade sul-americana”.

Ainda em 1828, no Tratado de paz, amizade, navegação e comércio, de 12 de dezembro, entre o Brasil e os Estados Unidos da América, se estatuiu no artigo I: “Haverá paz perfeita, firme e inviolável e sincera amizade entre S. M. Imperial e seus sucessores e

súditos, e os Estados Unidos da América e seus cidadãos em todas as possessões e territórios respectivos, sem distinção de pessoas ou lugares”.

A duração desse tratado pelo seu artigo XXXIII era, nas partes relativas ao comércio e navegação, de 12 anos, “ficando, porém,” segundo está expresso no mesmo artigo “nas outras partes que se referem à paz e amizade ligadas permanente e perpétuamente ambas as Potências”.

Temos ainda um depoimento sumamente interessante do General Tomas Guido a mencionar aqui.

Quando êsse ilustre general e consumado diplomata representava a Argentina em nosso país, disse ao seu govêrno, em nota de 21 de junho de 1830, que o Brasil havia proposto, segundo constava de protocolos, “um vasto plano continental americano, semelhante ao que o general Bolívar tentara realizar com o Congresso de Panamá”.

Vejamos agora, na alta significação de uma peça oficial, a orientação brasileira em relação à política panamericanista.

Referimo-nos ao Relatório do Ministério das Relações Exteriores, relativo ao ano de 1931. Aí se lê: “O Govêrno de ora em diante mais franco e livre em suas deliberações e arbitrios, conta poder fazer ainda algumas outras economias nas missões européias, para melhor estabelecer e dotar as da América”.

Depois de várias considerações sobre a política americana no sentido em que hoje se denomina panamericanismo, expende estes conceitos que, neste momento, cento e doze anos depois, têm aplicação plena e evidenciam o acêrto da orientação brasileira neste hemisfério: “Estou intimamente convencido de acôrdo com o voto da Assembléia Geral que, conquanto nos tenhamos tido até agora, e talvez por muito tempo ainda devemos continuar a ter, as maiores relações com o antigo mundo, convém, todavia, principiar desde já a estabelecer e apertar com preferência os vínculos, que no porvir devem mui estreitamente ligar o sistema político das associações do hemisfério americano.

“Partes componentes dêste grande todo aonde a natureza tudo fez grande, só poderemos ser pequenos, débeis e pouco respeitados, enquanto divididos”.

Continuando com firmeza e sinceridade a orientação americanista, o nosso govêrno quando em 1847 foi avisado da projetada invasão

espanhola no Perú, por meio da expedição chefiada pelo General Juan José Flores, respondeu ao Governo peruano, que não acreditava em semelhante ato, mas que, se êste se realizasse “a sua política seria conforme os interêsses contrerrâneos”.

A ação do Conselheiro José Antônio Saraiva, no Uruguai, em 1864, como plenipotenciário do Brasil, foi tão nobre e tão esforçada no sentido da paz e da harmonia continental, que até o eminente doutor Ramon Carcano chega a reconhecer nesse nosso preclaro compatriota “un percursor de la política panamericana, que setenta años más tarde dos presidentes republicanos sacan de las posturas protocolares y tentativas espasmódicas y realizan en la conviccion, el sentimiento y acción populares”.

Quando a esquadra espanhola, em 1864, bombardeou Valparaíso, o Brasil, dando um exemplo de solidariedade continental, protestou contra êsse ato e ofereceu ao Chile seus bons officios e apoio moral, “para que não prevalecessem princípios ofensivos à autonomia e aos legítimos interêsses dos Estados do Continente Americano”.

Referindo a essa attitude de nossa Pátria disse o ilustre historiador e jurisconsulto chileno Dr. Carlos E. Grez Perez: “Sôbre todos os protestos americanos, se eleve, por sua galhardia e concepção das idéias que encerra e sustenta, o subscrito pelo Chanceler do Império do Brasil, José Antonio Saraiva, de 15 de maio de 1866, à Legação de Madrid”.

Recordando êsse protesto, no Senado brasileiro, disse Rui Barbosa, com a sua peregrina eloquência, apoiada em sua alta autoridade de mestre do Direito Internacional, “que a nota Saraiva era um dos documentos que mais honram a política internacional do Brasil, por seus têrmos de absoluta eloquência, de coragem imperterrita e porque ela não collocava a questão exclusivamente no terreno dos interêsses americanos; estabelecia ao mesmo tempo essa questão na defesa mais ampla dos interêsses humanos”.

Na primeira Conferência Panamericana, reunida em Washington, em outubro de 1889, foi proposto pelos delegados do Brasil e da Argentina que “os atos de conquista, quer sejam objetivos ou em consequência de guerra, serão considerados atentatórios do Direito Público da América”.

Fiel a êsse princípio, em 1891, estabelecemos em o art. 88 de nossa Carta Magna que “o Brasil em caso algum, se empenhará em

guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação”.

Adiantavamo-nos, dêsse modo e nesse terreno, a todas as nações do mundo e indicávamos, nas Américas, o verdadeiro caminho para a fraternidade continental, visto que, banindo os atos de conquista se destrói o fulcro daninho, insidioso, sempre em estado latente e, por isso, causa permanente das desarmonias, do desrespeito aos direitos alheios, por meio do direito da força, gerando guerras e fazendo a civilização retroagir ao barbarismo, como no momento presente em que o expansionismo doentio se conjuga com a bestialidade do nacionalismo racista.

A solidariedade americana, convencionada na Conferência internacional de Lima, tendo como base o princípio de que “todo agravo a uma potência americana o é às demais”, não significa para o Brasil uma simples idéia bonita ou apenas uma fórmula convencional que o tempo faz esquecer e as conveniências abafam, não; representa, sim, um compromisso de honra.

Assim o temos entendido e praticado, tanto ontem como hoje.

Em 1917, quando os Estados Unidos da América do Norte foram pela Alemanha envolvidos na primeira grande guerra dêste século, declarou o Govêrno brasileiro, em nota de 5 de junho citada: “A República reconheceu, por conseguinte, que um dos beligerantes é parte integrante do continente americano e que estamos ligados a êsse beligerante por uma amizade tradicional e pelo mesmo pensamento político na defesa dos interêsses vitais da América e dos princípios aceitos pelo Direito Internacional”.

Respondendo dias depois um telegrama do Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, disse o Presidente do Brasil: “Como a grande nação norte-americana não nos inspira nesse passo nem ódio nem interêsse mas a ordem jurídica internacional, a defesa dos seus princípios, que, se estão em perigo no Velho Mundo, é preciso que encontrem proteção e equilíbrio entre os povos livres das duas Américas”.

Em 1941, quando a grande República da América do Norte foi traiçoeiramente agredida — fiéis à tradição e aos compromissos, não falamos ao nosso dever de solidariedade e logo depois fomos o primeiro país da América do Sul que declarou guerra aos crimes e às ambições dos totalitários.



O Dia Panamericano, que hoje se festeja em nosso hemisfério, foi instituído em 1930, para melhor servir ao panamericanismo, por proposta de Gurgel do Amaral, então nosso embaixador em Washington.

Não há, como se vê, na orientação americanista do Brasil, simples coincidências ocasionais e, sim, a pertinácia, a constância, a firmeza na manutenção e na propagação de uma idéia, que depois de tão longamente acariciada e com tanto ardor defendida e insinuada, triunfou afinal, para salvação da honra, da civilização e da liberdade das Américas, com o direito e a glória que hão de ter, de viverem em paz no futuro.

### O PENSAMENTO DE “RIO BRANCO”

Os dias que estamos vivendo demonstram a certeza e a acuidade dêste pensamento de Rio Branco, expresso em 1905: “Mesmo quando o Brasil vivendo sob outro regime que o atual, era, na frase do ilustre General Mitre, uma verdadeira “democracia coroada”, e a diferença de forma de govêrno podia fazer crer em diferença de ideal político, mesmo então não foram menos amistosos os nossos sentimentos para com as Repúblicas limítrofes, e nunca nos deixamos dominar de espírito agressivo, de expansão e de conquista, que mui injustamente se nos tem querido atribuir. Hoje, como naquele tempo, a nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, e dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores; e quer vir a ser forte entre os vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso Continente, que talvez outros possam vir a julgar menos bem ocupado”.

### O PENSAMENTO DE “JOAQUIM NABUCO”

Compreende-se hoje, mais do que nunca, e se há de tomar para norma de conduta após guerra, êste pensamento do insigne Joaquim Nabuco, proferido em 1906: “A consciência americana é o sentimento da nossa órbita especial, inteiramente separada na européia, com a qual se movem a Ásia e a África, sem falar na Austrália. Com toda a nossa simpatia e interêsse pela Europa, côncios do que devemos ao



influxo europeu, produto que somos do transbordamento das raças européias, duvidando mesmo que em nosso solo as hastes da cultura européia possam produzir os mesmos frutos que no próprio solo, somos todavia um sistema político inteiramente desligado da órbita européia”.

### O PENSAMENTO DE “OSVALDO ARANHA”

O Brasil fiel às suas tradições reafirmou em 1936, pela palavra autorizada de Osvaldo Aranha, na Conferência da Manifestação de Paz reunida em Buenos Aires, que considerava “agravo próprio qualquer fato que pudesse ferir a soberania de uma nação continental”.

Quando em meados do século passado surgiu a campanha do paniberismo em oposição ao panamericanismo, B. Monteagudo, autor do *Ensaio sobre a necessidade de uma federação geral entre os Estados hispano-americanos* e que era um dos precursores desse movimento, fez restrições à nossa Pátria, nestes termos: “Ao examinar os perigos do futuro, não devemos ver com confiança o novo império do Brasil”.

Os perigos do futuro, em seu paroxismo, aí estão, e o Brasil, desmentindo o juízo injusto de uma alma apaixonada e confirmando sua tradição de solidariedade continental, disse há pouco por intermédio de seu Ministro do Exterior, o que tem dito e praticado em todos os tempos: “Aqui se trabalha pela paz, mas não se aceita a paz sem dignidade”.

### A RATIFICAÇÃO DE GETÚLIO VARGAS

Como legítimo e fiel intérprete do sentimento brasileiro, no sentido da solidariedade continental que é a mais alta expressão do panamericanismo, o Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, quando o perigo do domínio dos totalitários ameaçavam a paz e a civilização do Hemisfério Americano, ratificando a nossa tradicional política de fraternidade nas Américas, disse, em setembro de 1941: “As nossas armas nunca deverão voltar-se contra os irmãos; a preparação bélica dos povos americanos é defensiva e, propriamente, não pertence somente à Nação que a detem — pertence a todos e constitui o arsenal do Continente.

“Não está no espírito, como não está na linha política da América agredir nenhum povo ou violar o direito de outrem.

“O que existe, entretanto, arraigado no coração de todos, das praias do Atlântico às do Pacífico, é o sentimento da inviolabilidade do patrimônio continental. Qualquer agressão que venha de onde vier, há de encontrar-nos formando o bloco mais numeroso de nacionalidades que jamais constituiu uma aliança defensiva”.

A seguir, em situações mais graves e que, por isso mesmo, exigiam atitudes mais enérgicas, decisivas e concretas, asseverou, com aplausos nacionais, o nosso preclaro Presidente, em diversas e oportunas ocasiões:

“Agredido um país dêste hemisfério mesmo que não fôsse a nobre Nação Americana, a quem nos vincula um século de leal estima e estreita colaboração, era dispensável invocar obrigações assumidas em congressos internacionais. Não subsistiam dúvidas sobre a atitude a seguir e, na primeira hora, a definimos manifestando nossa solidariedade aos Estados Unidos.

Em janeiro de 1942, inaugurando a III Reunião de Consulta dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, pronunciou, nestes termos nova ratificação de nossos propósitos. “Desde 7 de dezembro — data que constituirá um marco novo na vida de nossas comunidades, pois trouxe a guerra ao Continente americano — assumimos posição decidida coerente com a nossa tradicional política externa e fiel aos compromissos solenes, lembrados e reafirmados mais de uma vez nos últimos tempos.

“É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir que possam as suas terras e águas servir de ponto de apoio para assalto a nações irmãs. Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva, faremos o que as circunstâncias reclamarem e nenhuma medida deixará de ser tomada afim de ser evitado que, portas a dentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano ou perigo a segurança das Américas”.

E depois, já em estado de guerra, com a serenidade, a energia e a firmeza dos grandes condutores de homens, fez as duas declarações seguintes, que selam, de modo admirável, as ratificações anteriores,

dando-lhes o cunho de realidade e de compromissos de honra de que não é possível fugir sem o estigma indelével do aviltamento:

“A honra e os interesses mais sagrados da Pátria exigiam, imperativamente, a atitude que tomamos. Agora nos sentimos de consciência tranqüila, resolutos e dispostos a defender os brios legítimos de nosso povo, que nunca se ajustou às atitudes de servo e há de prosseguir independente e soberano”.

“A declaração de estado de guerra colocou-nos na posição de combatentes e, de acôrdo com ela, já assentamos os planos de trabalho e de ação”.

“O Govêrno pode dizer ao Brasil que o Exército está pronto para qualquer emergência, e pode assegurar aos povos irmãos da América a firme resolução em que nos encontramos de colocar ao serviço de qualquer nação do Continente as nossas fôrças para repelir agressões vindas de outro Hemisfério”.

Nessa atitude, que é heróica e nobre campanha de perfeita solidariedade panamericana, o Brasil demonstra que não mudou, que continua, com o mesmo entusiasmo e animado pelos mesmos sentimentos manifestados em 1824, postos em prática em 1917, repetidas em 1942, sustentados neste momento cruciante da humanidade e reafirma que assim permanecerá, nos dias futuros, por mais difíceis e mais ásperos que êles sejam — o que vale dizer: batalhará sempre, sem esmorcimentos nem restrições, no sentido do panamericanismo puro e são e, além dessa constância e para maior realce de nossos ideais, num gesto alto e desprendido, nos alistamos para a defesa, sem fronteiras, da liberdade dos povos oprimidos pelo tacão áspero, rude e brutal dos egressos da civilização.

Irmãos Continentinos! o Brasil de hoje é o mesmo camarada de todos os tempos — contaí com êle, sem restrições, para a luta e para a glória.

SOUZA DOCCA

---

## A PAIXÃO DE GLÓRIA DE PEDRO AMÉRICO

Conferência pronunciada no Instituto Histórico pelo Sr. ARGEU GUIMARÃES, em 3 de Maio de 1943.

Para comemorar a efeméride, que nos conduz ao berço, agora centenário, de um dos maiores, senão o maior dos mestres da pintura brasileira, desejaria o dom da eloquência, mais que o da crítica ou o da análise, afim de exaltar, com a altissonância requerida pelo seu temperamento, a paixão de glória de Pedro Américo de Figueiredo e Melo. Faltam-me, por certo, os títulos para atingir êsse escopo, e só a obediência a um convite, que é para mim uma ordem, me animaria a ocupar esta tribuna, e tentar, em desgraciosa palestra, recordar a vida exemplar de quem tão alto colocou o renome do nosso país no estrangeiro, legando-nos uma obra que constituirá sempre, além dos relevos de grande arte que a dignificam, um legítimo padrão de orgulho para o nosso patriotismo.

Foi a 29 de abril de 1843.

Na vila de Areia, na então província da Paraíba do Norte, à vista do chapadão alcantilado da Borborema, em clara manhã nortestina, no ambiente sertanejo e acolhedor de uma casa modestíssima, nasceu uma criança, filho de amoroso casal de artistas. Recebeu na pia batismal o nome de Pedro Américo. O pai e o avô eram figuras estimadas daquela gente, que se enlevava com o violino do primeiro, Daniel Eduardo, e com as partituras sacras do segundo, Manuel de Cristo. Todos, naquela casa, tios e primos, eram afeiçoados à música e à poesia. Outros maiores, pelo lado materno, haviam sido magistrados, deixando uma tradição de austeridade e bondade.



As fadas da arte e do afeto embalaram assim o berço de Pedro Américo, que abriu os olhos numa atmosfera palpitante de sugestões. Acordou cedo, por isso, a sua natural vocação, precoce, como a de todos os grandes artistas, não lhe faltando, no próprio ambiente doméstico, o estímulo carinhoso e desvelado.

Mais tarde êle fixaria, em páginas de novelas que, se não re-chamam outros títulos da posteridade, valem, pelo menos, como precioso depoimento íntimo, as cenas tocantes da sua infância em Areia. E, dessa arte, com as próprias expressões da sua saudade, alanceada pelas primeiras decepções, podemos visitar Areia, e entreter-nos com as sombras familiares da sua casa.

O *Holocausto*, um dos aludidos romances, abre-se com a paisagem querida. *Amor de espôso*, outra fabulação da mocidade, conserva-nos intacta a encantadora lembrança do avô Manuel de Cristo.

Penetramos, assim, retrospectivamente, no cenário das primeiras emoções do artista, aquelas que não sofreram jamais o contraste das injustiças humanas que haveriam de afligí-lo durante tôda a vida.

Lá ressurge Areia, na vertente oriental da Borborema, não muito longe das várzeas do rio Paraíba, modesta e graciosa, seguindo o próprio frasear do artista, edificada na encosta de fértil colina, continuação de outras elevações que se prolongam da orla marítima até as maiores alturas da serra.

A casa foi, não há muito, restaurada, conforme informou a imprensa e, de uma das paredes de cal, cuidadosamente deslocado um bloco e transportado para a redação do jornal *A Verdade*, contendo o desenho a lapis de um galo, traçado por Pedro Américo quando começava a soletrar.

Vestígios, como êsse, da sua precocidade no desenho, perduram em fôlhas avulsas, conservadas com afeto, e que nos permitem julgar dessa primeira notação da sua biografia. A precocidade, comum naquelas latitudes, observa-se de maneira mais notável em Pedro Américo, desde os primeiros balbucios.

O embaixador Cardoso de Oliveira hauriu no seio da própria família, em tôrno dessa precocidade, uma verdadeira lenda, em cujos episódios meigos e comovidos se entretetece, por assim dizer, o despontar do gênio.



Enternecedora, a infância de Pedro Américo! Sua vocação se afirma, desde tenros anos, sob muitas formas, nos jogos infantís, na faculdade de assimilação, na delicadeza da sensibilidade, nos brincos da imaginação, na ânsia de embelezamento da vida. Mais que as harmonias do violino paterno, inspiram-no as côres da natureza, a bizarria de contôrno dos objetos ao alcance da vista. O pai e o avô, impressionados por aquela preferência, que marcava claramente um destino, dão-lhe lapis de côres, caixas de tintas, estampas para copiar. A curiosidade criadora não se satisfaz com a reprodução de belas imagens desenhadas e coloridas — procura o modelo nos objetos caseiros, nas fisionomias amigas.

Deslumbra frei Serafim, um capuchinho de passagem por Areia, de quem debuxa o retrato com o burel. Dessa época, entre os sete e os oito anos, existe um auto-retrato de Américo, reproduzido em várias obras, que nos dá a medida da sua prodigiosa intuição no desenho.

Do mesmo passo, a matriz sertaneja reclama, para as suas festas, a colaboração do menino desenhista, na confecção de galhardetes, flâmulas, imagens. Com miolo de pão se entretém a esculpir bustos de pessoas conhecidas, escondendo-se à porfia nos desvãos da casa, de onde o vai arrancar a mãe, para forçá-lo a tomar as refeições.

O ditoso avô não desiste de incutir-lhe, ao mesmo tempo, o gôsto da música e do canto. Mas, o desenho é a sua obsessão de tôdas as horas, naquele abençoado despertar da inteligência. Como não haveria de comover os corações singelos e ternos que o cercavam!

Imagina, num belo dia, nada menos que um aeróstato! E, por não poder construí-lo, tece, à vista de uma gravura representando Ícaro, umas asas de junco, e com elas se atira do alto de um caseirão, com a fortuna de não quebrar as pernas, na queda. Perdoada a travessura, o povinho não deixou de murmurar que o menino voador tinha qualquer pacto com o sobrenatural.

Nos serões caseiros, representa entremeses do seu próprio engenho. Com canivete, confecciona tipos de madeira para imprimir os bilhetes de entrada no seu teatrinho.

De tudo quer entender, tem pressa de ser homem, agitado por uma curiosidade insaciável.

Nem sempre são júbilos, porém. Sente, adivinha, sofre, entre as carícias maternas e os enlevos da imaginação, a surpresa de vozes amargas nos contrastes da natureza, prelúdio de uma sensibilidade que, no correr da vida, ainda nas horas de maior triunfo, haveria de atormentá-lo.

Até os sinos da matriz, ao mesmo tempo que o seduziam, exasperavam-lhe os nervos. Da natureza circundante experimentava ora o deslumbramento, ora o pavor. No alto do chapadão espoucavam raios, em orquestra ensurdecedora. Os relâmpagos riscavam o céu plúmbeo. O menino tremia e rezava. Logo depois, volvia a paz da natureza, com as suas galas e os seus sorrisos, e Américo se embevecia na contemplação da paisagem. O desconcerto crispava-lhe a sensibilidade, mas, passado o instante reflexivo, tornava aos entretenimentos prediletos. A sua inteligência confrontava, com uma penetração incrível naquela idade, os desencontros da realidade circundante. Ora, o revôo tórvo dos urubús farejando carniça. Ora, o bando meigo das pombas rôlas arrulando no quintal. O menino corria aos braços do avô, para referir-lhe as impressões. Observava as contradições da natureza. De dia, a estridência dos raios solares. À noite, a carícia infinita do luar prateando as várzeas. E a amplidão faülhante de estrêlas. E os aromas da mata fresca. Quanta sugestão capitosa ou desconcertante para uma alma infantil ansiosa de iniciar-se nos segredos da existência.

Daquele complexo não podia deixar de nascer Agavino, o misterioso herói de *Holocausto*, sonhador e infeliz, alanceado pelo pensamento da morte, e cuja filosofia, transcendendo da literatura, só poderá ser julgada como a chave psicológica de um incompreendido... Agavino, cujo desejo de praticar o bem não o preserva das acometidas da maldade humana.

Por sôbre o mistério de Agavino paira, entretanto, a pintura viva e ardente do cenário que emoldura o seu retrato. O *Holocausto*, escrito aos vinte e dois anos, estereotipou a saúde da Paraíba. O pincel de Pedro Américo sentia-se inibido para recordar o que vinha tão do fundo da alma. Preferiu a confiança escrita, sob o véu da fantasia. Só dessa forma a natureza espectral das caatingas do nordeste criou um paisagista. E os reflexos atormentados daquela natureza perduraram na psicologia do artista, nos seus arroubos e nos

seus desfalecimentos, no eterno vaivém entre o sonho e a realidade em que se debateu a sua inteligência até o último dia.

Os anos corriam célere e as ambições do menino iam tomando vulto. Garatujou, num belo dia, uma carta ao Imperador, rogando-lhe proteção, oferecendo-lhe, em troca, uma esperança de glória. Contava nove anos. A carta não chegou ao seu destino. Mas Pedro II não tardaria em ouvir falar naquele prodígio infantil que entusiasmava a gente simples de Areia.

O naturalista francês Louis Jacques Brunet, organizando uma viagem de exploração pelo nordeste, ouviu também referências à precocidade de Américo e solicitou ao governador da Província que nomeasse o menino desenhista da comissão. 1852. Dez anos incompletos. Brunet não se arrependeu. O pequeno paraibano bateu, durante vinte meses, tôda a região nordestina, e não cessou, durante êsse tempo, de trabalhar, de aprimorar-se. O mistério daquela vegetação singular, que Martius denominou *silva hórrida*, latim alarmado, no irônico dizer de Euclides da Cunha — penetrava mais fundo no seu coração. O deslumbramento prosseguia. A paixão de glória não esmorecia.

Com onze anos, em 1854, realizou, afinal, o seu primeiro anelo: partir para a capital do Império. A família reuniu recursos, como pôde, e despachou-o para a côrte, com boas recomendações oficiais. Foi matriculado no colégio Pedro II.

Dessa quadra existe, felizmente, o testemunho de um condiscípulo, Luís Guimarães Júnior, aproximado de Américo por afinidades de espírito e de coração. O grande lírico ergue um hino à inteligência do pintor, que se esmerava nos estudos, a ponto de *grangear* sempre o banco de honra. Nas horas de recreio, não desamparava o lapis, naquela obsessão antiga de tudo desenhar, ora acabando com perfeição pequenas cenas do viver escolar, ora traçando caricaturas de companheiros e mestres.

O mais importante para a formação de Pedro Américo era que o diretor do colégio também freqüentava a arte e sabia prezar as legítimas vocações, como a sua. Não perdeu de vista o paraibano. A vida os prenderia mais tarde por laços duradouros de afeição. Araújo/Pôrto Alegre, seu futuro sogro, teve a preciência dêsses vínculos, começando pela estima da sua inteligência. Tal o dom de Pedro Américo, de despertar, ao primeiro relance, a simpatia das almas bem

formadas. Por Araújo Pôrto Alegre, seu mestre e seu amigo, Américo se encadeia também ao ensino francês da missão Lebreton, no qual se abeberara o futuro barão de Santo Ângelo, pela fonte direta de Debret e Taunay. Importa acentuar, desde já, que Pedro Américo, e seu insigne êmulo Vítor Meireles, embora distanciados da missão francesa por uma geração, concretizam, no entanto o ponto culminante daquele ensinamento, superiormente conservado e transmitido por Araújo Pôrto Alegre.

Sob o patrocínio de Pôrto Alegre, e do visconde de Bom Retiro, Pedro Américo ingressou, afinal, na Academia Imperial de Belas Artes, onde a sua aplicação e a sua inteligência continuaram a afirmar-se com excepcional relêvo.

Atirou-se, com ardor, ao trabalho e, entre ôs quatorze e quinze anos, pintou quadros sacros e retratos a óleo, por encomenda do bispo do Rio de Janeiro. Se não são obras primas, afirmam, de pronto, as virtudes essenciais da sua palheta, no desenho e no colorido de rara qualidade: *São Miguel*, *Mater dolorosa*, *Jesús da cana verde*, *São Pedro ressuscitando a filha de Tábira*.

Acalentou-se, para estrear, como quasi todos os mestres da pintura, nas auras da liturgia, usando de uma expressão do próprio Américo, ao inaugurar, em 1870, o seu curso de Estética. E o gênero sempre lhe foi caro. Em 1864 escrevia, em Paris, a Vítor Meireles, anunciando-lhe uma pintura sôbre São Paulo: “A minha paixão só a História sagrada a sacia...” A inspiração bíblica lhe proporciona, de fato, os primeiros temas, bem como ôs últimos, haja vista: *a Mulher de Putifar*, e *Primeira culpa*, quadros pintados em Florença, em 1898.

Enquanto, na Academia Imperial, tratava a óleo êsses motivos prediletos, compunha discretamente pequenas aquarelas, pouco conhecidas, embora de feitura primorosa, segundo Cardoso de Oliveira.

Ao atingir o fim do curso, esperava o Prêmio de Roma. Seria de plena justiça. Não o distribuíram, porém, na Academia. Velava pelo seu destino, felizmente, o mecenas imperial. Dom Pedro II acompanhara os seus triunfos, compreendera o invulgar significado da sua formação, êle que, segundo célebre frase, confessara ter aprendido com Taunay a admirar o belo. De resto, era igualmente função da sua bondade e do seu patriotismo, proteger os artistas. Vou abrir um parêntese para invocar o testemunho póstumo do saúdoso Max



Fleiss, que escreveu, com um pensamento generoso sôbre esta conferência, na sua derradeira crônica, publicada no *Jornal do Comércio* quando já abandonara para sempre o nosso convívio : “Conheci pessoalmente a Pedro Américo e assim também a Vítor Meireles. Ambos mereceram a proteção imediata de Pedro II. Em 1859, a expensas do Imperador, foi Américo para Paris, onde estudou com Ingres e Vernet”. O milésimo de 859 corresponde, de fato, a uma etapa fundamental na carreira do pintor.

Antes de concretizar o sonho dourado da viagem à Europa, Pedro Américo adoeceu, entretanto, submetido o seu franzino organismo a uma prova excessiva, na perene inquietação que o devorava. Prêso ao leito, ao lado da sacristia da velha igreja de São Joaquim, onde morava, entre livros e telas em desordem, lá foi visitá-lo em pessoa o Imperador, há justamente oitenta e quatro anos. O enfêrmo cobrou novo alento. A visita de Pedro II era o tônico moral de que carecia. Partiu, pouco depois, e as auras do Atlântico, e a ânsia de conhecer Paris, refizeram de todo a sua saúde combalida.

Contava dezesseis anos. E caminhou de enlêvo em enlêvo. Foi um desvendar de arcanos, para falar como o poeta, um desvendar de arcanos pelo amor da arte e da beleza. Ao desembarcar no Havre, correu a visitar a casa de Bernardin de Saint-Pierre, para que a sua primeira entrevista fôsse com as sombras maviosas e doloridas de Paulo e Virgínia.

Mas, a feição grave do seu temperamento não o deixou perder-se em devaneios quando chegou a Paris. Conduzia-o acima de tudo a paixão de glória. Vemo-lo, por isso, matricular-se simultâneamente na Academia de Belas Artes e no Instituto de Física de Ganot, de onde, pouco depois, conseguiu transferência para a Sorbona.

Os filósofos e os cientistas, celebridades como Victor Cousin e Claude Bernard, que escutou, entretiveram a sua inteligência, mas não conseguiram desviá-lo das tendências fundamentais para a pintura. Ia recomendado por Araújo Pôrto Alegre a Vítor Meireles, para que o fizesse discípulo de Léon Cogniet, a quem o cantor de *Colombo* conhecera em 1836. Por Cogniet freqüentou o ilustre Ingres e o seu discípulo predileto, Flandrin, e tornou-se assíduo no *atelier* de Horace Vernet. Não poderíamos estudar as derivações posteriores da obra de Pedro Américo, sem conhecer o panorama artístico de Paris naquela época, em plena apoteose guerreira dos primeiros



tempos de Napoleão III, e o caráter e as tendências de mestres e discípulos que conheceu e não podiam deixar de influir preponderantemente no seu feíto.

O academismo austero de Ingres, discípulo do frio e clássico Louis David, sofrera o embate do romantismo, dando margem à formação de uma escola eclética, em que os preceitos greco-romanos, o idealismo escultural dos davidianos eram temperados por um senso de poesia nitidamente romântico. A êsse grupo se filiam sobretudo os citados Cogniet e Flandrin. Essa espécie de transação entre o classicismo e o romantismo ditaria a orientação do moço brasileiro, que foi algumas vêzes classificado de idealista, e outras de realista, sem que essas expressões exclusivas possam ser tomadas em rigor para defini-lo.

Uma das indicações mais evidentes do seu critério, no meio das diretrizes que se entrecrocavam, e dariam sucessivas variantes de escolas, está na admiração que tributava ao grande Géricault, prematuramente desaparecido, mestre da estirpe de Gros, que também inspirou Américo, e soube preferir Miguel Ângelo aos antigos, reagir contra a fria correção de David, e restituir à arte os elementos mais duradouros e fecundos do movimento e do patético. Américo copiou o célebre *Radeau de la Meduse* de Géricault. Do mesmo passo, compôs um *Moisés sobre o monte Nebo* e um esboço alegórico sobre *Colombo*, e reproduziu o *Rapto de Dejanira* de Guido Reni. A fisionomia da sua arte vai se acentuando através dêsses quadros.

Esmerou-se igualmente no estudo da língua francesa, a tal grau de perfeição que conseguiu escrever, com gerais aplausos, uma tese sobre a reforma do ensino das belas artes na França, e uma monografia expondo a justiça da causa brasileira na famosa Questão Christie.

Atingiu, enfim, os objetivos ideais, pintor laureado na Academia de París e bacharel em ciências naturais pela Sorbona, conseguindo sempre as mais altas recompensas. Em 1862 passou a Bruxelas, para doutorar-se na respectiva Universidade, complemento que julgava indispensável à sua iniciação filosófica.

Pensando na volta ao Brasil, imaginou a composição de um grande quadro, de inspiração nitidamente brasileira, fora das concepções bíblicas com que estreará. Da linfa pura da Carioca extraíu

o motivo ideal, consubstanciado numa plástica feminina, revestida de caracteres originaes, sem abandonar os paradigmas clássicos. Para evocá-la, a sua mocidade, a memória e a fantasia, quasi dispensariam o modelo; devia ser morena, de olhos fundos e carnação voluptuosa. Assim surgiu a *Carioca* de Pedro Américo, vacilante, talvez, no desenho, mas soberba no colorido, feita mais para os olhos do que para o pensamento. Emparentou-a a crítica, pelo tipo e pela plástica, aos modelos de Venesa. Mas tem o sangue quente, o olhar lânguido, a volúpia de uma filha do trópico. As côres são puras, não encobrem segredos, realçam os contrastes, impressionam direta e capitosamente a vista. Palheta brilhante e opulenta, prodigiosa boceta de Pandora, disse Gonzaga Duque, numa justa exaltação de valores. Pela estilização da *Carioca*, Américo revelou novas possibilidades, rasgou horizontes até ali inexplorados pelo seu pincel.

Concluídos os cursos, proporcionou ao seu próprio espírito o gôzo de uma peregrinação artística, antes de regressar ao Brasil. Percorreu a Itália, a Alemanha, a Bélgica, a Inglaterra, palmilhando, por tôda a parte, as galerias e coleções de pintura e escultura. De volta a Paris, pintou ainda os retratos de *Pio VII* e do *Père David*.

Em Paris, recebeu ordem para voltar ao Brasil, pois o Imperador desejava que concorresse à cadeira de desenho, vaga na Academia Imperial de Belas Artes.

Regressou, de fato, aos penates, em 1864, e trouxe, para o concurso da Academia, o quadro *Sócrates afastando Alcibiades do vício*, que se conserva no Museu Nacional de Belas Artes. Explorou, assim, o gênero predileto de Ingres, saído de moda desde o eclipse de David. Era apenas uma variante para a sua palheta. O Rio recebeu-o com aplausos, despertando fervorosas admirações, mas não lhe faltaram contrariedades, em tôrno da publicidade, nem sempre lisonjeira, que acompanhou a exposição da *Carioca* e do *Alcibiades*. Insinuam os biógrafos que a intriga subiu até o Paço, onde não foi recebido o primeiro daqueles quadros, oferecido a Pedro II pelo pintor.

Profundo foi o abalo moral produzido no ânimo de Américo por essas discrepâncias de opinião, no meio dos elogios que lhe prodigalizavam os admiradores. Sentiu-se desamparado. Pintou, então, para viver, e para angariar recursos com que voltasse a Paris. (*Pe-*

*trus ad víncula, retrato de Almeida Reis*) O voluntário exílio era a resposta que lhe acudia ao sangrado coração, contra os detratores que porfiavam em malferi-lo.

Em Paris iniciou assim, em 1865, novos trabalhos de *atelier*, pintando *São Marcos*, a *Visão de São Paulo*, uma cabeça de *São Jerônimo*. Volvia à inspiração bíblica da primeira fase. Talvez assim entibiasse os ardores da crítica indígena. Logo, porém, esmoreceu, insatisfeito com o próprio esforço. E, na companhia de um suíço afeiçoado às excursões, deu a volta a pé pelas barreiras de Paris e partiu, como um boêmio, de cidade em cidade, na direção da Alsácia e do grão ducado de Baden. Baixou as margens do Reno até à Holanda. Visitou a Dinamarca. Vazio, afinal, o alforje, tornou à Cidade Luz. Ia escrevendo num diário íntimo as impressões, ora pitorescas, ora amáveis, ora reflexivas, da sua nova experiência.

Em Paris juntou alguns recursos e empunhou novamente o bordão de peregrino, partindo, desta vez, para as douradas ribeiras mediterrâneas — Atenas, Constantinopla, a Sicília, o Marrocos. O seu jornal íntimo (mencionado por Cardoso de Oliveira) devia conter observações preciosas. Por tudo se interessava, da descrição de uma paisagem ao esclarecimento de um ponto de arqueologia, e arranjava recursos com os mais variados trabalhos, retratos a lapis, caricaturas, desenhos de monumentos, iluminação de estampas, lições e conferências.

Instalado, em seguida, em Paris, desafogou as suas queixas nas páginas do *Holocausto*, o romance de Agavino, a que já aludí, personagem simbólica, banhada em pureza de alma, maculada pelas imperfeições terrenas. A propósito daquele mesmo livro, os desafetos do Rio diriam ser apenas um caso de “histerismo literário”...

A penúria em que vivia, e a incompreensão dos patrícios, afetavam-lhe a serena harmonia de homem de pensamento e de amante da arte. Lia-se-lhe a melancolia no olhar, não raro iluminado por ímpetos de veemência, súbitos arremessos de cólera, fora do seu habitual ar de timidez e bonhomia. Era escravo do temperamento, na sua constituição franzina e nervosa, que se traduzia em todo o seu físico, no seu corpo magro, meão de estatura, moreno, pálido, com olhos e cabelos negros, largas sobrancelhas, bastos bigodes.

Gonzaga Duque o definiu com mão de mestre. “Coração tão grande, inteligência tão poderosa” — escreveu. “Quando êle lembra

o seu passado, as doces reminiscências da boemia, as queridas ilusões da mocidade, a existência obscura de Areia, as cantigas dos tropeiros, os sertões do norte onde sôbre os penachos dos coqueiros vêm gemer a jandaia à hora do sol posto, sente-se desabrochar em seus lábios palavras sinceras, que são como um transbordamento da alma”.

Escrita a confissão do *Holocausto*, arranjou, em 1866, modesto emprêgo de desenhista numa missão militar francesa que partia para a Argélia. Ia guiado pelo mesmo sentimento de inconformidade, tângido, ainda, pela pobreza, que o reduzira, em Paris, à contingência de ter que empenhar as próprias medalhas grangeadas desde os bancos acadêmicos. Esteve em Argel, Constantina, Bona, e foi pelo interior até os limites do deserto. Desde Delacroix o Oriente estava de moda. Recolheu novas imagens, novos tipos, novos tons para a sua palheta, a denominada “luz do oriente” que fascinara alguns pintores franceses. Não esquecer que o retrato da *Rabequista árabe*, por êle composto mais tarde, é uma das suas obras primas.

Ainda uma vez em Paris, vendeu mais uma medalha, afim de concluir o curso encetado em 1862 na Faculdade de ciências naturais da Universidade de Bruxelas. Curtiu fome e, para prosseguir no tremendo esforço, desenhava perfís nos cafés.

A 21 de julho de 1868, aprovado com distinção em tôdas as matérias, colou, afinal, o grau de doutor. A 13 de janeiro do ano seguinte defendeu, com êxito retumbante, a tese sôbre o método nas ciências, refutando o positivismo de Comte, o empirismo de Bacon, o criticismo de Kant, e perfilhando as correntes espiritualistas. Seria interessante indagar até que ponto os estudos filosóficos influíram na arte de Pedro Américo. O *Voto de Heloisa* e *A Noite entre os gênios do Amor e do Estudo*, são concepções da maturidade, executadas em Florença, em 1882, mas denunciam ainda a intensa vida cerebral do autor, que prefere tirar os seus personagens menos da realidade que da imaginação.

Resolvido a voltar ao Brasil, atravessou a Holanda e embarcou na Inglaterra para Lisboa, em fins de 1869, sem qualquer ajuda do governo. Em Lisboa, hospedou-se na casa de Araújo Pôrto Alegre, que alí residia, como cônsul geral do Brasil. Foi um bálsamo para o seu atribulado coração. Pintou o retrato do mestre. Casou-se com a sua filha, disposto a dar novo rumo à vida.



No Rio, assumiu a regência da cadeira de desenho, passando, pouco depois, em 1870, à de Estética, História e Arqueologia recentemente criada. Na sua preleção inaugural, pronunciada em presença do Imperador e publicada mais tarde em volume, definia Américo a missão do artista, tal como a concebera, depois de longas excursões pela filosofia e pela história, exprimindo, ao mesmo tempo, o sentido poético da sua vocação: “a determinação sensível do belo ideal”. Essa definição serve também para explicar tódá a finalidade da sua arte.

Não tardaram em reaparecer aqueles desafetos que tanto o haviam amofinado na viagem anterior, pondo à prova a sua sensibilidade mórbida. Chegaram ao extremo de acusá-lo de haver comprado o título de doutor em Bruxelas, atoarda que êle pulverizou com uma carta do próprio reitor da Universidade belga. Reagiu pelo trabalho, multiplicando-se numa atividade febril. Na Academia regia também a cátedra de pintura histórica, muito de sua predileção. No Museu Imperial, dirigia a secção de Arqueologia e Numismática. Compunha desenhos para um semanário humorístico, a *Comédia Social*, no que era coadjuvado pelos seus dois grandes discípulos, seu irmão Aurélio, e Décio Vilarés. A luta era áspera.

Foi nesse período que resolveu compor a *Batalha de Campo Grande*, ensaio de um novo gênero, desviando-se da índole das primeiras produções.

A pintura heróica ferira a sua retina desde os primeiros tempos de Paris, desde quando freqüentara Horace Vernet, em cujo *atelier* mestre e discípulos se preparavam sàbiamente tendo por modêlo um cavalo autêntico. Conheceu os quadros militares, mediócres e pomposos, em que os franceses dos séculos XVII e XVIII exaltaram a glória mais ou menos aparatosa dos heróis nacionais. Conheceu os sucessores dêsses primeiros mestres de batalhas, inclusive Vernet, mais patriota do que pensador, nas suas grandes composições. Conheceu, sobretudo, o *Napoleão em Eylau*, do barão Gros, quadro em que, acima da ilustração guerreira, perpassa a alma de uma época, o tremor de um coração humano.

O momento histórico brasileiro explicava a nova derivação da arte de Pedro Américo. O Brasil saíra vitorioso de uma longa e áspera luta, durante a qual, sem se embriagar com o triunfo, soubera preservar o sentido fraternal da sua política no continente. Mas, a



realidade do sacrifício ingente, o denodo e o heroísmo dos seus soldados, justificavam um orgulho patriótico digno de inspirar um grande artista. E possuía o Brasil pintores capazes de immortalizarem uma epopéia, assim Pedro Américo, assim Vítor Meireles, insignes companheiros de glória que dividiam o primado da pintura brasileira.

*A Batalha de Campo Grande*, que a crítica considerou mais propriamente um retrato equestre do conde d'Eu, serviu para revelar novos dons da palheta de Américo, porque, em torno do príncipe, a batalha rugue, descompassada e fremente, num contraste palpitante. O conde d'Eu, soberbamente montado no seu corcel de guerra, como que se imobiliza no ar, numa atitude que foi julgada irreal. Irreais e aéreos são também os cavalos dos retratos equestres de Velázquez. Todas as demais figuras exprimem o paroxismo do reconto, efeito procurado para o maior realce do retrato de guerra do príncipe. E o salto arrojado dos ginetes concretiza, na retina do espectador, uma simultaneidade de movimentos que pode não ser científica, mas é verossímil e eloqüente. A arte, maximè no gênero heróico, não se faz com os detalhes da câmara lenta. Nem reciso citar o exemplo clássico dos cavalos de Géricault no *Derby de Epsom*, cuja posição seria hoje desmentida pelo "ôlho mecânico", sem nada perder do realismo com que devoram a pista.

*A Batalha de Campo Grande* foi premiada na Exposição Universal de Viena, em 1873, e acha-se agora no Centro de Preparação dos Officiais da Reserva.

No Rio, Américo foi então coroado príncipe dos nossos pintores, em solene cerimônia presidida por Abaeté. A presença aí de Quintino Bocaiúva, e de jornalistas d'*A República* de Salvador de Mendonça, numa época em que ainda perduravam os ecos do manifesto republicano de 1870, deu que falar, parecendo aos detratores do artista que êle, protegido do Imperador, aproximara-se dos adversários do regime. Mais uma atordoda inútil.

O importante a constatar era que o poetizador da *Carioca* podia igualmente transfundir na tela os ardores de uma cena bélica. Pintou, entrementes, os retratos imperiais de Pedro I e de Pedro II, e mais os de Caxias, Saldanha Marinho, e outros, numa fecunda afirmação do virtuosismo da sua palheta. Pedro Américo sempre foi um admirável retratista e ainda em muitas de suas alegorias e com-

posições históricas tomou como modelo parentes e amigos, dos quais fixou assim magistralmente a fisionomia.

Mas, *Campo Grande* dava-lhe credenciais para obra de maior fôlego, no mesmo gênero. Competiu-lhe, por isso, a fixação na tela da batalha de Avaí, para o que traçou um grande esboço e assinou, em 1872, um contrato com o Governo Imperial. No ano seguinte recebeu, por conta, um adiantamento do Tesouro, e concederam-lhe seis meses de licença na Academia para executar a encomenda na Europa.

De novo enfêrmo, atacado de bronquite, tardou em partir. Em Lisboa, em vagares forçados pelo estado de saúde de sua mulher, aproveitou o tempo para pintar o episódio do *Passo da Pátria*, exercício grato, prelúdio da grande composição de que fôra incumbido. No mesmo ano pintou *a Morte de um guerreiro*, e *Ondina*.

Só em janeiro de 1874 seguiu para a Itália, tendo escolhido Florença para sede do seu *atelier*. O Imperador, acompanhando desveladamente os seus passos, escreveu ao “sindaco” florentino, ao saber que êste último permitira a Américo instalar-se na vasta sala do convento da Santíssima “Annunziata”: “espero que o talento dêsse artista brilhará sob a inspiração de Andréa del Sarto”.

O brasileiro entregou-se febrilmente ao trabalho. C. Laschi, ao traçar-lhe a biografia, fala no prodígio da sua atividade e mostra o esforço prolongado e multiforme que representou a criação da *Batalha de Avaí*, quadro de grande máquina, dos mais vastos que existem.

Américo dispunha de copiosos modelos, fotografias do teatro da luta, fardas, acessórios, e recolhera, dos lábios do próprio Caxias, a narração do feito que o marechal reputava o mais importante realizado pelo nosso exército, em contraposição à opinião de Osório, que preferia Tuiuti, instigando o pintor, sem resultado, a mudar de tema.

Essa documentação, e o direto testemunho de Caxias, hoje comprovado por cartas da época, servem para desfazer informações apressadas, como a que atribue ao duque a surpresa, mais tarde, de ver-se na tela com a farda desabotoada. Êsse e outros detalhes pueris foram explorados pelos desafetos do pintor. A observação posta na boca de Caxias partiu, de fato, de Melo Moraes filho, em artigo transcrito em 1880 no livro de Rangel de São Paio sobre a *Batalha de Guararapes*, de Vítor Meireles.

Os seis meses de licença da Academia voaram, enquanto o pintor coordenava os preparativos, escasseando-lhe já os recursos, e tendo passado pelo desgosto de perder um filho recém-nascido. No vaivém dessas contrariedades, não lhe faltaram vozes de alento e, em 1875, ao comemorar-se o centenário de Miguel Ângelo, ilustres críticos europeus, reunidos em Florença, prodigalizaram elogios à obra do brasileiro. O governo italiano mandou colocar na "Galleria Nazionale degli Uffizzi" o auto-retrato do pintor, a maior consagração que lhe podia ser tributada.

Afinal, a 1 de março de 1877, abriu-se a exposição do quadro. Pedro II realizava então uma das suas viagens pelo Velho Mundo. Compareceu ao ato inaugural e, diante daquele verdadeiro monumento, não pôde conter-se que não exclamasse: "Bravo! Quanto estudo, quanto trabalho! Pedro Américo tem um talento extraordinário". A frase foi consignada por Lopes Neto em carta a Penedo. (1) Seja dito de passagem que de Lopes Neto, nosso ministro em Roma, deixou Pedro Américo um admirável retrato.

A imprensa de toda a Europa se ocupou do acontecimento. Pedro Américo recebeu o prêmio da consagração européia, pela voz dos maiores mestres da crítica. A Academia de Belas Artes de Florença, num parecer notável, pôs em relevo o engenho e a fantasia invulgares do artista ao conceber o quadro, conseguindo exprimir a plena e terrível verdade de uma batalha. Ao realçar os episódios do primeiro plano, mostrou que até nos mínimos detalhes o artista soubera infundir "o movimento e a vida". (2).

Os críticos europeus teceram um verdadeiro hino à obra de Pedro Américo e, não raro, consideraram-no superior a êmulos famosos, os alemães a Kaulbach, os italianos a Morelli, os franceses a Yvon e a Horace Vernet. Lembraram muitas vezes Miguel Ângelo.

A paixão de glória de Pedro Américo atingia o zênite, na inteira satisfação de um destino triunfante.

---

(1) *Carta do barão de Lopes Neto ao barão de Penedo*. Florença, 7 de abril de 1877. *Apud* Cardoso de Oliveira, *op. cit.*

(2) *Parecer da Academia Real de Belas Artes de Florença*, 14 de fevereiro de 1877. *Apud* Cardoso de Oliveira, *cf.*

Na imensa tela, página de epopéia feita para a imortalidade, conseguiu agrupar todos os contrastes dentro de uma suprema harmonia. É uma grandiosa orquestração, num ritmo desvairado, em que perpassam os horrores da guerra, com o seu cortejo de violência, terror, ódio, vingança, também a compaixão, a dignidade, o heroísmo, a coragem, com que se enfrentam os adversários do momento, uns e outros arrastados ao torvelinho pela insânia de um tirano execrável.

Voltei ao Museu de Belas Artes, depois de tantos anos de peregrinação pelo estrangeiro, para mergulhar a vista naquela poderosa composição, que hoje, mais do que ontem, desvenda-nos a pujança de Pedro Américo, na fôrça genial da sua criação. Oswaldo Teixeira, que dá ao museu todo o amor da sua alma de artista, teve a boa inspiração de reunir na mesma galeria Pedro Américo e Vítor Meireles, irmanados para a posteridade : lá estão, como cristalizações de dois temperamentos, *Avaí* e *Guararapes*.

*Avaí* é e será sempre, aqui ou em qualquer latitude, um estuando monumento de arte, em que não se sabe o que mais admirar, se a elevação do pensamento, se a personalidade da composição, se o vôo da imaginação, se a correção do desenho, se o ardor do colorido, a escrupulosa verdade de tipos, caracteres e acessórios, o movimento e a vida. Acompanhando-se a ação, através das ondulações da planície encharcada, onde os tons quentes realçam os efeitos do conjunto, até os longos azues do horizonte, que repousam a vista, a imaginação prescruta o fôro íntimo do mestre, na pungente oposição de sentimentos que alí se encerram. Prodígio do espirito humano, disso a crítica florentina. Prodígio de arte e de pensamento, na transfiguração épica da guerra, entre o estertor e a piedade, o patriotismo e o ódio, momentos efêmeros na história dos povos, fadados, neste hemisfério, a um destino de irmãos. Pedro Américo, que encerraria a sua carreira com a festiva alegoria de *Paz e Concórdia*, bem o compreendeu na composição de *Avaí*, e, se soube fixar para a posteridade a glória das nossas bandeiras, conseguiu, ao mesmo tempo, estereotipar o flagelo da guerra e o doloroso sacrifício dos soldados desconhecidos em tôrno dos chefes legendários, jogados ao campo do extermínio pela fatalidade histórica.

Concluído o quadro, Pedro Américo preparou-se para transpor o Atlântico. Visitou ainda algumas cidades da sua afeição estética,



na Itália e na França, e embarcou em Lisboa, deixando a família em casa de Pôrto Alegre. O Governo imperial completou o pagamento do quadro, não sem regatear o preço, e fez construir um pavilhão no largo do Paço, para expô-lo ao público.

Novas contrariedades espreitavam a sensibilidade exacerbada de Pedro Américo. A crítica indígena não soube compreender nem respeitar o glorioso esforço do mestre que tanto honrara o Brasil na Europa. Chegaram ao extremo de insinuar o plágio... Américo ter-se-ia aproveitado, sobretudo, da *Batalha de Montebelo*, de Gustave Doré. Assim o diz Rangel de São Paio, o amigo de Vítor Meireles. A desproporção entre um simples desenho e uma imensa composição basta para evidenciar a perfídia. Êle sofria, porém. Sangrava-lhe o coração. Não faltam espinhos na sua coroa de glória.

Pouco ou nada valem as insinuações de plágio, em casos semelhantes. São, aliás, inevitáveis, na consagração pictórica das batalhas, as coincidências e repetições de trabalhos anteriores, de tal jeito que os maiores mestres no gênero, o próprio Horace, Vernet, não se eximiram da pecha.

Américo se interessou em Paris, em 1880, pela acusação de idêntico pecado irrogada a Victorien Sardou, o famoso autor dramático. E, longe da terra natal, escreveu a demonstração literária do verdadeiro significado de plágio em arte. Não era necessário tal desafo. Quem contempla o prodígio de *Avai* reconhece, em qualquer momento, os dons geniais do seu criador, que não carecia, para realizá-lo, de recorrer às “receitas” habituais do gênero, ou às reminiscências da galeria de batalhas de Versalhes.

Em relação à verdade histórica do quadro, foi testemunhada pelos próprios veteranos da campanha, assim o já aludido Caxias, e Osório, Fonseca Costa, Tefé, que louvaram, sem discrepância, a autenticidade da evocação guerreira e das côres do esteiro paraguaio sob a amplidão dos céus.

E Gonzaga Duque, com uma autoridade que os plúmitivos da época não poderiam alegar, exaltou, em 1888, o estilo “largo e vigoroso” de *Avai*, proclamando o quadro “a maior obra de arte que o Brasil possui”. No seu livro *a Arte Brasileira*, que hoje constitui uma raridade bibliográfica, estuda exhaustivamente a obra máxima de Américo, descreve-a, analisa-a para fundamentar aquela conclusão.



Mas, Pedro Américo sentia asfixiar-se no meio das injustiças e preferiu, de novo, partir para além do Atlântico. A sua saúde o exigia, os seus nervos o reclamavam. Quis demitir-se da Academia. Não lhe consentiram. Em Lisboa, afinal, abraçou o velho Santo Ângelo, também doente e que, com pouco mais, se extinguiria. Seguiu avidamente para Florença. Desejava pintar a jornada de 24 de maio, outra grande tela, obedecendo à sugestão antiga do marquês de Erval, mas não obteve, para isso, qualquer apoio oficial.

Instalado definitivamente em Florença, concebeu a *Batalha de San Martino*, tema italiano de que traçou o esboço. E, atirou-se com veemência ao labor. Pintou inumeráveis quadros entre 1878 e 1882. (3) Alguns são primorosos. Citarei, para não fatigar, *Judite e a cabeça de Holofernes*, *Rabequista árabe*, *Jacobedo levando ao Nilo seu filho Moisés*. Foi uma era fecunda, em que o pintor, na plena maturidade, queria tirar o máximo do seu engenho. Mais do que nunca se revelou um pintor do sentimento, da imaginação, do sonho, impelindo o seu pincel pelos ditames do cérebro e do coração, elegíaco como Rafael, ou Corrégio, ou André del Sarto. O sensualismo de algumas figuras floresce em concepções capitosas, mas pouco verídicas, por serem sobretudo um produto da imaginação.

Todos os quadros aludidos foram enviados de Florença para o “salão” de 1884, no Rio, e dois anos mais tarde adquiridos pela coroa, por determinação pessoal do Imperador que, à margem de um expediente demorado do ministro do Império, anotou com o seu lapis: “Lembro-lhe o Pedro Américo”.

Em 1885 Américo tornou ao Brasil, demorando-se antes, durante pouco tempo, em Paris. No Rio, Pedro II encareceu-lhe a realização bi-semanal de preleções sobre história artística e, para decidí-lo a aceitar a incumbência, comprometeu-se a comparecer ao curso.

---

(3) *Anjo de Sabóia. Menina espanhola de 1600. Os filhos de Eduardo IV de Inglaterra. A colação árabe. Dona Inez de Castro. A Carioca (reprodução). Dona Catarina de Ataíde. Dom João IV infante duque de Bragança. Judite e a cabeça de Holofernes. Mater Dolorosa. Joana d'Arco. Menina pintora. Rabequista árabe. A Noite acompanhada dos gênios do Amor e do Estudo. Jacobedo levando ao Nilo seu filho Moisés e Abisague. O Voto de Heloísa.*

Foi o mesmo Imperador quem o aconselhou a ir a São Paulo, onde o recomendou à missão construtora do monumento do Ipiranga, afim de que lhe dessem o encargo de pintar um quadro sobre o tema da Independência. Assinou o respectivo contrato em janeiro de 1886. O *Grito do Ipiranga*, se é mais uma alegoria do que a expressão da verdade histórica, tão devassada posteriormente em seus menores detalhes, reafirma, entretanto, a plenitude das qualidades do pintor, afeiçoado àquele gênero. É a mais popular composição de Américo. Ainda no mesmo ano o monarca, cercando-o, como sempre, de prestígio, fê-lo elevar a grande dignatário da Ordem da Rosa, à qual já pertencia desde 1879.

Realizou, em 1889, a sua quinta viagem à Europa, e exhibu, na Exposição Universal de Paris, daquele ano, apenas um quadro (*A leitura*), ao mesmo tempo que representava o Brasil nos congressos internacionais, então reunidos, para a proteção de monumentos históricos e da propriedade literária e artística. Não tardou em procurar o caro ambiente de Florença, para aí executar outro grande quadro, que havia contratado com o Governo do Império, sobre a decretação da lei Áurea.

Essa vasta tela se encontra no Palácio Itamarati, convertida, porém, pelo artista em *Alegoria à Civilização*, mercê das contingências políticas que a mudança de regime no Brasil haviam imposto. Tal circunstância acentua, talvez, os sintomas de declínio daquele privilegiado pincel.

Repatriou-se em 1890, sobraçando aquele painel, rematado com o vistoso título de *Paz & Concórdia*, e mais — *Voltaire abençoando o neto de Franklin*, tema oportuno, composto com rapidez, para ser dedicado ao governo da República. Cheio de esperança, ao mesmo tempo que se aposentava na Academia, candidatou-se à Constituinte republicana, enquanto tornava a Florença com a intenção de fechar o seu *atelier*. Direi entre paréntese que esse *atelier* ficou confiado ao filho do pintor depois da sua morte — e os descendentes lá conservam ainda alguns esboços do mestre. Em 1933, sua neta Adelina propôs-me a venda de um *Jesús em agonia*, datado de 1901, adquirido, de fato, mais tarde, por outro colecionador brasileiro.

Nos anais do Congresso estão para ler-se e admirar-se discursos de Pedro Américo, em 1891 e 1892, versando, quasi todos, com ver-

dadeiro ardor de mocidade, as questões de ensino artístico. Ergueu, para defender-se de malévolos apartes, o broquel do seu brasileiro-mo, sem mácula apesar da longa ausência da pátria — tanto mais distante quanto mais amada. Era o culto da língua materna uma das pedras de toque desse brasileiro ardente e fecundo. O amor das cousas do berço palpita, aliás, em tôda a sua obra. “Tudo é grande nesta terra de promessa”, exclamava êle em 1870 perante o Imperador, compondo um hino ao Brasil que mais adiante denomina “vergel de delicias”.

Só o imperativo do aprendizado artístico, da necessidade de elementos que o ambiente europeu podia propinar, conduziu-o tantas vezes para a outra banda do Atlântico, pois o resto, os reclamos da saúde, as queixas contra os zoilos, não seriam bastantes para compeli-lo ao exílio voluntário e prolongado. Mas, como conceber a glória de Pedro Américo sem Paris e sem Florença? E se partiu, pela última vez, para a Europa, em 1893, com a saúde abalada, obedecia, ainda, à mesma necessidade da macia e evocativa atmosfera florentina, para executar encomendas oficiais, assim o *Tiradentes esquartejado*, para a municipalidade de Juiz de Fora. *Honra e Pátria*, datado da Itália, em 1897, seria o seu derradeiro grande quadro, o seu canto de cisne.

Extinguiu-se naquela mesma cidade, refúgio da sua paixão de glória, a 7 de outubro de 1905. Em começos do ano seguinte eram os seus despojos transportados para o Rio de Janeiro. Tive a satisfação de encontrar, no arquivo do barão do Rio Branco, no Itamaratí, papéis e recortes de imprensa da época, cuidadosamente colecionados pelo insigne chanceler, sempre preocupado com as glórias do Brasil, e que a esta, mais que a qualquer outra, tributava constante desvêlo.

O arquivo de Rio Branco poderia fornecer-me alguns elementos novos sôbre o assunto. É tempo, porém, de concluir êste imperfeito resumo da vida de Pedro Américo, e da sua paixão, que fulgura para além da morte, iluminando, com as suas cintilações, o patrimônio incorruptível da nacionalidade, na sua feição mais elevada e mais nobre.

ARGEU GUIMARÃES.

**MISSÃO CULTURAL AO RIO DA PRATA**





---

## NO URUGUAI

NO INSTITUTO HISTÓRICO

### DISCURSO DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, EM 27 DE MAIO DE 1943

Por señalada gentileza de los dirigentes de esta entidad, cábe-me decir las palabras de clausura de esta sesión solemne, que es la primera ceremonia de la serie de las que han de realizarse en conmemoración del primer Centenario del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. Comprendo bien que el homenaje se tributa al Instituto Histórico y Geográfico del Brasil, que tengo el honor de representar aquí, en mi calidad de Presidente de aquél, y cábeme ante todo declarar cuánto estimamos tan grande distinción.

Cuando el 25 de Mayo de 1843 Don Andrés Lamas y Don Teodoro Valladares crearon el Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, tuvieron en mira, probablemente, la asociación congénere fundada en Brasil, cinco años antes, bajo la protección del Emperador Don Pedro II.

Una y otra institución, tendían a una alta finalidad patriótica. Es que en el Brasil como en el Uruguay de aquella época, en el siglo pasado, el problema máximo era la consolidación de la nacionalidad, que exigía el trabajo obscuro, pero esencial, de los historiadores y de los geógrafos.

Cuando fueron fundados los institutos histórico-geográficos del Uruguay y del Brasil, la ciencia histórica estaba aún en su fase inicial

y meramente narrativa, que exponía los hechos según el criterio geográfico-cronológico.

Más tarde pasamos a la fase pragmática de la ciencia histórica. Los historiadores ya se basaban en los elementos psicológicos del género humano para explicar los hechos por las pasiones y los intereses de los protagonistas. Llegamos, por último, a la fase evolutiva que estudia los hechos como acontecieron y sus posteriores influencias.

La concepción hoy dominante no excluye a las otras dos, aún en boga también; y sería interesante el estudio bibliográfico comparativo uruguayo-brasileño, para mejor aquilatar las tendencias de los historiadores de uno y otro país.

Quiero deciros, señores, que me siento muy grato en esta casa de Historia y de Geografía. Es que yo puedo afirmaros la amistad tradicional y concreta de las gentes brasileñas hacia esta gloriosa Nación Uruguaya.

El sentimiento panamericanista y, notablemente, el anhelo de estrechamiento de lazos entre el Brasil y las repúblicas platinas, es consecuencia de una determinante geográfica. En varios puntos del territorio brasileño, aguas amazónicas entran en comunión con aguas del Río de la Plata. Y así, antes de realizar su misión geográfica, histórica, social y económica, las aguas de los ríos de las dos grandes cuencas fluviales sudamericanas se mezclaron, como para afirmar la unidad de sus destinos.

Aguas del Guaporé, de la cuenca amazónica, por medio de su afluente el Alegre, prolongado por el río Barbados, se mezclan en la laguna Rebeca con las que van a dar, por la Corixa del Destacamento, al río Paraguay, de la cuenca del Plata.

El Juruena, afluente del Tapajoz, del régimen amazónico, se une, por intermedio del Papagaio, en el planalto de los Parecis, con los contribuyentes del Juba, que afluye en el Sibottuba, el cual, a su vez, desemboca en el Paraguay.

Al Nordeste de Cuiabá, en la laguna Cumprida, se confunden las aguas de las nacientes del Río das Mortes, afluente del Araguaia, de la cuenca amazónica, con las del Cuiabá, tributario del Paraguay, también de la vertiente del Plata.

De Pantanalzinho sale el riacho de las Onzas, afluente del río de las Garzas, tributario este último del Araguaia y uno de los gajos del Tadarimana, afluente del Sao Lourenco, asimismo de la cuenca platina.

Tan numerosos puntos de contacto, de unión de las aguas de las cuencas del Amazonas y del Plata, constituyen ciertamente ligazones potamográficas que son verdaderos lazos de sentimientos fraternales. Por tanto, aún antes de formadas las naciones uruguaya y brasileña, la geografía sudamericana ya indicaba el natural estrechamiento de sus relaciones. La amistad uruguayo-brasileña es pues, una consecuencia indeclinable de su propia posición geográfica.

El Instituto Histórico y Geográfico Brasileño quiso tomar parte activa en las conmemoraciones del primer Centenario del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. Para eso obtuvo que fuese ultimada la carta de la frontera de las dos repúblicas, que va a servir para el conjunto cartográfico que está siendo preparado por el Consejo Nacional de Geografía. Dos publicaciones fueron dadas por el Instituto Histórico y Geográfico Brasileño, en colaboración con el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, como contribución a las conmemoraciones del primer Centenario de la fundación del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. Esas dos ediciones especiales se refieren: la primera a "Tipos y aspectos del Brasil"; y la segunda a "Valores de la geografía del Brasil".

Señores: el Instituto Histórico y Geográfico del Brasil saluda afectuosamente a los Srs. Miembros del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, deseándoos vida próspera y feliz en pro de la grandeza de la República Oriental del Uruguay.

\* \* \*

Com uma sessão solene, o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai iniciou no dia 27 de maio último as festas comemorativas do primeiro centenário de sua fundação. Foi um ato acadêmico, cheio de significação e prestigiado pela presença dos Ministros das Relações Exteriores e da Instrução Pública do país vizinho, do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, corpo diplomático junto ao governo uruguaio, Arcebispo de Montevidéu, acadêmicos, autoridades civis e militares e numeroso público. Ocuparam a tribuna, respectivamente,

o vice-presidente daquela instituição, Padre Salaberry, e os sócios Comandante Dr. Carlos Carbajal e Dr. Juno Carlos Gomez Haedo. Em seguida, falou o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, especialmente convidado para representar, nesse ato, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O orador começou por manifestar a sua satisfação em apresentar-se naquela tribuna e disse que, talvez, Lamas tivesse baseado sua idéia, no Instituto criado no Brasil cinco anos antes, sob os auspícios de D. Pedro II. Adiantou que as duas instituições se orientaram na necessidade de criar a nacionalidade, problema capital para os povos em formação, destacando que seria interessante o estudo das tendências comuns dos historiadores uruguaio e brasileiros e a determinação de suas características. O sentimento americanista — expressou o Embaixador Macedo Soares — é igualmente a consequência de uma determinante geográfica. Assim como, em vários pontos brasileiros, as águas dos rios das grandes bacias do continente, do norte e do sul, se misturam, da mesma forma se entrelaçam os destinos dos povos que elas banham.

Terminada sua oração, o Embaixador Macedo Soares referiu-se às publicações feitas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em homenagem ao centenário da fundação de seu irmão uruguaio, sendo calorosamente aplaudido pela seleta assistência. (*Jornal do Comércio*, 3 de junho de 1943).

## NA ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS DEL URUGUAY

ATA DA SESSÃO REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 1943

Ministério da Instrucción Pública y Previsión Social.

En la ciudad de Montevideo, a los veintiocho días del mes de Mayo de mil novecientos cuarenta y tres, se reúne en su sede del Palacio Taranco, la Academia Nacional de Letras con asistencia de los señores Académicos Monseñor Doctor Antonio María Barbieri, Doctor Carlos Martínez Vigil, Doctor Emilio Oribe, Doctor Daniel Castellanos, Doctor Dardo Regules, Doctor José María Delgado, Pro-



fessor Clemente Estable, Doctor José Pedro Segundo, Doctor Adolfo Berro Garcia y Señor Fenán Silva Valdés. Excusan su inasistencia el Señor Presidente Don Raúl Montero Bustamante y Doctores Víctor Pérez Petit y José Irureta Goyena. Actúa en Secretaría el Jefe de Sección y Secretario de Comisiones Señor Juan Pedro Corradi.

Esta sesión especial tiene por objeto recibir en su seno al Señor Presidente de la Academia Brasileña de Letras, Embajador Doctor José Carlos de Macedo Soares, quien momentos más tarde entra a sala acompañado del Señor Embajador Extraordinario y Plenipotenciario del Brasil, Doctor João Baptista Lusardo, quien fuera objeto de igual invitación. El señor Secretario Don Juan Pedro Corradi manifiesta que no pudiendo concurrir a este acto el señor Presidente Don Raúl Montero Bustamante, procede se designe un Presidente *ad-hoc*.

Toma la palabra el Señor Académico Doctor Regules manifestando que la Academia tiene que lamentar que en este acto de gran trascendencia, se encuentre impedido de asistir a él, el señor Presidente Don Raúl Montero Bustamante en virtud de que el delicado estado de salud de una de sus señoritas hijas se lo impide, proponiendo sea designado presidente *ad-hoc* el Señor Académico Doctor Monseñor Antonio María Barbieri.

Puesta a votación esta moción es aprobada unánimemente, pasando el mencionado señor Académico a ocupar la Presidencia, quien agradece el alto honor de que ha sido objeto. Acto seguido puesto de pie, el señor Presidente, da la bienvenida a tan calificado huésped en un conceptuoso discurso. De inmediato se levanta de su sillón el señor Presidente de la Academia Brasileña de Letras, para responder al Saludo de bienvenida, siendo objeto antes y después de pronunciar su discurso de una salva de aplausos.

Toma la palabra el Doctor Dardo Regules y manifiesta que realmente se ha visto conmovido por la brillantísima pieza que acaba de pronunciar el Señor Embajador Macedo Soares, como así mismo por el conceptuoso discurso del señor Presidente Académico Monseñor Barbieri. — Estas manifestaciones so son compartidas unánimemente por todos los señores Académicos presentes.

El señor Embajador de Brasil Doctor Baptista Lusardo, en uso de la palabra manifiesta que con satisfacción debe imponer que en la entrevista llevada a cabo entre el señor Presidente de la Repú-



blica Doctor Juan José de Amézaga y el Señor Embajador Macedó Soares, a la cual asistió, expresó el Primer Magistrado, a requerimiento del visitante la trascendencia indiscutida de las Academias de Letras y que él sería un factor preponderante para que la creada en su país tomara todo el cuerpo que reclama una entidad de esta trascendencia.

*El discurso del Señor Presidente ad-hoc de la Academia Nacional de Letras Monseñor Antonio María Barbieri, está concebido en los siguientes términos:*

“Señor Embajador José Carlos de Macedo Soares; Señor Embajador del Brasil; Señores Académicos: La Academia Nacional de Letras del Uruguay se siente honrada en recibir hoy al señor Embajador José Carlos de Macedo Soares que nos visita en misión cultural, trayendo un mensaje de fraternal amistad, de la Nación Brasileña, el noble pueblo hermano, a quien estamos unidos por tantos vínculos de puros afectos y de historia común. Mis compañeros de Academia, han querido delegarme, — da la forzada ausencia de nuestro Presidente, Señor Raúl Montero Bustamante, — para que pronuncie en este acto la palabra cordial de bienvenida. Lo hago con mucho gusto, porque esto me da también oportunidad de retribuir en algún modo, las atenciones recibidas, por vos, Señor Embajador, durante mi estadas en vuestro noble país donde Vos me ofrecisteis vuestro techo amigo, y me pusisteis en contacto con lo más representativo de la cultura brasileña cuando me recibisteis en la Academia Brasileña de Letras y en el Instituto Geográfico e Histórico de Río de Janeiro, Señores: el ilustre huesped que nos visita es una de las más descollantes figuras del país hermano. Su personalidad se destaca en aristas firmes que integran sus múltiples aspectos. Diplomático de actuación larga y brillante; historiador de amplia erudición; literato de estilo galano y puro, de inspiración clara y exuberante; abogado de vasta cultura jurídica; caballero lleno de virtudes que sabe hermanar la sencillez del gesto con la magnitud de una empresa, y la amistad cordial y sincera con los complejos problemas que aborda, el Doctor José Carlos de Macedo Soares es una conjunción feliz de valores humanos que nos dan como resultante al hombre que es honor de la tierra que dio cuna, y que es digno de la mayor consideración de parte de sus semejantes. Como Diplomá-

tico ocupó la Cartera de Relaciones Exteriores de su país; y en el desempeño de esta función, trabajó con empeñosa solicitud y con franco éxito en la elaboración de la paz que puso fin al conflicto del Chaco que tenía en pie de guerra a dos naciones hermanas. Su carrera diplomática se jalona con significativas etapas; fué Ministro de Justicia; Embajador Extraordinario ante el gobierno italiano y Delagado de su país en la Conferencia del desarme. En todas estas gestiones puso de manifiesto sus preclaras dotes de estadista y su afinado tacto de gran diplomático. Como historiador ha escrito varias obras bien compulsadas que representan un aporte muy ponderable a la historia de su país. Entre las obras suyas en este género, — que yo conozco y que honram mi biblioteca, — quiero citar un trabajo sobre la Ciudad de Santos, presentado en ocasión del Centenario de su fundación; otro sobre fronteras del Brasil en el régimen colonial; otro — “Sobre el Cardenalato” y la interesante monografía de “San Antonio como militar de los ejércitos Portugueses y Brasileños”, obra que ha merecido muchos y muy justicieros elogios, y que fue premiada por el Gobierno de Portugal. Como Jurista y Estadista ha cristalizado el fruto de su labor y de su experiencia en varias obras de las cuales conozco las siguientes: “El Brasil y la Sociedad de las Naciones”, “Actos del Gobierno discrecionario” y varias monografías sobre asuntos municipales, sobre política financiera y sobre tópicos de derecho constitucional. Como literato ha escrito una serie de discursos de fino corte clásico, de sólido contenido y singular belleza literaria, que le han merecido la incorporación a la Academia Brasileña de Letras, de la cual es hoy dignísimo Presidente. Con estas palabras, que esbozan apenas Vuestros innumerables méritos, os doy, Señor Embajador, en nombre de esta Academia y en mío propio la bienvenida a esta casa; y al tenderos nuestras manos para daros nuestros fraternal abrazo, hacemos votos para que vuestra visita sea un motivo más de unión entre nuestras Patrias Hermanas, en aquellos valores que nobilitan a los pueblos y son factores de auténtica gloria y de inalterable paz. He dicho.

*“El discurso del Señor Presidente de la Academia Brasileña de Letras, Embajador Doctor José Carlos de Macedo Soares, dice así:*

*“Señor Presidente, Señores Académicos: Séame permitido, ente todo, agradecer las palabras, tan generosas, de vuestro ilustre orador,*

mi eminente amigo el Excelentísimo Señor Arzobispo de Montevideo, Monseñor Antonio Maria Barbieri, quien ha poco dejara en mi país tan honda impresión por su edificante piedad, brillante inteligencia y vastísima cultura. La Academia Brasileira de Letras, informada por el eminente Embajador Baptista Lusardo, digno representante del Brasil junto a la República del Uruguay, tomó conocimiento de la fundación de la Academia Uruguaya de Letras, resolviendo luego, por unánime deliberación, tomada en sesión plenaria, designar a su propio Presidente para presentarle sus votos de vida próspera y feliz. Aquí estoy por lo tanto, para cumplir tan gratísimo mandato. Os traigo una brazada de flores, las más lindas del Brasil, para festejar con vosotros tan auspicioso acontecimiento. La Academia Uruguaya de Letras tiene por principal escopo inspirar y orientar el movimiento de los espíritus en este terruño bendito, para honra de la civilización de la República del Uruguay. Compuesta de hombres de orientación diversa por sus convicciones morales, religiosas, sociales y políticas, la Academia Uruguaya de Letras sabrá ciertamente mantener la armoniosa unidad en torno del ideal común que es la gloria intelectual de la Nación. En todos los sistemas, en todas las iglesias, en todas las escuelas, y en todos los partidos, hay siempre una faz idealista que os servirá de bandera unificadora. La Academia cuando recibe nuevos miembros no exige de ellos el sacrificio de su libertad intelectual. Más, es cierto que, nada imponiendo, la Academia, para honrar su institución, precisa que los nuevos respeten los sentimientos de aquellos que los reciben. Es imprescindible atemperarse al natural movimiento hacia adelante, con el respeto al pasado. El anhelo de crear debe ser moderado por el espíritu de tradición. En la sesión inaugural de la Academia Brasileira de Letras, realizada el 20 de Julio de 1897, Joaquim Nabuco, secretario general, en su notable discurso afirmó: "La mejor garantía de la libertad e independencia intelectual es la de estar unidos en el mismo espíritu de tolerancia los que veen las cosas del arte y de la poesía desde puntos de vista opuestos". Señores: Los Académicos deben ser contemporáneos de todos los tiempos y de todos los géneros literarios. Contemporáneos, mas no contemplativos y estáticos ante la opinión ajena. Una discusión elevada esclarecerá mucho más que una admiración pasiva. Pércles en su discurso con motivo de las

conmemoraciones de los muertos en el primer año de la Guerra del Peloponeso, a propósito de la acción política de los atenienses, afirmó: “Nosotros sabemos como nadie conciliar el gusto de la elegancia con la simplicidad, la cultura del espíritu con la energía. No nos servimos de nuestras riquezas para brillar, sino para producir. No es vergüenza entre nosotros confesar cada uno su pobreza, pero si nada hacer para salir de ella. Se ven aquí los mismo hombres cuidar simultáneamente de los propios intereses y los del Estado, como también simples artífices percibieren suficientemente las cuestiones políticas. Es que nosotros miramos al ciudadano indiferente a los negocios públicos, no como un amigo del descanso, sino como un inútil. Nosotros sabemos descubrir y bien juzgar por nosotros mismos lo que conviene al Estado, y no creemos que la palabra perjudique a la acción; aquello que nos parece inconveniente, es no procurar esclarecernos por la discusión”. En esa oración admirable, pronunciada hace veinticuatro siglos, Péricles refiérese a los muertos en la guerra, con lenguaje adecuado al momento en que vivimos. Dice el exponente máximo de la civilización helénica: “Inmolándose por la Patria, ellos conquistaron una gloria inmortal, y un soberbio mausoleo, menos en la sepultura en que reposan, en que la memoria eterna de sus hazañas”. No son los infelices, sin esperanza de mejor suerte aquellos que tienen más razón para sacrificar sus vidas, sino aquellos otros que tienen lo que perder, y que en un revés pueden verse privados de preciosos beneficios. Después, dirigiéndose a los Padres de los guerreros muertos, dice Péricles: “No son, por lo tanto, lágrimas, sino incentivo al coraje, lo que yo quiero ofrecer a los padres que me escuchan. Ellos se criaron entre las vicisitudes de la vida, saben que la ventura está reservada a los que obtienen, como vuestros hijos, el más glorioso de los fines, o como vosotros el más glorioso de los lutos. Comprendo como es difícil convenceros, porque la ventura de los otros os recordará muchas veces la que habéis perdido. Se que el dolor no reside en la ausencia de bienes que no se conocieron, y si en la privanza de aquellos que dulcemente nos habituamos a usufructuar. El sentimiento de la honra es lo único que nunca envejece y en el declinar de la vida, al placer de acumular riquezas, sobrelleva el de imponer veneración. “El campo inmenso abierto por vuestros arados comprende la Ficción, la Elocuencia, la Filosofía, la Historia, el Teatro y la Crítica. Más la misión esencial de las Academias

■



de Letras es cuidar de la buena formación de la lengua, teniendo en vista, no el capricho individual de los escritores, sino una apropiada fijación consagrando una iniciativa feliz de corriente erudita, o de corriente popular. La rigurosa unidad de la lengua en todo el territorio del país debe constituir vuestra preocupación máxima. Representa ella la faz eminentemente cívica de acción de las Academias de Letras, porque la unidad de la lengua es la fuerza más eficiente para la unidad nacional. El conjunto de obras maestras de la poesía y de la prosa, de un pueblo, constituye la expresión más auténtica del genio nacional. Y el cenáculo máximo de las letras sólo puede asumir la responsabilidad de la conservación del patrimonio espiritual de la Nación, respetando el pasado, incentivando a los escritores del presente y soñando con las glorias venideras. Y todo eso deberá ser realizado según lo enseña Emile Faguet, al tomar pose de su sillón, en la Academia Francesa: "L'art de la vie est de faire de la vie une oeuvre d'art". Estamos oyendo de todos lados que, finalizada esta nefasta guerra, que está destruyendo la civilización, será enteramente transformado el, orden jurídico, social, económico y financiero. Y es por tal razón que debemos quedar inactivos? No, señores míos. Fué sabia la fundación de la Academia Uruguaya de Letras. Fué muy feliz la iniciativa del benemérito Gobierno de la República creando un medio ambiente elevadísimo para el estudio y la discusión de los grandes problemas intelectuales. Es posible, al terminar la hecatombe universal, que el barajar de las fuerzas de la inteligencia, en busca de una resultante, nos desoriente en nuestras elocubraciones. El desánimo, no obstante, no nos invadirá, merced a la lección de Renan: "L'homme fait les grandes choses par instinct, comme l'oiseau entreprend ses voyages guidé par une mystérieuse carte de vieille géographie qu'il porte en son petit cerveau." Mis señores. Aquí os traigo los mejores saludos de la Academia Brasileira de Letras, unida con la expresión de mi confianza en el futuro de esta institución, con los votos más sinceros, por la creciente prosperidad a la gran Nación Uruguaya",

La Academia después de formular un voto por la mejoría del estado de salud de la señorita hija del Presidente de la Academia, señor Don Raúl Montero Bustamante, resuelve que se designe a un señor Académico para que lo visite en su casa, transmitiéndole, éstos,



dos deseos de la Corporación e imponerlo de la ceremonia llevada a cabo. A pedido del propio señor Académico Monseñor Doctor Antonio María Barbieri, le es conferida esta representación.

A continuación el señor Presidente hace saber, que el señor Ministro de Instrucción Pública, Doctor Adolfo Folle Juanicó tendrá sumo placer en recibir en su Despacho a tan ilustre visitante, como así mismo al señor Embajador del Brasil y señores Académicos.

Se pasa al Despacho del señor Ministro, el que recibe a las personas anteriormente mencionadas, encontrándose dicho señor Secretario de Estado, acompañado de sus colegas los señores Ministros del Interior, Don Héctor A. Gerona, de Industrias y Trabajo, Doctor Javier Mendívil, de Salud Pública, Don Luis Mattiauda y de Ganadería, Ingeniero Arturo González Vidart. — Al descorcharse el champagne, el señor Ministro de Instrucción Pública, Doctor Adolfo Folle Juanicó, pronunció las siguientes palabras: “Señor Embajador Macedo Soares: Yo no pronunciaré un discurso porque sé que muy brillantes acaban de pronunciarse en la Academia, sino simplemente quiero manifestar el agrado con que siempre el Uruguay recibe a un ilustre miembro de la cultura brasileña, y el honor que significa para este Ministério, recibir oficialmente al Doctor José Carlos Macedo Soares, una de las más brillantes figuras de nuestro vecino del norte. Me limitaré pues a brindar por vuestra ventura personal, por el Brasil, por la brillante cultura brasileña y por la eterna unión del Brasil y el Uruguay”.

Contestó a estas palabras el Presidente de la Academia de Letras Brasileña, Embajador Macedo Soares, agradeciendo el honor de que era objeto por parte del señor Ministro, como así mismo retribuyendo los saludos y formulando fervientes votos por las inalterables relaciones existentes entre su país y el Uruguay. — Para constancia de tan trascendental ceremonia se labra la presente acta que al afecto firman. — Asinados: José Carlos de Macedo Soares, Baptista Lusardo, Daniel Castellano, Adolfo Berro Garcia, José Pedro Segundo, Fernán Silva Valdés, Antonio M. Barbieri, Arzobispo de Montevideo, José Maria Delgado, Clemente Estable, Carlos Martinez Vigil, Emilio Oribe, Dardo Regulez, (ilegível).

---

## NA ARGENTINA

### NA ACADEMIA ARGENTINA DE LETRAS

A *Nación*, de 8 de junho último, assim regista a homenagem prestada pela Academia Argentina de Letras ao Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

“No salão de reuniões da Academia Argentina de Letras realizou-se, na tarde de ontem, a sessão solene em honra do Dr. José Carlos de Macedo Soares, presidente da Academia Brasileira de Letras, a quem, por essa ocasião, foi entregue o diploma de membro correspondente da nossa corporação literária. Assistiram ao ato além dos membros daquela instituição, o Dr. Ricardo Levene, presidente da Academia Nacional de História, que fôra especialmente convidado, e numerosos membros da representação diplomática do Brasil na nossa capital.

Antes de abrir a sessão usou da palavra o presidente da Academia, Dr. Carlos Ibarguren que começou traçando um paralelo dos objetivos da instituição brasileira e da sua similar argentina.

“O culto da tradição — prosseguiu o orador — que não significa estagnação nem retrocesso, está na índole das academias, porque o tradicionalismo forma a trama dêsse complexo de sentimentos, evocações, recordações dos nossos antepassados, costumes, lendas e glórias comuns, que constitue uma das vibrações espirituais da pátria. Impelidas por essa força da tradição, que nos leva a olhar sempre o passado como se presente fôsse e a render homenagem aos homens e às obras que deram lustre ao pensamento, as corporações brasileira

e argentina perpetuam a recordação dos seus escritores clássicos, dando os seus nomes às poltronas académicas. Gonçalves Dias, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Rio Branco, Joaquim Manoel de Macedo, Adelino Fontoura, Alvares de Azevedo e muitos outros escritores notáveis do século passado estão inscritos patrocinando as vossas cadeiras, ao passo que as nossas foram consagradas a memória de Sarmiento, Mitre, Guido Spano, Rafael Obligado, Vicente Fidel Lopez, Joaquim V. González e outros compatriotas que no seu momento foram os ápices da mentalidade do nosso povo. Esses nomes são os patronos cuja evocação perdura e se atualiza em todos os atos celebrados pelos nossos respectivos institutos. Os vossos e os nossos lugares académicos registam, pois com as suas denominações, toda a história literária de ambos os países, representando-a pelas individualidades preclaras, cujas obras formam o pedestal das suas letras e da sua cultura superior.

Ocupais, senhor, na Academia Brasileira — disse o orador mais adiante — a poltrona que tem o nome de França Júnior, comediógrafo e dramaturgo que, na segunda metade do século XIX, contribuiu, como Agrário de Menezes, Augusto de Castro e Joaquim Manoel de Macedo, para o desenvolvimento da literatura teatral, refletindo na cena, diversamente dos autores românticos, a miúda realidade quotidiana da vida burguesa. Se a individualidade tutelar da cadeira n. 12 que pela vossa companhia literária vos foi conferida concebeu a sua obra sobre a base da ficção teatral, a vossa produção intelectual, sólida, nutrida de pensamento e de realidade evidencia fielmente o espírito e a ação que tendes exercido nas múltiplas manifestações da vossa vida fecunda.

Senhor Macedo Soares — disse o Dr. Ibarguren, concluindo — sois mais que um escritor dado a elaborações imaginativas e intellectuais, um jurisconsulto e ao mesmo tempo um homem de Estado. As vossas obras palpitam de vida e de verdade, quer nas páginas de jurista, de sociólogo ou historiador, quer em estudos financeiros ou políticos, quer ainda em discursos nos quais a própria eloquência é ação. Pode-se dizer que a vossa bibliografia constitue um fasto luminoso da vossa atividade no govêrno, no pensamento, no fôro, nos altos institutos, nas academias e na cátedra universitária. Uma vasta e alta cultura que alarga horizonte e eleva a visão do panorama social, abrangendo-o em todos os seus aspectos sem sair da realidade, é, para o estadista,

um complemento necessário; sem ela, poderá a atuação dum governante sagaz ser eficaz e útil para o política momentânea, mas deixará de ter transcendência e será sempre medíocre, porque lhe falta a chama que cobre de luz e torna brilhantes os atos de govêrno. Assim nos vossos trabalhos de escritor, tão diversos, que tratam de muitos dos complexos problemas que enfrentastes na ação pública, ressaltava essa chama de idealismo que é o esplendor duma grande cultura. Por tudo isso, senhor, pelo valor das vossas obras e dos vossos atos, a Academia Argentina de Letras vos conferiu o honroso diploma de membro correspondente, que tenho o vivíssimo prazer de vos entregar”.

Terminados os aplausos que coroaram as últimas palavras do Dr. Carlos Ibarguren, ergueu-se o Dr. Macedo Soares, para proferir o seu discurso. Antes disso, porém, referiu ter chegado aos seus ouvidos a versão segundo a qual na nossa capital se acreditava na existência de certa animosidade da sua pátria para com a nossa, e assim êle se rejubilava em poder declarar nitidamente que tinha a certeza de que, imediatamente após os devidos trâmites diplomáticos, o Govêrno do Brasil reconheceria o argentino sem que para isso houvesse mister de se entrar em averiguações quanto a atitude que o nosso Govêrno adotaria perante o conflito mundial.

\* \* \*

Agradeceu as palavras do presidente da Academia Argentina de Letras e recordou que o emblema dessa instituição é uma coluna jônica e o lema *Recta sustenta*. Aproveitou o ensejo para se alongar brilhantemente sôbre as divisas de instituições que assinalou no velho Continente. Citou numerosos dêsses dísticos verdadeiros resumos da sabedoria popular e erudita. E concluiu nestes têrmos o seu discurso:

“Estava eu divagando pelo “agiário” que representa, afinal, a cristalização em frases breves, da moral, do saber e da experiência dos povos, quando me veio às mãos a publicação comemorativa do decênio da Academia Argentina de Letras e na qual encontrei a bela explicação de Enrique Banchs quanto à significação do vosso emblema. A coluna jônica — conjunção perfeita de solidez e esbelteza — assenta na terra, como diz o povo, e vai em linhas retas até ao alto. “Elemento entre todos eminentemente construtivo — disse



Enrich Banchs — bem pode esta coluna representar o propósito adotado pela Academia e o espírito com que o há de realizar: sustentará com retidão, como o seu lema confirma. E aquilo que sustente deve ter também a beleza que se dirige para o alto, irredutivelmente singela, sóbria e justa, do fuste jônico”.

Senhores acadêmicos: a destreza lúcida do vosso inteligente comentador não nos impede, entendo eu, de ver no vosso emblema, alguma coisa mais. Quase todas as academias incluem nos seus braços os lauréis com que se coroam as fronte consagradas. Vós escolhestes o próprio sol, donde vem a luz para aquelas cabeças e a clofila para aqueles lauréis. Nesta casa, onde se cultivava a verdade e o ideal, tem o vosso emblema alguma coisa de transcendente. Respeitando os direitos imprescritíveis e as inconsúteis regalias do ideal, o vosso emblema abrange, na sua significação, a própria nobilíssima nação argentina. *Recta sustenta*, has de sustentar eternamente a cultura do teu povo e com a proverbial retidão do teu caráter simbolizarás as glórias eternas da grande Nação Argentina!”

Longos aplausos cobriram o discurso do Dr. Macedo Soares. E logo depois foi servida uma taça de “champagne” (*Jornal do Comércio* de 11-6-1943)

## NA ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DR. RICARDO LEVENE

Al inaugurar esta sesión extraordinaria de homenaje a Mitre agradezco la colaboración del ilustre doctor José Carlos de Macedo Soares, embajador de jerarquía espiritual que nos trae un mensaje de los intelectuales del Brasil.

Ex-ministro de Relaciones Exteriores y ex-profesor universitario, publicista de renombre por sus obras de sociología, historia y derecho, hombre de acción revelado en la serenidad de su carácter en un episodio memorable ocurrido en su patria durante la anterior guerra mundial, cuando se puso al frente de un pueblo abandonado, en un momento de peligro, reemplazando al poder público, episodio de que trata su libro “Justiça” que prologó el gran jurisconsulto francés



A. de Lapradelle; Presidente del prestigioso Instituto Historico y Geografico de Rio, cuyo centenario celebramos en esta Academia en 1938 y Presidente asimismo de la Academia Brasileña de Letras y del Laboratorio social que es el Instituto Nacional Estadístico, el Doctor José Carlos de Macedo Soares que Buenos Aires recuerda con viva simpatía desde su visita en 1935, acompañanso al Presidente Vargas, es una autentica personalidad americana, por la labor que despliega y la representacion que inviste.

En nombre de la Academia Nacional de la Historia le expreso nuestro reconocimiento por su actitud cordial y solidaria, su presencia y su intervención en este acto.

Los pueblos jóvenes de este Continente poseén una fina sensibilidad histórica, especie de defensa moral contra toda penetración disolvente, que propugna el mantenimiento de las tradiciones.

Son nacionalidades que han progresado en etapas, cumplidas sincrónicamente y tienen la conciencia clarividente de que sus destinos no se logran en su extensión sino a la luz del conocimiento histórico.

Esta dinámica social es expansiva por su movilidad horizontal de un país a otro americano, y de un plano a otro dentro del propio país, que se distingue profundamente de la convulsión vertical o el brusco movimiento de ascenso o descenso que conmuebe a las antiguas y densas naciones, donde vacila ncon el orden existente, los modos de pensar y sentir colectivos.

Tal influencia de la Historia en la sucesión de las generalaciones ha contribuido a robustecer en América una entidad ideal como unidad continua y en cada un de sus Estados, el espíritu del pueblo, como fuente fecunda en expresiones originales y fuerza ascendente en la marcha social.

Al crearse en Buenos Aires, en 1837 el Salón Literario sus miembros se proponían reayizar el aloto ideal de “adoptar una política y legislación propias de su ser, un sistema de instrucción pública acomodado a su ser y una literatura derivada de su ser”. — Con el cierre de la Librería de Marcos Sastre, habiéndolo considerado que las reuniones no eran gratas a la autoridad, el Salón Literario se transformó al año siguiente en una sociedad secreta, la Asociación de Mayo, que proclamó la unión de todos los argentinos y la necesidad de retroceder, de volver, a los principios de la Revolución de 1810. — En ese mismo año de 1838 se erigia em Río de Janeiro, el Instituto

Histórico y Geográfico del Brasil, que el Rey, Sabio, don Pedro II consistió en un templo consagrado al culto de las ciencias históricas y geográficas; y en 1843 en la etapa heroica del Sitio êrande de Montevideo, Andrés Lamas fundaba el Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, el 25 de Mayo, en colebración “del gran dia de América”, como dijo Mitre que actuó entre sus socios fundadores.

Se impone distinguir dos etapas en la organización de los estudios históricos en la Argentina, después de Caseros.

La primeira se extiende desde el Instituto Histórico y Geográfico del Rio de La Plata de 1854 hasta la creación de la Junta de Numismática Americana el 4 de junio de 1893.

La segunda comprende, desde esta última fecha hasta la organización de la Academia Nacional de la Historia y en ambas etapas, con variantes en los nombres y en detalles de sua organización interna, según los tiempos, el Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata, la Junta de Numismática Americana, la Junta de Numismática e Historia, la Junta de Historia y Numismática Americana, o la Academia Nacional de la Historia, es la misma institución nacida a los impulsos generosos del pensamiento y la acción de Mitre.

Dos años después de Caseros, Mitre que había sido afiliado de la Asociación de Mayo y miembro fundador del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, promovió en Buenos Aires el 3 de septiembre de 1854 una reunión preparatoria de personalidades, que se llevó a cabo en la Biblioteca Pública con el fin de fundar el Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata. — Esta iniciativa no se había podido realizar antes por los infortunios que aislaron y dividieron a los pueblos y a los individuos.

El discurso que Mitre pronunció en ese acto es una altísima expresión de la oratoria argentina, por la sobriedad de sus términos y el vuelo de sus ideas. — “El fuego sagrado de la ciencia no tiene entre nosotros un altar público y solo arde en el fondo del gabinete del hombre estudioso, explica Mitre; por eso, no se acaloran los corazones con el noble entusiasmo de las ciencias y las letras. — Si esas fuerzas intelectuales que poscemos, concurriesen a un fin, si esas aspiraciones errantes se concretasen, si esos trabajos fragmentarios se complementasen los unos con los otros, si esas meditaciones se magnificasen por la discusión, nos sorprenderíamos nosotros mismos — pro-

clamaba con palabras alentadoras — del tesoro de ciencia, de ideas y de trabajos desconocidos que possemos”.

De ahí que era hermoso y útil contraerse al estudio de la Historia, la Geografía y Estadística en todas sus relaciones y aplicaciones, examinando los ricos materiales que aun no habian sido clasificados. — Se esbozaba un programa a llevar a cabo de vastos contorno pero había que contentarse “con emprezar poniendo algún orden en el caos de documentos”, decia Mitre, haciéndose eco de idénticos conceptos enunciados al fundarse el Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay.

Además del plan a cumplirse progresivamente por las generaciones, afirmó el valor social de la institución naciente al crear una especie de “santa hermandad de las ciencias y las letras que identifica a todos en un mismo pensamiento, gasta las preocupaciones, corrige las divisiones sociales, promueve la saludable agitación de las ideas y salva a los pueblos de perturbaciones peligrosas”, haciendo de ella “un campo neutral en que descansar de las agitaciones de la vida pública” (1). — Después del discurso de Mitre, se extendió el acta respectiva nombrándose una comisión provisional compuesta de siete miembros, para realizar el pensamiento expuesto, designándose a Valentín Alsina, Bartolomé Mitre, José Marmol, Carlos Pellegrini, Dalmacio Velez Sarsfield, Coronel Camilo Duteil y el Director de la Biblioteca Carlos Tejedor. — Esta primeira acta está firmada por figuras que ya eran valores de la cultura y de la política, y fueron después muchos de ellos, altos representantes en la vida nacional. — Pero los graves sucesos políticos subsiguientes, aplazarem por dos años la redacción de las “Bases Orgánicas” del Instituto.

Como explicó Mitre, las agitaciones por que habían pasado, sus frecuentes ausencias con motivo de los deberes de servicio público habían impedido su realización. — Al aprobarse ahora, en 1856, las “Bases Orgánicas”, dijo sentenciosamente en el Preliminar: “El primer paso está dado; ahora que el genio inspire a los trabajadores” (1).

---

(1) Bartolomé Mitre, *Arengas*, Buenos Aires, 1902, cit. T. 1., pág. 83.

(1) “Bases Orgánicas del Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata”, Buenos Aires, 1856 (ejemplar existente en el Museo Mitre). El nuevo Instituto adoptaba la división general del Instituto Histórico y Geo-

Ninguna Asociación mas útil y original al mismo tiempo — dicada al estudio de la Historia y la Geografía, pues consideraba mas conveniente circunscribir los fines a realizar y no extenderlos vagamente en una sociedad científica y literaria, para ensanchar el círculo de su labor. — Juzgaba de gran valor encaminar sistemáticamente las ideas, abriéndoles un cauce en vez de dejarlas abandonadas en su extensión, disciplinar el pensamiento señalando puntos de partida, y en fin, estimaba que en un país democrático, tenía significado la orientación de los actividades, conforme a un principio generador para transmitir la vitalidad que nace en la conciencia común.

Con singular penetración tocando en lo vivo en estas materias, observaba que eran las únicas en les que se podía trabajar con provecho “las únicas en que por ahora podemos ser originales”. — Difícilmente había conocimiento mas ignorado que nuestra propia historia y geografía, pues son “los que saben cómo nació y creció el pueblo de que hoy somos parte”. — Todo lo que es del hombre cabe en la fórmula histórica, así como todo lo que pertenece al mundo físico tiene un lugar en la geografía, cuando a ella se ligan los Estados etnográficos, explica Mitre, al fundamentar las “Bases Orgánicas” del Instituto.

En el artículo 2º. de estas “Bases Orgánicas” se señalan los fines de la Asociación, que eran centralizar las fuerzas intelectuales haciéndelas sentir en su adelante, preparar y clasificar los materiales para escribir la Historia del país, salvar del olvido los documentos históricos, geográficos y estadísticos, hacer investigaciones históricas sobre las épocas anteriores y posteriores a la conquista hasta nuestros días y fomentar por todos los medios en general los estudios históricos y geográficos, antiguos y modernos. — Se reconocía la necesidad de difundir tales conocimientos en todas las clases de la sociedad, alentar en la juventud el amor por estes estudios, aplicar los cono-

---

gráfico del Uruguay, del que Mitre era socio fundador (Fundado en 1843, véase las “Bases” en “Escritos selectos del Dr. Andrés B. Lamas” con un prólogo de Paolo Blanco Acevedo, F. 1, pág. 71, Nent. 1922), en las tres secciones de Historia, Geografía y Estadística. Desde este punto de vista era común la orientación de ambos Institutos del Río de la Plata, pero en la especificación del plan del Instituto de Buenos Aires, se intensifican sus fines, circunscriptos a las materias que comprende.



cimientos históricos, geográficos y estadísticos a las demás ciencias y especialmente a las necesidades físicas y morales del Río de la Plata, abrir certámenes históricos y literarios, mantener y estrechar las relaciones exteriores con los hombres de letras y sociedades científicas de América, reunir toda clase de libros, manuscritos, documentos, antigüedades, medallas, autógrafos establecer cursos públicos gratuitos dictado por sus miembros, en la Universidad o en el local de sus sesiones y se mandaba realizar un congreso anual, a inaugurarse el 25 de Mayo, para tratar los trabajos presentados y discutir las cuestiones históricas, cuyo programa se distribuiría con antelación. — Por último se disponía la publicación de un tomo de “Anales” o de una “Revista periódica” para dar a conocer la producción de sus miembros, los documentos inéditos, las biografías de americanos ilustres, la bibliografía de las obras americanas que pertenezcan a la materia de la especialidad y la lingüística americana.

Las “Bases Orgánicas” están firmadas por setenta y un miembros natos del Instituto, brillante pléyade de la inteligencia argentina de ese momento.

Una vez suscriptas, se convocó a asamblea general, haciéndose los nombramientos provisórios y designándose la comisión que redactó el Reglamento del Instituto. — La primeira comisión directiva fué integrada por Mitre como Presidente; Valentin Alsina, Vicepresidente 1º.; José Barros Pazos, Vicepresidente 2º.; Domingo Faustino Sarmiento y Rufino Elizalde, Secretarios; Rafael Trelles, Tesorero y Mariano Moreno, Bibliotecario. — La comisión adjunta se constituyó con José Mármol, Roque Pérez, Nicolás Calvo y Marcelino Ugarto.

El “Reglamento constitutivo del Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata”, se funda en las “Bases Orgánicas” y prescribe todo lo cocerniente a los objetos de la Asociación, el Consejo administrativo, las elecciones de los miembros, las atribuciones y deberes del Presidente y Vicepresidente, Tesorero, Secretarios, Bibliotecario, las Asambleas generales y los congresos anuales.

A través de otros documentos se puede afirmar que fué constante la preocupación de Mitre por el funcionamiento del Instituto que acababa de fundar. — Se mandaron imprimir los títulos de los miembros y se obtuvo del Ministro de Gobierno, Dr. Vélez Sarsfield, la resolución comunicada al Diretor de la Biblioteca, Carlos Tejedor



con el fin de que se pusiera a disposición del Instituto Histórico para sede del mismo, “las dos piezas desocupadas” (1) que quedaren del antiguo museo y se hallaban al lado de las pertenecientes al establecimiento.

En carta a Pedro de Angelis, de 18 de junio de 1856, le solicita informaciones sobre diversos documentos, como los papeles de las misiones del Paraguay, para saber si fueron incluidos en la venta de documentos que el había hecho y el “Diario” del reconocimiento del Río Negro, por Villarino, notando que en la publicación de De Angelis, faltaba la importante pieza de las “Instrucciones” dadas por el mismo Fiedma. — Mitre “quería ofrecer este M. S. al Instituto desearía (*saber*) cómo las *Instrucciones* sobre la exploración del Río Negro han podido escapar a sus prolijas investigaciones (lo q<sup>e</sup> me alegraría fueses así) pues este daría más mérito al documento”.

También deseaba Mitre ofrecer al Instituto — agrega en esta carta — el diario de la expedición del Superintendente La Piedra a la Sierra de la Ventana, y sólo tenía la copia. — Le pregunta a De Angelis si tenía noticia de quien podía ser el autor (2).

En extensa carta de 21 de junio de 1856, Pedro De Angelis le escribe al general Tomás Guide, informándole de la vida retirada que llevaba en su quinta, habiéndole costado mucho concurrir a una sesión del Instituto Histórico y Geográfico que acababa de instalarse en la ciudad, dice. — “El señor Mitre — agrega — vino en persona con otros dos individuos a pedirme él figurar entre los fundadores de esta institución y a pesar de mi repugnancia de salir de la obscuridad en que vivo, tuve que ceder a sus instancias; sin embargo antes de poner mi nombre al pie de las “Bases Orgánicas”, le dije en tono sime-serio” “Si hay alguno que diga la mazhorca vuelve a levantar cabeza,

---

(1) Biblioteca Nacional, copia del original existente en el archivo de la Secretaria de la Biblioteca Nacional. Año, 1856. También existe en la Biblioteca Nacional el título en blanco firmado por Mitre, empleado para los miembros del Instituto. Documento n. 8.112.

(2) Teodoro Becú y José Torre Revello, “La colección de documentos de Pedro de Angelis y el diario de Diego de Alvear”, en “Publicaiones del Instituto de Investigaciones Históricas” de la Facultad de Filosofía y Letras, n. LXXV, Apéndice, pág. XLVIII, Buenos As. 1941.

Uds. sabrán lo que tienen que contestar” “por que yo hago lo que Uds. desean”.

El mismo De Angelis nos ilustra acerca de interesantes detalles de la reunión de la segunda sesión preparatoria del Instituto a la que había ido muy bien recibido “hasta de algunos que nunca me habían manifestado, no diré aprecio, sino cortesía”. — Agrega que tuvo el gusto de dar el voto al general Guido para miembro del Instituto a moción de Mármol. — Se expresa en estos términos acerca de Mitre y el Instituto: “El señor Mitre que es Presidente y que lo merece por el celo que ha desplegado en la creación de este cuerpo literario, se propone y se lisonja, abrir un camino mas ancho y dar una dirección mas noble a los que consumen su tiempo y gastan su inteligencia en luchas estériles para bien público. — Quiera Dios que lo consiga” (1).

El episodio relatado tiene la significación que no necesito destacar desde el punto de vista de la comprensión de los antecedentes personales y la ilustración histórica de Pedro de Angelis.

Mitre que había presidido las reuniones del Instituto daba el ejemplo de consagración al trabajo y escribía la biografía de Belgrano, publicada en la “Galería de celebridades argentinas”, motivando un juicio elogioso de Juan Ma. Gutierrez en carta a Alejandro Magariños Cervantes en 1858, conforme al cual “esa elegante y erudita “Introducción” ha plantado seguros jalones para marcar el sendero que puede conducirnos al hallazgo de joyas de la literatura patria” y una declaración para inclinar a la juventud argentina a las investigaciones históricas, considerando a la Historia como “la musa que consuela a los fuertes ingenios náufragos en las olas turbulentas de los negocios públicos y la que disciplina a los soldados conscriptos para la batalla de la tribuna o de la prensa” (2).

---

(1) Ricardo Levene, “El Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay y su fundador Andrés Lamas”, en el que se hace extensa referencia a la amistad intelectual de Lamas y Mitre y su correspondencia.

(2) Ernesto Morales, “Epistolario de D. Juan Ma. Gutierrez, 1833-1877”, Buenos Aires, 1942, pág. 70.

Estes documentados datos revelan la existencia y funcionamiento del primer Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata, con Bases y Reglamento aprobados y con autoridades electas, y cuya disolución no he podido precisar, pero explicable sin duda, por las dramáticas vicisitudes políticas de los años 1859 y 60.

Antecedentes que explican el agregado del artículo 1º del actual Estatuto de la Academia Nacional de la Historia, en el que se consigna que la Junta de 1893 reanuda los trabajos científicos del Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata, creado por Mitre en 1854.

En el período intermedio hasta el año de 1893, que se prolonga por mas de 30 años se ensayaron diversas instituciones históricas, y privadas e importantes Revistas que impulsaron los estudios históricos.

En Paraná, el Ministro Juan Pujol, instaló oficialmente un Instituto Histórico y Geográfico de la Confederación Argentina, el 23 de mayo de 1860, asistiendo a la primera reunión, los señores José Severo Olmos, Augusto Bravard, Daniel Araoz, Mateo Luque Eusebio Ocampo, Benjamin Villafaño, Nicolás Calvo y Vicente G. Quesada. Se nombró una comisión de tres miembros para redactar los Estatutos y se designó Presidente a Juan Pujol y Secretario a Vicente G. Quesada (1). — Este último, en la "Revista de Paraná" publicaba colaboraciones de carácter histórico.

En 1855 Mitre fué designado socio de número de la Asociación Amigos de la Historia Natural del Plata; en 1867 socio activo de la Sociedad Paleontológica de Buenos Aires y en 1871, socio honorario del Instituto Histórico y Geográfico del Brasil.

El Instituto Bonaerense de Numismática y Antigüedades fué fundado en 1872, por el numismático argentino Aurelio Prado y Rojas, designando como Presidente y Vicepresidente honorarios a Manuel Ricardo Trelles, Bartolomé Mitre, Andrés Lamas y Juan Ma. Gutierrez. — Poco tiempo después interrumpió su funcionamiento y desde 1934 ha renacido bajo la eficiente presidencia de Rómulo Zabala.

---

(1) *Corrientes en la organización nacional* Juan Pujol., 1. 10. Buenos Aires, 1911, pág. 12.

En 1874 se constituía una comisión integrada por Manuel Ricardo Trelles, Juan Ma. Gutierrez y Andrés Lamas para proyectar la Ley orgánica del Archivo General de la Nación y en 1882 se organizaba la sección retrospectiva de la Exposición Continental.

Influencia muy grande ha ejercido en nuestro ambiente cultural las revistas históricas. — De 1868 a 1872, José Manuel Estrada, el orador y filósofo de la Historia Argentina, editaba la “Revista Argentina” en su primera época; de 1871 a 1876, se publicó la “Revista del Río de la Plata” con importantes estudios, dirigida por tres historiadores, Vicente López, Juan Ma. Gutierrez y Andrés Lamas, y de 1881 a 1885, la “Nueva Revista de Buenos Aires” dirigida por los historiadores Vicente G. y Ernesto Quesada.

El 1º de mayo de 1889 se realizó un banquete de historiadores — como he tenido oportunidad de recordarlo con motivo del cincuentenario del Museo Histórico Nacional — celebrando el tercer año de la “Revista Nacional” de Adolfo P. Carranza, que había publicado ya siete volúmenes. — Fué una fiesta excepcional, como la calificó “La Nación” al día siguiente, a la que concurrieron treinta hombres de letras. Según referencias Carranza no pudo hablar en el banquete, dominado por la emoción y Mitre lo hizo por él. El general Mitre se ocupó de grandes temas históricos, hizo desfilar los pueblos y fundadores de nacionalidades en el norte y sud de nuestro Continente, representados en Washington, San Martín y Bolívar. En feliz momento de improvisación exaltó la personalidad de Vicente López y Planes, el cantor de Mayo, y recordó a Vicente Fidel López diciendo que si el padre fué el poeta de la Revolución el hijo había sido su brillante historiador. Tal la actitud del general Mitre, ocho años después de su famosa polémica con Vicente Fidel López, que señaló rumbos a los estudios históricos. Generosas palabras “que alejan toda sombra de emulación entre los historiadores más notables de la República y vínculo de solidaridad entre las inteligencias que persiguen el mismo fin de investigar la verdad” como dijo Adolfo Decond en la crónica del acto, publicada en la Revista Nacional. En ese mes de mayo se dictó el decreto por el que se crea el Museo Histórico, primero con carácter municipal, constituyéndose una comisión para



proyectar su establecimiento, en la que figuran Bartolomé Mitre, Julio A. Roca, Andrés Lamas, Ramón J. Cárcano, Estanislao S. Zeballes, Manuel F. Mantilla, y coronel José I. Garmendia.

Señalo la circunstancia halagadora de que entre esos preclaros espíritus figuraba ya el joven Dr. Ramón J. Cárcano, hoy el decano de la Academia Nacional de la Historia y patriarca de nuestros historiadores, un hombre representativo de la cultura de América contemporánea, — que para honor nuestro continúa prestando sus valiosos servicios al engrandecimiento espiritual de la patria.

El ambiente era propicio para el estudio de la Historia Argentina y la erección de instituciones históricas. A los tres años de erigido el Museo Histórico Nacional, los amigos de Mitre en 1892, hacían frecuentes tertulias intelectuales y sociales en casa de Alejandro Rosa y luego en la de Enrique Peña, dos figuras descollantes por su elevada inspiración patriótica y vasta cultura. A la tertulia de Enrique Peña concurría el erudito chileno José Toribio Medina, de paso en Buenos Aires con motivo de preparar la edición de varias de sus obras y especialmente "La imprenta del Río de la Plata". Ya en casa de Peña se reunían con el nombre de Junta de Numismáticos y el 4 de junio de 1893, mandaron acuñar la primera medalla como Junta de Numismática Americana, con seis estrellas simbólicas y el nombre de sus seis fundadores, en este orden: Bartolomé Mitre, Alejandro Rosa, Enrique Peña, Angel Justiniano Carranza, Alfredo Meabe y José Marcó del Pont. Esta es la fecha de fundación de la Junta, (1) aunque sus orígenes son muy anteriores como he demostrado grabada en la medalla conmemorativa, cuando aún no se llevaba libro de actas y fecha reconocida como tal por la misma Junta, años después en la

---

(1) Tal es también la opinión de Felix F. Orestes en "Revista Bimensual Historia", año 1903, año I, tomo I, Buenos Aires, pág. 72. Distintos puntos de vista han expuesto Antonio Dellepiane en "Una fundación de Mitre. La Junta de Historia y Numismática Americana", en la "Revista de la Universidad de Buenos Aires", año 1917, XXXVII; Ernesto Quesada, "Los numismáticos argentinos" en la "Revista de la Universidad de Córdoba", año IV, n. 10, añ 1918, y Nasciso Binayan, "El origen de la Junta de Historia y Numismática Americana" una pequeña comprobación histórica, Buenos Aires, 1920. Enrique de Gandia ha sintelizado esta cuestión en la Introducción a la "Historia de la Nación Argentina" exponiendo la crónica de la Academia Nacional de la Historia.



sesión del 5 de octubre de 1902 a moción del vocal Dr. Carlos Ma. Urien, al resolverse que en la medalla de los miembros, debía estamparse que la institución había sido “fundada en 1893”.

Hay además documentos gráficos de singular valor. Uno se refiere a la reunión en casa de Alejandro Rosa en 1893, presidida por Mitre, teniendo a su derecha a Angel Justiniano Carranza y a su izquierda a Alejandro Rosa. Están presentes además, Antonio Cadelago, Julián F. Miguens, Adolfo Decoud, y Jorge Echayde. Este recuerdo es también interesante por otros elementos ilustrativos que la completan, como una colección numismática en su marco correspondiente, los grabados de San Martín, Belgrano y Rivadavia, planos y documentos históricos. La otra fotografía es de 1895, pero en casa de Mitre, y lleva al pie la siguiente anotación autógrafa del general, en el día de su cumpleaños: “El 26 de junio de 1895 con sus amigos los numismáticos, estando ausente Alejandro Rosa”. Bartolomé Mitre.

Cuando el 11 de agosto de 1901 reunidos en casa de Alejandro Rosa, dijo este último que el general Mitre le había hecho presente que la Junta diera señale de vida, haciendo algo, práctico y de utilidad y no limitarse a hacer acuñar medallas, de acuerdo con esa indicación planearon los estudios a realizar, se redactó la primera acta y se eligieron los miembros de la Mesa Directiva: a Mitre como Presidente; Alejandro Rosa, Vicepresidente y José Marcó del Pont, Secretario. En esa misma fecha a iniciativa de Enrique Peña se resolvió editar una Biblioteca de libros raros o inéditos, que se inició en 1903 con el Viaje de Ulderico Schmidel, con notas bibliográficas y biográficas de Mitre y Prólogo de Samuel Lafone Quevedo.

Después del fundador y primer Presidente, vinieron las grandes presidencias de la Junta, de Enrique Peña, José Marcó del Pont, Antonio Dellepiane, Ramón J. Cárcano y Martiniano Leguizamón.

Tales los antecedentes relacionados con la fé de baustismo de esta corporación, explicados por corrientes de hechos y de ideas, que dieron nacimiento al antiguo Instituto y a la Junta Numismática Americana de 1893, convertida en Academia Nacional de la Historia en 1938, durante la presidencia del general Agustín P. Justo.

Desde su fundación a nuestros días, en esta segunda etapa de plenitud y sin solución de continuidad durante cincuenta años, la Aca-

demia Nacional de la Historia y sus ilustres miembros desaparecidos y los que la integram actualmente — teniendo el que habla el honor innmerecido de ejercer su presidencia — han contribuido con las investigaciones realizadas, las ediciones facsimilares y la publicación de la monumental “Historia de la Nación Argentina”, que han cimentado su auténtico prestigio, las conferencias públicas que lleva a cabo periódicamente y los Congresos de Historia Nacional y Regionales en la Capital y las Provincias, á la profundización del saber, al robustecimiento de la personalidad nacional, a la continuación de las tradiciones progresistas, y al amor y el respeto por las tradiciones patrias.

Esta labor no es sole densa y voluminosa. Se explica por un factor imponderable. Mitre creador del Instituto Histórico y la Academia de la Historia, fundó una escuela de historiadores argentinos, definida por su concepto social en la polémica con Velez Sarsfield, por su técnica en la polémica com López y sobre todo por su espíritu, el culto a la verdad histórica y el mensaje de escribir la Historia y de vivirla con grandeza de alma aunque humildemente, en la pasión por la libertad, de asociar hasta su identificación, los términos que integran el binomio, la teoría y la práctica de la Historia Argentina, aspecto vital y actual que puede sintetizarse en esta frase de Juan Ma. Gutierrez dirigida a Mitre, en el momento culminante de su vida de historiador y hombre público: “Ud. desciende en línea legítima de Belgrano y Rivadavia y aspira a la gloria de realizar los ideales de ambos, después de haber contribuido a su apoteosis”.

A medida que se ahonda en las investigaciones analíticas y se elaboran los estudios de síntesis sobre Mitre, más se impone a nosotros la unidad y continuidad ascendente de su personalidad en cada una de sus múltiples manifestaciones. El sentimiento que inspira en las nuevas generaciones, no es una divinización supersticiosa, sino admiración consciente a la individualidad ejemplar.

Mitre es un símbolo viviente de los ideales que nacieron con el alba de la nacionalidad en el moment histórico de la Revolución de Mayo y después de consumir la reorganización y la pacificación nacional ha forjado la nueva Argentina, encendiendo el ideal de las ciencias, las Artes y las Letras en la hermandad americana.

DISCURSO DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1)

El Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolviendo enviar su propio Presidente para representarlo en las fiestas del cincuentenario de la fundación de aquella que fué la "*Junta de Historia y Numismática Americana*", para que fué tan gentilmente invitado, quiso afirmaros el interés y el acatamiento con que acompaña vuestros trabajos para el conocimiento más profundo de las gloriosas tradiciones argentinas. La institución brasileña deseó también, aseguraros su incesante veneración por la obra del inolvidable fundador Don Bartolomé Mitre. El centenario Instituto Histórico quiso aun deciros que la amistad de las dos grandes naciones reside, no en los fríos tratados diplomáticos, pero en generosos sentimientos hondamente arraigados en el alma del pueblo argentino, y en el alma del pueblo brasileño.

En la *Academia Nacional de la Historia*, y en el *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, hombres de buena voluntad, orientados por la Verdad y por la Justicia, se entregan a árduos labores en el resalte del pasado, para que sus enseñanzas aprovechem a las generaciones del presente y del porvenir. El mismo ideal los impulsa, la misma aspiración los alienta: honrar las tradiciones nacionales. Tales sentimientos acercan irresistiblemente artífices de obras congéneres. Y qué felicidad mayor que el estrechamiento de los lazos que preden almas hermanas?

En Roma del Siglo de Augusto, los visitantes de la ciudad se alojaban, segun su condición social, en la residencia de um amigo, en domicilios públicos llamados *diversoria*, o en albergues llamados *cauponulae*. Las familias nobles se hospedaban en las casas de aquellos a quienes estaban ligados por el deber de hospitalidad. Los que habían tenido la ventura de criar tan sublime práctica, que se transmitía de generación a generación, en cariñosa ceremonia doméstica, quebraban un objeto metálico o de madera, pero de modo que, unidas las dos

---

(1) Na sessão solene de 4 de junho de 1943, em Buenos Aires, comemorativa do cinquentenário da Academia Nacional de la História.





Moeda brasileira de 1851, cuja metade foi levada pelo Embaixador Macedo Soares para ser oferecida à Academia Nacional de História, ficando a outra metade no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.  
(Os clichés mostram o verso e o anverso da moeda).





partes, sería él recompuesto en su forma primitiva. Por el ajustamiento de las dos partes de la *Tessera hospitalis*, seña hospedera, que eran cuidadosamente guardadas en los archivos de las dos familias, es que se documentaba el deber del hospedaje.

Excelentísimo Señor Presidente de la *Academia Nacional de la Historia*. Os voy hacer depositarios de la mitad de una moneda brasileña con la efigie de Don Pedro II, el gran protector del *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, que en vida asistió a 506 de sus sesiones, y muerto, preside él, él solo, *ad vitam aeternum*, a todos los hechos realizados en el salón noble del Instituto. Todos los miembros de esta Academia quedarán sabiendo que, como guardias de tan preciosa reliquia, podrán ajustar su mitad a aquella que cariñosamente será conservada en tierras, también vuestras, de mi Brasil.

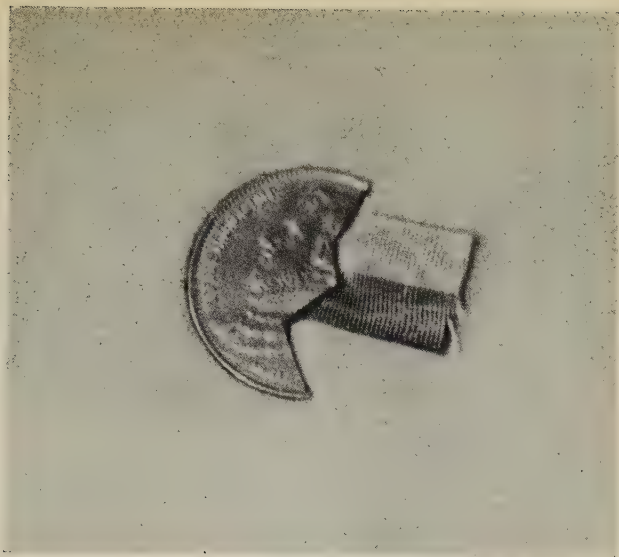
Traigo, señores míos, los votos muy sinceros del *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* por la creciente prosperidad de la *Academia Nacional de la Historia*, y por la felicidad perenne de la gran Nación Argentina.

---

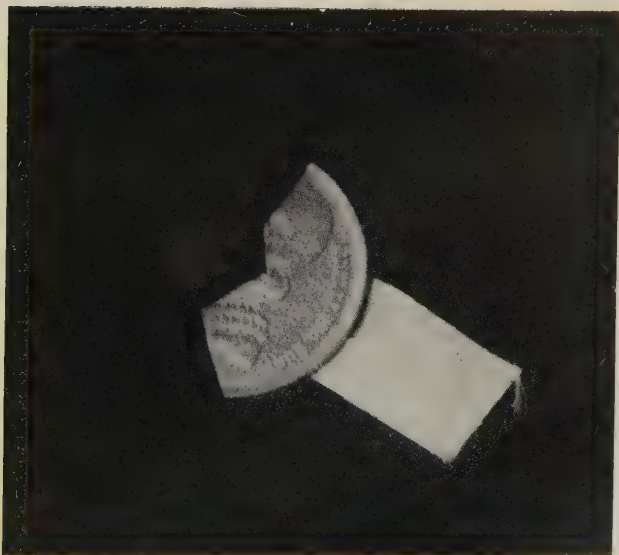


## DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA





Metade entregue à Academia Nacional de la História, de  
Buenos Aires.



Metade guardada no Instituto Histórico e Geográfico  
Brasileiro.





## TRATADO DE LIMITES DE 1750

Conhecedor esclarecido da crônica paraense, em que se especializou, conseguiu Manuel Barata reunir papéis históricos, de valia indiscutível, como o que encerra o parecer de João de Sousa Azevedo a respeito do Tratado de Limites de 1750.

É cuidadosa cópia, que infelizmente os bichos danificaram sobremaneira.

As reticências denunciam as falhas de palavras e períodos que a voracidade dos papirófagos consumiu.

Ainda assim, constitue o depoimento de observador sagaz, cuja crítica aponta os prejuízos resultantes para Portugal da fixação da divisória ocidental nos termos ajustados em Madrid, além de referir episódios em que se envolveram seus contemporâneos e predecessores.

Não desempenhava João de Sousa cargo oficial que o obrigasse a opinar a respeito.

A sua vida é bem a de um bandeirante que se transferiu a diverso ambiente, sem perder as qualidades de ousada iniciativa e altivez da raça.

Há quem lhe atribua berço lusitano, mas a sua maneira de atuar denuncia-lhe a origem paulista, aceita por outros historiadores.

Modernamente, de sua biografia cuidaram dois ensaios, um dos quais se utilizou, em boa parte, de informações inéditas do Arquivo do Instituto, em quanto o outro esquadrinhava a preceito o documentário existente em Belém.

De lá mandou Artur Reis a sua contribuição acerca de "Paulistas na Amazônia", que a Revista do Instituto deu a lume em seu volume 175, e na qual modela com perícia a figura de quem foi, em seu tempo, um dos maiores exploradores de rios, do Paraguai ao Amazonas.

A Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso coube acolher o outro escrito (Vol. LII) em que se resumiram contribuições anteriores.

De ambos, rompe o vulto empolgante do iniciador das viagens pelo Arinos, para cujo vale conduziu canoas que rotearam o Sipotuba, de arrepio, passando, assim, da bacia paraguaia para a amazônica.

Admirador dos Lemes, com quem acaso ter-se-ia iniciado nos segredos do sertanismo, dedicou-se ao comércio, que lhe permitiria, ao mesmo tempo, satisfazer a insaciável curiosidade de viajante.

Repetiria com frequência a jornada de São Paulo a Cuiabá, mais de mil léguas de ida e volta, e daí a Mato Grosso, antes de ir às minas de Santa Isabel, que o estimularam a varar os sertões setentrionais.

É conhecido o resultado do seu empreendimento, interpretado, todavia, de maneira diversa pelos historiadores, consoante os quais o sertanista, depois de vencer as cachoeiras do Arinos e Tapajós, teve receio de arrastá-las de novo na subida, e por isso preferiu regressar pelo Madeira.

É fato, mas devido a causa diferente.

Embora pretendesse voltar pela mesma via, não lho consentiu o govêrno lusitano, quando consultado.

E ordenou que seguisse com a diligência a êsse tempo organizada para a exploração do rio Madeira e Guaporé até a barra do Sararé.

Dáí por diante, não deixaria de amiudar as suas peregrinações por essa via fronteira, de que se tornou pilôto, como reconhecimento oficial à sua perícia.

E quando Alexandre Rodrigues Ferreira desenvolveu a sua monografia sôbre navegação, mais de uma vez citaria a opinião de Sousa, acompanhada de elogios, que lhe evidenciavam o prestígio alcançado, especialmente no Pará, onde fixou a sua residência, embora não interrompesse difinitivamente as suas atividades de viajante incansável.

## PARECER DE JOÃO DE SOUSA AZEVEDO (1)

..... demarcaçens, em que mostra João de Sousa Azevedo, Astronomo ou Geografo, (a) o notavel prejuizo á Corôa de Portugal, resultante das declaraçoens expressas no Tratado entre as Cortes de Portugal, e de Hespanha em 1750.

Sendo eu chamado para huma conferencia ao Collegio de S. Alexandre d'esta Cidade do Pará pelo Exmo. Senhor General Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, que n'esse tempo governava este Estado, em que s'acharão presentes o dito Senr., e os R.R. P.P. da Companhia de Jesus, o R. P. Reitor do dito Collegio Julio Pereira, e o R.P. João de Souza, e o R. Pe. Carlos Brentano, e seu companheiro ambos Hespanhoes scientes na Mathematica, que havião descido pelo Rio dos Solimoens para a Europa e entrando na conferencia das Reaes Divisioens do Novo Tratado, vi alguma parte das condiçoens, que expressava dos Reaes Dominios de S. Magestade, com os de S. Magestade Catholica, e acho estar .... prejuizo da Real Corôa Portuguesa, por alguma pequena experiencia de parte, que tenha corrido, das Conquistas, e a experiencia mostra. Manda o Tratado principiar em Castilhos, e procurar hum Rio pelo centro, para subir até rematar suas cabeceiras, e nascimento; e dahi procurar outro para decer, ou rumo, que va sahir por cima das sete correntes no Rio Paraguay (b). He certo, que sendo rumo por linha reta, sem triangulo, poderá apanhar Fasendas de gados, dos moradôres dos Campos de Coritiba da Capitania de S. Paulo por quanto tem povoação de Fasendas de gados 40, e 50 dias de viagem, da Cidade de S. Paulo, que para conduirem os gados á dita Cidade, gastão sinco, e seis Meses: e para aquelle centro me não consta ter-se topado com as margens do Rio da Prata, que poderão estar perto; por que os Hespanhoes hão de povoar, e se hão de mistigar os gados, e de necessidade hão de haver desordens, como acconteceu na Colonia.

---

(a) O Pe. Bento da Fonseca na Carta citada á f. 90 not.

(b) dice, que era Mineiro de Mato Grosso. Tinha o pôsto de Sargento M61. D'elle dá noticia o Annal de Cuyabá. Anno 1749 f. 9 Anno 1753. f. 13, e o de Mato Grosso Anno 1749.

(1) O documento que ora vem a lume pertence ao Arquivo do Instituto Histórico, mercê de preciosa doação, que traz o título de "Coleção Barata".

Não tenho corrido aquella parte do Sertão; melhor poderão mostrar os papeis do R. Pe. Diogo Soares, que correu para essa parte alguns anos ..... Castilhos a longitude, em que está da margem do Rio, que por essa conferencia mostra a largura de terras, que se vão largando á Castella.

As Sete Correntes ficão abaixo do Gentio Guayacuriy (1) a que chamamos Cavalleiros, por andarem montados; e me parece as sete correntes ficarão Leste Oeste com a villa de Paranaguá, ou vão da Villa de Santos, até a de Paranaguá, he grande a distancia, nem pode haver Rio para decer, que va sahir por cima das sete correntes, que lhe he preciso acostar-se para o Norte, e os Rios na Margem do Rio da Prata puxando-se para o Sul.

Do Gentio Cavalleiro para o seu nascimento tenho navegado, (2) corre o seu rumo ao Sueste; frontêa o seu nascimento com o Rio dos Tapajós; tem tres légoas de distancia de hum á outro, capas de navegar Embarcação, que de nascimento de hum ao outro, he só meia légua, sendo por braços que he por onde passei, (3) pelo braço chamado Sepituba do Rio da Prata, e Somidouro pelo do Rio dos Tapajós, que ambos nascem daquella grande Serra, que vai dividindo as aguas de hum e outro Rio Prata, e Amasonas; do nascimento do Paraguay a chegar á primeiro Fortalesa e do Rio dos Tapajós por linha reta, poderão ter ao muito tresentas légoas, que ..... abrindo seis varadouros por terra para passar as canoas, e infinitas cachoeiras, para cujo effeito me precisou vir muito devagar.

O seu rumo he Norte Nordeste, e seus pedaços ao Leste.

Depois de navegar bastante dias elle, achei as arvores de cravo com abundancia pela sua margem, que para o centro não entrei; achei hum seu braço com ouro com alguma conta, que não pude examinar bem, por quanto os barbaros erão muitos; não sei a extensão da campanha mineral.

Manda o Tratado, depois de sahir ao Paraguay por cima das sete correntes, navegar pelo Rio acima, até dar na barra do Rio Jaurú, ficando a parte Oriental para Portugal, e a Occidental, para Castella (4).

Advirtindo, que estão os Portugueses de posse de huma, e outra margem, s'a souberem conservar, desde a barra do Rio Bothetiú para



cima, que he ate o nascimento do Paraguay, e seus braços, adonde tem ouro descoberto, e diamantes com limitação, e tambem há braço do Paraguay, chamado o Rio Sepotuba, achei ouro com pouca quantia, e no tempo, em que fiz a derrota para o novo descoberto dos Arinos, que vem dar ao Gram Pará pelo Rio dos Tapajós, e tres dias abaixo da barra do Rio Bothetiú (5) forão os Portugueses conquistar o Gentio Payaguases .....

Porem segundo o que temos visto, he o Gentio auxiliado pelos R.R. P.P. Hespanhoes?; e bem se ve as armas com que pelejão, boas choupas de ferro, e bem obradas, e bronse nas cabeças dos porretes. (6) Estando hum moradôr situado nas margens do Rio Paraguay, da Parte Oriental, veio dito Gentio, e matarão o dito morador, e seus escravos, e camaradas brancos, que constou de mais de 20 pessoas, que morrerão; e vindo hum tropa das Minas do Cuyabá pela navegação do Rio, toparão o dito Gentio, que havia feito insulto, e levarão humas negras prisioneiras do dito difuncto, e falavão com a gente da dita tropa, e lhe quiserão comprar, ou resgatar as negras prisioneiras do dito difuncto, e falavão com a gente da dita tropa, e lhe quiserão comprar, ou resgatar as negras prisioneiras, mas o Gentio não as quiz vender; e falava o dito Gentio a lingoa geral, e outros falavão Hespanhol; que n'estes Navios vai hum homem por nome Mathias Soares Alvergaria, que s'achou na mesma função, e poderá com melhor individuação informar, que foi moradôr bastantes annos nas Minas de Matto Grosso, que baixou para se recolher à Europa pelo Rio da Madeira, tendo visto algumas novidades, que se tem passado com os R.R. P.P. Hespanhoes, que tambem pode informar das Missoens de Castellas, sitas nas margens do Rio Guaporé, que adiante ..... por navegação da Capitania de S. Paulo para as Minas de Cuyabá subindo o Rio Pardo, tomando hum seu braço chamado Inhanduyaçú, que foi o primeiro caminho, que se continuou, a sahir ao Rio de Paraguay pelo Rio Bothetiú, sendo no anno de 1727, indo eu para as Minas de Cuyabá em hum tropa (7), em que hia o Dr. Jozé de Burgos Villalobos para Ouvidor das ditas Minas, subi o dito braço do Rio Inhanduyaçú, e entrei a campanha das margens do dito Rio a procurar gado para matar (8), e topei o lugar de hum sítio muito antigo, com hum Cruz posta de poucos annos, com hum leteiro, que

dizia — Viva El-Rey de Castella — na lingua Hespanhola, e mandei lavar o dito letreiro, e lhe puz outro, disendo — Viva ElRey de Portugal — que presenciou João Pinheiro, homem morador na Villa do Itú, e Antonio Moreira, e Belchior Pinheiro; e dahi a alguns annos foi á essa mesma Campanha Manoel Dias da Silva, Paulista, e lhe succedeu o mesmo: na Era de 44 foi Domingos Bicudo de Brito á mesma Campanha, mandado pelo Exmo Snr General Dor Luiz de Mascarenhas, que nesse tempo governava a Capitania de S. Paulo ..... d'ouro, e lhe succedeu o mesmo, sendo esta paragem com pouca differença, cem léguas da cidade de S. Paulo, e pouca distancia terá para as Minas de Meia Ponte, e dez até dose dias desviado do Sitio de Camapoam, que está no caminho, que vai para as Minas do Cuyabá. Esta longitude s'entende por linha recta, e se verifica não estar muito longe alguma povoações, situada na margem do Paraguay, que da dita Povoação vem aquella paragem buscar gados; porque s'axão as trilhas, e rastos de gente e de cavallo; e me parece, que aquella Povoação na supposta conjunctura fica de dentro da demarcação de Hespanha. E no anno de 45 se virão dentro das Minas do Cuyabá dous indios armados, que ninguem lhe pode fallar, por se metterem ao mato, assim que forão vistos; apparecerão na estrada, que vem do Rio Paraguay, e do Mato Grosso, para as Minas e Cuyabá; porem dentro das Povoações, dez legoas desviadas da Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá: devemos melhor entender serem espias, para saberem os caminhos, e a força, que temos, vivendo com toda a cautela, o que o Portuguez nenhum lhe passe para os centros. E no anno de 1739 fugiu hum homem da Villa do Cuyabá ..... chegou a Missão de S. Raphael da Provincia de Paraguay, disendo era criminoso, e que queria passar para o centro e os ditos P.es o não deixarão, e metendo-se o homem sem licença dos P.es foi ter a outra Missão mais para o centro, e n'esta o tornarão a mandar por, na primeira: os ditos P.es d'sta primeira Missão o mandarão pegar por Indios, e o mandarão açoutar, como fazem a qualquer Indio, e lhe dicerão, se tinha crime, viesse pagar, que assim se ganhava o Ceo, e o mandaram por na margens do Rio Jaura, por cujos meios se pode ver a sua prevenção, e os Portugueses lhe costumão dar passagem por esta Cidade, para se recolher á Europa, e não só isso, com o mais Estrangeiros, como foi o Conde da Mina, e outros

vários, tomando as alturas, e mapeando Mappas que nada he para bem, nem zelo de Portugal, feito por Estrangeiros. E no anno de 747 vindo das Minas de Matto Grosso Joze Pereira de Faro, e Antonio João de Medeiros, rodando pelo Rio Jaurú a baixo, recolhendo-se para as Minas de Cuyabá, toparão com hum P.e Hespanhol, com muito grande numero de Gentio domestico, que vinha atravessar o dito Rio, da parte Oriental, para a Occidental, (9) e vinha .....

Cabaçal, e o que faz o Rio Sepetuba, terras descobertas e conquistadas pelos Portugueses, e os barbaros Vassallos da Real Coroa Portuguesa He este P.e da Provincia do Paraguay a sua Missão tem a invocação de S. Raphael, em a qual Missão indo huns homens a procurar huns escravos fugidos, que la s'axavão, virão as negras, que o Gentio havia levado do difuncto João d'Oliveira, que matarão na passagem do Rio Paraguay, e queimarão o sitio: daqui se deve colligir, aquelle Gentio ser mandado pelos R. R. P. P., como mostraremos accontecido agora de próximo, n'este presente anno de 1751, pelos R.R. P.P. sitos nas Missoens de Rio Guaporé, de cujo motivo se segue os gastos, que faz a Real Fazenda, a poucos annos a esta parte, de mandar conduzir as Tropas, ou Frotas, que vem da Capitania de S. Paulo para as Minas do Cuyabá, e subindo pelo Paraguay acima, até dar na barra do Rio Jaurú, e subir por elle acima, até chegar ao vão mais perto para passar o Rio Guporé, ficando a navegação livre aos Portugueses: porem sendo assim, ficão varios moradores da parte de Hespanha, e lavras, em que se tira ouro; e no caminho, que vai por terra, poderão haver duvidas, que hão de passar os gados, cavalgaduras de huma .....  
companha huma serra do Rio Jaurú, que principia nas margens do Rio Paraguay, e vai findar no Rio Guaporé, onde chamão as Torres, que he paragem bôa para marco das divisoes, e de proximo está servindo de balisa, e marco, e cerca huma pequena campanha, que he a, unica capaz de criar gados, que todas as mais terras são agrestes, incapazes de criar. Costeando a dita Serra sahe hum riachão chamado Aguapehy, que faz barra no Rio Jaurú, faz o seu nascimento da mesma Serra; e d'este, ou da mesma ponta da Serra, se deve botar o rumo que diz o Tratado, Leste Oeste ao Rio de Solimoes, por ficar linha reta e sem triangulo a Real Divisão. Diremos a longitude da barra do Rio Bothetiú para cima, que são 18 até 20 dias de

viagem, até a barra do Rio Jaurú, e dahi pelo Rio Jaurú acima, dez dias de viagens; e o vão que tem por terra 4 dias, e tem paragem, pode ser menos, que são 34 dias de viagem, e o menos que s'anda por dia são cinco legoas, que tudo he agua acima. Dahi manda o Tratado embarcar no Rio Guaporé, e rodar por elle abaixo até a Ilha Comprida; poderão ser 16 dias de viagem; que estão os Portugueses de poder de huma e outra margem .....

O que toca a navegação do Guaporé, que he Rio abaixo, o menos que se pode andar, são 7 légoas, que toda esta distancia de terras da parte Occidental, ficão para Castella. Seguindo da Ilha Comprida, Rio Abaixo, até a barra do Rio Mamoré, de huma, e outra margem, estão os Castellanos de posse com 4 Missões sentadas que s'anda em 6 dias de viagem e da barra d'este Mamoré, ou mais abaixo, manda o Tratado botar hum rumo Leste Oeste e sahir no Rio dos Solimoens, disendo, que os dous braços Mamoré, e Guaporé, forma o Rio Madeira: porem, eu digo, que tal não ha (10); por quanto o Rio Madeira he distincto: sim s'ajunta com os dous braços, e he muito maior Rio, que os dous braços juntos: e as suas propriedades mostram pela muita madeira, que de si botão; no tempo das suas cheias, correm as suas aguas muito turvas, mostrando, que nas suas cabeceiras lhe bolem com as terras; e o mesmo he o Rio Mamoré, cujo rumo vem do Sudueste, e Sul, suas meias partidas; ue pelo rumo vim no conhecimento do engano, em que hia, quando dependia puxar-me ao Sueste para hir ao Matto Grosso: e o augmento de extensão da Conquista depende muito de descobrir-se .....

..... quanto mais acima melhor procurando o seu nascimento para attalhar os Extranhos. Tem muito Gentio, e não mostram ser guerreiros, e tem muitas cachoeiras: leva a sua margem toda cacao; e procurando aos R.R. P.P. Hespanhoes o seu nome, me não souberão diser, nem se tinha povoação para o seu nascimento: porem esta ha de ser certa, porque o dito Rio vem de longe, e torna à ponto do rumo de Leste para Oeste, à procurar os Solimoens; e manda o Tratado decer os Marcos que poz o Capitão Mor Pedro Teixeira, no tempo que Portugal estava sugeito a Castella, segundo me consta, perde mais de 100 legoas de terras: e procurando com a individuação na conferencia aos dous R.R. P.P. Hespanhoes, que declarassem quais erão as terras, que se davão a Portugal, a troco da Nova Colonia, responderão, que era do Rio Negro até Cayenna, e Olanda, com



quem estamos confinando, e topando-se a gente de huma parte, e topando-se estradas, como he do Rio Branco, que desagua no Rio Negro, e no Rio Atumã, que tambem se lhe topão as estradas. E venho a entender se não der a troco da Nova Colonia mais que so as Missoens sitas no Rio Guaporé; estas estão em terras pertencentes a Real Coroa de Portugal, e só o vão dos dous Rios lhe pertencem, muitas são as terras, que Hespanhá tem povoado, que lhe não pertencem: porque, ainda dos Marcos, que estão nos Solimoens, botando linha recta ás cabeceiras do Paraguay, não tenho duvida ficar o Matto Grosso fora: mas são muitas as terras, que se lhe tirão povoadas; e s'ó vão dous dos Rios pertencem a Portugal, qual he a causa, porque não ha de ser a linha da divisão do nascimento do Paraguay ao nascimento das Amazonas, que he o Rio dos Solimoens? E se fôr pela linha equinocial, he o Rio Negro, que melhor he o seu rumo de Leste para Oeste; e se he como disem os R.R. P.P. Hespanhoes, que quem mais povoar, mas he seu, he certo, que esteve huma Missão junto ás cachoeiras do Rio da Madeira, que era grande adiantação, e esta, por não destruir huma Nação de Barbaros, chamados Muras, que lhe davão guerra, e fasião prejuizo, recolheu-se á dita Missão, atrasando as conquistas mais de 100 legoas para baixo, que se veio por na boca do Rio, aonde hoje está. O mesmo Gentio Mura ainda lhe faz o mesmo mal, por ser Gentio de Corso, sem domicilio, e está o dito Rio da Madeira com este impedimento, e todos os annos matão gente em grande numero, dos que vão apanhar cacao: e indo para o Matto Grosso huma tropa do Serviço de S. Magestade com o numero de mais de 150 pessoas, a donde tambem eu m'axava (11) com a minha comitiva de 40 pessoas, e contudo o dito Gentio investiu a toda esta gente, e sempre matarão hum Indio; e s'axou presente José Gonçalves da Fonseca, que sêrviu na secretaria do Estado, e o R. P. e M.e Pregador Fr. João de S. Thiago, que ambos hião na dita Tropa, e ambos vão n'estes Navios do Commercio, que de presente vão deste Porto, para o de Lisbôa; e fez o dito Gentio mudar a Tropa d'aquelle lugar para outro; por que tornou a dar segunda vez, e os Cabos da dita Tropa não o offenderão por não levar ordem para isso, tendo eu noticia certa estar este Gentio com duas sentenças d'escrãvos, por malfetitores: e não me sei melhor explicar, so informar, que s'aquella Missão se não descera, poderia estar com muita adiantação; porquanto das cachoeiras para cima não tenho topado Gentio, que



venha faser mal aos Viandantes, havendo bastante, e poderia ja estar domestico algum, e novas Missoens. Para cima o Rio Tapajós tem muito maior impedimento dos mesmos barbaros; o Rio Xingú, o mesmo; e ao Tocantins, e Magoes, e o Camuma que he o mesmo Mura, e de que servem as Campanhas impedidas, podendo haver Missionários, que lhes vão pregar a Fé, e redusir ao gremio da Igreja? Aos domesticos bastão-lhes Vigarios; e todos os mais que estão no vão, que faz entre o Rio Madeira, e Solimoens, he muito conveniente navegal-os, conquistar os barbaros, ou reduzir, e povoar os ditos Rios, que quando o quiserem faser, hão de achar visinhos estranhos, e com duvidas, que os que pertencem a ser Vassallos de S. Magestade; ficarão pertencendo aos estranhos, qu'a sua maior adiantação he com os barbaros, os que não podem redusir por bom modo, o fasem á força d'armas, com os que já tem domesticos; e se mais annos ha, que tivessem hido para as Minas do Cuyabá Missionarios, como agora me consta vierão, não estarião muito atrasadas aquellas conquistas, nem haverião ainda diferenças com os Hespanhoes, só com maior prejuizo, e o tempo o mostrará. Porem não he muito facil conquistar qualquer terra, sem se saber os rumos, e estradas, suas entradas, e guias, e não havendo isto, todos s'axão cegos, ninguem pode andar (12). E podemos diser, os Vassallos de S. Magestade tem descoberto todos os centros do Brasil, á custa de suas vidas e fasendas, pelo auxilio e mercê, que havião concedido a S. Magestade a administração dos barbaros, e esta excluida, e embaraçada, he hum achaque, á que chamão em qualquer ferida expasmo, por que as terras incognitas só aquella qualidade de gente serve; (13) e por não incorrer nas penas, em que muitos cahem, me não sei explicar. Não terão duvidas os moradores do Matto Grosso botar fora aquellas Missoens dos Hespanhoes por alguma forma, sendo auxiliados do Exmo Senr General d'aquellas Minas, e justiça, qu'a não terem feito essa diligencia, he por temerem o castigo de S. Magestade, que dahi poderá haver. E poderá carecer haver insulto, como o que fiserão o Gentio ao morador do Paraguay, o defunto João de Oliveira, que para não haver aquelle morador n'aquella paragem, e margem d'aquelle Rio, assim como fiserão os R.R. P.P. Hespanhoes agora de proximo nas margens do Rio Guaporé, na paragem chamada a Ilha Comprida, ha hum Arraial, e Povoação dos Portugueses, qu'o queimarão; sim em occasião, qu'estavão ausentes, acompanhando os divididos, forão ao Sitio de Bento

d'Oliveira, e querendo tirar-lhe o seu Gentio, este correu pelo matto e mandou o Pe. pegar no dito homem e mandou-o amarrar pelos Indios, e deu-lhe muita pancadas, e não satisfeito disto, sahiu fóra da canoa, e pela sua mão continuou mais, dissendo-lhe, despejassem o lugar e se botou o dito Pe. pelos mais sitios dos moradores, e a todos mandou que despejassem, o que não fiserão, mas tomou-lhe o dito Pe. e alguns Indios, que tinham seus Administrados. Este Pe. he Missionario da Missão de S. Simão, a que fica mais no centro e mais visinha do Matto Grosso. Por estes contratempos, qu'os hia eu vendo armar, escrevi huma Carta aos Juizes de Matto Grosso, em que lhe dei parte d'algumas novidades, qu'achava em que lhe disia, era muito conveniente ao serviço de S. Magestade a conserva d'aquelles homens n'aquella paragem, e os mandasse arranjar mais abaixo, para os ditos Pes. não terem lugar de situar mais Missoens, e dessem adjutorio de polvora, e chumbo, para socorro dos moradôres, e dessem conta ao Corregedôr da Commarca, que nesse tempo não havia ainda noticia de Governadôr; cuja copia de Carta remetti no anno de 1750 ao Rmo. Sr. Thesoureiro Mor Antonio Miguel Aires. (14) Ha muitos annos, que se dá conta a S. Magestade, sem que se tenha dado providencia alguma: qu'assim que situarão a primeira Missão logo Portugueses vierão, e logo entrarão á dar conta. (15) Algum tempo depois os Paulistas em á cidade da Assumpção, e com effeito, botarão aquelles Castelhanos fora; de que se queixou Sua Magestade Catholica á S. Magestade, que lhe deu por resposta, qu'erão Vassallos levantados, que s'os apanhasse, os mandasse enforcar; cuja Carta, e resposta s'acha registrada n'aquel-Cidade, e nas mais circunvisinhas. De proximo s'axa ouro descoberto, junto á Missão de Sta. Rosa, em parte muito impedida do Gentio muito bravo; com o fundamento desse ouro se pode formar Povoação; e logo os R.R.P.P. se mudam me parece, ou se fasem mudar / ainda por modo, que se não perceba ser Real Ordem / seguindo os mesmos rumos qu'elles seguem. Auxiliados os moradores d'aquellas Justiças, cuja falta até o presente tem sido causada d'os não ter botado fora; e dando o mesmo auxilio o Emo. Snr. General, para ser sem despesas da Real Fazenda, mais que so alguma polvora, e chumbo, igualmente concedendo S. Magestade as administraçoens do Gentio, qu'apanhar, aos soldados, qu'andão n'aquella lida; por essa forma, he que se tem alargado as conquistas, e não sendo assim, só com a Real Ordem

do Governador, e a custa da Real Fazenda porque aquella qualidade de soldados são indomesticos, não se pode faser com militares, que não sabem andar no matto como pode informar o Sr. Dor. Luiz de Mascarenhas, Manoel Rodrigues de Carvalho, Commandante que foi dar guerra ao Gentios Payaguases.

Para faser-se Povoação em qualquer parte que seja preciso nas ditas Minas, não tem gente, como se verá da lista: acima da Missão de S. Simão, dous dias de viagem, está hum ribeirão chamado Corimbíara, qu'este no seu nascimento se reparte em 15 ou 16 ribeirens pequenos, e todos tem ouro (16) com pouca quantia; porem s'os Mineiros das Minas Gerais tivessem faisqueiras de tanto rendimento, o terião por grandesa; mas naquella paragem não tem conta, porque são muitas as despesas, que se faser, e os Ministerios muito caros, e he para o centro seis dias de viagem; porem quando a conveniencia he segurar as conquistas, e não outra, maior que fosse a despesa da Real Fazenda, devia-se faser, e sempre estabelecendo as Povoações de maior força nas margens do Rio; porque os homens que vivem de minerar, só se arranxão junto das lavras, e as melhores atalaias são as das margens dos Rios, para ver todos os movimentos dos estranhos.

Outra melhor paragem he junto á Missão de Sta. Rosa, que com o fundamento do ouro foi achada, cujos descubridores levarão o fim, que adiante diremos: costumão levar, quando descobrem ouro: porem estes no mesmo dia, qu'o descobrirão, os matou o Gentio bravo, escapando apenas hum homem pardo para dar a noticia. Este junto com os companheiros forão convocados dos R.R. P.P. Hespanhoes para com numero d'Indios mansos, hirem amarrar Gentio bravo; e com effeito forão; e chegando perto do dito Gentio, acharão paragem capaz d'examinar, e n'ella ouro; e estando na occupação do exame, o Gentio bravo os matou, e fugindo hum para dar noticia, junto com alguns Indios, deu parte ao R.P. Missionario, e este o persuadiu á que não tornasse para os Portugueses, e lhe fez conveniencias para ali ficar com o dito Padre, pedindo-lhe, não descobrisse havia achado ouro; porem o metal não consente nenhuma qualidade de segredo, e logo assim se foi para os mais onde estavam, a quem publicou, e voltou para a companhia do Padre, onde s'acha sugeito por conveniencia, mas sendo preciso, não será muito difficultoso recolhe-lo, ou por modo ou violentado; e n'esta mesma paragem, onde está sita

esta Missão de Sta. Rosa, intentão os P.P. fundar Fortalesa, á imitação da de Monte Video.

Esta paragem he boa, por ter no Rio huma cachoeira, que impede a boa passagem no tempo seco: para os Hespanhoes he a melhor, que pode haver pois impedir a passagem aos Portugueses, e para os Portugueses melhor segural-o... a barra dos dous Rios, que segurão todo o Rio, por onde não possa entrar provimento algum para 10 ou 12 Missoens, que por ali lh'entra: porem he só no tempo seco, que nas cheias tudo alaga. Poderá haver outro caminho, do qual não tenho maior certesa; mas sei, que de presente por ali se servem para Santa Cruz de la Sierra, e contão os R.R. P.P. que haverão 24 ou 25 annos, foi huma Tropa d'este Estado do Pará, cujo cabo era hum F. Palheta, o qual chegára pelo Rio Mamoré á Missão da Exaltação de Santa Cruz, onde preside ainda o mesmo P. Missionario, que n'este tempo existia por nome P. Leonardo de tal, e querendo o Cabo da Tropa hir avistar-se com o Governador de Sta. Cruz, os P.P. o não deixarão, mas sim se cartearão, e tiverão suas conferencias sobre aquellas Missoens sitas no Rio Mamoré, qu'estavão em terras da Real Coroa Portuguesa. Nessas conferencias ordenou o Governador aos R.R. P.P., que s'ajustassem com os Portugueses; o que assim fiserão os R.R. P.P. com o cabo da Tropa, e ajustarão que da barra dos dous Rios para o Rio abaixo, athé o Gram Pará, pertenceria á Real Coroa de Portugal, e da barra para cima pertenceria á Hespanha, cujos assentos, (17)..... R.R. P.P. s'axão na Missão da Exaltação. Quando subi o Rio Madeira, e d'elle segui os dous braços; Mamoré, e Guaporé até se dividir, e pelo Guaporé subi, até chegar as Minas de Matto Grosso, achei em as ultimas cachoeiras Indios vestidos, com ferramentas, rosarios, veronicas e roças feitas: e estes, por hum insulto, que fizeram; em matar quatro negros de Guiné, que me havião fugido, por esse dano feito, fugirão d'aquelle lugar hoje deserto. Estes disião ser mandados pelos R.R. P.P. Caetano e Ignacio, que querião, mudar a Missão para aquella paragem. Na barra dos dous braços Guaporé, e Mamoré, só tem terra firme na margem do Mamoré, na parte Occidental, e todas as mais terras s'alagão com as cheias: isto s'entende nas margens do Rio, que para o centro na margem Oriental não faltão terras firmes.



*Discurso sobre a Villa de Matto Grosso.*

Mandou S. Magestade, que Deus Guarde criar huma Villa, com hum Governador, e soldados; e a terra he tão limitada, que não dá rendimento para esta despesa, nem ainda junto com a Villa de Cuyabá; e assim como S. Magestade quer melhor escravos de Guiné no Estado do Pará, s'ó fisesse para aquellas Minas as augmentaria muito e os moradores com boa vontade havião de acceitar, e por alguns annos .....

Os homens de negocio mettem escravatura, e os moradores a comprão; a pesar de lhes ser muito difficil pagar-a pelo exorbitante preço, por que comprão; por que o commum preço são 200 oitavas, e 220 fiadas por dous annos; e quando não pagão no tempo mencionado, correm os juros, e não podendo pagar nem esses, nem o capital, a tempo competente, são executados; e por hum escravo, que comprão, dous não chegam para pagar, (18) ou por que succede não tirar ouro, ou por que doentes, e fugidos privão-se os senhores, d'utilisar-se de seus serviços, carregando com o empenho até a sepultura.

Havendo maior commodo he mais facil o pagarem, assim como ainda pagão alguns por esse preço; e só se poderá conservar aquella Povoação com o commercio pelo Estado do Pará, que sem isso he impossivel poder-se conservar aquelles moradores, como se vai vendo, pela mudança de muita gente para as Minas de Cuyabá não sendo ellas tão rendosas nos jornaes de tirar ouro. A terra he pestifera, e por isso tem muito pouca gente, como se verá da lista; nos annos de 1739, e 740 até 744 teve mais de 6000 almas das quais tem morrido a maior parte; e portanto, mostrarei melhor os fundamentos com que ..... aquellas conquistas e Povoações. Tão convenientes a Real Coroa, que ainda sem utilidade, e com despesas da Real Fazenda, se deve conservar, e povoar, e ainda outras como he o Rio Jaurú, e Paraguay, onde tambem o Dr. João Gonçalves Pereira achou exculpido em huma pedra, hum letreiro, que disia — Viva El-Rey de Hespanha — e lhe mandou lavrar outro letreiro disendo — Viva El-Rey de Portugal — ainda que o sitio era da parte Occidental, mas d'elle empossados os Portugueses. Isto aconteceu no anno de 1739, e de tudo deu conta o dito Dr. João Gonçalves Pereira, Ouvidor, que foi das Minas do Cuyabá.



O 1.º ponto d'atrasarem esta Povoação consiste em dizerem, que não convem commercio pelo Estado do Pará, por não estar fortificado. He sem duvida, que o Matto Grosso, no tempo presente pode botar pela maior parte 20\$ oitavas d'ouro para o commercio, que com pouca differença, são 5 arrobas d'ouro, conforme succede; e parece implicancia o faser tão grande progresso — 5 arrobas d'ouro que he o mais, que pode sahir d'aquellas Minas, e 20, que vem do Maranhão, não dar motivo, nem estrondo ao Estado, por não estar fortificado. Quando assim fosse/ como he/ não s'attenderia tanto á essa causa, mas á outra mais essencial, de ser huma das chaves de todo o Brasil, que por navegação se pode hir á todas as terras de Goyas e Matto Grosso, e destas para as mais. Basta so dizer, que se pode entrar pela barra do Rio das Amasonas, e sahir pela do Rio da Prata; por quanto só me falta vêr o terreno desde o Gentio Cavalheiro até a Nova Colonia (19); pois he tal o descuido dos Portugueses em examinar essa parte tão importante, que quando os estranhos forem occupal-a, nem junto à beira do mar poderão subsistir, ignorando o centro d'aquelles vão os mesmos Portugueses, por quem apennas he conhecida huma pequena parte da Coritiba, não longe da Costa. Diffirindo o ponto do prejuizo, menos era o impedir ao Maranhão de vir ouro a sua Capitania, por que tem melhor recurso para a Bahia, Pernambuco, e Cidade de S. Paulo, d'onde forão descobertas aquellas Povoaçoes; es'a estas faltar o augmento, facilmente se despovoarão por falta de melhor commercio, pois são Povoaçoes centraes, que cercadas por outras facilmente podem perigar; cujo successo, me parece, que se deve atalhar, como maior mal, deixando o menor: por esse motivo he muito util à Real Corôa, que se continue a navegação, afim de senhorear o Rio Guaporé, e povoar o Madeira incognito. Poderão os emulos contrariar este projecto disendo, que não convem, por ser prejudicial aos contratos, e n'essa circumstancia fundão — o 2.º ponto .....

..... a que se deve attender, que se em hum contracto diminuir o rendimento, no outro ha de crescer, e de qualquer modo se pagão os direitos. Por esta rasão se não devia tirar a Capitania de S. Paulo o commercio de Matto Grosso, por que á custa da vida, e fasendas, o trabalharão os seus moradôres; e se pela separação d'aquelle lugar pode ella sentir muito mal, não he menor, o que ha de padecer este Estado. He sem duvida, que os Paulistas conquistarão mais, que

todos os Americanos, como se tem visto; e com tudo tem sido os menos premiados, e os mais prejudicados (20); porem no caso presente so se deve attender ao bem commum, e ao da Real Coroa, dondè procede o socego dos Vassallos. Todos os descobertos d'ouro, que se poderão faser desde o Matto Grosso até Goyás, nas vertentes das Amasonas sobre este estado do Pará, estão revistas, a excepção da maior parte da sua campanha; o mesmo acontece com os campos de Coritiba, pertencentes á Capitania de S. Paulo, ignorando-se entretanto tudo o que ha desde as vertentes das margens do Rio da Prata, cujas terras extensissimas se davão á Castella, sendo bem provavel, que hajão serranias, por cujas vertentes se dividão o Rio Grande de S. Pedro, e Rio da Prata. A noticia mais certa que consta, he .....

As primeiras Minas que se descobrirão, estavam situadas para aquellas partes, e todos os que tem descoberto Minas, e alargado as extensoens das Conquistas de S. Magestade, tem sido accompanhadas de huma fortuna extraida d'algunha sympathia d'aquelle metal. Não se duvida, que em qualquer parte, onde houver descobrimento d'ouro, e d'elle ha invejas, ou acontecem pancadas, ou mortes, ou dahi resultão algumas excomunhoens, por motivo de cujos desastres, logo se some o ouro, como tem succedido muitas veses, e certifica a experiencia: q o mesmo successo tem sentido, os que o tem descoberto, como mostrarei. He certo, que so o descobrem homens camponeses, que tomão bens para faser essas diligencias, porem todos elles acabão pobres, quando menos lhes acontece sendo mais commum o morrer em cadêas (21).

Será o 1.<sup>o</sup> exemplo d'esses desgraçados Manoel Rodrigues Tomaz, descubridôr de Meia Ponte, onde governava em todos os cargos, de que carece a Republica.

Para soccego d'ella e-castigo de seus pertubadôres, mandou faser huma cadêa, e no dia, em que se lhe poz á porta hum Manoel Dias da Silva, homem particular, sem ordem alguma superior, mas accompanhado de ....., foi á sua casa buscal-o e o conduzio para á cadêa onde esteve dias, e metade, do ouro, até que o Povo o fosse voltar, pois não havião qualidade alguma de Justiça. O mesmo descubridôr referido continuando n'outras diligências semelhantes, foi descobrir as Minas do Maranhão com tanta grandesa, e abundancia

d'ouro, que n'ellas s'achou aquella folheta de 42 libras d'ouro, a maior, que appareceu em todas as descobertas, e por isso se conserva na Casa da Moeda de Lisbôa. Entrou o descobridor dito com 80 escravos para aquellas diligencias, e camaradas brancos, sem os quais não se pode caminhar, a quem pagava jornaes, mas em breve tempo o recolherão preso à Cidade de S. Paulo por onde gastou alguns annos; e voltando livre as Minas, em que deixara os seus escravos, ali morreu, dentro de pouco tempo, cheio de dividas, para cuja satisfação forão limitados os seus bens: por que nenhum Pilôto pode governar o Navio fora d'elle, e ainda mesmo estando de dentro ha perigo se n'elle dormir. Manoel Dias de Silva foi descobrir as Minas de Sta. Cruz, e não tardou muito, que o procurassem para prendel-o, mas fugindo, passou aos Campos da Vacaria, onde achou o Marco, e Cruz de Castella de que já falei.

Entrou a descobrir o Rio dos Arinos o Me de Campo Antonio de Almeida Falcão ..... escravos de Guiné, com muitos administradores do Gentio da Terra, e Camaradas brancos, que juntos fazião o numero de mais de 150 pessoas; e com effeito descobrio ouro no dito Rio, mas de pouca conta, e alimpou a campanha dos barbaros: mas levando em sua companhia o R. Pe. Antonio dos Reis de Vasconcellos, para administrar os Sacramentos com authoridade do Vigario da Vara d'aquellas Minas, e concorrendo muito Pôvo a situar-se no lugar com roças, por essa circumstancia foi tomar conta da Povoação, o R. Pe. Vigario da Matriz, e da Vara das Minas do Cuyabá, disendo, que pertencia á sua Freguesia; e para conseguir melhor o seu intento lançou fogo violentamente á Igreja, em que s'administravão os Sacramentos, e de novo levantou outra proibindo á todos os habitantes a obediencia ao antigo, e seu vigario, que havia creado aquella Povoação, sob a pena d'excomunhão. Por essas desordens, e ambiçoens, nem as plantas permanecerão, nem o descoberto deu ouro, ..... nem foi sabido pela experiencia, que em todos os descobertos onde ha d'essas e d'outras inquietaçoens semelhantes, desaparece o ouro;

---

(a) O Pe. Bento da Fonseca na Carta, que s'uniu á Historia do Maranhão escrita por Berredo, dice, que das Minas dos Arinos, chamadas depois de Sta. Izabel, fora descobridor Pascoal Arruda. Na carta dita falou de João de Sousa de Azevedo, authôr d'esta memoria.

e por isso todos estão vigilantes a que não acconteção, alguãs d'essas desordens nos descobertos novos. Muito perto do lugar dito, mas nas vertentes do Rio da Prata, ou Paraguay, se descobriu hum ribeirão com ouro de mais quantia, para onde mudarão logo os Povoadores. Ali apparecerão pedras de diamantes, porem limitadas, e muito poucas: por esse motivo mandou o Superintendente retirar o Povo á custa de notavel prejuizo, pois que não será bastante o espaço de 10 annos, para ressárcir a despesa, que fiserão os Mineiros n'aquella expedição.

A Fasenda Real sente tambem grande gasto, por conservar no Sítio, alguns homens, a cada hum dos quaes paga huma oitava d'ouro em pó por dia; sendo alias muito bôa a situação para se povoar, e muito util a Povoação ás Conquistas circunvisinhas dos estranhos: por essa causa convenientemente notarei as paragens e todo o seu commercio pelo Rio, para que se continue, sempre aquelle caminho, e se prohiba o de terra para o Cuyabá, podendo servir .....

..... he muito certo, que os Monarcas são os mais enganados, por se lhes occultar o motivo das inquietaçoens do seu Povo. (22) Tornou o Me. de Campo Antonio d'Almeida Falcão a entrar pelo Rio Juyna acima á procurar melhor descoberto d'ouro para reparar os seus gastos; mas recolhendo-se as Minas de Cuyabá sem ouro, no fim de três annos, os credôres lhe tirarão os escravos, e quanto possuia. Entretanto, que o descobridor ficou pobrissimo, e com a mesma herança outros semelhantes, o R. Vigario Manoel Bernardes, que queimou a primeira Igreja, e semeou excomunhoens, recolheu-se á Europa, sua Patria, com grosso cabedal, tirado da Igreja de Cuyabá/ Deos sabe o como/ vexando o Povo a pagar-lhe 6 ½ oitavas d'ouro pelo enterro de hum escravo, e do mesmo modo se houve em tudo mais. Quantos, e quantos, por não poderem pagar aquella exorbitante, enterrarão os seus escravos no matto, faltando às solenidades, e obrigaçoens Catholicas, á que não dá providencia S. Magestade, por não ter informe de taes desordens, e dos encargos de consciencia; com que muitos deixarão de pagar os disimos á Deos, para ter com que paguem aos Parochos, e estes lhes assistir com o pasto espirital!.... E quantas simonias não fizerão os Vigarios que ..... aquellas Igrejas? 1. 2 e 3 annos conforme lhes passão as provisoens? Não acconteceria assim, s'as Igre-



jas fossem suas de propriedade e sabe-se, que o dito Vigario, recolhendo-se com 60 crusados, está feito Cavalheiro do Habito de Christo, enquanto os crimes ficão so abertos para os miseraveis, que gastão as suas fazendas pelos sertoes, e perdem as vidas como diremos. Antonio Fernandes d'Abreu foi o descobridor das Minas de Matto Grosso, entrando para essa diligencia com vinte e tantos escravos; e tendo descoberto ouro com muita quantia, foi excluido do seu descobrimento, por cujo motivo morreu pobre, e os seus filhos ficarão sem coisa alguma — Descobrirão as Minas de Cuyabá, João Leme, e seu Irmão Lourenço Leme, hum descoberto tão remoto, que tem dado muito ouro; em premio do que os perseguiu o Dr. Manoel de Mello Godinho e Manço, prendendo a hum, e mattando outro, sendo hum d'elles o maior dos sertanistas, que até agora tem havido; porem com justiça forão castigados. Descobrirão as Minas de Goyaz Bartholomeu Bueno da Silva, e seu Genro João Leite da Silva, á quem S. Magestade fez mercê de conceder-lhes todas as passagens dos Rios que achasse, desde a cidade de S. Paulo, até .....

.....  
mas não tardou, que as Justiças de S. Magestade lhe tirassem as ditas passagens; e indo seu Genro João Leite da Silva requerer á S. Magestade a restituição d'aquella Mercê, ou o seu equivalente, morreu no mar: mas vendo o Ten. General D. Luis de Mascarenhas a pobresa, em que ficara o descobridor, mandou dar-lhe da Real Fazenda huma arroba de ouro, entretanto, que esperava a confirmação d'essa applicação por S. Magestade, pela conta dada sobre esse particular: porem dando-se o mesmo Senhor por mal servido, mandou repor aquella quantia, sem attenção ao serviço do descobrir. Minas de tanto rendimento, por cujo motivo morreu o descobridor muito pobre; e apenas ao filho d'este concedeu S. Magestade algumas das passagens, que possuia. Descubrio Carlos Marinho o seu descoberto, e n'elle o matarão. Descubrio Domingos Rodrigues do Prado os Crichás, e logo lhe imputarão crimes, que o afugentarão para o sertão do Rio Verde, onde morreu. Este mesmo havia descoberto já as Minas de Pitanguy, onde foi arguido de crimes e enforcado em Estatua; e hum socio seu retirando-se para o Sertão do Rio de S. Francisco, foi ali morto. Neste Estado s'achão alguns alem d'esse. cujos herdeiros, e moradores na Cidade de S. Paulo, nada houverão.



Amaro Leite que fez o descoberto no Arraial do seu mesmo nome, á mais de 11 annos, está nas Cabeceiras do Rio Xingú com huma pequena comitiva, sem ter achado ouro com conta (23), e nenhum d'essa companhia se recolhe aos lugares povoados, por temer a satisfação das dividas; pois só para pagar a Capitação Real he precisa grossa somma, importando cada escravo o melhor de 50 oitavas d'ouro; e como sempre foi uso, o faser pagar, aos que sahem dos descobertos onde não acharão ouro, as dividas contrahidas para esse fim, dahi nasce o impedimento, por que muitos dos habitantes não s'animão a faser descobrimentos novos de Minas d'ouro.

Com diligencias maiores descobrio Domingos Dias do Prado, e Francisco Dias do Prado as Minas do Fanado e d'Agua Suja, e o premio que tiverão, foi o de morrer hum d'elles enforcado, e o outro na Cadêa da cidade da Bahia. Braz Esteves descobridôr de varios descobertos nas Minas Geraes, e que disia ter visto esmeraldas, foi morrer na Bahia. Miguel Garcia foi morto no seu ribeiro: e outro tanto aconteceu a Bento Rodrigues.

Domingos Leme descobrio nas Minas de Cuyabá 5 ou 6 datas de terras com ouro e logo o Superintendente procedendo a partilhas ..... data que o Regimento, lhe dava, e vendeou-a por 500 oitavas d'ouro; separou á de S. Magestade que s'arrematou por 200 oitavas d'ouro, e o Povo ficou á tantos palmos; por essa razão muitos se retirarão, e outros ficarão criminosos; (24) entretanto succedeu achar-se alguma lavra, que não se repartio, por não estar nos termos determinados pelo Regimento. Torno a dizer, que botando o Matto Grosso 5 arrobas d'ouro para o commercio, a metade d'essa quantia s'emprega em escravos; e d'esses não tem este Estado capases d'aturar o serviço de Minas; pois que sendo inferiores, nada valem para o ministerio de minerar, nem ainda para os transportes de caminho, em cujos trabalhos só s'occupam os escravos da primeira sorte.

Tambem direi sem duvida, que tendo mandado S. Magestade fundar huma Missão no Rio dos Solimoens, e Rio Javary, confinando com os Hespanhoes, seria melhor, que mandasse fundar Villas para segurar mais o Estado, o qual se poderia incomparavelmente augmentar por esse modo com huma porta franca, e não com as Missoens, das quaes nem o Monarca, nem os seus Vassallos percebem as utilidades

precisas, ficando tudo num profundo Pego. Bellem do Pará aos 16 de Janeiro de 1752, João de Souza Azevedo.

Pela Lista accusada no discurso referido fez contar o mesmo author, que até 16 de Julho de 1751, erão moradores da Capitania de Matto Grosso 88 individuos homens entre brancos, mulatos, e pretos livres: a saber na chapada de S. Francisco Xavier 31, dos quaes 5 erão casados, no bairro do Ouro fino 8, 4 dos quaes erão casados; no Bairro de Sta. Anna 13, e d'elles só dous casados; no Bairro da Capella de N. S. do Pillar 10 solteiros; no Corrego de Mombeca 6, d'elles só dous casados; no Bairro da Conceição 8, e d'esses 3 casados; no Pantanal, e margens do Rio Guapará 12, solteiros; por tanto de 88 pessoas, só 16 erão casadas, e as 72 solteiras, entre as quaes havião 4 sacerdotes.

Repetindo o sobredito Azevedo o seu discurso n'outra folha separada, disse o seguinte:

O fundamento, que tenho para duvidar da Real Divisão presente he por ver que desde a Nova Colonia do Sacramento se principia á dar terras á Corôa de S. Magestade Catholica, até sahir do Paraguay, por cima das sete correntes. (25) Por que 1º, manda o tratado subir hum Rio pelo centro, e procurar outro para descer ás margens do Rio da Prata; me parece diser o mesmo Tratado, que não achando o dito Rio, se siga rumo para sahir do Rio, por cima das setes correntes, cuja Cidade tenho noticia, que fica a Leste Oeste com a Villa de Parnaguá, pertencente á Capitania de S. Paulo. N'essas circunstancias não duvido, que a demarcação comprehenda, ou apanhe alguãs Fasendas de criar gado dos moradôres de S. Paulo, como são as dos Campos de Coritiba. O rio da Prata, e o das Amazonas, são as chaves de todo o Brasil, e o da Prata da navegação até dentro as Minas da Juruoca, e do Rio Verde, Villa de S. João d'El-Rey, e Villa de S. Jozé.

Dahi, á cidade de Marianna, vão 20 légoas por terra, e por caminho semelhante de terra, pode-se hir ás Minas da Meia Ponte/ que ja eu fiz essa viagem, subindo alguma parte da jornada pelo Rio da Prata/ e as Minas do Cuyabá. Todas estas derrotas tem cachoeiras, e não acho impedimento, para outrem faser o mesmo, que eu faço. 2º Manda tambem subir pelo Rio de Paraguay acima, até dar na barra do Rio Jaurú, e subir por elle, ficando a parte Oriental para Portugal, e a Occidental para Castella, até procurar o vão, á passar

ao Rio Guaporé. Por que os Portugueses possuem, e senhorião as duas margens oriental e occidental, desde a barra do Rio Botetiú para cima, até chegar no Rio Jaurú, e ainda muito mais abaixo da dita barra, forão conquistar o Gentio Payaguases da parte Occidental; pois da barra de Botetiú, até a do Rio Jaurú são 18 ou 20 dias de viagem.

O Rio Jaurú, e Guaporé, tem sido povoados d'ambas as suas margens pelos Portugueses, que na Ilha Comprida o mesmo Guaporé, conservão hum arraial proximamente queimado pelos P. P. Hespanhoes. He certo, que toda essa distancia de 20 dias de viagem pelo Rio Paraguay, e 10 pelo Rio Jaurú, 4 dias de jornada por terra, de hum, a outro Rio, 16 dias com pouca differença, pelo Rio Guaporé até a Ilha Comprida, são terras que se dão á Hespanha. Na dita Ilha, até a barra do Guaporé, que são 6 dias de viagem e das suas margens estão de posse os Hespanhoes: porem os Portugueses sempre frequentarão a navegação d'esses lugares.

Corre o Rio Guaporé o Rumo de Noroeste, até a sua Barra.

Dahi manda o Tratado botar hum rumo de Leste para Oeste, até sahir ao Rio dos Solimoens, abaixo das duas Missoens dos R.R. P.P. Carmelitas; e manda puxar os Marcos, que Pedro Teixeira, Capitão Mór poz, em tempo da sugeição de Portugal á Castella, para cuja diligencia forão d'esta Cidade 270 canoas, com numero notável d'indios e d'infantaria/ que pela maior parte morreu na expedição/ e os Marcos ficarão assentados por ajuste, e consentimento dos Hespanhoes, precedendo ordens aos actos possessorios, cujos documentos se hão d'achar no Archivo d'esta cidade. Mudados os Marcos, perderá Portugal 80 ou 100 legoas de terras em toda distancia, e cumprimento de rumo, e do lugar onde estão os marcos, botando-se linha recta, a divisão/ que deve ser em triangulo de rumo, em toda essa distancia, quanto vai dos Solimoens ao Matto Grosso/ leva a mesma distancia de terras: e sendo assim, como deve ser, apanhará Castella o melhor de 30 Missoens, segundo presumo; e da mesma forma deve correr, até findar no Rio Negro, sem triangulo, e perca a Corôa as terras, que excederem, por ser mais favoravel esse negocio. Só vão dos dous Rios pertence á Real Corôa de Portugal, deve principiar a medição, ou divisão, no nascimento do Rio das Amasonas ao Rio da Prata, apesar de perderem de ambas as Corôas algumas Povoaçoens; porem boa he a perca onde 1, tras 20. Pelo Rio Guaporé

de nenhum modo deve faser-se a divisão, por ser Rio do Centro, que só se deve atravessar com rumo. O novo Tratado está todo á favor de Hespanha que dá as intrusas Missoens do Rio Guaporé, sobre que há muitos anos dão contas á S. Magestade os moradores de Matto Grosso, sem d'ellas resultar determinação alguma; até agora tem hido quatro, e brevemente hirão mais.

Quaes sejam as terras que se dão á troco da Nova Colonia, não posso conhecer, e pedindo em huma conferencia, que se fez no Collegio d'esta Cidade, aos dous P. P. Hespanhoes, que ali concorrerão, me mostrassem nos Mappas, responderão-me que erão desde o Rio Negro, até Cayenna, e Olanda, com quem estamos visinhando; e não me consta que tenham terras algumas, como podemos melhor mostrar, por ser visto e sabido n'este Estado, e com claresa muito maior, do que as terras, que se dão das setes correntes, até a Nova Colonia, cujos terrenos só os Castelhanos, e não os Portugueses, terão visto. Bellem do Pará aos 16 de Janeiro de 1752 — João de Souza Azevedo.

## NOTAS

(1) — Leia-se gentio Guaicurúc.

(2) — Já se refere Sousa ao rio Paraguai.

(3) — João de Sousa foi o p rimeiro viajante a levar embarcações do Eipotuba, afluente do Paraguai, ao Sumidouro, tributário do Arinos, cujas águas vão ter ao Tapajós. A narrativa da sua travessia acha-se transcrita na famosa obra de João Severiano da Fonseca — *Viagem ao Redor do Brasil*.

(4) — Na interpretação do Tratado de Limites, João de Sousa, naturalmente refletindo idéias correntes entre os seus patrícios, pleiteava a exclusividade de navegação do Paraguai para os súditos de Portugal, como depois sustentaria o capitão general Antônio Rolim de Moura, e com mais ardor, o mais árguto dos seus sucessores, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

(5) — Botetiu, nome primitivo do Miranda, derivado do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, em cuja administração foi fundado reduto militar em sua margem, ancestral da cidade que lhe conserva o apelido.



(6) — A acusação dirigida aos espanhóis, como protetores ou aliados dos paiaguás, que tanto hostilizavam a navegação para Cuibá, explica a repetição dos assaltos por mais de meio século, até que Luiz de Albuquerque lhes impedisse a aproximação, contida na estacada de Coimbra.

(7) — Com essa declaração, João de Sousa mostra que a sua vida sertaneja é anterior a 1721, e portanto bem poderia ter começado sob a direção dos Lemes.

(8) — A referência merece registo especial, por indicar o hábito, entre os bandeirantes, de caçar gado bovino pela campanha do Anan-diussú, onde vagueavam os remanescentes das criações dos jesuítas.

(9) — Os episódios mencionados indicam a desconfiança que havia entre os vizinhos, no tempo de João de Sousa.

(10) — A descrição da faixa fronteira, apresentada pelo sertanista, em sua maneira especial de dissertar, revela o conhecimento minudencioso do terreno, mais de uma vez percorrido em suas travessias.

(11) — João de Sousa, pelo que esclarece esta passagem, ao regressar de Belém, navegou juntamente com a “diligência” de José Gonçalves da Fonseca.

(12) — O bandeirante dá a entender que sabia “determinar os rumos”, como aliás reconhecem os historiadores que lhe trataram dos feitos. Seria uma espécie do topógrafo prático, diplomado na labuta sertaneja”.

(13) — Neste lance, João de Sousa advoga a própria causa, de preador de índios, comprovada pelos documentos trazidos a lume por Artur Reis.

(14) — A gabolice parecia apoiar-se em documentos.

(15) — A linguagem do sertanista não se atenua em rodeios para acusar o governo da Metrópole de descuidoso para com a capitania extremenha.

(16) — Nesta referência, a lenda das opulentas minas de Corumbiara atenua-se grandemente, moderando entusiasmos excessivos.

(17) — Curiosa, sem dúvida, esta informação acerca do ajuste entre Palheta e os missionários castelhanos, para a definição das suas respectivas zonas de influência.



(18) — Esta afirmativa de Azevedo mostra as dificuldades financeiras que molestavam os sertanistas, cuja receita incerta, por depender das contingências de mineração, deveria cobrir as despesas irremediáveis e crescentes com os juroz estorsivos, que em curto prazo dobravam a dívida.

(19) — Sousa de Azevedo ufanava-se, pois, de conhecer o terreno destendido do Sul de Mato Grosso ao Amazonas, especialmente na faixa fronteira, só lhe faltando descer do Miranda (então ainda Botetiu) ao Rio Prata.

(20) — Êste conceito, mais próprio de paulista do que de reinol, apoia a opinião dos escritores que afirmam ser Azevedo ituano.

(21) — A ocorrência referida pelo sertanista, em verdade, impressionaria os seus contemporâneos, que assistiam ao fim inglório da maioria dos pioneiros.

(22) — Interessante, a acusação de ignorância em que viviam os monarcas em relação “às inquietações do seu Povo”, argüida pelo sertanista.

(23) — Provavelmente haverá exagêro nesta informação, pois que será duvidoso que Amaro Leite, transpondo o rio das Mortes, avançasse até águas do Xingú.

(24) — Abusos semelhantes, verificados na divisão das datas de terrenos auríferos, encontram-se mencionados nos escritos de mais de um cronista.

(25) — A crítica de Azevedo ao Tratado de 1750 seria mais tarde endossada pelos mais esclarecidos governadores de Mato Grosso.

---



## NO BRASIL E NO URUGUAY

---

Discurso proferido pelo Sr. Arturo Scarone, secretário do Instituto Histórico do Uruguay, apresentando o Sr. Cláudio Ganns, quando ali proferiu a sua conferência sobre "D. Andrés Lamas e o Brasil".

"En este ciclo de conferencias que viene realizando el Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, al cumplirse el primer centenario de su fundación, me ha correspondido el alto honor de dar la bienvenida y hacer la presentación ante vosotros del destacado escritor brasileño, doctor Cláudio Ganns, quien dentro de breves instantes ocupará esta tribuna para darnos a conocer su trabajo sobre "Don Andrés Lamas y el Brasil".

Yo os doy esa bienvenida, doctor Ganns, no con la fórmula protocolar que se estila en estos casos, sinó con todo el fervor y el afecto que vos mereceis por vuestras relevantes condiciones personales e intelectuales. No necessito decirlo, puesto que lo habeis sentido de cerca desde que legasteis, que estais en vuestra casa, rodeado de verdadeiros amigos y admiradores.

Y, cumplida esta primeira parte de la honrosa misión que se me ha confiado, señoras y señores, debería dejar este sitio para que la ocupara de inmediato el erudito conferencista, ya que es innecesario hacer la presentación del doctor Ganns, vastamente conocido entre nosotros, por su actuación y por sus obras, que nos hablan de su versada preparación como historiador y, principalmente, de su amplio espíritu de americanista de ferviente inspiración.

Hace apenas tres meses, con motivo de la inauguración del monumento de aquel gran brasileño que fué el Visconde de Mauá, que tantas huellas de progreso dejara durante su vida en este país como en el suyo, el doctor Ganns nos dijo un emotivo discurso de agradecimiento en nombre de los descendientes del vidente financista cuya recia figura, como un acto de reconocimiento y de justicia del Uruguay, se perpetúa en el granito frente a uno de los establecimientos de progreso que levantó en nuestro suelo.

Y días después nos ofreció también una magnífica conferencia sobre "Mauá y el Uruguay", fiel trasunto de sus sentimientos afectivos y sinceros hacia sus hermanos uruguayos.

Abogado, historiador, periodista, se destaca con relieves propios en todas estas múltiples y complejas actividades con matices consagratórios que lo han llevado a figurar entre los valores positivos y prestigiosos de su patria, hasta el punto de que el Instituto Histórico y Geográfico del Brasil, del que el doctor Ganns es miembro efectivo, le ha confiado, a raíz de la lamentada desaparición de aquel otro brasileño ilustre, ardiente amigo del Uruguay, doctor Max Fleiuss, la Dirección de la Revista de ese prestigioso y más que secular organismo de cultura americana, cuya colección de 178 volúmenes publicados constituyen todo un valioso acervo histórico, un verdadero tesoro para cuantos deben investigar y escribir sobre el pasado de estos países tan hermanos en sus aspiraciones: Brasil y Uruguay.

Cargo de responsabilidad, tan honroso como difícil de ejercer que el doctor Ganns ha asumido con toda la prestancia que le dan sus aptitudes de hombre inteligente y laborioso, plenamente compenetrado de la delicada misión que ha tomado a su cargo.

Para él, como lo dijera el apóstol cubano Martí, la voluntad es la ley del hombre.

Admirador entusiasta del Visconde Mauá, que, puede decirse en propiedad, fué tan brasileño como nuestro, ha consentado la reciente "Autobiografía" del gran "pionner" del progreso de América, con un prefacio en el que destaca, con acopio de documentos, citas oportunas y justicieras afirmaciones, su vida múltiples, sus inquietudes, sus triunfos y sus desengaños.

Hoy nos pondrá de manifiesto la actuación diplomática del doctor Lamas en su patria, como representante del Uruguay en ese Brasil cuya sugestión, como dijera con toda propiedad nuestro estimado

compañero de Instituto, señor Ariosto D. González, Lamas sintió imperiosamente.

Quizá, como en ningún otro, ese período de la vida del genial fundador de nuestro Instituto, ha sido más discutido, más incomprendido en su tiempo y, aún, en los nuestros, puesto que la fama suele ser tan vocinglera y caprichosa como esquivia e injusta.

Y al dejar esta tribuna, cumplida la grata y honrosa misión que la Presidencia ha querido confiarme, para que pase a ocuparla con su jerarquía intelectual, el doctor Ganns, no emplearé tampoco las voces usuales y trilladas de práctica en estos casos; me limitaré, sencillamente a decir que en este ciclo del centenario nos va a hablar de Lamas, gran amigo del Brasil, que quizá para fundar nuestro Instituto se inspiró en el que desde 1838 funcionara en Río de Janeiro, *el doctor Ganns*, gran amigo del Uruguay, que sirve a la cordialidad de las relaciones entre los dos países, buscando en la común historia los vínculos que nos unen como esos caminos fronterizos por los cuales transitan, confundidos, los habitantes de las dos naciones fraternas".

---



## D. ANDRÉS LAMAS E O BRASIL (1)

CONFERÊNCIA DO SÓCIO EFETIVO SR. CLÁUDIO GANNS

Quando D. Andrés Lamas, chegou à Côte do Rio de Janeiro, em 1847, como “Agente Confidencial” do Govêrno da Defesa de Montevideú, afim de começar a sua hábil política de persuasão no sentido de obter a cooperação do poderoso Império do Brasil, na salvação

---

(1) Esta conferência foi feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 21-5-43 e repetida no Instituto Histórico do Uruguai, em 1-6-943. Antes da sua leitura, em Montevideú, o conferencista leu a seguinte explicação:

“A despretensiosa palestra que ides agora ouvir foi escrita especialmente para celebrar o Centenário do Instituto Histórico do Uruguai no Brasil. A personalidade, aquí ainda tão discutida, de D. Andrés Lamas, foi apresentada aos ouvintes do meu país — em face de dados e episódios já bem conhecidos por vós. Representa apenas um esforço pessoal de interpretação psicológica dêsses fatos e dessa grande vida, observados do ângulo de vista brasileiro.

Se há excessos nesses comentários ou na sua apreciação — desculpai-os a um homem que está habituado a pecar pela franqueza e nunca por aquele modo que o diplomata Talleyrand vaticinava — de serem as palavras feitas para encobrirem o pensamento. Ademais, no Uruguai, como tão belamente vem de o confirmar o professor Scarone, é como se estivéssemos em nossa casa; assim, em família, podemos sempre dizer as coisas sem subterfúgios. Apenas pensamos alto, deixando manifestar-se, em plena consciência, os nossos verdadeiros sentimentos históricos.

Ê a excusa preliminar que julguei oportuno fazer, pedindo a vossa indulgência para o que, proferido, há pouco no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil — vou agora repetir aquí por generosidade dos meus amigos — os historiadores uruguaios”.

da capital, há tantos anos cercada pelas tropas de Oribe — as credenciais que trazia êsse moço, apenas de 30 anos, para o êxito da sua missão diplomática, eram já alguns episódios ilustres na sua biografia. Um exílio na juventude, apenas com 20 anos incompletos de idade; a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, aos 26 anos; uma fulgurante carreira de homem público e de pensamento, dignificada nos jornais da capital uruguaia, enobrecida pelos cargos de chefe político e de polícia, no período angustioso daquele cêrco prolongado; — e a vocação indesviável para as idéias generosas e altivas que já o faziam, no campo intelectual e da ação, um dos mais acerbos adversários da ditadura “rosista”, a qual, pelos processos usuais da violência armada, procurava asfixiar e suprimir a sua pequenina pátria.

O exílio no Rio de Janeiro, em agôsto de 1836, é realmente o primeiro florão cívico — na vida dêsse rapaz de pensamento e de luta.

Formado o espírito por um tio ilustre, D. José Benito Lamas, padre liberal, desde cedo entrara êle para a imprensa de combate: no *El Sastre* e no *El Nacional*. Aí a sua atividade polêmica se desdobrou nos ataques ao govêrno constitucional de Oribe que, ao cabo, fechando-lhe o jornal, desterrou o periodista atrevido e exaltado. Os poucos meses dêsse exílio deram-lhe o conhecimento de homens eminentes da Argentina e do Uruguai: entre êsses emigrados, estavam D. Bernardino Rivadavia, a grande figura exponencial de estadista sul-americano; Lucas J. Obes Aguero, o General Alvarez Thomaz, Florêncio Varela — o desventurado jornalista do “Comércio del Plata”, Juan Cruz Varela, Gallardo, etc.

Na inteligência do emigrado jovem, conhecedor da história antiga, não precisaria o exemplo de Cipião, o Africano, amargando o exílio em Linterno, para se convencer das ingratidões de tôdas as pátrias, com as suas figuras representativas. Além da de Rivadavia, estariam bem próximas outras deportações: no Brasil — as dos Andradas, a de Ledo e até, — quem o diria? — a de Pedro I; na Argentina, as de San Martin, Alberdi e Sarmiento e, no próprio Uruguai — a de Artigas; mais acima — a de Bolívar — para afinal se tornar mais do que evidente que não é na paixão dos contemporâneos que se embebe julgamento mais idôneo, para reconhecer o serviço dos homens verdadeiramente beneméritos.

Esse Bernardino Rivadavia, que êle então freqüentava com assiduidade — era aquela figura exponencial da sua terra, que Sarmiento, em frase justa e incisiva, qualificaria “O Aristides Argentino”. Depois de tantos serviços prestados no Govêrno, vinha roer aquí o pão da pobreza honrada para ir morrer, anos adiante, em Cádiz! Aos patrícios que o procuravam, mandava invariavelmente responder: — “Para os argentinos, já morrí!” A admiração que começou a inspirar-lhe, desde aí, aquela personalidade verdadeiramente construtora, consubstanciar-se-ia, mais tarde, quase ao fim da vida de Lamas, no brilhante ensaio de interpretação histórica da obra política e cultural do grande prócer portenho (1882) seguida, logo adiante, pelo estudo arguto da legislação agrária de Rivadavia (1883).

O outro florão da sua vida de polígrafo eminente, esclarecido estudioso e de homem de gabinete — está, por ocasião da sua estréia, no domínio do pensamento político, em que madrugou — naquela contradita célebre em que impugnou, apenas com 20 anos de idade, algumas idéias de J. B. Alberdi. Podemos ainda hoje ler a contestação famosa — graças ao carinho respeitoso de Pablo Blanco de Acevedo, dando-lhe em 1922 o merecido lugar de destaque ao abrir o livro dos “Escritos selectos de D. Andrés Lamas”. A idéia então de Alberdi era que a salvação dos povos sul-americanos, para se libertarem da tirania (êle visava então Rosás nos seus escritos) — far-se-ia pela *evolução lenta*, marcha longa do colonialismo arbitrário até ao aperfeiçoamento das instituições.

Visão, portanto, apenas de sociólogo, embora algumas vêzes genial. A resposta ardente de Lamas — tendo por alvo o mesmo Rosas — era que a libertação só estaria na *ação* rápida e imediata, ou melhor na *reação*. Visão sobretudo de político, embora de político jovem e precipitado. O certo é que, continuando na sua pregação coerente, por mais 15 anos seguidos — o político convicto, *doublé* de diplomata hábil, conjugando outros esforços acabou, afinal, por vencer o ditador; ao passo que o sociólogo, de mirada arguta, muitas vêzes andou perdido, inconseqüentemente, pelos caminhos mais variados e contraditórios... Hoje, a pura glória de Lamas é de ter sido sempre o adversário inconciliável do Ditador, ao passo que o prestígio extraordinário de Alberdi macula-se tristemente com algumas atitudes desencontradas, em face do verdugo cruel da sua Pátria!

Outros antecedentes expressivos ainda enfeitavam o pergaminho do diplomata uruguaio: aos 21 anos, na ata da renúncia de Oribe, no Miguelete, depois da batalha de Palmar, o então jovem auditor general de guerra e ex-secretário de Rivera, escreve a sua quase ignorada assinatura, ao lado das já ilustres de Joaquim Suarez, de Santiago Vazquez, e dos Generais Enrique Martinez e Anacleto Medina. É assim que o seu nome começa a romper — com os de Giró e Berro — a obscuridade, para entrar definitivamente na história do seu país!

Durante essa chefia política e de polícia de Montevideú, com apenas 25 anos de idade, além dos serviços de assistência àquela “Nova Tróia” — no crisma feliz de Alexandre Dumas, lembra-se D. Andrés Lamas de fixar, para o futuro, em atos expressivos, que se ligam ao passado de sua pátria, a consciência nacional então periclitante, nos dias incertos, entre os muros de uma cidade sitiada. Estabelece, então, nova nomenclatura — ainda hoje quase tôda existente — para as suas praças e ruas — colocando em face do povo aflito a lembrança de figuras antigas, das batalhas expressivas e dos dias gloriosos. Vêm assim a aparecer as praças: “Independência”, “Constituição”, as ruas: “Colón”, “Zabala”, “25 de Maio”, “Misiones”, “Treinta y Tres”, “Juncal”, “Las Piedras”, “Rincón”, “Sarandí”, “Cerrito”, “18 de Julio”, “Florida”, “Mercedes”, “Ciudadela”, etc.

No ano seguinte — a iniciativa de Andrés Lamas, cujo centenário agora aquí efusivamente celebramos, ainda entre o fogo dos combates — é para a fundação do “Instituto Histórico e Geográfico Nacional”. É certo que o emigrado de anos antes, então se recordaria, como um exemplo a seguir, do belo padrão do nosso Instituto Histórico, fundado em 1838. Nem isso lhe diminue o mérito, antes o aumenta — porque nos espíritos moços, sequiosos sempre de novidade, o que quase sempre lhes falta é êsse equilíbrio, para ver o que há de bom na obra alheia, e, perdida a ânsia demolidora, saber dela aproveitar, com inteligência, o que lhes pode ser útil — sem imitações ridículas e excessivas... Era ainda uma nova raiz que D. Andrés Lamas procurava fincar, nas entranhas do solo, para sustentar a árvore da pátria, açoitada pelos vendavais.

Vale a pena tirar da poeira dos arquivos grande parte do seu ofício, justificativo dessa nobre idéia, ao govêrno oriental, datado de 23 de Maio:



“Pelo seu lado literário será completa a novidade. Estas regiões não foram estudadas em nenhum sentido: tudo está por explorar e a Europa pouco mais sabe delas que mereça aprêço, afora o que foi dito por Azara e D’Orbigni.

“O mistério que envolve nossa natureza física é comum à nossa história, geralmente desconhecida até de grande parte dos filhos destas regiões. Promover o gôsto por êsses estudos, conhecer e valorizar as condições geográficas do nosso país, os destinos a que elas o chamam; organizar sua estatística, sem cujo conhecimento é impossível estabelecer sôbre bases sólidas nenhum sistema de administração e de rendas, são os primordiais objetivos do Instituto.

“Formar um depósito de manuscritos, livros, mapas, etc., pertinentes à história antiga e moderna destas regiões — é outro dos seus encargos. Assim se salvarão preciosos documentos, perdidos totalmente para nós, porque estão condenados a uma obscura destruição ou a sair para o estrangeiro, onde não serão cabalmente estimados, pelo seu mesmo isolamento. Êsse depósito especial levado à altura que se lhe pode erguer, é capaz — por si só, de dar celebridade literária ao povo americano que o possua.

“Se o estabelecimento cria raízes, como confiadamente o espero, poderá adiante abrir algumas cátedras, regidas por indivíduos do seu próprio seio, onde a história e os princípios de administração possam ser explicados sôbre bases e dados nacionais. Poderá também tratar de ressuscitar em sua possível pureza, a língua *guaraní*, que falaram os donos dêste país, antes da conquista: o estudo dos seus costumes, da história política e militar daquela nação interessante. O conhecimento dessa língua pode ser, com o tempo, um meio de alargar o terreno que domina nossa atual civilização: ela se fala, com poucas alterações, nas últimas camadas da gente dos nossos campos e no imenso litoral do Paraná, Uruguai e Paraguai.

“Grande interêsse e utilidade oferece o estabelecimento, se se o considera sob outro ponto de vista mais imediato. A reunião de todos os homens de letras que tenha o país, chamados a despojar-se, nos portos do Instituto, de suas prevenções ou côres políticas, para entrar nele, ocupando-se tranquilamente, em objetos de interêsse comum e permanente — acabará por aproximá-los e acabará talvez por nivelar tôdas as opiniões e reüní-los em um centro de utilidade e



glória para esta Pátria, em que tanto de nobre, belo e útil pode executar-se!”

A eloqüente petição não encontrou opositores no seio do govêrno; foi imediatamente deferida. O decreto, assinado pelo Presidente Joaquim Suarez, referendado por Santiago Vazquez é de 25 de maio. Aí se nomeiam sócios fundadores a D. Melchor Pacheco y Obes, a D. Andrés Lamas, a Theodoro Miguel Vilardebó, a Manoel Herrera y Obes, a Candido Juanicó, a Florencio Varela, a Fermin Ferreiras e a José Rivera Indarte.

A lembrança do nosso Instituto Histórico está na designação dos sócios correspondentes, feita logo em seguida. Aí figuram o seu então presidente: Fernandes Pinheiro — Visconde de S. Leopoldo; o seu secretário — cônego Januário Barbosa e José Silvestre Rebelo.

Aparece ainda, estranha coincidência, o grande historiador do Brasil, Mr. Robert Southey — já falecido na Inglaterra desde 23 de março dêsse ano, nomeado portanto “post-mortem”, sem se o saber ainda ali — o que indicava não só o valor extraordinário da sua obra, estimada até no estrangeiro, ainda que fora do Brasil, como o aprêço pelo trabalhador erudito, que foi buscar as fontes mais fidedignas para, mesmo sem conhecer diretamente o Brasil, escrever-lhe em consciência o relato até então mais perfeito de sua vida colonial — infelizmente depois tão mal comentado, na tradução brasileira, que está pedindo sábia revisão, pela mão do mestre Rodolfo Garcia.

Entre as originalidades da vida de Andrés Lamas — dêsse homem extraordinário da “Defeza”, está a de ter sido, no tempo da sua chefia política, em Montevideú, que se abriu a Casa da Moeda. Sob a sua orientação pessoal, foi ali cunhada a primeira moeda de prata do país. A história dessa iniciativa inteligente consta da sua “memória” de 1844 — primeiro documento referente à numismática uruguaia. A primazia e o mérito dêsse empreendimento lhe é reconhecido hoje em dia pelos historiadores-numismatas do país irmão: J. M. Fernandez Saldaña e Francisco N. Olivéres.

Aos que talvez sorrissem superficialmente dêsses detalhes — teria de acrescentar aquí: não seria de desdenhar saber-se que D. Andrés Lamas foi, mais tarde, no fim da sua vida, na Argentina, ao lado de D. Bartoloméu Mitre, um dos maiores colecionadores de moedas sul-americanas. Há espíritos irreverentes — apenas esvoaçando pelos assuntos abordados, não tendo aptidão para êsses es-

tudos, acreditam serem êles nada mais que “ócio de gente rica”, nada menos que mania imbecilizante. Poder-se-ia, em sua defesa, que não é apenas de colecionador pobre, objetar que dois dos maiores homens do Brasil também foram colecionadores apaixonados: José Bonifácio e o Barão do Rio Branco.

Com tôdas essas credenciais de talento, de coragem e de cultura, o enviado de Montevidéu, não foi entretanto, desde logo, admitido na qualidade ostensiva de diplomata, perante a Côrte e o Govêrno de Pedro II.

No Rio influía, desde muitos anos, o prestígio do General Thomaz Guido, ministro de Rosas. Às portas do Govêrno também batia um emissário de Oribe, desejoso de fazer-se reconhecido... Os dois, unidos, procuravam criar obstáculos ao valente advogado da Defesa, representante diziam, não de um país, mas apenas de uma cidade sitiada.

Naqueles tempos confusos — por que não o dizer francamente? — por essa espécie de heliotropismo político, misto de atração irresistível e de sentimento vulgar, que faz invariavelmente admirados pelos temperamentos cortesãos, só os homens que estão no poder, ou que têm a fôrça em suas mãos — até dentro do Parlamento brasileiro, também havia advogados sinceros, ou pior que isso, “interessados” pela evidência mavórtica do dominador de Buenos Aires. Por outro lado, as desconfianças que nos vinham do sul, impunham timidez dos estadistas, certa *frieza* para o tratamento de qualquer assunto, donde pudesse sair a guerra. Atitude prudentemente egoísta. — Mas, forçoso é reconhecer: povos e governos vivem mais, como Sancho, dos seus interêsses imediatos e mesquinhos, que dos pensamentos altos e generosos de D. Quichote!

Não admitido o parlamentar nos gabinetes das chancelarias, D. Andrés Lamas mudou de tática. Começou a propaganda da sua bela causa a de uma cidade que ia ser sacrificada. à sanha sanguinolenta de um tirano — na imprensa e na sociedade. Não lhe faltavam os talentos naturais para essa dupla ação. Aproximou-se do “Jornal do Comércio”, através da influência do Cônsul Manoel Moreira de Castro, redator daquele prestigiado periódico — onde começam a sair magistrais artigos expondo a questão, não apenas do ângulo de vista uruguaio, mas, situando a melhor, pelo lado do interêsse brasileiro: abater o poderio de Rosas, antes que êsse se voltasse contra

o Império. Estive lendo, há dias, os quatro alentados tomos da “Correspondência diplomática” de 1847 a 1852, trocada entre D. Manoel Herrera y Obes, Ministro do Exterior da Defesa, em Montevideu e seus agentes no estrangeiro: Ellauri e Pacheco — na Europa, e Lamas — no Brasil.

Por ela, o observador imparcial se convence e certifica do alto patriotismo dêsses eminentes cidadãos, no trabalho hercúleo para erguer, extra-muros, os meios necessários à reação, contra a grave ameaça que sofria a independência da sua pátria invadida. Enquanto Lamas, no Rio, com prodígios de paciência, sagacidade, e inteligência vai estendendo os fios da rêde que envolveriam o Brasil, transformando-o num cooperador decisivo do Uruguai, contra o ditador de Buenos Aires; Herrera, do seu lado, vai desdobrando as malhas que o aproximariam de Urquiza, cujo exército, — dizia êle, profeticamente, desde 1845, — seria um dia o melhor aliado da sua nação, contra a prepotência de Rosas. Êsse é o trabalho perfeito do diplomata; tecer anôninamente, silenciosamente, a teia misteriosa, da aranha, que não aparece em todos os seus detalhes, sacrificando nisso o amor próprio, a vaidade e a ambição pessoal — para afinal um dia surgirem à luz do sol, os belos resultados da sua ação longínqua e infatigável. Delibera D. Andrés Lamas jogar assim em benefício da sua nobre causa todos os recursos de inteligência de que se sentia capaz. Editado em Montevideu em 1849, mas prefaciado do Rio em 1848, aparece então o seu notável livro: “*Apuntes históricos sobre las agresiones del dictador argentino D. Juan Manuel Rosas contra la Independencia de la República Oriental del Uruguay*”. É o mais incisivo libelo político que existe contra o dominador de Buenos Aires e causou então profundo abalo, modificando-a inteiramente, a opinião culta do Brasil — onde foi fartamente distribuído.

É a reedição da série de notáveis artigos que Lamas escrevera em 1845 para “El Nacional” de Montevideu quando ali, ao lado de Mitre e de outros emigrados argentinos, combatia com a pena e a espada o Ditador insolente. Ambos, na sua dupla atividade guerreira e intelectual, recordariam o verso memorável de Camões:

“Braço às armas feito;  
Mente às musas dada”.

Esses artigos têm entretanto a sua história. Num daqueles dias aziagos estava Lamas ao lado do tio, o ministro Santiago Vazquez, quando ouviu esta observação de um diplomata francês, em Montevideú:

“Quando leio o livro de Rivera Indarte — *“Rosas y sus opositores”* — parece-me que êle é o maior tirano dêste século. Mas ao ler as refutações da *“Gaceta”* e do *“Archivo Americano”* de Buenos Aires — creio que exageram muito suas crueldades e que, em algumas coisas, se o calunia”.

Lamas, intervindo, explica: — “Acredite, senhor, que as crueldades de Rosas não admitem exageros, e, como teve um tempo em que não necessitava ocultá-las, como agora, por que o seu conhecimento aumentava o medo, que foi a principal arma do seu govêrno, parece-me que, com os próprios documentos de Rosas, podiam se provar as acusações que lhe fazemos”.

— Se é assim possível, porque então não o fazem? — exclamou o diplomata.

— Porque não o fazes, sobrinho? — adiantou logo Vazquez.

— Verei se o faço — retrucou apenas o destemido Lamas.

Essa é a origem do livro formidável que, quando foi da sua morte, traçando-lhe a biografia, fez “La Nación” — o grande órgão portenho — pelo punho de Mitre — dizer com a sua alta autoridade: *“As agresiones de Rosas”* é o processo documentado mais tremendo que se formou contra a tirania, com páginas que fazem recordar as de Tácito”. Por êsse julgamento, que lhe é o melhor elogio, avalie-se então, da funda impressão que causou no Brasil.

A primeira manifestação favorável que D. Andrés Lamas nota em benefício de sua causa — e logo a transmite com certa reserva a Herrera — é a visita que, um dia, recebe em sua casa da Pedreira da Glória, de certo comerciante. Vinha trazer-lhe promessas de auxílios, em pólvora, munições e dinheiro para a cidade sitiada. O diplomata, sempre seguido pelos espiões dos adversários, que até lhe invadiam a casa em forma de criados, desconfiou. E só se tranquilizou das vantagens e da realidade do oferecimento — segundo está narrado no livro de seu filho Pedro Lamas — *Etapas de una gran política* — depois de ir ouvir confidencialmente o Imperador, com quem já conversava na intimidade, em particular, na qualidade ape-



nas de escritor e erudito, porém não ainda no caráter de diplomata... Política de despistamento, para enganar a Guido; tão usual antes, como agora, não só na habitual estratégia feminina, como nos corredores das chancelarias, e ainda em outros gabinetes governamentais...

Esse comerciante — não seria preciso dizê-lo, porque o fato é hoje público — era Irineu Evangelista de Sousa que, em começos de 1850, orientado por Paulino de Sousa, ministro dos estrangeiros, vinha ocultamente pôr-se à disposição da causa de Montevideu — já que o Governo Imperial não podia tão cedo e de forma ostensiva levantar a luva contra Rosas, para a qual não estava ainda preparado. É o que conta, mais tarde, o próprio Mauá, na sua famosa “Exposição aos credores”. (2)

A nova orientação brasileira, em relação ao Prata — era um verdadeiro “tournant de l’histoire” — hábil iniciativa concebida pelo gênio político do futuro Visconde do Uruguai — nisso apoiado sempre por D. Pedro II — que, de degrau em degrau, nos levaria a auxiliar, primeiro por meios indiretos, a defesa interna da cidade sitiada, abandonada pelos subsídios da Inglaterra e depois da França — para alcançar-se, em seguida, a expulsão de Oribe, principalmente devida a Urquiza e Garzón. Dessa etapa à outra, da aliança efetiva entre o Brasil, Uruguai e Entre Rios, para aparecerem afinal todos irmanados sob o sol imortal de Caseros, em 1852, foi um longo passo, que acabou esplendendo vitoriosamente, com a queda de Rosas.

Por mais que os negadores sistemáticos de qualquer esforço humano se esfalem em querer demonstrar a inanidade das iniciativas individuais, em face dos movimentos “de massa” — quando chegar a hora de se distribuir os prêmios, haverá que dizer: — os interesses globais do Brasil foram, nesse ensejo, admiravelmente defendidos por Paulino de Sousa e sãbiamente executados, na sua fase financeira, por Irineu de Sousa e, na militar, por Caxias, Pôrto Alegre e Greenfeld; as vantagens da heróica reação uruguiaia podem personificar-se em Herrera e, sobretudo, em Lamas; e a glória decisiva da Argentina aí se personalizou autêntica em Urquiza.

---

(2) Ver: *Visconde de Mauá* — “Autobiografia” (2.<sup>a</sup> ed. 1943), páginas 116 e 117.



Êsses importantes acontecimentos históricos, que levaram em gestação mais de 4 anos, não podem ter apenas, nò seu desenvolvimento gradual, a apreciação e o julgamento esquemáticos de alguns períodos apressados — onde o prodígio da síntese os pudesse, simplificadoramente, enquadrar.

Houve que negociar e discutir; que transigir e acordar. D. Andrés Lamas, reconhecido públicamente Ministro Plenipotenciário do Uruguai, no mesmo dia da ascensão dos conservadores, em fins de 1849, teve de desenvolver, em todos os pormenores dessas combinações diplomáticas, papel preponderante e quase exclusivo, na defesa dos interesses do seu país, e nelas jogar todos os recursos da sua agilidade intelectual e dos seus dotes pessoais.

Ele era, por essa ocasião — conforme um belo retrato a óleo, feito no Rio, que acabo de ver no belo Museu Histórico do Uruguai — que a perícia de Pivel Devoto superiormente dirige — vestido no seu fardão diplomático: digna figura de homem impressionante, com “seus longos cabelos românticamente anelados, quase cobrindo as orelhas, o seu nobre crânio saliente, na testa proeminente de idéias, o arqueado perfeito da sua fisionomia serena, o pálido rosto cuidadosamente polido, apenas ornado pela barba unitária”. As feições finas e aristocráticas, o olhar sagaz e esquadrinhador, a boca enérgica, as mãos afiladas como as dos cavalheiros do Greco, a elegância pulcra, as maneiras senhorís”. Tal qual como, muitos anos mais tarde, Raul Montero Bustamante, que lhe traçou um perfil animado — vai surpreender-lhe a expressão da velhice — em uma tela abandonada, depois da sua morte, na casa fechada de Buenos Aires — que êle então visitou. (3)

O negociador uruguaio para mover o Império do Brasil, a favor do seu país devastado, teve que assinar cinco tratados complementares, em 12 de outubro de 1851 — seguimento lógico da convenção de aliança de 29 de maio. Eram as combinações dos necessários elementos financeiros, que já vinham sendo ocultamente fornecidos por Irineu de Sousa, desde começos de 1850 — para propiciar armas e munições ao governo de Montevidéu — que agora vi-  
nham à evidência da publicidade notória. Eram ainda os outros

---

(3) *R. Montero Bustamante* — “Ensaíos”.

entendimentos previstos, de ordem política, ratificando o tratado de aliança. Era o acôrdo sôbre extradições; e era ainda o relativo ao comércio e navegação, inclusive do Rio da Prata que, por uma das suas cláusulas, passava a ser franqueado às nações. Por fim, em última palavra — “last, but not least” — era o célebre tratado de limites que ajustava a fixação das nossas fronteiras comuns.

Apontamos-lhe a triste celebridade — porque, embora contratado em inteira boa fé, os seus negociadores uruguaiois, não deixaram logo de lhe sentir os perigos. Lamas e Herrera eram homens superiores, capazes de suportar uma hostilidade momentânea, filha das ruins paixões populares, hàbilmente exploradas pelos seus permanentes adversários. Sabiam o que haviam livremente pactuado, em benefício da independência da sua pátria — tanto os dois, como o Presidente Joaquim Suarez que, nesse ensejo angustioso, mandou expressiva carta de solidariedade ao seu delegado na Côrte de D. Pedro II. O pouco de que alí possivelmente se abria mão, numa questão ainda não de todo estabelecida, em seu direito estrito e em seus fundamentos lógicos, — era mínimo, em relação aos resultados enormes e maravilhosos obtidos com a plena adesão do Brasil, na defesa e sustenção da nacionalidade uruguaia, a pique de sossobrar naqueles dias dramáticos, riscados de incertezas e de desfalecimentos.

Entretanto, logo adiante, quando foi êsse ajuste territorial dado a conhecer, em Montevidéu — começaram as intrigas e as difamações dos inimigos a ferir não só a dedicação e a perfeita lealdade do seu plenipotenciário, como a resvalar pela honra do homem de Estado que, então se dizia, numa triste incompreensão dos magníficos resultados que alcançara — fôra simplesmente vendido ao Brasil. E, para lhe tisonar a reputação altiva, começava a calúnia, como sempre, a sua ação anônima e perversa, procurando nodoar aquela grande alma de patriota, com o apelido pejorativo: — *El Brasileño!*

Que dias e que noites amarguradas não teria, então, curtido, nos seus íntimos refolhos, aquele coração alanceado de perfeito cavalheiro, merecedor da amizade de homens como Pedro II e Paulino de Sousa, de Honório Hermeto e Irineu de Sousa — para ter que passar, numa indiferença aparente, que escondia desprêzo e indignação, em silêncio, por aquelas misérias repulsivas — quando a sua ação diplomática, aí atingira o zênite do seu êxito espetacular, pelo bem incalculável que fizera à sua pequenina terra distante. Em vez de

flôres, para lhe coroar a testa fatigada nas vigílias patrióticas, em exclusivo proveito dela — vinham-lhe apenas de lá acerbos espinhos! De quanta energia íntima, de que nobres estofos deve estar sempre forrado o temperamento dos grandes homens, para atravessar, sem poluir o arminho da alma, com a escória dêsses caminhos pedregosos, em postura sorridente e altiva, de olhos voltados, apenas para o remoto futuro — que os vingará, ou não, das injustiças contemporâneas!

D. Andrés Lamas tinha o seu caráter formado pelo puro metal incorruptível das lutas de trincheira, dos lances perigosos, das sortidas do campo e da pena — nos combates em que se arrisca, num momento, a existência inteira, por uma palavra mal dita, ou mal recebida, no holocausto de convicções e de princípios sagrados!

Trazia para a vida áspera um ideal a cumprir — a salvação da Pátria com a queda de Rosas; — e êsse esplêndido ideal de batalhador, — não se desviando do seu objetivo por detalhes menores, — êle o cumpriu obstinado, retilíneo, integral e magnífico.

Também por entre tantas decepções, quando chegou ao Rio a notícia da vitória retumbante de Caseros — Paulino de Sousa mandalhe, com as felicitações, as primeiras palavras consagradoras da sua ação ininterrupta: — “Não teríamos chegado até lá, sem a sua ação; sem vossência não teríamos feito nada!” E transmitia-lhe a notícia da condecoração que lhe era deferida, como se viesse do próprio campo de batalha: — Sua Majestade o havia agraciado com a Grã Cruz da Ordem de Cristo do Brasil!

Que de alegrias inefáveis, não se desbordaria, nessa hora solar da sua carreira de diplomata perfeito, de *gentleman* imperturbável, quando a venera ilustre cobria os insultos e o reconhecimento do estrangeiro lhe recompensava, de sobejo, as afrontas vindas da terra natal!

Não quero insinuar com isso, apenas a gratidão do Brasil — que em face do exposto, poderia ainda hoje, talvez parecer eivada de interesse, em virtude daquele entendimento, tão cheio de reticências, dos uruguaiois de outros tempos. Há porém uma palavra alta e insuspeita, contemporânea de tão memoráveis acontecimentos, que assim se expressou:

“Tive o gôsto de tratar com o Senhor Lamas, a quem só vi uma vez, em Montevidéu, em 1846; como cresceu desde então até aquí!

Quanta prudência, quanta habilidade prática lhe deu esta Embaixada ao Brasil, que enche o episódio mais glorioso da defesa de Montevideu, base da nossa ressurreição política. A história dessa missão é um monumento e o homem que criou a sua intrincada complicação, é um tesouro para os nossos países!"

Esse julgamento definitivo vem de além-túmulo. Foi proferido em abril de 1852, em carta particular, pelo grande argentino D. Domingo Sarmiento, então no Rio, e foi endereçado a outro veterano das lutas de Montevideu, o tenente de artilharia D. Bartolomé Mitre. Se a memória de Lamas pudesse ser vingada dos doestos soezes, essas palavras brilhariam com uma luz divina, iluminando a sombra dos corações empedernidos, a noite escura das almas sem fé, incapazes de admirar, impotentes, na inveja das suas maquinações despetadas...

Sentindo assim de longe e do alto, quanto eram improficuas as lutas estereis — o espírito radioso de D. Andrés Lamas que vivera em plena juventude, no horror das lutas fraticidas, presenciadas na batalha de Palmar, — ia aos poucos se despregando dos sentimentos de grupo, dos ódios partidários, numa espécie de judicatura moral, em face das paixões que dividiam a sua terra.

A palavra da "conciliação" havia já corrido pela boca do panfletário Timandro. Andava também nas cartas que, desde 1850, Lamas enviava a Herrera (4) — reflexo talvez da convivência na sua "Chácara das Camélias", em Petrópolis, com a filosofia serena de Sua Majestade Imperial. O pensamento augusto do occupante do trono orientava, discretamente, imprimia novo sentido a esse "mot d'ordre" — desde os tristes espetáculos de 1848, em Pernambuco. O estadista chamado a cumpri-la, como política de governo ou programa de gabinete, era aquele mesmo influente e prestigioso Honório Hermeto, que vinha da presidência da Província conflagrada — onde assistira mais de perto à inanidade de certas lutas terríveis, a perigosa influência aquecida daqueles entimentos sangrentos que, afinal, depois de tanta irrascibilidade e cólera inútil, entre irmãos, deixa a todos de mãos vazias e um gôsto amargo de cinza, nos lábios ressequidos!

---

(4) Ou antes, em 1845 — conforme se vê do prefácio de Lafinur ao livro de Ariosto Gonzales: "Los partidos tradicionales".



É sob o signo dêsses preságios que, rompendo o silêncio alitivo e proposital, de tanto tempo, que o caluniado plenipotenciário da “Defesa” dirige o seu manifesto aos uruguaiois: “*Andrés Lamas a sus compatriotas*” (5) — editado no Rio de Janeiro em 1855. É um programa de vida política para o futuro, mas também é uma completa justificação do passado. Por aí perpassam os sentimentos superiores do homem eminente que procura mostrar a sua antiga coerência quando, desiludido entre tantas dissensões constantes — faz um último apêlo aos orientais para a “política de fusão” — a “conciliação” dos bons elementos de todos os partidos, em bem da pátria.

Nem os seus atos antigos, nem êsse derradeiro gesto, querendo pôr fim ao campo de Agramante que era a sua terra — teatro de divisões marcadas, de sentimentos eriçados em discórdias vivas — tiveram, infelizmente, a compreensão que fôra desejada, por parte dos orientais. À medida que essas disputas internas continuavam a esfacerar as fôrças vivas da sociedade uruguaia — a prudência, a sabedoria, o obsenteísmo de D. Andrés Lamas foi-se confinando nas suas leituras prediletas, nas investigações da história antiga de sua terra, que servem muitas vêzes de refúgio sagrado, de ponto de apoio aos desencantos, às desilusões e desesperanças do presente. As pesquisas em tôrno dos primeiros tempos da pátria, os relatos dos jesuítas missioneiros — começam cada vez mais a prender aquele alto espírito, bibliófilo e colecionador emérito, rebuscador de arquivos e bibliotecas, atrás das belas tradições esquecidas. O homem culto, cujas letras acadêmicas tinham-se embedido no prestígio dos clássicos, que poetou na mocidade — volta-se então definitivamente para os seus papéis e passa, como lhe assinala um comentador feliz, “de ator que já fizera a história, para autor que vai descrever”. (6)

São dessa época as suas leituras dos preciosos manuscritos da “*História de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán*” — dos Padres José Guevara e Pedro Lozano — cujas reedições comentadas intenta mais tarde, acompanhadas das suas brilhantes “in-

---

(5) O Instituto Histórico do Uruguai acaba de fazer a reedição dêsse famoso documento, acompanhado pelos folhetos veementes que lhe deram resposta, publicação esta prefaciada pelo exímio historiador Sr. Ariosto Gonzales.

(6) Pablo Blanco de Acevedo.



troduções”, onde o saber do erudito corre parelhas com o amor das dissertações cuidadas, num estilo límpido, agradável e direto — sem a sensaboria dos anotadores falhos de substância.

Lamas ainda intervém na fatura do tratado de comércio com o Brasil, de 1857 — como já anteriormente atuara decisivamente no Uruguai a favor da instalação ali da Casa Mauá & Co. — que levando o nome do banqueiro brasileiro à sua frente, ia ser ali, por longos vinte anos, elemento poderoso, propulsor do progresso da pequena nação. Ainda aí, os olhos estrábicos dos que só procuram nas atitudes alheias os móveis ocultos onde possam cevar o prazer doentio das retaliações morais, continuam a perseguir-lhe, com a maledicência habitual — a mesma que, no Uruguai, por essa época, e pelos mesmos motivos, andou latindo aos calcanhares probos de D. José Palomeque. Eram, ou deviam ser ambos, “sócios” do financista! Em vão, mais tarde — um morreria paupérrimo, carecendo-lhe então a viúva realmente do amparo generoso de Mauá — e o outro, transferindo-se para Buenos Aires, na sua vida apenas intelectual, sem confortos excessivos — quebrariam, com êsses espetáculos edificantes de compostura moral, os dentes à calúnia serpeante, atrozmente venenosa nas suas investidas.

De 1862 para diante a atitude cada vez mais retrída de D. Andrés Lamas faz deixá-lo as cubiçadas posições diplomáticas no Rio, que para outros tem sido apenas caminho para ócio ilustre, ponto apenas de agradável companhia, desfrutável lugar de gozos sibaríticos. Não para êle, entretanto; ao invés de paraíso ameno, foi-lhe sempre inferno vivo! Depois de uma rápida visita à sua terra, fixa definitivamente para o resto da vida, a sua residência na capital platina. Aí, no seu ostracismo voluntário e melancólico, entre livros raros, estampas, moedas, documentos antigos — começa êle então a viver a sua outra vida — a grande vida desinteressada do espírito, recolhendo, na velhice que se aproxima, os dados imprecindíveis, os elementos indispensáveis para ressuscitar do passado, o espírito de outras épocas, no convívio assíduo de Sarmiento e sobretudo de Mitre, que não o abandonava. Essa atitude de D. Andrés Lamas dá que pensar: êle justifica a ausência da Pátria próxima, para não se envolver demasiado nas questiúnculas locais — grande ator que assim precisa de distância, de cenários afastados, de projecção do tempo, para melhor ser julgado.

A elegância desse exilamento intelectual não lhe faz, porém, fechar a casa hospitaleira aos patrícios que o visitam, mesmo os antigos adversários! Um dia, é o próprio General Flôres já no govêrno, atraído pelo prestígio da sua notória irradiação — apesar de desentendimentos antigos, quem o vai procurar, batendo à porta dessa habitação.

Como a recordar-se de que fôra êle o plenipotenciário do mal-sinado tratado de limites de 1851, — o que ocorre agora a D. Andrés Lamas de insinuar, com eloquência persuasiva — era obter-se do Brasil a revisão daquele diploma — reconhecendo-se a aplicação do princípio da navegação comum, já admitido para os rios, extensiva às outras águas fronteiras. Nada mais, nada menos que reabrir-se então, aí, por fins de 1865, a famosa questão do condomínio da Lagoa Mirim. Flôres convence-se agora das vantagens dessa oportuna negociação — que satisfaria aos melindres pátrios — no momento em que a cooperação do Uruguai se tornava necessária ao Brasil, na guerra já declarada. E é assim que Lamas, signatário do tratado de 1851, volta ao Brasil, para solicitar-lhe a justa revisão dos textos outrora pactuados. Nessa iniciativa espontânea do diplomata da “Defesa” dava êle a Flôres e, através dele, aos seus inimigos do passado, a melhor resposta aos antigos detratores. Dava também a demonstração do seu atilamento e perspicácia, como a querer esclarecer: tudo se pode pleitear e obter, desde que felizes circunstâncias concorram para o melhor êxito do pedido. Aí estavam as duas épocas — em 1851, era o Uruguai que solicitava favores ao Brasil — portanto, para alcançá-los, havia que ceder em alguma coisa. Agora, era o Império que vinha pedir a cooperação uruguaia: a melhor hora portanto para solicitar-se a reparação do que não fôra feito anteriormente com o espírito de absoluto desinteresse... Era ainda, acima dos homens, dos partidos e das épocas, a alegria do diplomata prestigioso, em poder assim anunciar que era êle, D. Andrés Lamas, *El Brasileño*, quem iria novamente subir as escadas da Chancelaria do Império, para advogar essa pequena e minúscula reparação aos justificados melindres da sua terra. Que dignificante espetáculo; e que linda lição aos seus acerbos adversários!

Foi ao abrir-se essa sua última missão que D. Andrés Lamas, antes de apresentar mesmo suas credenciais, — obteve a prévia restituição da bandeira uruguaia que tremulara em Paissandú — porque,

como argumentava — “não era um troféu de guerra”, existente em nosso arsenal de Marinha. A força moral desse plenipotenciário ativo e desinteressado, inteligente e generoso, sagaz e instruído — em face dos negociadores brasileiros, que então sempre brilharam por virtudes marcantes de espírito, de lucidez e de caráter — era grande. A sua longa atuação ainda não o gastara; ao contrário: era como êsses vinhos velhos que com o tempo andado, mais se apuram no paladar.

O fato é que, depois de inúmeras sortidas nos bastidores, acabou êle por conseguir o novo e desejado tratado — que lhe tirava dos ombros as responsabilidades suportadas, como um sacrifício estóico à Pátria, do signatário de 1851.

A satisfação de D. Andrés Lamas não pôde entretanto ser completa. Conta o seu filho e secretário — D. Pedro Lamas tôdas as peripécias dessa negociação derradeira, no curioso livro de memórias, editado em 1908: “*Etapas de una gran política*”.

Enviado o tratado a Montevideú — por viravoltas da política pessoal, ou por outros superiores motivos — como D. José Amézaga já esclareceu, não foi êle, ratificado. Ficou entretanto, a D. Andrés Lamas o prazer íntimo de ver, no seu coração de uruguaio — intacto, o seu antigo prestígio de diplomata, a vencer talvez pelo cavalheirismo permanente, ou em reparação pessoal que era devida ao seu pundonor — as resistências da diplomacia imperial, nessa última atuação de dezoito meses, com que punha ponto final na sua carreira de enviado ao Brasil. Foi preciso um dia, mais tarde, que a ação generosa do segundo Rio Branco, “num gesto sublime” — a frase é de D. José Amézaga (7) — corrigisse o equívoco diplomático de 1851 — para que a grande alma de D. Andrés Lamas pudesse afinal dormir tranquila, nos longes da história, o seu sono reparador !

Podia êle, depois dessa negociação, recolher-se, de novo, quase em definitivo descanso, ao seu retiro de Buenos Aires, — para, acima das paixões passageiras, encerrar-se em suas vasta biblioteca, tôdas

---

(7) No ensaio “Uruguai-Brasil” reeditado recentemente pela “Revista Nacional” de Montevideú.

as noites, com os amigos devotados, naquelas tertúlias da inteligência onde seu espírito, a sua finura e a sua sabedoria acolhiam fidalga e carinhosamente, velhice sem pedanteria, todos os recém-vindos: argentinos ou patrícios.

Dalí, ainda saiu algumas vezes, para exercer função mediadora ou arbitral, entre as discórdias da sua pátria. Assim fôra inútilmente em 1864, entre Berro e Flôres. Assim, ainda foi, com êxito frustrado em 1872 — a sua interferência para o acôrdo de 10 de fevereiro, pelo apêlo que lhe fizera então o seu antigo amigo D. Manuel Herrera y Obes — afim de pôr têrmo às divergências oriundas da revolução de 1870.

Ainda passou rapidamente pelo Ministério da Fazenda do Uruguai em 1876 — no “ano terrível”, em tentativa malograda de melhor trabalhar pela Pátria, esquecendo ressentimentos, servindo ao govêrno do seu adversário D. Pedro Varela.

Encerram-se neste passo, sem apêlo de renovação, as atividades públicas dessa gloriosa carreira de homem de estado — movida por atitudes singulares, cortada de sucessos e de revezes, batida algumas vezes pelos ventos bons da fortuna política e sempre pelos maus ventos das atrozês incompreensões.

Ao fim da vida, D. Andrés Lamas lembrando os tempos da mocidade afoita, exilado voluntário na pátria de Rivadavia, retomando da pena límpida e austera, evoca para a posteridade a vida e a obra daquele outro eminente cidadão, cujos lances generosos de estadista não foram compreendidos pelos contemporâneos. Escrevendo êsse merecido ensaio da reparação histórica — talvez ficasse algumas horas meditativo no silêncio noturno da sua biblioteca, a pensar no dia em que, entre as névoas do futuro, surgisse também a sua completa justificação, perante a posteridade incorruptível.

Essa ampla reparação vem crescendo aos poucos. Os primeiros passos firmaram-se naquela tocante volta dos importantes papéis do seu arquivo precioso à Pátria nativa. Ao depois: na reedição carinhosa dos seus trabalhos e de seus livros. Agora, por fim, nessa comemoração centenária, em que os seus atos esplendem, em luz nova, compreensiva e irradiante; e na outra volta, que já se anuncia, das suas cinzas frias, para o Panteón Nacional. O esquife de D. Andrés Lamas, atendendo ao voto das novas gerações, há de sair um

dia do cemitério fraternal de Buenos Aires. Vão os seus ossos atravessar o Rio da Prata. Ele não ficará mais nem distante, nem exilado da pátria: “o ator que lhe *fez* a história, o autor que a escreveu”, também não será mais um proscrito, nem do solo uruguaio, nem do seio generoso da sua história. Já está a ela voltando agora, rediviyo e imortal!

CLÁUDIO GANNS.

---





## TRANSCRIÇÕES



---

## O ÚLTIMO MANIFESTO POLÍTICO DE SILVA JARDIM

Os dois maiores evangelizadores do credo democrático, nas proximidades da queda do trono, foram, como é sabido, Quintino Bocaiuva e Silva Jardim.

Nessa época, os propagandistas republicanos estavam divididos em partidários da *evolução*, sob a chefia do primeiro, e partidários da *revolução*, mais aproximados do segundo.

No fundo, essa divisão era aparente.

Todos trabalhavam pela mudança do regime político.

A divergência não era de idéias: era somente de processos.

Uns, homens práticos, procuravam conquistar previamente o apóio das forças armadas, sem cuja adesão julgavam problemático o êxito de qualquer movimento revolucionário; outros, impulsivos e audaciosos, confiavam, de todo, no poder das massas para destruir as resistências que fôsem obstáculo aos seus propósitos.

Evidentemente, a razão estava com os que obedeciam à direção de Quintino.

Mas isto não quer dizer que tenha sido inútil o esforço de Silva Jardim, a quem, chegado o dia da vitória, feriram as mais cruéis injustiças.

Para êle, o denodado, corajoso e benemérito demolidor das instituições monárquicas, não houve um só posto de responsabilidade na reconstrução da pátria nova.

Sentiu-se com a ingratidão dos companheiros da véspera e, para não combatê-los, exilou-se, escrevendo o manifesto que se lê a seguir e que é um documento histórico.

Meses depois morria trágicamente em Nápoles, tragado pelo Vesúvio.

A. T. DE L.

## AOS MEUS CONCIDADÃOS

Retiro-me de meu país, dentro de alguns dias, por tempo indeterminado, com a intenção de viajar, e provavelmente residir na Europa.

Devo, porém, antes de partir, dirigir uma palavra de agradecimento a todos os meus patrícios que me têm acompanhado na vida pública, bem como de explicação dos motivos que determinam a minha retirada.

Passou em tempo a outras mãos, que não minhas, o encargo de instituir no seu momento vitorioso a direção da revolução que determinou a queda da monarquia; e pois só me coube, como cidadão e como propagandista republicano acompanhar a energia dos que operaram em 15 de novembro e o afã com que os brasileiros o aplaudiram; e julgar patriótica e política a posição de todos os que sustentaram até 15 de setembro a situação desde então dominante.

Agradei sempre de minha parte ao público a consagração que deu à minha conduta pela obediência à essa orientação, consagração manifestada por uma estima evidente e ininterrupta; e agora agradeço especialmente ao eleitorado fluminense do Estado do Rio e desta cidade e ao eleitorado mineiro a votação de alta consideração (embora esta última não tenha sido publicada pelos jornais fluminenses) com que nestes dois pontos do país confirmaram o apoio à atitude referida.

Além dessa, agradeço ainda a votação de perfeita solidariedade com que naquele Estado o eleitorado sancionou a posição que com os chefes fluminense assumi perante o governo local.

Sem querer voltar à uma questão assás debatida, recordarei mais uma vez quanta violência e fraude foram necessárias ao governador fluminense para conseguir derrotar-me no meu Estado Natal; e aproveito o ensejo para pôr de sobreaviso a opinião a respeito das defesas que engendra para justificar-se diante da condenação pública, entre as quais sobressai a fantasia de uma intervenção menos delicada, cordata ou hábil, de minha parte, com que pensa inspirar uma piedade que faça perdoar-se-lhe a minha vitimação atual, bem como a de meus colegas.



Os resultados do pleito eleitoral animam-me, é verdade, a como partidário, continuar o combate pela luta em prol da inteira aplicação do regime republicano.

Neste suposto, confirmo minha assinatura no manifesto que com os companheiros fluminenses acabo de dirigir ao Estado do Rio.

E não preciso dizer que espero o partido do Estado compreenda a minha solidariedade com êle, mau grado a minha retirada, nem que estou convencido acompanhará a direção patriótica que certamente lhe dará o diretório.

Como homem político, porém, cuja ação passou por ardor patriótico, individual e larga bondade pública, além das esferas locais, e como propagandista muito responsável pelo regime republicano, é força que confesse que os resultados da campanha eletiva me colocaram em posição melindrosa no quadro da situação de minha pátria.

Tendo sido por motivos que é inútil agora desenvolver, excluído de toda a função de responsabilidade governamental) e tendo sido outros encarregados dessa posição, vi também atenuada a minha responsabilidade para com o povo brasileiro desde que êsse povo não pode de momento senão assentir à uma tal situação.

Compreendí-me assim desnecessário para a milícia ativa, desde que por um conjunto de circunstâncias não fui utilizado para a direção comum.

Entretanto não só o fato dessa exclusão, o que poderia parecer um caso pessoal, por mais justo que fôsse, mas os processos e órgãos para ela empregados, como para tantas outras, o que é notório; o estudo da atualidade; o da composição da primeira assembléia do regime corrente; as tendências fracamente contrariadas para a concentração de todos os poderes da atual ditadura, bem como desta para acercar-se, de indústria ou não, de elementos incompetentes para a obra da regeneração brasileira; fizeram-me refletir sobre o conjunto da vida política do meu país, e retificar em espírito e como base de conduta afirmações que o dever de apóio ao ato revolucionário e as esperanças de melhoramento próximo me tinham feito expôr.

Deixando ao bom senso geral a explanação destas afirmações, de claro que cheguei à dupla conclusão de que não posso, em consciência, aplaudir a atual situação política, cuja modificação a meu ver, não dependerá de uma ou outra alteração ministerial, nem das deliberações em Congresso, e de que não devo sequer embaraçar a marcha

do governo ditatorial, por uma doutrinação ao povo, que a má compreensão dos governantes faria oposição, podendo transformar-se mesmo em agitação arriscada e talvez anti-patriótica.

Eis por que, não podendo assentir e não devendo perturbar, afasto-me.

Espero que o bom senso do povo brasileiro indique ao governo a verdadeira trajetória da República, ordeira e progressista, de autoridade e liberdade.

A arte política não é mais que o bom senso popular aplicado aos negócios comuns, e manifestados pelos órgãos livres de sua opinião; e é preciso, mormente no caso brasileiro, obedecer a êsse bom senso popular.

De outro modo, a obra da consolidação da República encontrará ainda maiores obstáculos que a da sua proclamação.

Não quer fazer-me Cassandra e somente, para justificação do passo que dou, recordarei aos meus compatriotas que, mau grado minha mocidade, adquiri um pouco o direito de alegar algum critério e previsão política, deduzida do estudo do passado e um pouco de experiência pessoal.

Republicano desde a minha infância,urgi na arena política no momento oportuno com a consciência da missão que me impunha.

Preví, conforme os bons espíritos, a abolição:

“Questão da escravidão! — disse a 19 de janeiro de 1888, no “meeting” de Santos, que foi o meu ponto de partida — já causa piedade e asco, senhores, ver que ainda tratamos disso... Uma única lei nesse sentido, senhores, uma única lei poderia honrar o estadista que se prezasse digno, que se estimasse homem; essa lei teria dois artigos únicos: seria o primeiro: “Fica abolida a escravidão no Brasil:” seria o segundo: “Pedimos perdão ao mundo por não tê-lo feito há mais tempo;” asserção confirmada num discurso em São Paulo, a 7 de abril do mesmo ano: “e a abolição será feita governamental ou revolucionariamente no país inteiro, depois de o ter sido embora sob outros impulsos, no Ceará e na Amazônia”.

Ai mesmo perguntei, o que deveríamos fazer para a proclamação necessária da república, e aconselhei a revolução, sem guerra civil; “A revolução, que, no nosso caso, seria um 7 de abril; uma intimação positiva de retirada ao poder”.

E no congresso de São Paulo, de 24 de maio, que fez o memorável manifesto de combate em todos os terrenos à monarquia, assegurei que essa revolução seria vitoriosa, se tivesse por foco a cidade do Rio de Janeiro. "... de todos os nossos movimentos políticos, o que por sua sede teve mais pronto e mais seguro êxito foi o de 7 de abril".

Assim convicto, partí de São Paulo, fiz, continuando as tradições de luta de correligionários ilustres, uma parte da campanha da propaganda republicana e a 6 de janeiro de 1889, escreví, na Carta política ao país e ao partido republicano, comentando os acontecimentos do dia 30 de dezembro: "A revolução brasileira está destinada a cidade do Rio de Janeiro... E, deve estalar pujante e vitoriosa em tôrno dos paços ministeriais no ano de 1889..."

O ano de 1889 vai ser para o Brasil o ano excepcional".

A 15 de novembro proclamava-se a República pela revolução militar a que, como elemento civil, eu não devia descobrir, nem muito incitar, mas a cujo respeito já dera provas de previdência e de desejo de realização.

Por isso, convidará o povo de Santos, na questão militar pelo caso Leite Lobo, a votar em "meeting" a moção de "aderir solenemente à atitude heróica do exército e da armada, e convidá-los a, ao lado de patriotas populares, empenhar o seu valor numa reorganização da Nação brasileira".

Aos que hoje lamentam a demora do advento do regime republicano, a continuação dos defeitos monárquicos na atualidade, e o afastamento ou atenuação das melhores influências políticas, peço licença para recordar que tive ocasião de publicar em julho do ano passado, a propósito da direção partidária.

"Nem constitue menor delito perante a República, e menor perigo para ela, embaraçar um só dia a sua marcha, bem como a de seus servidores. É dêsse perigo que eu aviso a todos os republicanos.

A situação brasileira é idêntica a de 1831. Por que razão o 7 de abril degenerou em movimento monárquico?

Foi porque o grupo dos "exaltados" deixou-se vencer pelo dos "moderados".

Entregar-se-nos-á, julgando-se mesmo que se faz obra patriótica, às mãos do liberalismo sequioso de poder, tornado republicano de um dia para outro.

“O liberalismo monárquico, acrescenci, nos está absorvendo. É preciso “tirar o partido republicano dêste perigo deixar que a república seja monarquia sem imperador”.

O respeito à opinião e o desejo de bem merecer dela, levaram-me a citar em meu favor o resultado de meditações de que tive apenas talvez o mérito de ser um dos mais concientes órgãos.

Por mais estranha que possa parecer minha resolução, peço vênia para lembrar a todos os dela discordantes ou sinceramente a lamentarem, que significa um desaproveitamento completo para o serviço público e que funda-se em razões cujo inteiro desenvolvimento seria no momento inoportuno, mas de cuja segurança já não é lícito a todos duvidar.

Para os que a supuseram em sua maldade e pouca lucidez um ato de fraqueza, nada tenho a dizer; a êsses não me dirijo; para os que assim pensarem de boa mente dir-lhes-ei que é não pequena a dor que sinto ao sair do meu país, e nem pequena a força para fazê-lo.

Nesta hipótese porém, não teria o direito de licenciar-se para refazer forças, quem pô-las tôdas ao serviço de sua Pátria, quando o povo assim o ordenava?

O momento é inadequado para novas previsões e avisos que seriam levados naturalmente à má conta, e a época é insuficiente para uma intervenção calma e enérgica, mas desprevenida de preconceitos injustos e afinidades pessoais deslocadas.

É portanto ainda que me despeço do público brasileiro e dos meus correligionários e amigos, agradecendo-lhes o seu apôio e prometendo-lhes honrar no exterior um nome que êsse público criou: e conto fazê-lo pela reflexão, pelo estudo e pelo aproveitamento da minha personalidade ao papel de um bom cidadão.

Devo, antes de concluir, fazer algumas declarações: a primeira de carater político e as duas outras de carater particular.

É mistér prevenir os enganos, a renovação de calúnias antigas e a criação de novas.

Primeira: nenhuma responsabilidade direta tenho nos atos do govêrno provisório, a não ser a do assentimento tácito pelo apôio geral à situação. Duas únicas vêzes tive de espontâneamente intervir perante os poderes do Estado, em vigilância da aplicação dos princípios republicanos: da primeira o resultado, a meio favorável, não o



considero devido unicamente à minha intervenção: da segunda, essa intervenção foi até certo ponto malograda. É inútil dizer que disso não guardei, entretanto, o menor ressentimento: como o prova a minha cordialidade incessada para com todos os membros do govêrno provisório.

O único ato em que interví com autoridade e responsabilidade própria — a organização de um regulamento eleitoral — foi na sua segunda parte inteiramente anulado. Se o processo da qualificação não levantou clamores no país, pela aplicação do primeiro regulamento, organizado pela comissão de que fiz parte, embora desacompanhado das medidas que produzi, fôsem realizadas, e que o atual ministro do interior julgou desaproveitáveis, o mesmo não aconteceu quanto ao processo da eleição, em que, aplicado, ou não, o regulamento atual era em espírito, absolutamente diferentes do preparado pela mesma comissão. Nenhuma responsabilidade tenho, portanto, no regulamento respectivo: é na sua medida capital — a organização das mesas eleitorais e em muitas outras, inteiramente diferente do que se havia organizado.

Segunda: fiz sempre a propaganda republicana às minhas expensas pessoais. Tôdas as minhas viagens foram feitas à minha custa. Não poderia, já se vê, impedir o acolhimento delicado dos correligionários nas localidades e o seu acompanhamento de umas para outras.

Os meus discursos foram sempre escritos e distribuídos gratuitamente. Apenas para a publicação de alguns deles cotizaram-se alguns clubes, e concorreram alguns cidadãos. Nas notas à publicação que deles se está fazendo em volumes, lêr-se-á o pequeno *comptere-rendu* respectivo das quantias que passaram pela minha inspecção. Nunca fui, pois, subsidiado por partido algum para a obra da propaganda republicana.

Terceira: saio do país sem comissão oficial ou oficiosa, pública ou particular de ordem alguma do govêrno provisório. Saio livremente, saio porque quero sair. Não levo, pois, nenhum auxílio do tesouro público, vou subsistir com os meus recursos pessoais.

Dispensio-me dizer que não fundo o jornal prometido. “A Política”, e que êste, cujos trabalhos estavam adiantados, nada deve a assinante ou a co-proprietários e que deixo meus negócios parti-



culares e relativos à minha profissão de advogado em boa ordem e desonerados.

A vida particular dos homens públicos é tanto do domínio social, que não me desdenho de fazer tais declarações.

Repetindo ao público que não podendo nem devendo concordar com o actual estado de coisas, nem querendo perturbá-lo afasto de a minha pessoa, levando o meu ideal de republicano, garanto-lhe também que aceito sereno, com minha família, por mais doloroso que seja, o exílio voluntário com tôdas as suas consequências.

Antes de entrar na vida política, já em 1879, aos meus dezenove anos, eu escrevia, referindo-me ao pranteado general Osório:

“Que penosa e de maus fados que é para o Brasil a vida política! Suas lutas, ora surdas e anônimas, ora iluminadas, são sempre cheias de amarguras, e desalentam e esterilecem as almas mais fortes”.

Não esterilizado, nem desalentado, antes assim preparado para os revezes, mas prudente e patriota, e confiante nas forças do povo brasileiro, é que eu digo adeus ao meu país.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1890.

SILVA JARDIM.

---

## BIBLIOGRAFIA



---

## CRÍTICA

### "TEÓFILO OTONI" — por Paulo Pinheiro Chagas

O Sr. Paulo Pinheiro Chagas acaba de enviar da sua terra, para êle tão viva de recordações do passado, a biografia de Teófilo Otoni, que viu a luz do dia em velha e tradicional cidade mineira. Homem de outrora, Otoni representa os tempos idos e também um meio de família que o destino ingrato criou no exílio amargo.

O principal é Otoni descender de um expatriado genovês, que trouxe consigo, da sua terra natal, a revolta, a consciência atribulada pela realidade política do seu país. Um estado psicológico estranho e todo especial representava êsse vibrátil Otoni que aportou no Brasil. E êsse seu estado de alma não se extinguiu mais no seio da família por êle constituída, para a qual o genovês se tornou em uma figura impressionante.

Duas circunstâncias distintas então convergiram e se completaram: o espírito que se formou no lar dos Otoni e a agitação do Brasil a atravessar as crises políticas que resultaram na Independência.

Teófilo Otoni participava assim de uma dupla influência; a de sua família e a do meio social em que se encontrou.

A primeira lhe dava a expressão íntima de um caráter exaltado e rebelde; a segunda lhe despertou o espírito de ação. A um dado momento ninguém apresentava como êle, feição tão completa e impressionante, e assim sobressaiu logo com as suas particularidades de temperamento em época em que ficou sendo figura marcante.

O livro do Sr. Pinheiro Chagas é bem escrito, porque, sendo uma tela ampla, enquadra nas suas côres o meio social e as condições pessoais da família, tão influentes no seu biografado.

Há coisas que o escritor precisa de sentir, e de fato o Sr. Pinheiro Chagas sentiu os aspectos especiais do Brasil, da casa de família de Otoni, da cidade de Minas de antanho em que surgiu a singular figura de político.

A singularidade do caráter de Teófilo Otoni se delineia pelas condições particulares que o cercam, e essas condições não deixam de ser estranhas ao meio em que êle viveu, e se tornam em um traço original da sua personalidade.

É Teófilo Otoni intimamente um reacionário por herança da família que procede de um exilado sempre em revolta contra o destino ditado pelas ocorrências políticas. E, como reacionário até a última fibra dos seus nervos, procura êle o que desoprima êste estado por fim subconciente da sua alma. As palavras vagas libertam-no da sua condição psicológica especial, e isso acontece quando êle encontra o termo — o absolutismo. Na verdade o absolutismo representa na vida de Teófilo Otoni, uma circunstância que não corresponde ao meio externo, à realidade política presente, e, acode a um estado de alma muito seu, aliás expressão do seu subjetivismo.

Dois aspectos se revelam no “recalque” de Teófilo Otoni: primeiro, o orgulho, a satisfação que êle sente, quando vence impulsionado pelo demônio, íntimo da sua psicologia de revoltado, formada nas circunstâncias muito especiais da casa de seus pais e no seio de seus parentes; segundo, a necessidade que êle tem de definir a sua peculiaridade de caráter e o ensejo que êle procura para justificá-la com a realidade, isto é, com o meio externo, e com os fatos que presencia.

Em que pese a sua bizzarria psicológica, o estado especial de espírito que se impõe a Teófilo Otoni, é como o demônio em que Sócrates fala, demônio que instiga o veemente dialético cuja celebridade justifica-se pelo papel que teve na história da Filosofia. O famoso político, escravo do seu demônio íntimo, torna-se no maior panfleatório do segundo reinado e é então um sincero, um espírito meticoloso, um homem que como os santos ajusta a sua vida àquilo em que crê.



Se não fôra dominar a alma de Otoni “ídola”, em estado psicológico anormal, um complexo, um duende, uma irrealdade, um estado de consciência por certo evanescente pelo que representa de vago, ela seria perfeita a seguir honesta e fiel o que ditava o seu fôro íntimo. Mas não correspondia ela ao que era a vida realmente, ao que eram os homens, ao que foram as instituições combatidas pelo autor da *Circular*, dirigida aos mineiros.

O Sr. Pinheiro Chagas narra o seguinte episódio da vida do seu coestadano:

“Nesse tempo, o acesso às praças de aspirante e de guarda-marinha, as duas iniciais da carreira, fazia-se por um absurdo critério de nobreza. O ato se fundamentava, não na aristocracia do espírito, mas na do sangue. Os filhos dos “grandes” tinham o direito de assentar praça de guarda-marinha, e os descendentes de quatro avós “nobres” a de aspirante, “isto antes mesmo de se matricularem na Academia”. A gente do povo, sem essas origens, só podia obter a praça de aspirante, conquistando aprovação plena em tôdas as matérias do primeiro ano. Era êste o caso de Teófilo Otoni, paisano e plebeu”.

Sim. Mas advirto eu que êsse absolutismo de outrora de fato atendia aos paisanos plebeus! A justificação do que afirmo está no que narrou o Sr. Pinheiro Chagas quando passa a contar que um tio de Teófilo Otoni dirigiu-se ao Imperador requerendo se conferisse ao sobrinho praça de aspirante graduado, como prêmio dos belos exames prestados. E ainda mais escreve o biógrafo:

“A surpresa de Teófilo foi grande. Êle requêrera a graduação na praça de aspirante, como a outros se concedera. Nem obtivera despacho. Agora, prestados os exames, essa coisa imprevista: aspirante graduado em guarda-marinha. “Nunca houve, nem na armada portuguesa, nem na armada brasileira, nobre ou plebeu que assentasse praça de aspirante graduado em guarda-marinha senão o estudante de que reza aquela portaria”.

O que narra o Sr. Pinheiro Chagas, trouxe-me emocionado com as passagens comoventes da vida e costumes do nosso passado, em que se corrigiam injustiças. Injustiças! Como citá-las se, na organização administrativa arcaica, os defeitos desaparecem diante de

uma interferência hábil do Monarca. E assim onde está pois o absolutismo com o seu caráter de exígua justiça?

Mas, longe de haver absolutismos, Otoni foi bem acolhido em face das superiores qualidades intelectuais com que se apresenta, e é interessante ver a vaidade do que sofreu de algum “complexo” manifestar-se desoprimindo a sua alma ao conseguir êxito no requerimento que fizera: “De cabelos grisalhos, lembrando essa página dos 20 anos, êle escreverá, fiel aos seus começos: “Assim, o primeiro ato de minha vida cívica era um protesto, em nome do princípio de igualdade, consagrado na Constituição, e obtinha, em resultado, uma distinção honorífica: a praça de aspirante graduado em guarda-marinha”.

Otoni se excede no que diz: “o primeiro ato de minha vida cívica era um protesto”! Não sei eu se requerimentos são protestos. Não sei eu se a nova solução de justiça, se a adaptação do Direito é um protesto. A palavra protesto no caso é de mais. Corresponde ela a um estado de alma, a um complexo que revela uma situação personalíssima, e não a realidade. A realidade de fato é essa: a monarquia no Brasil procurou sempre estimular valores. E historiar é analisar essas personalidades do passado, é não ficar apenas com as expressões vagas e impressionantes que soaram em circunstâncias muito especiais. A história não é apenas o repositório das palavras que proferiram não é um florilégio de frases e adjetivos surpreendentes.

Há uma passagem na vida de Teófilo Otoni que o Sr. Pinheiro Chagas não pôde deixar de comentar dizendo: “A inconveniente atitude causa espécie, arrancando entretanto aplausos da massa liberal”! Mas, do ocorrido não dirá só isso, pois trata-se de fato grave: “Aclamado escrutador de uma eleição pelo povo, “é por êste levado em triunfo para a mesa”. E o guarda-marinha Teófilo Otoni, feito escrutador, esquece a sua condição militar, para se transformar em simples cidadão. Como uma questão de ordem afetasse o ministro da Guerra, general Joaquim de Oliveira Álvares, discute-a com calor, propondo que se multasse o ministro”! Não há disciplina militar nesse procedimento do rapaz. Ninguém o abona, e o critica o senhor Pinheiro Chagas. As consequências do moço mineiro se intrometer em política serão as represálias. Mas, desferidas por alguém inexpressivo no Brasil? Nada menos que um ministro. Pelo

marquês de Paranaguá lhe são dadas repetidas ordens de embarque, ora para as costas da África, ora para o Baixo Amazonas. Compreendendo que essas medidas são um castigo à sua atuação política, Otoni desgosta-se e requer baixa da Armada”. De fato as testas coroadas, os “absolutistas” foram sempre generosos com os Otoni; o revide não vinha delas...

De fato. José Elói Otoni, poeta, em tempos companheiro de Bocage, e como êsse satírico agitador da opinião pública, certa vez no seio do turbilhão popular recitava diante de D. João VI os versos que terminavam exclamando:

“A expressão de terror desmaia e foge  
Graças à invicta mão que nos liberta:  
Escravos ontem, sois Romanos hoje”!

Não vejo pois em D. João VI ninguém capaz de criar algum Terror! Não está êle com os homens que encaminham uma época assim. E o resultado dêsses versos qual foi? “Grato à mão que lhe tinha amparado a velhice, José Elói acabara afeiçoando-se ao primeiro Imperador. De sua parte, D. Pedro I desvelava-se no trato do poeta, escrevendo-lhe, freqüentemente, de próprio punho:

“Sr. José Elói,

“Gomide deu-me êsses versos para inscrever num meu retrato, mas acho-lhes muitos palavrões, e quero um dístico seu”.

“Os versos que o senador Gomide oferecera ao Imperador eram êstes:

Brazilae salvator adest hic maximus heros;  
Eterno Petrus nomine notus erit”.

“Em resposta ao pedido imperial, José Elói mandava o dístico:

“Effigies vera loquitur, cum facta loquuntur:  
Consule Brazilian, Petrus ubique sonat”.

“Em 1829, nas festas do casamento imperial, Sua Majestade pedia “ao poeta favorito” alguns versos sôbre “a tão falada rosa, que originou a Ordem da Rosa”. Especificava também “a conveni-

ência de um versinho português para cada quadro que figurava nas diversas faces de uma coluna elevada no Rocio, rodeada pela parte superior de um listrão com as estrelas das armas nacionais”.

Tudo acabou em versos...

Para o demônio a revolver o íntimo de sua alma, para o espírito de reação contra o absolutismo, Teófilo Otoni encontrou, perseguido por um duende, uma realidade em que fixar a idéia obsessiva: o poder moderador. E ia de fato principiar a destruição do regime, arruinando o sistema político em que se consolidara a monarquia.

Espírito socrático impellido por um demônio inquietante, Teófilo Otoni não foi o único a sofrer a obsessão. Outro temperamento semelhante ao dele, é Ferreira Viana, o mais audacioso atacante que feriu a monarquia na pessoa do Monarca D. Pedro II, para entre tanto acabar como anacoreta a viver depois nas ruínas da Jerusalém do seu sonho, criando a religião de um passado morto.

A monarquia brasileira tem uma galeria impressionante dêsses vultos, aliás todos de grande estatura.

Teófilo Otoni foi o panfletário. Ou antes, foi quem encarnou o panfleto na mais alta expressão que êsse gênero demolidor veio a ter no Brasil.

Os golpes que desferiu são de um alcance desmedido.

E no caminho em que se lançou foi o pioneiro imitado pelos panfletários do segundo reinado. O Dr. Daniel de Carvalho, aliás citado pelo Sr. Pinheiro Chagas, apontou a Circular de Teófilo Otoni como sendo o panfleto modelo dos outros panfletos que o seguiram, ou, ao menos, a fonte em que auriram inspiração, idéia, muitos panfletários brasileiros.

Pode-se dizer que a máxima — o rei reina e não governa — é o que preconizava Otoni quando preconizava que se republicanizasse a monarquia.

A federação do Brasil, bandeira de combate para enfraquecer o centrô em que estava a coroa criando-lhe, para confronto, a massa política de cada Estado federado, autônomo, é uma atenuação do poder monárquico. E é idéia de Otoni.

Queria Otoni a monarquia tradição: e conservá-la era o único sinal de respeito por ela.

Não obstante êsse respeito, assestou-lhe os golpes mais certos que se podiam desfechar.



Apresentou-se Otoni como o campeão que atacou a figura de Aureliano e o poder moderador; investiu assim contra a tradição histórica que salvou a monarquia e contra o poder que lhe dava eficiência.

A tradição histórica era Aureliano. Esse estadista até hoje considerado figura misteriosa, representa tão somente tudo que um homem tinha de fazer para salvar o regime, como o afirmou Bernardo de Vasconcelos.

Quando no desamparo em que ficou o trono por causa da abdição de Pedro I, surgiu o padre Feijó, um vulto revolucionário, exigindo poderes afim de pôr a sociedade em ordem, não é essa figura representativa da época que conservará em mãos o fio da meada. Aureliano é que à frente da polícia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro repelirá as agitações de rua, abafará o tumulto, acalma a atmosfera em que a monarquia quase sucumbia asfixiada.

Sossega o povileu; mas querem os partidos políticos implantar uma ditadura que é quase revolucionária, — Aureliano se interpõe nos ministérios, faz parte dos gabinetes até que a política o obriga a se retirar deles.

Mas em tôdas essas funções que exerce, aquele que foi depois Visconde de Sepetiba, representa uma interferência; a da monarquia. Talvez uma força: a do monarca. É a tradição que se impõe de permeio com os elementos políticos então improvisados. E é o princípio monárquico que se firma, adquire expressão, e, ao invés de se apagar, se confirma.

Fora dos gabinetes, Aureliano passaria então ao seio dos partidos, que se consolidavam nas províncias.

Vai êle para a presidência da Província do Rio de Janeiro, reunir a grei liberal; e Chichorro, o seu correligionário principal, fará o mesmo em Pernambuco. Entretanto a revolução Praieira, irrompendo nessa província, compromete a facção de Aureliano encerrando a grande carreira política dêsse estadista com uma decepção geral...

Contudo o princípio monárquico se firmara. E o jôgo político se faria em tôrno dele; e, antes que os liberais se sacrificassem na revolução de 1848, êles ainda propuseram a maioria, golpe insidioso desferido contra os conservadores.



Otoni não esteve pois à frente dessas modificações políticas; mas individualmente denunciava os que representavam um princípio, de que era antagonista, o que estava em jôgo.

Apontava a figura de Aureliano e crivava-o de ironias. Era o Aulico! Vivia Aureliano com um grupinho de outras personagens curiosas formando o *Clube da Joana*.

Como se chegara a êsse estado de coisas, depois da revolução vitoriosa em 7 de abril? Otoni respondia à pergunta. Essa revolução fôra o dia dos tolos: *Journée des dupes*. Dela se retrograde para a monarquia.

Assinalando a principal figura que atravessou a época histórica, qualificando a situação decepcionante, enquadrando assim os elementos principais e os aspectos mais significativos da época em que se firmou a monarquia, Otoni, como panfletário, tocou profundamente na história daquele tempo.

Com acuidade é que movia a sua pena de escritor.

Com temperamento irreconciliável é que fazia política.

Ora, o Sr. Daniel de Carvalho afirmou que Otoni influiu com a sua dialética e a sua imaginação, em todos os panfletários brasileiros que escreveram depois dele. Digamos mais: êle assentou os alicerces em que Joaquim Nabuco firmou o livro famoso *Um Estadista do Império*.

Sou dos que pensam em retificação a fazer a respeito do que Nabuco insinuou sobre Aureliano: figura, no seu dizer, misteriosa. Não há mistério em tôrno dêsse político! Êle é certamente a evidente garantia da monarquia que se implantou no Brasil.

Admito que Otoni combatesse Aureliano, o antagonista, o corifeu da corrente política oposta à sua. Nabuco, entretanto, já desviado do pensamento de Otoni, não sei como ainda lança suspeição sobre Aureliano, não obstante se valer da idéia de Otoni que afirmou: a revolução de 7 de abril foi uma “*journée des dupes*”, para se dizer monarquista convicto do insucesso das revoluções.

O revolucionário que foi Otoni, sofreu, como todo revolucionário, desilusão profunda. O Sr. Pinheiro Chagas é o primeiro a analisar a decepção do seu biografado e nunca um livro deve ser lido com mais atenção que o seu, na passagem em que comenta Teófilo Otoni em reação aos anarquizadores do país.

Mas esse é o trecho em que o Sr. Pinheiro Chagas pormenoriza quanto os revolucionários se enganaram com a revolução, e entre esses está o próprio Teófilo Otoni. A revolução foi a *Journée des dupes!* Joaquim Nabuco tira proveito da expressão lançada por Otoni e generaliza a afirmação para como que concluir: todas as revoluções decepcionam os seus preconizadores, são elas uma situação falsa, um erro, uma perturbação política, um estado de coisas insustentável. Delas se há de regredir.

Mas Teófilo Otoni não almejou apenas a revolução de 7 de abril. A sua vida prossegue agitada. E ele, depois de regredir, de se opor aos anarquistas revolucionários, combate insistentemente o poder moderador, isto é, a interferência da monarquia na política para influir como elemento de equilíbrio.

Queria o país entregue aos partidos políticos, e desejava a monarquia reduzida a uma sombra do passado conservada como sendo uma religião.

Ninguém mais que Teófilo Otoni sugestionou o Brasil a submeter-se então à política dos partidos, política que ele sobrepunha ao poder do monarca. E em que resultou ela? Na competição deles. No combate de um ao outro, para chegar ao poder. Houve assim uma fase de desesperada luta partidária. Com Teófilo Otoni que reage contra a intervenção do monarca na política partidária, está Joaquim Nabuco que segue as idéias de seu pai, o comentador da fórmula — o rei reina e não governa — quer dizer, um rei deve entregar o país à política.

O resultado da política partidária sem peias, sem moderação imposta pela monarquia, está na provocação de graves questões sociais lançadas à liça (como a abolição total da escravidão), da qual resultou a crise que trouxe consigo a República no Brasil. De fato o poder moderador, na monarquia, e o presidencialismo, na República, serviram de ante-mural para conter o embate das facções que ambicionavam o poder, aventureiras.

Dêsse estado de coisas tinha-se de regredir, e o governo de Campos Sales é uma lição evidente a respeito da necessidade de comeder o ímpeto partidário na República trazida com essas questões partidárias, com as quais se teve de haver o país.

Teófilo Otoni tinha gênio de agitador; mas lhe faltava o critério e prudência de estadista. Eis agora a sua vida que resurge descrita

por uma pena de grande mérito, afim de despertar, a nossa reflexão sôbre a sua passagem neste mundo. Foi Otoni uma alma estranha e indomável, e assim revelou quanto um espírito inflamado se gasta em lutas e gasta muita coisa nas lutas travadas.

A sua alma ardente é uma chama que parece não se apagar e entretanto é bom ver quanta cinza existe do que ela queimou.

O livro do Sr. Pinheiro Chagas é um trabalho impressionante, oferecido a quantos perlustram a história do país; entretanto, a vida do Sr. Teófilo Otoni é a expressão de quanto queima o fogo das paixões, e é um exemplo de quantos resultados remotos pode causar um temperamento rebelde a influir vibrante no seio da humanidade.

FEIJÓ BITTENCOURT

\* \* \*

#### “A PARTICIPAÇÃO DA POLÍTICA BRITÂNICA NA DOUTRINA DE MONROE” — por Ernesto Leme

O professor Ernesto Leme, em conferência pronunciada em São Paulo, na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, a 22 de setembro de 1942, versou a respeito d'*A participação da política britânica na doutrina de Monroe*. O tema dessa vez adquire expressão especial, o que não deixa de ser em seu abono.

O ilustre professor da Faculdade de Direito de São Paulo lançou a questão em um terreno em que se não discute apenas o interesse das nações americanas pela doutrina do presidente norte-americano. Essa doutrina representa então um equilíbrio universal, se sobrepõe a tudo, se define na mais alta esfera que pode atingir o pensamento: e representa quando a política atinge a sua expressão máxima e se torna o Direito, porque êste não despreza as razões políticas que tinham adquirido suma significação.

Ninguém pode esquecer o equilíbrio político do mundo, equilíbrio êsse que deve representar uma superior visão das coisas.

O Sr. Ernesto Leme é pois um historiador. Para fundamentar essa visão superior das coisas políticas, êle vai consultar os grandes espíritos que a discutiram. É com esmero que examina e analisa as opiniões. Para quem versara, em 14 de abril de 1941, o *Conceito atual do Panamericanismo*, a nova tese que defendeu é contribuição definitiva em uma doutrina cada dia que se passa mais discutida, e melhor firmada, para o bem da cultura dos povos e da política internacional.

FEIJÓ BITTENCOURT

\* \* \*

**"FRONTEIRAS DO BRASIL"** (Limites com a República da Colômbia) — pelo Cap. Omar Emir Chaves

O capitão Omar Emir Chaves, que trabalhando na fronteira com a Colômbia já prestou relevantes serviços na Comissão de Limites, "como um dos abnegados técnicos da Comissão Demarcadora de Limites do Setor Oeste", concorreu, para o desenvolvimento da Biblioteca Militar, com o trabalho "Fronteiras do Brasil".

Deu então a seu livro a expressão que devem ter os livros de história: definir historicamente o que foram as fronteiras, gizadas pelas nações que competiam e negociavam constantemente a terra que possuíam, ou mesmo pretendiam possuir. O assunto estudado pelo capitão Omar Emir Chaves se desdobra em páginas de história genuína, que narram a política dos países interessados nas fronteiras do nosso país.

Louvamo-lhe a clareza com que êle define as questões de limites do Brasil. Louvamo-lhe o cuidado com que êle desenrola o fio da história dêsses limites, aliás variada e de aspectos que se vão modificando com o tempo.

De comêço as bulas é que regulam as pretensões de maneira incerta e na suposição de terras ainda por encontrar. Depois a posse que não coincide com o traçado vago dos Papas. E finalmente as questões políticas, decisivas, intercorrentes.



Três grandes aspectos foram bem estudados por um official illustrado a quem coube tomar parte nos trabalhos técnicos da demarcação de limites do Brasil com a República da Colômbia. E o livro que êsse militar apresenta recomênda-se pela clareza e maneira precisa de que versou e definiu as questões de fronteiras do Brasil.

FEIJÓ BITTENCOURT

\* \* \*

**“PRIMEIRO ANO DE GEOGRAFIA” — por Mário da Veiga Cabral**

O estudo da geografia, atendendo ao espírito social moderno, tende a se modificar, mesmo nas escolas. Êle começa no ensino primário, de maneira diferente que começava outrora.

Aquele pode-se dizer que atendia ao espírito mercantilista. Atendia-se mais à descrição da superfície da terra como que olhando para as grandes vias comerciais, absorventes da atividade humana.

Ora, êsse comércio considerado isoladamente é uma visão unilateral da vida econômica. Êle de fato já procede das indústrias. Mas essas indústrias se tornaram objeto de exploração do homem europeu depois que êle foi além da fase de comerciar o pano da Índia, a louça da China e do Japão, como tôdas as especiarias do Oriente.

Para êsse europeu comerciante o horizonte intelectual se fechava ao comércio. A posterior industrialização dêsse homem, o levou a uma necessidade de conhecimentos mais vastos em que se estuda a formação da terra com todos os seus depósitos animais e campos de cultura. A atenção da humanidade ficou então voltada de maneira geral para a investigação dêsses elementos de desenvolvimento industrial. Estamos, pois, em uma época de política industrial e não mais sòmente mercantilista: ora a educação da criança já se dirige nesse sentido como se verifica no livro *“Primeiro Ano de Geografia”*, da autoria de Mário Da Veiga Cabral. O autor de tantos livros didáticos, e ilustre professor, se esmerou pois em elucidar, com a gravura e com o texto claro, o que é a *nova geografia*, hoje a interessar os homens da nossa civilização.

FEIJÓ BITTENCOURT



## REVISTA DE LIVROS

Jaime Cortesão — *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. — Edições Livros de Portugal Ltda. Rio de Janeiro, 1943.

Documento fundamental para a história do descobrimento do Brasil, a carta do escrivão Pero Vaz de Caminha constitui a “certidão de batismo” do país, ao mesmo tempo que insubstituível relato do acontecimento, precioso por todos os títulos. Filiada ao gênero tão habitual à época, das narrativas de viagem, sua interpretação como peça literária e como documento histórico tem oferecido, até agora, ocasião para numerosas divergências, às vezes em pontos essenciais. Embora alguns dos mais notáveis historiadores e filólogos brasileiros e portugueses tenham se dedicado à tarefa de estudar o magnífico depoimento — e entre eles destacaremos Capistrano de Abreu, Carolina Michaelis e João Ribeiro — nenhum foi tão longe quanto o Sr. Jaime Cortesão, na análise ora realizada no volume inicial da “Coleção Clássicos e Contemporâneos”, da editora Livros de Portugal Ltda. Corrigindo todas as versões anteriores, fundamentadamente, com elas concorda, entretanto, quando se faz necessário, o ilustre historiador português. Trata-se, portanto, de um estudo crítico que coloca sob novos aspectos, todos fartamente comprovados, esse “auto do nascimento do Brasil e do Novo Mundo”, como o classifica o autor.

Em duas grandes partes está dividido o trabalho do Sr. Jaime Cortesão. A primeira, dedicada a “O autor e a obra”, estuda, sucessivamente, “A Carta de Caminha e a literatura de viagens”; a “História da Carta”; “Caminha, Cidadão do Porto”; “O descobrimento”, e, afinal, “A Terra Nova e o Homem Novo”. A segunda parte, de-

dicada à “Transcrição e exégese da Carta”, contém, em papel *couché*, para seu meticuloso estudo, a reprodução *fac-similar* do documento, acompanhada, página a página e linha por linha, de respectiva leitura paleográfica. Sua adaptação à linguagem atual, diferente e superior, em muitos pontos, às versões anteriores, aliada a abundantes e eruditas notas, encerra o inestimável estudo do Sr. Jaime Cortesão, destinado a constituir, de agora por diante, peça essencial à historiografia brasileira.

HELIO VIANNA.

\* \* \*

De Paranhos Antunes — *O Pintor do Romantismo* (Vida e obra de Manuel de Araujo Pôrto-alegre — Zelio Valverde, Livreiro-Editor. Rio de Janeiro, 1943.

Entre os artistas e poetas brasileiros do século passado, o lugar ocupado pelo Barão de Santo Ângelo não é, certamente, dos menores, embora à primeira vista lhe faltem elementos para a consagração fácil das multidões, habituadas a só identificar como grandes representantes das artes e letras os autores de obras duradouras, que o tempo não consiga apagar da lembrança de sucessivas gerações.

Não sendo êste o caso de Manuel de Araujo Pôrto-alegre, entretanto pintor, escultor, decorador, professor, polemista, crítico de arte, poeta, jornalista, epistológrafo e afinal agente consular, dos mais notáveis que temos tido — andou muito bem o Sr. De Paranhos Antunes em reviver-lhe a curiosa biografia, no trabalho significativamente intitulado *O Pintor do Romantismo*.

Amplamente documentado, revelando minuciosas pesquisas e recurso às mais variadas e trabalhosas fontes, enriquecido, ainda, de excelentes ilustrações, o terceiro volume da Biblioteca das Grandes Biografias, há pouco lançado pelo inteligente livreiro-editor Sr. Zelio Valverde, constitue preciosa contribuição à história das belas-artes e da literatura brasileira durante o Império.

HELIO VIANNA.

\* \* \*

*Anuário do Museu Imperial* — 2.<sup>o</sup>  
Volume. 1941. — Imprensa Nacional.  
Rio de Janeiro, 1943.

Quasi todos os órgãos do Ministério da Educação e Saúde estão hoje editando publicações do maior valor para o conhecimento das atividades culturais que lhes estão afetas. A Biblioteca Nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional do Livro, a Casa de Rui Barbosa e os diversos Museus oficiais nessa tarefa editorial se empenham devotadamente, sem prejuízo de suas atribuições próprias, pelo contrário ampliando-as, por atingir um público mais numeroso que o formado por seus frequentadores.

A essas instituições veio juntar-se o Museu Imperial, em 1940 organizado na cidade de Petrópolis, tendo em vista recolher e estudar o material histórico, iconográfico e artístico referente ao Brasil monárquico, de D. João VI a D. Pedro II. O segundo volume de seu *Anuário*, referente ao ano de 1941, constitue mais uma prova da feliz iniciativa do governo federal, criando o Museu, bem como da superior orientação que lhe vem emprestando o respectivo diretor, Sr. Alcindo Sodré.

“D. Pedro II — Aspectos de sua personalidade” — é o trabalho que abre o *Anuário do Museu Imperial*, interessantíssima conferência pronunciada pelo Sr. Wanderley Pinho no Instituto Histórico de Petrópolis, a 2 de dezembro de 1939, aniversário do Imperador.

“As duas últimas festas da monarquia — Bodas de prata de Suas Altezas Imperiais — O Baile da Ilha Fiscal”, minucioso trabalho do Sr. Francisco Marques dos Santos, aparece mais adiante, com original documentação iconográfica.

“A elevação de Petrópolis a cidade” — estudo histórico pelo Sr. Mesquita Pimentel; “Imperatriz Amélia”, excelente contribuição, esplendidamente ilustrada, para a biografia da segunda esposa de D. Pedro I, pelo Sr. Alcindo Sodré; “Uma cerimônia na Córte, em 1864 — O casamento da Princesa Imperial”, de acôrdo com pesquisas realizadas pelo Sr. Lourenço Luiz Lacombe; “Louça da Companhia das Índias”, meticoloso trabalho de outro funcionário do Mu-

seu, o Sr. Alfredo Teodoro Rusins — são mais alguns trabalhos de colaboração incluídos no *Anuário* e que bem mostram como já vem dando bons resultados a elevação do Museu à categoria de verdadeiro centro de estudos do Brasil antigo.

Documentos sôbre a construção do Palácio Imperial de Petrópolis — o único construído para sua residência por um soberano do Brasil — onde tem sede o Museu, também foram transcritos no *Anuário*, em parte fornecidos pelo Sr. Américo Jacobina Lacombe, diretor da Casa de Rui Barbosa, extraídos do arquivo particular do Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, um dos fundadores da Cidade Imperial e mordomo de D. Pedro II.

Na secção intitulada “Arquivo do Museu Imperial”, aparecem diversos documentos relativos ao Conde d’Eu, por ordem do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, especialmente copiados para o Museu. Contêm a minuciosa resposta pelo marechal Gastão de Orléans, como ex-comandante em chefe do exército imperial na guerra do Paraguai, dada a um pedido feito pelo Ministério da Guerra, em 1872. Revelam, amplamente, o profundo conhecimento que de nossas necessidades militares e de suas mais convenientes soluções possuía o espôso da Princesa Imperial do Brasil.

Não é preciso dizer mais para que se possa concluir pelo mérito de uma publicação como o *Anuário do Museu Imperial*.

HELIO VIANNA.

---

---

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### Livros recebidos no mês de abril de 1943

*Laguna* — A grande Epopéia — C. de Paula Barros — Editora Henrique Velho — Empresa A Noite — Rio — 1943.

*Las Tierras de los Indios em los Estados Unidos* — Allan G. Harper — The National Indian Instituto — Washington — 1943.

*Subsidios para a História Marítima do Brasil* — Vol. IV — Ministério da Marinha — Imprensa Naval — Rio de Janeiro — 1942.

*Congresso Nacional de Ciências da População* — Discurso na Sessão de Inauguração — A. A. Mendes Correia — Imprensa Portuguesa — Pôrto — 1940.

*Fontes Antiquitatum Portucalensium* — A. A. Mendes Correia — Empresa Industrial Gráfica do Pôrto — 1940.

*Introduccion a la Historia* — Gustavo Adolfo Mejia Ricart — Empresa Listim Diário — Ciudad Trijillo — R.D. — 1940.

*Vidas Argentinas* — Octavio R. Amadeo — n. 5 da Coleção Brasileira de Autores Argentinos — tradução de J. Paulo de Me-deiros — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942.

*A Nova Geração Intelectual da Baía* — Aditamento ao ensaio Letras Baianas — Alexandre Passos — Irmãos Pongenti Editores — Rio de Janeiro — 1943.

*Da Raça e do Espírito* — Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto — A. A. Mendes Corrêa — Imprensa Portuguesa — Pôrto — 1940.



*Vultos e Assuntos de Destaque* — Francisco Mendes Pimentel Filho — Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1943.

*Vamos ferir e ferir a Fundo* — Artigo de Franklin D. Roosevelt — Publicado pelo Escritório de Coordenador de Negócios Interamericanos — 1943.

*Mensaje Presidencial a la Asamblea Nacional* — 1943.

*Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil* — Anais da Faculdade de Ciência do Pôrto & A. A. Mendes Correia — Imprensa Portuguesa — Pôrto — 1938.

*Da Pré-História Portuguesa* — Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto — A. A. Mendes Corrêa — Imprensa Portuguesa — Pôrto — 1940.

*Chino y Ottos Cuentos* — Cuadernos Literários de la Asociacion de Escritores Venezolanos. — Urich — Editorial — Elite — Caracas — 1942.

*Pequeno Atlas Estatísticos do Café* — n. 7 — Dep. Nac. do Café — Rio — 1943.

*História da Companhia de Jesús* III e IV volumes — Padre Serafim Leite — Imprensa Nacional — Editado pelo Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro — 1943.

*Bibliografia Brasileira (1938-1939)* — Instituto Nacional do Livro — Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1941.

*Guia das Bibliotecas Brasileiras* — Instituto Nacional do Livro — Oficinas do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1941.

*Bibliografia das Bibliografias Brasileiras* — Antonio Simões dos Reis — Rio de Janeiro — 1942.

*Instruções para a organização das Bibliotecas Municipais* — Serviço Gráfico do Ministério da Educação — Rio de Janeiro — 1940.

*Bibliografia de Gonçalves Dias* — M. Nogueira da Silva — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942.

*Dicionário Greco-Português* — Rudolf Bolting — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941.

#### Maio de 1943

*História da República Jesuítica do Paraguai*, pelo Cônego João Pedro Gay — Ministério da Educação e Saúde — Imprensa Nacional — 1942.

✓ *Catecismo Kiriri* — pelo P. Luiz Vicêncio Mamiani — Ministério da Educação e Saúde — Imprensa Nacional — 1942.

*Origines de la Hacienda em Venezuela* (documentos inéditos) Ministério das Relações Exteriores da Venezuela — Imprensa Nacional — 1942.

*Cartas de Santander* — Edicion del Gobierno de Zenezuela — Vicente Lecuna — Lit. Tip. del Comércio — 1942 — 3 volemcs.

*Corografia Brasília* (Edições Cultura) Aires de Casal — São Paulo — 1943.

*O lugar de Cruz e Souza no movimento Simbolista* — Roger Bastide — Imprensa Oficial do Estado — Florianópolis — 1943.

*O Pensamento Político do Presidente* (19 de abril) — Separata de Cultura Política — Rio de Janeiro — 1943.

*Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava* (Edição comemorativa de 250°).

*Artur Martins Franco* — Edição do Museu Paranaense — Curitiba — 1943.

*Publicações do Ministério da Agricultura* — Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul.

*Contribuição para o conhecimento da Brusone do Arroz* — Pôrto Alegre — 1939.

*Contribuição para o estudo do fenômeno da Amarelidão nos trigais do Sul do Estado do Rio Grande do Sul* — Maximiliano von Parseval — Pôrto Alegre — 1939.

*Discurso pronunciado pelo agrônomo Ataliba F. Paz* — Pôrto Alegre — 1940.

*Seleção ovina* (Conferência) por Manoel M. Matos — Pôrto Alegre — 1940.

*Anais da 1.<sup>a</sup> Exposição Estadual de Lãs* — Pôrto Alegre — 1940.

*As Perspectivas da Cultura do trigo no Brasil* — Pôrto Alegre — 1940.

*Caulim Varvítico, Postglacial, do Rio Pardo* — Estado do Rio Grande do Sul — por Vitor Luiz — Pôrto Alegre — 1941.

*Principais doenças dos Ovinos*, por Outubрино Correia — Pôrto Alegre — 1941.

*O Terneiro e sua Patologia* — pelos Drs. Outubрино Correia e Milton Quintana — Pôrto Alegre — 1941.

*Doenças da Cebola (Allium cepa L.)* — J. P. da Costa Neto —  
Pôrto Alegre — 1941.

*O Contrôlo arsenical do Banho Carrapaticida* — Milton Guerreiro — Pôrto Alegre — 1941.

*Aspectos Econômicos da Ovicultura Riograndense*, por G. Veloso N. Vieira — Pôrto Alegre — 1942.

*Dois novos Trigos (Conferência)* por Iwar Beckman — Pôrto Alegre — 1942.

*Principais doenças dos Suínos* — Outubrino Correia — Pôrto Alegre — 1942.

*Experiência de Engorda de Novilhos em Campo Nativo* — Pôrto Alegre — 1942.

*Os perigos do Carbúnculo Hemático* — Valdemar Peixoto de Oliveira — Pôrto Alegre — 1942.

*Notas sobre a Enxertia e Afinidade da Videira* — J. Wagner Martins — Pôrto Alegre — 1942.

*Pastagens para Suínos* (2.<sup>a</sup> edição) Anacreonte Ávila de Araújo — Pôrto Alegre — 1939.

*A Cultura do Azevem* — por Júpiter Borne — Pôrto Alegre — 1939.

*O Problema do trigo* — Iwar Beckman — Pôrto Alegre — 1939.

*Forrageiras para Verão e Outono* — Anacreonte Ávila Araújo — Pôrto Alegre — 1940.

*A Raça Bovina Normanda no Estado do Rio Grande do Sul*, por Ataliba de Figueiredo Paz — Pôrto Alegre — 1939.

*Considerações econômicas sobre os trabalhos agrícolas na zona fronteira*, por Alcindo Flores Cabral — Pôrto Alegre — 1939.

*Organização de Pomares*, por Álvaro Xavier — Pôrto Alegre — 1940.

*Cultura da Erva Mate no Rio Grande do Sul*, por Álvaro Xavier — Pôrto Alegre — 1939.

*Adubos Verdes* — Outubrino Correia — Pôrto Alegre — 1939.

*Forrageiras para Inverno e Primavera*, por Anacreonte Ávila de Araújo — Pôrto Alegre — 1939.

*Erosão dos Solos*, por Labieno Jobim — Pôrto Alegre — 1941.

*O transplante do arroz*, por Francisco Gonçalves Flores — Pôrto Alegre — 1938.

*O Problema do Trigo no Rio Grande do Sul* — Pôrto Alegre — 1939.

*Recomendações aos citricultores-exportadores* (Circular n. 2).

*Instruções para a inscrição no Registo de Agricultura, Criadores Profissionais de Indústria Conexas* — Pôrto Alegre — 1938.

*Registo de Granjas e tambos que fornecem leite à Capital do Estado.*

*Viveiros para fumo* — Pôrto Alegre — 1939.

*Laboratórios Agronômico e Biológico* — Pôrto Alegre — 1939.

*Combate às moléstias da cebola* — Pôrto Alegre — 1939.

*Moléstias e pragas das plantas cultivadas na zona de Irai* — Pôrto Alegre — 1933.

*Para o combate às Mormídeas dos arrozais na primavera* — Pôrto Alegre — 1934.

*Sôbre o combate aos gafanhotos Migratórios* — Pôrto Alegre — 1936.

*Notas sôbre a Cultura da Mamoneira* — Pôrto Alegre — 1937.

*Breves Indicações para a Cultura do Trigo* — Pôrto Alegre — 1937.

*Instruções para a colheita de amostras de solas para fins Edafológicos* — Pôrto Alegre — 1937.

*Instruções para o Cultivo da Cana de Açúcar* — Pôrto Alegre — 1937.

*O Feijão soja e seus usos caseiros* — Pôrto Alegre — 1938.

*O Combate ao Morcêgo Hematófago* — Pôrto Alegre — 1938.

*A plantação do capim qui-qui* — Pôrto Alegre — 1939.

*Algumas notas sôbre a cultura da alpiste* — Pôrto Alegre — 1939.

*Plantação Racional das Videiras* — Pôrto Alegre — 1940.

*Novas variedades de trigo criadas na Estação Experimental fitotécnica da fronteira* — Pôrto Alegre — 1941.

*Vida Intelectual nos Estados Unidos* (vol. 1.º) Editora Universitária — São Paulo — 1943.

*Getúlio Vargas e a Liberdade no Estado Nacional* — Conferência do Dr. Francisco de Paula Leite Otíctica Filho — Rio de Janeiro — 1943.

*Atlas Estatístico do Café* — organizado por Carlos Augusto Ribeiro — Campos — Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro — 1941.

### Junho de 1943

*Jefferson* — A Propósito do 2.<sup>o</sup> Centenário do seu nascimento — Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda — São Paulo — 1943.

*Município de São Jerônimo* (Monografia) A. Sinch — Edit. Livraria Andradas — Pôrto Alegre — 1943.

*Santos* — (Cidades Históricas de São Paulo) — Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda — São Paulo — 1943.

*Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores organizado pelo cônsul Sérgio Correia da Costa* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1943.

*Un ejemplo de Instalación Humana en el Valle Calchaquí* — Romualdo Ardissonne — Imprensa Lopez — Buenos Aires — 1942.

*La Glaciación Diluvial de los Nevados del Anconquiá* — (parte austral, por Guillermo Rohmeder — Imprensa Lopez — Buenos Aires — 1942.

*Marcilio Dias* — Imperial Marinheiro, por Dídio Costa — Eitor Mundomar Ltda. — Rio de Janeiro — 1943.

*A Pintura Norte Americana*, por Sérgio Milliet — Livraria Martins Editora — São Paulo — 1943.

*O Pintor do Romantismo* (Vida e obra de Manuel de Araújo Pôrto-alegre, por De Paranhos Antunes — Liv. Editora Zélio Valverde — Rio — 1943.

*A Carta de Pero Vaz de Caminha*, por Jaime Cortezão — Editora Livros de Portugal — Rio de Janeiro — 1943.

### Revistas recebidas no mês de abril

*Boletim Bibliográfico Mexicano* — Septiembre 30, 1942 — México D. F.

*The Pan American Book Shelf* — Vol. VI, n. 1, January, 1943.

*Liga Marítima Brasileira* — Fevereiro de 1943 — Rio.

*Brazilian American* — 6 de março de 1943 — Rio de Janeiro.



*Boletín de la Sociedad Chilmanense de Estudios Históricos* — Diciembre, 1942 — n. 7.

*Boletín de la Sociedad Chilmanense de Estudios Históricos* — Enero, 1943, n. 8.

*Revista Juan Diego* — Noviembre, 1942 — Cuernavaca, Mor.

*The United Nations Review* — January, 15 — 1943 — Volume III, n. 1.

*The United Nations Review* — February, 15 — 1943 — Volume III, n. 2.

*Bulletin of the New York Public Library*, vol. 47 — January, 1943. N. Y.

*Boletim do Círculo de Técnicos militares* — Dezembro, 1942, n. 14, ano 4 — Rio.

*Boletín de la Sociedad Bolivariana de Panamá* — Junio, 1942, n. 35 — Panamá.

*Boletín de la Sociedad Bolivariana de Panamá* — Diciembre, 1942 — Panamá.

*American Indígena* — México, D. F., Enero, 1943, n. 1, volume III.

*The Geographical Journal* — Vol. C, ns. 5, 6, november e december, 1942.

*Cervantes* — año XVII, Diciembre, 1942 — Habana — Cuba.

*Boletín del Instituto de Investigaciones históricas* — (Índice del tomo XXII) año XVI, ns. 73 e 76.

*Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, ns. 101 e 102 — Janeiro e fevereiro de 1943 — Rio.

*The Geographical Journal* — October, 1942 — V C, n. 4 — London.

*News Bulletin* — Eighteenth, Volume — December, 1942, n. 3 — New York.

*News Bulletin* — Eighteenth, Volume — January and March, 1, 1943 — New York.

*Geographical Review* — Volume XXXII, 1942 — New York.

*Boletín Bibliográfico Mexicano* — Outubro, 31, 1942 — México, D. F.

*A Grã Bretanha de Hoje* — ns. 59 e 60 — Outubro e Novembro, 1942.

*Bulletin of The New York Public Library* — December, 1942  
— Vol. 46, n. 12.

*Correio do Departamento de Cooperação Intelectual* — União  
Panamericana — março — 1943.

*Third Annual Repport of the United States* — 1941 — 1942.

*Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil*, por Mendes  
Correia — Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto.

*Anales de la sociedad de Geographia de la Guatemala* — n. 2,  
tomo XVIII — Diciembre — 1942.

*Boletin del Archivo Nacional*, n. 110, Caracas — Mayo y Junio  
de 1942 — Venezuela.

*Boletin del Archivo Nacional* n. 111, Caracas — Julio y Agosto  
de 1942 — Venezuela.

*Revista Nacional de Cultura*, n. 35 — Edição del Ministerio de  
Educação Nacional — Caracas — Venezuela — Diciembre, 1942.

*The Hispanic American Historial Review* — Noviembre, 1942  
— North Carolina, U.S.A.

*Annual Repport of the American Historical Association* — 1940  
— Washington — 1941.

*Boletim da União Panamericana* — Janeiro, fevereiro e março  
— 1943.

*Boletin de la Academia Nacional de Historia*, vol. XXII —  
Quito, Julio e Diciembre de 1942.

*Revista Brasileira de Estatística* — Ano III, n. 12 — Outubro  
e Dezembro de 1942 — Rio.

*Revista Franco Brasileira*, n. 110, março de 1943 — 10.º ano.

*Boletin informativo* — Republica del Ecuador — Min. das Rel.  
Ext., Quito — Enero — 1943.

*Eslabon* — Ano II, n. 4 — 1942 — Quito, noviembre — 1942.

*Ingenieria Internacional Construcccion* — Diciembre de 1942.

*Revista del Ateneo Paraguayo* — Ano 2, n. 7.

*Brazilian Americana* — 10 de abril de 1943 — Rio de Janeiro.

*The Inter* — Allied Review — Vol. II, n. 12 — December,  
1942.

*Em Guarda* — Ano 2 — n. 4 — 1943.

*Boletim Linotípico* — Brooklin — Nova York, E. U. A. — Out.,  
nov., dez., 1942.

- British Book News*, n. 2, december, 1942 — London.
- Instituto de América* — Año I, tomo I, Enero de 1943, n. 5.
- Anais da Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuitas* — Ano V, vol. V — 1942 — Rio de Janeiro.
- Brazilian American* — 17 de abril de 1943.
- Ministério da Viação e Obras Públicas* — Boletim do Pessoal — 31-3-943.
- Revista das Academias de Letras* — órgão da federação das Academias de Letras — ano 1943, n. 43 — Rio de Janeiro.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — tomo XXV, n. 99 — Caracas.
- Em Guarda* — ano 2, n. 6 — 1943.
- Boletín de Historia y antigüidades* — Bogotá — Novembre de 1942.
- Revista del Banco de la República*, 6, Enero de 1943 — Colombia.
- Brazilian Americana* — 24 de abril de 1943 — ano XXV, volume 47, 1934 — Rio.
- Monitor Mercantil* — 17 de abril de 1943 — Rio de Janeiro — Vol. LV, n. 1394 — Ano XXVIII.
- Nação Brasileira* — Ano XXI — Abril, 1943 — 236.
- Educación* — n. 21, Caracas — Venezuela — Octubre, noviembre — 1942.
- Boletín del Centro Histórico Larense* — bo III — terceiro trimestre.
- Ingenieria internacional* — Indústria — Febrero de 1943.

#### Maio de 1943

- Arquivo de Direito Militar* (ano 7, set. a dez. e 1942), n. 2 — Rio.
- Boletim do Ministério do Trabalho*, n. 103 — março de 1943.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — Rio de Janeiro — 1943.
- Em Guarda* — Ano 2 — n. 3.
- Informaciones Argentinas* — Buenos Aires — 15 de Marzo de 1943.

*Boletim de Obras sanitárias de la Nación* — Ano VII — Buenos Aires, n. 69 — março de 1943.

*Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — ano III — Outubro de 1942 — n. 12 — Imprensa Nacional.

*Brazilian American* — 1.º de maio de 1943.

*Estudos Brasileiros* — Ano III — Vol. 24 — Maio — Junho de 1942.

*Revista do Arquivo Municipal* — LXXXVII — Prefácio de São Paulo — 1942.

*Revista de Imigração e Colonização* — Publicação Trimestral — Ano IV, n. 1 — Março de 1943.

*O Teosofista* — Janeiro e fevereiro — 1943.

*Educación* — febrero y marzo de 1943 — Caracas — Venezuela.

*Indians at Work* — Volume X, ns. 2 e 6.

*The Hispanic American Historical Review* — february, 1943 — North Carolina.

*Endeavour* — volumen 1 — n. 4 — Outubro, 1942.

*I. B. M.* — Março — 1943.

*Liga Marítima Brasileira* — Março de 1943 — ano XXXVII — n. 429 — Rio.

*O Brasil de hoje, ontem e amanhã* — ano III, ns. 34, 35, 36, 1943.

*Estudos e Conferências* — n. 19 — DIP.

*Dos Jornais* — ano III — n. 21 — fevereiro de 1943 — DIP — Rio.

*Dos Jornais* — ano III — n. 22 — março de 1943 — Dip — Rio.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina* — ano de 1942 — 1.º semestre.

*Revista da Academia Brasileira de Letras* — Anais de 1942 — julho a dezembro.

*Revista Brasileira* — Ano III — n. 5 — março de 1943 — Rio de Janeiro.

*Boletim do Conselho Nacional de Geografia* — Ano 1, n. 1, abril de 1943.

*Ideas* — U. de A. — Revista Estudiantil Independente — Medellín (Colombia) — Setembro de 1942.

*C. Y. M.* — Revista de Ciência y Medicina — Publicação de Medellín — Colombia — n. 14 y 15.

*Cuadernos de La Facultad* — Ediciones di la Revista Cym — ano II, ns. 6 e 8.

*Boletín de Historia y Antigüidades* — ns. 335 e 336 — volume XXIX — Bogotá. — Colômbia.

*Revista del Banco de la República* — novembro de 1942 — Colombia.

*Revista del Banco de la República* — dezembro de 1942 — Colombia.

*Universidad Católica Bolivariana* — agosto a novembro de 1942 — Vol. VIII — ns. 27 e 28.

*Universidad de Antioquia* — Medellín — Colombia — agosto e setembro de 1942.

*Universidad de Antioquia* — Medellín — Colombia — novembro — n. 55.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* — ano XXII — 3.º e 4.º trimestre — n. 87.

*Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Ano XVIII — Janeiro — n. 191.

*Brazilian American* — 15 de maio de 1943 — Rio.

*Memórias do Instituto Osvaldo Cruz* — Ano 1942 — tomo 37 — fasc. 4 — Rio.

*Atlântico* — Revista Luso-Brasileira — Rio de Janeiro n. 2 — 1942.

*A Guerra Ilustrada.*

*The Bookseller* n. 1942 — february 25th — 1943.

*Nação Brasileira*, Ano XXI — n. 237, maio 1943 — Rio.

*Revista Duperial do Brasil* — março — abril — 1943 — n. 12 — Rio.

*O Sonho do Alemão* — (Propaganda).

*Ciência Política* — Boletim — Fasc. II, Vol. VI — Rio, março — 1943.

*Ciência Política* — Boletim — Fasc. I, Vol. VI — Rio, fevereiro — 1943.



*Boletim do Museu Nacional — Zoologia — n. 1 — janeiro de 1942 — Rio.*

*Boletim do Museu Nacional — Zoologia — n. 2 — outubro de 1942 — Rio.*

*Boletim do Museu Nacional — Zoologia — n. 3 — dezembro de 1942 — Rio.*

*Boletim do Museu Nacional — Zoologia — n. 4 — dezembro de 1942 — Rio.*

*Boletim do Museu Nacional — Antropologia — n. 1 — outubro de 1942 — Rio.*

*Revista do Clube de Engenharia — vol. IX — n. 84 — Rio.*

### Junho de 1943

*Revista Brasileira de Música — vol. VIII — 1942.*

*Rodovia — Ano VI — maio de 1943 — n. 40.*

*Moçambique — documentário trimestral — n. 32 — dezembro — 1942.*

*Revista Numismática — órgão da Sociedade Numismática — São Paulo — 1942 — Ano X — ns. 1 a 4.*

*Bulletin of the Pan American Union — August — 1937.*

*Revista da Liga Marítima Brasileira — Ano XXXVII — número 430.*

*Ocidente — Revista Portuguesa Mensal — Março — vol. XIX — 1943 — n. 59.*

*Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas.*

*Revista I. B. M. — Rio de Janeiro — abril de 1943 — número 4.*

*Revista Nacional — Ministério da Instrução Pública — año VI — Febrero, 1942 — Montevideú.*

*Informaciones Argentinas — n. 73.*

*Boletim do Serviço Federal de Águas e Esgotos — n. 7.*

*A Defesa Nacional — 10 de maio de 1943 — n. 348.*

*Revista da Faculdade de Direito — Volume XXXVII.*

*Vozes de Petrópolis — Revista Católica de Cultura — 1943 — Vol. 1 — Fasc. 3.*

*Agronomia — Revista — janeiro a março de 1943 — Ano 2, n. 1, vol. 2.*

*Cadernos* — Biblioteca da Academia Carioca de Letras — Rio de Janeiro.

*Revista das Academias de Letras* — Rio, n. 44 — março e abril de 1943 — Rio de Janeiro.

*Boletín de Historia y Antigüedades* — Bogotá — diciembre, 1942 — Colombia — n. 338.

*Revista del Banco de la República* — feb. 1943 — Colombia.

*Gênio Latino & Organo de Cultura e Propaganda* — Ano XIV n. 103 — feb. 1943.

*Boletín del Archivo Nacional* — n. 112 — Caracas — Venezuela — nov. e diciembre, 1942.

*Anales de la Academia Nacional de Artes y Letras* — tomo XXIII — out., 1941.

*Estudio* — Organo del Centro de Historia de Santander — n. 124 a 129.

*Estudio* — Organo del Centro de Historia de Santander — n. 130 a 132.

*Annual Repport of the Americana Historical Association* — 1941.

*Selected List of Books in English* — By U. S. Authors.

*Boletín de la Academia Nacional de Historia* — Quito — XXI — n. 57 — Ecuador.

*Annual Rapport for 1942* — By Nicholas Murray Butter.

*Anais do Arquivo da Marinha* — Ano IV — Junho, 1943 — n. 3.

*Venezuela* — Diciembre — 1942 — n. 9.

*Think* — April — 1943.



## NOTICIÁRIO DO INSTITUTO

### SÓCIOS FALECIDOS

Desde a última sessão solene anual de 1942 (21 de outubro) — o Instituto Histórico teve as suas fileiras desfalcadas dos seguintes sócios: Prof. Rodolfo Rivarola, Dr. José Joaquim Seabra, Embaixador Afrânio de Melo Franco e Max Fleiuss.

*Professor Rivarola (argentino).* Nasceu na vila de Rosário, na província de Santa Fé, a 18-12-1857. Teve os seguintes trabalhos publicados: "*Declaración y efectos jurídicos de la quiebra*"; *Exposición y crítica del Código Penal de la República Argentina* (1890); *La Justicia en lo criminal. Organización y procedimiento* (1899); *Instituciones de derecho civil argentino* (1901); *Derecho Penal Argentino. Parte general y de la Legislación actual comparada con las reformas proyectadas y con legislaciones de lengua española* (1905); *Partidos políticos unitario y federal, Ensaio de política* (1905); *Del regimen federativo al unitario. Estudio sobre la organización política argentina. En apendice; La justicia de la capital; La política argentina despues de la muerte de Mitre. La nacionalidad argentina y la concesión de derechos políticos a los extranjeros* (1908); *Reunión constitucionale de los ministros* (em colaboración (1911); *El Presidente Saenz Peña en la moralidad política argentina* (1914); *Filosofía Política Histórica* (1917); *Mitre, una decada de su vida política* (1852-1862); *Ensayos sobre la formación de su personalidad nacional* (1921); *La Constitución Argentina y sus principios de etica política. En ocasión del 75º aniversario de la era constitucionale* (1928); *Diccionario Manual de Instrucción Cívica y Práctica Constitucional* (1934); *La Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales y su*

*sección de Pedagogia* (1906, 1907 e 1908); *La segunda enseñanza y la Universidad*.

Em 1937, o professor Rivarola esteve no Rio, onde foi grandemente homenageado pelos órgãos expressivos da nossa cultura — entrando em 15 de dezembro para sócio honorário do Instituto Histórico. Em 1938 veio especialmente da Argentina para tomar parte no 3.º Congresso de História Nacional, que comemorou o Centenário do Instituto. Faleceu em Buenos Aires a 11 de novembro de 1942.

*Dr. José Joaquim Seabra.* Nasceu na Baía a 21 de agosto de 1855. Professor de Direito no Recife, no começo do carreira. Político e parlamentar. Ministro da Justiça na presidência Rodrigues Alves (1902) e da Viação no Govêrno do marechal Hermes (1910). Governador da sua terra natal (1912). Deputado e senador federal. Tomou parte na Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Foi eleito sócio honorário do Instituto Histórico em 28 de abril de 1905, em virtude de proposta apresentada em 24 de março do mesmo ano. A eleição justificou-se com a construção pelo govêrno, durante a sua administração na pasta da Justiça do edifício do Sylogêo — onde mais tarde veio a se instalar o Instituto Histórico.

*Embaixador Melo Franco.* Nasceu em Paracatú (Minas Gerais), em 1870. Jurista, político e diplomata. Foi deputado estadual e depois federal, pelo seu estado natal — em cerca de 30 anos de mandato eletivo. Representou o Brasil em diversas assembléias internacionais: Washington (1921), Santiago do Chile (1923) e Lima. Esteve como embaixador do Brasil, na Liga das Nações (1926) e, na Conferência de Montevideu (1936); secretário das Finanças em Minas em 1919 e ministro da Viação no Govêrno interino de Delfim Moreira. Foi ainda ministro das Relações Exteriores do govêrno provisório que se constituiu logo após a vitória da Revolução em outubro de 1930 — sob a chefia do Sr. Getúlio Vargas, permanecendo nesse pôsto até meados de 1934. Foi, com êxito ruidoso, o mediador feliz no conflito entre o Perú e a Bolívia, solucionando a questão de Laetitia.

Exercia ultimamente a presidência da Comissão Jurídica Inter-americana — honroso pôsto em que a morte o colheu a 1 de janeiro dêste ano.



Trabalhos publicados: *Guido Thomaz Marlière* (ensaio histórico); *Pela Fraternidade Continental Americana* (Discursos e entrevista em B. Aires — 1924); *Discursos* — além de inúmeros pareceres e monografias jurídicas, oriundos de trabalhos parlamentares e forenses.

Entrou para o Instituto Histórico como sócio correspondente, a 11 de maio de 1912 — justificou-lhe o ingresso um estudo: "*Homenagem a Barão do Rio Branco*" em proposta de 23 de abril — assinada pelos sócios: Max Fleiuss, Manuel Cicero, Artur Guimarães e Carl Lix Klett. O parecer, de 2 de maio, da Comissão de história, está assinado por Clovis Bevilacqua (relator), B. F. de Ramíz Galvão e Viveiros de Castro. O da comissão de admissão, de 11 de maio, está assinado pelos sócios: A. C. Gomes Pereira (relator) Antônio Olinto e Barão de Alencar. No discurso de posse percorreu sobre *Cláudio Manoel da Costa*.

Em sessão de 27 de maio de 1912 foi aprovada por unanimidade a sua transferência para sócio efetivo do Instituto.

*General Agustin P. Justo* (argentino) Nasceu em Concepción del Uruguay, na Província de Entre Rios, em 26/2/1876. Militar, político e homem de estado. Engenheiro civil e professor do Colégio Militar, de que foi mais tarde, diretor. Ministro da Guerra em 1922 — na presidência Alvear. Foi enviado especial ao Perú, para celebração do Centenário da batalha de Ayacucho. Comandante em chefe do exército argentino em 1930. Foi depois eleito presidente da República, que exerceu desde 20-2-1932. Esteve no Brasil, em visita oficial em 1933. Pisou novamente o solo brasileiro em 1938, para assistir ao lançamento da pedra fundamental da ponte internacional sobre o rio Uruguai, ligando o Brasil à Argentina.

Ainda nesse ano foi escolhido para Presidente Honorário da Comissão e Consolidação da Paz do Chaco.

Na Argentina, por ato do Governo, transformou a antiga "Junta de História e Numismática" em "Academia Nacional de la Historia" e escreveu uma introdução para as obras completas de Mitre. Bibliófilo afamado. Em 1942, por ocasião da Semana da Pátria, em caráter particular, visitou novamente o Brasil, proferindo no Instituto Histórico, em sessão especial convocada para recebê-lo, notável discurso. Era presidente honorário do nosso Instituto desde 9-1-1934,

nos termos do art. 29 dos Estatutos — por proposta de 23-12-33 — assinada por 21 sócios.

*Max Fleiuss.* Nasceu no Rio de Janeiro em 2 de outubro de 1868. Professor e jornalista por longos anos. Historiador.

Entrou para o Instituto Histórico, como sócio efetivo, por proposta dos Srs. Conde de Afonso Celso, Henrique Rafard, Marquês de Paranaguá e José Américo dos Santos — datada de 25 de maio de 1900; — Aprovada em 3 de agosto seguinte. Tomou posse em sessão de 17 de agosto do mesmo ano.

Foi eleito no ano seguinte 2.º secretário exercendo o cargo até 1906 — quando passou a 1.º secretário, pela renúncia de Henrique Rafard. Na sessão de 4 de fevereiro de 1907, propôs o Conde de Afonso Celso que fôsse declarado secretário perpétuo no referido cargo — o que se efetivou por assembléia geral de 9 de março seguinte — exercendo-o nesse, caráter, até a sua morte. Passou a sócio benemérito em 1917 e a grande benemérito por proposta aprovada na assembléia geral extraordinária de 17 de agosto de 1920. Secretário da Faculdade de Direito de 1915-1931 — Doutor *honoris causa* da Universidade de La Plata. Membro correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, da Academia de História Portuguesa.

Dirigiu, com Valentim Magalhães, a revista “A Semana” 1893 a 1895; e depois o “Século XX” e a “Renascença”. Principais trabalhos publicados:

*Férias* (antologia brasileira); *A Semana* (crônica de saúdaes) 1915; *Quadros de história pátria*, de colaboração com Basílio de Magalhães, 1918; *Páginas brasileiras*, 1919; *História Administrativa do Brasil* 1923; *Páginas de história*, 1924; *História da cidade do Rio de Janeiro*, 1928; *Apostilas de história do Brasil*, 1933; *Don Pedro Segundo*, 1940; *Recordando...*, 1941.

## NOVOS SÓCIOS

Foi apresentada na assembléia geral do Instituto, em 22 de fevereiro, uma proposta, assinada por 21 sócios, para o preenchimento das seguintes vagas: *de sócios efetivos* — pelos Srs. ministro João Martins de Carvalho Mourão e Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade; *de honorários*: por D. José Gaspar de Afonseca e Silva, contra-almirante

Agustin Toutant de Beauregard, comandante Alvaro Alberto da Mota e Silva e coronel Laurenio Lago.

Na mesma ocasião foram indicados, em promoção, para a vaga de sócio grande benemérito, o professor Clovis Bevilacqua; para as de beneméritos: os Srs. Rodolfo Garcia e Pedro Calmon. Ainda foram sugeridas as seguintes transferências: da classe de sócio correspondente para a de efetivo, o Dr. Alcindo Sodré e, da de honorário para a de correspondente, o Dr. Ernesto de Souza Campos.

As propostas acima, receberam parecer favorável da comissão de história, em 28 de junho e da de admissão de sócios em 29 de junho.

---



ÍNDICE DO VOLUME 179 DA REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, RELA-  
TIVO AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 1943.





## ÍNDICE

	PÁGS.
 TRABALHOS ORIGINAIS:	
1 — <i>Ministério da Justiça</i> — pelo ministro A. Tavares de Lyra.	5
2 — <i>A pequena imprensa da Regência Trina Permanente</i> (1831-1835) — pelo Prof. Helio Vianna.....	17
 CONFERÊNCIAS:	
3 — <i>Tradição pan-americanista do Brasil</i> — pelo General Souza Docca . . . . .	105
4 — <i>A Paixão de Glória de Pedro Américo</i> — pelo Sr. Argeu Guimarães . . . . .	129
 MISSÃO CULTURAL AO RIO DA PRATA:	
I — <i>No Uruguai:</i>	
5 — Discurso do Embaixador J. C. de Macedo Soares, no Instituto Historico del Uruguay.....	151
6 — <i>Na Academia Nacional de Letras</i> — Discursos de Monsenhor Barbieri (pág. 156) e do Embaixador J. C. de Macedo Soares (Ata da sessão) . . . . .	157
II — <i>Na Argentina:</i>	
7 — <i>Na Academia de Letras</i> — Discursos dos Srs. Carlos Ibarguren e do Embaixador J. C. de Macedo Soares.....	162 164
8 — <i>Na Academia Nacional de la Historia</i> — Discursos dos Senhores Ricardo Levene (pág. 165) e do Embaixador J. C. de Macedo Soares . . . . .	178
 DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA:	
9 — <i>Tratado de limites de 1750</i> — V. C. F.....	183
10 — <i>Parecer de João de Souza Azevedo</i> .....	185

	PÁGS.
NO BRASIL E NO URUGUAI	
12 — <i>Discurso</i> do Sr. Arturo Scarone.....	209
13 — <i>D. Andrés Lamas e o Brasil</i> — Conferência do Sr. Cláudio Ganns . . . . .	212
TRANSCRIÇÕES:	
14 — <i>O último manifesto político de Silva Jardim</i> — A. T. de L..	235
15 — <i>Aos meus concidadãos</i> — por Silva Jardim.....	236
BIBLIOGRAFIA:	
16 — <i>Crítica</i> — pelo Sr. Feijó Bittencourt.....	245
17 — <i>Revista de livros</i> — pelo Prof. Helio Vianna.....	257
18 — <i>Publicações recebidas</i> .....	261
19 — <i>Noticiário do Instituto</i> .....	275



Cr\$ 20,00





